



THE LIBRARY
BRIGHAM YOUNG UNIVERSITY
PROVO, UTAH

HISTÓRIA DE PORTUGAL

POR
FORTUNATO DE ALMEIDA
Da Academia das Sciências de Lisboa

TOMO I
DESDE OS TEMPOS PRÊISTÓRICOS ATÉ À ACLAMAÇÃO
DE D. JOÃO I (1385)



Editor — FORTUNATO DE ALMEIDA
Coimbra — 1922

HISTÓRIA
DE
PORTUGAL

9116.3
A2648
V.1

HISTÓRIA

DE

PORTUGAL

POR

FORTUNATO DE ALMEIDA

Da Academia das Ciências de Lisboa

TOMO I

DESDE OS TEMPOS PRÊISTÓRICOS ATÉ À ACLAMAÇÃO
DE D. JOÃO I (1385)



Editor — FORTUNATO DE ALMEIDA

Coimbra — 1922

COIMBRA — IMPRENSA DA UNIVERSIDADE — 1922

THE LIBRARY
BRIGHAM YOUNG UNIVERSITY
PROVO, UTAH

PREFÁCIO

Renovação dos estudos históricos em Portugal desde os fins do século XVIII — A nova documentação — Alexandre Herculano — Progressos realizados depois d'ele — Falta duma história geral de Portugal — Pinheiro Chagas, Oliveira Martins e Schaefer — Plano e método desta obra.

A renovação dos estudos históricos em Portugal inicia-se na segunda metade do século XVIII, em normas completamente diversas dos velhos moldes da historiografia.

Em ordem cronológica, aparecem nos trabalhos históricos de Cenáculo, os primeiros fulgores do novo espírito crítico, assinalado na reforma de métodos de investigação e exposição; e, pôsto que em menor brilho literário, revelam-no também alguns escritos do Padre António Pereira, de Fr. Vicente Salgado e outros. Quem comparar a erudição e os processos da época de Cenáculo, designando assim e para êste efeito o breve período que decorre entre a publicação das *Memórias Historicas do Ministerio do Pulpito* (1776) e o aparecimento dos *Cuidados Litterários* (1788), — com os trabalhos da Academia Real da História, encontrará tão grandes progressos

e diferenças tão profundas, que mal poderiam julgar-se as duas fases da historiografia distanciadas apenas pelo intervalo de meio século.

Fundada a Academia Real das Sciências de Lisboa por iniciativa do preclaro Duque de Lafões, e sob a alta protecção da Rainha D. Maria I, mais que todos benemerita das letras e da instrução pública, os progressos acentuaram-se rapidamente, mercê dos estímulos que dava a dignidade académica e que mutuamente se trocavam os sábios que compunham aquela ilustre corporação. A lavra dos arquivos, a discussão crítica das fontes e o exame dos factos trouxeram á luz da publicidade imensos materiais ignorados ou esquecidos, aspectos ainda não considerados quanto ao valor, significado e razão filosófica dos acontecimentos. As provas documentais, a análise, a comparação e a indução entram activamente em exercício como processos construtivos da história, com éxito proporcional á riqueza de materiais que lhes oferecia a extraordinária erudição de algumas personalidades literárias da época.

Entre tantos e famosos eruditos que então illustraram os vários ramos da história nacional, com estudos criteriosos e profundos incluídos nas Memórias da Academia, bastaria o sábio académico António Caetano do Amaral para honrar aquella época de renovação histórica. Á incansável actividade no exame dos arquivos, á segurança de critério na selecção dos documentos e á perspicácia com que dêles hauria a lição própria, Caetano do Amaral associava orientação nova nos estudos históricos

procurando de preferência reconhecer as grandes transformações do agregado político no seu mecanismo, as instituições políticas e sociais na sua génese, no seu carácter e nas modalidades das evoluções que sofreram. Por maiores que sejam os progressos desde então realizados, ninguém que pretenda estudar a história portuguesa circunstanciadamente e com escrúpulo poderá jámais dispensar-se de recorrer ás lições do académico Amaral.

Desde então e por largos anos quási não cessaram os trabalhos de reconstrução histórica. Tratava-se de acumular materiais que permitissem algum dia escrever a história geral do país, suprimindo tantas lacunas que deixaram os cronistas e historiadores antigos; corrigindo erros que a imperícia e falta de informação introduziram; alargando o âmbito da história a factos anteriormente relegados ao esquecimento; finalmente fazendo reviver as tradições nacionais em todos os aspectos da vida colectiva, e naquele grau de evidência e certeza que só pelos processos científicos se pode alcançar.

Entretanto apareciam os trabalhos de João Pedro Ribeiro, o grande mestre da diplomática portuguesa. O lugar de honra que êste escritor alcançou como benemérito da história nacional não o deve tanto a exposições discursivas, limitadas ao esclarecimento da técnica diplomática e á discussão de certos problemas cronológicos e críticos, como á descoberta e divulgação de documentos valiosos, publicados integralmente ou só nos breves passos que em determinado aspecto oferecem mais inte-

resse; ou ainda a observações críticas e tópicos da máxima sobriedade, mas de grande proveito no conhecimento dos factos. Tão variadas e abundantes são as espécies aduzidas, integralmente ou em forma sumária, que quasi não há assunto que nelas não tenha referência própria; e não é exagêro dizer que as obras de Ribeiro são inesgotáveis de lições, ainda para eruditos consumados.

Entre tantos que accumularam materiais para o refazimento da história nacional, não pode ficar esquecido o sábio D. Fr. Francisco de S. Luís, Cardeal Saraiva, que em suas numerosas Memórias dissertou sobre os mais variados assuntos, aduzindo quasi sempre matérias novas ou obliteradas e ponderações profundas em estilo de fluência e simplicidade inexcedíveis e na linguagem cristalina em que só o verdadeiro talento sabe exprimir-se. A história eclesiástica e civil deve-lhe os maiores serviços. Fez trabalhos de sistematização e coordenação que serviram de ponto de partida a novas investigações. Com tão elevada ponderação examinou certas questões históricas, que os seus conceitos têm sido reproduzidos pelos maiores mestres da história portuguesa.

Longe nos levaria a notícia do movimento de renovação histórica operado nos fins do século XVIII e no primeiro têtço do século XIX, talvez a época mais gloriosa da erudição portuguesa. Além dos já mencionados e de muitos outros que é forçoso omitir, colaboraram na reconstituição da história naquele tempo eruditos como Fr. Fortunato de S. Boa-

ventura, tão notável pelos seus trabalhos de história literária e história alcobacense; Anastásio de Figueiredo, que tão valiosos subsídios reuniu nas suas obras, quaisquer que sejam os defeitos da forma literária; António Ribeiro dos Santos, que esclareceu tantos problemas históricos referentes á história dos descobrimentos marítimos no século xv, á história da literatura sagrada dos judeus e á história da tipografia em Portugal.

No esplendor de semelhantes trabalhos literários foi educado o Visconde de Santarém, que nos arquivos nacionais e estrangeiros fez monumental colheita de documentos concernentes á história portuguesa. Foi admirável o seu labor beneditino, já no exame e extracto de prodigioso número de diplomas, já na investigação e discussão crítica de problemas históricos, principalmente dos que respeitam á originalidade das navegações dos portugueses, para vingar as glórias nacionais contra os erros e embustes de estrangeiros que pretendiam amesquinhá-las e denegri-las.

*

*

*

Quando Alexandre Herculano fez a sua grandiosa tentativa duma história geral de Portugal, encontrava rastros de luz que a erudição académica deixara traçados em numerosos trabalhos de investigação e de crítica. Nem por isso se pode considerar reduzida a grandeza do empreendimento: havia ainda muitos assuntos que nem ao de leve estavam

tocados; havia outros em que a insuficiência de documentação deixara lacunas e até erros deploráveis; faltava por completo o trabalho de sistematização geral.

Á documentação existente houve Herculano de reunir o subsídio de muitas outras fontes e monumentos de autenticidade incontrastável, e que lançaram luz a jorros na história medieval portuguesa.

Na parte do seu plano que recebeu execução, socorreu-se o historiador principalmente de três espécies de fontes, anteriormente mal conhecidas e utilizadas em grau muito limitado: os monumentos históricos da literatura árabe, as bulas pontificias e os forais. Com estas três espécies de fontes organizou Herculano a maior parte da sua obra.

Quanto aos historiadores árabes, como Herculano ignorava a língua em que êles escreveram, teve de os aproveitar em traduções imperfeitas, que por vezes o induziram em êrro. Nesta matéria não se pode hoje na leitura de Herculano prescindir dos esclarecimentos e correcções do Sr. Dr. David Lopes, no seu magnífico trabalho *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano*, que teremos ocasião de citar muitas vezes.

Na interpretação dos forais e de diversos outros monumentos históricos, estudos posteriores vieram alterar o critério de Herculano e revelar aspectos novos; de tal forma que a história das instituições políticas e sociais já não é possível restringir-se ás ideias de aquele historiador, antes carece imprescindivelmente dos novos dados e observações que o

Sr. Gama Barros acumulou na sua monumental *História da Administração Pública em Portugal*.

Na execução do seu plano, o historiador não foi além do período de formação territorial, e ainda êste ficou incompleto no quadro das instituições portuguesas. Nem mais seria possível completar a obra na mesma compreensão que teve o autor, segundo as ideias e conhecimentos do seu tempo. «Hoje — escrevemos noutro lugar — não sustentaria Herculano tão radicalmente a existência de uma solução de continuidade etnológica entre lusitanos e portugueses¹. Os progressos realizados por diversas sciências, como a etnologia, a antropologia, a glotologia e a arqueologia, alteraram em grande parte a face da questão, demonstrando que, através de todas as vicissitudes e de todos os cruzamentos de raças, algum fundo se conserva no carácter português desde a época pre-romana, como accusam os costumes, lendas e superstições populares, certas modalidades de carácter e diversos outros elementos tradicionais.»² Esta matéria encontra-se hoje admiravelmente esclarecida pelo exame de factos numerosos na obra do Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos *As Religiões da Lusitânia*, monumento da mais variada erudição histórica, etnológica e arqueológica; e ainda noutras publicações de menor vulto.

¹ *Historia de Portugal*, t. I, pág. 72. Cf. *Opusculos*, t. V, pág. 163 e seg.

² Vid. *Alexandre Herculano — Historiador*, Coimbra, 1910, pág. 30 e seg.; *Gama Barros e a Historia da Administração Pública em Portugal*, Coimbra, 1921, pág. 38 e seg.

A tentativa de Herculano, por maiores que sejam os seus altos merecimentos, e quaisquer que sejam também os senões que o tempo foi pondo a descoberto, — não vingou; e portanto o país continuou privado duma história geral digna dêste nome.

Não foi a *História de Portugal* o único serviço que neste género de trabalhos devemos a Alexandre Herculano, pois as suas investigações enriqueceram a história nacional com preciosos materiais; e depois dêle não cessou jámais a pesquisa de documentos concernentes á história portuguesa em seus variados capítulos, embora com alternativas de actividade impostas por múltiplos factores e circunstâncias.

Á publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica* seguiu-se a de muitos outros repositórios documentais, como o precioso *Corpo Diplomático Português*, interrompido infelizmente há doze anos. Nas publicações da benemerita Academia Real das Sciências multiplicaram-se os documentos novamente descobertos e as monografias de assunto restrito, vasadas nos moldes dos modernos processos históricos. Investigadores ilustres tomaram á sua conta a lavra dos arquivos, sem esperança de galardão que não fôsse o prazer intelectual. Ainda fora dos trabalhos académicos surgiram escritos de grande valor como elementos construtivos da história portuguesa.

*

*

*

Todavia não se realizou ainda o plano duma história geral do país, em que se fundissem os vastos e preciosos materiais dispersos em tantas publicações.

As circunstâncias em que Pinheiro Chagas escreveu a sua *História de Portugal* não permitiram que o éxito do historiador igualasse o seu formosíssimo talento literário. Obra extensa e volumosa, carece contudo de inteireza de plano e harmonia de proporções; tem excessos de difusão e desvios, e falta-lhe com frequência o pormenor característico e valioso; e, peor do que tudo, a obra foi elaborada quasi exclusivamente á vista das fontes tradicionais, sem utilização de novos elementos que corrigem, modificam ou completam a exposição dos antigos escritores. Ainda assim não merecia o trabalho de Pinheiro Chagas, que por espírito ganancioso lhe aditassem, a título de continuação, alguns volumes em que tudo falta, a investigação conscienciosa, a probidade histórica, a gravidade científica e o bom gosto literário.

Numa série de quadros em que os preconceitos filosóficos e o cálculo de efeitos literários substituem a realidade objectiva da história, publicou Oliveira Martins uma *História de Portugal*, que estimulou o entusiasmo de quantos se inflamam com inovações audaciosas, mas não conseguiu despertar o aplauso

de historiadores. O próprio autor anuncia previamente o plano de exposições avulsas e dá conta do seu pessimismo sombrio, quando faz consistir a história nacional « numa série de quadros, em que, na máxima parte das vezes, os caracteres dos homens, os seus actos, os motivos imediatos que os determinam e as condições e modo por que se realizam, merecem antes a nossa reprovação do que o nosso aplauso ». O tempo, que a todos faz justiça, arrumou decisivamente as discussões que se levantaram, pondo a obra de Oliveira Martins no lugar que legitimamente lhe pertence, como peça literária dominada de sentimentos pessoais, e relegando-a do âmbito da história propriamente dita, onde jamais pôde servir de guia a quem pretendesse ilustrar-se em tais matérias.

Frustrada tantas vezes e de tantos modos a tentativa duma história geral de Portugal, está explicado que tanto se recorresse a obras dêste género publicadas por estrangeiros, e que estas, traduzidas em português, recebessem algum bafejo da fortuna. De todas elas alcançou mais voga a obra do alemão Schaefer.

A estrangeiros é sempre difícil compreender certos aspectos da vida nacional; delinear o carácter das instituições políticas e sociais; avaliar-lhes o alcance e o valor relativo. Nestas imperfeições, quasi inevitáveis, caiu muitas vezes o historiador alemão; e não são elas ainda as mais graves. Escrevendo numa época em que apenas começava a pesquisa de nova documentação portuguesa, como elemento

essencial da reconstrução histórica, Schaefer não pôde aproveitar os imensos materiais acumulados há cerca dum século, e que alteraram profundamente muitas páginas da história portuguesa, revelaram novos factos e determinaram conceitos imprevistos. Por tais motivos e em relação a várias épocas e assuntos, a *História de Portugal* de Schaefer não tem actualidade científica e tornou-se de todo inaceitável em muitas de suas páginas. Como se fôsem pequenos tais defeitos, a tradução portuguesa, que se dispensou de correcções e aditamentos, do estilo original conservou muitas vezes a enredada trama que mal se acomoda ao génio da nossa língua; e até os topónimos portugueses reproduziu envolvidos em irritante forma estrangeira.

*

*

*

Aparece agora nova tentativa de história geral de Portugal.

Incorre em decepção quem nesta obra procurar largas discussões críticas e profusões eruditas: exactamente um dos pontos fundamentais do programa traçado é a sobriedade e a justeza das proporções. A exuberâncias decorativas e a digressões impressionistas preferimos a substância da lição em maior variedade de factos que interessam ao conhecimento da tradição nacional, incluindo em o nosso plano assuntos que todos têm sistematicamente arredado de trabalhos semelhantes.

De preferência a divagações literárias alimentou o nosso espírito preocupações mais úteis, como a escrupulosa verificação das fontes, tantas e tão dispersas em livros e revistas, que bem difícil se torna recolhê-las e aproveitá-las; as indicações bibliográficas quanto possível numerosas, não só dos velhos livros clássicos, como também da documentação de novo trazida a lume e dos modernos trabalhos de investigadores e eruditos; e finalmente a abundância e exactidão de dados cronológicos, sempre curiosos e úteis, como elemento essencial de relação e comparação.

Puseram alguns em relêvo, na obra de Oliveira Martins, e proclamaram como inovação e título para a conquista de admiradores, o facto de romper com o método tradicional que enquadra os acontecimentos no âmbito cronológico de cada reinado. A êste sistema chamou-se depreciativamente a história do Rei, quando se devia tratar — acrescentavam — da história da nação. Os mesmos espíritos avançados, em contradição flagrante, aplaudiam calorosamente o inovador, se êle escrevia do Rei com a pena molhada no fel do seu pessimismo.

Estudar a história nacional em capítulos delimitados pela cronologia do governo de cada monarca de modo nenhum exclue a história da nação em seus variados aspectos. Além de oferecer vantagens de clareza e ordem, êste método encontra-se plenamente justificado pelas lições da história, quando nos mostram a vida nacional quási sempre orientada em harmonia com o carácter do monarca, já

porque êste não era estranho ao espírito da nação e á solidariedade colectiva, já porque o prestígio e autoridade da realeza lhe davam fôrça para impulsos directivos. Em boa verdade a história da nação é inseparável da história da realeza. É de notar que a obra de Oliveira Martins só por grande apêgo ao título se pode chamar história de Portugal; ela é unicamente, como já observámos e o próprio autor declarou, uma série de quadros históricos que a nenhum outro plano se podiam acomodar, sem prejuizo dos efeitos literários que estavam na mente de quem os traçou.

No género da pretendida inovação, que é antes errado emprêgo de processos adequados a objectivo diferente, conhecemos tentativas feitas noutros países, como, por exemplo, na vizinha Espanha.

Não nos parece que o êxito alcançado seja dê molde a seduzir espíritos disciplinados; pôsto que tal método fôsse de algum modo justificado em certas épocas da história de Espanha, com a successão de monarcas que não afirmaram a sua individualidade política nem o seu prestígio, antes se deixaram vencer pelos vícios do seu tempo e dos seus vassallos para se submergirem na geral anarquia. Nunca em Portugal aconteceu cousa semelhante; de forma que ainda nos reinados mais curtos, como o de D. Duarte, ou nos de mais frágil política, como os de D. Sancho II, D. Fernando I e D. Afonso VI, há a considerar factos e aspectos particulares, que convém destacar em quadro separado.

A exposição da história nacional em períodos

mais largos tem o seu emprêgo próprio na história geral da civilização portuguesa, o que constitue caso particular, como na história da civilização de qualquer outro país ou da civilização geral. Nesta hipótese, a evolução das instituições políticas e sociais, para ser bem compreendida, exige o exame da sua marcha em maiores lapsos de tempo; nem de modo algum se pode confinar nos limites dum reinado, como os acontecimentos políticos e militares que dentro de tais limites se produziram. Neste caso assim é forçoso ordenar a história, como muito antes de Oliveira Martins fez Coelho da Rocha no *Ensaio*, e, em nosso tempo, o Sr. Gama Barros na *História da Administração Pública em Portugal*. Pelas mesmas razões, ao passo que expomos separadamente os acontecimentos próprios de cada reinado, desenvolveremos em períodos mais largos a história das instituições políticas e sociais.

*

*

*

Se razões de clareza e ordem nos obrigam a conservar a divisão cronológica dos reinados, nem por isso deixamos de reconhecer que há na evolução colectiva do povo português fases tão nitidamente caracterizadas, que é forçoso considerar nelas outros tantos períodos históricos; e assim, pela mesma força do critério objectivo que nos guia, dividimos a obra em *livros*, correspondentes a outros tantos *períodos*, desde a fundação do condado portugalense,

depois de estudada em larga Introdução a história anterior do território em que se formou e desenvolveu a nacionalidade portuguesa:

1.º período, caracterizado pela definição do território nacional, desde as origens do condado portugalense até ao fim do reinado de D. Afonso III (1094?-1279);

2.º período, de organização política e administrativa e de desenvolvimento económico, desde o princípio do reinado de D. Dinís até á aclamação de D. João I (1279-1385);

3.º período, fase dos descobrimentos marítimos no oceano Atlântico e das conquistas ao norte de África, desde o princípio do reinado de D. João I até á morte de D. João II (1385-1495);

4.º período, época dos descobrimentos marítimos além do Cabo da Boa Esperança, com o máximo de extensão de domínios ao mesmo tempo que se define a decadência e queda do império português, desde o princípio do reinado de D. Manuel I até á perda da independência (1495-1580);

5.º período, de sujeição ao domínio espanhol, de 1580 a 1640;

6.º período, de restauração política e económica, desde a aclamação de D. João IV até á morte de D. Maria I (1640-1816);

7.º período, de lutas políticas internas e régimen constitucional, desde a aclamação de D. João VI até á proclamação da república (1816-1910).

INTRODUÇÃO

I

O TERRITÓRIO

As influências geográficas. — É incontestável que o meio geográfico determina aspectos especiais na vida dos povos, contribue para a fixação de certos caracteres étnicos, facilita ou retarda a marcha das civilizações; não obstante chegaria a conclusões históricas erróneas quem exclusivamente nas circunstâncias geográficas procurasse a raiz e o fio condutor das evoluções sociais.

Se as condições do meio geográfico, provocando a adaptação do homem e influindo na estrutura étnica, actuam como agentes internos na vida dos povos e determinam aspectos históricos particulares, não é de menor aprêço o exame da situação relativa, da qual principalmente depende o influxo exercido pelo contacto de agentes externos.

Tomado ainda em consideração o valor dos caracteres étnicos adquiridos, com diferentes graus de energia, chegar-se há a concluir que a forma e a evolução das sociedades procedem de filiações complexas, frequentemente alteradas pela vontade livre do homem, e estão sujeitas a variantes accidentais, já derivadas do influxo externo, já da própria reacção do homem contra os elementos da natureza.

Causas diversas, portanto, fazem variar o grau de intensidade com que se exerce a acção do mundo físico na vida

social; e foi por tal razão que, através dos séculos, as condições geográficas actuaram diversamente na história de que foi teatro o território nacional, segundo se deu o predomínio dos factores naturais, como na introdução e desenvolvimento das mais antigas civilizações, ou aqueles factores foram reforçados ou de qualquer sorte modificados por circunstâncias políticas.

Pelo que respeita à antiguidade, nem a comunidade de certas condições geográficas nem as razões históricas permitem que se considere o território português separadamente do resto da península.

A lição tornar-se há mais nítida e bem fundada pelo exame do conjunto.

A situação geográfica. — A península ibérica está situada a SW. da Europa, entre o oceano Atlântico e o mar Mediterrâneo; isolada na extensão continental pela cadeia dos Pirenéus, que só nos dois extremos se abaixa para facilitar as migrações de povos. Da África apenas a separa a largura do Mediterrâneo, que todavia se vai contraíndo para occidente até se reduzir ao breve espaço do estreito de Gibraltár, de passagem fácil a povos vindos pelo continente africano.

Esta situação é extremamente favorável ao contacto de todas as grandes civilizações através da história; e tanto que ainda hoje a península se encontra nas mais frequentadas vias das comunicações marítimas ou próximamente a elas.

Desde remota antiguidade, quando o Mediterrâneo era a principal estrada que relacionava os povos mais adiantados, a península ibérica estava naturalmente incluída no campo de acção das maiores explorações comerciais. A ela chegava com relativa facilidade a influência das civilizações orientais e de todas as que, depois de aquelas, se desenvolveram nas costas do Mediterrâneo. A arqueologia tem descoberto monumentos que bem provam a intensidade

e frequência de tais acções civilizadoras, os quais se revelam em grau decrescente do mar interior para o oceano, e, neste, de sul para o norte.

Do lado do continente, as influências estranhas chegam pelas passagens abertas a E. e W. dos Pireneus, vias percorridas em diversas idades por povos que vieram fixar-se na península e aqui por vezes se deslocaram em demanda de posições mais favoráveis.

As formas do território. — Nas baías e acidentes de variado recorte, pôsto que em limitado avanço no interior da terra, encontravam acesso e abrigo os baixeis que vinham no intuito de exploração comercial. Os estuários fluviais, além de oferecerem as mesmas vantagens, eram aproveitados como vias de penetração. Por êles se multiplicavam os mercados e ao mesmo tempo se levavam influências adventícias a certos povos afastados do oceano, tão longe quanto o permitiam as condições de navegabilidade.

A excelência dos portos e a riqueza das terras vizinhas determinavam o estabelecimento de feitorias, que em muitos casos se engrandeceram até se tornarem colónias prósperas.

Os esteiros fluviais aumentavam de valor pelas dificuldades que a aspereza do relêvo opunha ás relações com o interior.

Considerando tão sòmente as formas gerais do relêvo ibérico, é de notar que as suas linhas de maior saliência se desenvolvem de E. a W., ou com predomínio desta orientação, em cadeias que isolam os vales dos rios alongados no mesmo sentido. Dos maiores cursos fluviais, apenas o Ebro, com a sua marcha de NW. a SE., se afasta notavelmente da disposição referida.

O relêvo oferecia, portanto, dificuldades sucessivas e quasi insuperáveis ás penetrações de sul para norte. Para as vencerem, os estrangeiros iam costeando a península até encontrarem a abertura das vias fluviais.

A disposição do relêvo, dividindo o território em secções isoladas, que por sua vez se repartiam em divisões por contrafortes e montanhas secundárias, obstava ao deramamento e fusão dos povos, e, pelo contrário, favorecia a diversidade de famílias étnicas que em alguns casos se mantinham inconfundíveis. Torna-se evidente esta consequência na enumeração, que nos deixaram os antigos, de muitos povos a quem consideravam distintos, embora nalguns se tenha descoberto, pelos dados que oferece a antropologia e a arqueologia, certa comunidade de caracteres étnicos.

As breves observações feitas bastam para concluir quanto a posição geográfica e as formas do território, já no sentido horizontal, já no sentido vertical, influíram nos destinos históricos da península, dos quais participou o território que modernamente constitue Portugal.

II

TEMPOS PREISTÓRICOS

A hipótese do homem terciário. — Na forma sugestiva de certos sílices terciários e nos entalhes de alguns ossos se pretendeu reconhecer trabalho intencional, base dada á hipótese da existência do homem na mesma idade geológica.

Entre os sábios que se deixaram seduzir pela nova teoria figura o célebre geólogo português Carlos Ribeiro, que em refôrço dela apresentou alguns sílices terciários encontrados no vale do Tejo. Depois de sustentar a existência do homem terciário em Memória que apresentou á Academia Real das Sciências de Lisboa (1871), insistiu no mesmo pensamento na 6.^a sessão do Congresso de Antropologia e Arqueologia Preistórica (1872); na secção de sciências antropológicas da Exposição Internacional de Paris de 1878; e finalmente na 2.^a sessão do Congresso de Antropologia de Lisboa (1880).

Descrevendo trabalhos realizados durante dezóito anos e as suas comunicações feitas em Bruxelas e em Paris, confessava Carlos Ribeiro que não podia corroborar a sua opinião com o aparecimento de ossos humanos, facto muito eventual nas camadas geológicas antigas. «Se, porém, faltam ossos, abundam no entanto os sílex e as quartesites que apresentam provas bastantes da acção exercida nelas pela mão do homem, e cujas formas se aproximam dos tipos das pontas, facas, raspadeiras, machados, ainda que muito grosseiramente.»

No congresso, ao entusiasmo de alguns opuseram ou-

tros sérias dúvidas, já quanto aos agentes do trabalho que se pretendia ver nos sílices, já quanto á identificação geológica do terreno em que êles apareceram; e assim as opiniões de Carlos Ribeiro não alcançaram consagração. Todavia acumularam-se depois especulações umas sobre outras. O naturalista francês Mortillet, tentando quebrar a resistência de graves dificuldades, assentou em factos que a paleontogia reconhece por verdadeiros a suposição de um precursor do homem, *anthropopithecus*, a quem se atribuiria, na opinião de Mortillet, o pretendido trabalho do sílice, se não fôsse profunda a solução de continuidade entre factos scientificos aduzidos e as ilações que dêles arbitrariamente inferiram ¹.

Mais ponderado exame dos sílices em questão levou a concluir, que a sua forma sugestiva melhor se pode attribuir a fracturas produzidas por choques naturais, e os entalhes dos ossos á acção do dente de carnívoros e roedores; e assim como um geólogo português colaborara notavelmente na hipótese do homem terciário, outro não menos illustre, Néri Delgado, estudando sílices terciários achados em Ota, na Extremadura, deu por insubsistentes os fundamentos em que se pretendeu basear aquella teoria.

Posteriormente, estudando Marques da Costa as trincheiras abertas natural ou artificialmente nos terrenos pliocénicos dos arredores de Setúbal, nunca encontrou objectos com sinais que pudessem acusar a acção de um ser intelligente. «No Moinho de Pau — acrescenta — onde o mesmo Carlos Ribeiro encontrou dois sílices a que attribuiu talhe intencional, encontrei efectivamente pedaços de pederneira (sílex pirómaco) talhados intencionalmente, e por algum tempo estive em dúvida sobre a classificação do terreno onde os encontrei e que tão semelhante era ao pliocénico;

¹ Mortillet dividiu o género *antropopiteco* em espécies a que deu os nomes dos descobridores de objectos em que se pretendeu reconhecer trabalho intencional. Ao sonhado *antropopiteco* de Portugal chamou, em honra de Carlos Ribeiro, *Anthropopithecus Ribeiro-sianus*.

porém uma observação mais detida do terreno levou-me á convicção de que estes pedaços de pederneira provinham de um terreno bem actual, pois que é um atêrro artificial feito com areias pliocénicas (o que deu lugar á dúvida) no cimo da colina onde se achava o Moinho de Pau e com o fim de elevar mais a altura do moinho.»

Tal é o estado da controvérsia, que pertence aos domínios da geologia e da paleontologia ¹.

O homem quaternário — As idades preistóricas. — A partir do período quaternário abundam em Portugal monumentos que atestam a existência do homem e conjuntamente a de certos animais como o *Rhinocerus tichorhinus* e o urso das cavernas, os quais desapareceram posteriormente. Começam então as idades preistóricas, isto é, que precedem a história. Acêrca delas faltam completamente as tradições escritas e orais, de sorte que apenas podemos conhecer o homem de aqueles tempos remotíssimos por certas formas de civilização acusadas nos monumentos que êle nos deixou.

¹ CARLOS RIBEIRO, *Descripção de alguns sílex e quartzites lascados encontrados nas camadas do terreno terciário e quaternário das bacias do Tejo e Sado*, Lisboa, 1871; *Relatório acêrca da 6.ª reunião do Congresso de Anthropologia e Archeologia Prehistórica*, Lisboa, 1873; *L'Homme Tertiaire en Portugal no Compte-Rendu do Congresso de Antropologia de Lisboa de 1880*, pág. 81; *Congressos Antropologico e Litterario* (1880) — *Trabalhos dos Congressos, no Occidente*, vol. IV (Lisboa, 1881), pág. 7, 19, 26, 35, 55, 63, 67, 78, 94, 111, 118, 126, 134, 142, 150, 159, 163, 171, 182, 190, 198 e 206; PAUL CHOFFAT, *Notice Nécrologique sur Carlos Ribeiro* (extrait du *Bulletin de la Société Géologique de France*); NÉRY DELGADO, *Relatorio do Congresso de Archeologia e Anthropologia Prehistórica de Paris em 1889*, Lisboa, 1890; JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. I (Lisboa, 1897), pág. 27; A. J. MARQUES DA COSTA, *Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal*, no *Arqueólogo Português*, vol. VII (1902), pág. 277-279; VERGÍLIO CORREIA, *O Paleolítico em Portugal — Estado actual do seu estudo*, no *Arqueólogo Português*, vol. XVII (1912), pág. 56-58; AUGUSTO FILIPE SIMÕES, *Introdução á Archeologia da Peninsula Ibérica* (Lisboa, 1878), pág. 28 e seg.; SEBASTIÃO PHILIPPPES MARTINS ESTÁCIO DA VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, t. II (Lisboa, 1887), pág. 463 e seg.; JOSÉ FORTES, *Les éolithes du Portugal* (extrait du *Bulletin de la Société Préhistorique de France*), Le Mans, 1905; MARCELLIN BOULE, *L'Anthropologie*, XVI, 3; GIUSEPPE BELLUCI, *L'Uomo Terziario in Portogallo* (Estratto dall' *Archivio per l'Antropologia e la Etnologia* di Florença, vol. XI, fasc. 3.º), Florença, 1882. (É um relatório das discussões do congresso de Lisboa e das observações e opiniões do autor.)

Nos tempos mais remotos desconhecia o homem o uso dos metais; servia-se de instrumentos de pedra adequados ás suas necessidades, os quais na fase mais antiga eram de pedra simplesmente lascada, e depois passaram a ser de pedra polida, já com certa perfeição. A época da primeira fase chamou-se por isso *idade da pedra lascada* ou *idade paleolítica*, isto é, idade da pedra antiga; á segunda fase chamou-se *idade da pedra polida* ou *idade neolítica*, isto é, idade da pedra nova.

A evolução dêstes instrumentos de trabalho fez-se lenta e gradualmente, com transições mais ou menos longas segundo circunstâncias variadas. Na transição da idade paleolítica para a neolítica aparecem nalguns pontos montículos em grande parte formados de rebotalhos de cozinha, como conchas de marisco, ossos e outros. Os dinamarqueses chamaram-lhes *kjoekkenmoeddings*. Factos da vida social do nosso tempo indicam o processo de formação de tais depósitos.

Depois do uso de instrumentos de pedra polida chegou o homem ao conhecimento e emprêgo dos metais. Pode-se ter por muito provável, se não como certo, que primeiro se usaram instrumentos de cobre, ou a sua aplicação fôsse descoberta e originariamente adoptada pelos povos da península, ou introduzida por elementos estranhos. Não só o emprêgo do cobre estava naturalmente indicado, em país tão abundante de jazigos de aquele metal e antes de conhecido o fabrico do bronze pela liga de cobre e estanho; como também parece indicá-lo o facto de em certas estações arqueológicas aparecerem, com instrumentos de pedra, outros só de cobre, com exclusão do bronze ¹.

¹ Sôbre a questão versada no texto vid.: JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. I, pág. 72 e seg.; ESTÁCIO DA VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, t. III (Lisboa, 1889), pág. I e seg., 123, 251 e seg. (com notícias descriptivas comprovantes a pág. 131 e seg.); t. IV (Lisboa, 1891), pág. 41 e seg., 55 e seg., 161 e seg.; *Compte-Rendu* do Congresso de Antropologia de Lisboa, pág. 352 e seg.; *Congressos Antropológico e Litterário*, no Occidente, vol. IV, pág. 198; ALFREDO BENSUADE, *Notice sur quelques objects préhistoriques du Portugal fabriqués en cuivre*, nas *Communicações da Comissão*

Assim se justifica que neste primeiro período dos metais se considerem duas idades: a *idade calcolítica*¹, de transição, da qual aparecem instrumentos de pedra e outros de cobre; e *idade do bronze*.

Conquistado êste grande progresso do emprêgo dos metais no fabrico de instrumentos de trabalho alcançou-se maior perfeição pelo conhecimento e uso do ferro. A esta nova fase chamou-se *idade do ferro*.

As transições realizadas através de todas estas idades foram muito desiguais, exactamente como acontece nas indústrias do nosso tempo, quando comparamos certos processos quasi primitivos das aldeias e o trabalho executado nos centros populosos com o auxílio das invenções da mecânica. Nas suas explorações arqueológicas, verificou o Dr. Santos Rocha «que ainda na segunda idade do ferro se fabricava no vale do Mondego cerâmica com o tipo da idade da pedra, de pasta impuríssima, misturada com esparta calcárea moida ou areia, e trabalhada à mão; que em uma sepultura de Marateca, próximo de Lagos, pertencente à época romana, se recolheu um vaso trabalhado à mão; que em estações lusò-romanas do vale do Mondego appareceram restos de vasos, de pasta primitiva, mas trabalhados à roda; e finalmente que o ornato de impressões ou incisões nos bordos dos vasos, muito comum nas estações pre-romanas da idade do ferro de aquella região, aparece já

dos Trabalhos Geológicos de Portugal, t. II (Lisboa, 1888-1892), pág. 119 e seg.; CARTAILHAC, *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, pág. 197 e seg. — O emprêgo exclusivo do cobre parece confirmado pelo facto de em jazigos de aquele metal, em Portugal e em Espanha, apparecerem martelos de pedra, provavelmente empregados como instrumentos de exploração. Acêrca dêstes martelos vid.: PEREIRA DA COSTA, *Noticia de alguns martelos de pedra, e outros objectos, que foram descobertos em trabalhos antigos da mina de cobre de Ruy Gomes no Alentejo*, Lisboa, 1868; LEITE DE VASCONCELOS, ob. e t. cit., pág. 74-75; H. & L. SIRET, *Les premiers âges du métal dans le Sud-Est de l'Espagne*, pág. 121; CARTAILHAC, ob. cit., pág. 202 e seg. O Sr. Dr. Leite de Vasconcelos (ib.) recorda, citando Estrabão (*Geografia*, III, II, 8) e Plínio, (*Nat. Hist.*, III, III) que as minas de cobre da península eram muito afamadas na antiguidade; e há vestígios de serem exploradas em tempos remotíssimos.

¹ *Calcolítico* é o termo proposto pelo Sr. Dr. Leite de Vasconcelos em vez da palavra híbrida *cuprolítico*.

em louça da idade da pedra numa caverna em Pôrto de Mós ¹».

Idade paleolítica. — Nos tempos mais remotos, para preparar instrumentos de trabalho, o homem desbastava um pedaço de sílice, tirando *lascas* ou *rachas* pela percussão até o acomodar ás suas necessidades. Assim fabricava não só instrumentos de trabalho como também armas de guerra, para a luta com os seus semelhantes e com as feras numerosas que o ameaçavam. Por isso escreveu o poeta Lucrécio:

Arma antiqua manus, ungues, dentesque fuerunt,
Et lapides, et item silvarum fragmina rami,
Et flammæ atque ignes, postquam sunt cognita primum.
Posterior ferri vis ærisque reperta;
Et prior æris erat quam ferri cognitus usus².

Nestes versos se referem fundamentalmente e pela ordem própria as idades preistóricas, que as explorações arqueológicas, a partir do século xix, delinearam e caracterizaram com maior individuação e nitidez de pormenores.

Em Portugal, principalmente nas terras do sul, têm sido exploradas muitas estações da idade paleolítica. Nelas se encontraram *machados*, *facas*, *raspadores*, *percutores*, *pontas* e outros objectos de acabamento mais ou menos perfeito e de formas variadas. Na estação do Casal das Osgas recolheu o Sr. Dr. Joaquim Fontes dois *discos* ou *armas de arremêso*, cuidadosamente trabalhados. Entre a ferramentaria descoberta há belos exemplares, como uma larga faca, de côr rosada e com o dôrso de três planos, da

¹ ALBANO BELLINO, *Cidades Mortas*, no *Arqueólogo Português*, vol. xiv (1909), pág. 25. Sobre o mesmo assunto: A. J. MARQUES DA COSTA, *Estações Prehistóricas dos arredores de Setúbal*, no *Arqueólogo Português*, vol. xv (1910), pág. 55 e seg.; F. ALVES PEREIRA, *Estação Arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos)*, no *Arqueólogo*, vol. xx, pág. 107 e seg.

² As armas antigas foram as mãos, as unhas, os dentes e as pedras, e também paus dos ramos das florestas; depois conheceu-se o fogo e a chama; finalmente foi descoberta a força do ferro e do bronze; e conheceu-se o uso do bronze primeiro que o do ferro.

qual dá notícia o Sr. Dr. Vergílio Correia. Foi recolhida na gruta da serra dos Molianos (Turquel) e existe na Sala de Antropologia da Comissão Geológica. A par dos sílices lascados aparecem nas estações paleolíticas alguns instrumentos de osso.

Em algumas das mesmas estações têm-se encontrado ossos de diversos carnívoros, dos quais aparecem em maior número restos do sistema dentário, ossos do tronco e das extremidades, com falta absoluta de certas peças do esqueleto e extrema raridade de outras; grande quantidade de ossos de coelhos e aves de pequeno corpo; e, pelo menos em camadas superficiais, ossadas humanas com circunstâncias dignas de nota.

Na gruta da Casa da Moura (Cesareda) encontrou Néri Delgado muitos ossos humanos com fracturas que não se produziram acidentalmente, segundo parece. Algumas lascas de osso foram raspadas interiormente, como para extrair a camada esponjosa. Há ossos compridos sem as extremidades articulares e igualmente escavados por dentro; outros fendidos longitudinalmente, acaso para se extrair a medula, que seria tomada como alimento de regalo. Estes factos são fortes indícios de antropofagia.

Tirando conclusões, diz Néri Delgado:

«O conjunto de todos os factos que temos apontado, ao passo que prova a intervenção de carnívoros para explicar o estrago que certos ossos sofreram, e talvez a falta dos que mais facilmente eram destruidos, ou devorados por aqueles animais; também pode fazer lembrar a intervenção sinistra do homem para explicar a fractura dos crâneos e dos ossos longos, quer fazendo a execução de prisioneiros, quer sacrificando vítimas humanas, aproveitando talvez em bárbaros festins a carne dessas vítimas, costume êste que existiu nas Gálias pouco tempo antes da introdução do cristianismo, segundo afirma Boucher de Perthes.»

O homem paleolítico vivia em grutas á beira-mar e no cimo dos montes, ou ao ar livre; fabricava de sílices las-

cados e de ossos os instrumentos de trabalho e as armas de caça e de guerra; parece que não conhecia a cerâmica; alimentava-se de frutos silvestres, de mariscos e de animais que colhia na caça e comia crús, ou assados, como permitem conjecturar restos de carvão existentes nas estações da mesma idade.

¿Teve o homem paleolítico ideias religiosas? Pretendeu negar-lhas Mortillet, cuja opinião o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos refuta plenamente, concluindo: «que não temos elementos bastantes para podermos afirmar scientíficamente que o homem da época paleolítica não possuía religião; antes, pondo em confronto com a civilização dessa época tudo o que sabemos acêrca das religiões históricas, quer nos povos selvagens, que são os mais vizinhos dos prehistóricos, quer nas classes menos cultas dos povos civilizados, antigos ou modernos, somos levados a uma suposição inversa da de aquele autor¹».

Kjoekkenmoeddings. — Os rebotalhos de cozinha conhe-

¹ NERI DELGADO, *La Grotte de Furninha*, no *Compte-Rendu* do Congresso de Lisboa de 1880; *Notícia acêrca das Grutas da Cesareda*, Lisboa, 1867; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. 1, pág. 27-29, 85 e seg.; *Notice Sommaire sur le Musée Ethnologique Portugais*, no *Arqueólogo Português*, vol. x, pág. 65; *Excursão pela Extremadura Cistagana e Norte de Portugal*, no *Arqueólogo* cit., xxii, 165; *Objectos Paleolíticos do Casal do Monte oferecidos ao Museu da Academia das Sciencias de Lisboa*, Coimbra, 1915 (Separata do vol. viii do *Boletim da Segunda Classe da Academia*); JOAQUIM FONTES, *Estação Paleolítica do Casal do Monte* (*Arqueólogo*, vol. xv, pág. 93); *Subsídios para o estudo do Paleolítico Português* (*Arqueólogo*, xvii, 22); *Note sur le Chelléen de Casal do Monte*, Lisbonne, 1915 (Sep. do *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles*, t. vii); *Instruments Paléolithiques des environs de Porto* (Sep. do *Bulletin* e vol. cit.); *La Station de « S. Julião » aux environs de Caldellas*, Lisbonne, 1916 (Sep. do *Bull.* e vol. cit.); *Note sur le Mousterien du Portugal*, Le Mans, 1913; *Sur quelques types inédits de coup-de-poing du Portugal* (1912); *Station Paleolithique de Mealhada* (Extrait du t. xi des « *Comunicações do Serviço Geológico de Portugal* », Lisbonne, 1915); *Instruments Paléolithiques dans la collection de Préhistoire du Service Géologique* (Extr. du t. xii des « *Comunicações* » cit., Lisbonne, 1916); VERGÍLIO CORREIA, *O Paleolítico em Portugal — Estado actual do seu estudo* (*Arqueólogo* cit., xvii, 55); *Facas e Raspadores da Estação Paleolítica de Monsanto I* (*Arqueólogo*, xvii, 275); *Estação Paleolítica de Ribeichelas dos Almornos* (*Arqueól.*, xix, 210); FELIX ALVES PEREIRA, *Estação preistórica do Estoril* (*Arqueól.*, xxi, 212-221); *Nova estação paleolítica* (ib., 225); *Estação paleolítica de Alveijar* (ib., 227); A. J. MARQUES DA COSTA, *Estações preistóricas dos arredores de Setúbal* (*Arqueól.*, xii, 326, 331, 337).

cidos por esta designação dinamarquesa e acumulados por despejo em determinados logares caracterizam a época de transição do paleolítico para o neolítico. Estes montículos formados despreocupadamente revelam-nos vários aspectos da vida do homem.

Os kjoekkenmoeddings, quando próximos do mar, são constituídos por aglomerações de conchas de moluscos, mais ou menos desgastadas e fragmentadas, á mistura com areias, argila e outras substâncias minerais. Juntamente aparecem ossos de animais, como bois, cavalos, veados, carneiros, coelhos e outros. Estes animais eram mortos na caça, pois parece que não havia animais domésticos. O veado era dos mais perseguidos, para lhe aproveitarem as pontas como instrumentos de trabalho. Estes eram feitos principalmente de sílice; mas também os havia de osso, como facas ou lâminas alongadas, feitas de costelas de boi, desgastadas e polidas nas duas faces pelo atrito.

Dos ossos de animais oferecem alguns claros sinais de terem sofrido a acção do fogo, o que deixa supôr que se comia a carne assada. Outros estão fendidos longitudinalmente, como para se lhes extrair a medula. Além da carne e do marisco deviam os homens de aquele tempo aproveitar para a sua alimentação frutos silvestres; não há indícios de agricultura. Parece que não conheciam a cerâmica; a não ser que pertençam áquela época alguns fragmentos encontrados, de estrutura rudimentar e grosseira.

Apareceram nos kjoekkenmoeddings de Portugal muitos esqueletos humanos, alguns em estado de relativa conservação. Em Mugem notou-se que a maior parte dos esqueletos eram de pessoas novas, indício de vidas curtas, certamente em razão das precárias condições de existência.

Dos crâneos estudados, a maior parte são dolicocefálicos; mas também aparecem muitos braquicefálicos. Paula e Oliveira inclinou-se a ver em Mugem terceiro tipo, de

crâneo sub-braquicefálico, opinião bem recebida do sábio Quatrefages ¹.

Idade neolítica. — Desta fase há numerosos monumentos que accusam civilização muito avantajada á dos períodos anteriores, condições de existência muito mais favoráveis. O progresso intelectual revela-se não só na maior perfeição dos instrumentos, mas até em manifestações de arte rudimentar e na intensidade de conceitos religiosos.

A pedra dos instrumentos já não é simplesmente lascada, mas polida, em muitos exemplares com notável perfeição. Os instrumentos são muito numerosos e variados; constituem ferramentaria própria de actividades mais complexas e de maiores exigências de perfeição. Todavia continuaram a fabricar-se, pelo menos durante muito tempo, objectos de pedra lascada, como facas e pontas de seta.

Nos museus arqueológicos de Portugal abundam instrumentos de pedra polida, como: machados de várias formas e tamanhos, facas, raspadores, goivas, escôpros, enxós, pontas de seta, pesos, serras, pulidores ou bruni-dores e pequenas mós ou trituradores que precederam a mó giratória, já encontrada na península pelos romanos.

A matéria prima dêstes objectos é mais geralmente o xisto; mas também há muitos de xisto ardosiano, diorite, anfibolite, quartzo, quartzo marmoreado; e pelo menos no Algarve appareceram também alguns de foiaito e de cristal de rocha. Estas matérias primas eram procuradas com

¹ F. A. PEREIRA DA COSTA, *Da existência do homem em épocas remotas no vale do Tejo* — Noticia sbre os esqueletos humanos descobertos no cabêço da Arruda, Lisboa, 1865; CARLOS RIBEIRO, *Les kjoekkenmoeddings de la vallée du Tage*, no *Compte-rendu do Congresso de Lisboa de 1880*, pág. 279; FRANCISCO DE PAULA OLIVEIRA, *Anthropologia Prehistorica* — *As Raças dos kjoekkenmoeddings de Muge*, Lisboa, 1881; *Note sur les ossements humains existants dans le Musée de la Commission des Travaux Géologiques* (nas *Comunicações da Com. dos Trab. Geol.*, t. II, pág. 1); *Nouvelles Fouilles faites dans les kjoekkenmoeddings de la vallée du Tage* (ib., pág. 57); QUATREFAGES, no *Préface* ao livro de Cartailhac, *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal; Religions da Lusitânia*, t. I, pág. 29 e seg.); FELIX ALVES PEREIRA, *Estação Arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos)*, no *Arqueólogo Português*, vol. XX, pág. 149-150.

empenho e exploradas até em filões subterrâneos. Nos cortes a que se procedeu por ocasião da abertura do túnel do Rocio, em Lisboa, encontrou Paulo Choffat galerias que tinham sido abertas para a exploração do sílice.

Em Vilar Sêco (Nelas) appareceu um instrumento neolítico singular, único talvez de semelhante espécie. É uma clava com 0^m,71 a 0^m,73 de comprimento; 0^m,08 na maior largura e 0^m,06 na menor; e 0^m,03 a 0^m,05 de espessura. O seu pêso é de 4.750 gramas. A 0^m,05 da extremidade mais larga tem uma perfuração, destinada a dar passagem a correia de coiro ou corda de fibras animais que a ligasse ao pulso. Esta arma formidável existe no Museu da Figueira da Foz.

Têm-se encontrado também, nas estações neolíticas, diversos instrumentos de osso, entre os quais figuram estiletes ou furadores. Eram feitos de lascas de ossos compridos de mamíferos e aves; desbastavam-nas e poliam-nas, dando-lhes a forma conveniente á intenção. Santos Rocha supôs, com boas razões, que estes punções de osso serviram para furar as peles de animais e cosê-las, a fim de serem acomodadas ao vestuário ou outros usos. As peles deviam ser a matéria prima do vestuário, já guarnecido de botões, como prova o apparecimento dêstes; porém não repugna crer que alguns andassem nus, onde a benignidade do clima o permitisse.

As habitações do homem neolítico eram cabanas formadas de ramos de árvores e sebes tecidas de varas delgadas, depois com paredes de pedra e cobertura de ramos e arbustos. Alguns viviam em cavernas, escavadas em colinas e montes, isoladas ou em grupos. Nestas habitações subterrâneas têm apparecido vários objectos de uso doméstico, fragmentos de louça, instrumentos de pedra polida, pedras que accusam a acção do fogo, cinzas, carvões e muitos ossos de animais, «despojos — diz Estácio da Veiga — das refeições preparadas naquelas covas, que a um tempo serviam de cozinha, casa de jantar, quarto de dormir e

estrumeira, sem que ninguém temesse o fumo da fomalha, as evaporações dos detritos orgânicos ali acumulados, o desconchego da cama e a escuridão das noites». (II, 418.) Parece que algumas destas grutas foram aproveitadas para sepulturas.

Os trabalhos agrícolas e a construção de monumentos funerários acusam a vida sedentária do homem naquela época, ao menos com alguma permanência. Sabe-se que pelo menos era cultivado o trigo, pois têm aparecido grãos, que se conservaram por estarem carbonizados. Moído grosseiramente o grão numa espécie de triturador ou mó de pedra, preparava-se depois o pão, que se cozia, ou, melhor, se assava sobre uma pedra fortemente aquecida. Santos Rocha e o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos encontraram objectos que parecem sachos ou instrumentos de cavar a terra.

Além de trigo, têm-se encontrado em muitas estações neolíticas ossos de muitos animais, bois, javalis, cabras, coelhos e outros; espinhas de peixes e conchas de moluscos. Tais eram, com frutos silvestres, os principais elementos da alimentação. Como tinham animais domésticos, o boi, a cabra e a ovelha, aproveitariam também o leite dos animais.

Da arte cerâmica do homem neolítico ha restos numerosos. Encontram-se fragmentos que parecem de tijelas, de pasta grosseira, já vermelha, já escura. Em vasos mais antigos há adornos que constam apenas de traços em linha recta; em exemplares mais modernos aparece como adorno a linha curva. Na anta dos Padrões ao pé do Outeiro de Espinho (Mangualde) e em Palmela encontrou-se louça com ornamentação notável. Os vasos são de formas e tamanhos variados.

Os ornatos da louça não constituem a unica manifestação artística do homem neolítico. Em antas do concelho de Avis achou o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos objectos que revelam gosto, como placas de xisto ornamentadas. Estácio

da Veiga examinou cincoenta e seis placas de xisto com gravura ornamental e vinte e três fragmentos de outras. (II, 430.) Têem aparecido algumas esculturas rudimentares e restos de pintura em pedra.

O enorme progresso que a civilização neolítica representa em relação á idade paleolítica — observa o Sr. Dr. J. Leite de Vasconcelos — não pode talvez explicar-se satisfatoriamente por única e exclusiva evolução autoctónica da última. Sobrevieram provavelmente influências estranhas, que os estudos antropológicos poderão vir a revelar algum dia.

Não se nota apenas o progresso da civilização, pois até o tipo oferece diferenças consideráveis, o que torna mais plausível a hipótese da intervenção de novos elementos. Continuam aparecendo crâneos dolicocefálicos e braquicefálicos, com predomínio dos primeiros, como no tempo dos kjoekkoenmddings; porém os dolicocefálicos constituem dois tipos: um muito semelhante ao de Mugem, só mais volumoso, de prognatismo mais acentuado e menor desenvolvimento das fossas supraciliares; outro que parece a transição entre o tipo de Mugem e o de Cro-Magnon (crâneo dolicocefálico). Noutros pontos aparece o tipo braquicefálico de Mugem, e noutros ainda formas mixtas.

Em presença dos factos conhecidos, o Sr. Leite de Vasconcelos dá como existentes em Portugal, no período neolítico, pelo menos quatro grupos étnicos:

- 1) «raça de Mugem» modificada;
- 2) tipo dolicocefálico intermédio, de Cascais;
- 3) tipo braquicefálico, de Mugem;
- 4) tipo mixto (braqui-, dolicocefálico)¹.

¹ JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. I, pág. 33 e seg.; CARLOS RIBEIRO, *Estudos Prehistóricos em Portugal — Notícia de algumas estações e monumentos prehistóricos*, 2 vol., Lisboa, 1878, 1880; NÉRI DELGADO, *La Grotte de Furninha*, no *Compte-rendu* do Congresso de Lisboa de 1880; *Notes sur les Grottes de Carvalhal de Aljubarrota* (*Compte-rendu* cit.); *Notícia acerca das grutas da Cesareda*; *Relatório do Congresso de Archeologia e Anthropologia Prehistórica de Paris em 1889*; *Reconhecimento Scientifico dos Jazigos de Mármore e de Alabastro de Santo Adrião e das Grutas Com-*

Castros neolíticos. — Na tradição popular ficaram conhecidos pelo nome de *Castros* os cumes de certos montes

prehendidas nos mesmos Jazigos (Comun. da Com. do Serv. Geol., II, 46); As Cavernas em geral e especialmente de Santo Adrião em Trás-os-Montes (*Revista de Portugal*, vol. IV, pág. 31); PAULA e OLIVEIRA, *Note sur les ossements humains existants dans le Musée de la Commission des travaux géologiques* (Comun. da Com. dos Serv. Geol., II, 1); *Nouvelles fouilles dans les kjökkenmøddings de la vallée du Tage* (ib., 57); *Caracteres descriptivos dos crâneos da Cesareda* (ib. 109); ANTÔNIO DOS SANTOS ROCHA, *Antiguidades Prehistóricas do Concelho da Figueira*, 4 vol., Coimbra, 1888-1900, *passim*; *Memórias sobre a Antiguidade*, Figueira da Foz, 1897, pág. 11-108; A goiva de pedra nas estações neolíticas das cercanias da Figueira (Arq. Port., V, 205); ESTÁCIO DA VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, t. I e II; CARTAILHAC, *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, *passim*; P. CHOFFAT, *Étude Géologique du Tunnel du Rocío* (Lisbonne, 1889), pág. 60; *Exploitation souterraine du silex à Campolide, aux temps néolithiques* (no Arq. Port., vol. XII, pág. 338); J. LEITE DE VASCONCELOS, *Colecção Etnográfica do Sr. M. de Açuaga* (no Arq. Port., I, 20); *Excursão Arqueológica ao Sul de Portugal* (Arq. Port. cit., IV, 103 e seg.); *Machado de pedra de Vale de Messejana* (Arq. Port. cit., VII, 55); *Antiguidades do concelho de Miranda do Douro* (Arq. Port., VIII, 79); *Antiguidades de Viana do Alentejo* (Arq. Port., IX, 271); *Notice Sommaire sur le Musée Ethnologique Portugais* (Arq. Port., X, 65); *D'une manière de fabriquer les haches néolithiques* (Arq. Port., XVIII, 57); *Goiva de pedra de Óbidos* (ib., 130); *Excursão arqueológica no Cadaval* (ib., 205); *Excursão arqueológica à Extremadura Transtagana* (Arq. Port., XIX, 320); *Coisas velhas* (Arq. Port., XXII, III, 117, 118); A. J. MARQUES DA COSTA, *Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal* (Arq. Port., VII, 282; VIII, 141, 145, 266 e seg., 271 e seg., 274; IX, 152; X, 187, 190, 192; XI, 43; XII, 320 e seg.); FELIX ALVES PEREIRA, *Estação Arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos)* (Arq. Port., XIX, 140 e seg.); *Por caminhos da Ericcira* (ib., pág. 357 e seg.); *Cinegética e arqueologia* (Arq. Port., XX, 224 e seg.); *Antiquity* (Arq. Port., XXI, 212 e seg.); VERGÍLIO CORREIA, *Lisboa preistórica*, I — A estação neolítica dos Sete Moínhos, Lisboa, 1912; II — A estação neolítica de Vila Pouca, ib., 1912; *No Concelho de Sintra — Escavações e excursões* (Arq. Port., XIX, 205, 207); P. BELCHIOR DA CRUZ, *Explorações da Sociedade Archeológica da Figueira* (Arq. Port., VI, 99 e seg.); HENRIQUE BOTELHO, *Arqueologia de Trás-os-Montes* (Arq. Port., VII, 149; X, 237; XII, 25; XV, 83; XVIII, 239); *Arqueologia do Algarve* (Arq. Port., VIII, 212); MAXIMIANO APOLINÁRIO, *Necrópole Neolítica do Vale de S. Martinho* (Arq. Port., II, 210); *Grutas do Furadouro* (Arq. Port., III, 86); A. DOS SANTOS ROCHA, *Estudo sobre um machado de pedra do Algarve* (Arq. Port., II, 106); CELESTINO BEÇA, *Trituradores de pedra* (Arq. Port., VII, 309); ESTÁCIO DA VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve* (parte póstuma), no Arq. Port., X, 108; LUÍS CHAVES, *Segunda Exploração Arqueológica do Outeiro da Assenta (termo de Óbidos)*, (Arq. Port., XX, 258, 263); JOAQUIM RASTEIRO, *Notícias Arqueológicas da Península da Arrábida* (Arq. Port., III, 3-4); FONSECA CARDOSO, *Penedo com insculpturas, nos arredores de Viana do Castelo* (Arq. Port., III, 170); BERNARDO DE SÁ, *Necrópole preistórica da Torre (Portimão)*, (Arq. Port., IX, 173); A. SANTOS ROCHA, *A caverna dos Alqueves (Portugal)*, I, 333; *Estação neolítica da Ereira* (ib., 340); *Mobiliário neolítico disperso no vale inferior do Mondego e immediações, a E. do concelho da Figueira* (ib., 131); *Mobiliário neolítico disperso no distrito de Leiria* (ib., 591); *Mobiliário neolítico disperso no concelho de Nelas* (ib., 810); RICARDO SEVERO e FONSECA CARDOSO, *Nota sobre os restos humanos da caverna neolítica dos Alqueves (Portugal)*, I, 338); VIEIRA NATIVIDADE, *Grutas de Alcabça (Portugal)*, I, 433); ÁBÁDE SOUSA MAIA, *A necrópole de Canidelo (Terra da Maia)*, (Portugal), II, 619); J. DELGADO, *Notícia acerca de um machado de pedra descoberto nas vizinhanças de Porto de Mós* (*Revista Archeologica e Historica*, IV, 137).

ou quaisquer logares elevados onde existiam vestígios de povoação antiga. Além de *Castro* ou *Crasto*, designações usadas como nomes próprios, chamou-lhes também o povo *Castelo*, *Castêlo*, *Cividade*, *Cêrca*, *Crastêlo*, *Crestim*, *Castelinho*, *Citânia*, *Cidadelhe* etc.

As eminências eram escolhidas para habitação por serem logares defensáveis. Em geral eram montes isolados, ou com ligação a outro monte por um dos lados. A defesa era constituída pela escarpa do monte, de difícil acesso; e completava-se, pelo menos em muitos casos, com muralha em volta da povoação.

Não eram os *castros* os únicos locais habitados pelo homem, pois noutros pontos se encontram vestígios certos da sua existência. Procuravam também quaisquer logares de condição favorável, próximo de um rio, que lhes fornecia água e peixes; sítios abundantes de caça, ou mesmo de sílices, matéria prima de instrumentos de trabalho.

Tem-se discutido se os castros datam da idade neolítica ou apareceram só na idade dos metais e nos tempos protò-históricos. É certo que em quasi todos os castros se têm encontrado despojos posteriores ao período neolítico; porém isso não exclue a existência dêles como povoados naquele período, e prova apenas que por lá passaram outras civilizações. Pelo contrário, a ferramentaria exclusivamente neolítica da estação de Liceia parece não deixar em dúvida a existência de um castro naquele logar na época da pedra polida.

O Sr. Dr. Leite de Vasconcelos classifica os *castros* em *pre-romanos* e *lusò-romanos*; e divide os *castros pre-romanos* em três tipos: a) *neolíticos*, que têm por tipo o castro de Liceia; b) *mixtos*, que têm por tipo o Castelo de Pragança, em que aparecem confundidas as civilizações da idade neolítica e da idade dos metais; c) *proto-históricos*, como o de Sabroso, onde rareiam os monumentos neolíticos mas ha muitos objectos de cobre e bastantes de ferro.

Dos *castros lusò-romanos* pode considerar-se tipo a Cistânia de Briteiros, onde a par da antiga civilização indígena se revela a civilização romana, em moedas, inscrições, produtos cerâmicos etc.¹.

Antas ou dolmens. — Datam da idade neolítica os monumentos funerários que o povo designou pelos nomes de *antas*, *orcas* e *arcas*, e que os arqueólogos chamam *dolmens*, isto é «mesas de pedra».

O Sr. Dr. Leite de Vasconcelos define os dolmens: «constam de uma espécie de casa (*câmara*) de contôrno polygonal ou mais ou menos circular, formada de várias pedras (*esteios* ou *espeques*) enterradas a pino no solo, com uma grande lage por cima a cobri-la á maneira de *chapeu*, casa a que vai dar uma espécie de corredor ou *galeria*, mais baixa, também coberta de lages, — tudo revestido de um montículo de terra, de maiores ou menores dimensões».

Ao montículo deu o povo os nomes de *mamôa* (em algumas localidades diz-se *mâmoa*), *mamoinha*, *mamunha*, *montilhão* e *madorra*.

O diâmetro da câmara oscila mais frequentemente entre 2 e 6 metros; o comprimento da galeria, 6 a 10 metros; a altura dos esteios de 1 a 2 metros; pouco mais ou pouco menos. Quanto ás dimensões da mamôa, diz Martins Sarmiento: «Imagina-se que elevação precisava de ter a mamôa que cobria uma anta, sabendo-se que a de Gontinhães (Lapa dos Mouros) tem de altura mais de 3 metros, havendo-as ainda maiores. Isto com relação á altura. Quanto ao diâmetro, dizendo-se que o montículo, além de cobrir a anta, tinha de cobrir uma galeria ou corredor, que dela partia para a circunferência, e que ás vezes era da

¹ LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. I, pág. 48 e seg.; *Castros* (*Arqueólogo Português*, vol. I, pág. 3); CARLOS RIBEIRO, *Notícia da Estação Humana de Liceia* (t. I dos *Estudos Pre-históricos em Portugal*); F. MARTINS SARMENTO, *Os Argonautas — Subsídios para a antiga história do Occidente* (Porto, 1887), pág. 246 e seg. Quando adiante se tratar dos castros proto-históricos dar-se há nota bibliográfica mais extensa.

extensão de 6 ou mais metros, é fácil de ver que proporções poderia atingir».

As antas eram sepulturas. Nelas se recolhiam cadáveres de uma ou de mais famílias, talvez de gerações sucessivas. Em algumas antas foram encontrados ossos humanos pertencentes a muitos cadáveres; e juntamente instrumentos da idade neolítica: machados, lâminas de facas, pontas de seta e outros objectos. As antas não são igualmente frequentes em todas as regiões: rareiam na Extremadura; são mais numerosas em Trás-os-Montes, na Beira e no Alentejo. Em algumas localidades aproveitam-nas para abrigo de gado¹.

¹ Sobre o assunto: F. A. PEREIRA DA COSTA, *Descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*, Lisboa, 1868; CARLOS RIBEIRO, *Estudos prehistóricos em Portugal*; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. I, pág. 248 e seg.; *Antas do termo de Monsaraç (Arqueólogo Português*, I, 222); *Novos testemunhos da civilização neolítica (Arg. Port. cit.*, II, 1); *Antas do distrito de Viana (ib.*, 61); *Um monumento nacional (ib.*, 225); *Dolmens do concelho de Vila Pouca de Aguiar (ib.*, 231); *Herdade do Berlonguinho (Alcacer) (Arg. Port. cit.*, IV, 112); *Torrão (Alentejo) (ib.*, 114); *Antas da herdade do Freixo (Évora) (ib.*, 127); *Dolmen do Espírito Santo d'Arca (Beira Alta) (ib.*, 338); *Antas do Barrocal (Arg. Port.*, VII, 218); *Dolmen da Cunha Baixa (Arg. Port.*, IX, 303); *Orca dos Padrões (Arg. Port.*, X, 28); *Orca da Carvalhinha (Senhorim) (ib.*, 312); *Dolmens da Boulhosa (Alto Minho) (Arg. Port.*, XIV, 294); *Antas em Ponte de Sor (Arg. Port.*, XV, 248); *Dolmen transformado em capella (ib.*, 321); «*Mãmoas*» de *Albergaria a Velha (Arg. Port.*, XVII, 71); *Dolmens do Alentejo (ib.*, 195); *Le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques d'après les données de la toponymie (ib.*, 255); *Arqueologia prehistórica da Beira (orcas de Senhorim, Gandufe, Alcafache e Cunha Baixa), (Arg. Port.*, XVIII, 77); *Mesa de dolmen (Arg. Port.*, XIX, 179); *Antas dos arredores de Grândola (ib.*, 308); *Antas de Pavia (ib.*, 376); *Anta da Candieira (Redondo) (Arg. Port.*, XXI, 193); *Arcas de Carragedo do Alvão (Vila Pouca de Aguiar) (Arg. Port.*, XXII, 160); *Antas de Arraiolos e Odivelas (ib.*, 168); *Dolmen de Montabrão (ib.*, 169); JÚLIO BASSO, *Antas nos concelhos do Crato, Niza e Castelo de Vide (Arg. Port.*, I, 191); CESAR PIRES, *Antas dos arredores de Machêde (Évora) (Arg. Port.*, II, 229); FELIX ALVES PEREIRA, *Um passeio arqueológico no concelho dos Arcos de Valdevez (Arg. Port.*, VII, 193); *Novas mamões da serra do Soajo (Arg. Port.*, VIII, 72); PEDRO A. DE AZEVEDO, *Ruínas prováveis de uma anta, próximo de Aljezur (Arg. Port.*, VI, 167); *Ruivos (Beira) — Dolmens e sua exploração (Arg. Port.*, VII, 76); *Notícia de antas, junto de Lisboa, no sec. XVII (Arg. Port.*, X, 161); HENRIQUE BOTELHO, *Antas no concelho de Vila Pouca de Aguiar (Arg. Port.*, II, 81); *Antas e castros do concelho de Alijó (ib.*, 264); *Dolmens no concelho de Vila Real (ib.*, 298 e VI, 164); *Antas do concelho de Alijó (Arg. Port.*, IV, 180); *Dolmens no concelho de Vila Pouca de Aguiar (Arg. Port.*, V, 281; VI, 80; IX, 49 e 167); *Dolmens no concelho de Murça (Arg. Port.*, X, 335); M. DE MATOS SILVA, *Notícia das antiguidades prehistóricas do concelho de Avis (Arg. Port.*, I, 120, 214; II, 239); PADRE JOSÉ AUGUSTO TAVARES, *Arqueologia do distrito de Bragança — Dolmens de Vilarinho e de Zedes (Arg. Port.*, I, 107; com gravura em III, 169); OLIVEIRA GUIMARÃES, *Explorações arqueológicas em Passos de Ferreira — Forno dos Mouros (dolmen) (Arg. Port.*, II, 84); PADRE RAPHAEL RODRIGUES, *Dolmens ou*

Ideias religiosas do homem neolítico. — Alguns dos monumentos da idade neolítica acusam ideias religiosas, com quanto não seja possível discriminá-los nitidamente em seu carácter e significado. Neste ponto não deixa dúvidas o facto de se encontrarem tais monumentos em harmonia com as ideias religiosas de outros povos de civilização rudimentar.

Como geralmente aconteceu entre os povos mais atrasados, é provável que o homem neolítico de Portugal prestasse culto aos seres que mais o impressionavam. Podem haver-se por indícios da adoração dos astros a representação da lua em baixo relêvo, num objecto achado por Carlos Ribeiro numa sepultura preistórica da Folha das Barradas (Sintra); e o facto de em grande número de casos se encontrar voltada para o oriente a entrada dos dolmens, destinados a receptáculo dos mortos. A orientação das sepulturas é facto que aparece em muitos povos com significado particular. De algum modo confirma o valor destes indícios a existência do culto dos astros em tempos proto-históricos.

Em certas regiões, como em Trás-os-Montes, na Beira, na Extremadura e no Algarve appareceram pinturas e esculturas zoomórficas, que parecem acusar o culto dos animais.

antas de Vila Pouca de Aguiar (Arq. Port., I, 36); PEDRO A. FERREIRA, *Antiguidades de Trás-os-Montes* (Arq. Port., I, 47); P. BELCHIOR DA CRUZ, *Explorações da Sociedade Arqueológica da Figueira* (Arq. Port., VI, 100); PADRE M. J. DA CUNHA BRITO, *Antas do concelho de Ponte do Lima* (Arq. Port., XV, 313); ALBINO PEREIRA LOPO, *Antighalhas tras-montanas — Anta ou mamôa de Donai* (Arq. Port., XII, 307); JOAQUIM MANUEL CORREIA, *Antiguidades de Sortelha* (Sabugal), (Arq. Port., X, 203); A. SANTOS ROCHA, *As arcainhas do Seixo da Sobreda* (Portugalia, I, 13); JOSÉ FORTES, *A necrópole dolménica de Salles* (Terras de Bafofo) (Portugalia, I, 665); RICARDO SEVERO, *As necrópoles dolménicas de Trás-os-Montes* (ib., 687); PADRE JOSÉ BRENHA, *Dolmens ou antas no concelho de Vila Pouca de Aguiar* (ib., 691); RICARDO SEVERO, *Comentário ao espólio dos dolmens do concelho de Vila Pouca de Aguiar* (ib., 707); PEDRO BELCHIOR DA CRUZ, *Ruínas da Orca do Outeiro do Rato* (Beira Alta) (ib., 812); RICARDO SEVERO, *Les dolmens de Vila-Pouca-d'Aguiar (question d'authenticité)* (Portugalia, II, 113); ABADE SOUSA MAIA, *A necropole de Canidelo* (Terra da Maia) (ib., 619); F. MARTINS SARMENTO, *Antas e antelas*, na *Revista de Guimarães*, III, 142 e seg.; *Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães*, na *Revista de Guimarães*, v, 112 e seg.; GENERAL MESQUITA DE CARVALHO, *O dolmen da Barrosa*, Porto, 1898.

Da localização destas manifestações conclue bem logicamente o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos que a civilização neolítica não era uniforme no território do moderno Portugal.

A consagração dos mortos, as cerimónias fúnebres, os ídolos e o uso de amuletos provam que o homem neolítico acreditava na existência de espíritos e na sobrevivência da alma ¹.

Arte micénica. — Parece pertencerem á transição da idade neolítica para a idade dos metais certas sepulturas e outros monumentos, que oferecem analogias notáveis com alguns caractéres da arte micénica.

Quanto ás sepulturas, constam elas de câmara redonda abobadada e de galeria, portanto com disposição que as aproxima dos dolmens; porém não devem confundir-se com êstes, nem mesmo considerar-se como tipos de evolução do dolmen, pelo menos em Portugal. Apareceram algumas destas sepulturas em Sintra, no vale de S. Martinho; em Alcalar (Algarve) e nas grutas funerárias artificiais de Palmela. São do mesmo tipo de túmulos de cúpula micénicos encontrados na ilha de Creta.

Além das sepulturas referidas, apareceram outros monumentos que acusam a mesma fase micénica, principalmente certos ornatos esculpidos em pedra ².

Idade dos metais. — Compreendemos sob esta designa-

¹ J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. I, pág. 103 e seg., onde o assunto é tratado com grande desenvolvimento e elevação científica. Sobre pinturas prehistóricas há também do mesmo autor uma referência útil no *Arqueólogo Português*, vol. XI, pág. 324; e sobre *Esculturas preistoricas do Museu Etnológico Português* um curioso artigo no *Arqueólogo* cit., vol. XV, pág. 31 e seg.

² J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. I, pág. 293 e seg.; *Sepulturas preistoricas de character micenense* (*Arqueólogo Português*, VI, 129); MAXIMIANO APOLINÁRIO, *Necropole neolitica do Vale de S. Martinho* (*Arg. Port.*, II, 210); *Compte-rendu do Congresso de Lisboa* (1830), pág. 65 e seg.; F. MARTINS SARMENTO, *A arte micénica no noroeste de Hespanha* (*Portugalia*, I, 1); ANTONIO DOS SANTOS ROCHA, *Estações pre-romanas da idade do ferro nas vizinhanças da Figueira* (*Portugalia*, II, 306-307); ESTÁCIO DA VEIGA, *Antiguidades monumentais do Algarve*, t. III, pág. 131 e seg.; CARTAILHAC, *Les âges pré-historiques de l'Espagne et du Portugal*, pág. 293.

ção três períodos sucessivos e diversamente caracterizados: o *período calcolítico*, de transição da pedra polida para a idade dos metais, durante o qual se usaram instrumentos de pedra e simultaneamente de cobre; o *período do cobre e do bronze*, em que desaparecem os instrumentos de pedra; e o *período do ferro*.

Período calcolítico. — A exploração de jazigos de cobre na península hispânica data da mais remota antiguidade¹.

Não só Estrabão e Plínio falam da existência do cobre na península, como têm aparecido martelos de pedra em minas de cobre que oferecem sinais de exploração pre-romana. Muito provavelmente o martelo era instrumento empregado na lavra do metal. O emprêgo do cobre, sem a liga de estanho que produz o bronze, é indubitavelmente atestado pela exploração de certas estações preistóricas onde aparecem instrumentos de pedra e outros só de cobre, com exclusão do bronze. Estácio da Veiga refere muitos dêsses achados.

Uma das estações mais características do período calcolítico é a de Alcalá, no concelho de Vila Nova de Portimão. Em alguns dos monumentos ali existentes encontrou Estácio da Veiga armas e outros instrumentos de cobre, com exclusão do bronze; e a par de aqueles apareceram instrumentos neolíticos, o que se explica pelo próprio facto da transição, e ainda porque os instrumentos de pedra polida seriam em certos casos indispensáveis ao industrial do bronze.

Estudando a estação preistórica do Estoril, o Sr. Dr. Felix Alves Pereira chegou a conclusões muito interessantes. Em seu parecer, havia no período calcolítico formas próprias do paleolítico português e do francês; e como no período neolítico não aparece o encadeamento dêstes factos, afigura-se-lhe que se trata de um hiato étnico ou industrial

¹ Déchelette calcula que o cobre foi introduzido na Europa occidental cerca de dois mil anos a. J. C. *Manuel d'Archéologie*, t. I, pág. 2.

e do reaparecimento das necessidades próprias do homem paleolítico entre as populações do fim do neolítico.

Os objectos do período calcolítico achados em maior número são machados, pontas de seta, punções ou furadores e outros. No Outeiro da Assenta (Óbidos) appareceu um serrote de cobre e furadores tão flexíveis, que parecem mais para tecidos do que para peles. Acrescendo a êste facto que se encontraram também cossoiros e pesos de tear, conclue-se que aquelle povo se vestia de tecidos, embora não tivesse de todo abandonado as peles ¹.

Período do bronze. — Geralmente apparecem os instrumentos do período do bronze de tal modo confundidos com os do período calcolítico que não é possível estabelecer a separação nítida dos dois períodos.

O bronze resultou da liga do cobre com o estanho. A possibilidade da fusão dos dois metais verifica-se pelo antiquíssimo conhecimento da existência dêles na península; quanto ao próprio facto parece não deixarem dúvidas alguns dos monumentos que se têm descoberto.

Nos museus de Portugal existem da época do bronze numerosos machados, uns extremamente simples, semelhantes aos da idade neolítica, outros de feitios variados e com os aperfeiçoamentos que a experiência foi ensinando. Além dos machados apparecem também espadas, lanças, enxós, aneis, braceletes e vários outros objectos. Das lanças há muitas em forma de folhas vulgares, o que acusa

¹ J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. I, pág. 70 e seg.; ESTÁCIO DA VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, t. III; VERGÍLIO CORREIA, *A exploração arqueológica da serra das Mulelas* (Torres Vedras), (*Arqueólogo Português*, vol. XIX, pág. 264); A. J. MARQUES DA COSTA, *Estações preistoricas dos arredores de Setubal* (*Arq. Port.*, XIII, pág. 273 e seg.); FELIX ALVES PEREIRA, *Processo official do monumento preistorico do monte da Pena* (Torres Vedras), (*Arq. Port.*, XIV, 354 e seg.); *Estação arqueológica do Outeiro da Assenta* (Óbidos), (*Arq. Port.*, XX, 114 e seg., 147 e seg.); *Estação preistorica do Estoril* (*Arq. Port.*, XXI, 210-221); SANTOS ROCHA, *Alguns vestígios da época do cobre coligidos no Museu Municipal da Figueira* (na *Revista de Sciencias Naturais e Sociais*, V, n.º 17); *Primeiros vestígios da época do cobre nas cercanias da Figueira* (*Portugalia*, I, 132); *Novo vestigio da época do cobre nas vizinhanças da Figueira* (ib., 341); JOSÉ FORTES, *A sepultura da quinta da Agua Branca (idade do cobre)*, na *Portugalia*, II, 241. Vid. a nota bibliográfica de pág. 8.

sentimento artístico. Os anéis, braceletes e outros adornos também provam esmero e delicadeza. A cerâmica é muito mais perfeita do que a dos períodos anteriores.

Mostraram os povos dêste período respeito aos mortos. Umas vezes inhumavam os cadáveres, outras incineravam-nos; e também há exemplos de os guardarem em grandes vazilhas de barro ¹.

Período do ferro. — Se é bem fundada a pretensão de alguns arqueólogos, que referem ao século XI a. C. a introdução do uso do ferro nos países banhados pelo Mediterrâneo, devia o conhecimento dêle chegar á península na mesma época ou pouco depois. Pela sua dureza e maleabilidade oferecia o ferro tais vantagens que não podiam deixar de o tornar preferido; todavia é certo que com êle persistiu durante muito tempo, talvez até aos tempos históricos, o uso do bronze.

Cedo começou o ferro a ser empregado em objectos da vida doméstica e em armas de guerra e de caça, como provam as descobertas feitas em estações preistóricas.

¹ JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. I, pág. 70 e seg.; *Colecção etnográfica do Sr. M. de Arzuaga* (*Arqueólogo Português*, I, 20); *Cidade velha de Santa Luzia* (*Arg. Port.*, VIII, 15); *Acquisições do Museu Etnológico Português* (*Arg. Port.*, IX, 39-41); *Notice sommaire sur le Musée Ethnologique Portugais* (*Arg. Port.*, X, 65); *Estudos sobre a época do bronze em Portugal* (*Arg. Port.*, XI, 179; XIII, 300); *Excursão pela Extremadura Cistagana e Norte de Portugal* (*Arg. Port.*, XXII, 145); CHRISTOVAM AYRES, *História do exército português*, t. I, pág. 234 e seg.; HENRIQUE BOTELHO, *Arqueologia de Trás-os-Montes* (*Arg. Port.*, IX, 166; XV, 84); JOAQUIM FONTES, *Une cenochoé en bronze rencontrée à Rio-Maior* (*Arg. Port.*, XXI, 264); *Sur un moule pour faucilles de bronze provenant du Casal de Rocanes* (*ib.*, 337); ANTÓNIO AUGUSTO MENDES CORREIA, *Sobre alguns objectos protohistóricos e lusitano-romanos, especialmente de Alpiarça e Silvã* (*Arg. Port.*, XXI, 331); FELIX ALVES PEREIRA, *Dois machados de bronze* (*Arg. Port.*, VIII, 30); *Machados de duplo anel* (*ib.*, 132); *Castelo de S. Miguel o Anjo* (*Arg. Port.*, I, 151); *Dois machados de bronze* (*Arg. Port.*, IV, 88 e 241); P. BELCHIOR DA CRUZ, *Explorações da Sociedade Arqueologica da Figueira* (*Arg. Port.*, VI, 100); ALBINO PEREIRA LOPO, *O alto do Carocado ou Carrocedo* (*Arg. Port.*, VII, 70); JOSÉ FORTES, *Instrumentos de bronze* (*ib.*, 102); ARRONCHES JUNQUEIRO, *Estudos sobre Troia, de Setúbal* (*Arg. Port.*, VII, 176); A. J. MARQUES DA COSTA, *Estações preistóricas dos arredores de Setúbal* (*Arg. Port.*, XIII, 270; XV, 55); A. SANTOS ROCHA, *Vestigios da época do bronze em Alvaiázere* (*Portugalica*, I, 135); *Nota sobre um adorno metálico existente no Museu da Figueira* (*ib.*, 592); HENRIQUE BOTELHO, *Instrumentos de bronze no concelho de Vila Real* (*ib.*, 825); JOSÉ FORTES, *Tesouro de Viatodos — Da idade do bronze* (*Portugalica*, II, 110); *Esconderijo morgeano da Carpinteira* (Melgaço), (*ib.*, 475); *Esconderijo morgeano de Ganfey* (Valença), (*ib.*, 661); *Machados avulsos da idade do bronze* (Famalicão e Barcelos), (*ib.*, 662).

A primeira época do ferro pode considerar-se finda na época das guerras púnicas, isto é, com a vinda dos romanos á península; e assim se confunde, pelo menos em grande parte, com os tempos protoistóricos ¹.

¹ CARTAILHAC, *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, pág. 209 e 243; DÉCHELETTE, *Essai sur la chronologie préhistorique de la péninsule Ibérique*, pág. 64; ESTACIO DA VEIGA, *Antiguidades monumentais do Algarve*, t. IV, pág. 239 e seg.; e parte póstuma, no *Arqueólogo Português*, vol. X, pág. 8 e seg.; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Notice sommaire sur le Musée Ethnologique Portugais* (*Arg. Port.*, X, 67); SANTOS ROCHA, *A protoistória em Portugal* (*Arg. Port.*, XIV, 257); VERGÍLIO CORREIA, *Conimbriga — A camada pre-romana da cidade* (*Arg. Port.*, XXI, 255); RICARDO SEVERO e FONSECA CARDOSO, *Santa Olaya, na Portugália*, II, 324.

III

TEMPOS PROTOISTÓRICOS — ETNOGENIA E ETNOGRAFIA

Limites da protoistória. — Pela designação de *tempos protoistóricos* entende-se o período compreendido entre as idades preistóricas, das quais só temos notícias pelos monumentos arqueológicos, e a época histórica, já conhecida por monumentos escritos. As fontes de informação dos tempos protoistóricos são ainda em grande parte monumentos arqueológicos, e simultaneamente referências e tradições, quasi sempre escassas e obscuras, registadas por antigos escritores.

Desta noção se infere, que nem a época protoistórica tem os mesmos limites cronológicos em todos os países, nem é possível fixar-lhe cronologicamente o princípio. Quanto ao termo dos tempos protoistóricos e começo da idade histórica podemos fixá-los nos fins do século III a. J. C., com a vinda dos romanos para a península; pôsto que a idade histórica não alvoreça desde logo para todas as regiões da *Hispania*. Com efeito, no século II a. C. ainda Políbio se mostra mal informado acêrca dos «povos numerosos e bárbaros» que habitavam a occidente, dos quais dizia que não tinham denominação comum, «porque a sua descoberta é muito recente».

Vejamos individudamente os povos peninsulares que as tradições e os monumentos referem como mais antigos.

Os iberos. — Mencionam-se como povos mais antigos da península os *iberos*, cuja proveniência se desconhece. A

hipótese que os relaciona com os iberos da Ásia não parece suficientemente justificada, embora se possa filiar num passo do antigo escritor Varrão, a quem outros seguiram; e apesar de defendida por alguns modernos, que em seu apoio invocaram razões deduzidas da comparação de elementos étnicos ¹.

Parece que o nome de *Iberia* ou *Hiberia*, pelo qual foi designada na antiguidade toda a península, se applicou primeiramente só à região banhada pelo rio Ebro, em latim *Iberus* ou *Hiberus*; e afigura-se por tanto aceitável que a palavra *iberos*, em latim *iberi*, designando o conjunto dos povos da mesma região, tivesse fundamento geográfico sem qualquer significado étnico.

Esta interpretação é abonada pelo geógrafo Estevam de Bizâncio (século v?), que fala da existência de duas *Ibérias*, uma na Ásia, outra junto das colunas de Hércules.

Das tradições vagas e confusas àcerca dos mais antigos povos da península e das ilações que os arqueólogos, com mais segurança, puderam inferir dos monumentos, não é possível discriminar o que se refere aos povos chamados iberos do que pertence a colónias posteriormente estabelecidas na península ².

Os fenícios. — Não é possível fixar, nem mesmo aproximadamente, a época em que os fenícios travaram relações comerciais com a Ibéria. Estrabão diz que já antes

¹ Informa o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos: « Ainda no Congresso dos Orientalistas, reunido em Viena em 1886, apresentou E. Bonnell uma memória em que procura estabelecer relações de parentesco entre os Iberos-Vasconços e os Iberos-Caucásicos, baseando-se para isso em textos dos AA. greco-romanos, no onomástico antigo, na comparação gramatical do vasconço com o acádico e o georgiano, e na etnografia: vid. *Verhandlungen des VII. internationalen Orient-Congresses*, Viena, 1889, p. 1 (Hochasiastische und malayopolyn. Sect.) ». *Religiões da Lusitânia*, t. I, pág. 50, n. 1.

² J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. 1, pág. 49-50; J. M. PEREIRA DE LIMA, *Iberos e Bascos* (Paris-Lisboa, 1902), pág. 79 e seg.; D'ARBOIS DE JUBAINVILLE, *Les premiers habitants de l'Europe*, t. I, pág. 27; E. PHILIPPON, *Les Ibères — Étude d'histoire, d'archéologie et de linguistique*, Paris, 1909; EDUARDO DE HINOJOSA, *Historia General del Derecho Español* (Madrid, 1887), t. I, pág. 54; PÉREZ PUJOL, *Historia de las Instituciones sociales de la España Goda*, t. I, pág. 5 e seg.

da idade de Homero êles possuíam as melhores terras desta península. Refere-se ao século XII a. C. a fundação da colónia de *Gadir*, ou *Gades* (hoje Cádiz), que foi na Espanha o maior e mais notável de seus estabelecimentos; porém antigos escritores registaram tradições, segundo as quais é lícito supôr que a colonização fenícia na Espanha data de tempos mais remotos.

A terras tão distantes era aquele povo oriental atraído pelas riquezas mineiras que os naturais da península não sabiam aproveitar. O ouro, a prata e o cobre foram explorados em escala relativamente grande, a tal ponto que Diodoro de Sicília e outros escritores antigos encarecem as riquezas assim auferidas pelos fenícios.

No litoral do Mediterrâneo e do Atlântico, junto à foz dos rios e em todos os pontos favoráveis ao comércio, levantaram-se feitorias e cidades tírias, que eram outros tantos mercados onde se negociavam produtos. As mais importantes dessas povoações, além da referida Cádiz, eram: *Malaca* (Málaga), *Hispalis* (Sevilha), *Melcarteia* (Algeciras), *Sexi* (Jate), *Abdera* (Adra) e outras que não é possível localizar.

Esta larga acção, que durou séculos, é ainda hoje atestada pelos caracteres ibéricos, de origem fenícia, gravados em inscrições lapidares e moedas cunhadas em diversas idades; e até, segundo investigadores autorizados, em alguns nomes geográficos de origem fenícia, como parece ser o de Lisboa (*Olisipo*, *Olisippo*, *Ulisipo*, *Ullisipo*), ao qual se attribue a significação de *baía formosa*, ou *baía amena*, segundo outros.

O próprio nome de *Espanha*, em latim *Hispania*, *Spania*, filia-se no vocábulo púnico *Span*, que significa terra occulta e remota.

Em troca de riquezas minerais, traziam os fenícios à península o produto de suas indústrias. Em estações pre-romanas, ao sul de Portugal, tẽem aparecido objectos de marfim e de âmbar, que por êles foram talvez introduzi-

dos. A mesma proveniência se atribue a muitos objectos aparecidos em diversos pontos de Andaluzia, como vasos de barro, ídolos e estatuetas funerárias. A influência civilizadora dos fenícios foi muito considerável, principalmente na Tudertânia e na mesopotâmia compreendida entre o Tejo e o Guadiana. Estrabão diz que «o domínio dos fenícios nesta parte da Ibéria foi tão completo que ainda agora, na maior parte das cidades da Turdetânia e dos campos próximos, o fundo da população é de origem fenícia ¹».

Lígyres. — São muito vagas as notícias que se encontram sobre a existência dos lígyres na península como sobre a existência deles nos diversos países que habitaram nos tempos protoistóricos. Os autores antigos, como Plutarco, Dionísio de Halicarnasso e outros, não são concordes nem quanto à origem dos lígyres nem quanto aos territórios que ao seu domínio estiveram sujeitos.

Os modernos eruditos, procurando elucidar a questão com os dados da arqueologia e da etnografia, embrenham-se em discussões em que por vezes domina mais a hipótese do que a razão científica. Assim, ao passo que alguns, como o nosso arqueólogo Martins Sarmiento, engrandecem a acção civilizadora dos lígyres no occidente da península,

¹ ESTRABÃO, *Geografia*, III, II, *passim*; DIODORO DE SICÍLIA, *Bibliotheca Historica*, I, IV, cap. XVIII; I, V, cap. XXXVIII; VELLEIO PATÉRCULO, *Historia de Roma*, I, I, cap. II; CARDEAL SARAIVA, *Colecção de testemunhos históricos que provam a vinda de alguns povos antigos ás Hespanhas* (Obras, II, 5 e seg.); J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. I, pág. 51-53; *Nova inscrição ibérica do sul de Portugal* (no *Arq. Port.*, vol. III, pág. 185 e seg.); A. J. MARQUES DA COSTA, *Estações preistóricas dos arredores de Setúbal* (*Arq. Port.* cit., XV, 75-76, 81-82); SANTOS ROCHA, *Estações pre-romanas da idade do ferro nas vizinhanças da Figueira* (*Portugalia*, II, 361 e seg.); J. M. PEREIRA DE LIMA, *Phenícios e Carthaginezes* (Lisboa, 1903), especialmente pág. 123 e seg.; E. HUBNER, *Monumenta Linguae Ibericae*, Berlim, 1893; *Objetos de arte fenicio encontrados en Andalucia* (na *Revista de Archivos*, 1900); *Nuevos estudios sobre el idioma iberico* (ib., 1898); D'ARBOIS DE JUBAINVILLE, *Les premiers habitants de l'Europe*, t. I (em diversos logares); J. RUBIO DE LA SERRA, *Los primeros habitantes de España según la Historia e según la Arqueologia*, Barcelona, 1904; PIERRE PARIS, *Essai sur l'Art et l'Industrie de l'Espagne primitive*, Paris, 1903, 1904, t. II; EDUARDO DE HINOJOSA, *Historia General del Derecho Español*, t. I pág. 88, 91; PÉREZ PUJOL, *Historia de las Instituciones Sociales de la España Goda*, t. I, pág. 85-105.

outros a restringem muito, limitando-se ás poucas notícias que oferecem alguma probabilidade.

D'Arbois de Jubainville, que attribue aos lígures a introdução da agricultura e da metalurgia do bronze no occidente europeu, aceita como próprio da língua dos lígures o sufixo — *ascus*, — *asca*; de onde poderia deduzir-se que os nomes geográficos antigos que terminam pelos sufixos — *asco*, — *asca*, — *usco*, — *usca*, — *osco*, — *osca* são ligúricos. Ora, ao passo que nas províncias setentrionais da Espanha há cerca de vinte povoações cujos nomes têm semelhante desinência, em Portugal apenas poderá citar-se aquela a que corresponde o gentílico *Vipascensis* (de *Vipasca*?), que aparece numa tábula romana de bronze de Aljustrel. Dêste modo seria, como realmente parece, muito restrita a influência dos lígures no território do moderno Portugal¹.

Gregos. — Os gregos estabeleceram-se na Espanha muito depois dos fenícios, e quando a influência dêstes já declinava. A mais antiga notícia da vinda de helenos é a que dá Heródoto, quando refere que alguns marinheiros de Samos, arrojados pelos ventos, chegaram a Tartessó (Cádiz), cerca de 630 anos a. C. Já então havia muitas colónias gregas na bacia occidental do Mediterrâneo, e entre elas a de *Massalia* ou *Massilia*, fundada pelos focenses na costa da Gália.

Outros escritores supõem mais antiga a entrada dos gregos na Espanha. Quando Plínio dá a colónia de Sagunto estabelecida 200 anos antes da guerra de Tróia, o que não representa fixação cronológica bem determinada, exprime o conceito de antiguidade muito remota.

¹ J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. I, pág. 53-55; F. MARTINS SARMENTO, *Ora marítima* (Porto, 18,6), pág. 86 e seg.; ADOLFO COELHO, *Antigos nomes hispânicos* na *Revista Arqueológica*, III, 1 e seg.; *Questões Ethnogenicas — Lusitanos, Lígures e Celtas*, ib., 12, 163; IV, 153; E. HUBNER, *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, 788; D'ARBOIS DE JUBAINVILLE, *Les premiers habitants de l'Europe*, t. I, pág. 308-393; t. II, pág. 1-215.

Segundo Estrabão, habitantes da ilha de Rhodos fundaram *Rhode* (Rosas?), nas costas da Catalunha. Notícias mais certas abonam o estabelecimento da colónia de *Emporion*, nome que significa *mercado*; ou fundada pelos focenses, como escreveu Tito Lívio, ou, segundo Estrabão, por habitantes de *Massalia*, que também eram de origem focense. A povoação (hoje *Castellon de Ampurias*) levantou-se contígua a outra habitada por indígenas. «A cidade grega — diz Tito Lívio — estava voltada para o mar, e tinha, em toda a circunferência do muro, menos de 400 passos: o muro dos espanhóis era mais afastado do mar e tinha 3.000 passos em circuíto.»

Entre as outras colónias gregas figura *Sagunto*, cuja origem os escritores antigos atribuem a habitantes da ilha de *Zacynthos*, os quais lhe deram o nome da mãe pátria; e também *Artemision* ou *Dianium* (hoje *Denia*), conhecida igualmente pelo nome de *Hemeroscopion* e fundada pelos focenses.

Em outros pontos diversos se estabeleceram os gregos, como provam algumas inscrições lapidares e outros monumentos arqueológicos. Na necrópole de Alcácer do Sal apareceram vários produtos do comércio grego, como vasos, uma espada de ferro e esculturas em marfim, objectos que se atribuem a época compreendida entre os séculos vi e iii a. C.¹.

¹ PLÍNIO, *Naturalis Historia*, l. iii, cap. iii e iv; TITO LÍVIO, l. xxi, cap. xiv; l. xxvi, cap. xix; l. xxxiv, cap. viii e ix; ESTRABÃO, *Geografia*, l. iii e iv; CARDEAL SARAIVA, *Colecção de testemunhos que provam a vinda dos antigos gregos ás regiões occidentaes da Hespanha* (Obras, II, 41 e seg.); JOAQUIM JOSÉ DA COSTA DE MACEDO, *Memória sobre os conhecimentos da língua e literatura grega que houve em Portugal até ao fim do reinado de El-Rei D. Dúarte*, na colecção de *História e Memórias da Academia*, nova série, 2.^a classe, t. I, pág. 1; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. II, pág. 55-56; *Notice sommaire sur le Musée Ethnologique Portugais*, no *Arqueólogo Português*, vol. X, pág. 67; MARTINS SARMENTO, *Les Grecs dans le Nord-Ouest de l'Ibérie*, no *Instituto*, vol. XXIII, pág. 1 e seg., 49 e seg.; SÁNTOS ROCHA, *Portugalia*, II, 302; CARTAILHAC, *Les âges pré-historiques de l'Espagne et du Portugal*, pág. 251 e seg.; HINOJOSA, *Historia General del Derecho Español*, t. I, pág. 99-108; PÉREZ PUJOL, *Historia de las Instituciones Sociales de la España Goda*, t. I, pág. 107 e seg.

Celtas. — No século vi ou v a. C., conforme se reputa mais provável, quando os iberos já sentiam a influência civilizadora de fenícios, lígures e gregos, desceram da Gália tribus de celtas, que na península se alastraram em grande extensão.

Foi muito povoada de celtas a região de entre Tejo e Guadiana, segundo testemunho unânime dos escritores, corroborado por modernos estudos arqueológicos e linguísticos. Além do Guadiana difundiram-se na região denominada *Betúria*. Os escritores não mencionam a existência de celtas entre o Tejo e o Douro; todavia é certo que nessa região existiram também, como se infere de muitos nomes célticos ali aplicados a pessoas e a logares geográficos. Eram celtas, ou pelo menos *célticos*, isto é, descendentes de celtas, os *gróvios*, que, segundo o testemunho de Pomponio Mela, habitavam ao norte do Douro e ainda em parte da Galiza. Finalmente, no centro da península, tanto se misturaram com os antigos habitantes, que aos povos resultantes da fusão se deu por tal motivo o nome de *celti-beros*, como se encontra aplicado pelo poeta Lucano e por outros escritores da antiguidade.

Dos elementos de língua céltica que passaram ao onomástico de logares, o que aparece com mais frequência é o vocábulo *briga*, que entra na composição dos nomes de muitas povoações (*Conimbriga*, *Lacobriga*, *Caetobriga*, etc.). *Briga* significa *altura*, *castelo*; e servia para designar as povoações em montes elevados, como usavam os povos protohistóricos da península ¹.

Cartagineses. — No século vi a. C., ou pelo menos no

¹ J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. I, pág. 55 e seg.; *Os Gróvios* (*Arqueólogo Português*, X, 287; XI, 324); *Nota a respeito dos Gróvios e Célticos* (*Arq. Port.* cit., XIV, 131); F. ALVES PEREIRA, *Um Gróvio Autêntico* (*Arq. Port.*, XI, 202 e seg.); MARTINS SARMENTO, *Ora marítima*, pág. 86 e seg., 107, 135; *A Arte Mycenica no noroeste de Hespanha* (*Portugalia*, I, 1); HINOJOSA, *Historia General del Derecho Español*, t. I, pág. 54 e seg.; PÉREZ PUJOL, *Historia de las Instituciones Sociales de la España Goda*, I, pág. 13 e seg.

século v, havia já estabelecimentos cartagineses na península, na região de Gades, designada na *Ora marítima* de Avieno pelo nome de *Ager Tartessus*. Ali tinham vindo em socorro dos habitantes de Gades, seus irmãos pela raça, pois eram todos da mesma origem fenícia; e, como é natural, vencidos os povos vizinhos, que aos gaditanos moviam guerra, deram-se a explorações comerciais na península, como faziam noutras terras banhadas pelo Mediterrâneo. Dêste modo chegaram a estabelecer o seu predomínio na Bética, onde fundaram povoações; e firmaram-se pelo decurso do tempo noutros pontos, absorvendo as antigas colónias fenícias e impondo a sua hegemonia comercial.

Quando, pelo tratado que pôs termo à primeira guerra púnica, os cartagineses tiveram de abandonar aos romanos a Sicília e outras ilhas, decidiram compensar aquelas perdas conquistando a Espanha. Neste desígnio foi enviado à península (238 a. C.) um general já ilustre na guerra contra Roma, *Amílcar Barca*, que em breve subjugou o litoral do Mediterrâneo e, a occidente, as tribus dos lusitanos. Durante nove anos se houve de tal modo — diz Tito Lívio — que menos parecia exercer funções de govêrno do que alimentar propósitos de guerra.

Morto Amílcar em peleja com os vetões (229), sucedeu-lhe seu genro *Asdrúbal*, que à dilatação das conquistas preferiu a consolidação dos dominios já adquiridos. Procurou conciliar a bôa vontade dos povos com alianças políticas e govêrno suave; e fomentou a fusão de cartagineses com os habitantes da península. Fundou para capital a *Nova Carthago* (Cartagena), em cujo local existia já uma povoação mais modesta. Aquele ponto oferecia grandes vantagens ao comércio com a metrópole e com os demais portos do Mediterrâneo. Assassinado Asdrúbal, sucedeu-lhe no govêrno seu cunhado *Anníbal*, filho de Amílcar (221).

Aníbal continuou a obra herdada, afirmando desde o princípio as notáveis qualidades políticas e militares de sua família. No seu tempo se encontravam os cartagineses se-

nhores não só do litoral do Mediterrâneo e da Bética, mas da parte occidental da península e até das costas setentrionais, como parece depreender-se de textos que nos legaram escritores antigos. Na Lusitânia fundou Aníbal a povoação que do seu nome se chamou *Portus Hannibalis* (Porto de Aníbal), e que por alguns foi identificada com Vila Nova de Portimão. André de Resende preferiu atribuir-lhe a posição de Alvôr.

Tão grandes e rápidos progressos na conquista de um grande império inquietavam os romanos, que, para empecerem o desenvolvimento dos cartagineses, procuravam a aliança das colónias gregas da Gália e da Espanha. Como tais meios não parecessem bastantes, ainda em tempo de Asdrúbal, e quando à hegemonia de Cartago já apenas era estranho o interior da península, mandou Roma seus embaixadores áquele general, com quem ajustaram um tratado que estabelecia por limite aos cartagineses o rio Ebro (227). No mesmo tratado se consignou que os africanos respeitariam as colónias gregas aliadas de Roma; porém não é possível determinar se entre elas já estava incluída Sagunto, ou se esta, como pretendem outros, só muito depois pactuou a sua aliança com Roma.

Surgindo um conflito entre Sagunto e alguns povos aliados dos cartagineses, Aníbal interveiu em favor destes. Os romanos enviaram-lhe uma embaixada a dissuadí-lo de tal procedimento, que tinham por violação dos tratados; porém Aníbal continuou o cerco da cidade, que era rica e poderosa.

Os romanos expediram então embaixadores a Cartago, reclamando contra o que se estava passando em Sagunto. As discussões travadas, nas quais o senado cartaginês se recusou a admitir que a cidade sitiada se compreendesse nos tratados, por ser posterior a êles a sua aliança com Roma, não deram o efeito desejado. As dúvidas levantadas eram tais, que na própria cidade de Roma se não tomou durante muito tempo a decisão da guerra, protelando-se

as discussões, como atesta a frase que ficou célebre: *Dum Romae consulitur Saguntum expugnatur: emquanto em Roma se discute, Sagunto é expugnada*. Esta hesitação, depois de tantas discussões, deixa suspeitar que em verdade os romanos se não julgavam obrigados a entrar na guerra para defender Sagunto, mas aproveitaram êste negócio como pretexto para aniquilarem o poderio que os cartagineses alcançavam na Espanha.

Como não pudessem resistir por mais tempo, e perdida a esperança de que os romanos lhes enviassem socorros, os saguntinos incendiaram a cidade e muitos precipitaram a vida nas ruínas; todavia Aníbal ainda pôde fazer muitos prisioneiros e apoderar-se de consideráveis riquezas, parte das quais enviou para Cartago (219).

Se Aníbal não tinha já o propósito de levar a guerra à própria cidade de Roma, pelo menos não se deixou prender de ilusões sobre as conseqüências da destruição de Sagunto. Com um grande exército marchou por terra a caminho da Itália, dando princípio à segunda guerra púnica.

Não interessa ao nosso plano a história da campanha, uma das mais famosas da antiguidade. Os romanos empreenderam desde logo a conquista da Espanha (218); e anos depois, derrotado Aníbal na batalha de Zama (202), foi imposta aos cartagineses a perda formal da península, no tratado que pôs termo à segunda guerra púnica (201)⁴.

Geografia da Lusitânia protoistórica. — Segundo Estrabão, o mais antigo conceito geográfico da Lusitânia deixava

⁴ Tito Lívio, l. xxi, cap. vi-ix, xi-xv, xviii e xix; l. xxviii, cap. xii-xvi, xix, xx, xxii, xxiii, xxxi, xxxiv, xxxvi e xxxvii; Polúbio, l. ii, cap. i, xiii e xxxvi; l. iii, cap. xiii, xiv, xvii, xx, xxi, xxvii, xxix e xxx; liv. xi, cap. xx-xxiv, xxxi-xxxiii; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. I, pág. 68 e seg.; *Uma raça originária da África* (Arqueologo Português, I, 67); J. J. DA COSTA DE MACEDO, *Memória sobre os conhecimentos de lingua e literatura grega que houve em Portugal* etc., pág. 26-36 (na col. de *História e Memórias da Academia*, nova série, 2.^a classe, t. I, p. I); CARDEAL SARAIVA, *Carthagínez nas Hespanhas*, Obras, t. II, pág. 15 e seg.; ANDRÉ DE RESENDE, *De Ant. Lus.*, lib. iii, t. I (Coimbra, 1790), pág. 127 e seg.; A. AURÉLIO DA COSTA FERREIRA, *Sobre uns vasos antigos do Museu Etnológico Português* (Arq., Port., XIX, 1).

a região dêste nome confinada entre o Tejo, ao sul, e o mar Cantábrico ao norte. A oriente dava-lhe o mesmo geógrafo por limites os territórios que occupavam os carpetanos, os vetões, os vaceus e os calaicos; pôsto que a todos estes povos — diz êle — alguns escritores chamassem também lusitanos; e dos lusitanos — acrescenta — muitos adoptaram o nome de calaicos, levados pelo prestígio guerreiro dêste último povo.

Os limites da Lusitânia indicados pelo geógrafo grego eram apenas consagrados pela tradição. Nos últimos tempos do reinado de Augusto, dividida a Espanha em três províncias, Tarraconense, Bética e Lusitânia, teve esta por limites a foz do Guadiana, de aí o mar até ao Promontório Sagrado e pelo occidente até à foz do Douro; êste rio por limite setentrional; e por limite oriental as fronteiras da Bética e da Tarraconense. Provavelmente se radicou então o uso de chamar calaicos aos povos que demoravam ao norte do Douro, nome que muitos dêles já tinham adoptado, como diz Estrabão; e correspondentemente se deu o nome de *Callaecia* ou *Gallaecia* a todo o território comprehendido entre o Douro e o mar Cantábrico.

Da antiga *Callaecia* só nos interessa a região comprehendida entre Minho e Douro e o território correspondente à nossa moderna província de Trás-os-Montes.

Há memória de diversas cidades e povoações que nos tempos protoistóricos existiram na zona que deixamos delimitada. Nos nomes de algumas delas entram os elementos célticos *briga* e *dunum* (= *dunom*) que significam *monte fortificado*. Tais são *Volobriga*, *Coeliobriga*, *Tuntobriga*, *Caladunum*, *Araducca*.

Cidade das mais importantes na região interamnense era *Bracara*, que no tempo dos romanos alcançou o epíteto de *Augusta*. De várias cidades da idade protoistórica só conhecemos hoje os nomes latinos: *Complutica*, *Pinetum*, *Aquae Flaviae* e outras.

Em Moncorvo ou nas suas proximidades existiu uma

Civitas Baniensium. Segundo o Sr. Leite de Vasconcelos, a moderna cidade de Bragança parece corresponder a uma antiga *Brigantia*. É hoje impossível identificar os locais de quasi todas estas cidades.

Na região compreendida entre o Douro e o Tejo houve na época pre-romana muitas povoações cujos nomes são conhecidos; porém não é possível localizar hoje algumas delas, como *Arabriga*, *Tubucci*, *Sellium*, *Talabriga*, *Langobriga* (Langroiva?) e outras.

Na margem do Douro, a pequena distância do mar, encontra-se a povoação conhecida pelo nome de *Calle*. Muito para o interior, perto do rio Côa, existia a *civitas Aravorum* (Devêsa, perto de Marialva); e na mesma região, em local não determinado, a *civitas Lanciensium Transcudanorum*. Provavelmente pertencem também aos tempos protoistóricos Lamego e Viseu. O nome desta última cidade aparece em moedas visigóticas sob a forma *Veseo*.

A antiga *Aeminium* era no local da moderna Coimbra. A *Conimbriga* corresponde hoje Condeixa-a-Velha. *Colippo* era a moderna Leiria.

No interior havia a capital dos *Igaeditani*, a qual, segundo conjectura o Sr. Leite de Vasconcelos, teria primitivamente o nome de *Igaedi* ou *Igaedium*. Em moedas visigóticas aparece com o nome de *Egitania*. É a moderna Idanha.

Eburobrittium era povoação situada provavelmente junto do lugar onde hoje é a Amoreira de Óbidos. Na margem direita do Tejo era *Scallabis* ou *Scalabis* (Santarém); e mais ao sul, ainda na margem direita do rio, *Olisipo*, (Lisboa). Nos primeiros séculos da idade média, o nome aparece transformado em *Olisipona*, que veio a dar *Lisboa*.

Ao sul do Tejo há a considerar duas regiões: a mesopotâmia — como lhe chamou Estrabão — de Entre Tejo e Guadiana, e o *Cyneticum*, correspondente ao moderno Algarve. O Guadiana servia de limite entre o *Cyneticum* e

o *ager Tartessius*, a que já anteriormente aludimos, segundo a menção feita por Avieno.

Na mesopotâmia, começando pela parte mais setentrional, há a mencionar uma povoação que nos textos e numa inscrição romana é designada pelo nome de *Aritium Vetus*, situada, segundo parece, na margem esquerda do Tejo. *Ammaia* era uma cidade próxima do local onde hoje existe Portalegre. Perto de Terena, no monte de S. Miguel da Mota, existiu um célebre santuário do deus Endovélico; e em montes vizinhos de aquele existiram diversos castros. *Ebora* foi cidade talvez importante; mas da época pre-romana apenas se lhe conhece o nome.

Mais próximo do mar, existiu na península da Arrábida *Equabona*, nome do qual parece derivar a designação actual, *Coima*; e a sueste, junto ao Sado, *Caetobriga*. Mais a sueste, ainda nas margens do Sado, existiu *Salacia*, cujo nome primitivo foi *Eviom*. Nas vizinhanças de Beja, que os romanos chamavam *Pax Julia*, têm aparecido restos de civilização mais antiga.

A oessudoeste de Beja havia o *metallum Vipascense*, nome pre-romano que indica uma mina. O ensinamento do nome concorda com a existência de vestígios de antigas explorações mineiras em toda aquela região. O adjetivo *Vipascense* — diz o Sr. Leite de Vasconcelos — faz supôr que se chamaria *Vipascum* ou *Vipasca* a povoação a que a mina pertencia ou o sítio em que ela estava.

De inscrições encontradas deduz-se que no moderno Campo de Ourique existiram povoações pre-romanas cujos nomes se ignoram.

Na margem direita do Guadiana existiram antes dos romanos duas cidades: *Myrtilis*, que é hoje Mértola; e mais ao sul *Baesuris*, à qual corresponde talvez o moderno Castro Marim. Andando para occidente, e já na orla meridional do Algarve, há a mencionar *Balsa*, onde hoje existe a freguesia da Senhora da Luz (Tavira); e *Ossonoba*, no local onde é a moderna cidade de Faro.

Mais a occidente havia *Portus Hannibalis*, a cuja fundação já aludimos, e que é hoje talvez Vila Nova de Portimão; e ainda mais a oeste *Laccobriga*, que corresponde aproximadamente á moderna Lagos ¹.

Castros protoistóricos. — Além das povoações referidas havia muitas outras. Eram numerosos os castros, dos quais uns, como vimos anteriormente, datavam dos tempos preistóricos, outros surgiram já na idade protoistórica. Nesta última época tiveram os nomes de *briga* e *dunon*, isto é, *altura fortificada*; aos quais corresponderam depois as designações latinas *oppidum* e *oppidulum*.

As explorações arqueológicas efectuadas em muitos castros de Portugal têm mostrado que alguns de aquelles povoados atravessaram diversas civilizações, desde a idade neolítica até á época romana.

Situados em montes de elevação considerável e de vertentes íngremes, para melhor corresponderem ás necessidades da defesa, os castros eram locais incómodos pela dificuldade do acesso. Persistiram enquanto as lutas frequentes e assaltos exigiram aquella prevenção; mas decaíram e começaram a ser abandonados quando os romanos pacificaram a península e estabeleceram a ordem e a segurança entre os povos ².

Grupos étnicos da Lusitânia protoistórica. — Dos povos que os antigos geógrafos assinalam como habitantes da Lu-

¹ J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. II, pág. 7 e seg.; ESTÁCIO DA VEIGA, *Portugal — Carta arqueológica do Algarve*, no t. I das *Antiguidades monumentais do Algarve*; ROCHA ESPANCA, *As Lacobrigas da Lusitânia*, na *Revista Arqueológica*, vol. II, pág. 173 e seg.; L. FIGUEIREDO DA GUERRA, *Limia e Brutobriga* (*Arqueólogo Português*, vol. V, pág. 2). Sôbre antiguidades pre-romanas de Eborá, J. LEITE DE VASCONCELOS, *Les Monnaies de La Lusitanie Portugaise* (*Arq. Port.*, VI, 82); sôbre *Salacia*, ib., 83; XIII, 37; XVI, 102; sôbre *Conimbriga*, VERGÍLIO CORREIA, *Conimbriga — A camada pre-romana da cidade* (*Arq. Port.*, XXI, 252).

² Para comodidade do leitor, daremos individualmente a bibliografia de cada um dos castros seguintes:

Santa Luzia (Viana do Castelo): J. LEITE DE VASCONCELOS, *Cidade Velha de Santa Lu-*

sitânia, nem sempre se há de entender que constituíam grupos de caracteres muito diversos; alguns dêles pertencem

za, no *Arq. Port.*, VIII, 15; L. FIGUEIREDO DA GUERRA, *Limia e Brutobriga*, *Arq. Port.*, V, 2; FELIX ALVES PEREIRA, *Estudos do Alto Minho — Habitações castrejas do norte de Portugal*, Viana do Castelo, 1914.

Um castro com muralhas (Arcos de Valdevez): F. ALVES PEREIRA, *Arq. Port.*, IX, 214.

A cidade de Riodouro (Cabeceiras de Basto): ROCHA PEIXOTO, *Portugalia*, II, 284.

O castro de Vilarinho de Cotas: RICARDO SEVERO, *Portugalia*, II, 263.

Castro de Sacoias, ALBINO PEREIRA LOPO, *Arq. Port.*, IV, 47; PADRE FRANCISCO MANUEL ALVES, *Arq. Port.*, XII, 257.

As fortificações de Rabal (Bragança): ALBINO PEREIRA LOPO, *Arq. Port.*, IV, 87.

Vestigios arqueológicos de Babe (Bragança): ALBINO PEREIRA LOPO, *Arq. Port.*, IV, 340.

O castro do Cabeço de S. João, em Castrelo: ALBINO PEREIRA LOPO, *Arq. Port.*, XIII, 248.

Roboretum (Vinhais): CELESTINO BEÇA, *Arq. Port.*, XX, 83.

Castro da Curalha (Chaves): LEITE DE VASCONCELOS, *Arq. Port.*, XXII, 22.

Cimo da Vila da Castanheira (Chaves): ALBINO PEREIRA LOPO, *Arq. Port.*, IV, 312.

O castro do Lombeiro de Maquieiros em Gondesende (Bragança): ALBINO PEREIRA LOPO, *Arq. Port.*, V, 14.

O castro de Samil e as cavernas de S. Lourenço: ALBINO PEREIRA LOPO, *Arq. Port.*, V, 105.

S. Jusenda: ALBINO PEREIRA LOPO, *Arq. Port.*, V, 114.

O crasto de Areosa: L. DE FIGUEIREDO DA GUERRA, *Arq. Port.*, XIV, 59.

Castelo de S. Miguel o Anjo: F. ALVES PEREIRA, *Arq. Port.*, I, 161; IV, 231; *As lagaretas do castro de S. Miguel o Anjo em Azere*, *Arq. Port.*, XIV, 310; A. DOS SANTOS ROCHA, *Elementos para o estudo comparativo de alguns objectos recolhidos no castro de S. Miguel*, *Arq. Port.*, I, 262.

Castros diversos de Entre Minho e Douro, Trás-os-Montes e Beira, *Arq. Port.*, I, 143-144.

Castros de Trás-os-Montes: HENRIQUE BOTELHO, *Arq. Port.*, III, 69.

A penha mourisca em Bousende: ALBINO PEREIRA LOPO, *Arq. Port.*, VIII, 250.

Castro de Avelãs: J. LEITE DE VASCONCELOS, *Arq. Port.*, II, 285; ALBINO PEREIRA LOPO, *Arq. Port.*, VIII, 253.

Castros da serra de Santa Comba (Trás-os-Montes): ALBINO PEREIRA LOPO, *Arq. Port.*, V, 293.

Antas e castros do concelho de Alijó: HENRIQUE BOTELHO, *Arq. Port.*, II, 264.

Excursão à Torre de D. Chama, JOAQUIM DE CASTRO LOPO, *Arq. Port.*, I, 232; *Torre de D. Chama — Ruínas de S. Brás*: ALBINO PEREIRA LOPO, *Arq. Port.*, V, 279.

O território do antigo Castro de Ovile, PEDRO A. DE AZEVEDO, *Arq. Port.*, III, 137.

Insculturas em rocha em castros de Val-de-Vez, ou vários penedos com pias: F. ALVES PEREIRA, *Arq. Port.*, IV, 289.

Castros (do concelho de Baião): J. DE V., *Portugalia*, II, 669.

Tesouros encontrados em alguns castros do norte de Portugal: MANUEL DE OLIVEIRA, *Portugalia*, II, 666.

Castros do concelho de Amarante: J. PINHO, *Portugalia*, II, 476, 673.

Castros do concelho de Guimarães: F. MARTINS SARMENTO, *Revista de Guimarães*, I, 161 e seg.

Notícia arqueológica sobre o monte da Cidade: RICARDO SEVERO, ARTUR CARDOSO e F. MARTINS SARMENTO, *Revista de Guimarães*, III, 137.

Citânia de Briteiros: *Arq. Port.*, II, 314; A. C. TEIXEIRA DE ARAGÃO, *Citania*, na *Rev. Archeol. e Hist.*, I, 39; FILIPPE SIMÕES, *A Citania de Briteiros*, nos *Escritos diversos*,

ceriam á mesma família étnica, embora conhecidos por nomes diferentes, que podiam resultar de circunstâncias locais ou de quaisquer outros factos hoje desconhecidos. Assim, Estrabão, falando de certos povos que habitavam na Galiza, diz que eram célticos, consanguíneos de aquelles que demoravam junto ao rio *Anas*.

Segundo Estrabão, em todo o território situado ao norte do Douro viviam os *Callaeci* ou *Callaici*. Á mesma região attribue Pomponio Mela célticos (*Celtici*), que resultaram talvez da fusão de *Callaeci* com celtas, como os celtiberos provieram de celtas e iberos. Aos célticos pertencia o ramo dos *Gronii*, de que já falámos. Como habitantes de entre Douro e Minho citam ainda os geógrafos os *Callaici Bracari*; e além desta outras famílias de povos que habitavam o território correspondente ás modernas províncias do Minho e Trás-os-Montes.

Coimbra, 1838, pág. 282; LUCIANO CORDEIRO, *Uma visita á Citania*, no *Boletim da Sociedade de Geographia*, vol. I, pág. 86; E. HUBNER, *Citania*, Berlim, 1878 (trad. de Joaquim de Vasconcelos); F. MARTINS SARMENTO, *Observações á Citania do Sr. Dr. E. Hubner*, Pôrto, 1879.

Cidade morta de Santiago — Citânia e Sabroso: MARTINS SARMENTO, *Arq. Port.*, VI, 177; *Arte pre-romana (O Occidente)*, II, 157).

O «Castelo» de Guifões: J. LEITE DE VASCONCELOS, *Arq. Port.*, IV, 270.

«Cidade Velha» de Monte Córdova: J. LEITE DE VASCONCELOS, *Arq. Port.*, I, 12; ARNALDO GAMA, *O segredo do Abade* (Porto, 1864), pág. 373 e seg.; F. MARTINS SARMENTO, *Arq. Port.*, I, 145.

O Sabugal Velho: JOAQUIM MANUEL CORREIA, *Arq. Port.*, X, 200.

Castro da Senhora do Bom Sucesso: J. LEITE DE VASCONCELOS, *Arq. Port.*, XXII, 116.

Capela da Senhora do Castelo (Mangualde): J. LEITE DE VASCONCELOS, *Arq. Port.*, XXII, 114.

Castro de Agua Levada (Mangualde): J. LEITE DE VASCONCELOS, *Arq. Port.*, XXII, 135.

Torre do Castelo (Senhorim, Nelas): J. LEITE DE VASCONCELOS, *Arq. Port.*, XXII, 112.

Castros ao longo da via romana: ALVES PEREIRA, *Arq. Port.*, XII, 138 e seg.

Santa Olaia: A. DOS SANTOS ROCHA, *Portugalia*, II, 310; *As louças pintadas do castro de Santa Olaia*, *Arq. Port.*, II, 226.

O Crasto: A. DOS SANTOS ROCHA, *Portugalia*, II, 493 e seg.

Crasto de Tavadere: *Arq. Port.*, V, 203.

Crasto do Cabeço do Senhor do Mundo (Mortagua): J. LEITE DE VASCONCELOS, *Arq. Port.*, I, 10.

O Castelo Velho de Rocha Forte: MAXIMIANO APOLINÁRIO, *Arq. Port.*, I, 49.

Castro da Rotura (Setúbal): A. J. MARQUES DA COSTA, *Arq. Port.*, VIII, 47, 137.

Castro de Chibanes (Setúbal): A. J. MARQUES DA COSTA, *Arq. Port.*, XI, 40.

Os Castelejos (Alcacer): J. LEITE DE VASCONCELOS, *Arq. Port.*, I, 89.

A estação arqueológica de Alparelhos, JOSÉ FORTES, Pôrto, 1899.

Ao sul do Douro e na zona oriental da moderna Beira havia os *Transcudani*, ou povos de além do Côa, e os *Igæditani*. Os *Presuri* ou *Presures*, que Plínio menciona ao sul do Douro, constituíam um município na época romana, o que de modo nenhum significa que formassem um grupo étnico. O mesmo acontecia provavelmente com outros povos cujos nomes nos deixaram os antigos.

Mais importantes eram os *Turduli Veteres*, que habitavam as regiões do Vouga e do Mondego, e ainda mais para o sul até perto do Tejo, isto é, a zona occidental da Beira e da Extremadura. Pertenciam a estes povos as cidades de *Talabriga*, *Aeminium*, *Conimbriga*, *Collippo* e *Eburobrittium*.

Entre o Tejo e o Guadiana viviam célticos (*Celtici*), provavelmente descendentes da mistura de celtas com indígenas. Entre as suas cidades contam-se *Laccobriga*, *Mirobriga*, *Arcobriga* e outras. Mais para o oriente e para o sul, os *Tudertani* tinham as cidades de *Caetobriga*, *Myrtillis*, *Balsa* e *Ossonoba*. Todo ou parte do mesmo território até ao Sacro Promontório (cabo de S. Vicente) dizia-se habitado anteriormente pelos *Cynetes*, a que alguns antigos chamaram *Cunetes*, talvez por confusão do nome *Cuneus*, que, em razão da sua forma, tinha o território vizinho do cabo ¹.

Instituições, usos e costumes dos povos protoistóricos da Lusitânia. — O character e os costumes dos lusitanos não podiam deixar de variar com as circunstâncias locais, segundo o grau de adeantamento dos diferentes núcleos de população: mais suaves e policiados nos centros mais populosos e ricos, e á beira-mar, ao contacto de povos estranhos com quem mantinham relações comerciais; naturalmente mais rudes e bravios no interior e nas montanhas, onde as es-

¹ J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. I, pág. 71 e seg.; e as fontes cit. a pág. 34. Cp. DAVID LOPES, *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano*, no *Boletim da Segunda Classe da Academia*, III, 215.

cabrosidades do solo, o rigor do clima e as dificuldades e perigos que cortavam a existência eram de molde a sustentar a fereza dos instintos.

A penúria de recursos determinava incursões violentas nas terras mais favorecidas. Sob o impulso de razões económicas, os conflitos tornaram-se frequentes, os povos fizeram-se aguerridos. A este género de combates acrescia a luta com as feras que povoavam imensos bosques e matagais e constituíam perigo permanente.

Além da funda, as suas armas eram o punhal, a espada e a lança. Usavam capacete de coiro com penachos, couraça de linho e cota de malhas. Estas armas eram usadas na guerra e na caça. Também usavam escudo em forma de disco.

O espírito de prevenção determinou a preferência da habitação em montes elevados, por mais defensáveis. Os *castros*, de que já tratámos, eram verdadeiras fortalezas. Em alguns pontos da planície havia outro género de pequenas povoações, o *vicus* de que falam os escritores antigos. Os centros mais populosos, que já mencionámos, existiam á beira-mar, onde se desenvolviam pela actividade comercial.

Alimentavam-se com os produtos da caça e da pesca, nos rios e no mar; e também com os produtos da terra. Fabricavam pão de landes de carvalho sêcas; e com a cevada faziam cerveja. Há notícia de existirem vinhedos, e parece que também olivedos, no vale do Tejo.

Usavam enfeites diversos, como braceletes de ouro, xorcas do mesmo metal e outras jóias. Algumas delas são notáveis pelo seu pêso, e portanto pelo seu valor intrínseco.

As línguas primitivas, das quais resta inconfundível o vasconso, acresceram ideomas trazidos por imigrações estranhas. De aí a existência de diversos alfabetos na península, como atestam as inscrições numismáticas e lapidares de diversas idades. Falavam-se por tanto simultâneamente diversas línguas; apesar da importância da civilização ro-

mana, só pelos fins do século II ou princípios do seguinte se pode considerar a população dominada pela língua latina, com excepção do território onde perseverou o vasconso.

Numerosos monumentos atestam as ideias religiosas dos lusitanos. Além de terem o culto dos mortos, adoravam os astros e outros diversos elementos da natureza. A sua divindade mais célebre foi *Endovéllico*, que tinha um templo no outeiro hoje denominado de S. Miguel da Mota, como atrás dissemos. Endovéllico tinha um oráculo, como certas divindades da mitologia grega; faziam-lhe ofertas e sacrificios de animais. As estátuas que se podem tomar como representações do deus não são uniformes. Provavelmente algumas delas nem se relacionam com a divindade. Nas inscrições dão-lhe os seguintes epítetos: *deus, sanctus, praesentissimus* e *praestantissimus*¹.

¹ J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. II, pág. 71 e seg., 100 e seg.; *Nova inscrição ibérica do Sul de Portugal*, no *Arq. Port.*, III, 185; *Novas inscrições ibéricas do sul de Portugal* (*Arq. Port.*, V, 40); *Moedas e armilas prehistóricas* (*Arq. Port.*, I, 81); *Xorca de ouro* (*Arq. Port.*, II, 17); *Novo achado de braceletes pre-romanos* (ib., 86); *A xorca de ouro de Sintra* (*Arq. Port.*, VII, 155); RICARDO SEVERO, *O tesouro de Lebução* (*Portugalia*, II, 1); *Os braceletes de ouro de Arnosela* (ib., 63); *Novas descobertas de ourivearia protohistórica* (ib., 109); *As arrecadas de ouro do castro de Laundos* (ib., 403); JOSÉ FORTES, *As fíbula do noroeste da península* (ib., 15); *Duas joias arcaicas* (ib., 412); *Ouros protohistóricos da Estela* (ib., 605); ROCHA PEIXOTO, *As filigranas*, (ib., 540); J. LEITE DE VASCONCELOS, *Estátuas de guerreiros lusitanos* (*Arq. Port.*, II, 29); *Estátua de um guerreiro lusitano* (*Arq. Port.*, VII, 23); *Capacete lusitano e penachos* (*Arq. Port.*, XI, 231); F. ALVES PEREIRA, *Novo material para o estudo da estatuação e arquitectura dos castros do Alto Minho — A estatuação — O castro de Cendufe* (*Arq. Port.*, XIII, 202 e seg.); *Novas figuras de guerreiros lusitanos, descobertas pelo Dr. L. de Figueiredo da Guerra* (*Arq. Port.*, XX, 1); LUÍS DE FIGUEIREDO DA GUERRA, *Notícia do concelho de Boticas*, Viana, 1911; *Estátua caláica de Viana* (*Rev. de Ciências Nat. e Soc.*, IV, 192); PIERRE PARIS, *Statues lusitaniennes de style primitif* (*Arq. Port.*, VIII, 1); F. MARTINS SARMENTO, *Estátuas militares no Jardim Botânico da Ajuda* (*O Occidente*, 1886, IX, 246); *Os Lusitanos*, Porto, 1880, pág. 40; *Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães* (*Rev. de Guimarães*, I, 185); *A propósito das estátuas gáldicas* (*Rev. de Ciências Nat. e Soc.*, IV, 181); E. HUBNER, *Notícias arqueológicas de Portugal*, apênd. C.; CHRISTOVAM AIRES, *História do Exército Português*, I, 254 e seg.; ROCHA PEIXOTO, *O Basto* (*Portugalia*, I, 832); *A «porca» de Murça* (J. DE CASTRO LOPO, *Excursão á Torre de D. Chama*, no *Arq. Port.*, I, 236; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Arq. Port.*, II, 284; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Cabrinhas ou bodes de bronze* (*Arq. Port.*, I, 296); *Ares, deus dos lusitanos* (*Arq. Port.*, IV, 239); *Monumento do deus Endovéllico* (*Arq. Port.*, I, 43); *Cinco lápidas do deus Endovéllico* (*Arq. Port.*, XI, 1); *O deus Aernus* (*Arq. Port.*, XVIII, 95); PADRE FRANCISCO MANUEL ALVES, *Monumento inédito ao deus Aerno* (*Arq. Port.*, XIII, 184); F. MARTINS SARMENTO, *O deus Bormânico* (*Rev. de Guimarães*, I, 57).

IV

DOMINAÇÃO ROMANA

A conquista romana.—Gneo Cornélio Scipião iniciou em 218 a. C. a campanha contra os cartagineses da península e contra os povos indígenas. Embora tentada sob auspícios favoráveis, e apesar dos reforços pouco depois trazidos por Públio Cornélio Scipião, irmão de Gneo, a obra da conquista reservava aos romanos duras provas e sobressaltos durante longo espaço de tempo.

Seis ou sete anos depois morriam aqueles dois chefes militares, a quem sucedeu o pro-pretor Gaio Cláudio Nero, logo substituído pelo pro-cônsul Públio Cornélio Scipião, que depois foi denominado *1.º africano* e era filho do Públio Scipião já vitimado na mesma campanha da península. Em 210 ou 209 tomou Scipião a Cartago Nova, capital dos cartagineses da Espanha. Em 206 destruiu a cidade de Iliturgi, cujos habitantes foram passados a fio de espada. Em 195, Catão, o Censor, leva a ferro e a fogo povos insubmissos. A luta prolonga-se, revestindo carácter de ferocidade em episódios sangrentos.

Pelo menos a partir de 193, entram na luta contra Roma os lusitanos, que naquele ano foram talar a Espanha ulterior, mas foram derrotados pelo pretor Públio Cornélio Scipião Nasica, quando já se recolhiam com o despojo ás próprias terras. Sucederam-se desde então com frequência as revoltas e combates, em que os lusitanos, quando

lhes não sorria a vitória, parecia que ao menos avigoravam a sua audácia para novas tentativas ¹.

A guerra de Viriato. — No ano de 151, empenhando-se o pretor Sérvio Galba em dominar uma revolta de lusitanos, talvez na mesopotâmia de Entre Tejo e Guadiana, foi por êles vencido, e teve de se retirar para o país dos cúneos (Cunetes), onde passou o inverno na cidade de Conistorgis. No ano seguinte, como os lusitanos devastassem a Turdetânia ou terras vizinhas, o cônsul Lúcio Licínio Lúculo, por um lado, e por outro Sérvio Galba, atacaram-nos impetuosamente e fizeram na Lusitânia grande mortandade (150).

Então os lusitanos enviaram embaixadores a Galba, que os recebeu nas melhores aparências de amizade, laço de perfidia para levar a cabo propósitos de feroz vingança. Descuidados os lusitanos na confiança das promessas feitas, Sérvio Galba mandou, traiçoeiramente, fazer neles tão grande morticínio, que a tradição registada por Suetónio calculava em trinta mil o número das vítimas. A sangüinária perfidia causou tal revolta nos ânimos, que no senado romano um tribuno acusou formalmente Sérvio Galba; porém êste foi absolvido.

A traição de Galba novamente excitou os lusitanos que escaparam á matança. Pouco depois escolheram por caudilho a Viriato, de quem diz um escritor romano que de pastor passara a guerrilheiro e finalmente a chefe de um exército regular (147 ou 146); e foram invadir a Turdetâ-

¹ A principal fonte clássica é Tito Lívio, nos livros XXI, XXII, XXV-XXIX, XXXIV, XXXVII, XXXIX e XL. O Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, que faz uma exposição sucinta mas de notável clareza e escrupulo, consultou elementos de informação clássica que não estiveram ao nosso alcance. Dos antigos autores portugueses que trataram do assunto dêste parágrafo, citaremos: ANDRÉ DE RESENDE, *De antiquitatibus Lusitaniae*, Coimbra, 1790, t. I, lib. III, pág. 127 e seg.; FR. AMADOR ARRAIZ, *Diálogos* (Diálogo IV na 2.^a edição); FR. BERNARDO DE BRITO, *Monarchia Lusitana*, I. II, cap. XVIII-XXX; PADRE ANTONIO PEREIRA DE FIGUEIREDO, *Historia e Memórias da Academia*, t. IX, pág. 153-180 (com muitas citações de autores clássicos).

nia, onde venceram Vetílio, logo morto por um soldado que o aprisionara sem o conhecer (146).

Sucederam-se as correrias e combates, que tinham por teatro a Lusitânia meridional e os territórios que a oriente a limitavam. O melhor conhecimento do país permitia que os lusitanos, em ciladas e por meio de guerrilhas, atacassem de improviso as tropas e lhes infligissem sérios reveses.

Em 140 concluiu Viriato um tratado de paz e aliança com o governador Quinto Fábio Máximo Serviliano. O sucessor dêste, Quinto Servílio Scipião, fez que o senado anulasse o pacto (139) e continuou a luta sem vantagem decidida. Finalmente, no mesmo ano comprou três dos amigos de Viriato, os quais traiçoeiramente assassinaram o caudilho lusitano. Eram êles Audax, Ditalco e Minuro. Apiano, escritor do século II da era cristã, descreve assim os funerais da vítima:

«Ora pois, tendo-o vestido magnificamente, queimaram-no em uma altíssima pira, e sacrificaram-lhe muitas vítimas; e tanto os soldados de infantaria, como os de cavalaria, correndo á roda, armados e em pelotões, dirigiam-lhe louvores, á maneira dos bárbaros; e até que a pira se extinguiu, todos estiveram em volta dela. Acabada que foi a cerimónia fúnebre, celebraram-se combates, corpo a corpo, sôbre o sepulcro. Tal saudade Viriato deixou de si! ¹.»

¹ Trad. de Leite de Vasconcelos. — Prendem-se ao nome de Viriato diversas fábulas sonhadas pelos antigos eruditos, já para suprirem lacunas da história, já para engrandecerem sentimentos de patriotismo. As lacunas são tais, que nem o próprio nome do herói se conhece; pois Viriato é simples adjectivo qualificativo, para designar homem que por distinção usa bracelete (*viriae*). Por êste mesmo processo derivou Torquato de *torques* (colar). Vide BORGES DE FIGUEIREDO, *Revista Archeologica*, IV, 29; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Arqueologo Português*, II, 23-24 e as fontes lá citadas.

É arbitrário quanto se tem escrito sôbre a identificação do monte Herminio, indicado como berço de Viriato. *Herminio* ou, melhor, *Erminio*, deriva da mesma raiz *min* que entra em muitas palavras latinas para significar a ideia de elevação (*emineo*, *immineo*, *promineo*, etc.); o elemento *er* é aumentativo. Assim *Erminio* significará *muito alto*. O facto de ser aplicado o nome de *Erminio* pelos romanos a diversos montes permite supôr que lhe attribuíam significação comum. (Vid. ADOLFO COELHO, *Sur la forme de quelques noms*

Quando os assassinos pediram o prémio assegurado ao seu crime, Scipião respondeu-lhes, que nunca aos romanos agradara que um general fosse morto pelos seus soldados: *numquam Romanis placuisse imperatorem a suis militibus interfici*. A resposta nobilitaria os sentimentos do inimigo, se não partisse de aquele mesmo que armara o braço dos criminosos ¹.

Nem de temor nem de desânimo se deixaram vencer os lusitanos com a morte de Viriato; antes se repetiam a cada passo as insurreições, mostrando a impotência dos sucessivos governadores romanos para extinguir o fermento da revolta. Em 137, o cônsul Décimo Júnio Bruto percorreu de sul a norte a Lusitânia, até ao rio Minho, procurando avassalar tudo na sua passagem. Por toda a parte encontrava a mesma corajosa resistência, em que as próprias

géographiques de la Péninsule Ibérique, nas *Mélanges Graux* (1882), pág. 231-232, cit. por BORGES DE FIGUEIREDO (*Revista Archeologica*; IV, 65-66).

Arbitrário é igualmente relacionar as empresas do caudilho dos lusitanos com um campo entrincheirado que existe em Viseu e é conhecido pelo nome de *cava de Viriato*. Trata-se provavelmente de um acampamento romano, que o académico Padre Berardo conjectura que fosse um de aqueles a que chamavam *Castra Hiberna* (*Notícias históricas de Viseu*, no jornal *O Liberal*, n.º 1, Viseu, 6-V-1857). Nem prova a passagem de Viriato por Viseu o aparecimento de tal nome em um cipo achado naquela cidade em 1887; pois o mesmo nome tiveram outras personagens, como se verifica no *Corpus Inscriptionum Latinarum*, de Hübner. (Vid. BORGES DE FIGUEIREDO, *Cipo funerario romano descoberto em Viseu*, na *Rev. Archeol. e Hist.*, I, 81.)

Além das fontes que temos citado, indicaremos ao leitor mais as seguintes: BORGES DE FIGUEIREDO, *A Archeologia nos «Lusiadas»* (*Rev. Archeol. e Hist.*, IV, 25 e 62); HUBNER, *Notícias archeológicas de Portugal*, pág. 65; HENRIQUE DAS NEVES, *A Cava de Viriato*, Figueira da Foz, 1893; ALMEIDA E SILVA, *Relatório sobre as obras de conservação da Cava de Viriato*, Viseu, 1903 (reproduzida a sua parte principal, com uma planta e corte transversal dos muros da Cava no *Arqueólogo Português*, IX, pág. 13); ANTÓNIO DE VASCONCELOS, *Viriato*, Coimbra, 1894; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, III, 116-126 (nesta última página uma bibliografia acerca de Viriato na literatura amena); *Arg. Port.*, I, 61; *A Cava de Viriato*, ib., IX, 11 e seg.; ib., XVI, 151-152; ib., XXI, 360; PEDRO A. DE AZEVEDO, *Extractos archeologicos das «Memorias Parochiaes de 1758»*, no *Arg. Port.*, IV, 319; VI, 112; *A Cava de Viriato* (*O Occidente*, 1886, IX, 259); *A Cava de Viriato* (*Album Viziense*, ano 1.º, 1884, n.º 7, pág. 54).

¹ Referindo-se à guerra de Viriato, Veleio Patérculo (liv. II, cap. xc) faz uma observação que atesta quanto ela foi trabalhosa e grave para os romanos: «Por espaço de cinco anos se não pôde julgar quais eram mais fortes, se as armas romanas se as espanholas, nem qual dos dois povos havia de obedecer ao outro»: «*Per quinquennium dijudicari non potuerit, Hispanis Romanis ne in armis plus esset roboris, et uter populus alteri pariturus foret*». Vejam-se as fontes já anteriormente citadas sobre a conquista romana.

mulheres colaboravam, envolvendo-se no ardor de batalhas sangrentas; e ainda quando a desproporção das fôrças lhe dava a vitória, jámais o cônsul deixou em parte alguma autoridade subsistente.

A guerra de Sertório.—Volvidos muitos anos de insurreições e lutas, e quando em Roma digladiavam os partidos políticos, exacerbou-se o conflito na península, mercê de circunstâncias que tornaram mais forte a resistência dos povos insubmissos.

Sertório, que já alcançara em toda a península grande prestígio, desde que em 97 exercera na Espanha citerior o cargo de tribuno militar, seguira em Roma o partido de Mário. Êste nomeou-o em 83 pro-pretor da Espanha citerior; porém no ano seguinte foi destituído por Sila, e teve de fugir para escapar a mais rigorosa sorte. No ano de 81 vagueou no Mediterrâneo, ora desembarcando nas costas de África, ora aproando ás da península, conforme aconselhava a prudência nas alternativas do perigo. Em África, segundo refere Plutarco, recebeu uma embaixada dos lusitanos, a propôr-lhe que viesse comandá-los na luta contra Roma. Aceceu Sertório, e em 80 passou á península, acompanhado de soldados líbios.

Logo se pôs em acção o génio organizador do antigo tribuno militar, que procurou educar os lusitanos, cingindo-os a normas de govêrno e administração, e disciplinar para a guerra tropas insofridas. A bem de seus planos explorou a superstição dos povos. Em suas excursões levava uma corça branca, presente que lhe fizera a deusa Diana — dizia — para lhe revelar o que tinha a fazer e o que devia evitar.

Nos anos de 79 e 78 já Sertório estava em guerra aberta com Metelo Pio, pro-pretor da Espanha ulterior. Em 76 derrotou e pôs em fuga Pompeio, que um ano antes viera governar a Espanha citerior; e depois de saquear a cidade de Lauro, naquela mesma província, trouxe cativos para a

Lusitânia quantos escaparam da carnificina. Pelos anos de 74 a 72, Perperna ou Perpena, capitão de Sertório, avançava para a Lusitânia setentrional, tomava a cidade de Cale e fazia uma incursão libertadora pela Galécia.

Entretanto mais uma vez a traição vinha comprometer a causa dos lusitanos. Perperna, com outros conjurados, assassinou Sertório num banquete (72), crime que pouco depois expiou com a própria vida, que lhe tiraram por ordem de Pompeio.

Todos os serviços de Sertório aos lusitanos se reduzem áqueles que lhes prestou como chefe militar, relegados para os domínios da fantasia as tradições acumuladas sobre o estabelecimento de instituições regulares de governo e organização social. Com tudo é inegável que deu novo e vigoroso alento ás aspirações de independência, que os lusitanos a todo o transe sustentavam⁴.

César na Espanha. — Caio Júlio César, que já no ano de 68 estivera na península exercendo a questura na província ulterior, a esta voltou, como governador, no ano de 61.

Servindo-se de estratagemas, conseguiu atrair á planície os montanhesees do Herminio, que, batidos e perseguidos até ao mar, foram refugiar-se numa ilha costeira. Ali mesmo os subjugou César, que para o efeito mandara vir navios de Gades. Povos vizinhos de aqueles foram igualmente vencidos quando procuravam refugiar-se ao norte do Douro. Em seguida foi César submeter a cidade de Brigâncio na Gallécia. O historiador Suetónio, ao mesmo

⁴ PLUTARCO, *Vida de Sertório*; APIANO, *De bello hispanico* e *De bellis civilibus* (liv. I). Vêem citadas muitas outras fontes clássicas nos seguintes autores portugueses: FR. BERNARDO DE BRITO, *Monarchia Lusitana*, liv. III, cap. XVI-XXVIII; PEREIRA DE FIGUEIREDO, *História e Memórias da Academia*, t. IX, pág. 182-186; ANDRÉ DE RESENDE, *De antiquitatibus Lusitaniae*, liv. III, t. I, pág. 182-188; J. J. DA COSTA DE MACEDO, *Memoria sobre os conhecimentos da lingua e litteratura grega que houve em Portugal até ao fim do reinado de El-Rei D. Duarte* (*História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Nova Série, 2.^a classe, t. I, p. 1, 2.^a ed., 1903, pág. 48 e seg.); J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. III, pág. 134-141; CHRISTOVAM AYRES, *História do Exército Português*, t. I, pág. 316 e seg.

tempo que nega o desinteresse de César no exercício do comando e da magistratura, acusa-o de ter pôsto a saque diversas cidades da Lusitânia, embora lhe não tivessem oferecido resistência alguma, antes lhe abrissem as portas á sua chegada (cap. LIV).

Com êste rigor contrasta a generosidade de que usou com as cidades do sul, onde acaso teria penetrado melhor a influéncia da civilização romana, pelo contacto mais próximo das cidades comerciais da beira-mar. A algumas delas honrou com o epíteto do seu próprio nome. *Scallabis* teve o título de *Praesidium Iulium*; *Olisipo* o de *Felicitas Iulia*; *Ebora* o de *Liberalitas Iulia*. O próprio César, segundo parece, fundou por essa ocasião a nova colónia de *Pax Iulia*.

César ainda de outras vezes veio á Espanha.

Aberta a luta entre César e Pompeio (53), a península ibérica foi teatro de batalhas entre fôrças dos dois rivais. Pompeio tinha aqui muitos partidários, mercê do prestígio que alcançara no govêrno da Hispânia, exercido por seus logar-tenentes (desde 55).

No ano de 49, o seu partido estava sendo sustentado na península por Afrânio, Petreu e Terêncio Varrão, com legiões distribuidas por diversos territórios. Petreu, que occupava a Ulterior, recrutou entre os lusitanos tropas auxiliares. Entretanto chegou César, que venceu Petreu e Afrânio.

Terêncio Varrão não entrara talvez na luta; porém mal se retirara o vencedor, tentou dirigir-se a Gades, para ali se fortificar em defesa da causa pompeiana. César voltou então á Espanha, e Varrão submeteu-se.

Já depois da morte de Pompeio (29 de Setembro de 48), sustentavam na península a bandeira partidária seus dois filhos Sexto Pompeio e Gneo Pompeio. No ano de 46 voltou César novamente á Espanha para os submeter. Foi a Bética o teatro principal da guerra, que terminou pela batalha de Munda (45), em que César alcançou a vitória

definitiva. Muitos lusitanos combateram ao lado dos filhos de Pompeio ¹.

A pacificação — Augusto na Espanha. — A participação dos lusitanos, como de outros povos peninsulares, nas lutas políticas de Roma, quando os generais aqui dirimiam rivalidades, não devia contribuir pouco para que as aspirações de independência declinassem, substituídas pelo interesse que ia despertando a sorte de vencedores e vencidos. Esta causa de solidariedade na política geral de Roma acresceu a várias outras, para se chegar á pacificação definitiva da península sob a autoridade central de Roma. A longa acção da fôrça das armas, os benefícios da civilização romana em povos mais submissos e as relações comerciais dos povos do litoral eram outros tantos factores de paz.

Á morte de César (15 de Março de 44) já se podia haver por submetida a península, exceptuados apenas os povos da orla setentrional, ástures, cantabros e os habitantes da Galiza.

Augusto, empenhado em estabelecer a paz em todo o império, iniciou em 26 (a. C.) uma campanha para concluir a conquista. Êle próprio veio á península, onde se conservou até ao ano seguinte (25). Adoecendo em Tarraçona, confiou a Agripa e a outros generais o encargo da guerra.

A submissão foi rápida, levada a cabo por Augusto e pelos seus logar-tenentes. Para cimentar a obra da conquista procurou interessar os povos na civilização romana, beneficiando-os e distinguindo algumas cidades com títulos honoríficos, á semelhança do que fizera César. Foi nessa ocasião que a cidade de *Bracara* recebeu o nome de *Bracara Augusta*; *Emerita* (Mérida) o de *Augusta Emerita*; *Cæsarea* o de *Cæsarea Augusta* (Saragoça).

¹ Vejam-se as fontes anteriormente citadas; e CÉSAR, *De bello civili*, l. I e II; CHRISTOVAM AYRES, *História do Exército Português*, t. I, pág. 322.

A Lusitânia na organização romana da península. — Concluida a submissão da Lusitânia, entrou esta como parcela na organização política e administrativa que os romanos impuseram a toda a península. Vejamos qual era o plano geral, político e administrativo, e, em especial, como funcionava na Lusitânia o mecanismo romano.

Era muito antiga a divisão da península em *Hispania Citerior*, isto é, de aquém do Ebro (*cis Iberum*), em relação á Itália, e *Hispania Ulterior*, isto é, de além do Ebro (*ultra Iberum*). Já antes de começar a segunda guerra púnica se mencionava esta divisão num tratado entre cartagineses e romanos. Pelo decurso do tempo, embora se mantivessem aquelas designações, alterou-se profundamente o conceito que elas exprimiam; tanto que a cidade de *Nova Carthago*, capital da *Hispania Citerior*, existia muito ao sul do rio Ebro. É também de notar que os romanos applicavam aquella divisão apenas ás terras conquistadas, e fora dela deixavam os territórios ainda não sujeitos, conhecidos pelos nomes dos diversos povos que os habitavam.

Enquanto subsistiu esta divisão, toda a Lusitânia pertenceu á *Hispania Ulterior*. No tempo de Augusto, porém, entre 15 e 5 a. C., fez-se nova divisão da península. A antiga *Citerior* passou a denominar-se *Tarraconense*, e nela ficou comprehendida a parte do moderno Portugal situada ao norte do *Durius* (Douro); a *Ulterior* dividiu-se em duas províncias: *Betica*, que abrangia, do actual território português, a parte que fica a leste do Guadiana; e *Lusitania*, formada pelos territórios de entre *Anas* (Guadiana) e *Durius*.

Posteriormente ainda a península soffreu, como o resto do império, outras divisões.

Segundo Rufo Festo, no tempo do imperador Diocleciano (284-305) estava a península dividida em seis províncias, que formavam uma diocese: *Tarraconense*, *Cartaginiense*, *Lusitânia*, *Galécia*, *Bética* e *Mauritânia Tingitana*,

que, apesar de situada além do estreito, em África, era contada entre as províncias da Espanha. Finalmente, cêrca do ano 400 da era cristã eram sete as províncias hispânicas: *Bética, Lusitânia, Galécia, Tarraconense, Cartaginiense, Tingitana e Ilhas Baleares*.

A princípio era a *Hispania* romana governada por um só magistrado, nem sempre da mesma categoria. Depois houve dois governadores, um para a *Citerior*, outro para a *Ulterior*, os quais eram cônsules ou pro-cônsules, pretores ou pro-pretores, e ordinariamente exerciam a sua magistratura por um ano. Quando aumentou o número das províncias hispânicas aumentou correspondentemente o número de governadores. Estes exerciam a princípio cumulativamente o poder civil e o militar.

Augusto — diz Suetónio — entendeu que não era prudente confiar a magistrados anuais o govêrno das províncias mais importantes, pelo que se reservou a faculdade de superintender nelas; deixou ao senado o govêrno das restantes, para serem administradas por pro-cônsules designados á sorte. No tempo de Augusto, a *Lusitânia* e a *Tarraconense* eram províncias imperatórias, isto é, dependiam imediatamente da autoridade do imperador; a *Bética* era província senatória, isto é, dependente da autoridade do senado. Em cada província imperatória tinha Augusto um legado: na Lusitânia um legado pretório, na Tarraconense um legado consular.

No tempo de Diocleciano, e ainda nos fins do século iv, todas as províncias da península estavam sujeitas a um vigário (*Vicarius Hispaniae*), que por sua vez dependia do prefeito pretorial das Gálias (*Praefectus praetorio Galliarum*). No tempo de Diocleciano, a Bética e a Lusitânia, e nos fins do século iv também a Galécia, eram governadas por magistrados consulares (*consulares*); as províncias restantes por presidentes (*praesides*).

Tanto na Tarraconense como na Lusitânia havia funcionários fiscaes, encarregados da administração da fazenda.

Convém recordar que Augusto reformou profundamente a administração financeira do império. Além do antigo *ærarium* ou tesouro do senado, começou a existir o *fiscus* ou tesouro imperial, destinado á 'sustentação do imperador e dos seus empregados, do exército, da marinha e dos correios.

O *ærarium* era alimentado pelos rendimentos das províncias senatórias, das quais o imperador pelo menos muitas vezes tirava parte para si. Ao *fiscus* pertencia o excedente das receitas das províncias imperatórias. Tanto destas como das províncias senatórias, só entrava no tesouro romano o excedente dos impostos (*vectigalia*) provinciais depois de pagas as despesas da província.

Umaz vezes os impostos eram cobrados por funcionários do Estado, outras por intermédio de rendeiros. Como os imperadores se foram revestindo de todos os poderes, arrogaram-se também o direito de nomear, tanto para as províncias imperatórias como para as senatórias, *procuratores Augusti*, encarregados de superintender na percepção dos impostos.

Para os efeitos de administração da justiça foi a península dividida em circunscrições jurisdicionais denominadas *conventus*, cada um com a séde em alguma cidade importante, onde o legado pretório ou o seu delegado ia exercer as funções judiciais em épocas determinadas.

O moderno território português encontrou-se repartido por quatro jurisdições ou *conventus*: *Bracaraugustanus*, com a séde em *Bracara Augusta* (Braga), na Tarracense, do qual dependia o território ao norte do Douro; *Emeritensis*, com a séde em *Emerita* (Mérida); *Scallabitanus*, com a séde em *Scallabis* (Santarém); *Pacensis*, com a séde em *Pax Iulia* (Beja); *Hispalensis*, com a séde em *Hispalis* (Sevilha), na Bética.

O Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos, na sua obra monumental *Religiões da Lusitânia* (III, 175-176), organizou o seguinte quadro dos *conventus* que deixamos referidos,

com a maioria das povoações (*oppida, vici* etc.) do território português:

Na Lusitania	a) CONVENTUS PACENSIS (entre <i>Ana</i> e <i>Tagus</i>):	
	<i>Laccobriga</i>	<i>Ebora</i>
	<i>Portus Hannibalis</i>	<i>Salacia</i>
	<i>Ossonoba</i>	<i>Caetobriga</i>
	<i>Balsa</i>	<i>Equabona</i>
	<i>Baesuris</i>	<i>Ammaia</i>
	<i>Myrtilis</i>	<i>Aritium Vetus</i>
	<i>Mirobriga</i>	vários castros e outras localidades,
	<i>metallum Vipascense</i>	ou alcariais, com
	<i>Pax Iulia</i> (capital)	ruínas romanas.
	b) CONVENTUS SCALLABITANUS (entre <i>Tagus</i> e <i>Durius</i>):	
	<i>Olisipo</i>	<i>Conimbriga</i>
	<i>Scallabis</i> (capital)	<i>Aeminium</i>
	<i>Eburobrittium</i>	<i>Baedorus</i>
	<i>Collippo</i>	<i>Talabriga</i>
	<i>civitas Igaeditanorum</i>	<i>Langobriga</i>
	<i>Talabra</i>	vários castros e outras localidades
	<i>Lancia Oppidana</i>	com ruínas romanas.
	<i>civitas Aravorum</i>	
Na Tarraconensis	c) CONVENTUS BRACARUM (entre <i>Durius</i> e <i>Minius</i>):	
	(<i>Portucale</i>)	<i>Araduca</i>
	<i>Bracara Augusta</i> (capital)	<i>Aquae Flaviae</i>
	<i>vicani Atucause(nses)</i>	<i>civitas Baniensium</i>
	<i>Tuntobriga</i> (= <i>Tongobriga</i> ?)	vários castros e outras localidades
	<i>Caladunum</i>	com ruínas romanas.
Na Baetica	d) CONVENTUS HISPALENSIS (além do <i>Ana</i>):	
	<i>Serpa</i>	várias localidades com ruínas romanas ¹ .

¹ *Religiões da Lusitânia*, t. III, pág. 175-176. É muito notável todo o capítulo em que o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos trata da civilização romana na península e que começa a pág. 164 do t. cit. Sobre a organização romana vid. também PEREIRA DE FIGUEIREDO, *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, t. IX, pág. 203 e seg. Fr. Bernardo de Brito acrescentou ao t. I da *Monarchia Lusytana* uma *Geographia Antiga de*

Administração local — Municípios. — A epigrafia tem revelado que existiram na Lusitânia romana muitos municí-

Lusytania, baseada em alguns escritores antigos e nos trabalhos do antiquário André de Resende. Notícias diversas em FRANCESCO P. GAROFALO, *Sulla Geografia della Penisola Iberica nell'età romana* (*Boletim da Sociedade de Geografia*, XX, 67); L. DE FIGUEIREDO DA GUERRA, *Limia e Brutobriga*, no *Arqueólogo Português*, V, 2; ESTÁCIO DA VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve* (parte póstuma), no *Arq. Port.*, X, 11-12; CARDEAL SARAIVA, *Limites da Lusitania antiga* (*Obras*, t. II, pág. 67 e seg.). Abstemo-nos de citar os trabalhos gerais sobre a geografia do império romano e bem assim diversos trabalhos cartográficos de grande valor para semelhante estudo.

Na impossibilidade de darmos maior desenvolvimento ao assunto, indicaremos fontes em que o leitor encontrará notícias acêrca de algumas cidades e outras povoações romanas do território português:

Aeminum: E. HUBNER, *Notícias archeologicas de Portugal*, pág. 59 e 67; BORGES DE FIGUEIREDO, *Um Monumento de Aeminum*, na *Rev. Archeol. e Hist.*, II, 66, 125; *Inscrição de Aeminum*, ib., 109, 126; *Eminio*, no *Boletim da Sociedade de Geographia*, vol. V, pág. 67; A. FILIPPE SIMÕES, *Alguns passos num labyrinth — Se Coimbra foi povoação romana e que nome teve* (*Escreptos diversos*, Coimbra, 1888, pág. 15 e seg.); A. M. SIMÕES DE CASTRO, *Coimbra*, em *A Arte e a Natureza em Portugal*, vol. I, n.º 5; A. V., *Aeminum*, no *Instituto*, vol. XLIII (1896), pág. 215 e seg.; D. FR. FRANCISCO DE S. LUÍS, *Coimbra e Eminio*, na *Revista Estrangeira*, Lisboa, 1859, pág. 48; JOÃO DA CUNHA NEVES E CARVALHO PORTUGAL, *Noticia dada à Academia Real das Sciencias sobre Eminio* (*Actas da Academia*, t. I); CHRISTOVAM AYRES, *Historia do Exercito Portuguez*, t. I, 444; A. C. BORGES DE FIGUEIREDO, *Coimbra Antiga e Moderna*, Lisboa, 1886, pág. 251 e seg.

Aquae Flaviae: D. JERONYMO CONTADOR DE ARGOTE, *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga*, t. I, pág. 273 e seg.; E. HUBNER, *Noticias Archeologicas de Portugal*, pág. 87; AURELIANO FERNÁNDEZ-GUERRA Y ORRE, *Aquiflavienses* (*Los de Chaves*), na *Rev. Archeol. e Hist.*, II, 86.

Aravi: E. HUBNER, *Noticias archeologicas de Portugal*, 62.

Arcobriga: E. HUBNER, ob. cit., 74.

Baesuris: ROBERT MOWAT, *Monnaie de Baesuris, ville de Lusitanie*, no *Arq. Port.*, V, 17; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Les Monnaies de la Lusitanie Portugaise*, no *Arq. Port.*, VI, 86.

Balsa: ESTÁCIO DA VEIGA, *Povos balsenses* (Lisboa, 1866); E. HUBNER, *Noticias Archeologicas de Portugal*, 32; *Monumentos de Balsa (perto de Tavira)*, na *Rev. Archeol. e Hist.*, I, 33; A. C. TEFIXEIRA DE ARAGÃO, *Antiguidades romanas de Balsa*, no *Arq. Port.*, II, 55.

Bracara: D. JERONYMO CONTADOR DE ARGOTE, *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga*, t. I, pág. 215 e seg.; E. HUBNER, ob. cit., 71 e 77-78; J. LEITE DE VASCONCELOS, no *Arq. Port.*, I, 83.

Brigantium: E. HUBNER, *Noticias archeologicas de Portugal*, pág. 88; BORGES DE FIGUEIREDO, *O supposto Brigantium em Castro de Avelãs*, na *Rev. Archeol. e Hist.*, I, 85; PADRE F. MANUEL ALVES, *Memorias archeologico-historicas do distrito de Bragança* (Pôrto, 1909), t. I, pág. 21 e seg.

Budua: ESTÁCIO DA VEIGA, *Antiguidades monumentais do Algarve* (parte póstuma), no *Arq. Port.*, XV, 217.

Cale: E. HUBNER, ob. cit., pág. 67; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, II, 29; III, 140.

Cetobriga: HUBNER, *Noticias archeologicas de Portugal*, pág. 23; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, II, 21; *Ruínas de Troia* (em frente de Setúbal), (*Arq. Port.*, I, 54; *Inscrição de Troia*, ib., 96; *Troia (defronte de Setúbal)*, ib., 338; *Escava-*

prios, instituições de administração local destinadas a representar grande papel através dos séculos. Havia mais

ções reais em Troia, ib., III, 265; *Estudos sobre Troia de Setúbal — Fragmentos de inscrições romanas*, ib., IV, 223; *Troia de Setúbal*, ib., XXII, 141; PEDRO DE AZEVEDO, *Estudos sobre Troia de Setúbal*, *Arq. Port.*, III, 257; IV, 18; *Troia de Setúbal*, ib., XIII, 15; *Antiguidades de Troia de Setúbal*, ib., XXI, 361; MAXIMIANO APOLLINARIO, *Estudos sobre Troia de Setúbal*, *Arq. Port.*, III, 156; A. J. MARQUES DA COSTA, *Estudos sobre Troia de Setúbal*, *Arq. Port.*, IV, 344; ARRONCHES JUNQUEIRO, *Estudos sobre Troia de Setúbal*, *Arq. Port.*, V, 7; VII, 176; BORGES DE FIGUEIREDO, *Cetobriga*, no *Bol. da Soc. de Geog.*, IV, 463. O Sr. Dr. Leite de Vasconcelos indica outras fontes no *Arq. Port.*, I, 58-59.

Cilpes: E. VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, no *Arq. Port.*, XV, 229-233.

Cividade (Braga): ALBANO BELLINÒ, *Cidades mortas*, no *Arq. Port.*, XIV, 1.

Collippo: HUBNER, ob. cit., pág. 55; J. LEITE DE VASCONCELOS, no *Arq. Port.*, vol. XV, pág. 327.

Conimbriga: HUBNER, ob. cit., pág. 57; BORGES DE FIGUEIREDO, *Conimbriga* (Condeixa-a-Velha), no *Boletim da Sociedade de Geographia*, vol. V, pág. 589; J. LEITE DE VASCONCELOS, *A respeito de Conimbriga*, no *Arq. Port.*, III, 145; IV, 304; VIII, 152; *Achados arqueológicos* (em Conimbriga), no *Arq. Port.*, XI, 236, 237; PEDRO A. DE AZEVEDO, *Conimbriga*, *Arq. Port.* cit., XIII, 125; A. GONSALVES, *Excavações nas ruínas de Conimbriga*, na *Portugalia*, vol. I, pág. 359; A. G., *Sepulturas romanas de Condeixa a Nova*, na *Portugalia*, II, 285; VERGÍLIO P. DA FONSECA, *De Conimbriga — Achados vários — Uma fíbula*, *Arq. Port.*, XIV, 259; *Instituto*, vol. XXXV, pág. 214; MIGUEL OSERIO e FILIPPE SIMÕES, notícias sobre as ruínas de Conimbriga, nas actas das sessões da secção de arqueologia do Instituto (*Instituto*, vol. XVII, pág. 80 e 270; actas transcritas em PINHO LEAL, *Portugal Antigo e Moderno*, t. II, pág. 372 e seg.); A. M. SIMÕES DE CASTRO, *Guia histórico do viajante em Coimbra e arredores*, pág. 263; D. FR. FRANCISCO DE S. LUÍS, *Coimbra e Eminio* na (*Revista Estrangeira*, Lisboa, 1859, pág. 48); CHRISTOVAM AYRES, *História do Exército Português*, t. I, pág. 439; TEIXEIRA DE CARVALHO, *Os tumulos romanos de Condeixa* (*A Ilustração Portuguesa*, 2.^a serie, n.º 3, Lisboa, 12 de Março de 1906). É comum a *Conimbriga* parte da bibliografia que atrás indicámos acêrca de *Aeminium*.

Ebora: ANDRÉ DE RESENDE, *De antiquitatibus Eborae* (*Opéra*, Conimbricae, 1790, t. I, pág. 295 e seg.); GABRIEL PEREIRA, *Evora romana — 1.^a parte — O templo romano — As inscrições lapidares; Antiguidades romanas em Évora e seus arredores; Antiguidades romanas em Évora — O arco de D. Isabel e um trecho da cerca velha*, no *Arq. Port.*, V, 110; *Evora*, em *A Arte e a Natureza em Portugal*, vol. I, n.º 6; A. FILIPPE SIMÕES, *O templo romano de Evora* (*Escreptos diversos*, pág. 118); P. FRANCISCO DA FONSECA, *Evora gloriosa*, pág. 12 e seg.; E. HUBNER, *Noticias archeologicas de Portugal*, pág. 42; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Les Monnaies de la Lusitanie Portugaise*, *Arq. Port.*, VI, 81.

Igaeditani (os egitanenses): E. HUBNER, ob. cit., pág. 60.

Langobriga ou *Lacobriga*: PADRE JOAQUIM J. DA R. ESPANCA, *As Lacobrigas da Lusitania*, na *Rev. Archeol. e Hist.*, vol. II, pág. 173; E. HUBNER, *Noticias archeologicas de Portugal*, pág. 67; F. ALVES PEREIRA, *Geografia protoistórica da Lusitânia — Situação conjectural de Talabriga*, no *Arq. Port.*, XII, 134, 143; ESTÁCIO DA VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, no *Arq. Port.*, XV, 220.

Lancienses oppidani e Lancienses transcudani: E. HUBNER, *Noticias Archeol. de Port.* cit., pág. 62; J. LEITE DE VASCONCELOS, no *Arq. Port.*, XV, 324.

Medobriga: BORGES DE FIGUEIREDO, *A arqueologia dos Lusitadas*, na *Rev. Archeol. e Hist.*, IV, 62.

Merobriga: E. HUBNER, *Not. Archeol. de Port.*, pág. 28; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, II, 20.

Myrtilis: ESTÁCIO DA VEIGA, *Memórias das antiguidades de Mértola*, Lisboa, 1880; E.

de um tipo de municípios; mas o carácter fundamental da instituição era o mesmo, traduzindo a regalia de administração dos interesses locais pelos próprios habitantes.

HUBNER, *Not. Archeol.* cit., pág. 34; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Fasciculus inscriptionum Myrtilensium nuper reperiarum*, no *Arq. Port.*, III, 289; *Recordação de Myrtilis*, ib., V, 239; *Les Monnaies de la Lusitanie Portugaise*, ib., VI, 285; PEDRO A. DE AZEVEDO, *Mértola*, ib., 256; BERNARDO ANTÔNIO DE SÁ, *Explorações Arqueológicas em Mértola*, ib., X, 95.

Nabância: J. LEITE DE VASCONCELOS, *Antiguidades romanas de Tomar*, no *Arq. Port.*, I, 13.

Nabril: E. HUBNER, *Not. Arqueol. de Port.*, pág. 64.

Olisipo: J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, II, 29-31.

Ossónoba: J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. II, pág. 14; *Inscrição romana de Ossónoba*, *Arq. Port.*, V, 43; *Les Monnaies de la Lusitanie Portugaise*, ib., VI, 87; *Coisas velhas*, ib., XXII, 124; PEDRO A. DE AZEVEDO, *Extractos archeologicos das «Memórias Parochiais de 1758»*, ib., IV, 145-146.

Pax Iulia: E. HUBNER, *Notícias archeologicas de Portugal*, 37-41; JOSÉ UMBELINO PALMA e J. LEITE DE VASCONCELOS, *Inscrição romana de Beja*, no *Arq. Port.*, I, 110; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Novas investigações epigraphicas*, ib., 141; *Da Lusitânia à Bética — Três dias em Pax-Iulia*, no *Arq. Port.*, V, 225; *Les Monnaies de La Lusitanie Portugaise*, ib., VI, 85; *Necrópole romana de Pax-Iulia* (Beja), ib. X, 165; GABRIEL PEREIRA, *Beja, em A Arte e a Natureza em Portugal*, vol. VIII, n.º 89.

Portus Hannibalis: ESTÁCIO DA VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, no *Arq. Port.*, XV, 224, 227.

Salacia: E. HUBNER, *Not. Archeol. de Port.* cit., pág. 27; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, II, 21; *Excursão arqueológica a Alcacer do Sal*, no *Arq. Port.*, I, 82, 84; VI, 83; *Novas moedas de Salacia*, ib., II, 280; *Moedas de Salacia*, ib., III, 127; PADRE F. MATOS GALAMBA, *Estudos sobre Salacia*, *Arq. Port.*, III, 266; JOAQUIM CORREIA BAPTISTA, *Salacia*, *Arq. Port.*, II, 5, 143.

Serpa ou Sirpa: J. LEITE DE VASCONCELOS, *Da Lusitânia à Bética — Notícia de Serpa*, no *Arq. Port.*, V, 231; *Les Monnaies de la Lusitanie Portugaise*, ib., VI, 88.

Talabriga: E. HUBNER, *Not. Archeol. de Port.* cit., pág. 67; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. II, pág. 34, 61, 73; FELIX ALVES PEREIRA, *Ara celtibérica da época romana*, *Arq. Port.*, XII, 41; *Geographia protohistorica da Lusitania — Situação conjectural de Talabriga*, ib., 129 e seg.

Ainda sobre outras povoações e diversas estações lusó-romanas encontrará o leitor notícias nas *Religiões da Lusitânia*, t. II, pág. 8-46; e também nas seguintes fontes: AURELIANO FERNÁNDEZ-GUERRA Y ORBE, *Las diez ciudades bracarense nombradas en la inscripción de Chaves*, na *Revista Archeológica e Historica*, II, 81; F. ADOLFO COELHO, *Antigos nomes hispanicos*, ib., III, 1; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Uma inscrição lusó-romana de Panoias*, ib., II, 50 e 69; D. JERONIMO CONTADOR DE ARGOTE, *Memórias para a historia ecclesiastica do Arcebispado de Braga*, t. I, l. II, dissert. I; *A antiga cidade de Panoias*, no *Panorama*, vol. III, pág. 149 e 156; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Museu Municipal em Vila Real* (Trás-os-Montes), *Arq. Port.*, I, 37 e seg. (*Panoias*); *Estudos sobre Panoias*, ib., III, 58 e 177; *Inscrição romana de Panoias*, ib., XIII, 283; *Ruínas romanas da Tourega*, ib., VII, 221; MARQUES DA COSTA, *Antiguidades dos arredores de Setúbal — Povoação romana de Alferraz*, no *Arq. Port.*, II, 10; ARRONCHES JUNQUEIRO, *Povoação romana de Alferraz*, ib., VII, 146; ALBINO PEREIRA LOPO, *Duas povoações mortas*, ib., III, 148; BORGES DE FIGUEIREDO, *Antiguidades de Pataias*, na *Rev. Archeol. e Hist.*, III, 20; A. DOS SANTOS ROCHA, *Memórias sobre a antiguidade*, pág. 163 e seg.; *Estação lusó-ro-*

Como o município passou da Itália para as províncias, vejamos como lá funcionava aquela instituição.

Ao estabelecer-se em Roma o governo imperial, as cidades da Itália formavam duas categorias: as *colônias* e os *municípios*¹.

As colônias e os municípios tinham legislação civil diferente; porém a sua instituição política era análoga. Tanto nas colônias como nos municípios, o povo exercia o poder soberano, elegendo os seus magistrados, promulgando as leis locais e resolvendo os negócios comuns. Ao passo, porém, que em Roma decaía a liberdade e se concentrava a soberania nas mãos do senado, a corporação que a êste correspondia nas colônias e municípios ia também substituindo a comunidade no exercício do poder soberano.

A corporação que nas colônias e municípios correspondia ao senado era a *ordem dos decuriões*, chamada, como por antonomásia, *ordem* e depois *cúria*. Também se lhe deu posteriormente algumas vezes o nome de *senado*, e aos seus membros as designações de *decuriões*, *curiais* e *senadores*.

A classe dos *curiais* compreendia os habitantes das cidades, tanto os naturais delas (*municipes*), como os que ali vinham estabelecer-se de fora (*incolæ*), que tivessem de propriedade territorial mais de vinte e cinco geiras (*juggera*) e que por nenhum título estivessem isentos das funções curiais².

mana da caverna do Bacellinho, na Serra de Alvaizere, na Portugalia, I, 137; *Novos vestígios romanos no vale inferior do Mondego e imediações*, ib., 139; *Estação romana de Formoselha*, ib., 344; *Estação lusô-romana da Pedrulha*, ib., 593; D. MIGUEL SOTTO MAYOR, *Uma antiga cidade (Laconimburgi) da Lusitania (Archivo Pittoresco, Lisboa, 1867, vol. X, pág. 182)*.

¹ As *colônias* eram constituídas por famílias pobres, que iam de Roma lançar os alicerces de nova cidade, organizada à semelhança da capital; os *municípios* eram cidades cuja população não era originária de Roma, e cujos membros, pela incorporação do lugar em que viviam nos Estados da república, entravam de modo absoluto ou com algumas limitações na categoria de cidadãos romanos, continuando, porém, a reger-se pelas suas próprias instituições e leis.

² A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. VII, pág. 29-30; GUIZOT, *Histoire de la civilisation en France*, deuxième leçon. — Os decuriões só obtinham a isenção do serviço

Aos curiais competia administrar os negócios do município, as receitas e as despesas, quer deliberando na cúria, quer exercendo as magistraturas municipais; e cobrar os impostos sob a responsabilidade dos próprios bens.

As duas classes de cidadãos existentes em Roma nos últimos tempos da república, *cives optimo jure* e *cives non optimo jure*¹, corresponderam respectivamente nas colónias e municípios os *decuriões* e os *plebeus* (*plebeii*), também chamados *privados* (*privati*).

Os magistrados municipais, que em parte constituíam nos municípios o poder executivo e em parte o judicial, eram tirados da ordem dos decuriões e por estes eleitos (*creati*); mas algumas vezes também eram nomeados (*nominati*) pelos ministros superiores extra-municipais, e ordinariamente pelos seus próprios antecessores na magistratura.

A magistratura mais geral, e, em certo aspecto, a mais importante, era a dos *duumviros* ou *quatuórviros*, designação que lhes cabia conforme eram dois ou quatro. Estes magistrados correspondiam aos cônsules em Roma; occupavam o cargo durante um ano e exerciam o poder judicial, pelo que também lhes foi dada a qualificação de magistrados jurisdicionais (*duumviri* ou *quatuorviri juri dicundo*)².

público depois de haverem desempenhado todos os cargos municipais, ou estando providos em altos empregos do Estado. Pertencia-se à classe dos decuriões ou por origem, ou por nomeação. Todo o filho de um curial era curial e obrigado a todos os encargos inerentes a esta qualidade. Todo o habitante, comerciante ou qualquer outro, que adquirisse propriedade territorial de mais de vinte e cinco geiras, devia ser reclamado pela cúria e não podia recusar-se. Nenhum curial podia, por acto pessoal e voluntário, sair da sua condição.

¹ Os *cives optimo jure* tinham parte no poder soberano: gosavam do direito de votar e podiam exercer magistraturas. Os *cives non optimo jure* estavam privados destas regalias.

² A jurisdição dos duumviros ou quatuórviros foi provavelmente ilimitada a princípio; mas sofreu grandes restrições durante o império, e chamavam-se eles então *magistrados menores*. Nesta época podiam nomear um juiz (*judex*), que, autorizado por eles, applicasse o direito nos limitados casos da sua alçada. «Nalgumas cidades da Itália não havia, porém, a magistratura dos duumviros: substitua-os um *prefeito* com jurisdição (*præfectus juri dicundo*), enviado para ali anualmente de Roma, onde era nomeado. Nas prefeituras (as-

Aos censores, em Roma, correspondiam nos municípios os *curadores* ou *quinquenais*, também chamados *censores*, cuja dignidade era superior á dos duúmviros. Ora eram dois os questores, ora quatro; e tinham a seu cargo superintender nas rendas públicas. Apesar de eleitos de cinco em cinco anos, só durante um se conservavam no exercício das suas funções, de modo que, nos quatro restantes, ficava o lugar vago.

Aos *edís* incumbia a manutenção da ordem pública no município, a inspecção dos mercados e a estiva dos géneros; prover que não faltassem as subsistências; promover o reparo dos edificios públicos e privados, o bom estado das vias de comunicação e outros ramos análogos de administração pública. Em Roma havia dois graus de edilidade: *curul* e *plebéa*. Para alguns municípios da Itália passaram ambos os graus, para outros só um. Eram também eleitos pela cúria entre os seus membros.

Os *questores*, que depois tiveram os nomes de *exactores*, *suceptores* e talvez de *arcários*, arrecadavam as contribuições públicas e os réditos municipais, conservando-se quanto a estes sob a vigilância dos curadores.

Além destes magistrados havia ainda nas cidades officiais subalternos, encarregados do expediente da cúria e dos seus tribunais e conhecidos nos primeiros tempos do império pelo nome genérico de escribas (*scribæ*).

Estes caracteres essenciais da organização municipal na Itália foram-se estendendo ás províncias, e portanto á Espanha, á medida que as instituições políticas se foram uniformizando no tempo do império.

A cúria era essencialmente a mesma em toda a parte, salvas pequenas diferenças locais; variavam, porém, as magistraturas.

sim se chamavam) a condição dos habitantes era a mesma, os mesmos os magistrados com excepção dos duúmviros. Esta organização particular quanto á magistratura judicial chegou todavia a obliterar-se com o decurso do tempo, e as prefeituras entraram na regra geral. » — A. HERCULANO, ob. e t. cit., pág. 29-31.

Fora da Itália, as cidades que gosavam o *direito itálico* (*jus italicum*) tinham organização municipal completa, como acima fica descrita. Nas outras cidades não havia a magistratura dos curadores ou quinquenais nem a dos duúmviros; tinha a jurisdição um magistrado romano (*rector*), que a exercia por si ou pelos seus delegados, e que para tal fim percorria os diversos logares da província ¹.

As povoações de província que não gosavam tal direito nem por isso deixavam de ter certa organização municipal, embora incompleta. Nelas havia também decuriões ou curiais, que constituíam uma cúria; mas esta, em vez de ser presidida pelos magistrados duúmviros ou quatuórviros, era-o pelo primeiro decurião inscrito no *album* ou registo dos membros da cúria, e na falta dêste pelo seu imediato ².

Desenvolvimento económico sob a dominação romana. —

O aumento e circulação da riqueza pública na Lusitânia não se fez esperar, desde que, terminada a conquista, se foi romanizando a sociedade, sob a influência de leis regulares e ao contacto de magistrados, colonos, comerciantes e aventureiros que traziam á península a cultura do Lácio.

As indústrias rudimentares já existentes desenvolve-

¹ Os *rectores* tinham o nome de corregedores, presidentes, consulares (*correctores, præsides, consulares*), conforme a qualificação do individuo a quem era cometido o cargo. Também algumas vezes o *rector* tinha o nome de *juiz ordinário* (*judex ordinarius*). Para os *rectores* podia-se apelar das decisões dos juizes municipais nas cidades que gosavam do direito itálico. — A. HERCULANO, ob. e tom. cit., pág. 34-35.

² Posteriormente ordenou o imperador Honório, que, dada a impossibilidade do substituto ordinário, a cúria elegeisse para presidir um dos seus membros, que se denominava *principal*.

Esta organização das cidades não privilegiadas foi depois modificada. A princípio dava-se o nome de *defensor* a todo o cidadão a quem a municipalidade incumbia temporariamente algum negócio público. No meado do iv século, porém, a qualificação de *defensor da cidade, da plebe, ou da povoação* (*defensor civitatis, plebis, loci*) applicava-se já a um cargo permanente criado por aquele tempo. Tinha atribuições jurisdicionais, que pelo decurso do tempo se alargaram; mas o seu principal ministério era proteger ou *defender* o povo contra os abusos do regedor ou presidente romano. A sua eleição não era exclusiva dos decuriões: tomavam parte nela todos os burgueses, e só podia ser eleito um individuo não-curial. — A. HERCULANO, ob. e tom. cit., pág. 35-37.

ram-se consideravelmente no remanso da paz e da segurança geral, e em correlação com mercados novos ou de mais êxito.

Intensificou-se a indústria mineira, que além da exploração de metais abrangia o corte e trabalho do mármore. Em diversas minas exploradas modernamente têm-se encontrado antigos poços e galerias da exploração feita pelos romanos. Em algumas das minas de cobre, não só os romanos as lavraram, como até fundiram o metal no próprio lugar, o que é atestado pela existência de grande quantidade de escórias. Das minas que acusam vestígios da pesquisa feita pelos romanos citaremos as de S. Domingos, de Aljustrel, da Serra da Cãveira, de Vale de Nogueira, da Juliana, de Brancanes e de Minancos. Em S. Domingos fundaram até uma povoação, como prova o aparecimento de capitéis e outros fragmentos de colunas, objectos de cerâmica e de cobre, túmulos, ossadas e urnas cinerárias ¹.

A introdução do fabrico de telha melhorou as habitações, que ao mesmo tempo começaram a ter pavimento de ladrilho, em vez de térreas ou lageadas como eram de antes. Tinham os romanos telhas de duas formas: umas de rebordo (*tegulae*), algum tanto semelhantes às modernas telhas de Marselha; outras curvas (*imbrices*), como a telha portuguesa. De umas e de outras se têm achado numerosos fragmentos e um ou outro exemplar inteiro. Paralelamente à indústria da telha desenvolveu-se a do tijolo, com aplicações diversas na arte de construir. A arqueologia tem descoberto numerosos objectos que acusam a existência de outras indústrias, como grande número de pesos de tear, que testemunham a indústria de tecidos caseiros. Além dos pesos de barro, têm-se encontrado mui-

¹ SEVERIANO MONTEIRO e JOÃO AUGUSTO BARATA, *Catalogo descriptivo da secção de minas* (da Exposição Nacional das indústrias fabris), Lisboa, 1889, pág. 8-9, 63-64, 96, 105-106, 110, 113, 118, 121 etc.; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Excursão Arqueológica á Extremadura transtagana*, no *Arq. Port.*, XIX, 310-311.

tos outros monumentos da cerâmica romana, candeias ou luzernas (*lucernae*), e principalmente ânforas e vasos diversos, de variada forma e tamanho, alguns de notável elegância e perfeição. Em S. Bartolomeu de Castro-Marim appareceu uma olaria lusò-romana com as suas várias dependências¹. Multiplicaram-se os artefactos de ferro e de outros metais. Entre os objectos metálicos de uso doméstico e pessoal, encontrados pelos arqueólogos, contam-se fibulas, de emprêgo bem semelhante ao do moderno alfinete de segurança².

Ao aumento da população e do consumo correspondeu maior prosperidade das pescarias e das indústrias agrícolas e suas derivadas³.

¹ Sôbre cerâmica romana em território português vid.: J. LEITE DE VASCONCELOS, *História do Museu Etnológico Português*, Lisboa, 1915, pág. 31; *Da Lusitânia à Bética*, no *Arq. Port.*, V, 238, 240; HENRIQUE BOTELHO, *Arqueologia de Trás-os-Montes*, no *Arq. Port.*, IX, 53-54; ARRONCHES JUNQUEIRO, *Estudos sôbre Tróia de Setúbal*, *Arq. Port.* cit., V, 4; VII, 176; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Lucerna romana dos arredores de Serpa*, ib., pág. 175; VERGÍLIO CORREIA, *Antiguidades de Armeç (Sintra)*, *Arq. Port.*, XVIII, 172-173; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Excursão Arqueológica à Extremadura Transtagana*, *Arq. Port.*, XIX, 311, 316-318; *Amphora e bilha*, *Arq. Port.*, 1, 261; *Vaso romano de Lagos*, *Arq. Port.*, IV, 96; *Olaria lusò-romana em S. Bartolomeu de Castro-Marim*, ib., 329; *Antiguidades de Viana do Alentejo*, *Arq. Port.*, IX, 278; BERNARDO ANTÓNIO DE SÁ, *Explorações arqueológicas em Mértola*, *Arq. Port.*, X, 95; SANTOS ROCHA, *Memórias sôbre a antiguidade*, pág. 163 e seg.; *Noticia de algumas estações romanas e árabes do Algarve*, no *Arq. Port.*, I, 329 e seg.; *Elementos para o estudo comparativo de alguns objectos recolhidos no castro de S. Miguel*, ib., 262; *As louças pintadas do castro de Santa Olaia*, *Arq. Port.*, II, 226; JOSÉ FORTES, *Necrópole lusitanò-romana da Lomba*, na *Portugalia*, II, 257 e seg.; RICARDO SEVERO, *Cemitério do Bairral*, ib., 418 e seg.; ESTÁCIO DA VEIGA, *Memória das antiguidades de Mértola*, pág. 27 e seg., 80 e seg.; MAXIMIANO APOLLINARIO, *Tijolos romanos em forma de quadrante*, *Arq. Port.*, I, 315. — Em algumas das fontes citadas encontram-se também notícias ácerca de objectos de vidro da época romana.

² JOSÉ FORTES, *As fibulas do noroeste da Peninsula*, separata da *Portugalia*, II, 15 e seg.; *Fibulas e fivelas*, no *Arq. Port.*, IX, 1 e seg.; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. III, pág. 107, 127, 128, 135; *Cidade Velha de Santa Luzia*, no *Arq. Port.*, VIII, 18-19; *Analecta Archaeologica*, no *Arq. Port.*, VIII, 163; CELESTINO BEÇA, *Antigualhas trasmontanas*, *Arq. Port.* cit., X, 106; F. ALVES PEREIRA, *Fibula transtagana*, ib., pág. 320; ALBINO PEREIRA LOPO, *Museu municipal de Bragança*, no *Arq. Port.*, V, 336; F. MARTINS SARMENTO, *Citânia*, na *Rev. de Guimarães*, vol. XX, pág. 60; vol. XXI, pág. 17; A. DOS SANTOS ROCHA, *Memórias sôbre a antiguidade*, pág. 213; VIEIRA NATIVIDADE, *Grutas de Alcobça, na Portugalia*, I, 433 e seg.; VIRCHOW, no *Compte-rendu do Congresso de Lisboa*, pág. 658 e seg.; E. CARTAILHAC, *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, pág. 277, 298-299 etc.; PIERRE PARIS, *Essai sur l'art et l'industrie de l'Espagne primitive*, t. II, pág. 266.

³ Sôbre indústria da pesca no tempo dos romanos vid.: A. MESQUITA DE FIGUEIREDO,

O comércio fazia-se em maior escala com a Itália: exportação de metais em bruto, principalmente ouro, prata e cobre; de frutas e outros diversos produtos naturais; importação de objectos de metal, vidro e olaria e outros.

O mar constituia a mais importante via comercial; porém os romanos não deixaram de beneficiar a Lusitânia, como faziam em todos os países conquistados, com os seus admiráveis trabalhos de viação, pontes e estradas militares.

Embora especialmente destinadas à marcha das tropas, as vias romanas favoreciam do mesmo modo a actividade comercial e os trabalhos ordinários da população, facilitando as comunicações.

Ao longo do pavimento (*agger*) da estrada romana corriam de cada lado seu passeio ou mesêta (*margines*) que especialmente se destinava a uso de peões. De longe em longe havia apeadeiros de pedra, com dois ou três degraus, ou quando menos simples cubos de pedra (*gomphi*), para comodidade de quem montava ou apeava.

Por conta do Estado, e em benefício das tropas e dos correios, ao longo das estradas havia mudas (*mutationes*), para substituição do gado em marcha; albergarias (*mansiones*), com provisões e agasalho para passar a noite; estações (*stationes*), logares onde podiam descansar alguns dias depois de grandes marchas forçadas. A par destas providências oficiais surgia a iniciativa particular, concorrendo com tabernas ou albergues (*cauponae*), onde os passageiros encontravam algum refrêscio ou comodidade.

À vista do *Itinerário* de Antonino, organizou o Sr. Leite de Vasconcelos a seguinte nota de estradas romanas da Lusitânia: de *Ossonoba* partia uma para *Salacia*; de *Baeturis*, duas para *Pax Iulia* (por *Balsa*, *Ossonoba*, *Ebora*,

Contribuições para a historia da pesca na epocha luso-romana, no *Arq. Port.*, IV, 53 e seg.; A. J. MARQUES DA COSTA, *Estações prehistoricas dos arredores de Setubal*, ib., X, 189 e seg.; ESTÁCIO DA VEIGA, *Antiguidades monumentaes do Algarve*, no *Arq. Port.*, XV, 225 e seg.

Serpa; e por *Myrtilis*); de *Olisipo*, três para *Emerita* (por *Equabona*, *Caetobriga*, *Salacia*, *Ebora*, *Dipo*; por *Aritium*; e por *Scallabis*); de *Olisipo* uma para *Bracara*, que coincidia, em parte, com a antecedente; de *Bracara* quatro para *Asturica* (por *Aquae Flaviae*; pela *Geira*; por *Tude*; por *Vicus Spacorum*)¹.

A prosperidade e importância de diversas cidades e da Lusitânia em geral são atestadas por factos numerosos, tais como: a cunhagem de moedas especiais de certas cidades (*Ebora*, *Salacia*, *Pax Iulia*, *Myrtilis*, *Serpa* etc.); a construção de muralhas e arcos monumentais; templos notáveis como aquele de que existem ruínas em Évora; um teatro em *Olisipo*; banhos e termas, alguns com estabelecimentos de luxo (*Olisipo*, Milreu, Vizela, Taipas, *Aquae Flaviae* etc.).

A certas cidades mais importantes concediam os romanos a faculdade de cunhar moeda. Por isso têm apparecido, além de grande número de moedas romanas, outras da mesma época, cunhadas por diversas cidades da península².

¹ J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. III, pág. 182. Ainda sobre estradas romanas e marcos miliários, vid.: M. CAPELA, *Milliários do Conventus Bracaravgstani em Portugal*, Porto, 1895; *Arqueólogo Português*, II, 97; ALBINO PEREIRA LOPO, *Gimonde — Ruínas — Um marco miliário*, no *Arq. Port.*, V, 136; *Elementos para a solução de um problema arqueológico*, ib., 184; *Dois miliários inéditos — Trajecto, em território português, de uma via romana de Chaves a Astorga* (com mapa), *Arq. Port.*, XII, 162; F. ALVES PEREIRA, *Geografia protoistórica da Lusitânia*, *Arq. Port.*, XII, 129; *A ponte romana de Vila Formosa* (Alter do Chão), *Arq. Port.*, XVII, 209 e seg.; PADRE FRANCISCO MANUEL ALVES e CELESTINO BEÇA, *A estrada militar romana de Braga a Astorga por Bragança*, *Arq. Port.*, XX, 74 e seg., 87 e seg.; PADRE FRANCISCO MANUEL ALVES, *Epigrafia bragançana*, *Arq. Port.*, XXI, 247; D. FR. MANUEL DO CENÁCULO, *Estrada romana de Beja a Mértola*, *Arq. Port.*, I, 340; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Marcos miliários do Museu Etnológico Português*, no *Arq. Port.*, XIX, 249; *As inscrições romanas da Ponte de Chaves*, no *Arq. Port.*, I, 139; E. HUBNER, *Noticias Archeologicas de Portugal*, 17 e seg., 21 e seg., 27-28, 35, 53-54, 59-60, 68, 78, 84 e seg. e apêndice B (pág. 95-102).

² TEIXEIRA DE ARAGÃO, *Descrição histórica das moedas romanas existentes no Gabinete Numismático de S. M. El-Rei o Sr. D. Luis I*, Lisboa, 1870; J. M., *Achado de moedas romanas em Braga*, na *Portugalia*, II, 478; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Colecção etnográfica do Sr. M. d'Aguaga*, *Arq. Port.*, I, 24-25; *Achado de moedas romanas*, ib., 223; *Dois denários da família «Decimia»*, ib., II, 104; *Excursão arqueológica ao sul de Portugal*, ib., IV, 125; *Moeda de chumbo da república romana*, ib., V, 12; *Achados de moedas romanas em Leiria*, ib., 167; *Da Lusitânia à Bética*, ib., 225 e seg.; *Moedas roma-*

De muralhas romanas existem ainda restos em *Bracara, Conimbriga* (Condeixa-a-Velha), *Ebora* e *S. Tiago de Cacém*¹. Arcos que eram portas de cidades: um em *Ebora*², outro em *Pax Iulia*³ e terceiro na *Bobadela*⁴. Em *S. Salvador de Aramenha* também existiu um, que em 1710 foi transferido para Portalegre e em 1890 demolido brutalmente⁵.

O teatro romano de que ainda existiam ruínas, ao alvorecer do século XIX, no sítio cortado pela Rua de S. Ma-

nas de diferentes sítios de Lisboa, ib., 285; *Les Mommaies de la Lusitanie Portugaise*, ib., VI, 81 e seg.; *Antiguidades de Viana do Alentejo*, ib., IX, 277; *Moeda de «Salacia» (Eviom)*, ib., XIII, 37; *Tesouros de moedas romanas*, ib., 352; *Achados de moedas romanas da república*, ib., XIV, 58; *História do Museu Etnológico Português*, pág. 198; PEDRO A. DE AZEVEDO, *Extractos archeologicos das «Memorias Parochiaes de 1758»*, no *Arq. Port.*, II, 136; *Noticias archeologicas colhidas em documentos do seculo XVIII*, ib., III, 249, 251; *Archeologia do seculo passado*, ib., IV, 101, 102; *Noticias archeologicas do seculo XVIII*, ib., V, 83, 119-120; *Noticias archeologicas*, ib., VII, 67; *Moedas romanas provenientes de Olisipo*, ib., XVI, 94; ABÁDE MANUEL DE AZEVEDO, *Antigualhas romanas de Agarez*, no *Arq. Port.*, I, 133; *Achados de moedas romanas*, ib., 134; F. ALVES PEREIRA, *Castelo de S. Miguel-o-Anjo*, no *Arq. Port.*, I, 169; J. RASTEIRO, *Moedas e outros objectos romanos* (da península da Arrábida), ib., III, 5; HENRIQUE BOTELHO, *Moedas romanas achadas em Agarez* (concelho de Vila Real), ib., 119; *Moedas romanas coloniais (hispánicas) achadas em Trás-os-Montes e Beira*, ib., XII, 23; L. DE FIGUEIREDO DA GUERRA, *Vestigios romanos no concelho de Viana do Castelo*, ib., V, 176; CESAR PIRES, *Moedas romanas achadas na Idanha*, ib., IV, 79; ALBANO BELINO, *Cidades mortas*, ib., XIV, 7; PADRE M. J. DA CUNHA BRITO, *Achados de moedas romanas*, ib., XIII, 94; VERGÍLIO CORREIA DA FONSECA, *Moedas romanas achadas em Beja no século XVIII*, ib., XVII, 113; ALBANO BELINO, *Catálogo das moedas romanas, celtiberas e visigodas pertencentes à Sociedade Martins Sarmento*, na *Revista de Guimarães*, XVI, 79; XVII, 137, 187; XVIII, 136; MENDES DOS REMEDIOS, *Moedas romanas da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1905.

Dos tratados em que se dá notícia de moedas romanas em território espanhol e português indicaremos ao leitor: E. HUBNER, *Monumenta Linguae Ibericae*, Berlim, 1893; *La Archeologia de España*, Barcelona, 1888; A. HEISS, *Monnaies Antiques de l'Espagne*, Paris, 1860; CAMPANER y FUERTES, *Indicador de la Numismatica española*, Madrid — Barcelona, 1891.

¹ Vid. a bibliografia que acerca de cada uma destas povoações demos em nota a pág. 58. Ha um castelo romano em Valongo (Évora). Vid. GABRIEL PEREIRA, *Revista Archeologica e Historica*, III, 65.

² GABRIEL PEREIRA, *O arco de D. Isabel e um trecho da cerca velha*, no *Arqueólogo Português*, V, 110.

³ CHRISTOVAM AYRES, *Historia do Exercito Portuguez*, t. I, pág. 447; t. II, pág. 227; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Arco romano de Beja*, no *Arqueólogo Português*, VIII, 165; GABRIEL PEREIRA, *Boletim da Associação dos Archeólogos*, VIII, 26-27.

⁴ J. LEITE DE VASCONCELOS, *Arco romano de Bobadela*, no *Arqueólogo Português*, VII, 56; FRANCISCO MARTINS SARMENTO, *Expedição scientifica á Serra da Estrela em 1881 — Secção de archeologia* (Lisboa, 1883), pág. 16.

⁵ J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. III, nota 2 á pág. 179.

mede, datava do meado do século I¹. Em Balsa descobriram-se restos de um circo do século II².

Algumas das ruínas de banhos e termas acusam luxo e opulência. Um dos mais notáveis elementos decorativos é, nos pavimentos, o mosaico, em frequentes casos policrómico (*opus vermiculatum*) e executado com grande perfeição. Aparecem as côres vermelha, côr de rosa, cinzenta, amarela, azul-escura e branca. Os desenhos representam figuras geométricas em combinações variadas, animais e deuses³. O mosaico aparece também nas habitações romanas, entre as quais se contam as casas de campo, conhecidas pelo nome de *vilas* (*villae*). Destas, umas eram apenas casas de regalo para distracção e recreio de seus donos (*villae urbanae*); outras eram o centro de alguma exploração agrícola (*villae rusticae*)⁴.

¹ E. HUBNER, *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, 183; *Noticias Archeologicas de Portugal*, pág. 10; PEDRO A. DE AZEVEDO, *O teatro romano de Lisboa, segundo um antigo viajante sueco*, no *Arqueólogo Português*, XII, 102-103 (transcrito do *Diário de Noticias*, de 29 de Novembro de 1906); LUIS ANTÓNIO DE AZEVEDO, *Dissertação... sobre o verdadeiro anno... da erecção do... antigo teatro romano, descoberto na excavação da Rua de S. Mamede*, Lisboa, 1815; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, III, 180.

² E. HUBNER, *Monumentos de Balsa* (perto de Tavira), na *Revista Archeologica e Historica*, I, 33.

³ Sobre termas e mosaicos romanos: E. HUBNER, *Noticias archeologicas de Portugal*, pág. 8 e noutros logares; BORGES DE FIGUEIREDO, *As termas romanas da Rua Bella da Rainha* (vulgo *Rua da Prata*) em Lisboa, na *Revista Archeologica e Historica*, III, 23; JOSÉ FORTES, *Balnearium lusó-romano de S. Vicente do Pinheiro*, Porto, 1902 (com discussão de FELIX ALVES PEREIRA, no *Arqueólogo Português*, VIII, 107-110); A. DOS SANTOS ROCHA, *Antiguidades do concelho de Faro*, no *Arq. Port.*, I, 204-205 (Milreu [Estoi]); MONSENHOR PEREIRA BOTO, *Ichnographia parcial das construções lusó-romanas de Milreu (Estoi, — Algarve)*, no *Arq. Port.*, IV, 158; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Termas romanas de Milreu*, ib., XXII, 125; *Agua Santa de Viçela*, ib.; *Antiguidades da Senhora da Luz* (Lagos), ib., 127; PEDRO A. DE AZEVEDO, *Ruínas das Caldas de Viçela*, no *Arq. Port.*, III, 214 (transcrito da *Gazeta de Lisboa*, n.º 36, de 2-IX-1788); E. HUBNER, *Not. Arch. de Port.* cit., pág. 56; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Estação romana da Ribeira (Tralhariz)*, no *Arq. Port.*, V, 193; *Mosaico romano de Alcobaça*, ib., VII, 146 e 284; *Antiguidades de Quintos*, ib., VIII, 163; *Mosaico lusitanó-romano de Leiria*, ib., V, 330; ABBADÉ OLIVEIRA GUIMARÃES, *Mosaicos de Viçela*, ib., VIII, 243; JOHN MARTIN, *Mosaicos do Arnal e S. Sebastião*, ib., VII, 313 (transcrito do *Archivo Pittoresco*, I, 125); MARQUES DA COSTA, *Dois mosaicos romanos achados nas proximidades de Leiria*, ib., X, 49; PEDRO A. DE AZEVEDO, *Mosaico achado em Collares*, ib., 152; ESTÁCIO DA VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, no *Arq. Port.*, XV, 220; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Mosaico de Oeiras*, ib., XXI, 142; *Mosaicos de Ossunoba*, *O Occidente*, Lisboa, 1882, V, 238, 240; VIII, 262, 264.

⁴ J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. III, pág. 176-178; *Estação ro-*

O gôsto artístico de aquella época revela-se ainda no trabalho de cantaria das construções; em numerosas estátuas e cabeças que os arqueólogos têm pôsto a descoberto¹; e até em obras de pintura. Santos Rocha recolheu em Marim (Olhão) «muitos fragmentos de pinturas murais *a fresco*, umas lisas e outras com restos de ornamentação, em que aparecem as côres branca, amarela, azul, vermelha e castanha. O aparelho das paredes para esta pintura consiste em um embôço de cal e areia, coberto superficialmente por uma fina camada de cal»².

Têm-se descoberto diversas necrópoles ou cemitérios romanos e numerosas sepulturas isoladas, com vestígios manifestos de incineração dos cadáveres, ou na própria sepultura, ou em lugar especialmente adequado a êsse fim (*ustrinum*). A incineração não era prática geral, pois têm aparecido sepulturas e cemitérios de inumação³. Além

mana da Ribeira (Tralhariz), no *Arq. Port.*, V, 193; JOSÉ FORTES, *Restos de uma vila lusitanô-romana* (Povoa de Varzim), Porto, 1905; A. J. MARQUES DA COSTA, *Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal — Vivendas dispersas*, no *Arq. Port.*, XII, 206 e seg.; VERGÍLIO CORREIA, *O hipocausto de Vila Verde* (Sintra), ib., XIX, 200 e seg.

¹ Sobre o assunto: E. HUBNER, *Noticias archeologicas de Portugal*, apêndice C, pág. 103-110; RICARDO SEVERO, *Estatueta romana de Soutello*, na *Portugalia*, I, 129; *Exvoto de bronze da «Collecção Manuel Negrão»*, ib., 325; *O Mercurio de Casal Comba — Estatueta de bronze do «Museu Azuaga»*, ib., II, 233; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Collecção ethnographica do Sr. M. d'Azuaga*, no *Arq. Port.*, I, 20; *Vaquinha de bronze romana*, ib., 313; *Estatueta romana de Hercules*, ib., III, 63; *Duas estatuas romanas*, ib., VII, 100; *Cabeça romana de Beja*, ib., VII, 242-243; VIII, 165; *Asa romana de situla*, ib., XIX, 88; *Alcobaça archeologica — Antiguidades romanas*, ib., V, 79; L. DE FIGUEIREDO DA GUERRA, *Vestígios romanos no concelho de Vianna do Castello*, ib., V, 175; JOAQUIM CORREIA BAPTISTA, *Salacia*, ib., II, 5; A. DOS SANTOS ROCHA, *Vestígios romanos no vale do Mondego e immediações*, ib., 155; MONSENHOR PEREIRA BOTO, *Cabeça de uma estátua lusô-romana de Milreu (Estoi)*, ib., I, 136; F. ALVES PEREIRA, *Arte romana*, ib., II, 319; *Estatueta ithyphallica*, ib., VIII, 300; BORGES DE FIGUEIREDO, *Cavallo de bronze da epoca romana*, *Rev. Archeol. e Hist.*, III, 113; *Baixo relevo romano, descoberto em Elvas*, ib., 161; GABRIEL PEREIRA, *As estatuas romanas da quinta da Amoreira da Torre proximo de Montemor-o-Novo*, ib., IV, 169; BRITO REBELLO, *Antiguidades do Algarve — Monumento Milreu — Cabeça de mulher encontrada nas thermas de Ossónoba — Baixo relevo encontrado na quinta da Torre d'Ares*, *O Occidente* (1881), IV, 150.

² A. DOS SANTOS ROCHA, *Notícia de algumas estações romanas e árabes do Algarve — Antiguidades de Marim (Olhão)*, no *Arq. Port.*, I, 115; *Antiguidades do concelho de Faro*, ib., 205; II, 77.

³ TEIXEIRA DE ARAGÃO, *Relatório sobre o cemitério romano descoberto próximo da cidade de Tavira em Maio de 1868*, Lisboa, 1868; A. DOS SANTOS ROCHA, *Antiguidades de Marim (Olhão)*, *Arq. Port.*, I, 193; *Antiguidades do concelho de Lagos*, no *Arq. Port.*, I,

das inscrições funerárias, existe grande número de outros monumentos epigráficos que encerram lições de vária espécie para o estudo da história, da geografia e da etnologia. Foi por monumentos epigráficos que se chegou a localizar as antigas cidades de *Aeminium* e *Ossonoba*; pelo mesmo processo se confirmou a identificação da antiga *Pax Iulia* com a moderna Beja ¹.

291, 327; II, 68, 72, 74; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Descobrimento archeologico*, no *Arq. Port.*, III, 293; *Alcáçovas*, ib., IV, 119; *Necrópole romana de Pax Iulia* (Beja), ib., X, 165; *Necrópole lusó-romana nos arredores de Lagos*, ib., V, 102; FELIX ALVES PEREIRA, *Cemitério da época romana*, ib., IX, 282; X, 16; VERGÍLIO CORREIA, *Excursões Archeológicas ao Alentejo*, ib., XIX, 192; A. DOS SANTOS ROCHA, *Necrópole lusó-romana da Senhora do Desterro*, em *Montemor-o-Velho*, na *Portugalia*, I, 596; *A necrópole lusó-romana nos arredores de Lagos*, ib., 816; JOSÉ JOAQUIM NUNES, *Notícia sobre a necrópole lusó-romana nos arredores de Lagos*, ib., 817; RICARDO SEVERO, *O cemitério romano do Monte do Penãoço*, *Portugalia*, II, 111; *Necrópoles lusitano-romanas de inhumação, I — Cemitério do Bairral*, ib., 417; II — *Cemitério de Vila Verde*, ib., 426; JOSÉ FORTES, *Necrópole lusitano-romana da Lomba*, ib., 252; *Casa e necrópole lusitano-romanas de Vilarinho* (Amarante), ib., 477.

Pôsto que a fonte primacial para o estudo da epigrafia romana seja o *Corpus Inscriptionum Latinarum*, de Emilio Hübnér, com os respectivos suplementos, registaremos as seguintes fontes dispersas sobre sepulturas e lápides sepulcrais da época romana: BORGES DE FIGUEIREDO, *Duas inscrições de Olisipo*, na *Revista Archeologica e Historica*, I, 5; *Cippo funerario romano descoberto em Viseu*, ib., 81; PADRE J. J. DA ROCHA ESPANCA, *Monumento sepulcral de Juromenha*, no *Arq. Port.*, I, 216; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Sepulturas romanas de Caparide*, ib., 248; *Inscrição funeraria do Museu de Beja*, ib., 252; *Sepultura de Cocceia Clarilla*, ib. 265; *Inscrição de Helice*, ib., 322; *Duas lápides funerárias de Olisipo*, ib., II, 166; *Sepultura romana do Museu de Beja*, ib., VIII, 168; *Analecta epigraphica lusitano-romana*, ib., V, 170; *Noticia de Serpa*, ib., 237; *Extractos do «Apparato de Antiguidades Romanas» de Carneiro de Fontoura*, ib., VII, 9 e seg; *Inscrição romana de Myrtilis*, ib., X, 31; *Lápide romana de Ferreira do Alentejo*, ib., XII, 70; *Sepultura romana* (Benafim, Loulé), ib., 367; *Notas epigráficas — Dois monumentos sepulcrais romanos do Alentejo*, ib., XXI, 316; CESAR PIRES, *Sepulturas romanas de Bencafede*, ib., II, 278; HENRIQUE BOTELHO, *Antiguidades de Trás-os-Montes — Sepulturas romanas de tijolos*, ib., III, 70; ALBINO PEREIRA LOPO, *Uma lápide do castelo de Oleiros da Bemposta* (Mogadouro), ib., 73; ALBINO PEREIRA LOPO e J. LEITE DE VASCONCELOS, *Lápide romana*, ib., 192; ALBINO PEREIRA LOPO, *Lápide romana de Babe* (Bragança), ib., 223; *Esclarecimento* (sobre uma lápide do Castro de Sacaios), ib., V, 79; *Picote* (Miranda do Douro), ib., 143; JOSÉ CALLADO, *Inscrição sepulcral romana*, ib., 42; MANUEL JOAQUIM DE CAMPOS, *Nova lápide funerária dos subúrbis de Olisipo*, ib., IX, 59; FELIX ALVES PEREIRA, *Uma primícia de epigraphia funerária romana*, ib., 74; *Tampa de sepultura da época romana*, ib., XIV, 261; *Antiquités*, ib., XXI, 204; BERNARDO DE SÁ e J. LEITE DE VASCONCELOS, *Lápide romana*, ib., 177, 180; VERGÍLIO CORREIA, *Uma sepultura romana nos arredores de Oeiras*, ib., XVIII, 93; *Dois monumentos sepulcrais romanos*, ib., XIX, 214; CARNEIRO DE FONTOURA, *Sepulturas romanas*, ib., VII, 10-11; MONS. PEREIRA BÓTO, *Archeologia do Algarve — Arco de Tavira*, ib., II, 152.

¹ Lembraremos mais uma vez a necessidade de examinar a obra monumental de E. Hübnér, *Corpus Inscriptionum Latinarum* para o estudo da epigrafia romana da península.

Nas obras de arqueologia encontrará o leitor abundância de pormenores concernentes á vida da península na

Todavia não nos dispensaremos de indicar as seguintes fontes dispersas, nas quais se transcrevem muitas inscrições romanas, por vezes acompanhadas de esclarecimentos e discussões interpretativas:

F. MARTINS SARMENTO, *Materiaes para a archeologia do concelho de Guimarães*, na *Revista de Guimarães*, vol. I, pág. 163, 169, 170, 175-176; *Inscripções ineditas*, ib., IV, 185-189; *Duas inscrições ineditas*, ib., XI, 205; ABADE OLIVEIRA GUIMARÃES, *Inscrição inedita*, ib., XVII, 148; *Inscripções ineditas*, ib., 183; *Catalogo do Museu Archeologico* (de Guimarães), ib., XVIII, 38-72; BORGES DE FIGUEIREDO, *Epigraphia* (Faro), na *Revista Archeologica e Historica*, I, 47; *Ara romana descoberta em Castro Daire*, ib., 52; *Trez monumentos epigraphicos de Elvas e do seu termo*, ib., 97; *Monumentos epigraphicos de Beja*, ib., 185; *Inscrições de Alcaccer do Sal*, ib., II, 69; *Miscellanea epigraphica* (Cascais, Mourão, Leiria), ib., III, 86; *Inscrições latinas do Algarve*, ib., 119; *Miscellanea Geographica* (Almourol, Conimbriga), ib., 155; *Miscellanea epigraphica* (Perozêlo, Roqueiro, Alberquim), ib., IV, 83; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Antiguidades de Cárquere*, ib., II, 113; PADRE JOAQUIM J. DA R. ESPANCA, *Mais um monumento epigraphico de Bencatel*, ib., I, 100; E. HUBNER, *Inscrição de Montemor-o-Novo*, ib., 114; A. PEREIRA LOPO, *Notícias epigraphicas*, na *Portugalia*, II, 124; JOSE FORTES, *Notícias epigraphicas*, ib., 288, 479; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Excursão archeologica a Alcaccer do Sal*, no *Arq. Port.*, I, 69; *Inscrição romana inedita*, ib., 76; *Inscrição romana de Villarandello*, ib., 118; *Novas investigações epigráficas*, ib., 141; *Inscrição romana de Benavilla*, ib., 224; *Duas inscrições do Museu de Beja*, ib., 321; *Inscrição romana de Poços*, ib., 323; *Inscrições romanas do Museu de Beja*, ib., II, 80; *Inscrição romana de Moncorvo*, ib., 134, 168; *Lápide romana de Vila Boim*, ib., III, 121; *Inscrição romana de Ossoinoba*, ib., V, 43; *Inscripções da quinta da Insoa*, ib., 138; *Analecta epigraphica lusitano-romana*, ib., 170; *Inscrições romanas do Minho*, ib., 192; *Antiguidades de Cárquere*, ib., 206; *Inscrição romana da Pedrulha*, ib., 253; VI, 78; *Notas epigraphicas*, *Arq. Port.*, VI, 133; *Inscrição romana de Almeirim*, ib., VII, 80; *Inscrição de Porto de Mós*, ib., VII, 171; *Arqueologia lusitano-romana*, ib., VII, 241 e VIII, 236; *A inscrição de Titus Carro*, ib., 283; *Inscrições romanas do Museu de Beja*, ib., VIII, 163; *Inscrição romana do Museu de Coimbra*, ib., 170; *Antigualhas do Museu de Faro*, ib.; *Arqueologia Bracaraugustana*, ib., 296; *Epigraphia romana de Braga*, ib., IX, 101; *Fragmento de uma inscrição romana de Elvas*, ib., 219; *Antiguidades de Viana do Alentejo*, ib., 276; *Inscrição romana do concelho de Arraiolos*, ib., X, 198; *A deusa Nabia*, ib., 399; *Estela sepulcral arcaica do Alto Minho*, ib., XII, 275; *Inscrições romanas* (Caldas da Rainha, Castelo Branco, Guimarães e Angueira), ib., XV, 322; *Inscrição romana de Montemor-o-Velho*, ib., XVIII, 101; *Inscrição romana de Sintra*, ib., XIX, 84; *Dois monumentos lapidares romanos de Trás-os-Montes*, ib., 89; *Excursão archeologica á Extremadura Transagana*, ib., 303, 322; *Inscrição romana de Lorrão*, ib., 365; *Por Trás-os-Montes*, ib., XXII, 17; *Na Beira Baixa*, ib., 305; MONSENHOR PEREIRA BOTO, *Noticias do Museu Archeologico de Faro*, no *Arq. Port.*, II, 25; ALBANO BELLINO, *Inscrições romanas de Braga (ineditas)*, Braga, 1895 (discussão no *Arq. Port.*, II, 116); *Novo deus bracarense*, *Arq. Port.*, VIII, 46; *Bracara Augusta*, no *Arq. Port.*, X, 118; PEDRO A. DE AZEVEDO, *Noticias Archeologicas dos seculos XVII e XVIII (inscrições de Olisipo)*, ib., IV, 310-311; *Noticias archeologicas do século XVIII*, ib., V, 115-116, 118; *Duas inscrições romanas na praia de Santa Cruz*, ib., XII, 102; PEREIRA CALDAS, *Lápide romana da estrada da Geira sem decifração plausivel até-gora*, Braga, s. d. (1899) (vid. *Arq. Port.*, V, 87); JOAQUIM DE CASTRO LOPO, *Dois enigmas epigráficos*, *Arq. Port.*, V, 167; H. BOTELHO, *Lápides com inscrições romanas do distrito de Vila Real*, ib., XII, 26; F. ALVES PEREIRA, *Ara celtibérica da época romana (Um novo «Genio»)*, ib., 36; *Por caminhos da Ericeira*, ib., 336-344, 345, 352;

época romana⁴. A influência civilizadora dos romanos foi imensa; e bastaria, para a assinalar, a pacificação realizada á custa de lutas prolongadas, e não menos pela hábil política de interessar os povos nos progressos de toda a ordem que derivavam da paz e da segurança. Assim não podemos admirar que certas instituições romanas, princi-

ALBINO PEREIRA LOPO, *Vila Nova de S. Jorge* (Bragança) — *Uma curiosa lápide inédita*, ib., XIII, 313; PADRE FRANCISCO MANUEL ALVES, *Epigraphia bragançana*, *Arq. Port.*, XV, 1; XVIII, 1; XXI, 145; F. TAVARES DE PROENÇA JÚNIOR, *Inscrições romanas de Castelo Branco*, ib., XII, 172; *Inscrições inéditas*, ib., XV, 29; VERGÍLIO CORRÊA, *Antiguidades de Armeç* (concelho de Sintra) — *A inscrição da Fonte*, ib., XVIII, 169; MANUEL DE VASCONCELOS, *Aparentamentos arqueológicos do concelho de Marco de Canavezes*, ib., XXI, 323-325; E. HUBNER, *Inscriptio arae romanae repertae in oppido aliquo vetusto, sed ignoto Lusitaniae orientalis*, no *Arq. Port.*, III, 161 e seg.

Dispensamo-nos de citar página a página as numerosas notícias epigráficas disseminadas na eruditíssima obra do Sr. Dr. J. Leite de Vasconcelos — *Religiões da Lusitânia*.

⁴ Na impossibilidade de darmos maior desenvolvimento ao texto, indicaremos as seguintes fontes dispersas sobre diversas antiguidades romanas do território de Portugal: — BORGES DE FIGUEIREDO, *Amuleto romano*, *Revista Archeologica e Historica*, I, 70; *Antiguidades romanas de Chelas*, ib., IV, 1, 30; *Analecta archaeologica* (Évora, Ançã, Elvas), ib., 40; *O suposto templo de Diana em Olisipo*, ib., 95; A. DOS SANTOS ROCHA, *Memórias sobre a antiguidade*, pág. 163 e seg.; *Novos vestígios romanos no vale inferior do Mondego e imediações, na Portugalia*, I, 139; *Dado romano proveniente das ruínas de Condeixa-a-Velha*, ib., 595; *Ruínas romanas de Ançã*, ib., 814; RICARDO SEVERO, *Notícia da estação romana na quinta da Ribeira em Tralhariz*, ib., I, 391; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Antigualhas das proximidades de Lisboa*, no *Arqueologo Português*, I, 246; *Antiguidades do sul do Tejo*, ib., 338, 339; *Alcacer vetus*, ib., IV, 104; *Evora e arredores*, ib., 130; *Antigualhas romanas do Algarve*, ib., 280; *Antiguidades romanas de Lisboa*, ib., V, 282; *Vidros romanos de Beja*, ib., VII, 192; *Antigualhas de Monção*, ib., 285; *Antiguidades romanas da vila de Viana*, ib., IX, 280; *Antigualhas*, ib., XIII, 351; *Unguentario de Mombeja*, ib., XIV, 57; *Um deus ígeditano*, ib., 243; *Analecta archaeologica*, ib., XV, 325, 326; *Notícias várias*, ib., XVIII, 190; *Excursão archeologica á Extremadura transtágana*, ib., XIX, 300, *passim*; *Coisas velhas*, ib., XXII, 107 e seg., *passim*; M. VIEIRA NATIVIDADE, *Alcobaça archeologica — Antiguidades romanas*, *Arq. Port.*, I, 104; A. F. XAVIER HENRIQUES, *Notícias archeologicas de Castro Marim*, ib., 117; A. DOS SANTOS ROCHA, *Notícia de algumas estações romanas e árabes do Algarve*, ib., 113, 193; II, 65; *Vestígios romanos no vale do Mondego e imediações*, ib., 154; *Antiguidades romanas das vizinhanças de Nelas*, ib., III, 81; *Tesouro funerário da Lameira Larga — Época lusó-romana*, ib., XIV, 44; A. MESQUITA DE FIGUEIREDO, *Informações archeologicas colhidas no «Dicionario Geographico» de Cardoso*, *Arq. Port.*, I, 153; VISCONDE DE CORUCHE, *Objectos romanos achados em Coruche*, ib., III, 65; P. BELCHIOR DA CRUZ, *Notícias várias*, ib., IV, 253, 274; JOAQUIM HENRIQUES, *Objectos romanos do Alentejo*, ib., 283; ALBINO PEREIRA LOPO, *Museu Municipal de Bragança*, ib., VI, 95; *O alto do Carocado ou Carrocedo*, ib., VII, 70; *Vestígios romanos em Bragança*, ib., XI, 83; JOSÉ CARVALHAES, *Antiguidades Romanas de Alfaçeira*, ib., VIII, 90; ARTUR LAMAS, *Notícia archeologica* (de Santa Maria de Machede), ib., XII, 352; F. ALVES PEREIRA, *Ruínas de ruínas ou estudos ígeditanos*, ib., XIV, 169 e seg.; *Por caminhos da Ericeira*, ib., XIX, 324 e seg., *passim*; *Antiquitus*, XXII, 97; HENRIQUE BOTELHO, *Archeologia de Trás-os-Montes*, ib., XV, 83; I. DE VILHENA BARBOSA, *Aqueducto de Evora*, no *Archivo Pittoresco*, X, 33, 47.

palmente jurídicas e administrativas, perdurassem através dos séculos e fossem ainda aproveitadas na vigência de novas fórmulas sociais.

Um erudito português condensa a descrição da civilização romana na península nos seguintes períodos:

«Desde que os romanos ficaram pacíficos senhores da Hespanha, as antigas nacionalidades da península confundiram-se, aniquilaram-se, e só houve nella imperio romano. O brilho de Roma espalhou o seu reflexo sobre o paiz, e o fausto ostentoso da capital, invadindo as novas provincias, fez igualmente a sua conquista.

«Os templos sumptuosos, os arcos triumphaes, circos, e até para naumachias, theatros, banhos, aqueductos, e talvez um laberintho, pavimentos de mosaico, cujos restos se encontram ainda por toda a parte; e outros monumentos, como o disco do imperador Theodosio, que se vão descobrindo cada dia, para assim dizer, são testemunhas vivas do estado de opulencia a que se elevou este paiz, chegando até a fabricar estatuas de metaes preciosos de grande dimensão.

«As estatuas eram tão communs que se adornavam com ellas as praças dos municipios; as medalhas innumeraveis, e as inscrições infinitas, e para segurar mais a sua duração até algumas com lettras de bronze engastadas na pedra.

«A cultura das sciencias companheiras inseparaveis das artes, e por consequencia do luxo que as alimenta, lavrou por toda a Hespanha; e como os conhecimentos scientificos dos romanos eram moldados em prototypos gregos, a lingua, e litteratura gregas, haviam necessariamente ser tambem cultivadas na Peninsula Iberica ¹.»

¹ JOAQUIM JOSÉ DA COSTA DE MACEDO, *Memória sobre os conhecimentos da lingua e litteratura grega que houve em Portugal até ao fim do reinado de El-Rei D. Duarte*, pág. 58-60 (na collecção de *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, nova série, 2.^a classe, t. I, p. 1, 2.^a ed., 1903).

Difusão do cristianismo na Lusitânia. — A importância histórica e comercial da Espanha, o facto de nela habita-rem muitos judeus, gregos e romanos, e ainda a frequência de relações que mantinha com quasi todo o império são circunstâncias a persuadir, que a prègação do Evangelho nestas paragens devia cedo excitar o zêlo dos propagadores da fé. É certo que a Espanha foi evangelizada ainda nos tempos apostólicos, e nela se propagou e desenvolveu posteriormente a fé cristã sob o impulso de varões piedosos, uns naturais da península, outros estranhos.

Na sua epístola aos romanos afirmou S. Paulo a intenção de vir prègar nesta parte do império: « *Quando me puser a caminho para Espanha, espero que de passagem vos verei e que por vós serei lá encaminhado...* ». E abaixo repete: « *Irei a Espanha passando por onde vós estaes* ». (*Ad Rom.*, xv, 24 e 28).

No ano de 58 foi o apóstolo das gentes prêso e levado a Roma, onde durante dois anos esteve encarcerado. Êste facto podia tê-lo obrigado a modificar os seus projectos; mas nada nos autoriza a affirmá-lo, quando testemunhos respeitáveis parecem indicar a evangelização de S. Paulo na Espanha.

Segundo a tradição conservada nas Igrejas da península, já aqui se estendeu a perseguição que Nero moveu aos cristãos; e no tempo da perseguição de Diocleciano houve mártires em Lisboa, Évora e Braga.

Há notícia certa de terem existido, no actual território de Portugal, e anteriormente ás invasões dos bárbaros, quatro dioceses, que tinham as respectivas sédes em Braga, Lisboa, Évora e Ossónoba ¹.

¹ Vid. *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 1 e seg.

INVASÕES DOS BÁRBAROS — A MONARQUIA VISIGÓTICA

Alanos, vândalos e suevos¹. — Nos princípios do século v, numerosas tribus de bárbaros invadiram o mundo romano e disputaram entre si as fracções em que o retalharam. Muitos dêles, antes de atacarem o império como inimigos, já nele occupavam territórios como colonos e aliados, e até se encontravam incorporados nos exércitos imperiaes; de modo que o mundo romano foi em certas regiões fraccionado pelos próprios que tinham a seu cargo defendê-lo.

No ano de 409 dirigiram-se á Espanha os alanos, vândalos e suevos, que três antes tinham devastado a Gália sob o comando de Radagásio. Em 411 distribuíram-se por diversas regiões da península, occupando os alanos a Lusitânia e a Cartaginense, os vândalos e os suevos a Galiza,

¹ Não é fácil discriminar a etnologia destes povos. Dos *alanos* disseram uns que eram germanos do ramo gótico; ao passo que Amiano Marcelino os tem por *massagetas*; e estes eram scitas, segundo o testemunho de Plínio, Heródoto, Estrabão e Diodoro Sículo. Os scitas eram árias do ramo iraniano. Segundo autoridades citadas pelo Sr. Dr. J. Leite de Vasconcelos, os nomes próprios alânicos explicam-se dentro do grupo linguístico iraniano. — Os *vândalos* constituíam um ramo da familia gótico-escandinava: *Gothicae nationes multiples et olim fuere et nunc sunt, maxima harum et nobilis sunt Gothi proprium nomen ex tota gente adepti, Vandali, Visigothi et Gepidae... Neque alio ii, praeter quam nomine differunt, candidi corpore omnes... lingua una Gothica quae dicitur* (Procópio, *Vandalicae Historiae*, lib., I). — Os *suevos*, segundo Tácito, não formavam uma só, mas várias familias de povos, que occupavam a maior parte da Germânia: «...de Suevis... quorum non una... gens: majorem enim Germaniae partem obtinent, propriis adhuc nationibus nominibusque discreti, quanquam in commune Suevi vocentur». (*Germania*, XXXVIII.)

e a tribo vândala dos silingos a Bética. Porém a occupação não foi plena, nem sequer nas províncias preferidas pelos invasores; e fora dela permaneceram grandes extensões de território em posse dos hispano-romanos, e cidades e outras povoações fortificadas, onde a população se mantinha isenta do novo jugo estranho.

Na tradição medieval atribuíram-se aos invasores os mais horríveis morticínios e assolacões, a fome e a miséria que padeceram as populações da península ¹.

De todos os povos referidos, foram os suevos os que por mais tempo estiveram em contacto com os lusitanos.

Os silingos, que do moderno território português só tinham a pequena parte situada além do Guadiana, logo em 418 foram desbaratados pelos visigodos que haviam entrado na península quatro anos antes; aos alanos, que da Lusitânia occupavam a parte de entre Douro e Guadiana, coube igual sorte no mesmo ano ou no seguinte, indo os que escaparam pedir asilo a um rei vândalo da Galécia; por sua vez passaram os vândalos da Galécia para a Bética, e de lá foram em 429 invadir a província romana da África.

Embora mais duradoira, a monarquia dos suevos também não representou papel digno de registo na história da civilização peninsular. Todas as energias de aquele povo se gastaram inglòriamente em lutas com os hispano-romanos, com os outros bárbaros que os tinham acompanhado na invasão, e com os visigodos, que dia a dia alargavam o seu domínio. Finalmente, em 585, Leovigildo, rei dos visigodos, incorporou nos seus Estados o reino dos suevos ².

¹ « *Vandali, Alani et Suevi Hispanias occupantes, necesse vastationesque cruentis dis-cursionibus faciunt, urbes incendunt, substantiam direptam exhauriunt, ita ut humane carnes vi famis devorarentur a populis. Edebant filios suos matres* » ... DIVI ISIDORI HISPALENSIS EPISCOPI, *Historia de Regibus Gothorum, Vandalorum, et Suevorum*, em FLOREZ, *Espana Sagrada* (2.^a edição, Madrid, 1773), t. VI, pág. 507. O *Chronicon* de Idácio refere calamidades semelhantes (*Espana Sagrada*, IV, 420-421). O mesmo testemunho dão Paulo Orósio e outros.

² IDATHI GALLAECIAE EPISCOPI *Chronicon* (*Espana Sagrada*, IV, 351, 420 e seg.); SANTO

Quando invadiram a península professavam os suevos o arianismo. A sua conversão ao catolicismo efectuou-se no meado do século VI, pelo apostolado de S. Martinho de Dume, e em consequência de um voto feito pelo rei Teodomiro, para salvar a vida de seu filho Miro, atacado de doença que se reputava mortal. Valeu-se Teodomiro da intercessão de S. Martinho de Tours, depois denominado *Dumiense* e finalmente *Bracarense*; e, salvo o filho, abraçou o catolicismo.

Para solenizar a conversão dos suevos reuniu-se em Braga um concílio em 561, o primeiro de aquella cidade de que existe notícia certa. Foi convocado com autorização do rei Teodomiro. Nele se estabeleceram desenvolvidamente doutrinas e regras disciplinares destinadas a instruir os conversos e a preveni-los contra erros então em voga ¹.

A monarquia visigótica. — No ano de 414 invadiram a península os visigodos sob o comando de Ataúlfo, sucessor de Alarico I. Ataúlfo já conquistara a Gália Narbonense e a Aquitânia, quando se apoderou de Barcelona, onde foi pouco depois assassinado (415).

Vália (415-419), segundo sucessor de Ataúlfo, celebrou um acordo com o imperador Honório (419), que lhe reconheceu a posse da Narbonense e da Aquitânia, obrigan-

ISIDORO, *Hist. de Reg. Gothorum, Uvandal. et Suev.* (Esp. Sagrada, VI, 481 e seg.; FREI HENRIQUE FLOREZ, *Espana Sagrada*, II, 53, 144 e seg.; IV, 392; PAULO ORÓSIO, *Historiarum*, lib. VII; PADRE MARIANA, *Historia General de España*, Madrid, 1855, t. I, pág. 127; D. MODESTO LAFUENTE, *Historia General de España*, Barcelona, 1889, t. I, pág. 225; PEREZ PUJOL, *Historia de las Instituciones sociales de la España goza*, t. I, pág. 415-446; t. II, pág. 3, 8 e seg.; PADRE ANTÓNIO PEREIRA DE FIGUEIREDO, *Entrada dos Godos, Suevos, Alanos, e Vandalos em Espanha* (Hist. e Mem. da Academia, t. IX, pág. 217 e seg.); ANTONIO CAETANO DO AMARAL, *Sobre o Estado Civil da Lusitania, desde a entrada dos Povos do Norte até á dos Arabes* (Mem. de Litter. Port., t. VI, pág. 127 e seg.); CARDEAL SARAIVA, *Nota sobre o lugar em que se effeitou a conversão dos suevos na Gallia* (Obras, t. I, pág. 135 e seg.); J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, III, 545 e seg.

¹ ANTÓNIO CAETANO DO AMARAL, *Vida e opúsculos de S. Martinho Bracarense* (Lisboa, 1803), pág. 1 e seg., 99 e seg.; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 53 e seg., 663 e seg.

do-se o rei dos visigodos a reconquistar a Espanha aos bárbaros em proveito do império. Em consequência do tratado, Vália renunciou á posse de Barcelona e de outras terras da península, e foi estabelecer-se na Aquitânia, em Tolosa, que até princípios do século vi foi a capital da monarquia visigótica.

Entretanto, á medida que em Roma declinava a fôrça dos imperadores, aumentava nas províncias a autoridade dos chefes bárbaros; e assim puderam os visigodos alargar os seus domínios da Gália e realizar conquistas na Espanha de conta e proveito próprio. Com êste espírito de certo procedeu Teodorico II, quando cêrca de 456 invadiu a Galécia, onde dominavam os suevos; assolou *Bracara* e aprisionou em *Portucale* o rei Rechiário. Cêrca de 460, um conde visigodo tomou *Scallabis*; e logo que em 468 os suevos foram conquistar *Olisipo*, apareceram a cortar-lhe o passo os visigodos, que no mesmo arranco levaram de vencida os suevos e os hispanò-romanos que áquelles estavam sujeitos na Lusitânia.

No reinado de Alarico II (485-507), Clovis, rei dos francos, empenhado em concluir a unificação da Gália sob a sua autoridade, encontrou, talvez em questões religiosas, motivo ou pretexto para fazer guerra aos visigodos. Alarico professava o arianismo, o que era motivo de descontentamento para os seus súbditos católicos e para o clero, nem sempre tratado com brandura pelo fanatismo da seita dominante. Clovis convertera-se ao cristianismo em 496, e nele punham talvez complacentemente os olhos os católicos vassallos de Alarico II. Êste foi vencido e morto pelos francos na batalha de Vouillé (507); e o domínio dos seus sucessores na Gália ficou reduzido á Septimânia, com a capital em Narbona, até que de todo se extinguiu no decurso do século vi.

Foi o rei Liuvigildo (567-586) quem organizou territorial e politicamente a monarquia visigótica. Submeteu várias regiões que se conservavam independentes sob o go-

vêrno de chefes da nobreza hispanò-romana; desapossou o império do Oriente da autoridade, quási só nominal, que se arrogava em domínios da Espanha; e aniquilou o reino dos suevos (585).

No tempo de Recáredo (586-601), filho e sucessor de Liuvigildo, operou-se uma transformação radical na monarquia visigótica. Professavam os visigodos o arianismo, ao passo que a grande massa da população hispanò-romana seguia o catolicismo, e tinha considerável influência pela superioridade da cultura e pela vantagem das riquezas. Cedo começou o catolicismo a recrutar adeptos entre os visigodos. Finalmente a êle se converteu Recáredo, que fez pública a sua profissão de fé no terceiro concílio de Toledo (589). A família do monarca e muitos nobres seguiram-lhe o exemplo. O arianismo foi substituído pelo catolicismo como religião oficial, facto de que derivaram as mais felizes conseqüências no desenvolvimento da civilização peninsular, já pela salutar influência dos costumes cristãos, já pelo aproveitamento da cultura intelectual do clero no govêrno do Estado.

Nos reinados de Chindasvinto (642-649) e Recesvinto (649-672) procurou-se efectuar a fusão política e social de godos e hispanò-romanos, facilitada pela unidade religiosa. Regiam-se as duas raças por leis diferentes, que foram substituídas por uma lei igual para todos os habitantes da península. Foi abolida a lei que proibia o casamento entre godos e hispanò-romanos.

A monarquia visigótica veio a acabar com a invasão árabe no tempo de Rodrigo, que se apoderara do trono com o favor dos nobres, por não quererem estes reconhecer o filho de Vitiza (710)¹.

¹ A cronologia dos reis visigodos da península oferece dúvidas que dividem os autores. Eis uma das que parecem mais prováveis:

Alarico I.	395-410
ATAÚLFO	410-415
Sigerico	415

Não são exactamente conhecidas as circunstâncias que pròximamente determinaram e favoreceram a invasão dos sarracenos; mas é certo que estes se aproveitaram das discórdias políticas dos visigodos.

Vália	415-419
Teodorico I	419-451
Torismundo	451-453
Teodorico II	453-466
Eurico	466-485
Alarico II	485-507
{ Gesalico	507-511
{ Amalarico	507-531
Têudis	531-548
Teudigisel	548-549
Agila	549-554
Atanagildo	554-567
{ Liuva I	567-572
{ Liuvigildo	567-586
{ Hermenegildo	579-585
Recáredo I	586-601
Liuva II	601-603
Viterico	603-610
Gondemaro	610-612
Sisebuto	612-620
Recáredo II	620-621
{ Svintila	620-631
{ Riquimer	? -631
Sisenando	631-636
Chintila	636-640
Tulga	640-641
Chindasvinto	641-652
Recesvinto	649-672
Vamba	672-680
Ervigio	680-687
{ Egica	687-701
{ Vitiza	697-710
Rodrigo	710-711

Alarico II deixou dois filhos: um legítimo, Amalarico, de cinco anos; outro bastardo, Gesalico, de dezanove anos. Em razão da menoridade do primeiro, Gesalico foi preferido; porém Teodorico, rei dos ostrogodos da Itália, tomou a defesa de seu neto Amalarico e restituiu-lhe o trono. Gesalico foi morto em combate (511).

Liuva, homem recto e modesto, pediu que lhe associassem na realza seu irmão Liuvigildo. A êste coube o governo de toda a Espanha enquanto Liuva se contentava com o governo da Gália gótica, onde faleceu poucos anos depois. Liuvigildo repartiu o governo com seu filho Hermenegildo, até que o mandou prender e matar por êle se ter convertido ao catolicismo (585).

Svintila associou ao governo seu filho Riquimer a quem outros chamam Recimiro. Foram ambos destituídos em 631.

Egica partilhou o poder com seu filho Vitiza, que governou só, depois da morte do pai.

Segundo uma tradição referida por antigos escritores árabes, e que aliás parece destituída de qualquer valor histórico, o conde Julião, governador da praça de Ceuta (*Septum*), que estava em poder dos visigodos, auxiliara os sarracenos para se vingar do rei Rodrigo, que lhe raptara sua filha Florinda; e, uma vez na Espanha, os invasores encontraram também auxílio nos descendentes de Vitiza e seus sequazes.

O que melhor parece apurado é que Vitiza, segundo costume estabelecido, associara ao govêrno um de seus filhos no intuito de lhe garantir a sucessão, por não ser a monarquia hereditária. Falecido ou destronado Vitiza (710), os nobres não reconheceram o filho e elegeram Rodrigo, contra quem se formou uma conspiração. O conde Julião, que seguiu o partido dos filhos de Vitiza, solicitou o apoio de Muça Ibne Noçáir, governador da África muçulmana; abriu-lhe as portas de Ceuta e incitou-o a enviar uma expedição á Espanha.

Conquistada pelos árabes a parte setentrional da África denominada Berberia, o califa de Damasco nomeara amir de aquela vasta região Muça Ibne Noçáir (702), chamado agora a intervir na península, para a qual já lançara olhos cubiçosos. Em 710 passaram o estreito as primeiras fôrças, que se fortificaram na montanha do Calpe, enquanto esperavam o grosso da expedição, cujo comando fôra dado a Tárique. Em honra dêste famoso capitão recebeu o Calpe o nome de Monte de Tárique (*Gebal Tárique*) de onde veio o nome de Gibaltár ou Gibraltár.

Auxiliado pelos inimigos políticos de Rodrigo, Tárique derrotou em 711 os visigodos perto de *Medina Sidónia*, junto á foz do rio *Barbate*, cujo nome árabe (*Guadabeca*), alterado talvez por copistas medievais, induziu os autores no êrro de supôrem que a batalha se travara nas margens do *Chrysus* ou *Guadalete*. Ali pereceu Rodrigo, segundo parece mais provável. Sem deixar-se embriagar pelos fulgores da vitória, Tárique percorre a península em direc-

ções diversas a implantar o pendão muçulmano. Pouco depois, Muça, que chegara da África, invade também a Lusitânia, conquista Niebla, Ossuna, Mértola, Beja e finalmente Mérida.

Assim acabou a monarquia visigótica, da qual se conservou apenas um núcleo constituído por aqueles que se refugiaram nas montanhas do norte, para não dobrarem a cerviz ao jugo do vencedor. Êsses e os seus descendentes foram depois os fundadores das novas monarquias cristãs da península, como veremos adiante ¹.

Constituição política da monarquia visigótica. — Nem entre os visigodos, nem entre os demais povos germânicos, a monarquia fôra primitivamente instituição permanente: era temporária, durando como a guerra ou a empresa que tornara necessária a concentração do poder nas mãos de um só: era electiva; porém a eleição devia recair num limitado círculo de famílias nobres, ás quais se attribuia origem semi-divina. Fora dêstes casos anormais, os visigodos

¹ Sobre a história geral da monarquia visigótica, além das fontes citadas nos parágrafos seguintes, vid.: PADRE FR. HENRIQUE FLOREZ, *España Sagrada* (2.^a ed.), t. II, pág. 177, 182⁷, 186, 197, 203; IDÁCIO, *Chronicon*, em FLOREZ, ob. cit., t. IV, pág. 353 e seg.; SANTO ISIDORO, *Historia de Regibus Gothorum etc.*, em FLOREZ, t. VI, pág. 482 e seg.; ISIDORO PACENSE, *Chronicon*, em FLOREZ, t. VIII, pág. 282 e seg.; PADRE MARIANA, *Historia General de España*, t. I, pág. 129 e seg.; D. MODESTO LAFUENTE, *Historia General de España*, t. II, pág. 4 e seg.; ROMANI Y PUIDENGOLAS, *Dominación goda en la Peninsula Iberica*, Barcelona, 1896; ORTEGA RUBIO, *Los Visigodos en España*, Madrid, 1903; PADRE ANTÔNIO PEIREIRA DE FIGUEIREDO, *Entrada dos Godos, Suevos, Alanos, e Vandalos em Espanha, com o sumário das consequencias desta entrada* (Hist. e Mem. da Academia, IX, 230, 232 e seg.); JOÃO DA CUNHA NEVES E CARVALHO PORTUGAL, *Memoria sobre os últimos tempos da dominação romana em Hespanha e uma parte do territorio que hoje é Portugal* (Hist. e Mem. da Academia, nova série, t. I, p. II, 2.^a ed., Lisboa, 1905, pág. 41 e seg.); J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. III, pág. 545 e seg. Sobre a invasão muçulmana vid. A. HERCULANO, *Historia de Portugal*, t. I, pág. 101 e seg. Acêrca das lendas sobre a sorte de Rodrigo depois da batalha, vid. FR. BERNARDO DE BRITO, *Monarchia Lusytana*, t. II, l. VII, cap. II e seg.; OLIVEIRA BERARDO, *Noticias historicas de Viseu* (O Liberal, n.º 1, Viseu, 6-V-1857); FR. MANUEL DE FIGUEIREDO, *Dissertação Historica-Critica, em que claramente se mostram fabulosos os factos, com que está enredada a vida de Rodrigo rei dos Godos: que este Monarca na batalha de Guadalete morreo etc.*, Lisboa, 1786; PINHO LEAL, *Portugal antigo e moderno*, t. V, pág. 17; PEDRO AUGUSTO FERREIRA, ib., t. XII, pág. 1569 e seg.

viviam acaudilhados em grupos ou bandos sob a autoridade de chefes especiais.

As instituições alteraram-se com as diferenças de condições sociais, e, sob a influência da constituição política do império romano, ganharam em estabilidade e força. As antigas assembleias gerais dos homens livres, de tanta autoridade e predomínio no exercício do poder soberano, foram substituídas por assembleias de nobres e anciãos (*seniores*), as quais das primeiras herdaram o prestígio e todos os direitos, incluindo o da eleição do rei.

Já havia muito que a realeza se tornara permanente, quando Liuvigildo (567-586) pretendeu consolidar-lhe o poder e torná-lo hereditário na sua família. Associou os filhos ao governo para facilitar a sucessão; extinguiu as assembleias de nobres e anciãos a fim de que ninguém compartilhasse o poder soberano; revestiu a sua autoridade de todas as pompas exteriores, á semelhança dos imperadores romanos; e humilhou a nobreza, aplicando largamente as penas de morte, proscricção e confisco aos magnates mais poderosos e inquietos. Todavia a nobreza, embora privada de representação no governo e de garantias especiais na lei, tinha nas próprias tradições sociais dos godos uma força indestructível, e só acidentalmente deixou de exercer considerável acção política.

Sendo a corôa electiva, o poder real, embora absoluto nas aparências, era na realidade instrumento da facção dominante, de aqueles que haviam triunfado na eleição do monarca, exactamente como acontece nas repúblicas do nosso tempo. Depois da conversão de Recáredo (589), procurando o clero católico acabar com a anarquia e as guerras civis a que dava logar a eleição do rei, favoreceu o princípio da sucessão hereditária, influindo no sentido de serem associados ao governo os filhos do príncipe reinante. A nobreza, porém, nunca aceitou como regra semelhante inovação, e sempre defendeu o princípio electivo, sem mesmo querer subordinar-se á escolha em determinada

família. Este carácter da realeza explica as dissensões que se seguiram á morte ou deposição de Vitiza (710), e que tiveram por seqüência a invasão e a conquista árabe.

Depois da conversão de Recáredo, muito contribuiu para o prestígio da realeza a doutrina católica, que considerava os reis como representantes de Deus, de quem recebiam imediatamente o poder ¹.

Esta doutrina, proclamada nos concílios de Toledo, contribuiu para que a realeza fosse revestida de certo carácter majestoso e sagrado, que fortalecia a autoridade política; mas é certo que, apesar disso, o poder do rei sofreu restrições baseadas no direito consuetudinário ².

Os concílios nacionais. — Depois do III concílio de Toledo (589), em que Recáredo fez solenemente a sua profissão de fé católica, celebraram-se na monarquia visigótica mais dezassete concílios nacionais, que além do carácter eclesiástico participaram da natureza política.

Entre os visigodos, exactamente como acontecia nas outras monarquias bárbaras católicas, os concílios nacionais eram convocados pelo rei e na maioria dêles se consignou que a convocação fôra feita por iniciativa régia, e até por mandado (*jussu*) do rei, como se diz no VIII concílio de Toledo ³. Depreende-se do XI concílio de Toledo, que os bispos não tinham autoridade para se reunirem sem se ter manifestado em tal sentido a vontade do monarca ⁴. Na

¹ A doutrina católica acêrca da origem divina do poder baseia-se em vários textos bíblicos. S. Paulo (*Ad Rom.*, XIII, 1 e 2) escrevia: «*Non est potestas nisi a Deo: quæ autem sunt, a Deo ordinate sunt. Itaque qui resistit potestati, Dei ordinationi resistit*». Noutro lugar diz a Escritura: «*Per me reges regnant, et legum conditores justa decernunt: Per me principes imperant, et potentes decernunt justitiam*». (*Prov.*, VIII, 15 e 16).

² LAFUENTE, *Historia General de España*, t. II, pág. 46; EDUARDO DE HINOJOSA, *Historia General del Derecho Español*, t. I, pág. 346 e seg.; PÉREZ PUJOL, *Historia de las Instituciones sociales de la España goda*, t. II, pág. 158 e seg.

³ Pref. do concílio XVI, na *Col. Can. Esp.* No prefácio do concílio VIII lê-se: «*Quum nos omnes divina ordinatio voluntatis ejusdem principis serenissimo jussu... ad sacrum synodi coegisset aggregari conventum...*».

⁴ No concílio XI queixavam-se os prelados dos abusos produzidos pela falta dos concílios, e que o mal se agravava por não haver ordem para se reunirem os bispos: «*Et quia*

convocação dos concílios era perfeitamente livre a vontade do rei; não sofria limitação de prazos determinados nem qualquer outra. Os cânones obrigavam os bispos, sob penas graves, a comparecer nos concílios para que eram convocados; e era natural que fossem obrigados a comparecer á convocação régia, tanto pelo dever que os cânones impunham, como pela autoridade do rei, que podia castigar os bispos por não comparecerem na côrte quando eram chamados para desempenharem qualquer serviço real ¹.

Dos indivíduos que compunham o concílio nacional, pertenciam uns á classe ecclesiástica, outros á classe civil.

Entre os elementos ecclesiásticos, os mais importantes eram os bispos, que em muitos casos, por não poderem comparecer, se faziam representar pelos seus vigários, costume antigo na Igreja. A partir do concílio VIII começaram a assistir aos concílios, por direito próprio, os abades dos mosteiros, direito que alcançaram pela superioridade de cultura intelectual e pelo prestígio moral de que o monacato gosava naquelle tempo.

Os indivíduos da classe civil que tomavam parte nos concílios eram os palatinos ou nobres da côrte que o rei escolhia para êsse efeito ². A sua intervenção no concílio baseava-se unicamente no costume antigo; nunca invocaram direito próprio nem direito de representação da classe nobre. Só intervinham nos concílios em que se tratava de negócios civis, e só em tais negócios tinham voto; ao passo que os membros do clero deliberavam indistintamente em assuntos ecclesiásticos e civis ³.

non erat adunandorum pontificum ulla praeceptio, crescebat in majus vita deterior». In praef.

¹ Conc. XIII de Toledo, can. 8. Sobre este assunto vid. AMARAL, *Mem. de Litteratura*, t. VI, pág. 167.

² No concílio XII dizia o rei Ervigio, referindo-se aos nobres: «... *Illustres aulae regiae viros, quos interesse huic sanctae synodo delegit nostra sublimitas*» etc. No concílio XVI dizia Egica: «... *Aulae regiae seniores, quos in hoc concilio nostrae serenitatis praeceptio vel opportuna interesse fecit occasio*» etc.

³ MASDEU, *Hist. Crit.*, t. XI, pág. 234; PÉREZ PUJOL, *Hist. de las inst. sociales de la España goda*, t. III, pág. 295 e seg.

Na verdade as atribuições dos concílios abrangiam assuntos de uma e outra natureza. Em relação á disciplina e á moral, ou, como dizia Recáredo no concílio III, *pro reparandis et confirmandis disciplinae ecclesiasticae moribus*, exerciam os concílios o poder legislativo sem limitações, embora alguns dos cânones fôsem da iniciativa dos monarcas¹. Depois de Recáredo, que assumiu conjuntamente com os prelados, no concílio III, as funções de definidor, nenhum outro monarca se arrogou o direito de intervir em discussões teológicas ou definições de doutrina, embora geralmente confirmassem os cânones dogmáticos, o que porventura pode explicar-se pela intenção de sancionar as deliberações do concílio com a fôrça da autoridade política.

Em assuntos de natureza civil tinham os concílios atribuições consultivas e outras deliberativas; e as primeiras estendiam-se também a assuntos canónicos. As atribuições deliberativas consistiam na função de legislar, por iniciativa dos prelados ou do monarca, salva sempre a aprovação dêste. A influência da vontade do rei depreende-se das expressões *praeicipiente domino, hortante, jubente domino*, que freqüentes vezes acompanham as deliberações dos concílios². A estas assembleias incumbia não só a confecção de leis novas, mas também a revisão e reforma das que já existiam³. Outra missão importante que tinham era receber as queixas dos particulares sôbre assuntos de govêrno e administração.

¹ *Coll. Can. Eccl. Hisp.*, col. 347.

² Conc. III de Toledo, can. 10: «*Ut viduis pro castitate violentiam nullus inferat... annuente gloriosissimo domino nostro Recaredo rege*». Conc. IV, can. 48: «*De absolute a laboribus clericorum precipiente domino nostro... Sisenando rege id constituit sanctum concilium*». Conc. XIII, can. 1: «*Hortante pariter et jubente... domino nostro Ervigio rege*».

³ Ao concílio XVI pedia Egica o auxilio de seus conselhos e encarregava aqueles que o compunham de reformarem as leis e os cânones com o seu consentimento: «*Consiliorum nutrimenta salubria afferatis... Cuncta quae in canonibus vel legum edictis depravata consistunt... accommodante serenitatis nostrae consensu, in meridiem lucidae veritatis reducite*».

Assim como aos monarcas assistia o direito de convocar o concílio, como já vimos, reservavam-se êles também a faculdade de confirmar as resoluções que ali se tomavam. ¿Tinha a confirmação do rei o simples valor de formalidade? ¿ou podiam os monarcas negar a confirmação e dêste modo suspender as deliberações do concílio? Era tal a união entre os concílios e o rei, que não há memória de qualquer conflito pelo qual possamos aquilatar o valor da confirmação régia. Todavia parece que o *veto* dos monarcas poderia suspender e tornar de nenhum efeito as resoluções tomadas, pois nem êles deixaram jámais de afirmar a sua autoridade suprema, nem também, como vimos, os concílios perdiam ocasião de consignar que deliberavam de acôrdo com o rei e mesmo por exortação ou ordem dêle emanada.

Feito êste rápido exame sôbre a constituição e funcionamento dos concílios, resta-nos encarar a debatida questão do carácter, que êles revestiram, de assembleias meramente eclesiásticas, segundo alguns, côrtes nacionais, como outros opinaram, ou assembleias mixtas, no parecer de críticos que se escudaram em boas razões.

Antigos historiadores da península consideraram como côrtes os concílios nacionais da monarquia visigótica, e sem discussões fundamentavam êsse parecer no facto de neles se tratarem tanto negócios eclesiásticos como civis ¹. Esta opinião ganhou adeptos; mas foi combatida por outros que entendiam que os concílios toledanos eram meras assembleias eclesiásticas, doutrina que prevaleceu por muito tempo ².

No princípio do século passado sustentou Marina que os concílios toledanos eram verdadeiras assembleias nacionais e côrtes do reino, opinião que foi impugnada por

¹ MORALES, *Cronica general de España*, l. XII, cap. LIV; MARIANA, *Historia general de España*, liv. VI, cap. IX.

² FLOREZ, *España Sagrada*, t. VI, pág. 37; CENNI, *De Antiquit. Eccles. Hisp.*, t. II, pág. 85.

Sempere y Guarinos¹. Posteriormente corrigiu ou explicou Marina o seu conceito, declarando que não pretendia identificar os concílios com as côrtes; que entre aqueles e estas existiam grandes e essenciais diferenças; que o seu pensamento era que aos concílios godos não pode negar-se o nome de côrtes e que foram a origem das assembleias políticas que sob aquele nome tiveram muito depois os povos peninsulares².

Se se pretende afirmar que os concílios toledanos eram côrtes idénticas àquelas que séculos depois se celebraram em Castela, Aragão e Portugal, o êrro é manifesto, pois evidentemente lhes faltam requisitos essenciais. Pujol³, que desenvólvidamente expõe o assunto, cita como falta de um desses requisitos a ausência de representantes ou procuradores dos concelhos, que não tinham logar nos concílios; mas a representação dos concelhos em côrtes tanto se não pode considerar elemento essencial, que algumas dessas assembleias se efectuaram nos reinos da península sem representantes populares ou procuradores dos concelhos, e todavia não se lhes nega a qualidade de côrtes. Também não é admissível a diferença, entre os concílios da monarquia visigótica e as côrtes, baseada por Pérez Pujol em que os nobres palatinos eram nomeados pelo rei para os concílios; pois em verdade ao arbítrio do rei veio a ficar também escolher, entre os prelados e os ricos homens, aqueles que deviam representar estas classes em côrtes, tendo em vista, como é natural, a importância social dos indivíduos, para não criarem atritos com os poderosos.

Todavia existem diferenças consideráveis entre os concílios de Toledo e as côrtes das monarquias neo-cristãs.

Ao passo que na monarquia visigótica os palatinos assistiam aos concílios por livre escolha do rei e sem o carácter

¹ MARINA, *Teoria de las cortes*, t. I, cap. II, pág. 8; SEMPERE Y GUARINOS, *Historia del derecho*, tit. I, cap. XIII.

² MARINA, *Ensayo historico-critico*, l. I, núm. 16 e 17, pág. 29 da 3.^a edição.

³ Ob. e tom. cit., pág. 328.

de representantes de uma classe, nas côrtes o rei escolhe os ricos homens que nelas hão de tomar assento, não já como arbítrio ou concessão régia, mas porque o direito estabelecido assim o determina; e os ricos homens nomeados pelo rei não são criaturas dêste, mas representantes de uma classe.

Quanto ás atribuições dos concílios e das côrtes ha também diferenças profundas. Não é verdadeira a opinião, emitida por Cenni e Flórez, de que os concílios se occupavam exclusivamente de assuntos, que, ou eram de sua natureza ecclesiásticos, ou tomavam êste carácter por se lhes aplicar sanção canónica. Na verdade apparecem nos concílios deliberações em matéria puramente civil. O concílio V, por exemplo, encarregou os reis de remunerarem devidamente os seus *fieis*, e reservou para o monarca exclusivamente o direito de indulto¹; e o concílio VI determinou que os mancebos palatinos guardassem aos mais velhos a honra e consideração devida². Tais disposições eram meramente civis e não foram acompanhadas de nenhuma sanção ecclesiástica. Além disso, o código visigótico foi diferentes vezes revisto pelos concílios, o que demonstra que nestas assembleias se tomavam deliberações em assuntos de natureza exclusivamente civil.

Todavia, se examinarmos a obra dos concílios no seu conjunto, será fácil verificar que neles predominava o character ecclesiástico, tanto pelos elementos que o compunham, como pela natureza dos assuntos que tratavam, o que já representa considerável divergência do character das côrtes.

Dêste rápido exame se conclue que os concílios nacionais da monarchia visigótica não tinham carácter exclusivamente ecclesiástico nem exclusivamente civil; eram assembleias mixtas, onde se tratavam negócios religiosos e

¹ Can. VI: «*Ut regum fideles a successoribus regni a rerum jure non fraudentur pro servitutis mercede*». Can. 8: «*De indulgentia principum noxiis reservata*».

² Can. 13: «*De honore primatum palatii*».

simultâneamente negócios políticos. Êste conceito está em perfeita concordância com as actas dos concílios e com as circunstâncias que, se por um lado nos mostram a eminença da autoridade do rei afirmada em relação aos prelados, por outro nos atestam o prestígio da Igreja e a natural influência que ela deveria exercer na ordem civil.

Código visigótico. — A legislação dos visigodos representou notável papel na história da civilização dos povos peninsulares; a sua influência estende-se através dos séculos, pois regulou as relações jurídicas entre os mosárabes, quanto o permitia a sua condição de vencidos, e vigorou ainda por largo espaço de tempo nas monarquias cristãs.

Eurico (466-485) dera aos visigodos as primeiras leis escritas, mandando fazer uma codificação no meado do século v; e Alarico II (485-507) compilou e codificou leis romanas que encontrou em vigor, formando assim um código a que se deu o nome de *Lex romana*, ou *Lex romana Visigothorum* (506?). A partir do século xvi aparece designado pelo nome de *Breviarium Alaricianum*. Chamaram-lhe também *Codex Alaricianus*; e *Breviarium Aniani*, do nome de Aniano, referendário de Alarico.

Esta compilação continha: 1.º o Código Teodosiano (16 livros); 2.º as Novelas dos imperadores Teodósio, Valentiniano, Marciano, Majoriano e Severo; 3.º as Institutas do jurisconsulto Gaio; 4.º cinco livros do jurisconsulto Paulo, intitulados *Receptae sententiae*; 5.º o código Gregoriano (13 títulos); 6.º o código Hermogeniano (dois títulos); 7.º, finalmente, uma parte da obra de Papiniano intitulada *Liber responsorum*.

Por esta legislação se regiam os hispano-romanos, enquanto lhes foi permitido conservarem as suas antigas leis. As leis por que se regiam os visigodos existiam também reunidas em colecção especial.

Nos reinados de Chindasvinto (642-649) e seu filho Recesvinto (649-672) fizeram-se reformas profundas, tenden-

tes a operar a fusão dos dois povos, godo e hispanò-romano, pela uniformização do direito; e boas razões persuadem que Chindasvinto chegou a organizar uma compilação de leis em que se estabelecia direito igual para as duas raças. Uma das mais notáveis reformas foi aquela pela qual Recesvinto anulou a lei que proibia o casamento entre pessoas das duas raças¹. Posteriormente a 672 ainda se fez nova compilação, que parece ter começado a vigorar em 21 de Outubro de 681, princípio do segundo ano do reinado de Ervígio.

Das actas do XVI concílio de Toledo (693) consta que Egica se propôs reformar as leis anteriores. O historiador alemão Bluhme inclinou-se a crer que a reforma se effectuou por leis ou decretos avulsos, sem que o monarca fizesse qualquer nova compilação; e que apenas os copistas, reproduzindo o código de Ervígio, nele foram adaptando o texto ás reformas decretadas e introduzindo por iniciativa própria as novas leis. Razões não menos ponderosas do que as invocadas pelo historiador alemão persuadem, pelo contrário, que se fez nova compilação oficial no tempo de Egica. Tudo leva a crer — diz o Sr. Gama Barros — « não só que no fim do século VII estava feita, oficialmente ou não, uma colecção nova de leis, em que se compreendiam as reformas decretadas por Egica, senão que foi essa coordenação a última, e portanto foi por ela que depois da ruína do império visigótico, em 711 ou 713, continuaram as suas leis a ser invocadas na Península ».

Tal colecção é o *Código Visigótico* (*Codex Visigothorum*), chamado também *Liber Judicum*, e frequentemente designado pelos espanhoes com o título de *Fuero Juzgo*².

¹ Liv. III, tit. I, lei II: «*Ut tam goto romanam, quam romano gotam matrimonio liceat sociari*».

² É provável que originariamente as leis destinadas aos godos fossem escritas na língua d'este povo, e as que se destinavam aos hispanò-romanos fossem redigidas em latim. Depois fundiram-se as línguas, como as religiões e as raças, e muitas leis também foram escritas no ideoma resultante, em que deviam predominar os elementos latinos; até que,

Podem reduzir-se a quatro classes as leis que formaram êste corpo jurídico: 1.^a as que os príncipes fizeram por autoridade própria ou em união com o seu conselho particular; 2.^a as que se fizeram nos concílios nacionais e depois foram trasladadas para o código, como em algumas expressamente se declara; 3.^a as que não têm data, nem título, nem nome do autor e que provavelmente são as que se transcreveram das colecções primitivas; 4.^a as que no principio têm a nota de *antiqua* ou *antiqua noviter emendata*, que se julga terem sido transcritas dos códigos romanos e revistas pelos últimos reis.

Assim se encontram no código visigótico leis em que ainda se descobre o espírito herdado da cultura romana; leis em que se conservam restos da primitiva rusticidade gótica; e leis, estas as mais numerosas, em que se revela a índole religiosa do governo dos godos e a influência social exercida pelo clero.

Comparando os caracteres que oferece a legislação de diversos povos bárbaros, escreveu Guizot:

«A lei dos visigodos não é uma lei bárbara; evidentemente é redigida pelos filósofos do tempo, pelo clero. Encerra muitas ideias gerais, teorias, e teorias inteiramente estranhas aos costumes bárbaros. Assim, a legislação dos bárbaros era uma legislação pessoal, isto é, a mesma lei só se applicava aos homens da mesma raça... Mas a legislação dos visigodos não é pessoal, é territorial. Todos os habitantes da Espanha, romanos ou visigodos, estão sujeitos á mesma lei... Numa palavra, toda a lei visigótica tem carácter sábio, sistemático, social. Sente-se nela a obra do clero que predominava nos concílios de Toledo e tão poderosamente influiu no governo do país ⁴.»

finalmente, ao serem compiladas essas leis num código geral, foram provavelmente vertidas em latim mais culto, embora degenerado.

⁴ Na colecção *Portugalliae Monumenta Historica — Leges et Consuetudines*, foi reproduzido o *Código Visigótico*, segundo a edição de Madrid de 1815. A melhor edição foi publicada na Alemanha em 1902 (*Mon. Germ. Hist. — Legum sectio I — Leges Visigotho*

Governos locais. — O exercício do govêrno local pelos nobres, mantido nas tradições germânicas, foi em alguns aspectos modificado pela influência do direito romano. Assim, os cargos públicos tornam-se amovíveis á vontade do rei, de quem procede toda a jurisdição ¹.

Em harmonia com estes princípios se estabeleceram os governos locais segundo determinada jerarquia, em que o primeiro logar pertence ao *duque (dux)*, como governador (*rector*) da província. Na escala dos graus hierárquicos inferiores áquele, nem sempre se observa a mesma ordem.

Uma lei de Recesvinto menciona os funcionários revestidos do poder de julgar pela ordem seguinte: *duque, conde, vigário, mantenedor, da paz* (paci assertor), *tiufado, milenário, quingentenário, centenário, decano, defensor, numerário* ². Tanto esta ordem não constituia escala hierárquica geral e constante, que noutra lei aparece o *gardingo* imediatamente abaixo do *conde* e o *tiufado* em último logar; noutra figura o *tiufado* e o *vigário* antes do *gardingo*.

Os *duques* tinham atribuições em todos os ramos da administração pública.

O *conde* também algumas vezes exercia a magistratura suprema da província, sem subordinação a nenhum duque, talvez em províncias de menor extensão, ou com atribuições mais reduzidas.

Quanto ao *vigário*, é duvidoso se apenas tinha jurisdi-

rum — Edidit Karolus Zeumer). Sôbre o *Código Visigótico*, vid. GAMA BARROS, *História da Administração pública em Portugal*, t. I, pág. 1 e seg.; t. III, pág. 5 e seg. e nota á pág. 14; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. VII, pág. 46 e seg.; A. C. DO AMARAL, *Memórias de Literatura*, t. VI, pág. 203 e seg.; GUIZOT, *Histoire de la Civilisation en Europe*, troisieme leçon; D. MODESTO LAFUENTE, *Historia General de España*, t. II, pág. 102 e seg.; nota que precede o *Código Visigótico* nos *Portugalliae Monumenta Historica — Leges et Consuetudines*.

¹ «Derimere causis nulli licebit, nisi aut a principibus potestate concessa, aut ex consensu partium electo iudice... Nam et si ti qui potestatem iudicandi a Rege accipiunt... Cod. Vis., l. II, tit. I, l. XIII.

² «Quoniam negotiorum remedio multimodae diversitatis compendio gaudent, adeo dux, comes, vicarius, paci assertor, tiufadus, millenarius, quingentenarius, centenarius, decanus, defensor, numerarius, vel qui ex regia iussione, aut etiam ex consensu partium, iudices in negotiis eliguntur... Cod. Vis., liv. II, tit. I l. XXV.

ção delegada pelo *conde*, ou se era magistrado real com autoridade própria e permanente.

As outras magistraturas eram menos importantes e de exercício menos freqüente ou mais accidental ¹.

Administração local — Os municípios. — A organização da Espanha, tal como a encontraram as invasões germânicas, era semelhante á das outras províncias do império, tanto mais que os povos da península haviam aceitado completamente as instituições e em geral toda a civilização romana.

Por mais que neste ponto se tenham dividido as opiniões dos historiadores, é certo que o abalo produzido pelas invasões não destruiu a tradição municipal. Não só, em regra, os vencedores deixavam que os vencidos se governassem pelas suas próprias leis e costumes, mas ainda as duas raças se conservaram divididas, pois enquanto os hispano-romanos se concentravam nas cidades, as hostes germânicas, seguindo as suas tradições e hábitos de independência, preferiam a residência nos campos. Tais circunstâncias eram favoráveis á conservação das instituições municipais.

Na compilação de leis romanas conhecida pelo nome de *Codex Alaricianus* ou *Breviarium Aniani*, compilação feita nos princípios do século vi sob o reinado de Alarico II, verifica-se a existência da cúria; encontra-se menção de certas magistraturas e infere-se a existência de outras.

Em certos casos e por disposição legal, a *assembleia pública dos vizinhos* (*conventus publicus vicinorum*) funcionava como corpo colectivo; o que parece indicar que a lei

¹ ANTONIO CAETANO DO AMARAL, *Sobre o estado civil da Lusitania, desde a entrada dos Povos do Norte até á dos Arabes* (Mem. de Litt. Port., VI, 192 e seg.); GAMA BARROS, *Historia da Administração Publica em Portugal*, t. III, pág. 797 e seg.; PÉREZ PUJOL, *Historia de las Instituciones Sociales de la España Gótica*, t. II, pág. 174 e seg., 274-275. Nos *Portugalliae Monumenta Historica — Leges et Consuetudines*, reproduziu-se o *Código Visigótico*, seguido de um índice alfabético; e por este é fácil encontrar logares que esclareçam o carácter das diversas instituições.

lhe atribuía, no exercício de tais funções, o carácter de instituição municipal.

Guizot, demonstrando que o direito romano se perpetuou e se conservaram os traços da sociedade romana, com as suas instituições e magistrados e com a legislação civil, recorda que Alarico II, depois de compilar, na *Lex romana Visigothorum* ou *Breviarium*, as Constituições imperiais em toda a sua pureza, encarregou juriconsultos, civis ou eclesiásticos, de redigirem uma *Interpretação* (*Interpretatio*), em que se acusam as alterações sofridas com a queda do império e com a adaptação à nova sociedade.¹ A simples existência dêste livro — continua o mesmo escritor — é a prova mais clara e concludente da perpetuidade do direito romano.

«O regíme municipal occupa vasto logar na *Interpretação* do *Breviarium*; a cúria e os seus magistrados, os *duumviro*s, os *defensores* etc. ali se mencionam a cada passo, e atestam que o municipalismo romano subsiste e actua. E não só subsiste, como até adquiriu mais importância e independência. Com a queda do império desapareceram os governadores das províncias, os *praesides*, os *consulares*, os *correctores*, que foram substituídos pelos *condes* bárbaros. Mas nem todas as atribuições dos governadores romanos passaram para os condos, antes se fez uma espécie de partilha: aos condos pertencem algumas, em geral aquelas que interessam ao poder central, como a percepção dos impostos, as levas de gente etc.; outras, concernentes só á vida privada dos cidadãos, passam para a cúria, para os magistrados municipais.»

Em geral, as magistraturas municipais sofreram alguma alteração nas suas atribuições e perderam muito da sua importância. Parece que o duunvirato jurisdicional (*duumviri* ou *quatuorviri juridicundo*), já muito cerceada a sua juris-

¹ Sôbre a *Interpretatio* vid. GAMA BARROS, *Historia da Administração publica em Portugal*, t. III, nota á pág. 391.

dição nos últimos tempos do império, deixou de existir, passando provavelmente parte das suas atribuições para a cúria, parte para os condes ou magistrados godos que substituíram os *rectores*.

O *defensor* deixou de ter a seu cargo a perseguição dos salteadores e scelerados, encargo transferido para os juizes estabelecidos pelo poder central; e passou a julgar só pequenos delitos como juiz menor.

Se dêste modo diminuiu a importância da magistratura, aumentou por outro lado a importância da cúria, pois a esta pertenceu de direito a jurisdição e só em nome da cúria a exercia o defensor.

Para a cúria passaram diversas atribuições novas, como decretar a emancipação, nomear os tutores, abrir os testamentos etc.¹.

Divisão das terras e suas conseqüências. — Foi norma dos bárbaros invasores apoderarem-se da maior parte das terras nas províncias do império em que procuravam fixar-se; e assim procederam os visigodos na península, tomando para si duas terças partes das terras, que na Espanha, como já anteriormente na Aquitânia, tiveram o nome de *sortes góticas* (*sortes gothicae*); e deixando aos hispano-romanos só a terça parte restante (*tertia romanorum*).

A desigualdade da partilha era agravada pela despro-

¹ GUIZOT, *Histoire de la civilisation en France*, onzième leçon; A. HERCULANO, *Historia de Portugal*, l. VII, p. II, t. VI, pág. 97 e seg.; l. VIII, p. I, t. VII, pág. 42 e seg.; PÉREZ PUJOL, *Historia de las Instituciones Sociales de la España Goda*, t. II, pág. 259 e seg. Eduardo de Hinojosa (*Origen del Régimen municipal en León y Castilla*, no livro *Estudios sobre la Historia del Derecho Español*, Madrid, 1903) contesta as opiniões de Herculano sobre a persistência do regime municipal através da monarquia visigótica e da dominação árabe; porém estabelece confusões, atribuindo a Herculano ideias que este não expendeu. Assim, diz Hinojosa a pág. 10, que Herculano aceitou a existência, entre os visigodos, dos *duumviros* jurisdicionais; quando é certo que o historiador português não só reconhece o desaparecimento de tais magistrados (*duumviri juri dicundo*), como até procura explicá-lo historicamente pelas razões que apontamos no texto; e aceitou apenas a existência dos *duumviros quinquenais* ou *curadores*, o que é diferente (t. VII, pág. 48). As atribuições de uns e de outros já Herculano anteriormente as deixara discriminadas (VII, 30-32).

porção do número, pois o dos invasores era muito menor que o dos vencidos. Na mesma proporção se dividiram os instrumentos de trabalho, entre os quais se mencionam expressamente os arados; e provavelmente as juntas de bois necessárias ao amanho das terras. A divisão fez-se em todos os lugares aonde chegaram os invasores; mas de certo não atingiu toda a península, não só porque o seu número era insuficiente para a ocupação de tão vasto território, como também porque a sua organização militar os obrigava a agruparem-se em certas áreas conforme o sistema de unidades adoptado.

Todavia aquella repartição das terras teve assinaladas consequências, e uma delas foi o considerável aumento da população de condição inferior, categoria engrossada por grande número de ricos proprietários despojados de suas fortunas, por outros cuja importância se baseava no exercício de cargos públicos e ainda muitos a quem os accidentes de tão grande revolução social de qualquer modo prejudicaram sensivelmente.

Á decadência dos hispanò-romanos correspondia o engrandecimento dos nobres invasores, que á aristocracia da raça juntavam a da fortuna e a do exercício de preponderantes cargos públicos.

Outra consequência, e das mais fecundas, derivada da repartição das terras, foi a acumulação dos hispanò-romanos nos principais centros de população, enquanto os bárbaros, inaptos para o exercício das indústrias, e sequiosos da liberdade e independência que constituíam um dos seus traços étnicos, se derramavam pelos campos. Foi esta uma das causas, talvez a principal, que contribuíram para a conservação das instituições municipais nos maiores povoados. As mesmas causas produziram efeitos semelhantes noutras províncias invadidas ¹.

¹ A. HERCULANO, *Historia de Portugal*, t. VI, pág. 97 e 103; t. VII, pág. 44 e seg.; A. C. DO AMARAL, *Memorias de Litteratura*, t. VI, pág. 233 e seg.; PÉREZ PUJOL, *Historia de las Instituciones Sociales de la España Goda*, t. II, pág. 145 e seg.

Classes sociais. — Nos últimos tempos do império romano, como a lei não reconhecia outra distinção que não fôsse a de cidadãos e escravos, o critério da aristocracia era unicamente o da condição social dos indivíduos. Não havendo nobreza hereditária, consideravam-se nobres, ou superiores ao vulgo, aqueles que possuíam grandes riquezas ou exerciam mais altos cargos, como os generais e os magistrados.

Na sociedade visigótica, a divisão primária dos habitantes era de *ingénuos* ou homens livres, e *servos*; porém a designação jurídica de *ingénuos* abrangia diversas condições de pessoas, que, embora livres, eram todavia inferiores á classe privilegiada, constituída pela aristocracia de raça.

A classe nobre, distinta pela linhagem, pela posse de maiores riquezas e pelo exercício dos mais altos cargos, constituía uma espécie de patronato militar em relação a homens livres, que, não tendo suficiente riqueza própria, se acostavam ao nobre para dêle receberem benefícios em troca de serviços. Estes acostados ou clientes eram os *bucelários*, classe formada exclusivamente, ou na maior parte, de indivíduos de raça goda; e constituíam como que o traço de união entre a classe nobre e os homens livres do vulgo, aos quais a lei os considerava superiores, ao menos para certos efeitos ¹.

Ao passo que os dois terços das terras de que os godos se apoderaram eram isentos de impostos, a terça restante deixada aos hispanò-romanos era tributária. Aqueles que pelas suas terras pagavam a contribuição predial (*capitatio, jugatio*) denominavam-se *possessores*. Havia outro imposto (*humana capitatio*), que era pago por aqueles que não tinham como próprios bens de raiz: operários, artistas, jornaleiros, colonos e servos. Como os nobres godos

¹ Sobre as relações entre o bucelário e o seu patrono vid., além das fontes adeante citadas, o *Código Visigótico*, liv.V, tít. III.

estavam isentos de tais impostos, podemos dividir a população, segundo o critério fiscal, em *contribuintes* e *não contribuintes*.

Os *possessores* dividiam-se em *curiais* (*curiales*) e *privados* (*privati*).

Os *curiais*, já assim designados nos últimos tempos do império, correspondiam aos antigos *decuriões*, que, como principais proprietários, constituíam no município romano a cúria ou senado municipal.

Os *privados* correspondiam á antiga classe de proprietários mais modestos, com menos de vinte e cinco geiras de terra, classe em que também se incluíam os artistas, jornaleiros e mercadores. Parece, todavia, que a palavra *privado* se applicou também para designar indistintamente a totalidade dos contribuintes *ingénuos*.

Aos *privados* deu-se no tempo do império, além de aquella designação (*privati*), a de *plebeus*; porém na monarquia visigótica o nome de *plebeus* applicava-se apenas aos *colonos*.

Chamava-se *colono* aquele que por contracto ou prescrição cultivava a propriedade alheia, mediante pensão ou cânon, que ordinariamente se pagava em géneros por ocasião da colheita. O colono vivia ligado á terra que cultivava e que não podia abandonar, nem mesmo com a mudança do proprietário, como também dela não podiam expulsá-lo; porém a sua pessoa era livre; o seu casamento considerava-se legítimo; e podia possuir conjuntamente bens próprios, dos quais o senhor não podia despojá-lo, pôsto que não pudesse o colono aliená-los sem licença do senhor.

Aos *possessores* em geral, ou *curiais* ou *privados*, a lei aconselha que não vendam a sua propriedade; se a vendessem, porém, ela não poderia tornar-se imune, isto é, isenta de contribuição. Pelo contrário, aos *colonos adscritos* ou *plebeus*, a lei proibia a alienação da gleba; se a alienassem, o aceitador perderia a propriedade, ou o preço dela no caso de compra.

Tem sido objecto de controvérsia, se o colonato adscritício era classe reconhecida no Código dos Visigodos, como pretendeu Herculano, ou se a palavra *plebeus*, na única lei que serviu de base á teoria de aquele historiador, tem significado mais lato. É certo que entre os povos de origem germânica existiu acima da classe inferior dos servos ou verdadeiros escravos, uma classe de condição também servil, cujos membros se denominavam *lidos* (*leti*, *leti*, *lazzi*, *aldiones*), e correspondiam ao colonato romano, vivendo uma espécie de servidão imperfeita, caracterizada pelo domínio do senhor ou patrono mais sôbre a terra do que sôbre a pessoa do *lido*.

O sr. Gama Barros nota que os colonos existiam entre os visigodos no século vi, pois claramente os menciona a *Lex Romana*; existiam ainda no princípio do século vii, como consta do concílio II de Sevilha (619), onde se diz que o clérigo deve reputar-se tão ligado á igreja a cujo serviço foi primeiro votado, *como o é o colono ligado á terra onde primeiro começou*, segundo está escrito na lei civil. Ora, se o Código Visigótico se não occupa das relações civis dos colonos adscritícios, é porque, na opinião do Sr. Gama Barros, esta classe se fundira na dos servos da gleba, condição que, no decurso do tempo, melhorara sob influências diversas.

A condição servil na monarquia visigótica resultava de tradições muito análogas entre visigodos e hispano-romanos. Entre os romanos havia *servos públicos* e *servos particulares*. Dividiam-se os primeiros — diz Herculano — em duas classes: a dos *ínfimos*, que executavam como operários os trabalhos públicos e formavam a chusma das galés; e a dos *menos humildes*, que desempenhavam os misteres de carcereiros, litôres, serventes dos magistrados e sacerdotes etc. Os *servos particulares* dividiam-se em *urbanos* e *rústicos*: os primeiros, sob várias designações, exerciam os officios necessários aos cômodos e luxo da vida; os segundos encarregavam-se de cultivar os latifúndios do se-

nhor. Entre os germanos chamavam-se *ministeriais* (*ministeriales*) os servos de qualquer modo adstritos ao serviço do senhor, pelo que no decurso do tempo chegaram a designar-se por aquele nome os oficiais môres do rei. Pôsto que inferiores aos *lidos*, de que falámos acima, a condição dos ministeriais parece um tanto indeterminada, pois a mesma designação abrangia tanto os artífices das terras do rei e dos nobres, como os administradores (*majores*) das propriedades e uma espécie de côrte de que o senhor se cercava.

Conservavam-se na monarquia visigótica as antigas designações tanto para os servos (*servi*) como para os senhores ou donos (*domini*). O servo podia ser objecto de venda, doação, troca e herança; porém a influência do cristianismo, como no tempo do império desde a conversão de Constantino, continuava a impôr limites á autoridade do senhor em relação ao servo. O senhor não podia, por seu próprio arbitrio, castigar o servo com pena de morte e era rigorosamente punido se o mutilava sem intervenção do magistrado ¹.

As origens da servidão, ressaltados pormenores que nos abstemos de discriminar, eram as seguintes:

1.^a *O nascimento*: o filho seguia a condição dos pais;

¹ ...«Quia saepe praesumptione crudelium dominorum extra culpam servorum animae perimuntur, extirpari decet hanc omnino licentiam, et huius legis ab omnibus perenniter adimpleri censuram: scilicet ut nullus dominorum, dominarumque servorum suorum vel ancillarum, seu qualiumcumque personarum, extra publicum iudicium quandoquidam occisor existat. Sed si tale servus vel ancilla seu quicumque crimen admiserit ex quo possit mortis debitam damnationem excipere, confestim dominus eius, vel accusator iudici loci illius ubi hoc exortum fuerit, aut comiti, vel duci publicare non differat; et agitata discussione, dum manifestum crimen patuerit, seu a iudice, seu a proprio domino, mortis quam meretur sententiam reus excipiat» etc. Cód. Vis., l. VI, tit. V, l. XII. — ...«Ne imaginis Dei plasmationem adulterent (domini servorum), dum in subditiis crudelitates suas exercent, debilitationem corporum prohibendam oportuit. Ideo decernimus, ut quicumque dominus dominave absque iu licis examinatione, et manifesto scelere servo suo vel ancillae manum, nasum, labium, linguam, aurem etiam vel pedem abscederint, aut oculum evulserint, seu quamcumque partem corporis detruncaverint, aut detruncare vel extirpare praeceperint, trium annorum exsilio sub poenitentia relegentur apud episcopum, in cuius territorio aut ipse manere, aut factum scelus esse videtur» etc., ib., l. XIII.

se estes não fôsem ambos servos, seguiria a condição de aquele que o fôsse.

2.^a *O casamento* em diversos casos, como: se ausente o marido, sem a mulher ter a certeza da sua morte, casava com outro, e depois voltava o primeiro, a êste eram entregues a mulher e o segundo marido, para os vender ou fazer dêles o que quisesse. Se a mulher livre se unia a escravo ou liberto seu próprio, eram ambos açoutados públicamente e depois queimados vivos; porém se ela conseguia refugiar-se em lugar sagrado, passaria a ser serva da pessoa a quem o rei a quisesse dar.

3.^a *O cativo*: o prisioneiro de guerra passava a servo do vencedor, como já acontecia entre os romanos.

4.^a *A sanção penal*: a lei impunha a servidão como pena em muitos casos, como: rapto, adultério, ou estupro; invasão armada em casa alheia; testemunho falso; venda de pessoa livre contra vontade desta; insolubilidade do devedor ou do criminoso; abandono da mulher pelo marido, casando êste com outra; consultas de adivinhos; falsificação da moeda; falta de cumprimento do dever na defesa do rei ou do reino; acusação falsa de certos crimes capitais.

5.^a *Consentimento voluntário*: ao ingênuo era permitido vender a própria liberdade, que podia recuperar a todo o tempo, restituindo o preço recebido.

6.^a *Abuso da força*, quando alguém se apoderava do ingênuo para o reduzir á servidão, crime que a lei punia com todo o rigor.

De todas estas fontes de servidão, as que forneciam maior contingente eram o nascimento e o cativo.

Libertos eram aqueles para quem cessara a condição servil, ou por vontade do dono, que lhes dava a manumissão, já completa, já com restrições; ou, em casos determinados, por disposição da lei. A acção da lei, porém, era de influência restrita neste ponto; principalmente com a vontade do senhor devia contar o servo para alcançar a alforria.

Pelo decurso do tempo, não por determinação de lei, mas por uso e costume social introduzido e consolidado sob a influência das doutrinas cristãs, foi melhorando a sorte do servo, que se tornou adscrito á gleba, em condições semelhantes ás do colonato romano ¹.

Costumes gerais dos visigodos — Civilização visigótica. — Já vimos que muitos visigodos se difundiram nos campos, onde se apoderaram de extensos territórios. Aqueles que viviam nas cidades adoptaram cedo o luxo e o fausto da sociedade romana, sem todavia assimilarem consideravelmente o espírito da cultura latina. Assim se perderam as tradições da vida simples e frugal; os abusos do luxo e a corrupção dos costumes chegaram a tal ponto que se tornou necessário reprimi-los nas leis.

A segurança pública era muito precária, apesar de providências adoptadas pelos monarcas e tendentes a proteger a vida e tranquilidade das pessoas.

Uma das diversões populares mais freqüentes foram as corridas de toiros, nas quais intervieram até membros do clero. A occupação favorita dos visigodos era a guerra, que ora tinha por objecto a conquista, ora se fazia entre os nobres, ora entre estes e o rei. Os soldados usavam arnez e casco de coiro, cota e escudo de metal; e traziam os cabelos compridos, no que se distinguiam dos hispano-romanos. Tornou-se êste costume em distintivo de raça, de modo que o facto de se cortar o cabelo inabilitava para o exercício de cargos públicos, especialmente para as funções da realeza, que só podiam ser conferidas a homens de raça goda. As armas dos visigodos eram frechas, lança, espada e punhal.

Gradualmente se foram romanizando os visigodos da península ao contacto da superior cultura dos vencidos. A

¹ A. HERCULANO, *História de Portugal*, l. VII, p. II, t. VI, pág. 93 e seg.; GAMA BARROS, *História da Administração Pública em Portugal*, t. II, pág. 24 e seg.; A. CAETANO DO AMARAL, *Mem. de Litteratura*, t. VI, pág. 258 e seg.; PÉREZ PUJOL, *Historia de las instituciones sociales de la España goda*, t. IV, pág. 100 e seg.

influência dêstes triunfou completamente depois da conversão de Recaredo e dos visigodos ao catolicismo, o que se manifesta claramente nas instituições políticas e sociais.

Numerosos monumentos disseminados na península atestam a cultura das artes na monarquia visigótica. Da architectura há no território português três monumentos conhecidos: a capela da família Pinto, em Balsemão; a igreja de S. Salvador de Montélios, em S. Jerónimo de Real (Braga); e a igreja paroquial de Lourosa (Oliveira do Hospital). A princípio serviram-se os visigodos de moedas romanas e bizantinas; depois cunharam-nas próprias. Destas existem diversos exemplares. Também têm aparecido algumas inscrições visigóticas ¹.

¹ ANTÓNIO CAETANO DO AMARAL, *Sobre o estado civil da Lusitânia, desde a entrada dos Povos do Norte até à dos Arabes* (Mem. de Litter., VI, 127 e seg.); AUGUSTO FILIPPE SIMÕES, *Relíquias da Architectura Romano-Bizantina em Portugal*, Lisboa, 1870, pág. 7-8; KORRODI, *Boletim da Associação dos Archeologos* (do Carmo), 1898, pág. 18 e seg.; D. JOSÉ PESSANHA, *A architectura pre-românica em Portugal*, na *Terra Portuguesa*, vol. I (1916), pág. 2, 50 e 161; vol. II, pág. 8, 65, 106; vol. III, pág. 49; JOAQUIM DE VASCONCELOS, *Ensaio sobre a architectura romanica em Portugal — II — Igreja de Balsemão*, na *Arte — Arquivo de obras de arte*, ano IV, Porto (Marques Abreu), 1908, pág. 22, 26, 94; — IV — *Presbyterio de Lourosa*, na *Arte cit.*, ano VII, pág. 75, 82; ano VIII, pág. 25; VICENTE LAMPÉREZ Y ROMEA, *A Igreja de Balsemão perante a critica hespanhola*, na *Arte cit.*, ano VII, pág. 94 (artigo transcrito do *Boletim de la Sociedad Castellana de excursiones*, ano VII, n.º 84, Dezembro de 1909); PADRE MANUEL DE AGUIAR BARREIROS, *A capela de S. Fructuoso — Restos da antiquissima igreja de S. Salvador de Montelios, século VII*, em *S. Jeronymo de Real — Braga*, Porto (Marques Abreu), 1919; BORGES DE FIGUEIREDO, *Monumentos românicos*, na *Rev. Archeol. e Hist.*, IV, 33; *Antiguidades romanas de Chelas*, ib., 126; CHRISTOVAM AYRES, *Historia do exercito portuguez*, t. II, 239-459; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, t. III, pág. 575 e seg.; *Historia do Museu Etnológico Português*, Lisboa, 1915, pág. 33-34; *Inscrição christã de Mertola* (século VI), no *Arq. Port.*, I, 7, 141, 311; *Inscrição da epoca visigotica* (Beja), no *Arq. cit.*, II, 175; *Notice sommaire sur le Musée Ethnologique Portugais*, *Arq. cit.*, X, 69; *Cemitérios germânicos dos arredores de Cascais*, *Arq. cit.*, XI, 325-326; *Noticias várias* (sepultura, anel e moedas visigóticas), *Arq. cit.*, XIII, 355; FELIX ALVES PEREIRA, *Antiguidades de Viana do Alentejo*, *Arq. cit.*, X, 18; PEDRO DE AZEVEDO, *Noticias antigas sobre archeologia*, *Arq. cit.*, IV, 277, 279 (moedas e inscrições visigóticas); BORGES DE FIGUEIREDO, *Inscrição christã descoberta em Mertola*, na *Rev. Archeol. e Hist.*, I, 64; ESTÁCIO DA VEIGA, *Memoria das antiguidades de Mertola*, Lisboa, 1880, pág. 85-121; E. A. ALLEN, *Noticia e descripção de uma moeda inédita cunhada pelos Visigodos na cidade do Porto em fins do seculo VI*, Porto, 1862; ALBANO BELLINO, *Catalogo das moedas romanas, celtiberas e visigodas pertencentes à Sociedade Martins Sarmiento*, na *Revista de Guimarães*, XVI, 79; XVII, 137, 187; XVIII, 136; E. HUBNER, *Inscriptiones Hispaniae Christianae*, Berlim, 1871; *Supplementum Inscriptionum Christianarum Hispaniae*, ib., 1871; PÉREZ PUJOL, *Historia de las instituciones sociales de la España goda*, especialmente os liv. III e IV (tom. IV).

VI

DOMINAÇÃO MUÇULMANA

A conquista e o governo árabe na península. — Os trofeus alcançados por Tárique na Espanha excitaram inveja e emulação no espírito de Muça, que veio também da Africa, segundo referimos, em demanda dos louros da conquista. A saciar seus ódios empregou Muça a autoridade que lhe pertencia como amir, conservando prêso o seu rival até que uma ordem do califa de Damasco lhe restituiu a liberdade. Finalmente as desavenças entre Muça e Tárique por tal modo se azedaram, que o califa determinou retirá-los a ambos da península (713).

Já então os muçulmanos, depois de conquistarem todo o território até á linha do Douro, incluindo as modernas províncias do Aragão e da Catalunha, haviam subjugado também a Galiza. O governo de tão dilatado território foi deixado por Muça a seu filho Abde Alaziz, com a autoridade de amir, estabelecida a capital em Sevilha. Nesta cidade foi Abde Alaziz assassinado cêrca de dois anos depois, vítima das suas ambições e das intrigas que contra êle se tramaram junto do califa de Damasco (715). O novo amir mudou a séde do governo para Córdova.

Não interessam ao nosso propósito as dissensões e lutas que tornaram tão acidentado o governo da Espanha muçulmana, enquanto nas serranias das Astúrias se organizava e fortalecia o núcleo de cristãos ali refugiados.

Submetida quasi toda a península, dirigiram os sarracenos o movimento invasor para o lado do reino dos francos. Passados os Pireneus, logo se apossaram do território que estivera ligado á monarquia visigótica. Saquearam Bordeus e incendiaram os templos da cidade; transpuseram o Dordonha, assolaram e roubaram extensas regiões. Ao cabo de alguns anos de conquistas e correrias, foram derrotados por Carlos Martel na grande batalha de Poitiers (732).

Em 750, assassinado o califa de Damasco, e, pouco depois dêle, todos os príncipes do seu sangue, com excepção de um que pôde fugir, passou o califado da família dos Omíadas para a nova dinastia dos Abácidas. Abde Arrahmane, o único dos Omíadas que escapou ao morticínio, depois de andar algum tempo foragido ao norte de África, entrou em entendimentos com chefes árabes da Espanha, que lhe ofereciam o amirado. Efectivamente passou Abde Arrahmane o estreito com algumas fôrças africanas, ás quais se juntaram muitas outras de seus partidários na península, e conseguiu estabelecer a sua autoridade como amir independente (759).

Foi longo e tormentoso o govêrno de Abde Arrahmane, que faleceu em 787. Nos últimos anos da sua vida visitou a Lusitânia, onde mandou construir muitos templos. Também foi obra sua a famosa mesquita de Córdoba.

Durante largos anos toda a actividade dos sarracenos da Espanha se exerceu em lutas civis e guerras com os francos e com os cristãos das Astúrias.

No meado do século ix aparecem na península novos agentes de perturbação. Os normandos, que já tinham saltado as costas da Inglaterra e da França, desembarcaram na Corunha (844). Derrotados por fôrças que contra êles enviou Ramiro I, rei de Oviedo, avançaram para o sul, penetraram no Tejo e assolaram os arredores de Lisboa. Prosseguindo nos assaltos, subiram o Guadalquivir e foram atacar Sevilha, onde fizeram roubos e destruições.

Passavam-se estes acontecimentos no tempo de Abde Arrahmane II (822-852), que foi um dos mais notáveis governadores da Espanha muçulmana, como atestam acertadas providências de defesa contra os normandos, a construção de monumentos diversos e outros actos do seu govêrno.

No advento do amir Abde Arrahmane III (912-961), a Espanha maometana atravessava uma crise temerosa. Enquanto os cristãos do norte redobravam de fôrça e audácia, fazendo incursões e conquistas aos sarracenos, principalmente no tempo de Afonso III, rei de Oviedo (866-910), no amirado as lutas civis assumiam notável gravidade durante largos anos seguidos. Entre todas foi a mais terrível a que os amires tiveram de sustentar por muito tempo contra o rebelde Omar Ibne Hafeçune.

Abde Arrahmane III, pouco depois de assumir o govêrno, acrescentou ao título de *amir* o de *iman*, isto é, pontífice, o que equivalia a denominar-se *califa*, ou chefe supremo, religioso e político, do islamismo (914). Assim começou o califado de Córdova, só quanto á dignidade do título, pois a independência do amir existia de facto desde 759, como já referimos.

Com grande esforço e acertado govêrno, o califa não só conseguiu submeter definitivamente os rebeldes (927), como também alargou os seus domínios pela Mauritânia. Com as boas graças de Abde Arrahmane floresciam em Córdova homens célebres nas sciências e nas letras. O próprio califa deu provas de cultura e bom gôsto, mandando construir famosos monumentos, entre os quais se conta o palácio de Azahrá. Reflexo da cultura intelectual da côrte de Abde Arrahmane é a paixão que dos livros tinha seu filho e sucessor Aláqueme (961-976), que possuía uma biblioteca de quatrocentas mil obras manuscritas.

Falecido Aláqueme (976), succedeu-lhe no califado seu filho Hixame, que apenas contava dez anos de idade. Por influência de Sóbeh, mãe de Hixame, foi elevado á dignidade de hájibe, ou primeiro ministro, Mohâmede Abutmir

Almafer, que na côrte era muito estimado. De facto veio a ser Mohâmmede o verdadeiro califa, com o exercício de toda a autoridade; e adoptou como principal programa de acção o engrandecimento do seu poder. Favoreceu todos os poderosos que lhe eram afeiçoados, introduziu no exército chefes de sua confiança, e para ganhar popularidade anunciou guerra sem tréguas contra os cristãos. Dentro de pouco tempo o califa Hixame encontrou-se sequestrado e completamente estranho aos negócios do govêrno. Procurou desembaraçar-se de quantos podiam ser-lhe funestos; e até mandou matar um irmão de Aláqueme. Adornou-se com o título de hájibe Almançor, isto é, *o ministro victorioso*. Na côrte manteve as tradições de protecção às sciências e às letras, de modo que a cidade de Córdoba tornou-se em esplendido centro intelectual, aonde afluíam sábios e estudiosos de toda a parte, tanto do império muçulmano como dos países cristãos.

De todas as lutas que sustentou contra os cristãos, a mais notável foi empreendida em 1002, com auxílio de numerosas tropas que chamara da África. Os cristãos esqueceram as suas rivalidades para se unirem contra o inimigo comum, que já lhes causara tantos danos. O combate, que se feriu na moderna provincia de Sória, ficou indeciso; porém os muçulmanos, que sofreram perdas enormes, retiraram-se. Dias depois faleceu Almançor (1002).

O cargo de ministro passou sucessivamente a dois filhos de Almançor, enquanto o califa Hixame se conservava afastado do govêrno; porém não tardou a acentuar-se a decadência, acelerada por dissensões constantes. Finalmente em 1031 foi Hixame deposto e banido pelo povo amotinado.

Assim acabou o califado de Córdoba, que teve um período de grande esplendor. Jáhuar, eleito amir, não conseguiu a obediência das provincias do império, nem dispunha de fôrças para a tornar efectiva. Os Estados muçulmanos da península encontraram-se por tanto dividi-

dos em tantas monarquias, quantos eram os valís ou governadores das antigas províncias ¹.

Condição da Espanha sob a dominação árabe. — Aos povos hispanò-godos, que, sem abandonarem a própria religião, aceitaram o jugo muçulmano, deu-se o nome de *mos-árabes*, isto é, tornados ou feitos árabes. Nesta condição se encontrou a grande maioria dos habitantes da península; e ter-se hia acaso efectuado a fusão das duas raças, se não fôra a invencível repugnância de crenças religiosas, principal origem de conflitos e violências depois dos primeiros anos da conquista.

Os cronistas medievais referem entre as mais lastimosas exclamações os horrores sofridos na Espanha com a invasão muçulmana: igrejas destruídas, muralhas assoladas, a população em grande número trucidada, por toda a parte a ruína, o incêndio e a morte, na ânsia feroz de sufocar toda a veleidade de resistência ².

¹ A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. I, pág. 101 e seg.; E. SAAVEDRA, *Estudio sobre la invasion de los arabes en España*, Madrid, 1892; F. J. SIMONETE, *Historia de los mozarabes de España* (*Mem. de la Real Acad. de la Hist.*, vol. XIII, Madrid, 1897-1903); R. P. A. DOZY, *Histoire des Musulmans d'Espagne jusqu'à la conquête de l'Andalousie par les Almohades*, Leyden, 1861; *Recherches sur l'histoire et la littérature de l'Espagne pendant le Moyen âge*, Leyden, 1881; MAX VAN BERCHEM, *La propriété et l'impôt foncier sous les premiers Califes*, Genebra, 1886; MARIANA, *Historia General de España*, Madrid, 1855, t. I, pág. 201 e seg.; D. MODESTO LAFUENTE, *Historia General de España*, Barcelona, 1889, t. II, pág. 127 e seg.

² «Muza et ipse ut miserrimam adiens gentem... jam olim male direptam, et omnino impie adgressam perditans penetrat... Civitates decoras igne concremando praecipitat: seniores et potentes saeculi cruci adjudicat: juvenes atque lactentes pugionibus trucidat: sicque dum tali terrore cunctos stimulat, pacem nonnullae civitates, quae residuae erant, jam coactae proclamitant, atque suadendo, et irridendo astu quodam fallit: nec mora; petita dondant: sed ubi impetrata pace territi metu recalcitrant, ad montana templi iterum effugientes, fama et diversa morte periclitantur; atque in eadem infelici Hispania Cordubae in sede dudum Patritia, quae semper extitit prae caeteris adjacentibus civitatibus opulentissima, et Regno Visigothorum primitivas inferebat delicias, Regnum efferrum collocant». ISIDORO PACENSE, *Chronicon*, n.º 36.

«Inundata barbarorum fortitudine, studium cum doctrina funditus evanuit... Post haec mauri, viribus nullis obstantibus, totam Hispaniam ferro, flamma, et fame attritam suo dominio mancipaverunt... Qui nimirum quantas caedes, quantasve horrifero ense Christianorum strages fecerint, depopulatae provinciae, subversa civitatum moenia, destructae Ecclesiae, in loco quarum Mahometis nomen colitur, abunde et super testimonium perhibent.» SILENSE, *Chronicon*, in princ.

Efectuada a occupação, os invasores trataram mais de colher os frutos da vitória do que de impôr o islamismo aos habitantes da península; de modo que a conquista não foi obra de propaganda religiosa, antes uma pilhagem mais ou menos sistemática. Em geral, o princípio seguido pelos árabes em suas conquistas era que os povos vencidos deviam converter-se ao islamismo, ou pagar uma contribuição territorial e outra pessoal. O entusiasmo pelas conversões variava com a devoção dos califas e dos generais; e na península aconteceu, como noutras partes, que os muçulmanos, á multiplicação do número de adeptos do Corão, preferiam que avultassem os impostos.

Por tais razões, e ainda por conveniências políticas de vária espécie, algumas vezes os árabes concederam paz aos vencidos e o gôso de certas regalias. Logo em 713, Abde Alaziz, filho de Muça, encontrando forte resistência num Conde chamado Teodemiro, com êle ajustou uma capitulação em que reconhecia aos vassallos do Conde a posse tranquila de suas terras e fazendas, as igrejas e o livre exercício do culto, a segurança das mulheres e das filhas, em troca de sete vilas e de certo tributo anual.

Em geral foi permitido aos mosárabes terem fôro próprio; conservarem os magistrados supremos com o título de *condes*, mas sem a extensão de poder que tais magistrados tinham na monarquia visigótica; terem igrejas e Bispos e uma quasi independência administrativa. Quando a Espanha muçulmana se emancipou do califado de Damasco (759), o primeiro Omíada, Abde Arrahmane I, além de ser tolerante com os vencidos, criou em Córdova um magistrado com o cargo e título de protector dos cristãos.

Porém tudo isto era eventual e precário; em geral os cristãos tinham a sua sorte dependente de um amir despótico; do fanatismo, da ambição e da rapacidade de um vali ou de um alcaide subalterno. Do pesado jugo que sofriam os mosárabes dão testemunho as extorsões fiscais de que eram vítimas. As contribuições impostas eram de duas es-

pécies: a pessoal, ou *capitação*, paga pelos homens adultos, segundo uma taxa que variava com a posição social, e da qual se exceptuavam as mulheres, crianças, monges, aleijados, mendigos e escravos; e a contribuição paga pelos proprietários territoriais, tanto muçulmanos como cristãos.

Do testemunho de escritores do século ix deduz-se que o imposto de capitação era pago todos os meses. A contribuição predial ou territorial consistia numa parte dos produtos da terra; algumas vezes foi imposta em dôbro aos cristãos, como se estipulou, por exemplo, na capitulação de Coimbra. As igrejas e os mosteiros também pagaram contribuição ¹.

Parece que foi Córdova a cidade onde os cristãos viveram mais desafogadamente. Ali se reuniam os Bispos em concílio; conservavam-se abertas as escolas cristãs; os muçulmanos não perseguiram ninguém por professar a fé cristã, nem compelião á apostasia, excepto no caso de desacato ás mesquitas ou de blasfémia contra Mafoma ².

¹ «A contribuição predial — diz o Sr. David Lopes — era variável, segundo a situação da propriedade, e era em regra de 20% do seu rendimento; a capitação era de 48 dirhemes para os ricos, de 24 para a classe média, e 12 para o homem de trabalho; a capitação pagava-se aos meses, e eram isentos dela as mulheres, as crianças, os monges, os escravos e os que não tinham meios de subsistência certa.

«Dozy converteu em moeda do seu tempo (a sua obra é de 1861) êste imposto de capitação por esta forma: «Dando ao dirheme o valor de 108 réis da nossa moeda, êste imposto seria de: 5\$184, — 2\$592, — 1\$292; mas como a eficácia compradora do dinheiro no século viii era para a de hoje como 11:1 (veja-se LEBEN, *Essai sur l'appréciation de la fortune privée au moyen âge*), o imposto seria efectivamente de: 57\$024, — 28\$512, — 14\$256». A respeito da matéria tratada podem ver-se: DOZY, *Histoire des musulmans d'Espagne*, II, pág. 38-43; Id., *Recherches*, I, pág. 72-73; SIMONET, pág. 39-103; VAN BERCHEM, *La propriété territoriale et l'impôt foncier sous les premiers califes, étude sur l'impôt du kharâg*, pág. 30 e seg.; FINOCCHIARO-SARTORIO, *Gizyah e Karag, note sulla condizione dei vinti in Sicilia durante la dominazione musulmana*, pág. 40 e segs., separata do *Archivio giuridico «Filippo Serafini»*, vol. X, fasc. 2, 1908.» DAVID LOPES, *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano* (Boletim da Segunda Classe da Academia, vol. IV, pág. 373-374).

² Além das fontes já citadas em as duas notas antecedentes, vid. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 141 e seg.; A. CAETANO DO AMARAL, *Memória IV para a história da legislação e costumes de Portugal — Sobre o estado do terreno, que hoje occupa Portugal, desde a invasão dos árabes até á fundação da Monarchia portugueza*, nas *Memorias de Litteratura* da Academia, VII, 60 e seg.

Monumentos da civilização árabe em Portugal. — Na língua, tanto no vocabulário comum como na toponímia, nos trajes, nos costumes e nas tradições conservam os portugueses numerosos vestígios da influência árabe. Tão vivas se mantiveram as tradições, que o poder de mouras encantadas ainda hoje serve para explicar certos fenómenos naturais, como a existência de grandes penedos isolados e arredondados, nas regiões graníticas; e ao tempo dos mouros refere o povo tudo quanto lhe parece de remota antiguidade.

Em território espanhol, porque lá se desenvolveram os mais notáveis centros de civilização árabe, os monumentos de aquela época são muito numerosos, e entre êles se contam obras primas de architectura e escultura.

Em Portugal tem a arqueologia feito descobertas mais modestas, pôsto que relativamente numerosas. Os nossos museus, principalmente o Museu Etnológico Português, possuem alguns capitéis, lápides com inscrições, adôrnos e outros objectos de ouro e prata; muitas moedas, lucernas de barro e de metal e diversas peças de cerâmica em que aparece o vidrado¹.

¹ RODRIGO AMADOR DE LOS RIOS, *Memoria acerca de algunas inscripciones arábicas de España y Portugal*; ZEFERINO BRANDÃO, *Vestígios de construção árabe em Santarém*, no *Occidente*, vol. V, pág. 190; A. SOROMENHO, *Artes e Letras*, Lisboa, 1874, n.º 3, pág. 94; J. LEITE DE VASCONCELOS, *História do Museu Etnológico Português*, pág. 34 e seg., 193-194; *Moedas árabes de Alportel*, no *Arqueólogo Português*, I, 301; *Notícia de algumas estações romanas e árabes do Algarve*, *Arg. Port. cit.*, II, 65 e seg.; *Inscripção da epocha wisigothica*, ib., 175; *Candeias árabes do Algarve*, *Arg. Port. cit.*, VII, 119; *Notice sommaire sur le Musée Ethnologique Portugais*, *Arg. Port. cit.*, X, 69; *Pedra arábica*, *Arg. Port. cit.*, XIV, 55; *Cóisas velhas*, *Arg. Port. cit.*, XXII, 126; *Na Beira Alla*, ib., 333-334; A. DOS SANTOS ROCHA, *Notícia de algumas estações romanas e árabes do Algarve*, *Arg. Port. cit.*, I, 193 e seg.; DAVID LOPES, *Cousas arabico-portuguesas*, *Arg. Port. cit.*, I, 273 e seg.; II, 204; JOAQUIM RASTEIRO, *Objectos e moedas árabes (na península da Arrábida)*, *Arg. Port. cit.*, III, 6; BERNARDO DE SÁ, *Relatorio de uma excursão archeologica ao Alentejo e Algarve*, *Arg. Port. cit.*, XI, 197 e seg.; M. F. DE VARGAS, *Materiaes para o estudo das moedas arabico-hispanicas em Portugal*, *Arg. Port. cit.*, XII, 1; *Moedas de Mértola*, *Arg. Port. cit.*, XXI, 315; EDUARDO SAAVEDRA, *La Geografia árabe de Portugal*, na *Rev. Archeol. e Hist.*, I, 49; *Inscripção arábica de Évora*, na *Rev. Archeol. e Hist. cit.*, III, 54.

VII

NOVAS MONARQUIAS CRISTÃS NA ESPANHA

Reino das Astúrias ou de Oviedo. — Os visigodos refugiados nas serranias das Astúrias constituíram desde o princípio o mais importante núcleo de resistência contra os muçulmanos triunfantes. Em posições de difícil acesso, mantiveram-se na defensiva enquanto se reforçavam com novos foragidos e organizavam as bases de govêrno estável. Continuando as tradições da monarquia visigótica, tanto como as circunstâncias o permitiam, elegeram rei a Pelágio, nobre da antiga côrte de Toledo.

O facto mais conhecido e memorável do govêrno de Pelágio foi a derrota infligida aos sarracenos na batalha de Covadonga ou Cangas de Onís (718). A vitória não alargou o território, pois á morte de Pelágio (737) os Estados cristãos se limitavam ás serras das Astúrias; mas com ela puderam os vencedores haver por consolidada a monarquia nascente e ganhar ânimo para futuras empresas.

Foi breve e obscuro o reinado de Fáfila ou Fávila, filho e sucessor de Pelágio; porém o genro dêste, Afonso I, quando succedeu ao cunhado, pôde fazer incursões em terras de infieis, por Leão e Castela a Velha, e pela Galiza até ao Douro. As suas conquistas não podiam ter-se por definitivas; mas desde então ficava mais garantida aos cristãos a orla setentrional da península. Até ao fim do seu

reinado (757), empenhou-se Afonso I em restaurar povoações assoladas e reconstruir igrejas e mosteiros.

Seu filho Fruela, elevado ao trono por eleição dos magnates, fundou a cidade de Oviedo, que deu o nome ao reino de que foi capital. Até então estivera a capital em Cangas.

Durante alguns reinados que se seguiram ao de Fruela, e de que existem apagadas memórias, os monarcas das Astúrias conservaram-se quasi sempre em paz com os sarracenos. As incursões e lutas recommçaram no tempo de Afonso II, denominado o *Casto* (791-842), que fixou a cõrte em Oviedo, onde mandou construir igrejas e paços reais. Reavivou as instituições da monarquia visigótica, e procurou aliar-se com o imperador Carlos Magno. Conta-se que numa correria em território de infieis chegou até às margens do Tejo, sem todavia realizar conquistas definitivas.

Ramiro I (842-850) teve de sustentar lutas vigorosas para triunfar de rivais e de condes revoltados, a quem puniu com requintes de barbaridade, mandando matar a uns e arrancar os olhos a outros. Repeliu os normandos, que começavam a aparecer nas costas das Astúrias e da Galiza. Ramiro pôde assegurar a posse da Corõa a seu filho Ordonho, que lhe succedeu sem as lutas que costumavam surgir na eleição de novo rei.

Ordonho I (850-866), restaurador e guerreiro, teve um reinado bem mais glorioso que o de seu pai. Reedificou muitas povoações, entre as quais se contam as cidades de Leão, Tui, Astorga e Amaia. Aos sarracenos reconquistou Orense, na Galiza; e tomou-lhes Coria e Salamanca. Os trabalhos de Ordonho, povoando e conquistando, parecem indicar a consolidação da monarquia cristã em presença dos muçulmanos.

Apesar da rivalidade de Fruela, e depois de vencido e expulso por este, Afonso III conseguiu firmar-se no trono, para o qual seu pai Ordonho o fizera eleger (866-910).

O reinado de Afonso III foi mais notável do que quantos o tinham precedido na monarquia fundada por Pelágio. Em guerra durante muitos anos com os infieis, chegou a conquistar-lhes Lamego, Viseu, Coimbra e outras terras cuja posse não pôde sustentar. Com tudo as vantagens alcançadas permitiram-lhe fixar o Douro como limite dos seus Estados a sul e a sueste. Repovoou muitas terras, principalmente em Leão e Castela a Velha; e fortificou Samora e outras povoações vizinhas das fronteiras. No seu tempo tornou-se independente a província de Navarra, formando o reino do mesmo nome.

No tempo de Garcia, que assumiu o govêrno ainda em vida de seu pai Afonso III, começou o monarca a usar o título de Rei de Leão, do nome da cidade em que estabeleceu a capital. Ao mesmo tempo encontrou-se dividida a autoridade no antigo reino de Oviedo, pois Garcia cometeu o govêrno das Astúrias a seu irmão Fruela, e o da Gáliza a outro irmão, Ordonho II. Estes não eram talvez de todo independentes; mas pelo menos gosavam de certa autonomia, prejudicial ao desenvolvimento dos Estados cristãos.

Anos volvidos, todo o antigo reino voltou a reunir-se sob o mesmo scetro; porém a decadência acentuou-se com várias dissensões entre cristãos; os sarracenos alcançaram enormes vantagens, de modo que na segunda metade do século x, especialmente no tempo de Almançor, os Estados que procederam do antigo reino das Astúrias atravessaram uma crise muito grave. Não nos deteremos a narrar tais acontecimentos, que só remotamente se prendem ao plano dêste livro.

No segundo quartel do século xi davam-se importantes modificações políticas nos Estados da península, entre os quais se contava já o condado de Castela, que havia muito se mantinha na independência de Leão. Garcia, Conde de Castela, tinha uma irmã casada com o Rei leonês Bermudo III (1027-1037), e outra com Sancho, Rei de Navarra

(955-1035). Assassinado Garcia, o Rei de Navarra tomou á sua conta vingá-lo e foi occupar as terras de Castela. Por questão de limites de territórios, entrou em guerra com Bermudo III; mas não tardou a fazer-se a paz, e uma irmã do Rei de Leão casou com Fernando, filho mais velho de Sancho.

Divididos os Estados de Sancho por morte dêste (1035), coube o território de Castela a Fernando I, que tomou logo o título de Rei, passando assim o antigo condado a constituir-se em monarquia regular. Pouco depois conquistou o reino de Leão, em luta a que succumbiu Bermudo. Entretanto introduzira-se nas monarquias cristãs o direito consuetudinário da sucessão na Corôa; e como era irmã e herdeira de Bermudo a mulher de Fernando, não foi difícil a êste firmar a sua autoridade no Estado leonês.

Fernando I, Rei de Leão e Castela, mereceu o epíteto de *Magno* pelas glórias do seu reinado. Senhor de uma vasta monarquia, deu provas de moderação e ânimo generoso, não se apoderando do reino de Navarra, depois de vencido e morto seu irmão Garcia. Preferiu empenhar-se em guerras contra os muçulmanos, alargando muito os domínios cristãos para o sul. Conquistou em 1057 Viseu, Lamego, Tarouca e outros logares fortificados; e em 1064, conforme se tem por mais provável, tomou a cidade de Coimbra após seis meses de sítio. Desde então ficou assegurado aos cristãos o domínio até ao Mondego, na zona occidental da península.

Fernando Magno, falecido em 1065, deixou os seus Estados divididos pelos filhos, á semelhança do que fizera seu pai, Sancho de Navarra. O reino de Castela coube a Sancho, que era o primogénito; Afonso herdou o reino de Leão e Astúrias; Garcia a Galiza, elevada a reino independente; e as duas filhas, Urraca e Geloíra ou Elvira, tiveram em sorte diversos senhorios, também com o título da realleza, facto do qual derivou provavelmente o costume de se intitularem Rainhas todas as Infantas ou filhas de reis.

Cêrca de três anos depois da morte de Fernando Magno, rebentaram discórdias e guerras entre seus filhos. Sancho conseguiu levar de vencida os irmãos, submeter Garcia e despojar Afonso do património herdado; porém quando pretendia tomar a sua irmã Urraca o senhorio de Samora foi mortalmente ferido junto aos muros da cidade (1072).

Afonso, que se refugiara em Toledo, voltou no princípio de 1073 a cingir a Corôa de Leão, á qual uniu a de Castela, por não haver filhos de Sancho; e pouco depois apoderou-se também dos Estados de Garcia, que compreendiam a Galiza e o moderno território de Portugal até ao Mondego.

Senhor de todos os vastos domínios de Fernando Magno, Afonso VI alargou-os ainda mais por sucessivas vitórias em guerra com os sarracenos. Em 1085 apoderou-se de Toledo, que substituiu Leão como capital. Com esta famosa conquista, os Estados de Afonso VI passaram a ter por limite meridional uma linha, que, partindo da foz do Mondego, através da Beira Baixa e em direcção a Coria, Talavera, Toledo, Huete e Cuenca, chegava até á serra de Albarracim.

Vendo gravemente comprometido o império do islam na península, diversos amires decidiram tentar um grande esforço contra os cristãos, e para êste efeito solicitaram o auxilio de Iuçufe Abú Iacube, chefe dos almorávidas na Mauritânia. Dêste modo conseguiram reunir contra Afonso VI o maior exército muçulmano que se vira na Espanha desde a invasão dos sarracenos. As hostes do monarca leonês foram também reforçadas com o exército de Sancho, rei de Aragão, e com grande número de cavaleiros vindos do sul da França. Travou-se a luta nos campos de Zalaca, perto de Badajoz, em 23 de Outubro de 1086, pelejando-se de lado a lado com inextinguível ardor. Afonso VI, ferido, teve de fugir com as tropas que lhe restavam, deixando também mortos no campo grande número de inimigos.

Logo depois da batalha retirou-se Iúçufe para a África, alarmado com a notícia da morte de seu filho mais velho. A sorte das armas começou então a sorrir a Afonso VI. Em 1088 voltou o chefe almorávida á península; mas regressou logo á África, irritado por não encontrar o necessário apoio dos amires da Espanha, já receosos do poderio do seu aliado. Veiu pela terceira vez em 1090; devastou os arredores de Toledo, e, quando regressou á África, deixou como seu representante na península o alcaide Cir, a quem enviou grandes reforços. Desde então não cessaram as lutas entre os almorávidas e os sarrácenos da Espanha.

Enquanto os seus inimigos digladiavam, Afonso VI avançou nas conquistas para o sul, pela orla occidental. Em 1093 tomou Santarém, Lisboa e Sintra. Dedicou-se depois á administração dos seus Estados, até que faleceu em 1109, muito desgostoso por ter perdido no ano antecedente seu único filho varão, o Infante Sancho ¹.

¹ A. HERCULANO, *Historia de Portugal*, t. I, pág. 191 e seg.; J. PEDRO RIBEIRO, *Sobre a época da conquista de Coimbra no reinado de D. Fernando I de Leão* (*Dissertações chronologicas e criticas*, t. I, pág. 1 e seg.); MARIANA, *Historia General de España*, liv. VII-X; LAFUENTE, *Historia General de España*, t. II, pág. 142 e seg.; GUTIÉRREZ CORONEL, *Historia del origen y soberania del condado y reino de Castilla y sucesión de sus condes*, Madrid, 1785; B. MONTEJO, *Disertación sobre el principio de la independencia de Castilla* (*Mem. de la Acad. Real de la Historia*, t. III); L. BARRAU-DIHIGO, *Notes et documents sur l'histoire du royaume de Léon*, na *Revue Hispanique*, vol. X (1903) e XVI (1907).

HISTÓRIA DE PORTUGAL

LIVRO PRIMEIRO

1094?-1279

HISTÓRIA DE PORTUGAL

LIVRO PRIMEIRO

CAPÍTULO I

O condado portugalense — D. Henrique e D. Teresa. —

Desde o meado do século xi começa a figurar como província distinta da Galiza a *terra portugalense*, que compreendia ao sul do Douro as terras conquistadas até ao Vouga, e ao norte de aquele rio se dilatava pelo território da moderna província do Minho, talvez sem limites bem definidos, ou que pelo menos é hoje impossível determinar. Vinha-lhe o nome da povoação principal e cabeça do distrito, *Portucale*, situada junto ao Douro, notável pela sua antiguidade e favorecida pela vizinhança do mar ¹.

¹ De *Portucale*, designação outrora dada á cidade do Porto, derivou o nome de Portugal. Examinando as formas evolutivas da palavra, diz o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos: «Idácio (em latim *Hydatius*), cronista do século v, diz na sua *Chronica*, pág. 29, § 175: *Recharius ad locum, qui PORTUMCALE appellatur, profugus regi Theuderico captivus adducitur*. A pág. 30, § 187: *Aioulfus dum regnum Suevorum sperat, PORTUCALE moritur mense Iunio* (ed. de Mommsen nos *Monum. German. Historica*, vol. II, fasc. 1.^o). Num ms. do séc. vii-viii, cod. parisiens, n.^o 10.910, da *Chronica* de Fredegario lê-se num passo correspondente a este último: *PORTUGALE*. A pág. 31, § 195, de Idácio: *et PORTUMCALE castrum idem hostis invadit*; no cod. berlin. da mesma obra, séc. ix, lê-se *Portocale* num passo similar, e no cod. fredegariano, ms. do séc. vii-viii, lê-se *Portugali* no mesmo passo. Na *Hist. Gothorum* de S. Isidoro, escritor do séc. vii, ed. de Mommsen dos *Chronica minora*, pág. 280, § 31, lê-se *ad locum PORTUCALE*. Como a *Chronica* de S. Isidoro relata acontecimentos que vão até o ano de 624, e como no ms. de Idácio do séc. vii-viii vem já *Portugale*, podemos, a julgar desses documentos, concluir que a data em que — *g* — substitue gráficamente — *c* — oscila, pelo menos, do séc. vii para o viii. As moedas visigóticas dão-nos: *PORTOCAL* no tempo de Leovigildo (séc. vi), Reccaredo (séc. vi-vii), Liuva II (séc. vii) e Sisebuto (séc. vii) (Heiss, *Monnaies des rois visigoths*, págs. 83, 92, 97 e 105). Na *Historia pseudo-isidoriana* (ed. de Mommsen, *Chronica minora*), t. II, pág. 385, § 13, lê-se: *et pergens Conimbriam quae est in terra PORTUGA-*

Logo depois da conquista de Coimbra por Fernando Magno (1064), constituiu êste, com a terra portuguesa situada ao sul do Douro (Terra de Santa Maria), novo distrito, limitado por uma linha que seguia apròximadamente de Lamego a Viseu e Seia, terras recentemente conquistadas; e a sueste e sul pela vertente setentrional da Serra da Estrêla e pelo Rio Mondego até á sua foz. O govêrno do território de Coimbra foi confiado ao conde Sesnando, ou Sisenando, que passou a intitular-se *cônsul* ou *alvazir*¹. Por sua morte (1091 ou 1092) succedeu-lhe no govêrno seu genro Martim Moniz, casado com sua filha Elvira.

Enquanto Sesnando governava o condado conimbricense, estava o território portugalense sujeito á autoridade do conde Nuno Mendes, segundo parece. Compreendia então êste condado o território situado ao norte do Douro até ao Minho ou perto dêste rio; e pelo lado oriental abrangia parte da moderna provincia de Trás-os-Montes.

LENSI; Mommsen dá êste passo como extraído da obra de João Biclarense. A *Hist. pseudo isidoriana* é de um A. posterior ao ano de 1000, e acha-se em um cód. do séc. XIII; João Biclarense, escriptor natural de Santarém, é do séc. VI-VII. Em documentos latinos de Portugal encontra-se, ora com relação ao Porto, ora com relação a um território mais extenso, do séc. X em diante: *Portugal, Portugalis, Portugale*, ou com — c — (*Port. Mon. Hist., Dipl. et Ch.*, passim). Num selo de D. Sancho I lê-se *sigillum domini Sancti, regis Portugalensis* (Sousa, *Historia Genealogica*, IV, 17); este rei, ao passo que num documento figura como *PORTUGALIAE rex* (*Port. Mon. Hist., Leg. et Cons.*, pág. 162), no selo usa o adjectivo *Portugalensis*, como se viesse de *Portugale* (o adj. de *Portugalia* devia terminar em — *iensis*). D. Afonso II usa *regis Portugaliae* a par de *regis Portugalis* (Sousa, *Historia Genealogica*, IV, 20-21).» *Arqueólogo Português*, vol. XI, pág. 322-323.

¹ O geógrafo árabe Edricí, escrevendo no meado do século XII, descrevia Coimbra nos termos seguintes:

«Coimbra é uma cidade pequena, florescente e bem povoada; é rica em vinhedos e pomares de macieiras, cerejeiras e ameixoeiras. Está situada no alto de um monte muito forte; o rio Mondego corre do oriente dela e faz mover [muitos] moinhos. Entre Coimbra e Santarém, ao sul, há três jornadas; e entre Coimbra e o mar, ao occidente, 12 milhas, e é nesta direcção que desagua o rio Mondego; e perto da foz do rio há um castelo muito forte, que se chama Montemor. Os campos de Coimbra são muito férteis.»

Noutro lugar da sua obra diz Edricí:

«Coimbra está edificada num monte redondo, com boas muralhas e três portas, que a tornam muito forte. Está nas margens do rio Mondego, que corre ao occidente dela na direcção do mar; junto da sua foz fica o castelo de Montemor. Este rio dá movimento a [muitos] moinhos e banha muitos vinhedos e jardins. Ao occidente da cidade, até perto do mar, há muitos campos de cultura; e os seus habitantes, que são dos mais valentes dos cristãos, possuem muito gado grosso e miúdo.» Cit. pelo Sr. DAVID LOPES, *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano* (*Boletim da Segunda Classe da Academia*, vol. III, pág. 244).

Finalmente, quando Afonso VI de Leão, em 1093, conquistou Santarém, Lisboa e Sintra, fundou com aquelas terras e outras ao norte do Tejo novo condado, cujo governo deu a Sueiro Mendes, irmão do célebre Gonsalo Mendes da Maia.

Esta divisão da monarquia em distritos ou condados era tradicional desde o tempo dos visigodos; e a sua necessidade mais se evidenciara depois que o novo reino cristão se dilatara consideravelmente, quando as circunstâncias políticas exigiam a constituição de núcleos de governo, principalmente em ordem a organizar-se a luta contra os infieis. Como a autoridade do Rei mal podia estender-se a territórios longínquos, era ela suprida pelo Conde, que dêste modo se encontrou armado dos mais amplos poderes, tanto militares, como civis e judiciais. Uma vez os Condes estavam subordinados directamente á autoridade do Rei; outras vezes obedeciam a um Conde superior, espécie de Vice-Rei que tinha sob a sua dependência diversos Condes.

Numa época de aventuras e mal sofridas ambições, como aquella de que estamos tratando, a larga autoridade dos Condes era de molde a despertar-lhes ideias de independência; e de facto assim succedeu no condado de Castela, que, como já vimos, no princípio do século xi tinha independência efectiva e chegou a constituir-se em monarquia regular.

Estava organizado como deixamos referido o governo do território onde veio a fundar-se o reino de Portugal, quando Afonso VI de Leão determinou alterá-lo, nos últimos anos do século xi.

Raimundo, filho de Guilherme Conde de Borgonha, tinha passado á península em 1079 ou 1080, com a Rainha Constância, segunda mulher do Rei leonês; ou em 1086, com muitos outros cavaleiros que de além dos Pireneus vieram auxiliar os cristãos na batalha de Zalaca; ou, segundo outros, ainda posteriormente. Na Espanha sorriu-lhe a fortuna. Afonso VI casou-o com sua filha legítima, D. Urraca,

e confiou-lhe o govêrno da Galiza e de todo o território occidental até ao Tejo (1094).

Dêste modo prevenia o monarca veleidades de revolta, que mais desastrosamente podiam surgir num Conde estranho á sua família; ou propôr-se hia recompensar serviços recebidos, ou também honrar o marido de sua própria filha, se acaso simultâneamente o não moveram todas as razões apontadas.

Pela mesma época veio á península um primo de Raimundo, Henrique, quarto filho de Henrique, neto de Roberto Duque de Borgonha e bisneto de Roberto II, Rei de França. Em princípios de 1095, talvez nos fins de 1094, já Henrique estava casado com Tarásia, ou Tareja (Teresa), filha bastarda que Afonso VI tivera de uma nobre dama chamada Ximena Nunes ou Muniones. Na mesma ocasião, ou desde pouco antes, também Henrique já governava o condado portugalense, ou pelo menos parte dêle, mas sob a dependência de Raimundo.

A sujeição de Henrique a seu primo terminou breve. O tracto occidental confiado á superintendência de Raimundo era demasiado extenso, para ser governado e defendido de tão longe, quando demais, a mais os almorávidas tinham trazido formidável refôrço á causa do islam. A gravidade das circunstâncias foi até assinalada, em 1095, com uma derrota esmagadora infligida pelos sarracenos a Raimundo nas proximidades de Lisboa.

Ou para melhor assegurar a defesa da parte occidental dos seus Estados, ou movido por outras razões, é certo que Afonso VI desmembrou da autoridade de Raimundo todo o território situado ao sul do rio Minho para o confiar a Henrique. Êste já em 1097 exercia o govêrno em toda aquella vasta extensão ¹.

¹ Veja-se a nota bibliográfica no fim do parágrafo seguinte. Fr. António Brandão sustenta que Portugal nunca foi condado; que o título de Conde, que teve D. Henrique, «se lhe não deriuou da terra de Portugal, mas era titulo que já dantes lhe conuinha»; que Portugal já anteriormente fôra reino separado; que em nenhum dos documentos coevos se nomeia

Govêrno do Conde D. Henrique. — Com o advento de D. Henrique ao govêrno do condado portucalense coinci-

D. Henrique Conde de Portugal, «mas só este Príncipe se chama Conde, ou pello uso de sua terra, ou que em tempos antigos auia estes títulos sem limitação de terras. Confirmais mais esta sentença do estilo com que era tratada sua molher D. Tareja, que ou se nomeaua Rainha, ou Infanta, & do que usou seu filho Dom Afonso Henriques, o qual nunca vemos nomeado Códde de Portugal, & se este senhorio fora dado com título de Códado, claro he que antes da batalha de Ourique ouuera nosso Príncipe de usar delle, mas vemos que se nomeaua Infante, ou Príncipe, & algúas vezes Rey, & nunca Conde» etc. *Monarchia Lusitana*, l. VIII, cap. XI.

Na carta de conto de Osselo, datada de Novembro de 1117, D. Teresa por três vezes se intitula *Rainha de Portugal* (*Regina de Portugal, Regina Portugalie*); e no mesmo documento não se atribue outra qualidade. J. PEDRO RIBEIRO, *Dissertações chronol. e crit.*, t. I, pág. 243-246. Pelo contrário, outros documentos provam a subordinação de D. Henrique e D. Teresa aos Reis de Leão. Num documento português de 1107 lê-se: «*Regnante Rex Adefonsus, et sub eo Principe nostro Comite Dominus Anricus*» etc. A *Historia Compostellana*, tratando da guerra entre D. Urraca e D. Teresa, diz que esta «*nullum Regi servitium de regno, quod ab illo tenere debebat exhibere dignabatur*»; e quando fala das guerras de D. Afonso Henriques com D. Afonso VII, diz que aquelle «*não quis sujeitar-se á dominação de Afonso (Regis dominationi subijci noluit), antes se levantou arrogantemente contra elle*» etc. (*Hist. Compost.*, l. II, cap. 85; l. III, cap. 24). Examinando todos estes testemunhos, conclue D. Fr. Francisco de S. Luís:

«Sem embargo de tudo isto, deve por certo parecer notavel, em favor da opinião contraria, que se não tenha achado até o presente, nem allegado hum só título ou documento extrahido de algum dos arquivos de Leão, Castella, ou Galiza, pelo qual conste a pretendida dependencia e sujeição, e que della não hajão feito menção as numerosas chronicas d'aquelles tempos, á excepção tão sómente das palavras, que já notámos da *Historia Compostellana*, na qual, além de singular, se observa hum estilo, e modo de historiar, tão exagerado a outros respeito, e ás vezes tão manifestamente apaixonado, que nem sempre grangêa o inteiro assenso do leitor.

«Por outra parte os Príncipes Portuguezes, depois do fallecimento de elRei D. Afonso VI. em 1109, nunca jamais derão mostra, ou indicio algum de sujeição aos successores d'aquelle Monarchia, antes se houverão sempre como soberanos independentes em seus estados. Nunca forão ás Cortes de Leão: fazião doações, davão Foraes ás terras, ordenavão regulamentos de governo, punhão governadores nas cidades e comarcas, &c., sem que nos títulos ou escripturas se indicasse, ainda levemente, a necessidade de consento, approvação ou confirmação dos Reis de Leão; nem se notassem os annos dos seus reinados; nem finalmente se dêsse hum unico signal de dependencia, ou de subordinação. Da mesma sorte ajustavão alianças com os Reis de Aragão e Navarra: fazião a guerra aos proprios Reis de Leão, e ajustavão com elles a paz, quando lhes convinha, sem que nos conste, que os Leonezes os accusassem jámais de *rebeldes* em documento algum publico, nem que nos ajustes de paz se tratasse da supposta sujeição, ou vassallagem. Finalmente depois do an. 1135, em que D. Afonso VII. tomou o título de Imperador, costumando nomear em alguns documentos publicos os Príncipes que lhe rendião vassallagem, como erão o Conde de Barcelona, o Rei de Navarra, o Rei de Murcia, &c., nunca metteo neste numero o Rei de Portugal; antes em hum documento da era 1194, anno 1156, confirmando a divisão, que o Bispo e Cabido de Tuy tinhão feito entre si dos bens e rendas d'aquella Igreja, diz que o faz *ex consensu Dñi Aldefonsi Regis Portugalliae*, porque a Igreja de Tuy tambem possuia bens e direitos em Portugal.» «*Españ. Sagr.*, tom. 22., append. XIII, pag. 273.» D. FRANCISCO DE S. LUÍS (Cardeal Saraiva), *Memoria em que se tracta da origem do nome de Portugal, e dos seus limites em diferentes epochas: quando se separou:*

diu sensível calmaria nas lutas entre cristãos e muçulmanos, principalmente na fronteira de Portugal. Em tais circunstâncias pôde êle tratar da administração interna das suas terras, segundo se pode presumir, e ausentar-se delas frequentes vezes, do que ha notícias certas.

No inverno de 1097 a 1098 foi em peregrinação á igreja de Santiago de Compostela. Parece que pouco depois foi encarregado de repelir correrias de infieis na fronteira leonesa. Em 1100 e 1101 estava na côrte de Afonso VI. Nos primeiros meses de 1103 empreendia uma viagem á Terra Santa, por ventura em companhia de D. Maurício, Bispo de Coimbra. Já estava de regresso em Portugal em 1105; nos anos seguintes, ora residia em Coimbra, ora frequentava a côrte de seu sogro.

Entretanto surgiam na família de Afonso VI rivalidades e lutas de interesses, nas quais tomou partido o Conde de Portugal.

Raimundo, que, além de ser na monarquia leonesa o senhor de mais vastos domínios, era casado com D. Uraca, filha legítima de Afonso VI, julgava pertencer-lhe o direito de suceder na Corôa do sogro; êste, porém, pretendia assegurar o trono ao infante Sancho, filho que tivera de Zaida, sua esposa ou apenas concubina, filha de Ibne Abade, rei de Sevilha.

Acautelando-se contra eventualidades prováveis, Raimundo ajustou com seu primo Henrique um pacto (1106?) em que os dois se obrigavam a serviços recíprocos. O Conde de Portugal auxiliaria Raimundo a sustentar a successão como Rei em todos os Estados do sogro. Em

quando se separou Portugal da Galliça Romana : quando se chamou Reino : e quando os seus primeiros Reis tomárão este titulo (Hist. e Mem. da Academia, tom. XII, p. II, pág. 1 e seg.); — Memorias historicas, e chronologicas do Conde D. Henrique (ib., pág. 49 e seg.). Ambas estas Memórias foram reproduzidas nas Obras Completas do Cardeal Saraiva, t. II, pág. 97 e seg., 147 e seg.; e acresceu em apêndice no fim do volume (pág. 361 e seg.) a Resposta ás censuras academicas feitas ás minhas duas Memorias sobre a origem do nome de Portugal, e sobre as acções do Conde D. Henrique, offerecida á Academia em 28 de Novembro de 1836. — Ainda sôbre o assunto, RIBEIRO, Dissert. chronol., t. I, pág. 62, nota 4.

recompensa receberia a terça parte dos tesouros encontrados em Toledo, e bem assim a tenência desta cidade com o seu distrito, que devia governar sob a dependência de Raimundo. Caso êste não pudesse entregar-lhe Toledo, dar-lhe hia a Galiza, logo que estivesse na posse pacífica de Leão e Castela.

Tais eram as principais cláusulas do tratado, que a morte veio frustrar: Raimundo faleceu em 1107, Sancho em 1108, e Afonso VI, sobrevivendo aos dois, faleceu em Junho de 1109.

Depois da morte de Raimundo e de Sancho, D. Henrique teve ambições mais altas, pensando succeder a Afonso VI no trono de Leão e Castela, ou pelo menos em parte dos territórios da monarquia. Parece que nesse sentido empregou diligências junto do sogro já moribundo; mas êste declarou única herdeira da Corôa sua filha D. Urraca, o que pode explicar o facto de ter D. Henrique partido da côrte de Toledo, muito irritado contra Afonso VI, a ponto de não querer assistir-lhe nos últimos momentos.

Pouco depois de falecido Afonso VI, entrou a monarquia leonesa em uma crise de dissensões e lutas constantes, nas quais o Conde de Portugal se envolveu com mira em interesses políticos.

Os nobres, deplorando a falta de Rei que empunhasse a espada contra os sarracenos, de algum modo compeliram a Rainha D. Urraca a desposar Afonso I de Aragão, homem novo e guerreiro destemido. O casamento provocou os protestos do clero, aprovados pelo Papa, por serem os esposos parentes em grau proibido pelo direito canónico. Á attitude do clero respondeu Afonso de Aragão com violências próprias do seu carácter, encarcerando alguns Bispos e expulsando da sua sé o Arcebispo de Toledo. Estes factos produziram descontentamento; e então o monarca entrou a substituir os ricos homens e alcaides de Castela por aragoneses da sua confiança. Cresceu de ponto a irritação.

Entretanto rebentava uma revolução na Galiza, onde vivia o único filho do primeiro matrimónio de D. Urraca, Afonso Raimundes, confiado ao poderoso fidalgo Pedro Froilaz de Távora. Afonso VI dispusera em testamento, que, se D. Urraca viesse a casar em segundas núpcias, o filho dela reinaria na Galiza. Verificada a condição, Pedro Froilaz tratou de executar as disposições de Afonso VI, promovendo o levantamento da Galiza. Além disso, com as suas arrebatadas violências, Afonso de Aragão chegou a indispor-se com a própria esposa, e encontrou-se no extremo de se retirar para os seus Estados.

Dêstes factos se originaram lutas que pareciam intermináveis, e que, estêreis como foram, pouco interessam ao leitor. D. Urraca e seu marido ora se harmonizavam, ora se combatiam á mão armada. Na Galiza lavrava a revolta com intermitências; e o Conde de Portugal, acariciando sempre o plano de alargar os seus domínios, aliava-se umas vezes com Afonso de Aragão, outras vezes com a Rainha, e até com os revoltados barões da Galiza, conforme lhe parecia mais conveniente ao intento que sonhara.

Entretanto os muçulmanos avançavam. Em 1111 retomaram Santarém, depois de se terem já apoderado novamente de Lisboa e de Sintra.

O Conde D. Henrique faleceu em Astorga, segundo parece, no 1.º de Maio de 1114, sem ter dilatado o território português⁴.

⁴ FR. ANTONIO BRANDÃO, *Monarchia Lusitana*, t. III, l. X e XI e docum. no fim do volume; D. ANTONIO CAETANO DE SOUSA, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, t. I, pág. 1 e seg., 29 e seg. (docum. nas *Provas da Historia Genealogica*, t. I, pág. 1-5); D. JOSÉ BARBOSA, *Catalogo das Rainhas de Portugal*, Lisboa, 1727, pág. 1-104; FREDERICO FRANCISCO DE LA FIGANIÈRE, *Memorias das Rainhas de Portugal*, Lisboa, 1859, pág. 1-41; FRANCISCO DA FONSECA BENEVIDES, *Rainhas de Portugal*, Lisboa, 1878, t. I, pág. 59-83; MA. NUEL DE FIGUEIREDO, *Origem verdadeira do Conde D. Henrique etc.*, Lisboa, 1789; *Dissertação historica-critica para distinguir D. Pedro Affonso, filho do Conde D. Henrique, de D. Pedro Affonso, filho d'El-Rei D. Affonso Henriques*, ib., 1789; D. FRANCISCO RIBEIRO DOSGUIMARÃES, *Memoria sobre um documento inedito do principio do seculo XII, em que se mostra que o Senhor Conde D. Henrique, achando-se ausente na Palestina, ainda não tinha voltado a Portugal em Maio da era 1141 (ano 1103)*, nas *Mem. da Acad. Real das Sciencias*, t. IV, p. II; JOSÉ BARBOSA CANAES DE FIGUEIREDO CASTELLO BRANCO, *Apontamen-*

Govêrno de D. Teresa. — O Conde de Portugal deixara apenas um filho varão, D. Afonso Henriques, e êste na tenra idade de dois ou três anos. Dêste modo não havia um braço varonil que empunhasse a espada ao serviço das aspirações de independência e engrandecimento alimentadas pelo Conde falecido; mas não esmoreceu D. Teresa, esperando pela astúcia alcançar vantagens na enredada política leonesa ¹.

Em Astorga pôde fazer crer ao cunhado que sua esposa maquinara envenená-lo, acusação que, segundo parece, não seria de todo infundada. Afonso I solenemente lançou em rosto a D. Urraca o projecto criminoso, e expulsou-a de Astorga, sem ao menos lhe permitir defesa regular ².

tos sobre as relações de Portugal com a Syria no seculo XII (Hist. e Mem. da Academia, nova serie, t. I, p. I); DUARTE RIBEIRO DE MACEDO, Nascimento e genealogia do Conde D. Henrique, Paris, 1670 (e no t. II das suas Obras); PEDRO JOSÉ DE FIGUEIREDO, Dissertação historico-juridica sobre a legitimidade da Senhora D. Thereza, mulher do Senhor Conde D. Henrique etc. (nas Memorias de Litteratura, t. VIII, p. II, pág. 252 e seg.); D. THOMAZ CAETANO DE BEM, Illustração historica e genealogia dos Reis de Portugal, Lisboa, 1789; ANTONIO DE ALMEIDA, Exame comparativo de Chronicas Portuguezas relativamente ao governo do Senhor Conde D. Henrique (nas Mem. da Acad. Real das Sciencias, t. XI, p. I e p. II); D. FR. FRANCISCO DE S. LUIS, Memorias cit. a pág. 129 e Memorias chronologicas e historicas do governo da Rainha D. Thereza, nas Obras, t. II, pág. 191 e seg.; A. HERCULANO, Historia de Portugal, t. II, pág. 8 e seg. e notas I-XI no fim do volume; DAMIÃO DE GOES, Chronica de El-Rei D. Manuel, p. IV, cap. LXXII; PADRE ANTONIO PEREIRA DE FIGUEIREDO, Principios do Reino de Portugal no casamento do Conde D. Henrique com a Rainha D. Tareja (Hist. e Mem. da Acad. Real das Sciencias de Lisboa, t. IX, pág. 270); D'hum notavel lugar do Arcebispo de Toledo D. Rodrigo Ximenes na Historia d'Espanha, donde se mostra... contra a etiqueta das Cortes d'Espanha dar-se o título d'Infantas, e ainda o de Rainhas, ás filhas bastardas dos Reis (ib., pág. 293); Segundo casamento da Rainha D. Tareja com o Conde de Trastamara D. Fernando Peres (ib., pág. 295); J. PEDRO RIBEIRO, Sobre a Epoca da morte do Senhor Conde D. Henrique, Progenitor dos Nossos Soberanos, nas Dissert. Chronol. e Crit., t. I, pág. 146 e seg.; VISCONDE DE SANTAREM, Quadro Elementar das Relações Politicas e Diplomaticas de Portugal, t. III, pág. 1-2.

¹ D. Teresa tinha fama de insinuante, astuta e desleal; e também era formosa, se não erram os testemunhos que existem. Em documento de 1108, o marido chama-lhe «formosíssima»: «una cum uxore mea formosissima Tharasia Comitissa» (J. P. RIBEIRO, Dissert. Chronol., III, 1, 45, n.º 136). Da mesma opinião era o autor da Vida de S. Geraldo: «Comite Henrico et uxore ejus venusta Regina scilicet Tharasia praesentibus» (Vita Sancti Geraldii, nos Port. Monum. Hist., Scriptorum, pág. 53, § 8).

² «Segundo o costume daqueles tempos — diz Herculano — recorreu a rainha á prova do combate, escolhendo um cavalleiro que mantivesse na estacada a sua innocencia; mas o rei negou-se a acceitar o chamado juizo de Deus, fazendo-se julgador da propria causa.» *História de Portugal*, II, 62.

D. Teresa aliou-se com o monarca; porém êste, sempre dado a excessos de violência, em breve se viu desamparado de nobres e burgueses, que tomaram o partido da Rainha. Neste sentido se pronunciaram tão abertamente, reunidos em Sahagun, muitos nobres e os representantes de diversos concelhos, que Afonso I teve de retirar-se, quasi em fuga, para os seus Estados de Aragão.

Não tardou que os desavindos esposos concertassem a paz, ou pelo menos tréguas. D. Teresa, vendo-se na contingência de sofrer as vinganças da irmã, conjurou o perigo, submetendo-se-lhe; e tanto, que, indo em 1115 assistir ás côrtes de Oviedo, ali houve de representar papel em que se evidenciava subordinação a D. Urraca.

Há motivos para crer que D. Teresa tinha antigos entendimentos com Diogo Gelmires, Bispo de Compostela, a quem aproveitava como instrumento de seus interesses políticos. Gelmires, activo e turbulento, sustentava na Galiza o partido de Afonso Raimundes; e a sua influência era tão grande, que não podia deixar de a temer D. Urraca. Os entendimentos entre D. Teresa e o Bispo Gelmires manifestam-se evidentemente na intervenção de aquella em lutas civis que na Galiza eram sopradas pelo prelado compostelano.

Enquanto D. Teresa se envolvia nas lutas políticas da Galiza e procurava dilatar a sua fronteira para além do Minho, ao sul os muçulmanos ganhavam ânimo para incursões assoladoras no território cristão. Em 1116 acometeram o castelo de Miranda, cujos defensores foram mortos ou reduzidos á escravidão. O mesmo fizeram sucessivamente no castelo de Santa Eulália, junto de Montemór, e depois no de Soure; porém aqui os habitantes tinham incendiado a povoação e haviam procurado refúgio dentro dos muros de Coimbra.

No ano seguinte vinha da África Abú Abde Alah Ibne Mezdeli, fronteiro almorávida, para vingar danos que aos sarracenos tinha feito Afonso de Aragão. Dirigiu-se a

Coimbra, onde então se encontrava D. Teresa (Junho de 1117). Os muçulmanos incendiaram os arrabaldes, e só ao cabo de vinte dias de cêrco se retiraram, por não poderem vencer a desesperada defesa que ofereciam os cristãos.

Em 1116, segundo parece mais provável, D. Teresa apoderara-se de Orense e Tui, á custa das discórdias que lavravam nos Estados de sua irmã. Quando esta se encontrou em mais desafogada tranquilidade, dispôs-se a fazer guerra a D. Teresa, que, não podendo resistir nas margens do Minho, recuou, deixando o caminho livre aos invasores (1121). O inimigo avançou pela faixa occidental do território português até ás margens do Douro, enquanto D. Teresa se retirava pela parte oriental para ir encerrar-se no castelo de Lanhoso. Bem crítica era a sua sorte, pois era de prever que ali fosse em breve cercada e reduzida.

Com D. Teresa já então se encontrava o Conde galego Fernando Peres, que passava por seu amante, e que fôra investido na dignidade de cônsul ou Conde do Porto e de Coimbra. Fernando Peres era dedicado a Gelmires, já então Arcebispo de Compostela, o qual com os seus homens de armas acompanhava D. Urraca na invasão. Como Gelmires disputava com o Arcebispo de Braga a posse de certas igrejas e bens, aproveitara o ensejo para se apoderar dos objectos de litigio, e bem natural seria que procurasse consolidar a posse no futuro. Por esta razão ou por quaisquer outras, parece que Gelmires, acaso entendido com Fernando Peres, lançou a divisão nos arraiais de D. Urraca; esta resolveu prendê-lo; porém houve no entanto por mais seguro fazer a paz com a irmã.

Com o reciproco auxílio e amizade, estipulou-se que D. Urraca cederia a sua irmã muitos logares das terras de Samora, Toro, Salamanca e Ávila, com as rendas e direitos senhoriais destas cidades; e também certos logares dos distritos de Valhadolid e Toledo. «A intervenção — diz

Herculano — da infanta-rainha dos portugueses nos acontecimentos geraes da Hespanha christan tinha augmentado quasi em dobro a extensão dos seus dominios. No sueste da Galliza elles se dilatavam até as margens do Vibey, por todo o territorio a que naquelle tempo chamavam Limia. No sudoeste possuia Tuy e as suas dependencias, que não parece terem sido então grandes, postoque seja difficiloso determinar quaes eram. O senhorio das importantes povoações a leste das modernas provincias de Trás-os-montes e Beira concedida a D. Theresa envolvia o dominio dos termos de cada uma dellas.» (II, 108-109). Á morte de sua irmã (Março de 1126) ainda D. Teresa conservava todos aqueles dominios.

Por morte de D. Urraca suscitaram-se novas discórdias, porque Afonso VII exigia de D. Teresa obrigações que significavam dependência política e que ela se não dispunha a cumprir. Pelo contrário, receando alguma aggressão do sobrinho, guarneceu de tropas as suas terras da Galiza. A esta altivez respondeu Afonso VII, logo que pôde desembaraçar-se da guerra que teve de sustentar com os aragoneses, invadindo Portugal com numeroso exército na primavera de 1127. A sorte da guerra foi desfavorável a D. Teresa, que mais uma vez teve de submeter-se.

Ao tempo desta invasão se deve attribuir o episódio de Egas Moniz. Estando D. Afonso Henriques em Guimarães com os seus companheiros de armas, foi ali cercá-lo com fôrças superiores seu primo Afonso VII. Depois de resistirem por algum tempo, os portugueses reconheceram que não podiam obrigar o inimigo a retirar-se. Sairam então da vila a tratar com Afonso VII, propondo-lhe que levantasse o cêrco, e que D. Afonso Henriques se consideraria de futuro vassalo da Corôa leonesa. Condesceu El-Rei de Leão, pois lhe offereciam pacificamente aquilo que êle pretendia obter pela fôrça das armas; e, como os cavaleiros de aquele tempo não eram tão seguros em pontos de honra como briosos no ardor dos combates,

ajustou-se que seria fiador do cumprimento da promessa Egas Moniz, certamente porque o reputavam homem de carácter firme e honrado.

Quando D. Afonso Henriques se encontrou senhor do govêrno de Portugal, todos se esqueceram do compromisso tomado perante Afonso VII. Egas Moniz, porém, não se descuidou de livrar de mácula a sua honra, desempenhando-se da palavra dada. Seguido da mulher e dos filhos, foi apresentar-se, fiel ao seu juramento, descalço e com uma corda ao pescoço, ao Rei Afonso VII, oferecendo-se para resgatar com a morte a sua palavra nunca traída. Era grande a cólera de Afonso VII, porque seu primo D. Afonso Henriques lhe não prestava a sujeição que fôra prometida. Contudo, perante o procedimento honrado e leal do fidalgo português, despediu-o livre e desobrigado de sua palavra ¹.

Enquanto o Conde Fernando Peres gosava escandalosos favores de D. Teresa, o jovem D. Afonso Henriques, já na puberdade, conservava-se afastado dos negócios. No seu ânimo altivo e varonil punham de certo ansiada esperança os fidalgos portugueses, para sacudirem o valimento de Fernando Peres. O incidente de Guimarães, quando cercado por Afonso VII, se já o não precedeu algum movimento de revolta contra a mãe, foi o primeiro feito de

¹ Quasi todos os escritores que tratam dos acontecimentos desta época referem com minúcia o episódio de Egas Moniz. Apontaremos á curiosidade do leitor as seguintes fontes acêrca de tão famosa personagem: ACENHEIRO, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, cap. II (na *Collecção de Ineditos de Historia Portugueza*, t. V); *Livro das Linhagens do Conde D. Pedro*, tit. XXXVI (*Port. Mon. Hist., Scriptores*, pág. 316-317 e 321); *Livro Velho das Linhagens* (ib., 159); FR. ANTONIO BRANDÃO, *Monarchia Lusitana*, p. III, liv. VIII, cap. XXI; liv. IX, cap. XIX; FR. LEÃO DE S. THOMÁS, *Benedictina Lusitana*, t. II, pág. 261, 262, 271-276; DUARTE GALVÃO, *Chronica de El-Rei D. Afonso Henriques*, cap. VIII-XI; ANTONIO DE ALMEIDA, *Memoria polemica acêrca da verdade da jornada de Egas Moniz a Toledo* (*Hist. e Mem. da Acad. Real das Sciencias de Lisboa*, t. XI, p. I, pág. 127 e seg.); CARDEAL SARAIVA, *Noticia do inclito varão D. Egas Moniz de Riba do Douro* (*Obras Completas*, II, 307); *Paço de Sousa — Egas Moniz* — FR. JOÃO ALVARES, no *Panorama*, vol. I, Lisboa, 1837, pág. 101; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. II, pág. 120-124 e nota XII a pág. 261; *Paço de Sousa*, no *Panorama*, VIII, 193; *Mosteiro de Paço de Sousa* (*O Occidente*, vol. VII, 1884, pág. 14 e 43; XIV, 146 e 148); *Archivo Pittoresco*, vol. II, pág. 273, 274.

armas em que o moço Afonso Henriques se encontrou envolvido. Dois anos antes, na catedral de Samora, a si próprio se armara cavaleiro, como sóiam os reis, para não aceitarem a superioridade moral que o cavaleiro reconhecia naquele de quem recebia as armas¹. Aquele acto solene, quando D. Afonso apenas contava catorze anos de idade, foi talvez apressado pelos nobres, a fim de aureolarem com as honras da cavalaria o moço Príncipe, que pretendiam para chefe da luta contra D. Teresa e Fernando Peres.

Os primeiros movimentos de rebelião datam dos princípios de 1127, e foram provavelmente interrompidos pela invasão de Afonso VII. Em 1128 ateava-se a guerra civil entre os parciais do Infante e os de D. Teresa. Um dos campeões da revolta era o Arcebispo de Braga, D. Paio, a quem D. Afonso Henriques prometia favor e protecção, quando tivesse o exercício do govêrno, se o Arcebispo o auxiliasse².

São desconhecidos os episódios da luta. Na tradição apenas ficou a memória, registada na *Chronica Gothorum*, de que os dois partidos contendores travaram combate no campo de S. Mamede, junto a Guimarães³. Derrotados

¹ «Era MCLXIII. Infans inclitus Donnus Alfonsus... habens etatis annos fere quatordecim apud sedem Zamorensem, ab altario Sancti Saluatoris ipse sibi manu propria sumpsit militaria arma ab altari, et ibidem ante altari inductus est et accinctus militaribus armis sicut moris est Regibus facere in die sancto Pentecostes. Induit uero se lorica sicut Gyas, quia magnus erat corpore, et succinxit se arma bellica sua.» ... *Chron. Gothorum*, in *Port. Mon. Hist., Scriptores*, pág. 11.

² ... «Et quando habuero Portugalensem terram adquisitam, Civitatem tuam, & Sedem tuam, & ea quae ad eam pertinent tibi, tuis que Successoribus in pace dimittam... Et haec dona facio... ut tu sis adjuter meus.» Doc. de 27 de Maio de 1128, em VITERBO, *Elucidario*, in vbo. *Tempreiros*, t. II, pág. 351-352 da 1.^a edição.

³ «Siquidem mortuo patre suo Comite Domino Henrico cum adhuc ipse (*Alfonsus*) puer esset duorum aut trium annorum, quidam indigni, et alienigene uendicabant Regnum Portugallis matre eius Regina Donna Tarasia eis consentiente uolens et ipsa suberbe regnare loco mariti sui, amoto filio a negocio Regni. Quam iniuria ualde inhonestam nullatenus ferre ualens (erat enim grandaeus etate, et bone indolis) conuocatis amicis suis et nobilibus de Portugal, qui eum multo maxime quam matrem eius, uel indignos et externos natione uolebant regnare super se commisit eum eis praelium in campo S. Mametis, quod est prope castellum de Vimaranes, et contriti sunt, et devicti ab eo, et fugerunt a facie ejus,

os parciais de D. Teresa, esta fugiu; porém foi presa com muitos dos que a acompanhavam, e veio a acabar seus dias no exílio, no 1.º de Novembro de 1130¹.

et comprehendit eos. Obtinuit ipse principatum, et Monarchiam Regni Portugallis.» *Chron. Goth.*, ad aer. 1166 (*Port. Mon. Hist., Scriptores*, pág. 12).

¹ Não tem fundamento, nem verosimilhança, a tradição de que D. Afonso Henriques encerrou sua mãe no castelo de Lanhoso até á morte. Um documento aproximadamente coevo, do convento de Santa Cruz de Coimbra, referindo-se a D. Teresa, diz: «...Diuino nutu Regina vna cum suo Comite (*Fernando*) a Regno expulsis eius filius auorum seu attuorum propago dignissima, vno die bellando, quod forte videbitur mirum, susciperet principatum». FR. ANTONIO BRANDÃO, *Monarchia Lusitana*, p. III, fl. 284.

Sobre as matérias deste parágrafo vid. as fontes cit. no final do parágrafo anterior e também: *Livro das Linhagens do Conde D. Pedro*, tit. VII (*Port. Mon. Hist., Scriptores*, pág. 25^o); GALVÃO, *Chronica de El-Rei D. Affonso Henriques*, cap. VI; ACENHEIRO, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, cap. I-III (na *Collecção de Ineditos de Historia Portugueza*, t. V); FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 175-177, 604-607.

CAPÍTULO II

D. AFONSO HENRIQUES

1128-1185

Lutas com Leão e Castela até á paz de Tui. — A revolução de 1128, afirmando pelo seu carácter o sentimento de independência nacional, devia inquietar o Rei de Leão e Castela, Afonso VII, que pretendia exercer no antigo condado portugalense uma espécie de domínio superior, e ainda em 1127 obrigara D. Teresa a prestar-lhe preito de vassalagem.

D. Afonso Henriques, ou pela justa previsão de agressões futuras, ou no intuito de afirmar direitos de soberania, decidiu em 1130 invadir a Galiza. Serviram-lhe acaso de pretexto antigas convenções de seu pai e de sua mãe com o monarca leonês para a aquisição de territórios além do Minho; e designadamente a posse, de que sua mãe fôra esbulhada, do distrito de Tui e da terra de Límia.

Era o ensejo favorável á invasão, quando ardia a guerra entre o rei aragonês e Afonso VII, ao mesmo tempo que êste se via a braços com insurreições de fidalgos turbulentos e poderosos. D. Afonso Henriques penetrou efectivamente na Galiza, e regressou a Portugal sem ter achado resistência, porque não appareceram a oferecer-lha aqueles que de tal missão estavam encarregados por El-Rei de Castela.

A incursão de 1130 não teve consequências politicas;

mas renovaram-se tentativas semelhantes a partir de 1132. Em 1133 ou no ano seguinte, penetrou D. Afonso Henriques nas terras de Límia; porém houve de retroceder, desbaratado pelos Condes Fernando Peres e Rodrigo Vela, fronteiros de Leão. Em 1134 invadiu novamente o distrito de Límia, sem resistência, e ali fundou e guarneceu o castelo de Celmès, que todavia caiu pouco depois em poder de Afonso VII.

Em 1137 depararam-se circunstâncias adequadas a reparar a desastrosa queda de Celmès.

Desmembrada a monarquia aragonesa por morte de Afonso I, Garcia, Rei de Navarra, fôra obrigado a reconhecer a suserania de Afonso VII. Êste alargara tanto os seus domínios e autoridade pelo oriente, que as côrtes de Leão de 1135 o tinham aclamado solenemente Imperador. Era ao occidente, nos Estados de D. Afonso Henriques, que El-Rei de Castela encontrava a mais viva resistência de toda a Espanha cristã.

Garcia, aspirando a sacudir a suserania que lhe fôra imposta, procurou e obteve a aliança do prestigioso Príncipe D. Afonso Henriques. Com êste se uniram também, desavindos com Afonso VII, dois poderosos Condes de Galiza: Gomes Nunes, que governava o distrito de Tui; e Rodrigo Peres, que, além de diversos senhorios, tinha o govêrno de muitos castelos no distrito de Límia.

Enquanto Garcia entrava em hostilidades pelo lado do oriente, D. Afonso Henriques ia conquistar Tui e recebia dos dois Condes seus aliados todas as tenências que lhes estavam confiadas. Veiu a Portugal, acaso para refazer o exército, e logo voltou á Galiza, onde, no lugar denominado Cerneja, tropas galegas lhe embargaram o passo, comandadas pelos Condes Rodrigo Vela e Fernando Peres. Travou-se a peleja, com resultado favorável a D. Afonso Henriques, que todavia não pôde colher todos os frutos da vitória, porque sucessos graves reclamavam a sua actividade noutra parte.

Obrigado a acudir ás suas fronteiras meridionais, D. Afonso Henriques teve de renunciar ás vantagens alcançadas, assinando a paz de Tui (4 de Julho de 1137). Por ela jurou guardar paz e amizade a Afonso VII; respeitar-lhe os territórios; auxiliá-lo, quando necessitasse, contra muçulmanos ou cristãos; e restituir-lhe, a êle ou ao seu sucessor, se lhe fossem reclamadas, as honras ou terras imunes que do imperador recebia ¹.

Lutas com os muçulmanos — O castelo de Leiria — Batalha de Ourique. — Quando já os templários, no castelo de Soure, opunham forte barreira ás incursões dos muçulmanos por aquela região, ao mesmo tempo que arroteavam e colonizavam extensos territórios da alta Extremadura, pensou D. Afonso Henriques em proteger também contra os infieis a zona mais occidental do território, iniciando no inverno de 1135 a edificação do castelo de Leirena (Leiria). Ali pôs uma forte guarnição e, como alcaide, Paio Guterres, valente e audacioso cavaleiro. Completava-se dêste modo um sistema de fortificações, que não só deviam proteger a fronteira meridional e cortar aos infieis a estrada de Coimbra, como também poderiam servir de base e ponto de partida a futuras tentativas dos portugueses contra as praças muçulmanas que demoravam mais ao sul, Santarém, Sintra e Lisboa.

Porventura os cristãos de Leiria faziam má sombra e vizinhança aos sarracenos, pelo que estes vieram em grande número cercar o castelo e tomaram-no á escala, apesar da heroica resistência em que pereceram duzentos e quarenta portugueses (1137). Pelo mesmo tempo, acaso ainda durante o cerco de Leiria, os infieis destroçaram fôrças de Portugal que tinham avançado até Tomar.

¹ Ignora-se quais eram as terras que D. Afonso Henriques ficava possuindo como vas-salo de El-Rei de Leão e Castela. Sobre o assunto dêste parágrafo vid. FR. ANTONIO BRANDÃO, *Monarchia Lusitana*, l. IX, cap. XLIII, XXVI e XXVIII; A. HERCULANO, *Historia de Portugal*, t. II, pág. 135 e seg.

Tais foram os acontecimentos que forçaram D. Afonso Henriques a assinar a paz de Tui.

Planeando infligir aos infieis severo e memorando castigo, ia refazendo a sua hoste das graves perdas sofridas nas lutas da Galiza e na fronteira meridional. Favoreciam a empresa as discórdias que dividiam os muçulmanos, pelas lutas entre almorávidas e almôhadas, estes já prestes a substituírem os primeiros no exercício da supremacia política ¹.

Em Maio de 1139 preparava D. Afonso Henriques fôrças militares, que em Julho se puseram em marcha para o sul, a invadir os territórios muçulmanos. Cristãos e muçulmanos encontraram-se num lugar denominado Ourique, onde se travou rija peleja, da qual os infieis saíram desbaratados (25 de Julho de 1139) ².

¹ Os *almorávidas* constituíam desde o segundo quartel do século XI uma seita religiosa, cujos chefes chegaram a impôr a sua autoridade política a toda a Mauritânia. O fundador da seita fôra Abû Abde Alah Ibne Iacine, que, vindo do Oriente em 1037, se propôs instruir algumas tribus berberes nas doutrinas do Alcorão. No século XII, a seita dos *almorávidas* veio a ser suplantada pela dos *almôhadas*, que teve por fundador Abû Abde Alah Mohâmmed Ibne Tumarte. Sobre o assunto, A. HERCULANO, *História de Portugal*, I, 186 e seg.; II, 161 e seg. e noutros logares.

² Não se pode bem determinar a situação geográfica do lugar onde se feriu a batalha de *Ourique*, nome que o Sr. David Lopes considera, com muita probabilidade, forma arabizada do nome germânico *Auricus*. O mesmo ilustre académico, discutindo este problema com largueza e notável brilho de erudição, menciona os seguintes logares com o nome de Ourique: no baixo Alentejo, a vila e campo de Ourique; em Almodôvar, vale de Ourique de cima, vale de Ourique de baixo e vargem de Ourique (freguesia de S. Barnabé); em Lisboa, o campo de Ourique; em Montemór o Velho, campo de Ourique, á beira do Mondego; em Penela, o logar de Chão de Ourique; no Cartaxo, o campo de Chão de Ourique.

Até Alexandreerculano, por tradição erudita que só é conhecida desde os fins do século X, fixou-se o logar da batalha no campo de Ourique do baixo Alentejo. Esta hipótese é insubsistente; pois além de não assentar em qualquer base histórica plausível, é desmentida pelas grandes qualidades de guerreiro de D. Afonso Henriques, que não iria internar-se tão profundamente no território inimigo, deixando incerta a retirada pelas dificuldades que poderia oferecer-lhe a linha do Tejo, com as fortes posições de Lisboa e Santarém.

Reconhecendo o absurdo de se localizar a acção no Alentejo, Borges de Figueiredo pronunciou-se pelo Campo de Ourique, hoje bairro de Lisboa, induzido a esta hipótese pela designação locativa. Escapou-lhe, porém, que o bairro hoje chamado Campo de Ourique teve o nome de Campolide desde o século XII ao século XVIII; e que a designação de Ourique, mais moderna ou mais antiga, se foi applicando á área cada vez mais larga, á custa da área denominada Campolide, que pelo contrário se foi estreitando sucessivamente.

Excluídos também por diversas razões os outros logares que têm o nome de Ourique, resta, como mais provável, o *Chão de Ourique*, no concelho do Cartaxo, cerca de 15 quilómetros de Santarém; hipótese abonada em razões históricas que nos abtemos de desen-

D. Afonso Henriques regressou ás suas terras, sem haver colhido da vitória, segundo parece, outras consequências além do esforço ganho pela hoste portuguesa para empreendimento de mais decidida vantagem¹.

Novas lutas com Afonso VII — Recontro de Valdevez. — Pelos fins de 1139, ou, mais provávelmente, nos princípios de 1140, havia novas hostilidades entre Portugal e a monarquia leonesa, encetadas acaso por D. Afonso Henriques para anular a paz de Tui. O Príncipe de Portugal invadiu a Galiza, onde sofreu revéses, e parece que foi até ferido em combate. Afonso VII, planeando talvez reduzir definitivamente o mais audacioso dos seus inimigos, veio em pessoa invadir Portugal; tomou alguns castelos e penetrou até ás proximidades dos Arcos de Valdevez.

As forças portuguesas que ali esperavam os invasores desbarataram um trôço de leoneses que tinham avançado a talar o território. Pouco depois, na veiga denominada Valdevez envolveram-se cavaleiros portugueses e leoneses em torneio sangrento, do qual saíram vitoriosos os primeiros. A luta não prosseguiu. Afonso VII enviou mensageiros ao Arcebispo de Braga, propondo-lhe que servisse de intermediário para se negociar a cessação de hostilidades. Efectivamente ajustou-se uma suspensão de armas por alguns anos, até que mais tranquilamente se pudesse assentar a paz definitiva. Entretanto restituíram-se os castelos conquistados e puseram-se em liberdade os prisioneiros².

volver. Vid. DAVID LOPES, *Os arabes nas obras de Alexandre Herculano* (*Boletim da Segunda Classe da Academia*, vol. IV, pág. 321 e seg., 340 e seg.; *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, vol. XVII, no. a — pág. 298; BORGES DE FIGUEIREDO, *Revista Archeologica e Historica*, vol. III, pág. 67 e seg.

¹ Não gastaremos espaço e tempo com as lendas que a fantasia accumulou, exagerando a importância da batalha de Ourique. Sobre o assunto, FR. ANTONIO BRANDÃO, *Monarchia Lusitana*, l. IX, cap. XXV; l. X, cap. I-VII; A. HERCULANO, *Historia de Portugal*, t. II, pág. 152 e seg., 167 e seg.; DAVID LOPES, *Os arabes nas obras de Alexandre Herculano — Apêndice* (*Boletim da Segunda Classe da Academia*, vol. IV, pág. 351 e seg.).

² FR. ANTONIO BRANDÃO, *Monarchia Lusitana*, l. X, cap. VIII; A. HERCULANO, *Historia de Portugal*, t. II, pág. 175 e seg.

Conferência de Samora — Independência de Portugal. —

Desde que em 1128 assumiu o govêrno, D. Afonso Henriques não deixou de pugnar pela sua independência política. Pelo menos desde a morte de D. Teresa, em 1130, os portugueses davam-lhe o título de Rei.

Diversas circunstâncias, hoje mal conhecidas, haviam tornado a nacionalidade portuguesa bem distinta dos outros Estados da península. D. Afonso Henriques fazia guerra de conta própria aos muçulmanos; não frequentava as assembleias políticas de Castela; restaurava ou fundava de novo povoações; e El-Rei de Castela, costumando mencionar entre os seus domínios até aquelas terras cujo senhorio lhe era disputado, não incluía neles o país portugalense ¹.

O acôrdo ajustado em 1140, em seguida ao recontro de Valdevez, tornou-se em paz definitiva regulada três anos depois.

Com efeito, em 1143, D. Afonso Henriques e Afonso VII reuniram-se em Samora numa conferência, a que assistiu o cardeal Guido de Vico, que se encontrava na Espanha como legado do Papa Inocência II. Não são bem conhecidas as condições da paz que ali se firmou; porém é certo que a D. Afonso Henriques foi reconhecido o título de Rei, de que já usava; e apenas ficou sendo considerado vassalo de Afonso VII por dêle receber o senhorio de Astorga.

É de crer que, apesar do seu título de Rei, o monarca português se conservasse sob certa dependência política de Afonso VII, que se intitulava *Imperador das Espanhas* ou

¹ Veja-se o que dissemos em nota á pág. 128. Há uma consideração que de certo modo esclarece a natureza das relações políticas entre Portugal e a monarquia leonesa. Depois da morte de Afonso VI (1109), o Conde D. Henrique pretendeu apoderar-se de uma parte da herança do sogro. Cada um dos partidos contendores de Castela, o de D. Urraca e o de Afonso I de Aragão, procurou atrair o Conde portugalense, cedendo-lhe o occidente da península, e chegaram a proceder á demarcação do novo Estado com certa solenidade. Este facto dá a razão de tanto se consolidarem as ideias da independência portuguesa, e explica a facilidade com que D. Teresa e seu filho procuravam apoderar-se de terras na fronteira: talvez se julgassem com direito a elas em consequência de tratados mal definidos ou promessas não cumpridas — A. HERCULANO, ob. e vol. cit., pág. 332 e seg.

de toda a Espanha; mas tal dependência devia ser apenas nominal e não prejudicou a separação efectiva do antigo condado portugalense ¹.

Vassalagem e censo á Sé de Roma. — D. Afonso Henriques não se deu por satisfeito com as pazes ajustadas em Samora, temendo que em breve se renovasse a luta e a independência do seu reino fôsse aniquilada pelo poderio da monarquia leonesa. Compreendeu que a tenência de Astorga era porventura um laço armado ás suas ambições e podia muito bem constituir pretexto para violências futuras.

Nestas circunstâncias recorreu ao Pontífice, cuja supremacia política naquele tempo se considerava princípio fundamental do direito público na Europa cristã, e fonte da qual derivava a legitimidade e o poder dos príncipes temporais. Em relação á península exercia-se aquela supremacia, por antiga tradição, de modo particular e imediato ². Não era novo que senhores e príncipes mais fracos procurassem o apoio e protecção da Santa Sé contra a espoliação dos mais poderosos; nem da sujeição ao Papa derivavam jámais consequências que pudessem embaraçar as ambições políticas de Afonso Henriques, ao passo que ela constituía defesa eficaz contra o poderio leonês.

Ofereceu D. Afonso Henriques o seu reino á Igreja romana; declarou-se vassalo de S. Pedro e do Pontífice; comprometeu-se por si e pelos seus sucessores a pagar o censo anual de quatro onças de ouro e a não reconhecer outro domínio, eclesiástico ou secular, que não fôsse o da Santa Sé. O censo constituía, segundo as instituições feudais então dominantes, parte essencial e como que sinal externo

¹ A. HERCULANO, *Historia de Portugal*, t. I, pág. 338.

² «Non latere vobis credimus regnum Hispaniae ab antiquo jure S. Petri fuisse, et adhuc... nulli mortalium sed soli apostolicae sedi ex aequo pertinere.» — «Regnum Hispaniae ex antiquis constitutionibus beato Petro et S. Rom. Ecclesiae in jus et proprietatem esse traditum.» Epist. I e VII de Gregório VII, em AGUIRRE, *Collect. Max. Concilior. Hisp.*, t. IV, pág. 438 e 442.

do preito de vassalagem. No regímen feudal, o censo era uma renda em dinheiro devida pelo vassalo em razão da tenência ou posse, alguma coisa parecida com o preço de arrendamento, fixado por costume antigo. Se o possuidor ou vassalo não pagava na época determinada, o senhor podia retirar-lhe a tenência ou pelo menos exigir a quantia com multa suplementar.

A vassalagem oferecida por Afonso Henriques ao Pontífice tem todas as características da vassalagem feudal, nem de outro modo produziria os efeitos que o monarca tinha em vista; portanto não podia afastar-se das regras do feudalismo sem diminuir ou mesmo inutilizar o seu valor político ¹.

Em Maio de 1144, ao acto de vassalagem de D. Afonso Henriques respondeu o Papa Lúcio II, eleito dois meses antes. Louvava o procedimento de D. Afonso, prometia-lhe protecção material e moral, para êle e seus sucessores; mas dava-lhe apenas o tratamento de *dux portugalensis* e designava pelo nome de *terra* os domínios de D. Afonso, embora êste na carta de vassalagem se intitu-

¹ Nem o preito de vassalagem nem o censo á Sé Apostólica eram factos isolados, por quanto se deram igualmente noutros países. No tempo de Urbano II, o Conde de Barcelona, depois de conquistar Tarragona aos infieis, ofereceu a S. Pedro (1091), a título de feudo hereditário, o senhorio de que era soberano, obrigando-se a receber a investidura das mãos do Papa e a pagar-lhe o censo anual de vinte e cinco libras de prata. O Rei de Aragão, Ramiro, fizera-se também censitário da Igreja (1063), a quem cedia a dízima de todos os seus rendimentos presentes e futuros. Por êsse facto se tornara o seu reino, como dizia o Papa, «tributário da Santa Sé». Em 1089, Sancho de Aragão, filho de Ramiro, obrigou-se por si e por seus filhos a pagar determinado censo a Roma. Em 1095, Pedro I, filho de Sancho, renovou o compromisso do pai. Finalmente, em fins de 1204, Pedro II foi a Roma, onde confessou e jurou que seria sempre feudatário obediente do Papa Inocência III e dos seus sucessores; e no acto da cessão dos seus Estados, feita ao Papa, dizia: «Confesso do coração e da bôca, que o Pontífice romano, sucessor de S. Pedro, occupa o lugar de aquele que é soberano dos reinos terrestres e pode conferi-los a quem for de seu agrado. Eu, Pedro, pela graça de Deus Rei de Aragão, Conde de Barcelona e senhor de Montpelier, desejando acima de tudo alcançar a protecção de Deus, do Apóstolo e da Santa Sé, declaro que ofereço o meu reino a ti, admirável pai e senhor, Soberano Pontífice, Inocência, assim como a teus sucessores, e, por ti, á sacrosanta Igreja romana. E constituo êste reino censitário de Roma, pela taxa de duzentas e cinqüenta peças de ouro, que o meu tesouro pagará todos os anos á Sé Apostólica. E juro, por mim e por meus sucessores, que ficaremos teus vassalos e súbditos obedientes.» —Vid. ACHILLE LUCHAIRE, *Innocent III — Les royautes vassales du Saint Siége*, Paris, 1908, pág. 55-56.

lasse *rei* e qualificasse de *reino* os domínios que fizera censuais ao Papa ¹.

O título de Rei só foi reconhecido a D. Afonso Henriques em 1179 pelo Pontífice Alexandre III ².

Assim desapareceram inteiramente os laços de dependência de Portugal a respeito da monarquia leonesa.

Extensão do território português — Sua população. — Os limites do território português, ao fundar-se a monarquia, eram apòximadamente os seguintes:

Ao norte a fronteira era constituída pelo rio Minho desde a sua foz até perto de Melgaço; dali torneava de noroeste a sudoeste até Lindoso, pouco mais ou menos como hoje, e corria para oriente a rodear por nordeste a cidade de Bragança. A leste inclinava-se a fronteira para o sul depois de rodear Bragança; voltava para o oriente abrangendo o território de Miranda e seguia o curso do Douro. Ao sul dêste rio partia a fronteira da foz do Côa e seguia-o até á confluência do Pinhel; e tomando ao longo dêste dirigia-se ás fontes do Elga, que depois formava a divisão até ao Tejo.

Não é possível fixar os limites meridionais do novo reino, pois variavam constantemente em consequência das lutas com os muçulmanos.

A população do reino compunha-se de elementos diversos: entre o povo predominavam os mosárabes; entre a nobreza os hispanò-godos, que conservaram o sangue e as tradições dos foragidos nas Astúrias, independentemente da dominação árabe; os sarracenos e os judeus, distintos pela religião, formavam grupos á parte e tinham condição política especial.

¹ A. HERCULANO, ob. e t. cit., pág. 343.

² Em 1179 passou a ser de dois marcos, em vez de quatro onças de ouro, o censo anual á Santa Sé. Os dois marcos equivaliam, segundo Herculano (ob. e t. cit., pág. 536), a 230.000 réis. O censo ainda foi pago em alguns dos reinados que se seguiram ao de D. Afonso Henriques; mas não tardou a cair em desuso.

A estes elementos da população portuguesa acresceram colonos estrangeiros que aqui se fixaram em grande número. O Visconde de Santarém refere uma carta patente do Conde D. Henrique e de sua mulher D. Teresa, passada a favor dos irmãos Alberto Gualter e Roberto Thibaut, naturais de França e de outros franceses residentes em Guimarães.

Em consideração dos serviços que aqueles franceses lhes haviam prestado na guerra, fizeram-lhes doação de um campo que possuíam na vila de Guimarães; «o qual era sito junto aos seus Paços Reaes, e confrontava com os ditos Paços, e com os claustros e adro da Igreja de Santa Maria, e ia ter á rua dos Francezes, onde feneçia, podendo os ditos Francezes, em virtude da mesma doação, gozar d'aquelle campo, elles e seus herdeiros, mansa e pacificamente, e nelle alevantar casas para sua morada e capella para seu jazigo».

Factos semelhantes se deram no tempo de D. Afonso Henriques e posteriormente noutros reinados.

Depois da conquista de Lisboa, muitos dos cruzados que nela tinham colaborado receberam em prémio dos seus serviços terras para colonizarem ou repovoarem. Assim — diz Herculano — Guilherme, apelidado Lacorni ou Descornes, povoou, em parte, com os seus homens de armas, a Atouguia; Jourdan, outro capitão dos cruzados, estabeleceu-se na Lourinhã, e Alardo em Vila Verde. Gilberto, primeiro bispo de Lisboa depois da restauração da catedral, era inglês. Também eram de nação inglesa, flamenga e alemã alguns dos cônegos que então ficaram constituindo o cabido daquela sé ¹.

¹ A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. III, pág. 52; forais de Atouguia nos *Portugaliae Monumenta Historica — Leges et Consuetudines*, t. I, pág. 490; VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, t. III, pág. 1-2; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 188 e 627. Sobre colonos estrangeiros em Portugal, tanto no tempo de D. Afonso Henriques como nos reinados que a este mais próximamente se seguiram, e ainda sobre outras particularidades acêrca da população portuguesa daquele tempo, encontre o leitor numerosas noticias e indicações de fontes em GAMA BARROS, *História da*

Conquista de Santarém. — Enquanto D. Afonso Henriques regulava a independência de Portugal perante a monarquia leonesa e a robustecia sob a autoridade da Santa Sé, a Espanha muçulmana era dilacerada por cruentas guerras civis que pareciam intermináveis. A luta entre as duas seitas de almorávidas e almôhadas arrastava-se em episódios desastrosos para os primeiros.

Com a morte do imperador Ibne Taxfine junto de Orão (1145), a causa dos almorávidas ficou quasi inteiramente perdida. Ibraím, irmão ou filho e sucessor de aquê, vencido e decapitado dois anos depois, foi o último rei da dinastia. Ao mesmo tempo que os sarracenos digladiavam na África, feriam-se igualmente na península as lutas civis, em que os ambiciosos, impotente cada um dêles para impôr a sua autoridade a todo o território, procuravam retalhá-lo, não hesitando em invocar o auxílio de cristãos, para alargarem a sorte que devia caber-lhes.

Tais eram as favoráveis circunstâncias que D. Afonso Henriques aproveitou para disputar aos infieis a posse de terras extensas e de grande valor, tanto pela situação geográfica como pela sua grande fertilidade ¹.

administração pública em Portugal, t. II, cap. VI e seg. e algumas das notas do fim do volume. No reinado de D. Sancho I, versaremos novamente o assunto.

Para bem se compreender a intensidade de influências estranhas em Portugal nos primeiros tempos da monarquia, dever-se há ter presente que elas se exerciam desde séculos anteriores. Numerosos documentos publicados nos *Portugaliae Monumenta Historica-Diplomata et Chartae* demonstram a influência francesa no actual território português desde 924. Aparecem aqui nomes de origem francesa e produtos da indústria francesa; e correm moedas francesas (*solidos gallicarios e gallicanos*). Sobre o assunto D. CAROLINA MICAELIS DE VASCONCELOS, *Cancioneiro da Ajuda*, t. I; PEDRO DE AZEVEDO, *Influência francesa em Portugal até 1100* (com citação de numerosos documentos), no *Boletim da Segunda Classe* da Academia, Coimbra, 1914, vol. VII, pág. 187 e seg.

¹ O geógrafo árabe Edrici escrevia no meado do século XII: «Os habitantes de Lisboa e da maior parte do occidente dizem que o trigo semeado não fica na terra mais de 40 dias e pode ser colhido depois dêles. Eles acrescentam que uma medida rende cem, aproximadamente». (Cit. pelo Sr. DAVID LOPES, *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano*, no *Boletim da Segunda Classe* da Academia, III, 209.). No princípio do século X dizia Razi: «No distrito de Santarém a terra é muito abundante e rica; e os campos podem dar duas sementeiras por ano, querendo-se, tão boa é a terra de sua natureza. Quando enche o Tejo transborda pela campina fora e cobre-a toda; e depois que o rio mingua faz-se a sementeira muito á vontade, e fica a terra tão húmida e pronta que o pão amadurece rapidamente».

Os territórios muçulmanos que, ao sul de Leiria, vieram a ser portugueses, dividiam-se então em três províncias: a de *Belata*, que compreendia a vasta planície entre Santarém e Lisboa, com as cidades de Santarém, Lisboa e Sintra; a província de *Alcácer*, que compreendia a cidade de Évora, e, em território que hoje é espanhol, as cidades de Badajoz, Xérez, Mérida, Alcântara e Coria; a terceira província, de designação um tanto incerta, mas que parece ter em Edricí o nome de *Alcunu*, compreendia as povoações de Santa Maria (Faro), Mértola, Silves e muitos castelos e logares ¹.

D. Afonso Henriques planeou a conquista de Santarém, povoação importante donde ordinariamente partiam as algaras de sarracenos para levarem a assolação e a morte ao território dos cristãos ². Muitos dos habitantes viviam no vale, na margem direita do Tejo, gosando, como aqueles que occupavam o alto do monte, a protecção de um castelo que pelo natural da sua posição, numa considerável

(Cit. pelo Sr. DAVID LOPES, ib.). Nesta conformidade escrevia ainda no princípio do século XVII o nosso Duarte Nunes de Leão: «As inundações (*do Tejo*) de cada ano, e os natteiros que dellas ficão, causão admiravel fertilidade naqueles campos (*de Santarem*) e nas lezirias, que abaxo vão, as quaes se podem comparar á das terras do Egypto, quando o Nilo as bem rega, assi no muito pão e outros legumes que naquelles campos se colhe (por o muito que as sementes nelles se multiplicão), como por a brevidade com que se o pão semeado vem á fouce; porque desde o dia que se semea a cinquenta dias se colhe.» (*Descrição de Portugal*, fol. 33 v., cit. pelo Sr. DAVID LOPES, ib.).

¹ Seguimos as observações que a Herculano (II, 170) faz o Sr. David Lopes (ob. cit., no *Boletim* cit., III, 207 e seg.). O Sr. David Lopes relaciona *Alcunu* com *Cuneus*, nome que os geógrafos gregos e latinos deram á mesma região; e prova que Edricí se serviu de fontes clássicas.

² Referindo-se a Santarém, escreve o Sr. Dr. David Lopes: «O seu nome em tempo de romanos e visigodos foi *Scalabis* que depois trocou pelo de *Sancta Irena* (FLOREZ, *Espanha Sagrada*, XIV, 201-204, 402-404), porque o corpo desta mártir arrastado pelo Tejo veio ter a esta cidade e aí foi recolhido, segundo reza a tradição da Igreja. O seu martirio foi cerca do ano de 653. Era já esse o nome da cidade ao tempo da vinda dos muçulmanos, como se vê da forma árabe. Num documento do ano de 985 chama-se-lhe *Sanctaeiren* (GAMA BARROS, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XIV*, I, 336), e no foral da cidade de 1095, dado por Afonso VI, de Leão, *Sancta Herena* (*Leges*, I, 349), mas o foral de 1179 *Sanctaren* (*Leges*, I, 406-410); e os cronicões teem ora uma, ora outra forma (*Scriptores*, I, 2, 10, 11, 15, 18-21). «Sancta Herena» daria «Sancta Iria», como «Leirena > Leiria»; e efectivamente o nome de *Santa Iria* existe, e até assim se chama também a «Ribeira» de Santarém.» *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano*, no *Boletim da Segunda Classe da Academia*, III, 216).

eminência talhada quasi a pique, parecia inexpugnável. A população era numerosa, o castelo bem guarnecido de tropas; e enquanto Santarém estivesse na posse dos muçulmanos, nem os cristãos podiam aventurar-se a transpô-la para fazerem conquistas mais ao sul, nem deixariam de partir dali fôrças que assaltavam terras já em posse de portugueses, praticando roubos, destruições e assassinatos.

A um fidalgo da sua côrte, chamado Mem Ramires, conhecido por seu atrevimento e astúcia, encarregou D. Afonso Henriques de ir a Santarém, sob o pretexto de tratar certos negócios, mas com o verdadeiro fim de examinar o ponto mais acessível das fortificações e o caminho que a elas conduzisse mais facilmente.

De bom grado se desempenhou Mem Ramires da missão que lhe foi dada; e no regresso disse a El-Rei, que a conquista era possível e até fácil; que êle iria na frente para ser o primeiro a levantar o pendão real sôbre o muro do castelo, e depois quebraria os ferrôlhos das partes por onde entrassem os outros.

No dia 10 de Março de 1147, partiu El-Rei de Coimbra com certo número de cavaleiros e homens de armas. No segundo dia de viagem mandou a três mensageiros que se adeantassem no caminho, para anunciarem aos muçulmanos de Santarém, conforme o uso de aquele tempo, que estavam rôtas as tréguas por três dias.

Ao anoitecer do dia 14 aproximaram-se os guerreiros portugueses da povoação para durante a noite executarem o plano. Levavam dez escadas, por cada uma das quais deviam subir doze homens, que começariam o ataque fazendo grande mortandade entre os infieis, de modo que estes, desorientados e cheios de terror, não pudessem organizar a defesa. Ia na frente Mem Ramires, que melhor conhecia o terreno.

Ora aconteceu que no ponto destinado ao assalto, por ser aquele que de costume era menos guarnecido, estavam naquela noite duas sentinelas que mutuamente se esperta-

vam a vozes de espaço a espaço. Os portugueses tiveram de suspender a marcha e occultar-se numa seara para evitarem o alarme.

De madrugada, com a modorra do quarto de alva, as sentinelas adormeceram. Então Mem Ramires subiu ao tecto da casa de um oleiro contígua ao muro, e dali procurou lançar uma escada ás ameias, segurando-a com a ponta da lança. A escada, porém, caiu com grande estrondo. Podia gorar-se a empresa, se as sentinelas acordavam.

Foi um momento angustioso. Mem Ramires, curvando-se, tomou sôbre os ombros um soldado, que deitou as mãos ao cimo da muralha, pulou sôbre ela e amarrou a escada. Por esta subiu logo o alferes, que levava o pendão real; após êle Mem Ramires e outros em seguida.

Apenas três estavam ainda sôbre o muro, quando as sentinelas, despertadas pelo ruido, vendo gente e o pendão real, perguntaram em sôbressalto:

— Quem sois?

E logo bradaram repetidas vezes:

— Nasarenos! Nasarenos!

Respondeu Mem Ramires com o grito de guerra:

— Santiago e Rei Afonso!

De fora, os portugueses levantavam grande vozeria, enquanto alguns lançavam outra escada, por onde subiram logo vinte e cinco homens. Sôbre todas as vozes ouvia-se a de D. Afonso Henriques, que bradava por Santiago e pela Virgem, clamando para os que estavam em cima:

— Eis-me aqui! Eis-me aqui! Metei-os á espada! Nem um escape do ferro!

Os que já estavam dentro tentaram quebrar as portas arremessando pedras contra elas, até que os de fora lhes atiraram por cima do muro um malho de ferro, com o qual puderam partir os ferrôlhos. Todos os portugueses se precipitaram pela porta. D. Afonso Henriques ajoelhou a orar um momento. Começa logo uma canifcina horrí-

vel, e ao nascer do sol estava a praça conquistada (15 de Março de 1147)¹.

Conquista de Lisboa. — Depois da tomada de Santarém, D. Afonso Henriques acalentava naturalmente a ambição de se apoderar de Lisboa, empresa difícil e arriscada, quando os sarracenos deviam estar prevenidos, mas que lhe daria incontestavelmente a posse de toda a província de Belata. Não tardou que as circunstâncias favorecessem a realização de seus desígnios.

Na primavera de 1147 largava do pôrto inglês de Dartmouth uma armada de cêrca de duzentos navios, que conduzia para a Terra Santa cruzados alemães, flamengos, franceses e ingleses, talvez cêrca de treze mil homens. A 16 de Junho de 1147 entravam no Douro muitos de aqueles navios, quando o Bispo do Porto já recebera instruções de D. Afonso Henriques para tentar concluir com os expedicionários um acôrdo sôbre colaboração na guerra contra os infieis. El-Rei estava disposto a todas as concessões, e entretanto ia reunindo fôrças para a execução do seu projecto.

O Bispo do Porto conseguiu persuadir os expedicionários da importância e vantagens da empresa; de modo que, reunidos todos os navios da armada, tomaram a rota de Lisboa e entraram no Tejo a 28 de Junho.

Era Lisboa cidade muito populosa, favorecida pela benignidade do clima e pelas vantagens do seu pôrto, rica pelo tracto comercial e pela fecundidade dos campos vizinhos. Ali viviam habitualmente as mais abastadas famílias muçulmanas de Almada, Palmela e Sintra, muitos negociantes dos portos da península e da África, e finalmente quantos apeteçiam as aventuras e a soltura de costumes de

¹ *De expugnatione Scalabis (Scriptores, I, 94-95)*; FR. ANTÔNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitania*, l. X, cap. XXII, XXIII e XXIV; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. II, pág. 200 e seg.

centros populosos. Defendiam a cidade fortes muralhas e o castelo ou alcáçova com torres muito altas e na aparência inexpugnáveis.

No dia 29 de Junho desembarcaram muitos dos cruzados, que entraram em escaramuças com os infieis. D. Afonso Henriques chegara já também com as suas fôrças. Discutiram-se então e fixaram-se as condições do acôrdo entre El-Rei e os cruzados: tomada a cidade, pertenceriam exclusivamente aos cruzados os bens dos vencidos, e bem assim o preço do resgate de vidas de cativos, ficando estes em poder de D. Afonso Henriques; se fôsem os cruzados que tomassem a almedina, entregá-la hiam a D. Afonso só depois de a saquearem completamente; os prédios da cidade e as propriedades rústicas seriam repartidos, sob a inspecção de El-Rei, pelos cruzados que quisessem fixar residência em Portugal, gosando as suas liberdades, foros, usos e costumes dos respectivos países, conquanto que reconhecessem a suprema autoridade política da Corôa; e tanto os cruzados que colaboravam naquela empresa, como os seus herdeiros e sucessores, gosariam da imunidade de portagens e peagens para os seus navios e mercadorias em todos os portos de Portugal.

Antes de começar o ataque, foram enviados como parlamentários o Arcebispo de Braga, o Bispo do Porto e alguns capitães estrangeiros, a fim de propôrem aos da cidade que capitulassem, entregando o castelo e as outras fortificações, e que dêste modo seriam respeitadas a propriedade, a honra e a vida dos habitantes. A proposta foi rejeitada, e logo começou o ataque, despedindo os fundibulários pedras contra o arrabalde, para obrigarem os muçulmanos a sair a combate no campo.

Travaram-se encarniçadas lutas no subúrbio ou arrabalde, formado por imensa casaria que se apinhava na encosta occidental, desde as muralhas do castelo até ao vale que hoje vulgarmente se chama cidade baixa.

Não levavam a melhor os muçulmanos, que viram em

breve o arrabalde tomado e incendiado e perdidos todos os bairros que estavam fora das fortificações. Dêste modo se foi apertando o cêrco, e, peor do que isso, se foi reduzindo á minguá de subsistências a população cercada, porque os sitiadores estavam senhores dâ encosta, onde tomaram o principal depósito de cereais, legumes e outros géneros destinados ao abastecimento da cidade.

Passados quinze dias de luta incessante, os sitiadores começaram a construir torres de madeira bastante altas para de cima delas baterem a cidade, e montaram catapultas, máquinas com que atiravam pedras contra as fortificações; porém os muçulmanos conseguiram incendiar-lhes todos aqueles engenhos.

O que mais animava os cristãos era saberem que na cidade se lutava com falta de vitualhas. Se de outro modo não pudessem reduzir os cercados, tinham a certeza de que êles viriam a render-se pela fome. Com efeito havia já grande falta de subsistências entre os sarracenos. Das que restavam, guardavam para si a maior parte os homens de guerra e os poderosos, enquanto os pobres e os fracos pereciam á minguá. Muitos dêstes, no desespero da fome, passavam para o campo dos cristãos.

Cruzados alemães e flamengos começaram a abrir uma grande mina em direcção á muralha do castelo, para a fazerem aluir.

Os muçulmanos, conhecendo o perigo em que os deixaria a conclusão da obra, quizeram evitá-la, combatendo; mas não o conseguiram.

Aberto aquêlê grande subterrâneo, até debaixo da muralha, encheram-no de lenha; depois, lançando-lhe o fogo, converteram-no em horrorosa fornalha. Quando o fogo chegou aos troncos de madeira que formavam o alicerce do muro, um lanço dêste abateu e desmoronou-se. Os cristãos quizeram penetrar pela brecha ali aberta. Arre-meteram furiosamente para ela; mas não foi menor o ímpeto com que se lançaram a defendê-la os muçulmanos,

tolhendo a entrada aos assaltantes. Nos dias seguintes repetiram-se os assaltos naquele ponto, sem que os cristãos lograssem romper a passagem.

Entretanto um homem dos cruzados, engenheiro italiano, natural de Pisa, concluía uma grande torre de madeira, com oitenta e três pés¹ de altura, para com ela se dar novo impulso ao ataque. Montada sobre rodízios, podia aquela grande máquina deslocar-se para o ponto mais conveniente; e para que não fôsse desconjuntada pelos projecteis arremessados, nem incendiada, tinham-na forrado de couros de boi e resguardado com uma bastida de vimes tecidos.

Com grandes trabalhos foi levada a torre para junto da muralha, até que no dia 21 de Outubro se encontrou apenas quatro pés distante do adarve. Os muçulmanos tinham empregado os maiores esforços para a incendiar, arrojando contra ela grande quantidade de lenha a arder, estôpa repassada de óleo e alcatrão e outros combustíveis, que os cristãos afastavam com grande trabalho e perigo.

Já tão próxima da muralha, do alto da torre começou a sair lentamente uma ponte de traves, que se ia enchendo de homens de armas prontos a galgarem ás ameias. Então os muçulmanos reconheceram a impossibilidade de continuar a luta, quando ao lance terrível do ataque se acrescentavam os horrores da miséria, da fome e da doença. Pediram armistício até á manhã do dia seguinte, para se tratar de capitulação. Cessou logo o combate.

No dia 23 ou 24 de Outubro, os cristãos entraram na cidade e tomaram conta do castelo (1147)².

Conquistas no Alentejo. — D. Afonso Henriques não dei-

¹ O pé equivalia á o^m,33.

² *Crucesignati Anglici Epistola de Expugnatione Olisiponis* (Port. Mon. Hist., Scriptores, pág. 392 e seg.); FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. X, cap. XXV-XXX; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. III, pág. 7 e seg.; ALBERTO SAMPAIO, *As Póvoas Marítimas do Norte de Portugal*, cap. II, na revista *Portugalia*, II, 398-401.

xou de aproveitar o efeito moral da conquista de Lisboa, e a favorável circunstância das lutas civis que dividiam os Estados muçulmanos e se traduziam em rebeliões a sudoeste da península, em Badajoz, Faro, Silves e outras terras importantes.

Logo após a queda de Lisboa, o castelo de Sintra entregara-se a El-Rei de Portugal. O castelo de Palmela foi abandonado pela guarnição, logo substituída por tropas portuguesas, e tornou-se base de operações na província de Alcacer, assim chamada da povoação do mesmo nome, a antiga *Salacia* dos romanos. Alcácer do Sal, defendida por um forte castelo, era praça de grande importância militar, principal abrigo das terras compreendidas entre Tejo e Sado, e notável pelas riquezas representadas no seu activo comércio e na fertilidade do seu território. Contra Alcácer, pois, se voltaram as atenções dos cristãos.

Todavia, a primeira tentativa, de que não há clara notícia, foi inteiramente baldada. D. Afonso Henriques planejou assaltar de improviso Alcácer, com um pequeno número de homens de armas, cerca de sessenta, segundo parece. Os sarracenos acometeram em grande número os cristãos, e o senhor de Coimbra, como lhe chamavam os infieis, houve de desistir, depois de violento combate em que foi ferido. Falhava de aquela vez o ardil empregado na conquista de Santarém.

Depois de novas tentativas frustradas, em 1151 e 1157, nas quais concorreram auxiliares estrangeiros, D. Afonso Henriques apoderou-se finalmente de Alcácer, com tropas portuguesas somente, as quais durante sessenta dias sustentaram o cerco em sangrentos combates (24 de Junho de 1158).

Enquanto os reinos de Leão e Castela, nos quais se scindira a monarquia de Afonso VII por morte dêste monarca (1157), digladiavam em lutas ambiciosas, El-Rei de Portugal aumentava o seu prestígio pelas conquistas e correrias em terras de infieis. Depois da tomada de Alcá-

cer internou-se pela moderna província do Alentejo, onde se lhe renderam povoações importantes, entre as quais Évora e Beja (1159). Poucos meses depois, Beja foi abandonada; e as praças restantes igualmente se perderam em 1161, quando, entrada a província de Alcácer por um grande exército almóhada, as tropas de D. Afonso Henriques foram desbaratadas.

No ano seguinte renovaram-se as correrias de cristãos no território sarraceno. Fôrças compostas de cavaleiros vilãos ou burgueses que partiram de Santarém reconquistaram Beja (2 de Dezembro de 1162).

Pelo mesmo tempo ou pouco depois entra vigorosamente em scena um destemido cavaleiro, Giraldo Sempavor, cujas façanhas gloriosas foram empanadas pelo maravilhoso das lendas em que o envolveram. O Sr. Dr. David Lopes, conseguindo refazer a história de Giraldo, bem apoiado em seguros textos árabes, chegou a concluir que «êlé foi um verdadeiro herói, não de romance, mas de epopeia¹».

Na primavera (Abril ou Maio) de 1165, Giraldo tomou Trujillo; no mesmo ano (Setembro ou Outubro) tomou Évora e povoou-a de cristãos; em Dezembro do mesmo

¹ Cometendo um delito grave — diz a lenda — procurou Giraldo escapar á justiça de El-Rei, fugindo para Alentejo, «ordinário valhaconto dos homicidas daquelle tempo», como diz um antigo escritor português.

Juntaram-se-lhe companheiros, e com êles alcançava o necessário á ponta de lança, exercendo o latrocínio por igual em terras de mouros e cristãos. Passado tempo lhe veio o remorso de tão más acções, contrárias á sua natural inclinação e sentimento de nobreza. Ambicionava já pôr termo áquele desordenado procedimento, resgatando suas faltas por algum feito ilustre que lhe desse a antiga reputação. Movia-o também o receio de que, avançando El-Rei de vitória em vitória e de conquista em conquista, viesse algum dia a cair-lhe nas mãos e não se tivesse por bastante penitência de tantas culpas senão a perda da vida.

Pareceu a Giraldo que de sua pessoa receberia El-Rei boa satisfação, se aos muçulmanos conquistasse a cidade de Évora, só com o próprio esforço e dos companheiros que o seguiam na desregrada vida; e para suprir a mángua de fôrças na execução de tão grande feito, recorreu ao favor da astúcia e da sua incrível audácia.

Assim referem os factos antigas tradições, nas quais a verdade histórica se encontra florida de lendas maravilhosas. Vid. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarchia Lusytana*, l. XI, cap. IX e X.

ano ou princípio de Janeiro de 1166 conquistou Cáceres, depois os castelos de Montánchez e Serpa (Março ou Abril); e ainda no mesmo ano o castelo de Juromenha, perto de Badajoz; «e aí se conservou — diz o árabe Sâhibe Açalá — com toda a sua gente execranda, combatendo e incomodando constantemente os muçulmanos de Badajoz¹».

Colonização e administração. — Absorvido constantemente pelos cuidados da guerra, na ambição de fazer recuar a fronteira meridional dos seus Estados até ao oceano, D. Afonso Henriques nem por isso descuroou a colonização e organização interna do país.

Para se fazer ideia da importância e grandeza dos trabalhos a empreender, é necessário imaginar o estado de Portugal naquele tempo, coberto de brenhas e matagais, onde tinham exclusivo domínio feras perigosas, das quais algumas espécies desapareceram há muito do solo nacional. A população, rara e disseminada por casais e pequenas povoações, via-se privada de toda a espécie de recursos económicos, e até dos laços da organização administrativa

¹ Herculano transcreve na *História de Portugal* (III, 59) um logar do historiador árabe Sâhibe Açalá, no qual se atribuem a D. Afonso Henriques processos de conquista que o mesmo historiador refere de Giraldo Sempavor. O Sr. Dr. David Lopes restituiu aquele passo ao seu originário teor e significado, traduzindo-o nos termos seguintes:

«O pérfido galego Afonso Henriques, senhor de Coimbra — o maldito de Deus! —, conhecia bem a valentia do cão do Giraldo. O pensamento constante dêste era tomar á traição as cidades e os castelos, só com a sua gente: êle tinha os muçulmanos da fronteira sob o terror (das suas armas). Este cão (procedia assim): êle avançava sem ser apercebido, na noite chuvosa, escura, tenebrosa e, (insensível) ao vento e á neve, ia contra as cidades (inimigas). Para isso levava escadas de madeira de grande comprimento, de modo que com elas subisse acima das muralhas da cidade que êle procurava surprehender; e quando a vigia muçulmana dormia, encostava as escadas á muralha e era o primeiro a subir ao castelo, e empolgando a vigia dizia-lhe: «Grita, como tens por costume de noite, que não há novidade.» E então os seus homens de armas subiam acima dos muros da cidade, davam na sua lingua um grito imenso e execrando, penetravam na cidade, matavam quantos encontravâm, despojavam-nos, e levavam todos os cativos e prêsas que estavam nela.» DAVID LOPES, *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano*, no *Boletim da Segunda Classe da Academia*, vol. III, pág. 355.

Sobre os acontecimentos narrados neste parágrafo, vid. FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarchia Lusytana*, l. X, cap. XXXVII, XXXIX e XXXXII; l. XI, cap. VI e IX-XII; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. III, pág. 54 e seg., 74 e seg.; DAVID LOPES, ob. e vol. cit., pág. 323 e seg., 352 e seg.

que torna solidários os interesses locais. As indústrias, além de rudimentares, limitavam-se a produzir os objectos mais indispensáveis; a agricultura abrangia diminuta parte do território, de modo a acudir, sem sobejos, ás necessidades da alimentação.

Fundado em 1153 o mosteiro de Alcobaça, da ordem de S. Bernardo ou de Cistér, D. Afonso Henriques doou-lhe extensos territórios na Extremadura, província então deserta, por ser durante largos anos, como o seu nome indica, a divisória entre cristãos e muçulmanos, e portanto campo aberto ás correrias e devastações duns e doutros. Com a fôrça que hauriam simultâneamente da sua illustração, da disciplina monástica e do princípio associativo com todas as suas vantagens, os monges cistercienses foram os colonizadores e arroteadores dos vastos territórios que receberam. Chamaram, protegeram e educaram colonos que formaram povoações; desbravaram as terras, abriram estradas e caminhos, construíram pontes, levaram as suas communicações até ao mar, para aproveitarem as facilidades da navegação; criaram e aperfeiçoaram indústrias, exploraram minas, promoveram a criação de gados, lançaram finalmente as bases de toda a actividade civilizadora possível naquele tempo.

Papel semelhante coube a outros mosteiros, pôsto que em mais reduzida escala; e não foram menos valiosos, embora mais avulsos e disseminados, como as circunstâncias determinavam, os serviços prestados pelas ordens militares. Os seus castelos eram guardas avançadas na zona fronteira, mais sujeita aos ataques de muçulmanos, e onde portanto eram impossíveis o desenvolvimento agrícola e todo o núcleo de povoação, sem um forte elemento de apoio e defesa como representavam os postos occupados pelos freires militares. Sob a protecção destes se acolhiam colonos e cultivadores a formarem núcleos de população que em muitos casos se tornaram povoações importantes. Foi assim que, no meado do século XII, surgiu a vila de Tomar,

que já em 1162 contava bom número de habitantes. Gualdim Paes, Mestre da ordem do templo, deu-lhes foral, que foi ampliado com as devidas formalidades em 1174¹.

Finalmente, como meio de fixar a população e organizá-la administrativamente em núcleos, concedeu El-Rei D. Afonso Henriques foral a muitas terras, exemplo seguido pelas casas monásticas e por nobres donatários².

Guerra com Fernando II de Leão. — Fernando II de Leão tivera com D. Afonso Henriques algumas desinteligências, que se repetiram ainda depois do seu casamento com uma filha de El-Rei de Portugal (1165).

Uma das lutas entre os dois monarcas fôra determinada, segundo certa tradição, pelo facto de ter Fernando II acolhido na sua côrte um nobre fugido de Portugal, e por instigações dêste haver fundado Cidade Rodrigo, com a presumida intenção de fazer dali correrias em Portugal. O historiador Fr. António Brandão teve por mais certo que a guerra se originasse em questões de posse de terras na Galiza e de demarcação dos limites do reino.

Ou por algum dêstes motivos, ou por qualquer outro que não é conhecido, D. Afonso Henriques preparou uma expedição contra Cidade Rodrigo, e determinou que ela fôsse acompanhada pelo príncipe herdeiro seu filho, D. Sancho, que teria pouco mais de doze anos, talvez para o acostumar aos duros trabalhos da guerra. Quando os portugueses chegavam próximo de Castelo Rodrigo, saiu-lhes ao encontro Fernando II, que os desbaratou no lugar chamado Arganal. D. Sancho teve de fugir precipitadamente, enquanto muitos dos seus soldados ficavam prisioneiros do monarca leonês, que não tardou a dar-lhes a liberdade (1167?).

¹ Vid. *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 549 e seg. e as fontes lá citadas.

² Os forais dados por El-Rei D. Afonso Henriques encontram-se por ordem cronológica nos *Portugaliae Monumenta Historica — Leges et Consuetudines*, vol. I, pág. 368 e seg.

Para se desforçar do desastre de Arganal, D. Afonso Henriques foi com seu filho invadir a Galiza, onde se apoderou de Tui e dos distritos de Toronho e Límia; guarneceu de tropas portuguesas diversos castelos e até fundou de novo o de Cedofeita, junto de Cela Nova. Regressou depois aos seus Estados e marchou para o sul, aonde o chamava importante negócio.

Giraldo Sem Pavor havia tomado de improviso a cidade de Badajoz; porém os almôhadas continuavam na alcáçova. D. Afonso foi em refôrço de Giraldo, instalou-se na cidade e apertou o cêrco da alcáçova, onde os infieis se encontravam em tal apuro, que se tinha por iminente a rendição. Segundo Herculano, a conquista de Badajoz era um acto de hostilidade também contra El-Rei de Leão, porque não só aquella cidade, segundo as convenções feitas entre os príncipes cristãos da península sôbre futuras conquistas, estava na esfera de acção dos leoneses, como também os habitantes se tinham colocado sob a protecção do rei leonês, e dêste se declarara vassalo e tributário o governador da cidade.

Fôsse ou não pesada na balança política uma infracção de tratados, a seqüência dos acontecimentos tem mais satisfatória explicação na aliança de Fernando II de Leão com os almôhadas, que ainda recentemente lhe havia prestado serviços valiosos. Essa aliança vem referida em textos árabes divulgados pelo Sr. David Lopes. Até consta de um dêles, que, levantando-se entre leoneses escrúpulo sôbre levar socorro a infieis contra cristãos, uma assembleia de sacerdotes decidiu «que não era contrário á religião corresponder aos socorros dos muçulmanos».

Assim, enquanto os almôhadas prégavam a guerra santa para irem socorrer Badajoz, Fernando II, que andava occupado em reconquistar as terras perdidas na Galiza, marchou igualmente em socorro de aquella praça. D. Afonso Henriques, em certo momento difficil, fugindo precipitadamente a cavalo, fracturou a perna direita, com a qual ba-

teu num ferrôlho da porta da cidade. Feito prisioneiro, D. Afonso alcançou a liberdade restituindo ao genro todas as conquistas da Galiza (1169)⁴.

Novas guerras contra os sarracenos. — Os progressos realizados por D. Afonso I na conquista de terras muçulmanas e ultimamente o cêrco de Badajoz determinaram o amir Iúcufe Abú Iacube a enviar á península um numeroso exército. Desbaratado El-Rei de Portugal em Badajoz, aquelas fôrças mantiveram-se na defesa do território sar-

⁴ FR. ANTÔNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XI, cap. XIII e XIV; A. HERCULANO, *Historia de Portugal*, t. III, pág. 84 e seg.; DAVID LOPES, *Os árabes nas obras de Alexandre Herculaou* (*Boletim da Segunda Classe da Academia*, vol. III, pág. 323 e seg., 352 e seg. — Eis como o historiador árabe Sáhíbe Açalá, segundo a tradução do insigne arabista Sr. Dr. David Lopes, refere a luta de leoneses e muçulmanos contra D. Afonso Henriques em Badajoz:

« Logo que o (rei cristão, Fernando) acampou junto da cidade, mandou um mensageiro ao governador Abú Alí Omar ibne Tenecélite, que estava sitiado na alcáçova com os Almôhadas e moradores da cidade andaluzes, a dizer-lhes: « Resisti, porque eu venho combater o vosso inimigo e só desejo entrar na cidade para vos auxiliar. » Então o governador abriu uma brecha no muro da alcáçova, em parte ignorada dos cristãos de (Afonso) Henriques. — o maldito de Deus! — . Quando êles souberam da chegada de Fernando, o Baboso, e começou o combate entre êle e (Afonso) Henriques, saíram por essa brecha em grande número na direcção de uma das portas próximas da cidade, abriram-na e deram entrada por ela ás tropas de Fernando, o qual ajudado dêles acometeu (Afonso) Henriques. Então travou-se rijo combate na cidade entre os sitiadores de um lado, e do outro os Almôhadas sitiados e os soldados de Fernando. Estes tinham formado em ordem de batalha e revestido as suas fortes çourças; na cabeça os seus capacetes scintilavam e os braços e pernas estavam protegidos.

« Viu (Afonso) Henriques — o maldito de Deus! — e a sua gente execranda o firme propósito dos Almôhadas crentes e dos seus companheiros (cristãos) de atacá-los, o ardor unânime em combater, o entusiasmo cheio de confiança na vitória; e efectivamente as tropas de Fernando, o Baboso, com os muçulmanos avançaram contra as de (Afonso) Henriques e, para glória do príncipe dos crentes, Deus desbaratou-as, pondo-as em fuga desordenada. E quando êle procurava fugir por uma das portas da cidade, desnordeado e aterrorado, succedeu que o ferrolho da dita porta se partiu — Deus assim o tinha decidido! —, e por isso o demónio de (Afonso) Henriques difficilmente pôde transpôr a porta, e na precipitação da fuga o ferrolho quebrou-lhe a perna direita, e êle caiu logo ali sem sentidos; mas os infieis (cristãos) transportaram-no para um lugar perto de Badajoz, de nome Caia. Os cavaleiros de Fernando, o Baboso, foram em sua perseguição e levaram-no cativo e em ferros á presença dêle, mas êle deu-lhe a liberdade, a pedido dos cristãos, e permitiu que voltasse á sua capital Coimbra, vencido e humilhado; e nunca mais pôde montar a cavallo — Deus o amaldiçõe e lance ao fogo (do inferno)! Quanto a Giraldo, o pérfido galego, voltou ao seu lugar (forte) »...

Adiante diz o cronista árabe que as tropas de Fernando II se retiraram de Badajoz em 22 de « xabane » do ano de 564 (11 de Junho de 1169). — DAVID LOPES, *ib.*, 357-358.

raceno, limitando a sua acção a escaramuças na fronteira. É a esta época que se refere a morte de Gonsalo Mendes da Maia, denominado o *Lidador* pelo esforço que desenvolvia nos combates. Estando fronteiro em Beja, quando já contava mais de noventa anos de idade, saiu um dia a correr o campo e pereceu em combate com tropas infieis ¹.

Em 1171 estava o próprio Abú Iacube na Espanha, onde reuniu um exército de cem mil homens. Então numerosas fôrças muçulmanas foram cercar D. Afonso Henriques em Santarém. A sua situação era muito precária, quando Fernando II de Leão correu em auxílio do sôgro e obrigou os infieis a levantarem o cerco.

Após alguns anos de trégua, renovou-se a luta contra os sarracenos em 1178. Neste ano, o infante D. Sancho invadiu a Andaluzia, foi saquear e devastar o arrabalde de Sevilha e voltou a Portugal com farto despojo.

No ano seguinte, Abú Iacube Iúçufe novamente voltou á Espanha para vingar a audácia de D. Sancho. Iniciou-se então uma série de invasões e lutas sem resultados importantes para nenhum dos contendores, e apenas notáveis pelas assolações e saques praticados. Assim decorreram cinco anos, até que o amir Abú Iacube faleceu em Algeciras, vítima de ferimentos que em combate recebera dos portugueses (24 de Julho de 1184) ².

Ordens militares. — As ordens militares eram congregações de cavaleiros que viviam sob uma regra religiosa e se propunham principalmente combater contra os infieis. As primeiras foram instituídas no Oriente para defenderem a Terra Santa e protegerem ali os cristãos; pouco depois es-

¹ As tradições, algumas destituídas de character histórico, ácerca de Gonsalo Mendes da Maia encontram-se registadas em A. BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XI, cap. XVI, XVII e XVIII.

² FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarchia Lusitana*, l. XI, cap. XXII; A. HERCULANO, *Historia de Portugal*, t. III, pág. 96 e seg.

tabeleceram-se na península, onde era tão necessário o seu concurso na luta contra os sarracenos.

Desde os primeiros tempos da monarquia fixaram-se em Portugal as seguintes ordens militares:

A ordem dos *Templários*, assim chamada porque em Jerusalém tinha a sua casa num palácio situado no local do antigo templo de Salomão, em Portugal fixou a sua casa principal em Tomar; suprimida pelo Papa no tempo de El-Rei D. Dinís, foi substituída pela *ordem de Cristo*;

A ordem dos *Hospitalários*, cujo nome lhes veio de terem um hospital a seu cargo na Terra Santa, em Portugal teve por casa principal o convento do Crato;

A ordem de *Calatrava*, de origem castelhana, teve por casa principal o convento de Avis, e por isso os seus membros se tornaram conhecidos pelo nome de *freires de Avis*;

A ordem de *Santiago da Espada*, fundada no reino de Leão, teve por casa principal em Portugal o convento de Palmela, pelo que os seus membros se tornaram entre nós conhecidos pelo nome de *freires de Palmela*.

As ordens militares prestaram em Portugal os maiores serviços, exercendo a beneficência, promovendo o desenvolvimento da agricultura e a colonização do reino; porém foi a guerra contra os muçulmanos a sua principal missão em Portugal, e foi nela que ao país prestaram serviços de maior valia. A desorganização e a falta de disciplina militar de que sofriam as hostes de aquele tempo eram supridas nos cavaleiros das ordens pela disciplina e obediência religiosa, e assim tinham sobre os outros homens de armas e cavaleiros a vantagem que resulta da unidade e simultaneidade de acção.

Falando do valor e disciplina dos Templários na guerra, diz Alexandre Herculano:

«A severa disciplina da ordem, as solenidades com que entravam nas batalhas produziam necessariamente o entusiasmo nesses ânimos, em geral esforçados, e naqueles que os viam a seu lado. Os esquadrões do Templo, ao for-

marem-se para a batalha, guardavam profundo silêncio, que só era cortado pelo ciciar do balsão bicolor (negro e branco) que os guiava despregado ao vento e dos longos e alvos mantos dos cavaleiros que se agitavam. À voz do mestre uma trombeta dava o sinal do combate, e os freires, erguendo os olhos ao céu, entoavam o hino de David: — *Não a nós, Senhor, não a nós! mas dá glória ao teu nome!* — Então, abaixando as lanças e esporeando os ginetes, arrojavam-se ao inimigo, como a tempestade, envoltos em turbilhões de pó. Primeiros no ferir, eram os últimos em retirar-se quando assim lho ordenavam.

«Desprezando os combates singulares, preferiam acometer as colunas cerradas, e para êles não havia recuar: ou as dispersavam ou morriam. A morte era, de feito, mais bela para o templário que a vida comprada com a covardia. Bastava que não atingisse ao tipo de valor humano, como os velhos guerreiros da Ordem o concebiam, para ser punido por fraco. A cruz vermelha, distintivo da corporação, com o manto branco sôbre que estava bordada, tiravam-se-lhe ignominiosamente, e êle ficava separado dos seus irmãos como um empestado. Obrigavam-no a comer sôbre o chão nú: não lhe era lícito o desfôrço das injúrias, e nem sequer castigar um cão que o maltratasse. Só depois dum anno, se o capítulo julgava a culpa expiada, o desgraçado cingia de novo o cingulo militar para ir, talvez, na primeira batalha afogar no próprio sangue a memória dum ano de afrontas e de suplício.»

Aos freires militares era sempre confiada a defesa dos castelos mais próximos das terras de infieis e de quantos estavam mais expostos ao perigo da invasão ou do ataque imprevisto; e enquanto duraram essas cruentas lutas entre cristãos e infieis nenhuma defesa se teve por mais segura e eficaz.

Da segurança que os castelos das ordens militares ofereciam aos territórios vizinhos resultavam benefícios doutra espécie. Em volta do castelo afluíam colonos e povoa-

dores, que ali se julgavam defendidos e seguros, para se darem aos trabalhos da agricultura. Em regra o castelo era o ponto de partida duma nova povoação ¹.

Morte de D. Afonso Henriques — A família real. — A 6 de Dezembro de 1185 faleceu El-Rei D. Afonso Henriques em Coimbra, ao cabo de longo e glorioso reinado. O alargamento do território e a fundação da independência nacional são as duas grandes obras que tornam perpétua e veneranda a memória do primeiro monarca português. Nos campos de batalha evidenciou-se como o mais bravo guerreiro da península no seu tempo; na organização do reino, quando era tão difícil insuflar alento e homogeneidade a uma sociedade desagregada e falha de recursos, revelou talentos de grande político e administrador.

D. Afonso Henriques casou em 1146 com Matilde ou Mafalda, filha de Amadeu III, Conde de Mauriana e Saboia. D. Matilde faleceu a 3 de Dezembro de 1158, deixando os seguintes filhos:

D. Sancho, que nasceu em 1154 e sucedeu no trono;

D. Mafalda, que faleceu depois de contratado o seu casamento, em 30 de Janeiro de 1160, com Raimundo Berenguer, herdeiro dos Estados de Barcelona e Aragão, por seu pai Raimundo Berenguer, Conde de Barcelona, e por sua mãe Petronilha, Rainha de Aragão;

D. Urraca, que em 1165 casou com Fernando II de Leão e foi por este repudiada em 1175 a pretexto de parentesco que invalidava o matrimónio;

D. Teresa, que em 1184 casou com Filipe, Conde de Flandres e filho de Thierry de Alsácia.

Ainda do matrimónio teve D. Afonso Henriques mais três filhos que morreram de tenra idade: *D. Henrique*, nascido a 5 de Março de 1147; *D. João* e *D. Sancha*.

¹ Teremos adeante logar próprio para dar mais notícias acêrca das ordens militares; então daremos também a respectiva nota bibliográfica.

Teve também os seguintes filhos ilegítimos:

D. Fernando Afonso, que foi alferes-mór do reino;

D. Afonso, eleito em 1194 mestre da Ordem militar de S. João de Rodes († 1 de Março de 1207);

D. Teresa Afonso, que alguns supõem irmã e não filha de D. Afonso Henriques, e casou com o rico-homem D. Sancho Nunes de Barbosa;

D. Urraca Afonso, que casou com D. Pedro Afonso Viegas, neto de Egas Monís¹.

D. Afonso Henriques foi sepultado na igreja de Santa Cruz de Coimbra, onde D. Manuel I lhe erigiu um rico mausoleu.

¹ FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. X, cap. XIX, XX e XLI; liv. XI, cap. XXXVIII; FARIA E SOUSA, *Europa Portuguesa*, Lisboa, 1679, t. II, pág. 68-70; D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, pág. 59 e seg.; DAMIÃO DE GOES, *Chronica de El-Rei D. Manuel*, p. IV, cap. LXXI e LXXII; ANTÓNIO PEREIRA DE FIGUEIREDO, *Elogios dos Reis de Portugal*, pág. 10-31 e 282-300; JOÃO PEDRO RIBEIRO, *Dissertações Cronológicas e Críticas*, t. III, p. I, pág. 129 e seg., 141-143; D. JOSÉ BARBOSA, *Catálogo das Rainhas de Portugal*, pág. 105 e seg.; FREDERICO FRANCISCO DE LA FIGANIÈRE, *Memórias das Rainhas de Portugal*, pág. 43 e seg.; FRANCISCO DA FONSECA BENEVIDES, *Rainhas de Portugal*, t. I, pág. 85 e seg.; VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, t. I, pág. 98-99; t. III, pág. 3, 4, 5, 7, 9, 11; t. XIV, pág. 2; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. II, pág. 213; t. III, pág. 72-74, 101, 115 e seg.; AUGUSTO MENDES SIMÕES DE CASTRO, *Os Túmulos de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I*; O. L. GODIN, *Princes et Princesses de la Famille Royale de Portugal ayant par leurs alliances régné sur la Flandre*, Lisboa, 1892, pág. 3-4, 9 e seg.; DUARTE GALVÃO, *Chronica de El-Rei D. Afonso Henriques*, cap. LVIII. — Observa o Visconde de Santarém que a Infanta D. Teresa, casada em 1184 com o Conde de Flandres, alguns chamaram *Beatriç* e outros *Mafalda* (III, 4). Ele próprio chama-lhe adeante (pág. 7) *Matilde*. Trata-se sempre da mesma Princesa de Portugal, que, enviuvando de Filipe, Conde de Flandres, em 1191, casou em 1194 com Eudes III, Duque da Borgonha. Este segundo casamento foi declarado nulo em 1197, segundo dizem os historiadores e genealogistas da Casa da Borgonha; pelo que a Princesa de Portugal voltou para Flandres.

Em 20 de Outubro de 1887 foi inaugurado em Guimarães, em presença da família real, um monumento a D. Afonso Henriques. A estátua é obra do escultor Soares dos Reis. Notícias e gravuras no *Occidente*, Lisboa, 1887, vol. X, pág. 57-59, 282-285.

Na mesma revista (Lisboa, 1895, vol. XIX, pág. 127, 166 e 182) foram publicados quatro *Capítulos Inéditos da Chronica de D. Afonso Henriques por Duarte Galvão*, extraídos de um códice da biblioteca publica do Porto por Manuel M. Rodrigues. Tais capítulos, porém, aliás destituídos de valor histórico, já então não eram inéditos, pois havia muito que tinham sido publicados em o n.º 15 da *Revista Literária*. A propósito dêles escreveu o Cardeal Saraiva: *Breves reflexões sobre os quatro capítulos inéditos da Chronica de El-Rei D. Afonso Henriques, por Duarte Galvão, publicados na Revista Litteraria n.º 15 (Obras Completas, t. II, pág. 317)*.

Sobre a espada de El-Rei D. Afonso Henriques, que se diz ser uma existente no Museu da Academia de Belas Artes do Porto, vid. I. DE VILHENA BARBOSA, *Estudos históricos e archeologicos*, Porto, 1875, t. II, pág. 127.

Alexandre Herculano, recordando quanto á memória de D. Afonso Henriques deve a nação portuguesa, e também a simpatia que aos portugueses em todos os tempos mereceu o glorioso monarca, pôde concluir a história dêste reinado com as palavras seguintes: ... «Ao passarmos pelo pálido e carcomido portal da igreja de Santa Cruz, vamos saudar as cinzas daquele homem, sem o qual não existiria hoje a nação portuguesa e, porventura, nem sequer o nome de Portugal.»

D. SANCHO I

1185-1211

Primeiros anos de govêrno — Administração interna. —

Achavam-se os negócios do reino em fase de calmaria, embora de duração precária, como era próprio de aqueles tempos revoltos, quando D. Sancho I subiu ao trono, aos trinta anos de idade, amadurecido pelos trabalhos da guerra e pela experiência dos negócios.

Não havia por aquele tempo acesas discórdias entre Portugal e os demais Estados cristãos da península. As fronteiras ao norte do Tejo, se não estavam rigorosamente fixadas, o que era impossível numa época de tanta confusão, tinham o seu curso esboçado em convenções, no facto jurídico da posse, e não menos no espírito de nacionalidade com que os povos, de parte a parte, repeliam as pretensões de dominação estranha.

Ao sul do Tejo eram mais incertos os limites entre Portugal e o reino de Leão, embora D. Afonso Henriques tivesse estipulado com Fernando II (1160?) uma linha divisória das terras muçulmanas que constituíriam o objecto da conquista de cada um. De diversos factores dependia a efectivação do acôrdo, e entre êles se devem contar os interesses que El-Rei de Castela tinha na partilha, a ambição dos príncipes e as eventualidades da guerra contra os sarracenos.

Maior contingência de lutas oferecia a fronteira meridional, aonde seria forçoso levar a guerra no seguimento da conquista, ou sustentá-la contra os muçulmanos, quando,

refeitos de desastres sofridos, se abalançassem a novas tentativas. Contudo estava a paz assegurada por algum tempo, desde que Iacube Abú Iúcufe se ausentara, para transportar a Salé o cadáver de seu pai, e se occupava em consolidar a sua autoridade de amir e prover negócios internos dos seus Estados.

Aproveitou D. Sancho I o remanso da paz, acudindo com acção providente ás necessidades da administração interna. Restaurou fortalezas e castelos arruinados, promoveu a repovoação de logares que as assolções da guerra tornaram êrmos, e procurou fixar núcleos de população pela solidariedade dos interesses comuns, organizando-os em concelhos por cartas de foral. Datam com efeito desta época os forais de diversos concelhos, principalmente da Beira e Trás-os-Montes, como são os de Gouveia (1186), Covilhã (1186), Viseu (1187), Avô (1187), Bragança (1187), Felgosinho (1187), Valhelhas (1188) e provavelmente ainda outros ¹.

Também não descurou D. Sancho o desenvolvimento das Ordens militares, que tão notáveis serviços prestavam naquela época. Na peleja eram os freires militares os mais arrojados combatentes; os seus castelos eram simultaneamente a guarda avançada contra as incursões dos infieis, e o centro de protecção e defesa para os colonos que em volta dêles se fixavam.

Logo no princípio do seu govêrno doou El-Rei D. Sancho ás Ordens do Hospital e do Templo muitas terras que os autores antigos não discriminam.

¹ FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XII, cap. III e XI, p. IV, fl. 4 e 17; J. P. RIBEIRO, *Dissert. chronol.*, t. III, p. I, pág. 176-180 (n.ºs 567, 569, 574, 577, 581 e 582), e pág. 183 (n.º 591); *Port. Monum. Historica — Leges et Consuetudines*, t. I, pág. 451-472; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. III, pág. 150. Em alguns dos forais mencionados está expressa a iniciativa do rei na povoação ou restauração do logar. Assim diz D. Sancho aos habitantes de Gouveia: «*qui ibidem populosos estis per mandatum meum*». No foral da Covilhã: «*uolumus restaurare atque populare Couelianam*». Foral de Felgosinho: «*qui ibidem populosos estis per mandatum meum*». A mesma declaração aparece no foral de Valhelhas.

Em 1197 doou aos templários os vastíssimos territórios da Açafa, que se dilatavam ao longo da margem direita do Tejo, desde o distrito da Idanha, anteriormente doado, para o occidente até os limites do castelo de Belver, que pertencia aos hospitalários. Na mesma doação da Açafa se compreendia também uma extensa porção do alto Alentejo, que parece ter sido aquela que os cristãos iam gradualmente povoando ¹.

Sabe-se que em 1194 doou aos hospitalários a terra de *Guidimtesta*, ou *Guidi in Testa*, para ali fundarem um castelo, ao qual o monarca, logo no acto da doação, deu o nome de *Belver* ². Êste castelo era nos princípios do século XIII a cabeça, ou pelo menos uma das casas principais dos hospitalários de Portugal ³.

Aos freires da ordem de Calatrava confiou D. Sancho a guarda do castelo de Alcanede e da vila de Alpedriz, na moderna Extremadura; e prometeu-lhes o domínio da fortaleza de Juromenha, logo que a conquistasse aos mouros. Em 1201 já a ordem de Calatrava possuía bens valiosos pelo menos em Évora, Coruche, Benavente, Santarém, Lisboa, Mafra, Alcanede, Alpedriz, Booriz, Selva Escura e Panoias ⁴.

Em 1186 doou aos espatários ou freires de Santiago da Espada os castelos de Alcácer, Palmela, Almada e Arruda, que elles não puderam conservar; doou-lhes em 1193 a torre e paços da alcáçova de Santarém, e em 1194 o edificio de Santos o Velho, junto a Lisboa ⁵.

¹ VITERBO, *Elucidário*, in vbo. *Tempreiros*, t. II, pág. 359 e 360; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 317.

² *Ego Sancius... facio Cartam... Vobis D. Alfonso Pelagii, Priori Hospitalis in Partibus nostris... et omnibus Fratribus vestri Ordinis... de terra quae vocatur Guidimtesta, in qua concedimus Vobis ut facialis Castellum quodam, cui imponimus nomen Belveer.* VITERBO, *Elucidário*, in vbo. *Guidimtesta*.

³ RUI DE PINA, *Crónica de El-Rei D. Sancho I*, cap. VII; J. ANASTÁSIO DE FIGUEIREDO, *Nova Malta*, t. I, pág. 142, 149 e seg. e 203-204.

⁴ Bula de Inocência III *Religiosam vitam*, de 17 de Maio de 1201, no *Quadro Elementar*, t. IX, pág. 34.

⁵ Risco, *España Sagrada*, t. XXXV, pág. 236 e seg. e t. XLI, prólogo; BRANDÃO, *Mo-*

Guerra contra os sarracenos — Conquista de Silves. —

Iacube Almançor, regressando á península na primavera de 1189, passou de Algeciras, onde desembarcara, ao occidente do Andalús, e fez uma algara por terras de Portugal, sem todavia ganhar nenhuma vantagem decisiva. Pouco depois voltou á África, talvez porque lá o chamassem insurreições em algumas das suas províncias.

Entretanto D. Sancho desistira do projecto de se empenhar numa cruzada ao Oriente; e, despertado pela incursão dos muçulmanos, voltou os olhos para as terras do Algarve, ainda sob o jugo dos infieis ¹.

Na primavera de 1189 entrava no Tejo uma armada de cruzados, que não tardou a pôr-se em marcha para o sul com uma armada portuguesa. Ambas foram tomar o castelo de Alvôr, na costa marítima da província de Alçunu.

Animado com o éxito que alcançara, D. Sancho conti-

narquia Lusitana, t. XI, cap. XXV; VITERBO, *Elucidário*, in vbo. *Ocres*; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 315 e seg.; GAMA BARROS, *História da administração pública em Portugal*, t. I, pág. 360 e seg.; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. III, pág. 152.

¹ Os árabes chamavam *Garbe* ou *Algarbe*, nos fins do século XI, a uma vasta extensão de território que comprehendia: as modernas províncias do Alentejo e do Algarve; parte considerável da Extremadura espanhola, e talvez da província de Sevilha; e a parte da Extremadura portuguesa ainda não conquistada pelos cristãos. Antes de começarem os cristãos as suas conquistas ao sul do Tejo, compunha-se o *Garbe* de três províncias, a saber:

1.^a Província de *Alçunu* que tinha por capital *Xelbe* (Silves); as outras povoações principais eram *Hârune* ou *Haron* (Faro) e *Tabira*, na beira mar; e *Mertola*, na margem direita do Guadiana;

2.^a Província de *Alcacer*, com as cidades de *Batalioce* (Badajoz), *Xerix* (Xeres de los Caballeros), *Iâbora* (Évora), *Mérída* (Mêrida), *Cantara Aceife* (Alcântara), *Curia* (Coria), *Ielbax* (Elvas), *Beja*, *Alcacer* (Alcacer do Sal), e vários castelos e povoações, como *Julumania* (Juromenha) e *Xerba* (Serpa);

3.^a Província de *Belata*, com as cidades de *Xantarine* (Santarém) e *Lixbuna* ou *Axbuna* (Lisboa), e o castelo de *Xintra* (Sintra); e na margem esquerda do Tejo o forte de *Al-mâdine* (Almada), isto é, *da mina*, nome que lhe vinha — diz Herculano — das palhetas de ouro que o rôdo do mar lançava nas suas praias, e que se entretinham em ajuntar durante o inverno os habitantes daqueles distritos. Vid. A. HERCULANO, *Historia de Portugal*, t. II, pág. 168 e seg.; t. III, pág. 167; e as correcções do Sr. David Lopes na cit. obra *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano*, principalmente a pág. 207 e seg. do vol. III do *Boletim da Segunda Classe* da Academia. Ainda sobre geografia árabe, vid. DAVID LOPES, *Faro no século XI — História dos seus príncipes* (I Occidente, 1901, XXIV, 139); *Topontmia árabe, passim*.

nuou a preparar-se para novas e maiores empresas, na expectativa de outras expedições de cruzados que o auxiliassem. Excitava-lhe a cubiça a cidade de Silves, de vinte a trinta mil habitantes, mais rica e opulenta do que Lisboa, e admiravelmente defendida por torres e muralhas que pareciam inexpugnáveis.

No princípio de Julho de 1189 reuniam-se no Tejo muitos navios com alguns milhares de cruzados que procediam do norte. Entendido com os seus hóspedes, expediu D. Sancho por terra, m direcção a Silves, algumas fôrças que constituíam a guarda avançada, e em seguida se pôs êle próprio a caminho com o grosso do exército. Os cruzados, com uma armada portuguesa, partiram embarcados em numerosos navios.

Chegada a frota deante da cidade, desembarcaram os cristãos; apoderaram-se do arrabalde, e, decidido o assalto para 21 de Julho, atacaram com furor encendido pelo entusiasmo religioso e pela esperança do saque. Em ardida peleja conseguiram apoderar-se da cidade baixa; mas todos os esforços se quebraram contra a resistência que ofereceram os sarracenos na defesa da Almedina ou parte alta da cidade, protegida por fortificações e fossos. Retrocederam os assaltantes, e no seu desespero incendiaram o bairro que já tinham conquistado.

A 29 de Julho chegava D. Sancho, e pouco depois renovava-se o ataque. Grande era a bravura dos acometedores, mas não era menor a dos sarracenos que defendiam a cidade, e de tal modo que os cristãos pensaram em desistir da empresa. Havia falta de água na povoação; a dos poços e cisternas era escassa e salôbra. Os sitiados não tinham água para amassar pão, e chegaram a alimentar-se principalmente de figos. Repetiram-se durante um mês horríveis episódios, em que a ferocidade dos combatentes tocava o extremo. Travaram-se lutas subterrâneas, quando as minas dos cristãos eram atalhadas pelas contraminas dos infieis; e nas entranhas da terra, quando já não podia mais

a força humana, espalhava-se o incêndio como instrumento de morte e destruição.

Finalmente, no 1.º de Setembro, vencidos mais pela sede que pelo ardor dos combates, os sarracenos propuseram entregar a cidade, com tanto que os deixassem sair com todos os bens móveis. Acedeu El-Rei de Portugal; porém os cruzados, vendo que assim lhes fugia a esperança do saque, e sabendo das privações extremas que sofriam os sitiados, recusaram-se a aceitar a capitulação naqueles termos. D. Sancho ainda lhes ofereceu dez mil morabitinos ou áureos para desistirem do saque; mas êles recusaram a proposta, a pretexto de que, sendo necessário ir buscar o dinheiro a Évora ou a Coimbra, isso lhes retardaria a viagem. A 3 de Setembro abriram-se finalmente as portas da cidade, onde os cruzados de tal modo cevaram a cupidez do lucro e a crueldade dos instintos, que El-Rei de Portugal esteve a ponto de vir ás mãos com os seus auxiliares da véspera.

O castelo de Albufeira e todos os demais castelos e lugares a norte e a oeste de Silves facilmente caíram em poder dos portugueses, logo depois da conquista daquela cidade ¹.

Invasão dos sarracenos — Queda de Silves e doutras terras. — Na primavera de 1190, desembarcou em Tarifa com muitas tropas o amir Iacube Almançor, disposto a vingar os desastres que representavam as conquistas de D. Sancho de Portugal a occidente e as de Afonso VIII de Castela no Andalús.

Juntas as tropas africanas e as da península, deixou Iacube um exército cercando Silves, e avançou com outro para o norte. Acima de Santarém transpôs o Tejo e foi

¹ FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XII, cap. VII, VIII e IX, p. IV, fl. 10 v.º, 12 e 14; RUI DE PINA, *Chronica de El-Rei D. Sancho I*, cap. VII-XI; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. III, pág. 162 e seg.; VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, t. XIV, pág. 2-3.

atacar o castelo de Torres Novas, que só pôde resistir dez dias. Marchou depois contra o castelo de Tomar, defendido pelos templários, e em volta dêle destruiu quanto encontrou.

D. Sancho recolhera-se em Santarém, esperando que os inimigos fossem atacar a cidade. Eram diminutas as fôrças de que dispunha para a defesa; e nem podia esperar auxílio das províncias do norte, cortadas como estavam as comunicações por aquêlê lado. Em tais circunstâncias foram-lhe precioso auxílio 500 homens, que, a seu pedido, foram de Lisboa pelo Tejo acima, destacados de uma armada de cruzados para reforçarem Santarém.

Entretanto depararam-se a Iacube dificuldades, provenientes dos estragos do clima numa região insalubre, ou da falta de mantimentos, ou de qualquer outro ignorado motivo. Mandou propôr a El-Rei a restituição de Torres Novas e tréguas por sete anos, em troca de Silves. A proposta foi rejeitada, o que não obistou a que os invasores se retirassem.

No ano seguinte (1191) voltou Iacube com reforços, para novamente pôr cêrco a Silves. Ignoram-se as circunstâncias do assédio: sabe-se apenas que os defensores da cidade houveram de render-se; e, sem perderem o impulso da vitória, logo em seguida retomaram os sarracenos Alcácer, Palmela e Almada. Da província que os muçulmanos chamavam *Alcácer*, apenas Évora se manteve em poder dos portugueses ¹.

Novas providências de administração e povoação do reino.

— Depois das desastradas perdas que acabamos de referir, novamente voltou D. Sancho I os olhos para a administra-

¹ FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarchia Lusitana*, l. XII, cap. XIII e XVI, p. IV, fl. 20 v.^o e 24 v.^o; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. III, pág. 196 e seg., 211 e seg.; VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, t. XIV, pág. 2-3. O que diz Herculano em a nota XII no fim do t. III, pág. 351-352, carece de ser rectificado conforme indica o Sr. David Lopes, *Arqueólogo Português*, I, 274 e seg.

ção interna, e principalmente para a organização de novos concelhos, tão importantes como núcleos de força política e centros de desenvolvimento económico. Nunca de todo perdeu de vista este género de actividade governativa, á qual todavia se dedicava mais no remanso da paz.

Entre os forais concedidos por aquêl tempo contam-se os de Penacova (1192), Marmelar (1194), Pontevel (1194), Povos (1195) e S. Vicente da Beira (1195)¹. Alguns forais não eram concedidos por El-Rei, mas por aqueles a quem a terra fôra doada, mediante a iniciativa e ordem régia².

Em 1195 restituiu ao culto e repovoou o castelo de Leiria, que fôra fundado por D. Afonso Henriques e provavelmente padecera com a incursão muçulmana de 1190; e deu-lhe novamente a instituição municipal³.

Em 1194 intentava a restauração da antiga *Egitania*, que três anos depois doou aos templários; e pelo mesmo tempo promovia a povoação do lugar onde surgiu a cidade da Guarda, a que deu foral em 1199⁴.

Elemento considerável para a povoação do reino foram as colónias de estrangeiros atraídas pelo monarca, a partir de 1198 se não antes. Muitos dêles foram trazidos de Flandres pelo seu compatriota Guilherme, antigo deão de Silves, que fôra em visita ao país natal depois da perda daquela cidade; e logo D. Sancho lhes deu terras que povuassem e franquias próprias a favorecerem a vinda de novos colonos. A alguns deu largos campos entre Santa-

¹ *Port. Mon. Hist. — Leges et Consuet.*, t. I, pág. 483, 489, 490, 491 e 494.

² Foral de Pinhel (1191), dado pelo prior e frades de S. Maria de Riba Paiva, «*per mandatum domino regi santio portugallia*»; foral de Mortágua (1192), dado pela Rainha D. Dulce, «*autoritate et mandato Regis Domni Sancii*». Outros não mencionam a iniciativa régia, mas pelo menos seguiam-lhe o exemplo. Assim o Bispo e o Cabido de Coimbra, dando em 1194 foral a Centocellas, diziam: «*uolumus restaurare atque populare nostram hereditatem quam Rex Domnus Sancius... contulit sancte Colinbriensis Ecclesie scilicet Centumcellas*». *Leg. et Cons.*, I, pág. 481, 482, 487. Pinhel recebeu de D. Sancho I novo foral em Outubro de 1209 (*Leg. et Cons.*, pág. 541; A. BRAAMCAMP FREIRE, *Tombo da comarca da Beira*, no *Arquivo Histórico Português*, vol. X, pág. 276 e seg.

³ *Leg. et Cons.*, I, 496.

⁴ VITERBO, *Elucidário*, in vbo. *Guarda*; *Leg. et Cons.*, I, 508; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. III, pág. 217 e 251-253.

rém e Alenquer, onde fundaram a vila dos francos, que depois teve o nome de Azambuja. Outros estabeleceram-se nas terras de entre Tejo e Sado, que os sarracenos tinham desamparado, e lá fundaram Sesimbra; e ainda outros foram povoando territórios entre o Tejo e o Ervedal¹.

Muitas outras povoações se fundaram e organizaram em concelhos, já por iniciativa do monarca, já pelos esforços dos seus colaboradores, como D. Sueiro, Bispo de Lisboa, que fundou Alhandra (1203); e Pedro Afonso, meio irmão de D. Sancho, o qual estabeleceu os concelhos de Arega (1201), Figueiró (1204) e Pedrogam (1206)².

Guerras com Afonso IX de Leão. — Nas rivalidades, que se tornaram em guerra aberta, entre Afonso VIII de Castela e Afonso IX de Leão, procurou o primeiro e alcançou a aliança de El-Rei de Portugal, por intermédio do monarca de Aragão³. Contra êste pacto, concluído em 1196, preveniu-se o monarca leonês entrando no mesmo ano em entendimentos com Almançor, amir de Marrocos, e com Sancho VII de Navarra.

Almançor, respondendo a incursões castelhanas feitas em 1195, invadiu os Estados de Afonso VIII em meados de 1196; tomou muitas terras e fez outros estragos consideráveis. Os reis de Leão e Navarra atacaram por sua vez o castelhano. Afonso VIII representou ao Papa que os seus inimigos se tinham aliado a infieis contra cristãos, pelo que Celestino III excomungou o Rei de Leão, incitou

¹ A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. III, pág. 247-250; VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, t. III, pág. 6 e 8; t. I, pág. 58.

² *Leg. et Cons.*, I, 517, 528 e 531; A. HERCULANO, ob. e t. cit., pág. 257-259. Sobre o assunto geral dêste parágrafo, veja-se também FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XII, cap. III, XI e XXVI, p. IV, fl. 4, 17 e 47.

³ Eram muito frias as relações entre Afonso IX de Leão e D. Sancho de Portugal. Afonso IX casara com D. Teresa, Infanta de Portugal, apesar de serem os cônjuges parentes em grau proibido pela Igreja. O Papa Celestino III reprovou o casamento; e, como os esposos continuassem unidos, impôs interdito no reino de Leão e excomungou Afonso IX e D. Sancho I. Por fim teve D. Teresa de separar-se de seu marido, por estar nulo de direito o casamento, o que deixou muito descontente El-Rei seu pai.

os príncipes católicos a combatê-lo, e desligou os súbditos leoneses do dever de fidelidade, se Afonso IX persistisse em tal procedimento. Em bula dirigida a D. Sancho I, autorizava-o a incorporar nos seus Estados as terras que pudesse conquistar a El-Rei de Leão.

Em Agosto de 1196 tinha já estalado a guerra entre Portugal e a monarquia de Leão. D. Sancho tomou Tui e outras terras da Galiza, que provavelmente restituiu pouco depois, ao fazer-se a paz.

Com efeito, Afonso VIII de Castela, atacado pelos muçulmanos, houve de negociar uma suspensão de armas para empregar todas as suas forças contra Leão. Por sua vez, Afonso IX, privado do auxílio dos sarracenos, procurou negociar a paz, oferecendo-se a casar com a infanta Berengária, filha de El-Rei de Castela. A pacificação estava feita nos fins de 1197, quando se realizou o casamento.

De bem pouca dura foi a paz entre Leão e Portugal. Em 1199, se não já no ano anterior, os dois Estados encontravam-se de novo em guerra, por motivos e em circunstâncias que não é possível determinar¹. D. Sancho, temendo que Afonso VIII se unisse ao genro contra Portugal, embora desmentindo a antiga aliança, conseguiu neutralizá-lo pela intervenção do Papa Inocêncio III, que ordenou ao seu legado Rainério o emprêgo dos mais decididos esforços para evitar a luta entre os cristãos.

Afonso IX veio na primavera de 1199 pôr cerco a Bragança. Há notícia vaga doutros recontros, até que a paz se restabeleceu em 1200, talvez pela intervenção do Papa, ou de Afonso VIII de Castela, ou de ambos conjuntamente².

Relações com a Santa Sé. — Não obstante haver impe-

¹ A. Herculano (III, 242) conjectura que a luta se filiasse na questão da posse das terras que D. Sancho conquistara na Galiza em 1196; mas em tal caso não seria possível explicar como se concluiu a paz de 1197 sem regular aquela irritante questão.

² A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. III, pág. 220 e seg.

trado de Clemente III a confirmação da Corôa, a qual lhe foi concedida por uma bula¹ em tudo semelhante àquela que Alexandre III dirigira a seu pai, em 1179, D. Sancho I não foi mais solícito no pagamento do censo devido á Santa Sé do que o fôra D. Afonso Henriques nos últimos anos do seu reinado. A promessa, feita a Alexandre III, de dois marcos de ouro anuais, em vez das quatro onças oferecidas a Lúcio II, nunca se cumprira; e quando Celestino III assim o representou a D. Sancho, êste respondeu com a evasiva de que seu pai tinha pago por uma vez o censo de dez anos, enviando a Alexandre III mil áureos.

Inocência III escreveu por sua vez a D. Sancho uma carta em que lhe recordava estes factos; desfazia o argumento dos mil áureos oferecidos, declarando que essa quantia fôra dada de presente e como sinal de affecto de D. Afonso Henriques ao Pontífice; e exortava-o a que desempenhasse a obrigação contraída. Nessa ocasião (1198) enviava Inocência III um legado á Espanha para tratar de outros negócios, e encarregara-o também de, com efficácia, admoestar D. Sancho quanto ao pagamento do censo, recorrendo até aos meios de coacção moral, se tanto fosse necessário².

D. Sancho não pôde continuar a esquivar-se a satisfazer uma pretensão que se baseava em títulos indisputáveis, tanto mais que circunstâncias especiais de política externa lhe aconselhavam naquela ocasião attitude moderada com o Papa³. Perante o legado pontifício aceitou o acto de vassalagem prestado por seu pai, em 1143, e incumbiu o Mestre do Hospital de fazer chegar ás mãos do Papa, por

¹ Bula de Clemente III *Manifestum probatum*, de 7 de Maio de 1190, sumariada por ABRANCHES, *Summa do bullário português*, pág. 246-247, n.º 1742. No *Quadro Elementar* (t. IX, pág. 25) attribue-se a esta bula a data de 1100, quando deve ser de 1190.

² Bula de Inocência III *Serenitatem regiam*, de 24 de Abril de 1193, nas *Epist. Inn. III*, lib. I, ep. 99, sum. por SANTOS ABRANCHES, *Summa cit.*, pág. 249, n.º 1749; *Quadro Elementar*, t. IX, pág. 29-30; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. II, pág. 82.

³ Vid. A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. II, pág. 80 e seg.

dois cavaleiros da ordem, que iam a Roma, 504 morabitinos, em que importavam, á razão de quatro onças, os anos decorridos desde o concílio lateranense III. Quanto ao aumento do censo oferecido a Alexandre III, e a serem ou não os mil áureos dádiva voluntária, D. Sancho declarava ignorar a verdade, e entregava o exame do negócio á consciência do Papa, na persuasão, talvez — diz Herculano — de que nos arquivos pontifícios não haveria documentos sôbre tais ofertas. Inocência III, para tirar toda a dúvida ao monarca, enviou-lhe a carta de D. Afonso Henriques, como estava no *regesto* de Alexandre III, e exortou-o a seguir os vestígios de seu pai, pagandô liberalmente e sem dificuldade o que ofereceu ao Vigário de Cristo ¹. Não há notícia de ter sido renovado semelhante pedido, e tudo leva a crer que foi paga a quantia reclamada ².

Contendas entre D. Sancho I e o clero. — Surgiu um conflito entre o Bispo do Porto, Martinho Rodrigues, e o seu cabido, quando aquele anulou certas reformas introduzidas pelo seu antecessor. Consistiam elas na criação de diversas dignidades capitulares; divisão dos rendimentos da diocese em três partes, duas para o Bispo e uma para o cabido; e extinção da vida monástica dos cônegos sob a regra de Santo Agostinho, passando a ter vida secular independente.

Á supressão destas regalias ofereceu o cabido sérias contestações, que só vieram a serenar com a repetida intervenção do Arcebispo de Braga. Parece, porém, que o cabido invocara em seu favor a autoridade régia, que de facto interveiu ao renovar-se mais uma vez o conflito em ano que não está determinado, mas anterior a 1208. O

¹ Bula de Inocência III *In eo sumus preposito*, de 9 de Dezembro de 1198, nas *Epist. In. III*, lib. I, epist. 448, sum. por ABRANCHES, *Summa* cit., pág. 254, n.º 1764; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. II, pág. 83 a 84. No *Quadro Elementar* (t. IX, pág. 32), vem notícia muito escassa desta bula.

² FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 366-367.

Bispo sofreu então grandes violências. Os oficiais de El-Rei prenderam-lhe um irmão, e ao próprio Martinho Rodrigues despojaram de seus bens, alfaias e cavalgaduras.

Por ordem do Pontífice, a quem o Bispo do Porto representara seus agravos, o Bispo de Samora pôs termo á contenda, em termos que El-Rei aceitou. D. Sancho comprometeu-se a receber o prelado em sua graça, reparar os danos causados, respeitar de futuro a autoridade do Bispo e não se intrometer em causas eclesiásticas a não ser requerido pelo prelado.

Todavia a paz não foi duradoira, ou porque D. Sancho não cumpriu as cláusulas ajustadas, ou porque Martinho Rodrigues se não julgou suficientemente desafrontado. O príncipe D. Afonso, herdeiro do trono, casara em fins de 1208 ou princípios de 1209 com D. Urraca, filha de Afonso VIII de Castela. Eram os cônjuges parentes, embora em grau remoto; mas tal circunstância não foi julgada suficiente para que os prelados portugueses oferecessem qualquer resistência ou contrariedade. Não o entendeu assim o Bispo do Porto, que primeiro se recusou a intervir na celebração do matrimónio, e depois se negou também a receber processionalmente os noivos, segundo o estilo, quando passaram por aquela cidade.

Acendeu-se então um conflito nos termos mais violentos. Ao passo que o deão e alguns outros tomavam partido pelo Bispo, a maior parte dos cônegos e os burgueses do Porto eram-lhe adversos. Martinho Rodrigues impôs interdito na cidade; porém os próprios eclesiásticos que lhe eram adversos não o acatavam. El-Rei mandou destruir as casas de certos clérigos partidários do Bispo, tirou-lhes as prebendas e as cavalgaduras, violou as igrejas, introduziu lá os excomungados, fez sepultar os corpos dos que morreram interditos, e finalmente prendeu o deão, o Bispo e outras pessoas no paço episcopal.

Martinho Rodrigues houve de render-se; mas logo que pôde tomou o caminho de Roma para recorrer ao Papa.

Inocência III encarregou o Bispo de Samora, e com elle outros eclesiásticos, de annunciarem a pena de excomunhão fulminada contra D. Sancho e contra todos os que tinham retido prêso o Bispo e os seus companheiros; e outras severas cominações, se não dessem satisfação aos injuriados ¹.

Novos conflitos com o clero. — No mais acêso da questão entre El-Rei e o Bispo do Porto, levantou o prelado conimbricense, D. Pedro, o seu protesto contra certas normas seguidas por D. Sancho em relação á classe eclesiástica.

Queixava-se o Prelado de que El-Rei era contrário á liberdade eclesiástica e usurpava a jurisdição da Igreja, porque dava os benefícios e confirmava neles sem ter poder para isso, e por sua autoridade privava dêles os que estavam canonicamente providos. Prendia os clérigos sem culpas e tinha-os nas cadeias públicas; fazia-os litigar ante as justiças seculares e obrigava-os a servirem no exército. Chegava a tanto o ódio que tinha ás pessoas e cousas eclesiásticas, que tomava por agouro e tinha por dia mal afortunado aquele em que encontrava algum clérigo ou frade, o que tudo fazia induzido por uma feiticeira que trazia consigo e com a qual se aconselhava. Defendia e amparava os usurários, amancebados, excomungados e todos os outros pecadores públicos e de mau viver, contra os quais se procedia pela Igreja.

Indignado com as admoestações que por estes e outros fundamentos lhe dirigiu o Prelado conimbricense, D. Sancho entrou numa vila do Bispo e pediu aos moradores dela que lhe pagassem colheita. Como lha não dessem por não lha deverem, derribou as casas que ali tinham o Bispo e os cônegos e tomou o que nelas havia, cavalos, mulas e

¹ A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. III, pág. 266 e seg., 352 e seg.; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 370 e seg.

todos os móveis que encontrou. Então pôs o Bispo interdito na diocese; e, para que o não pudesse levantar o arcebispo eleito de Braga, adicto a D. Pedro, apelou imediatamente para o Papa. El-Rei, sabendo isto, determinou que se não guardasse o interdito, e mandou prender e confiscar as fazendas de todos os que o observavam.

O Arcebispo de Braga procurou conciliar El-Rei e o prelado; porém êste recusou-se a levantar o interdito, alegando que o monarca perseverava nas suas culpas. D. Sancho mais se irritou e praticou novas crueldades, «porque aos clérigos, que guardavam o interdito e não queriam celebrar diante dêle, mandava tirar os olhos, na presença de seus pais e parentes, para que a todos juntamente atormentasse, e fazia muitas outras cousas feras e inumanas. Por não ver padecer seus súbditos injustamente, o Bispo levantou o interdito, e determinou-se a ir a Roma dar conta ao Papa; mas antes de o poder fazer foi prêso êle e um capelão seu, por mandado de El-Rei, e ambos encarcerados numa cadeia pública. Certa noite, o capelão do Bispo, disfarçado, pôde fugir e foi a Roma queixar-se de tantos excessos.

Inocência III, por bula de 23 de Fevereiro de 1211, providenciou enèrgicamente, e repreendeu com severidade El-Rei de Portugal pelo seu procedimento; porém naquela data já em Portugal estavam liquidados os conflitos entre D. Sancho e o clero.

Sentindo avizinhar-se a morte, fazia El-Rei o seu testamento em 1209, quando Martinho Rodrigues andava pela Itália pedindo justiça ao Papa; e nele contemplava generosamente o clero. Em meados do ano seguinte, ao regressar o Bispo do Porto ao reino, D. Sancho nenhuma resistência opôs ás satisfações pedidas, antes lhe ofereceu amizade e protecção. Igualmente se congraçou com o Bispo de Coimbra ¹.

¹ A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. III, pág. 286 e seg., 355 e seg.; ANTÓNIO PE-

Aspecto geral do reinado de D. Sancho I — A família real.

— Não permitiram as circunstâncias externas que D. Sancho I se notabilizasse pelo alargamento do território nacional. Não lhe falecia o valor militar, apurado na escola de seu pai e pôsto em evidência nas empresas què tentou; nem o fermento da iniciativa, provado nas conquistas levadas a cabo e desastrosamente perdidas. Houve, porém, de defrontar-se com inimigos poderosos, que pelo número excediam o esforço das hostes portuguesas.

O facto que assinala o govêrno de D. Sancho é o constante empenho de promover a colonização do reino, organizar as bases da administração e estabelecer novos concelhos, que constituíam outros tantos núcleos de vida e desenvolvimento local e contribuíam harmònicamente para o progresso geral da nação. Êste aspecto administrativo, que melhor se conhece pelo teor dos documentos do que pela informação dos escritores antigos, é comum dos primeiros monarcas portugueses, e bem demonstra quanto êles se empenhavam no desenvolvimento da civilização nacional. Mais duma vez teremos de alegar factos comprovativos, quando fizermos o estudo das instituições políticas e sociais daquele tempo.

A história regista a severidade de D. Sancho I na administração dos dinheiros da Corôa. Neste ponto o seu escrúpulo foi tal, que pôde testar perto dum milhão de morabitinos, quási tudo em ouro cunhado, isto é, diz Herculano, «mais de três milhões de cruzados da moeda actual (*meado do século XIX*), soma a bem dizer incrível, se atendermos á raridade dos metais preciosos naquela época.»

Nos trabalhos de ordem administrativa, de certo lhe prestou grande auxílio o chanceler Julião, provavelmente um dos primeiros portugueses que freqüentara a universi-

REIRA DE FIGUEIREDO, *Apologia de El-Rei D. Sancho I de Portugal, em contraposição de uma carta que lhe escreveu o Papa Inocência III*, nas *Obras Completas* do Cardeal Saraiva, t. I, pág. 369 e seg.; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 373 e seg.

dade de Bolonha, na qual se estudava, desde os princípios do século XII, com famosa distinção, a jurisprudência romana fundada no direito justinianeu¹.

D. Sancho I nasceu em Coimbra a 11 de Novembro de 1154, e faleceu na mesma cidade a 26² de Março de 1211³. Casou em 1174⁴ com D. Dulce († 1.º de Setembro de 1198), filha de D. Raimundo Berenguer IV, Conde de Barcelona, Príncipe de Aragão; e de D. Petronilha, Rainha de Aragão. De D. Dulce teve os seguintes filhos:

D. Afonso, que sucedeu no trono (23 de Abril de 1185 — 25 de Março de 1223);

D. Pedro (23 de Março de 1187 — 2 de Junho de 1258);

D. Fernando (24 de Março de 1188 — 26 de Julho de 1233);

D. Henrique (1189 — 8 de Dezembro...);

D. Raimundo (... — 9 de Março...);

Beata D. Teresa (... — 17 de Junho de 1250);

Beata D. Mafalda (... — 1.º de Maio de 1256);

Beata D. Sancha (... — 13 de Março de 1229);

D. Branca (... — 17 de Novembro de 1240);

D. Berengária ou Berenguela, que foi Rainha da Dinamarca (... — 27 de Março de 1220);

D. Constança (Maio de 1182 — 3 de Agosto de 1202).

De D. Maria Aires de Fornelos teve D. Sancho dois filhos ilegítimos: D. Martim Sanches e D. Urraca Sanches.

¹ A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. III, pág. 214, 247 e 294-297; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 377. Teremos adeante ocasião própria de falar da influência do direito justinianeu em Portugal.

² Segundo FR. ANTONIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XIII, cap. I, p. IV, fl. 68, col. I.

³ Foi sepultado na igreja de Santa Cruz de Coimbra. Acêrca do seu túmulo vid. A. M. SIMÕES DE CASTRO, *Os túmulos de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I*, Coimbra, 1885.

⁴ Alguns autores erradamente referem o casamento ao ano de 1175. Numa doação feita ao mosteiro de Bouro em Outubro da era de 1212 (ano de 1174), já figuram D. Sancho e sua mulher D. Dulce. A mulher de D. Sancho ainda não é mencionada, entre as pessoas da família real, no foral de Monte-Santo, de Abril de 1274; mas o seu nome já aparece no foral de Pombal, de Junho de 1274, e no de Tomar do mesmo mês e ano (*P. M. H. — Leg. et Cons.*, pág. 397-401). A *Chronica Gothorum*, á era de 1212 diz: «*nupsit Rex Sancius cum filia D. Raynundi Comitiss de Barcelona*» (*P. M. H., Scriptores*, pág. 16, col. 1.^a).

De D. Maria Pais Ribeira teve seis filhos: Rodrigo Sanches († 1245), Gil Sanches († 1236), Nuno Sanches († 16 de Dezembro..., de tenra idade), D. Maior Sanches († 27 de Agosto...), D. Constança Sanches (1204 — 8 de Agosto de 1269) e D. Teresa Sanches († 1230)¹.

¹ Sôbre a descendência de D. Sancho I vid.: *Os Livros de Linhagens*, nos *Port. Mon. Hist., Scriptores*, I, pág. 255-256, 266; ACENHEIRO, *Croniqua dos Reis de Portugal*, na *Colecção de inéditos de história portuguesa*, t. V, pág. 60; RUI DE PINA, *Chronica de El-Rei D. Sancho I*, cap. XV; D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, l. I, cap. V-XI, t. I, pág. 79 e seg.; FR. A. BRANDÃO, *Monarchia Lusitana*, l. XII, cap. XXI, XXIX e XXXV, p. IV, fl. 32 v. e seg., 52 v. e seg. e 61 v.; l. XIII, cap. VII e XVIII, p. IV, fls. 81 e 102 e seg.; l. XIV, cap. XXIV, p. IV, fl. 152 e seg.; l. XV, cap. XXXV, p. IV, fl. 230 v. e seg.; FARIA E SOUSA, *Europa Portuguesa*, t. II, pág. 84-86; D. JOSÉ BARBOSA, *Catálogo chronológico, histórico, genealógico e crítico das Rainhas de Portugal*, pág. 108-109, 126 e seg.; FRED. FRANC. DE LA FIGANIÈRE, *Memórias das Rainhas de Portugal*, pág. 59 e seg.; FRANCISCO DA FONSECA BENEVIDES, *Rainhas de Portugal*, t. I, pág. 99 e seg.; VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, t. I, pág. 99, 100 e 102; t. III, pág. 9, 10 e 11; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. III, pág. 105 e 241; LUCIANO CORDEIRO, *Berengela e Leonor, Rainhas da Dinamarca* (*Bol. da Soc. de Geog.*, vol. XII, pág. 3 e seg.); C. BRUUN, *Berengaria et Leonora — Note historique*, ib., pág. 65 e seg.; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 593 e seg.; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. IV, pág. 58 e seg., 61 e seg.; O. L. GODIN, *Princes et Princesses de la Famille Royale de Portugal ayant par leurs alliances régné sur la Flandre*, Lisboa, 1892, pág. 11.

Sôbre D. Maria Pais Ribeira, vid. CONDE DE SABUGOSA, *Donas de tempos idos*, Lisboa, 1918, pág. 23-56.

Em geral sôbre o reinado de D. Sancho I, dão notícias apreciáveis o Cardeal Saraiva, *Obras Completas*, t. II, pág. 327 e seg.; RUY DE PINA, *Chronica do... Príncipe D. Sancho I*, Lisboa, 1727.

D. AFONSO II

1211-1223

Côrtes de Coimbra de 1211.—As concessões feitas ao clero por D. Sancho I nos últimos tempos do seu reinado, como solução dos conflitos com os bispos do Porto e de Coimbra, foram sancionadas solenemente por seu filho e sucessor, D. Afonso II, nas côrtes reunidas em Coimbra em 1211.

Na primeira das leis que resultaram daquelas côrtes, determinou-se que os direitos da Igreja fôsse[m] respeitados, e que se houvessem por nulas as leis civis que a êles fôsse[m] contrárias¹. Regulou-se a forma de nomeação do pároco nas igrejas de padroado real, e estabeleceu-se a eleição dêle nas igrejas colegiadas². Regulou-se o privilégio do fôro eclesiástico³. Impôs-se aos governadores de distrito (*principes terrae*) e aos juizes e oficiais públicos a obrigação de protegerem as igrejas e mosteiros contra os seculares⁴. Isentou-se o clero do tributo chamado *colheita*, das fintas municipais nos concelhos que traziam arrendados por soma certa os direitos reais, da anúduva ou contribuição de trabalho e de dar pousada ao rei ou aos seus delegados⁵. Finalmente deu-se satisfação a uma das acusações feitas pelo Bispo de Coimbra contra D. Sancho,

¹ Lei I, *Port. Mon. Hist., Leg. et Cons.*, pág. 164.

² Lei IX, *ib.*, pág. 168-169.

³ Lei XII, *ib.*, pág. 170-171.

⁴ Lei IX, *ib.*, pág. 168.

⁵ Lei XIV, *ib.*, pág. 172, e lei XVII, pág. 173.

sobre a violência de algumas vezes se obrigarem mulheres viúvas a casar com determinados indivíduos, proibindo o rei a si próprio e aos seus sucessores o constrangerem qualquer pessoa a contrair matrimónio ¹.

Tratou-se também nas côrtes de limitar a acumulação de bens de raiz pelas corporações eclesiásticas, a qual não era isenta de perigos e inconvenientes para El-Rei, para a sociedade e para a própria Igreja. Como os bens eclesiásticos estavam fora do comércio, eram isentos de encargos fiscais e permaneciam perpétua e irrevogavelmente na posse das corporações que os adquiriam, nada rendiam para o fisco. O poder central via-se obrigado a sobrecarregar com exigências cada vez maiores as terras não isentas a fim de occorrer ás despesas públicas ².

Para atalhar estes males, proibiu-se que as igrejas e os mosteiros adquirissem bens de raiz por título de compra, exceptuando as aquisições para aniversários dos reis ³. Continuava portanto livre a aquisição de bens por doações e legados pios, e a qualquer individuo pertencente á ordem do clero continuava a ser lícita aquela forma de aquisição, como aos seculares ⁴. É de notar que as leis de 1211 se dizem feitas «com conselho de D. Pedro eleito de Braga e de *todos* os bispos do reino, e dos homens de religião, e dos ricos homens e dos seus vassallos»; e não consta que a lei aí encontrasse séria resistência, o que mais uma vez demonstra que ela correspondia a real necessidade ⁵.

Nem esta lei chegou a ser rigorosamente cumprida ⁶, nem bastava ao intuito que a inspirou, porque a maior parte dos bens adquiridos pelas igrejas e mosteiros provi-

¹ Lei XXII, ib., pág. 175.

² Vid. TRIGOSO DE ARAGÃO, *Hist. e Mem. da Acad. R. das Sciéncias*, t. VII, pág. 21.

³ *Port. Mon. Hist., Leg. et Cons.*, pág. 169.

⁴ *Leg. et Cons.*, log. cit.

⁵ *Leg. et Cons.*, pág. 163.

⁶ TRIGOSO DE ARAGÃO, *Hist. e Mem. cit.*, pág. 31 e 59.

nham de legados para sufrágios, ou eram concedidos em remissão de pecados; a hipótese da compra era aquela que mais raramente se dava ¹.

Contendas com as infantas. — Em seu testamento, datado de Outubro de 1209, fez D. Sancho I diversas disposições a favor de seus filhos legítimos e ilegítimos. Para garantia do fiel cumprimento de sua vontade, além de se precaver com o formulário jurídico da época e empenhar o compromisso de seu filho e sucessor D. Afonso, invocou a autoridade do Pontífice, a quem legou cem marcos, pedindo-lhe que fizesse executar todas aquelas disposições ².

À Infanta D. Teresa deixou D. Sancho o senhorio de Montemor o Velho e Esgueira; a D. Sancha o de Alenquer ³; a D. Mafalda os dois mosteiros de Bouças e Arouca ⁴, e a herdade de Seia, que pertencera á Rainha D. Dulce; a outros filhos contemplou com dinheiro.

Parece que D. Afonso II era homem de trato rude e excessivamente zeloso da sua autoridade. António Brandão diz que êle era «de animo aspero, e absterio pera seus irmãos». Nem era mais benigno com os nobres, a alguns dos quais expulsou da côrte e do reino, pouco depois da morte do pai. Os infantes D. Pedro e D. Fernando retiraram-se também da pátria; as infantas procuraram na autoridade pontifícia amparo contra o irmão.

Pretendia El-Rei D. Afonso que as irmãs o reconhe-

¹ Sobre o assunto dêste parágrafo, além das fontes citadas, vid. A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. IV, pág. 9 e seg.; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 227 e seg., 344, 346, 378 e seg.

² Vid. o testamento de D. Sancho na *Monarquia Lusitana*, p. IV, l. XII, cap. XXXV, fl. 61 e 260.

³ A D. Sancha pertencia também o castelo de Aveiras, que já possuía em vida de seu pai.

⁴ E também o mosteiro de Tuías, como consta duma bula de Inocêncio III; embora não esteja mencionado no testamento de D. Sancho. Nos mosteiros tinha a Infanta unicamente o direito de padroado. Sobre o conceito dêste direito e os abusos que dêle se faziam então, vid. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 219 e seg.

cessem por supremo senhor e lhe pagassem os direitos reais; que os alcaides das terras das infantas lhe fizessem homenagem das fortalezas e fôsem de sua nomeação. «E até aqui não pedia cousa fora de caminho», — diz o autor da *Monarchia Lusytana*. Por aquela pretensão, ou acaso por outras ignoradas razões, as infantas entenderam que o irmão intentava esbulhá-las das terras legadas pelo pai, e recorreram então á autoridade do Papa.

Inocência III, que já acautelara numa bula o cumprimento e observância do testamento do monarca falecido, confirmou ás infantas a posse de todos os bens que seu pai lhes deixara ¹.

D. Mafalda, para melhor garantir os seus interesses, associou a êles a ordem dos templários, doando-lhes, com reserva do usufruto em sua vida, o mosteiro de Bouças, onde êles logo se estabeleceram, até que tiveram de ceder ao argumento da fôrça, empregado por El-Rei.

D. Teresa e D. Sancha, intimadas por seu irmão a entregarem-lhe as vilas e castelos que possuíam, fortificaram-se em Montemor e Alenquer, com o auxílio de cavaleiros portuguezes que andavam foragidos em Leão. D. Afonso marchou contra elas; e, já travada a luta, mandou propôr a D. Teresa uma conciliação: entregar-se hia o govêrno de Montemor a um nobre da confiança dos dois, e que, reconhecendo a suprema autoridade real, entregaria á Infanta as rendas da vila. A proposta foi rejeitada.

Entretanto Afonso IX, rei de Leão, no intuito de favorecer a causa das infantas, invadia o norte de Portugal com um exército, em que vinha o infante D. Pedro e alguns nobres portuguezes. Quando já os leoneses se tinham apoderado de muitas terras, marcharam contra êles tropas portuguezas, que numa batalha em Valdevez foram vencidas. Foi por temer a guerra com Afonso VIII de Castela

¹ Bulas de Inocência III *Is qui tangit*, de 27 de Maio, e *Olim ad petitionem* (quatro), de 5, 7 e 13 de Outubro de 1211, extratadas no *Quadro Elementar*, t. IX, pág. 51 e seg.

que o Rei leonês deixou a luta contra Portugal e restituiu as terras conquistadas.

O conflito entre D. Afonso II e suas irmãs só veio a terminar em 1216, depois de longa intervenção de Inocência III. Determinou o Pontífice que os castelos das infantas, onde estas continuariam a viver pacificamente, seriam entregues aos templários, de modo que de lá não viesse nenhum mal a El-Rei nem ao reino; que D. Afonso nem por si nem por outrem molestasse suas irmãs, antes as protegesse e amparasse. Sentenciou Inocência III, que as disposições de D. Sancho em favor das filhas só podiam entender-se quanto aos rendimentos das terras legadas, e não quanto á jurisdição real; pelo que, neste último ponto, as infantas deviam ceder de todas as pretensões ¹.

Lutas entre cristãos e muçulmanos — Batalha das Navas de Tolosa. — Em 1210, Afonso VIII de Castela, querendo vingar desastres sofridos e alargar os seus domínios, provocava a guerra com os infieis, fundando Mora ou Moia na fronteira. Os sarracenos tomaram o facto como rompimento; e logo Anácir, sucessor de Iacube no império de Marrocos, passou á península com grandes fôrças, quando Afonso VIII já tomara diversas terras.

El-Rei de Castela foi entretendo a campanha, sem atacar o grosso do exército muçulmano, enquanto expedia mensageiros para Roma e para França em demanda de socorros. Em Toledo reuniram-se com efeito reforços que vinham de Itália, de França e doutros países. Acudiu tam-

¹ Bula de Inocência III *Cum olim*, de 7 de Abril de 1216, na integra, em latim, na *Monarquia Lusitana*, p. IV, fl. 264; e extratada no *Quadro Elementar*, t. IX, pág. 62 e seg. Sobre o assunto deste parágrafo vid. BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XIII, cap. V, p. IV, fl. 76; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. III, pág. 277; t. IV, pág. 15 e seg., 32 e seg.; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 379-380; CARDEAL SARAIVA, *Memoria sobre o caracter que se attribue a El-Rei D. Affonso II a respeito de seus irmãos, e sobre as discordias que com elles houve* (Obras Completas, III, 41 e seg.); RUI DE PINA, *Chronica de El-Rei D. Affonso II*, cap. II e III; DUARTE NUNES DE LÊÃO, *Chronica de El-Rei D. Affonso II*.

bém o exército aragonês, comandado pelo próprio Rei; juntaram-se tropas de diversos príncipes da península; e El-Rei de Portugal, genro de Afonso VIII, não podendo sair do reino quando estava mais acêso o conflito com as irmãs, enviou tropas numerosas a colaborar na defesa do nome cristão.

Deu-se o encontro com os sarracenos no sítio denominado Navas de Tolosa (16 de Julho de 1212). Foi formidável a derrota infligida aos infieis, na qual as tropas portuguesas se houveram com tal ímpeto e valentia, que excitaram a admiração do cronista Rodrigo de Toledo, testemunha ocular¹.

Administração interna — As confirmações régias e as inquirições. — Bem examinada nos seus fundamentos e conseqüências, a doutrina em que D. Afonso II assentou as suas reivindicações no conflito com as infantas, de que ao Rei não era lícito alienar de modo absoluto os bens da Corôa, — era de molde a produzir uma revolução nas instituições e costumes políticos da época, derribando direitos e interesses que se baseavam em fórmulas jurídicas consagradas.

O excessivo zêlo da autoridade real foi talvez a causa de ver El-Rei o partido de suas irmãs engrossado por muitos nobres, receosos de que a inovação viesse atingi-los na posse de terras havidas por doação régia e que pretendiam possuir como hereditárias.

¹ «Affuerunt portugallenses... qui ad prœlium *tanquam ad epulas* properabant (Luc. Tud. p. III) — Plerique milites de partibus Portugallis, *peditum vero copiosa multitudo*, qui *mira* agilitate expeditionis onera facile sustinebant et *audaci impetu* impetebant (Rod. Tolet., l. 8, cap. 2).» Cit. por A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. IV, nota à pág. 31.

Vid. FR. ANTÔNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XIII, cap. III, p. IV, fl. 70 e seg.; DUARTE NUNES DE LEÃO, *Chronica de El-Rei D. Affonso II*; CARDEAL SARAIVA, *Memoria sobre a batalha das Navas de Tolosa, em 1212, e conquista de Alcaccer do Sal, em 1217* (Obras, t. III, pág. 57 e seg.); A. HERCULANO, ob. e t. cit., pág. 24 e seg.; PADRE MARIANA, *Historia General de España*, Madrid, 1855, t. I, pág. 355; MODESTO LAFUENTE, *Historia General de España*, Barcelona, 1889, t. III, pág. 373.

Assim poderá explicar-se também, ao menos plausivelmente, que em muitas cartas de doação régia, e até nos forais dos concelhos, apareçam lançadas confirmações do novo monarca, ou porque êste exigisse tal formalidade como reconhecimento do carácter precário da posse, ou porque os interessados de tal modo procurassem acautelarse, pedindo a confirmação ou reconhecimento do novo Rei como título de segurança.

O maior número de cartas de confirmação datam do período que decorre desde 1216, isto é, desde a época em que se liquidava a questão entre El-Rei e as infantas, até 1221. Todavia o princípio não teve aplicação geral, pois a maior parte dos títulos que apareceram nas inquirições de 1258 não tinham a confirmação de D. Afonso II.

Já êste facto denuncia que o processo das confirmações, se foi da iniciativa ou do aprazimento de El-Rei, não teve o desejado alcance. Recorreu então D. Afonso II ás *inquirições*¹. Em 1220 foi enviada ás terras de Além-Douro uma alçada ou comissão ambulante, encarregada de *inquirir* da natureza e condição jurídica das terras e herdamentos, dos direitos senhoriais e dos padroados de igrejas e mosteiros, a fim de se destrinçarem os reguengos e direitos da Corôa, freqüentemente usurpados pelos nobres e pelo clero. As honras e coutos em muitos casos se tinham alargado e multiplicado sem título legítimo, pela simples intrusão do senhor, e com manifesto dano do fisco real, visto que para êle não contribuíam as terras honradas e coutadas.

Como aquela alçada, outras semelhantes foram expedidas, no mesmo ano e nos immediatos, para desempenharem igual missão nas demais províncias do reino. A alçada

¹ Fizeram-se no tempo de D. Afonso II as primeiras inquirições gerais; mas já anteriormente se tinham feito algumas sôbre objecto particular e restrito. Nas *Memórias para a história das inquirições* (pág. 7-8) vem notícia de inquirições feitas em Viseu em 1127, e douras feitas na vila de Luzedo, em terra de Bragança, no tempo de D. Sancho I (*Sanctius Senex*).

chamava em cada lugar os habitantes mais idosos, e aqueles que por qualquer título melhor conheciam as condições jurídicas da propriedade local; ajuramentados, ouvia-os e registava as declarações que faziam.

Apesar das vantagens oferecidas ao fim que se tinha em vista, não eram as inquirições isentas de graves inconvenientes. Semelhante processo devia irritar contra a autoridade real os senhores, que em geral não eram ouvidos; e é bem de crer que em muitos casos sofressem injusta lesão, já por falsos depoimentos feitos em satisfação de ódios, já pela falta casual de títulos escritos, numa época de tanta rudeza, quando a consagração da fôrça e da violência não deixava compreender o valor das fórmulas exaradas em frágil pergaminho ¹.

Conquista de Alcácer. — O império dos almôhadas, fortemente abalado pela derrota das Navas de Tolosa, entrara em apressada decadência sob o govêrno do jovem príncipe Abú-Iacube-Almocetâncer. Apesar desta propícia circunstância para a continuação da reconquista cristã, só os portugueses entraram na liça, por andarem as restantes monarquias da península envolvidas em guerras, lutas civis e discórdias de vária espécie.

Os cristãos haviam recuperado as terras perdidas em 1191, e que os sarracenos deixaram desguarnecidas, com excepção de Alcácer, que, bem fortificada, era ponto de partida para incômodas correrias em terras portuguesas. Entrando no Tejo, a 10 de Julho de 1217, uma armada de cruzados a caminho da Palestina, com êles entabou ne-

¹ Vid. *Portugaliae Monumenta Historica — Inquisitiones*, vol. I, pág. 1-289; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. IV, pág. 64 e seg., 137 e seg.; GAMA BARROS, *História da administração pública em Portugal*, t. I, pág. 444-445; t. III, tit. VI, *passim*; J. PEDRO RIBEIRO, *Memória para a história das confirmações régias*, pág. 7 e seg., e *Documentos finais*, pág. 106 e seg.; *Memórias para a história das inquirições*, pág. 9 e seg.; e as confirmações de D. Afonso II nos forais de Abrantes, Ourém, Melgaço, Coruche, Valdigem, Palmela, Barcelos, Moreira, Marialva, Aguiar, Celorico e outros (*Port. Mon. Hist. — Le-ges et Consuetudines*, vol. I, pág. 419, 421, 423, 428, 429, 431, 432, 439, 442, 444, 447 etc.).

gociações D. Sueiro, Bispo de Lisboa, para colaborarem na conquista de Alcácer.

Tomava a iniciativa o Bispo de Lisboa; e este, com o Bispo de Évora, de nome também Sueiro, o Abade de Alcobaça e vários membros das ordens do Templo e do Hospital, meteram ombros aos preparativos militares da empresa. O carácter sacerdotal das pessoas que a intentavam mostra claramente, que a ideia religiosa andava associada a todas as da mesma espécie, e que aos costumes do clero não repugnava o manejo das armas.

Navegando pelo Sado, chegaram as fôrças dos cruzados junto de Alcácer a 3o de Julho, e três dias depois já a elas se tinham juntado as fôrças portuguesas, que foram por terra com os Bispos de Lisboa e Évora, o comendador de Palmela e vários nobres.

Desde logo se travou renhida luta. Sucediã-se os assaltos, trabalhavam activamente as máquinas de guerra. As minas dos cristãos fizeram aluir uma das torres, que desabou; mas a parede interior, que ficou de pé, continuou interceptando a entrada da praça. A 1o de Setembro chegou aos sarracenos de refôrço um grande exército formado de tropas dos governadores andaluzes, o que tornou mais precária a condição dos cristãos. Estes haviam também recebido socorros na noite antecedente; mas a desproporção das fôrças era enorme. Contudo no dia 11 travou-se um combate, em que os cavaleiros das ordens militares obraram prodígios de valor e alcançaram completa vitória, derrotando e perseguindo o inimigo até grande distância.

Voltou-se aos encarniçados embates do assalto, ás minas e contra-minas; entulhavam-se fossos, ruíam baluartes. Com uma chuva de frechas e virotes, das torres e adarves caíam sôbre os assaltantes pedras e traves que os esmagavam, substâncias incendiadas que os queimavam. Entretanto a ordem e a disciplina que reinavam no exército cristão mantinham o alento ganho na primeira vitória; ao passo que o governador de Alcácer via parte das fortalezas esca-

lavradas, e não lhe restava esperança de socorro depois da derrota do exército andaluz. A 18 de Outubro rendeu-se.

A. D. Afonso II não tentara aquele empreendimento, nem pelo estímulo da glória militar, nem pelas vantagens que oferecia a conquista, abrindo aos portugueses o caminho do Algarve. Faltava-lhe o ardôr belicoso do pai e do avô; de modo que enquanto a luta se feria sangrenta junto dos muros de Alcácer, o monarca zelava a integridade do seu poder político, percorrendo as províncias do norte a conceder cartas de confirmação¹.

Dissensões com o clero. — Entre Mestre Vicente, Deão da Sé de Lisboa, e o seu prelado, levantou-se um conflito, por causa de certas reformas que o primeiro introduziu no govêrno da diocese, que lhe fôra confiado enquanto o Bispo D. Sueiro, no estio de 1217, se empenhava na conquista de Alcácer. O Bispo destituiu Mestre Vicente do deado e substituiu-o por outro. Vicente, não menos audacioso que o prelado, apoderou-se violentamente e, segundo parece, por meio das justiças reais, dos bens e rendimentos do benefício que occupara e até de cousas pertencentes ao cabido.

Êste conflito veio a terminar com a intervenção do Papa Honório III, que deferiu o conhecimento dêle ao abade e prior de Alcobaça e ao chantre de Coimbra. Restabeleceu-se a paz e restituiu-se á sua dignidade o deão expulso, que de facto já em 1220 occupava novamente o benefício.

Em circunstâncias que não são conhecidas, D. Afonso II imiscuira-se na questão a favor de Mestre Vicente, chegando a perseguir e a injuriar o Bispo D. Sueiro, a quem devia grandes serviços. Manifestava-se dêste modo a má von-

¹ FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XIII, cap. X, XI e XII; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. IV, pág. 80 e seg.; CARDEAL SARAIVA, *Memoria sobre a batalha das Navas de Tolosa, em 1212, e conquista de Alcaccer do Sal, em 1217* (Obras, III, 57); DUARTE NUNES DE LEÃO, *Chronica de El-Rei D. Affonso II*; RUI DE PINA, *Chronica de El-Rei D. Affonso II*, cap. IV-VIII.

tade que havia na côrte em certos negócios eclesiásticos. Apesar de solenes compromissos tomados, D. Afonso impunha vexames ao clero, sujeitando-o ás justiças seculares, obrigando-o a serviços de natureza militar e constrangendo-o ás anúduvas. Na côrte havia um partido contrário ao clero, no qual entravam Gonsalo Mendes, secretário de El-Rei, e Pedro Anes, mordomo-mór.

No processo das confirmações anulou D. Afonso II muitas doações anteriormente feitas á Igreja e a vários eclesiásticos, ao mesmo tempo que, sob pretextos diversos, exigia que as ordens militares, mosteiros, sés, albergarias e outros estabelecimentos pios lhe pagassem o tributo da colheita, contra as disposições expressas dos privilégios que êle próprio promulgara. O Arcebispo de Braga, D. Estevam Soares da Silva, que, á situação de primeira personagem eclesiástica do reino unia o prestígio do talento e da sua nobre linhagem, pondo-se á frente das reinvidicações do clero, convocou uma assembleia de prelados e outras pessoas, para condenar o procedimento de El-Rei. Ali o acusou não só das violências praticadas contra a Igreja, mas até da vida escandalosa que levava, preferindo sem reboço o adultério ao amor conjugal. O monarca mais se irritou; redobrou de violências e começou a ameaçar o Arcebispo. Êste não hesitou, excomungando o rei, o chanceler, o mordomo-mór, todas as pessoas da côrte mais afeiçoadas a D. Afonso e pondo o reino em interdito. El-Rei mandou destruir os bens patrimoniais de D. Estevam Soares, e para frustrar toda a resistência foram os encarregados de tal missão acompanhados das tropas concelhias de Coimbra. De Guimarães partiram para Braga os burgueses capitaneados por dois cavaleiros e pelos magistrados da terra, e lá apoderaram-se dos celeiros e mais bens que tinha o Arcebispo. Como êste excomungasse os detentores, destruíram-lhe as granjas arquiiepiscopais, arrancando, arrasando e incendiando vinhas, pomares e matas.

Já nos princípios de 1220 estava a classe eclesiástica

muito irritada, pois parece que então ia a caminho de Roma o Arcebispo de Braga, depois de ter apelado para a Santa Sé. O Papa Honório III interveiu enèrgicamente, pretendendo reduzir o ânimo de D. Afonso II e afastar dêle os conselheiros que o incitavam contra o clero. Todavia em ano e meio de lutas não deu El-Rei indício de querer afrouxar no conflito com o Arcebispo.

Em meados de 1222, o conjunto dos negócios políticos do reino tornou-se bastante grave para aconselhar moderação e soluções conciliatórias. O monarca, atacado de lepra¹, já não podia resistir muito á terrível doença. Apresentava-se a perspectiva duma péssima situação, como seria a do govêrno sob um Príncipe de menor idade, visto que era muito novo o herdeiro da Corôa. Por outro lado, fizera Honório III a grave ameaça de que desligaria do juramento de fidelidade os súbditos de D. Afonso, e daria o reino aos príncipes e nobres que quisessem conquistá-lo.

Entrou por tanto El-Rei em negociações com o Arcebispo de Braga; mas faleceu antes de as ver concluídas².

Aspecto geral do reinado de D. Afonso II — A família real. — Se El-Rei D. Afonso II se não illustrou em campanhas militares, deixando até correr sob a iniciativa e direcção dos vassallos a conquista de Alcácer, nem por isso deixou de revelar o carácter violento e impulsivo da época bárbara em que viveu. Neste ponto não deixam dúvidas as lutas com as infantas, as reivindicações do património e da autoridade real e as dissensões com o clero. Parecia dominado exclusivamente pelo pensamento de firmar e engrandecer o prestígio e poder da Corôa como centro do govêrno.

¹ Nas inquirições de D. Afonso III depuseram duas testemunhas, que a quarte parte de Paços, na freguesia de Medrões, fôra dada a um escudeiro por El-Rei D. Afonso, *aquel que foy gaffo* (leproso).

² FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 378 e seg.; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. IV, pág. 104 e seg., 131 e seg., 146 e seg.

Nasceu D. Afonso II a 23 de Abril de 1185 e faleceu a 25 de Março de 1223. Pelos fins de 1208 ou princípios de 1209 casou com D. Urraca, filha de El-Rei de Castela Afonso VIII e de sua mulher Leonor de Inglaterra. A Rainha D. Urraca faleceu a 3 de Novembro de 1220. Dêste casamento houve El-Rei os seguintes filhos:

D. Sancho, que sucedeu no trono (1209? — Janeiro de 1248);

D. Afonso, que veio a substituir no trono seu irmão D. Sancho (1211? — 16 de Fevereiro de 1279);

D. Fernando, conhecido também pelo nome de Infante de Serpa, por ser senhor da vila do mesmo nome, e casou com D. Sancha Fernandes de Lara, castelhana (1218? — ?);

D. Leonor, que casou em 24 de Junho de 1229 com Valdemar, Príncipe herdeiro da Dinamarca (1211 — 15 de Maio de 1231).

Teve também D. Afonso II um filho natural, *D. João Afonso*, que faleceu no mosteiro de Alcobaça em 1234¹.

¹ FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XII, cap. XXX; l. XIII, cap. XVIII, XIX e XX; D. JOSÉ BARBOSA, *Catálogo das Rainhas de Portugal*, pág. 137 e seg.; D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *História Genealógica da Casa Real*, t. I, pág. 131 e seg.; FREDERICO FR. DE LA FIGANIÈRE, *Memórias das Rainhas de Portugal*, pág. 71 e seg.; FRANCISCO DA FONSECA BENEVIDES, *Rainhas de Portugal*, t. I, pág. 111 e seg.; FARIA E SOUSA, *Europa Portuguesa*, t. II, pág. 67; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. III, pág. 265; t. IV, pág. 154, 206 e seg.; t. V, pág. 26; LUCIANO CORDEIRO, *Be enguela e Leonor, Rainhas da Dinamarca* (*Bol. da Soc. de Geogr.*, vol. XII, pág. 3 e seg.); C. BRUUN, *Berengaria et Leonora — Note historique* (ib., pág. 65 e seg.).

D. SANCHO II

1223-1248

Primeiros tempos de govêrno — Pacificação política. —

Aos treze anos de idade, segundo melhor se pode supôr, recebia D. Sancho II a herança do trono em condições bem pesadas. Estava o reino interdito; excomungados, como auxiliares e agentes de D. Afonso II, na luta contra o clero, muitos nobres que deviam ter preponderância; excomungado na sepultura o próprio rei que falecera antes de absolvido; descontentes muitos senhores, feridos nos seus interesses pelo processo das inquirições; e, como se tudo isto fôra pequeno encargo para El-Rei, ainda impúbere, renovava-se, ou mantinha-se acêso de tempos anteriores, o conflito com as infantas D. Teresa, D. Sancha e D. Branca, a quem o Rei leonês Afonso IX continuava dispensando protecção.

Em conformidade do arranjo formulado para a solução de tão graves questões, assumiu a Corôa o compromisso de pagar seis mil morabitanos portuguezes ao Arcebispo de Braga, em satisfação dos danos que D. Afonso II lhe fizera a êle e ao seu cabido; e também se obrigou a reconstruir os edificios pertencentes ao metropolitano e que haviam sido arrasados. Para as indemnizações que os três comissários arbitrassem ás igrejas e mosteiros lesados destinaram-se trinta mil morabitanos; além disso ficariam depositados em Santa Cruz de Coimbra mais vinte mil, como reserva para o mesmo fim.

Comprometiam-se também os ministros, em nome do

Rei, a punir os fidalgos, magistrados e quaisquer outras pessoas que tivessem defraudado o Arcebispo e a sua sé, e a perdoar ao Arcebispo, ao Bispo do Porto, ao tesoureiro de Braga e a todos os do mesmo partido, quaisquer ofensas feitas a D. Sancho II ou a seu pai durante as discórdias.

Por seu lado prometia D. Estevam Soares, que, apenas se depositassem os trinta mil morabitanos ou áureos, e êle houvesse recebido os seis mil que lhe tocavam, levantaria o interdito geral do reino; concederia sepultura em sagrado ao cadáver de D. Afonso; e absolveria das censuras e excomunhões, impostas por êle ou pelo Papa, quaisquer concelhos, logares e pessoas seculares ou eclesiásticas contra quem houvessem sido fulminadas, perdando as ofensas recebidas do Rei ou dos seus fautores. Os excomungados, que, com violação do interdito, houvessem recebido sepultura eclesiástica, deviam ser desenterrados, a fim de novamente e de modo devido serem sepultados, para o que se passariam instrumentos autênticos de absolvição, quando fôsem pedidos. Mediante semelhantes condições, prometia o Arcebispo resignar nas mãos de D. Sancho as letras apostólicas e quaisquer documentos que do Papa houvesse recebido sôbre matéria de censuras.

O Arcebispo nada mais tinha a pedir, como desafronta das humilhações e danos que recebera.

Quanto á garantia das imunidades e privilégios eclesiásticos para o futuro, também se assentaram artigos de concórdia, que Herculano substancia nestes termos: — que o Rei continuasse a receber as procurações ou colheitas nas catedrais quando por elas passasse, mas sem os gravames usados pelos exactores da fazenda; que nenhum vassallo desse de arrendamento ou vendesse as igrejas¹; que as causas sôbre propriedades de paróquias ou de mosteiros

¹ Entenda-se — o direito de padroado nas igrejas.

fôsem ventiladas perante os bispos ou juizes eclesiásticos locais, intervindo o Rei só no caso de denegação de justiça, e no de quererem julgar o litigio os juizes vilões¹; que o Rei defendesse os eclesiásticos e as igrejas logo que para isso fôsse requerido pelos prelados; que demittisse de si quaisquer rendas das Mitras que se mostrasse pertencerem-lhes, averiguando-se o direito àcerca das duvidosas; que se não apoderasse dos réditos das sés vagas; que não mandasse recolher nos mosteiros e paróquias aves, cães, homens, ou cavalos, para ali serem sustentados; que não se intromettesse nos castigos infligidos aos eclesiásticos incorrigíveis, tanto seculares, como regulares, sujeitos aos bispos, salvo nas matérias civis; que remediasse os resultados das inquirições ordenadas por seu pai nas terras da Corôa relativamente ás igrejas; e que, finalmente, os poderosos não fizessem danos e fôrças ás mesmas igrejas, nem aos homens e propriedades delas.

Quanto ás infantas, assentou-se em que D. Teresa e D. Sancha desfrutassem em comum o senhorio de Alenquer, que voltaria á Corôa por morte de ambas. Montemor e Esgueira ficariam pertencendo exclusivamente a D. Teresa; passariam depois a D. Branca, e depois da morte desta voltaria Montemor á Corôa e Esgueira ficaria perpétuamente ao mosteiro de Lorvão².

Guerra contra os muçulmanos — Conquista de Elvas. —

Em 1225, e já de anos anteriores, Afonso IX de Leão e Fernando III, aproveitando as guerras em que se digladiavam os chefes da Espanha muçulmana, procuravam em sucessivas campanhas alargar os seus Estados para o sul.

¹ Este passo da concórdia é obscuro; a versão que damos no texto é, como já se disse, de A. Herculano.

² FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XIV, cap. II e III; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. IV, pág. 162 e seg.; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 389 e seg.; PEDRO DE AZEVEDO, *Gavetas da Torre do Tombo*, no *Arquivo Histórico Português*, vol. IV, pág. 5-6.

Na primavera de 1226 realizava Afonso IX uma invasão no distrito de Badajoz; e parece que foi em deliberado acôrdo com êsse movimento militar que D. Sancho II tomou a resolução de empreender a conquista de Elvas.

Ignoram-se os pormenores da empresa, na qual o jovem monarca português, livre das intrigas e lutas dos partidos que dividiam a côrte, disputando primazias, provou o seu valor pessoal ao lado de Gonsalo Mendes de Sousa, Martim Anes, D. Abril Peres e outros ricos-homens (1226).

Pouco depois, ou as fortificações daquela praça estivessem arruinadas e incapazes de defesa, ou por outros ignorados motivos, os portugueses abandonaram Elvas, que voltou a ser occupada por sarracenos; até que estes, volvidos cêrca de três anos, não podendo sustentar aquela nem outras terras da região oriental do alto Alentejo, tiveram de as largar definitivamente (1229). Na mesma ocasião occuparam os portugueses Juromenha, igualmente abandonada pelos infieis, sob a pressão dos exércitos de Portugal e de Leão¹.

Negócios eclesiásticos — Questões com o Bispo do Porto.

— A obra de pacificação tentada nos primeiros tempos do reinado de D. Sancho não oferecia garantias de estabilidade sob o govêrno dum príncipe moço, inexperiente e fraco, e portanto incapaz de reprimir com energia os desmandos que impunemente se repetiam, fruto das ambições e dos costumes bárbaros da época.

Os abusos atingiram também as ordens monásticas, que dos nobres e dos prelados sofreram toda a espécie de vexames e defraudações, vindicta da preferência que lhes dava a devoção e liberalidade dos fieis. Uma das opressões mais vulgares, de que se queixavam em especial os monges de Alcobaça, era o sujeitarem-nos a interditos, o

¹ FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, liv. XIV, cap. XVII; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. IV, pág. 180 e seg., 214-215, 343-344.

pedirem-lhes dízimos de bens que possuíam e cultivavam desde largos anos, e o reterem-lhes injustamente os legados que os fieis lhes deixavam para sufrágios. Não provinham certamente de leigos estas violências, que manifestamente accusam o desfôrço do clero secular contra os institutos monásticos.

Entretanto D. Martinho Rodrigues, Bispo do Porto, enviava ao sólio pontificio amargas queixas contra o Rei, como símbolo da suprema autoridade pública. Pertencendo á Igreja do Porto — dizia — a cidade dêste nome com todo o seu distrito, o Rei de Portugal usurpava a sua jurisdição, prendendo-lhe e detendo-lhe os cidadãos, e não os restituindo á liberdade sem êles, com grave prejuizo do Bispo e do Cabido, lhe pagarem certa quantia. Obrigava-os a servir no exército como se fôssem homens seus; até aos clérigos exigia o serviço militar, como se fôssem leigos, e compelia-os a responder perante o fôro secular. Mandava occupar por pessoas suas as igrejas vagas, com desprezo da autoridade prelatia; e obrigava o Bispo a provê-las de pessoas incapazes.

Honório III interveiu em defesa dos institutos monásticos e das liberdades ecclesiásticas; mas faleceu (1227) antes de liquidado o conflito. Parece que o Pontífice não attribuiu demasiado valor ás queixas de Martinho Rodrigues, algumas das quais não teriam sólido fundamento. O agravo de serem compelidos ao serviço militar os burgueses do Porto só podia ter sido feito em 1226, na expedição contra Elvas, pois outra guerra não houvera nos últimos anos; mas aquella empresa militar fôra efectuada como parte dum movimento geral contra os muçulmanos, da iniciativa do próprio Papa.

Prolongando-se o conflito, Gregório IX enviou a Portugal, como seu legado, João de Abavila, Cardeal de Santa Sabina. Houve-se êste com extraordinária actividade; com tanta prudência que não há memória de se lhe suscitarem conflitos; e com zêlo indefectivel na reforma da disciplina

eclesiástica e dos costumes. Os povos a êle recorriam confiadamente para se prover de remédio á falta de templos e de pastores.

Apesar da acção benéfica do legado pontifício, em breve recommçaram as dissensões, desta vez com D. Sueiro, Bispo de Lisboa. Das queixas que D. Sueiro fez ao Pontífice contra as violências exercidas no clero, algumas, pelo menos, eram fundadas e retratavam o estado anárquico do reino ¹. Das violências sôbre as pessoas eclesiásticas passaram os partidários e agentes de El-Rei á prática dos mais abomináveis sacrilégios nas igrejas, de modo que se tornavam imprescindíveis enérgicas e decisivas providências.

Em 1238 pesavam sôbre D. Sancho censuras fulminadas pelo Bispo de Salamanca e mais dois comissários pontifícios, por causa de graves desordens de que se queixara D. Pedro Salvadores, Bispo do Porto. Ao receber notícia dos graves acontecimentos que se iam desenrolando em Portugal, o Pontífice confirmou as sentenças de interdito e proibiu que os bispos de Portugal as anulassem. Por outro lado encarregou o deão, o arcediogo e o tesoureiro da catedral de Orense de por meio de censuras obrigarem D. Sancho a respeitar os direitos e imunidades da Igreja; e o bispo da mesma sé de vigiar que nenhum eclesiástico tivesse comunicação em matérias religiosas com o Príncipe excomungado.

Em tais circunstâncias houve D. Sancho de dar satisfação aos bispos ².

¹ Das imunidades eclesiásticas havia duas que mais freqüentemente eram objecto de questão entre o poder secular e o clero: a isenção do serviço militar e o privilégio do fôro. Os bispos concediam tonsura a muitos homens que por êste modo queriam fugir ao pesado encargo da guerra, e a outros que procuravam livrar-se de responder perante os tribunais seculares por crimes praticados, contando com a maior benignidade dos tribunais eclesiásticos; e procediam assim os prelados, quer por mal entendido zêlo, quer no intuito de multiplicarem o número de seus adherentes e clientes e aumentarem por tanto a sua força. Vid. *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 402.

² A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. IV, pág. 192 e seg., 229 e seg., 242 e seg., 254 e seg., 270 e seg.; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 392 e seg.

Novas conquistas — Colonização e administração. — Ao mesmo tempo que se revelava incapaz de assegurar a ordem interna e pacificar os nobres e prelados irrequietos, D. Sancho não perdia ensejo de afirmar o seu valor militar nas lutas contra os sarracenos, nem deixava de promover a colonização e organização administrativa nas terras de novo conquistadas.

Em 1226, por ocasião da investida contra Elvas, dera foral aos habitantes de Marvão¹. Consolidado o domínio português em Elvas, foi esta terra povoada por iniciativa do monarca e os habitantes organizados em grémio municipal². Transportou-se D. Sancho com a sua côrte á Beira Baixa, onde deu impulso á restauração de Idanha a Velha, e fundou novos concelhos, como os de Castelo Mendo (Vila Mendo) e Salvaterra do Extremo³.

Em 1232, quando já estava iniciada a fundação do castelo de Vide, atraíam-se moradores ao lugar de Alter, e doava-se aos cavaleiros hospitalários um vasto território, que devia ter por centro uma nova povoação com o nome de *Ucrate* (o Crato), a qual com efeito começaram a fundar. No mesmo ano apoderou-se D. Sancho das povoações de Moura e Serpa, que, segundo parece, também foram confiadas á guarda dos hospitalários.

Em 1234 conquistaram os portugueses Aljustrel; em 1238 já estavam senhores de Mértola, Alfajar de Pena e Aiamonte; no mesmo ano ou no seguinte conquistaram Tavira e Cacela.

Estas conquistas eram de magna importância, já pela grande extensão de território ganha, já porque do lado do oriente separavam e isolavam do resto do Andaluz as terras que a occidente continuavam em posse dos muçulmanos,

¹ Foral de Marvão de 1226, *Port. Mon. Hist. — Leges et Consuetudines*, pág. 606.

² «*Ego Sancius... volo populare Eluas quam habeo ha sarracenis.*» Foral de Elvas, de 1229, *Leg. et Consuet.*, pág. 619.

³ Forais de Castelo Mendo (Vila Mendo), Idanha e Salvaterra, todos de 1229. *Leg. et Cons.*, pág. 610, 613 e 615.

das quais era a mais notável Silves, retomada a D. Sancho I⁴.

Últimas dissensões do reinado de D. Sancho — Deposição do monarca. — Embora não haja notícia directa dos acontecimentos de Portugal nos anos de 1241 a 1244, tudo persuade que as anteriores desordens se mantinham, atestando dia a dia a incapacidade política de D. Sancho.

Os graves acontecimentos que se seguiram em Roma por morte de Gregório IX (1241), até á eleição de Inocénzio IV, não permitiram que da parte da Santa Sé se atendesse ás questões de Portugal. Encontravam-se na Itália alguns prelados portugueses, entre os quais Pedro Salvadores, Bispo do Porto, e Silvestre Godinho, Arcebispo de Braga, os quais tinham ido para assistir ao gorado concílio que devia reunir-se em Roma no estio de 1241; mas é bem provável que se abstivessem de tratar dos negócios do reino, quando assuntos mais graves prendiam as atenções da cúria.

Eleito Inocénzio IV (1243), renovaram as alegações sobre a desordem que lavrava em Portugal; e á violação dos direitos e liberdades eclesiásticas acrescentavam a queixa ácerca dos bandos de malfeteiros que impunemente infestavam o reino.

Em Março de 1245 já o Pontífice se occupava dos negócios de Portugal, numa bula em que se pinta com as mais negras côres o estado do reino. Por causa do seu descuido — dizia o pontífice — El-Rei deixava minguar a prosperidade das terras do reino, e permitia o homicídio de eclesiásticos e seculares, sem distinção de sexo nem de idade; as rapinas, os incestos, os raptos de freiras e de mulheres do século, os vexames feitos aos lavradores, aos clérigos e aos mercadores com o intento de lhes extorqui-

⁴ FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XIV, cap. XI, XIV-XVI e XVIII-XX; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. IV, pág. 209-211, 214-215, 239-240, 253, 288 e seg.

rem dinheiro; os incêndios, a profanação dos templos e cemitérios, as quebras de tréguas e outros crimes, conhecendo os. Declarava por último a El-Rei, que escrevera aos bispos do Porto e Coimbra e ao prior dos dominicanos, para que êles o persuadissem a seguir o bom caminho; e os encarregara de lhe communicarem tudo o que occurresse, no concílio que pròximamente deveria celebrar-se, e aonde êles teriam de comparecer.

Embora pudesse haver exagêro no quadro traçado, havia nele grande fundo de verdade sôbre o estado anárquico do reino, o que é confirmado pelo testemunho das inquirições a que se procedeu no reinado de D. Afonso III. Às queixas dos prelados acrescia a opposição de nobres descontentes, e também a intriga do Infante D. Afonso, irmão de D. Sancho, ausente em França pelo menos desde 1238, ano em que ali alcançava o senhorio de Bolonha, pelo seu casamento com a condessa Matilde, e que era o herdeiro da Corôa no caso de D. Sancho morrer sem filhos.

Pouco depois, o Arcebispo de Braga e os Bispos do Porto e Coimbra apresentaram-se no concílio de Lião (1245), acompanhados dalguns nobres adversos a D. Sancho; e levaram cartas de vários barões e outros nobres, de grande número de eclesiásticos e até dalguns concelhos, nas quais se descrevia o estado do reino, em termos convenientes ao pretendido efeito da deposição de El-Rei. É sabido que, na última sessão do concílio (17 de Julho), o Papa Inocência IV proferiu sentença de deposição contra Frederico II, imperador de Alemanha. A causa sôbre o Rei de Portugal foi julgada só após o encerramento do concílio.

Oito dias depois expedia o Pontífice uma bula aos barões, concelhos das cidades, vilas e outros logares, e a todos os cavaleiros e pessoas do reino de Portugal, expondo de novo o estado do reino e a necessidade, reconhecida pela Santa Sé, de incumbir a restauração dêle a alguma pessoa activa e prudente. Esta pessoa, acrescentava

Inocência IV, não podia ser outra senão o Conde de Bolonha, irmão de El-Rei e seu sucessor no caso de falecer sem filhos legítimos. Portanto mandava o Pontífice a todos os súbditos portugueses, que recebessem D. Afonso e lhe obedecessem, resistindo ás ordens de D. Sancho, sem que por isso deixassem de o honrar e de respeitar-lhe a vida, ou a de seu filho legítimo no caso de o ter.

Em Setembro do mesmo ano assinava D. Afonso em Paris as condições que prometia observar no seu govêrno, tanto no que respeitava á boa administração geral como naquilo que particularmente interessava ao clero.

Estava finda a missão política de Sancho II¹.

Lutas entre os partidários do Infante e os de El-rei. — Ao findar o ano de 1245, ou nos primeiros dias do ano seguinte, chegou por mar a Lisboa o Conde de Bolonha, que começou a usar o título de *visitador* e também o de *curador* do reino. Bem recebido em Lisboa, declarou manter os antigos foros e costumes da cidade.

Iniciou-se pouco depois, entre os partidários de D. Sancho e os de seu irmão, encarniçada luta, de que só há escassas notícias. Ao passo que algumas cidades e outras terras, como Lisboa, Santarém e Montemor-o-Velho, de pronto reconheceram D. Afonso, outras, como Leiria, Óbidos e Guimarães apenas cederam á fôrça das armas.

Um dos mais curiosos episódios da luta, não roborado de certeza histórica mas bem verosímil, deu-se provável-

¹ FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XIV, cap. XXIV-XXVII; *Discurso apologetico feito pelo Bispo de Lisboa no concilio de Lião a favor de D. Sancho II* (D. RODRIGO DA CUNHA, *História eclesiástica de Lisboa*, p. II, cap. XLV; JORGE CARDOSO, *Agiologio Lusitano*, t. I, pág. 31-32, 36-40); CARDEAL SARAIVA, *Memoria sobre a deposição de El-Rei D. Sancho II* (*Obras Completas*, III, 93); *Memoria em que se prova que El-Rei D. Afonso III, por morte de seu irmão D. Sancho II, foi Rei de Portugal por successão e não por eleição* (ib., pág. 43); *Discurso apologetico feito a favor de El-Rei D. Sancho II de Portugal no concilio de Leão de França, em 1245* (*Obras*, I, 389); A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. V, pág. 7 e seg.; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 411 e seg.; VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, t. I, pág. 103-104.

mente em 1246. Segundo o *Nobiliário* do Conde D. Pedro, estando a côrte em Coimbra, conseguiu introduzir-se ali disfarçadamente Raimundo Viegas de Portocarreiro, com um grupo de homens de armas, raptar de noite a rainha D. Mécia e transportá-la para a vila de Ourém. Marchou logo D. Sancho para recuperar a esposa, mas encontrou em Ourém resistência que não pôde vencer. A tranquilidade em que D. Mécia vivia pouco depois em terras sujeitas ao cunhado permite suspeitar que se tratasse de fuga e não de rapto⁴.

Em 1246 procurou D. Sancho reforços em Castela, por intermédio do Infante D. Afonso, filho do monarca reinante Fernando III. Efectivamente, em princípios de 1247 entrou em Portugal um corpo de tropas castelhanas para defender a causa de El-Rei; porém a sorte das armas favoreceu o Conde de Bolonha, que viu engrossar dia a dia o seu partido. D. Sancho, perdida toda a esperança, retirou-se para Toledo, onde faleceu (4 de Janeiro de 1248), rodeado de poucos cavaleiros fieis.

A tradição refere aos últimos tempos de D. Sancho actos de generosa lealdade que enobrecem a alma portuguesa. Muitos deviam ser os vassallos fieis ao monarca deposto; mas a alma do povo fixou de preferência um dêles, acaso enfeitado de poesia para condensar o valor de todos.

Refere-se que Martim de Freitas, alcaide do castelo de Coimbra, ainda depois da saída de D. Sancho para Castela recusou obediência ao Conde de Bolonha. Quando teve notícia do falecimento de El-Rei, pediu carta de seguro a D. Afonso, que o estava sitiando, para ir a Toledo, onde por seus próprios olhos se quis certificar da morte de El-Rei. Mandando abrir o túmulo de D. Sancho, enfiou no braço do cadáver as chaves do castelo, donde lhas tirou de novo, para as trazer a Portugal e entregá-las a D. Afonso. Acrescenta a tradição que o novo rei, admi-

⁴ *Port. Mon. Hist. — Scriptores*, pág. 340.

rando a lealdade de Martim de Freitas, quisera conservar-lhe a alcaidaria, o que elle recusou, almadiçoando até qualquer dos seus descendentes que recebesse castelo de Rei algum e por elle lhe fizesse menagem¹.

O casamento de D. Sancho. — Está hoje provado historicamente o casamento de D. Sancho II com D. Mécia, negado ou pôsto em dúvida por antigos escritores, e efectuado em data desconhecida, mas posterior a 1240.

D. Mécia ou Méncia Lopes era filha do Senhor de Biz-

¹ RUI DE PINA, *Crónica de El-Rei D. Sancho II*, cap. XI e XII; FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XIV, cap. XXVIII-XXX e XXXI; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t.V, pág. 54 e seg.; VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elemental*, t. I, pág. 103 e 104. — O *Nobiliário* attribuido ao Conde D. Pedro não só é omisso quanto ao episódio de Martim de Freitas, como até quasi o desmente no seguinte passo: «E veo o comde e tolheo o rreyno a seu irmão e quantas boas villas hi havia, que nom ficou senom Coimbra. E esta nom ficou senom porque nom foy hi o comde, ca sse hi veera assy a filhara como as outras.» (*Port. Mon. Hist., Scriptores*, pág. 256).

Outro exemplo de lealdade, em que o maravilhoso não conheceu limites na fantasia popular, é o referido ao governador do castelo de Celorico. Eis como o conservou a tradição:

Um dos que recusaram obediência a D. Afonso foi o governador do castelo de Celorico, Fernão Rodrigues Pacheco. Pôs-lhe cerco D. Afonso; e como os sitiados porfiassem na resistência, determinou de prolongar o cerco a fim de que a falta de mantimentos os reduzisse.

Era já grande a penúria nos de dentro — dizem antigos escritores — quando no meio de tantos cuidados, apresentando-se um dia o governador a visitar a muralha, viu levantar-se do Mondego, que corre perto, uma águia com uma grande truta nas unhas; a qual, voando por cima da fortaleza, deixou cair dentro a presa tão fresca como saía da água.

Apanhou-a o governador muito alegre; mandou guisá-la primorosamente, e com algum pão fino preparado para o efeito, e outras cousas de refrêscos, — enviou tudo de presente por seu filho a D. Afonso. Dizia-lhe que não culpasse a resistência pela fé jurada a El-Rei D. Sancho; e, se quisesse, continuasse o cerco, pois a vila estava tão bem guarnecida de cavaleiros, quanto a experiência do combate lhe tinha mostrado; e da provisão de mantimentos davam testemunho aqueles que lhe enviava e pedia que aceitasse.

D. Afonso, bem suspenso com tal novidade, e suspeito de que alguém do seu campo tivesse entendimento com os cercados, respondeu cortêsmente que não aceitava o presente, pois toda a satisfação de cavaleiro havia logo de começar pela espada e lança. Não querendo demorar-se por mais tempo numa empresa que se afigurava difficil e morosa, levantou o cerco e partiu para Coimbra.

Com esta fábula da águia e da truta quis a imaginação do povo explicar qualquer facto, ou dar-lhe o carácter maravilhoso que é tanto do seu paladar.

Nas tradições portuguezas há outras lendas de sentido análogo. Para exemplo veja-se a tradição ácerca do castelo dos Templários em Monsanto da Beira, transcrita pelo Sr. Pedro A. de Azevedo das *Memorias Parochiaes de 1758 no Archeologo Português*, vol.V, pág. 301-302.

caia, Lopo Dias de Haro, denominado *Cabeça Brava*, e neta, por sua mãe D. Urraca, de Afonso IX de Leão. Ainda muito nova encontrou-se viuva de Álvaro Peres de Castro, que com ela casara depois de repudiar a Aurembiax, Condessa de Urgel, e faleceu em 1240 sem deixar filhos. Quando já contava trinta anos de idade ou pouco mais, deixou-se D. Sancho perder de amores por D. Mécia, que de seus procedimentos não deixou boa memória.

Nos princípios de 1244, procurando o Conde de Bolonha assegurar a Corôa, receava que esta lhe viesse a ser disputada no futuro por algum filho de seu irmão, pelo que denunciou ao Papa Inocêncio IV que os dois cônjuges eram parentes em grau proibido, pôsto que remoto. O Pontífice encarregou o Arcebispo de Compostela e o Bispo de Astorga de inquirirem da verdade do parentesco, e, apurada ela, decretarem a separação dos cônjuges.

Qualquer que fôsse o seguimento da causa, é certo que de D. Mécia não teve D. Sancho filho algum. Teve um filho, segundo parece, ilegítimo, que lhe sobreviveu¹.

¹ D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *História Genealógica da Casa Real*, t. I, pág. 153 e seg.; D. JOSÉ BARBOSA, *Catálogo das Rainhas de Portugal*, pág. 161 e seg.; F. F. DE LA FIGANIÈRE, *Memórias das Rainhas de Portugal*, pág. 83 e seg.; FONSECA BENEVIDES, *Rainhas de Portugal*, t. I, pág. 121 e seg.; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. V, pág. 12-13 e nota 1 no fim do volume; J. P. RIBEIRO, *Reflexões históricas*, p. I, pág. 122.

D. AFONSO III

1248-1278

Primeiros actos de govêrno — Conquista do Algarve. —

Recebida em Lisboa a notícia da morte de seu irmão, deixou o Conde de Bolonha as denominações que usava de *visitador*, *curador* e *defensor* do reino, para tomar o título de Rei de Portugal.

Provavelmente na intenção de extinguir o fermento de ódios partidários e cimentar a sua autoridade, ganhando o o ânimo dos povos, confirmou a diversos concelhos os antigos foros e deu a outros novas mercês. Passou ás terras de Além-Douro; estabeleceu por algum tempo a Côrte em Guimarães¹ e procurou por toda a parte ganhar a afeição dos vassallos.

Enquanto se occupava nestes cuidados de pacificação interna (1248), ou logo depois, fez D. Afonso os preparativos para concluir a conquista do Algarve, onde aos infieis restava apenas uma pequena parte de território, isolada do resto do Andaluz desde que D. Sancho II estendera o seu domínio por ambas as margens do Guadiana até ao mar.

Foi em Março de 1249 que se iniciou a campanha, ou pelo menos já naquele mês estava subjugada por El-Rei de Portugal a notável povoação de Santa Maria de Faro. Nesta empresa desempenharam importante papel os freires militares de Santiago e os de Calatrava; a êles deixou D. Afonso III, depois da tomada de Faro, o encargo de

¹ A cidade de Coimbra ainda então era considerada como capital de reino.

concluirem a conquista. Albufeira, Porches e outros logares, um após outro caíram em poder dos portugueses.

Alcançado pelo meio dia o oceano como limite natural do reino, havia ainda a fixar a linha da fronteira oriental, com a monarquia de Leão e Castela, questão grave e capaz de inspirar sérios cuidados ¹.

Discórdias com Castela sôbre o domínio do Algarve. —

Entre D. Afonso Henriques e Fernando II de Leão, tinham-se assentado normas que cada um dos soberanos devia observar no alargamento dos respectivos Estados para o sul por meio das conquistas. De tal modo se faria entre os dois príncipes a partilha prévia das terras muçulmanas; e, pôsto que não sejam conhecidos os têrmos do ajuste, podemos ter como muito provável, que, pelo menos de modo geral, se estabelecesse por linha divisória o curso do Guadiana. O efeito de tal acôrdo veio a tornar-se precário pelo decurso do tempo, com as alterações políticas dos Estados cristãos, com os acidentes da guerra e por fôrça doutros factores que hoje é impossível discriminar. E assim, o Rei mouro de Niebla, vendo perdido o domínio sarraceno do Algarve occidental pelas conquistas de D. Afonso III, negociou com o Príncipe Afonso, herdeiro do trono de Castela, ceder-lhe o direito que tinha ou presumia ter nas terras situadas a oeste do Guadiana.

D. Afonso III protestou perante Fernando III de Castela contra o procedimento do Príncipe; mas êste, sem acatar as determinações de seu pai, entrou em hostilidades com El-Rei de Portugal. Parece que não foi muito intensa a luta que se travou, e cujos pormenores se ignoram.

¹ A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. V, pág. 86 e seg.; FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XV, cap. V-VII, XI e XII; RUY DE PINA, *Chronica de El-Rei D. Afonso III*, Lisboa, 1728; FR. JOAQUIM DE SANTO AGOSTINHO, *Memoria sobre huma Chronica inédita da Conquista do Algarve* (nas *Memorias de Litteratura*, Lisboa, 1792, t. I, pág. 74 e seg.); *Chronica da conquista do Algarve*, in *Portugaliae Monumenta Historica, Script.*, pág. 416 e seg.; CARDEAL SARAIVA, *Memoria sobre a conquista do Algarve, como e quando veio a Portugal* (Obras, t. III, pág. 105 e seg.).

Pelos fins de 1250 ajustou-se entre os contendores uma trégua de quarenta anos, em condições desconhecidas, uma das quais parece ter sido o reconhecimento, por D. Afonso III, da cessão feita pelo Rei mouro de Niebla ao Príncipe herdeiro de Castela. Era o reconhecimento do absurdo; porque nem aqueles territórios podiam deixar de constituir o natural prolongamento do reino português, nem era mais do que nula a cessão de terras feita por quem não pudera defendê-las. Portanto não se podia julgar decidida a contenda.

Falecido Fernando III de Castela (31 de Maio de 1252), não tardou que seu filho e sucessor Afonso X novamente se encontrasse em luta com D. Afonso III, talvez porque êste deixasse de cumprir as condições da trégua ajustada. Também se não conhecem os episódios desta luta, na qual interveiu o Papa Inocência IV, oferecendo aos dois príncipes a sua mediação e convidando-os a deporem as armas (Janeiro de 1253).

Nas pazes que pouco depois se contrataram, ajustou-se o casamento de D. Afonso III com D. Beatriz, filha ilegítima de Afonso X e de Maria Guilhen de Gusman; não obstante ser o monarca de Portugal casado com D. Matilde de Bolonha, e estar próximo dos quarenta anos, ao passo que D. Beatriz se encontrava ainda na infância. Outra condição das pazes era que El-Rei de Portugal cederia temporariamente a Afonso X o usufruto do Algarve e das terras a oriente do Guadiana, até que o seu primeiro filho, se os houvesse de D. Beatriz, completasse sete anos de idade; e então seria dado á Corôa portuguesa o domínio pleno do Algarve, e bem assim o das praças de Moura, Serpa, Arôche e Aracena. Em Chaves, onde os dois monarcas se avistaram, celebrou-se o casamento em Maio de 1253⁴.

⁴ FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XV, cap. XIV-XVI, XXX, XXXIII e XXXIV; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t.V, pág. 95 e seg., 105 e seg., 127 e seg., 141 e seg., 161 e seg. Vejam-se as demais fontes cit. em a nota antecedente.

Novos conflitos por causa do domínio do Algarve — Acôrdo definitivo. — A distinção entre o domínio directo e o domínio útil na posse do Algarve era de molde a produzir conflitos de jurisdição e encontros de interesses, que surgiram poucos meses depois de ajustada a paz entre D. Afonso III e Afonso X.

Depois da conquista de Silves em 1189, D. Sancho I restaurara naquela cidade a antiga diocese de Ossónoba, o que todavia ficou sem efeito pela queda da mesma praça em poder dos sarracenos. Quando Afonso X, em 1253, entrou na posse do Algarve, novamente restaurou a diocese e para bispo dela nomeou Roberto, frade dominicano, ordenando-lhe todavia que solicitasse a aprovação do Rei de Portugal como padroeiro. Dirigiu-se Roberto a Lisboa para aquêlê efeito; mas El-Rei convocou para a sé daquela cidade o Bispo de Lisboa e vários outros eclesiásticos e senhores do reino, e perante o mesmo Roberto mandou lavrar um protesto contra a referida nomeação, a qual só a êle pertencia como verdadeiro padroeiro e senhor da cidade e Igreja de Silves; inibiu-o expressamente de tomar posse e exercer qualquer jurisdição, eclesiástica ou civil, no bispado de Silves, visto que El-Rei de Castela não tinha poder de lha dar, porquanto era sòmente usufrutuário e não senhor.

Levantaram-se a cada passo, e com sorte vária, os incidentes sôbre o domínio do Algarve, onde El-Rei de Portugal, aliado com outros príncipes cristãos da península e aproveitando dificuldades que embaraçavam o sôgro, exercia pleno domínio nos anos de 1255 a 1257. Finalmente regulou-se a questão em 1263, quando do casamento de D. Afonso III com D. Beatriz já nascera o Infante D. Dinís. Salva a reserva de certas regalias por Afonso X enquanto vivo, reconheceu êle ao neto o senhorio do Algarve, nos mesmos termos em que o recebera de El-Rei de Portugal.

Das mesmas prerogativas ressaltadas em 1263 veio a

desistir Afonso X por um tratado concluído em Badajoz em Fevereiro de 1267. D. Afonso III cedeu ao sôgro os castelos de Arôche e Aracena. Estipulou-se que a fronteira seria constituída pelo rio Guadiana desde a confluência do Caia até ao mar¹.

Contenda com o Bispo do Porto.— Logo nos primeiros anos do seu reinado teve D. Afonso III uma séria desavença com D. Julião, Bispo do Porto desde 1247; mas como a questão não versava sôbre imunidades ou privilégios eclesiásticos gerais, nem assumiu as proporções de conflitos anteriores, nem os prelados do reino tomaram a peito a causa do seu colega portuense.

Por doação de D. Teresa, tinham os bispos do Porto, desde 1120, o senhorio do burgo situado na margem direita do Douro, defronte do qual se erguia, na margem esquerda, onde hoje é Gaia, um burgo real. Ao passo que êste era uma povoação de pequena importância, o burgo episcopal prosperava e desenvolvia-se rapidamente. A rivalidade de interesses era porta sempre aberta a conflitos entre o monarca e o prelado.

A discórdia entre D. Afonso III e o Bispo Julião parece ter começado por causa dos direitos que pagavam as mercadorias que transitavam pelo Douro, e do lugar onde deviam desembarcar; se em Gaia, burgo da Corôa na margem esquerda, se no burgo episcopal. O Bispo do Porto quis resistir pela fôrça, levantando motins; mas os tempos eram outros: El-Rei occupou militarmente a cidade, exigiu que lhe entregassem as chaves das torres e fortalezas e

¹ A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. V, pág. 113-115, 181-182; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 189 e seg., 634; FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XV, cap. XVI; VISCONDE DE SANTARÉM, *Corpo Diplomático Português*, t. I, pág. 89. Com o acôrdo sôbre o domínio do Algarve não ficaram definitivamente dirimidas as questões de fronteiras entre Portugal e as monarquias vizinhas. Sôbre semelhantes dissensões, antes e depois do reinado de D. Afonso III, encontrará o leitor numerosas notícias em VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal*, t. I, pág. 1-19, 105 e seg.

confiscou propriedades da catedral portuense. D. Julião teve de ceder, e sujeitou-se ao pagamento de 6.500 libras em castigo dos distúrbios que promovera ¹.

Nas côrtes de Leiria de 1254, procurando D. Afonso III desfazer as irritações da contenda com o Bispo do Porto, regulou, de acôrdo com o vigário daquela diocese, que, segundo parece, representava o Bispo, as condições de admissão dos géneros e mercadorias que viessem do alto Douro ou entrassem pela foz do rio, parte no Porto, parte em Gaia; restituiu as propriedades confiscadas, e restabeleceu a liberdade do comércio do sal, que em todo o reino fôra proibido aos habitantes daquela cidade, em desfôrço de proibição análoga ali feita em prejuizo dos habitantes de Gaia ².

O Bispo Julião cometeu a imprudência de não ratificar o acôrdo feito em Leiria; em vez disso pediu ao Papa que lhe confirmasse a concordata anteriormente celebrada com D. Sancho II, pela qual a Corôa ressalvara a percepção da décima, que o Estado recebia por todas as telas e mais mercadorias estrangeiras que entrassem pelo Douro, concedendo todavia que o Bispo a recebesse e aproveitasse. O Papa fez a confirmação; mas nem por isso D. Afonso deixou de garantir os interesses da sua terra de Gaia, organizada agora em concelho. Com efeito, pelo foral que lhe concedeu, determinou que o exactor fiscal da Corôa em Gaia devia exigir do mordomo do Bispo metade dos direitos de entradas, portagens e trânsitos recebidos no Porto, e entregar-lhe metade dos que recebesse em Gaia. Esta inovação era desvantajosa para o Bispo, que todavia não pôde resistir-lhe ³.

¹ A. HERCULANO, ob. e t. cit., pág. 29 e 30.

² FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 189, 422 e seg.; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. V, pág. 116 e seg.

³ A. HERCULANO, ob. e t. cit., pág. 35 e seg. e 48 e seg.; bula de Inocêncio IV, *Cum a nobis petitur*, de 6 de Julho de 1254, no *Quadro Elementar*, t. IX, pág. 172; foral de Vila Nova de Gaia, nos *Port. Monum. Historica — Leges et Consuetudines*, I, pág. 663.

Côrtes de Leiria em 1254. — Assim como o povo não intervinha nos concílios da monarquia visigótica ¹, também por muito tempo não foram admitidos representantes seus ás côrtes nas novas monarquias cristãs. Na monarquia leonesa castelhana, as primeiras côrtes em que indisputavelmente figuraram representantes do povo foram as de 1188. Em Portugal, as primeiras côrtes em que, de notícia certa, intervieram os procuradores dos concelhos, foram as que se celebraram em Leiria, na primavera de 1254, convocadas por D. Afonso III; mas algumas razões há para crer que essa intervenção se dera já anteriormente ².

Nas referidas côrtes de Leiria, das quais resta escassa notícia, adoptaram-se providências para evitar as prepotências que o povo sofria dos barões e cavaleiros investidos em magistraturas militares e civis; deu-se satisfação a algumas violências de que se queixava o clero e a reclamações dalguns concelhos em matéria de liberdades e privilégios; e regularizou-se a recente pendência entre El-Rei e o Bispo do Porto ³.

Progresso económico do reino — Administração financeira. — O desenvolvimento económico de Portugal traduzia-se no meado do século XIII em considerável actividade industrial e comercial. Entre muitos documentos que assim o provam, conta-se a lei de 26 de Dezembro de 1253, publicada por D. Afonso III, a fim de taxar os preços ás mercadorias e aos officios, por lhe constar que os preços tinham aumentado muito sensivelmente ⁴.

¹ Veja-se o que dissemos a pág. 87 e seg.; e adeante o cap. III do liv. III.

² MARINA, *Teoría de las cortes*, t. I, cap. X e XIV; PÉREZ PUJOL, *Historia de las instituciones sociales de la España goda*, t. III, pág. 337 e 338; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. V, pág. 120 e seg.; GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, pág. 522.

³ FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XV, cap. XVIII; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. V, pág. 120 e seg.

⁴ *Port. Mon. Hist.* — *Leg. e Cons.*, pág. 192; J. P. RIBEIRO, *Dissert. chronol. e crít.*, t. III, p. II, pág. 59. Cf. REBELO DA SILVA, *Hist. de Port. nos séculos XVII e XVIII*, t. IV,

Parece que em Portugal se fabricavam por aquele tempo panos grosseiros, burel branco (almáfega) e doutras côres, tecidos brancos de linho chamados *bragal* e talvez alguns mais finos, também de linho, chamados *lenço*. De Castela, de França, de Flandres e de Inglaterra importavam-se os melhores tecidos de linho e de sêda; ferro, cobre, aço, latão, estanho e chumbo, em bruto e manufacturados; as armas de melhor lavor e vários artigos de marcenaria mais apurados.

Os maiores centros de actividade industrial e comercial eram Lisboa e Porto, cidades cujas áreas se alargavam rapidamente, sinal certo de prosperidade. Setúbal e Faro eram também portos de bastante movimento; e igualmente o devia ser a foz do Lima, como prova o facto de se organizar ali um concelho por foral de 1258, repetido, com pequenas alterações, em 1262¹.

D. Afonso III favorecia êste desenvolvimento e procurava tirar dêle todas as possíveis vantagens para o fisco. Nos intervalos deixados entre as novas construções particulares, o próprio Rei construía casas para alugar, estaus ou pousadas, lojas de mercadores e oficiais mecânicos. Para o mesmo efeito comprava casas já construídas. Esta actividade do monarca exercia-se também noutras localidades, pois o consciencioso historiador António Brandão pôde escrever que foi D. Afonso III «um dos reis que mais se occuparam na povoação e restauração das terras do seu reino».

Prova de maior circulação da riqueza nesta época é a maior abundância de moeda, que permitiu dar maior largueza ao pagamento de impostos em dinheiro. Em razão da escassez dos metais e por tanto falta de dinheiro, a

pág. 466 e seg. Veja-se adiante, no livro III, o capítulo consagrado ao desenvolvimento económico do reino.

¹ A povoação que na foz do Lima existia com o nome de *Atrio* recebeu então de El-Rei o nome de Viana: ... «*in loco qui dicitur atrium in fove Limie cui popule de nouo impono nomen Viana*». Foral, in *Port. Mon. Hist. — Leg. et Cons.*, pág. 690 e seg.

maior parte dos tributos e prestações diversas pagavam-se em géneros e serviços pessoais. Dos forais do tempo de D. Afonso III consta que em vez de géneros e serviços freqüentemente se impunham prestações em quantia fixa de dinheiro.

Todavia o valor da moeda não era estável; e porque sofria alterações relativamente freqüentes, davam-se nas relações económicas graves transtornos e desequilíbrios.

Nas monarquias da península, cabia ao Rei o direito de *quebrar moeda*, isto é, cunhar de novo a prata, acrescentando-lhe mais liga e dando-lhe curso com o mesmo valor nominal da antiga, quer conservando-lhe o nome e o tipo, quer alterando-o. Parece que era de sete em sete anos que o monarca podia usar de tal direito.

Pelos fins de 1253 projectava D. Afonso III quebrar moeda. Como se manifestassem grandes descontentamentos, desistiu de o fazer, e começou a exigir, como compensação, uma taxa tributária, que igualmente encontrou resistências.

Renovou-se em 1261 a época de quebrar moeda, e de facto aumentou El-Rei o valor nominal da moeda antiga e começou a pôr em circulação moedas novas com mais liga. Levantaram-se tantos protestos, que D. Afonso reuniu côrtes em Coimbra para se tratar de resolver a questão. No acôrdo em que se assentou entravam as cláusulas de que a moeda velha continuaria a circular; que as moedas novas já em curso sofreriam a depreciação de vinte e cinco por cento em relação ás antigas; e que o monarca seria compensado cobrando uma derrama especial ¹.

As inquirições. — Empenhando-se em defender os direitos do fisco, numa época em que as usurpações e fraudes eram freqüentes, já por fôrça de costumes bárbaros, já por

¹ FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XV, cap. XXIII; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t.V, pág. 133 e seg., 137 e seg., 145 e seg., 167 e seg., 186 e seg.

deficiências de fiscalização, D. Afonso III mandou proceder a inquirições, em 1258.

Diversas alçadas percorreram o território situado ao norte do Douro, e ainda algumas terras ao sul do mesmo rio. Havia circunstâncias que tornavam as inquirições mais necessárias no tracto setentrional do território. Era ali mais densa a população, mais numerosos os solares e honras de grandes senhores e onde por estas e outras razões se observavam com mais frequência violências das classes privilegiadas e esbulhos do património real, deixando de render para a Corôa as terras usurpadas pelo clero ou pelos nobres.

No preâmbulo da alçada que percorreu o distrito de entre Minho e Cávado, declara-se o objecto da investigação: inquirir de todos os direitos que El-Rei ali tinha e devia ter, novos e velhos, tanto de reguengos como de forros, padroados de igrejas, honras novas e velhas, coutos, herdades de cavaleiros e Ordens, sôbre que El-Rei tinha ou devesse ter direito; e bens adquiridos ou comprados em cada logar pelas Ordens desde o tempo de Afonso II.

Quanto ao modo de proceder é também expresso o mesmo documento. Os inquiridores deviam chamar o juiz de cada julgado, e em cada freguesia o pároco e todos os fregueses; ajuramentavam-nos individualmente aos Santos Evangelhos, e tomavam-lhes secretamente o depoimento, que ficava escrito. Nem os depoentes deviam revelar o próprio testemunho prestado ¹.

A questão do casamento de El-Rei. — Vimos anteriormente

¹ J. P. RIBEIRO, *Memórias para a história das inquirições*, pág. 41 e seg. e Documentos no fim do volume; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. V, pág. 154 e seg., 187 e seg. — As actas das inquirições de 1258 estão publicadas nos *Portugaliae Monumenta Historica — Inquisitiones*, vol. I, pág. 293 a 912. A publicação, que esteve ultimamente a cargo de Anselmo Braamcamp Freire, ainda não está concluída. O último fascículo data de 1917. Ainda sôbre o assunto: FÉLIX ALVES PEPEIRA, *Um erro de amanuense nas inquirições de D. Afonso III (C. Sancti Salvatoris d'Arcus)*, Lisboa, 1905 (separata do *Archeologo Português*, vol. X).

que D. Afonso III casara em Maio de 1253 com D. Beatriz, filha de Afonso X de Castela, não obstante estar ainda viva sua primeira mulher, Matilde, Condessa de Bolonha. Esta reclamou do Papa Alexandre IV providências contra o escândalo, e foi atendida.

Em 1258 ordenou Alexandre IV a separação dos cônjuges, que aliás ainda não viviam juntos, segundo parece, porque D. Beatriz casara ainda criança. Sujeitaram-se a interdito os logares do reino onde D. Afonso se encontrasse; e nem a morte de D. Matilde (1258) abrandou as iras do Papa, porque, além da irregularidade da bigamia, D. Afonso contraíra matrimónio incestuoso, por ser parente de D. Beatriz em quarto grau de consanguinidade.

Parece que a união dos dois cônjuges coincidiu com a morte da Condessa de Bolonha ou se lhe seguiu em breve; por outro lado a êsse tempo já se não observava o antigo rigor quanto a impedimentos de parentesco: era portanto o momento oportuno para legitimar o facto.

Foi então que os bispos e cabidos do reino dirigiram ao Papa Urbano IV uma exposição do caso (Maio de 1260). D. Afonso tivera já de D. Beatriz dois filhos; mas por causa daquele casamento criminoso — acrescentavam os prelados — achavam-se os logares do reino, onde El-Rei estava presente, sujeitos ao interdito fulminado por Alexandre IV, a instâncias da Condessa Matilde, com grande detrimento das almas, e escândalo do clero e do povo. Falecida a Condessa, e não podendo D. Afonso apartar-se da Rainha, sua mulher, sem dano próprio e perigo do reino, pediam ao Sumo Pontífice, que, a fim de pôr termo a tão grandes males, se dignasse conceder a dispensa necessária a El-Rei e a D. Beatriz para poderem viver como casados, com os filhos havidos ou que de futuro houvessem, os quais teriam direito de suceder no trono a seu pai, e seriam tidos por legítimos e hábeis como filhos de matrimónio abençoado.

Não se limitaram a isto as diligências para alcançar do

Pontífice a graça desejada. Foram pessoalmente a Roma advogar êste negócio os bispos de Lisboa e Coimbra, e recorreu-se ao valimento de Luís IX (S. Luís), Rei de França; de Teobaldo, Rei de Navarra; e de Carlos, Duque de Anjú. Finalmente, em 1263, o Papa Urbano IV expediu uma bula em que fazia a exposição da causa e das diligências para que ela fôsse resolvida, e decidiu-a nos termos desejados ¹.

Administração pública — Consequências das inquirições.

— As devassas iniciadas em 1258 vieram revelar a existência de muitos abusos, usurpações do património real, cerceamento de foros e tributos, violências das classes privilegiadas contra os povos indefesos, praticadas até á sombra do exercício da autoridade. Coarctar semelhantes excessos e preveni-los para o futuro era a consequência lógica das inquirições, e tal foi o objecto de várias leis de D. Afonso III a partir de 1258.

Uma das providências foi proibir que os ricos homens e quaisquer outros nobres pousassem nos casais da Corôa, quer fôsem reguengos, quer foreiros. A apôsentadoria que o nobre procurava em tais logares, para si e para as pessoas que o acompanhavam, excedia por vezes as proporções de pesado encargo para se tornar em esbulho violento ².

Nos concelhos praticavam-se também abusos, que, além de oprimirem os povos, mais ou menos prejudicavam os réditos fiscaes. O alcaide mór, chefe militar e civil como delegado do poder real, freqüentemente exorbitava das suas atribuições legais. Tinham os alcaides-mores officiaes subalternos, chamados alcaides menores ou simplesmente alcaides, para os substituirem na sua ausência e na prática

¹ A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. V, pág. 173 e seg.; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 425 e seg. e as fontes lá citadas.

² Sôbre pousadas vid. VITERBO, *Elucidário*, in vbis. *Aposentadoria e Pousada*. Cp. os abusos dos padroeiros que pousavam nas igrejas e nos mosteiros (*História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 222 e seg.).

de actos em que êles não podiam ou não queriam intervir. O primeiro abuso, de que derivavam outros, estava no exagerado número dos alcaides menores, que de qualquer modo haviam de ser sustentados á custa do concelho. Daí a violação dos foros municipais, quanto á admissão de fianças nos crimes de menor gravidade, para os alcaides perceberem as carceragens e outras exacções; outras vezes as peitas recebidas para não prenderem por devassas e processos escritos, nos casos em que o uso admitia a discussão verbal da causa perante os magistrados populares (alvazís ou alcaldes).

Outros abusos cometiam os alcaides mores: pousavam nas casas dos cidadãos e nas aldeias do termo; sobregaravam o povo com fintas e pedidos extraordinários; influíam na eleição dos magistrados populares, quando apenas lhes competia, em nome do Rei, aceitar ou recusar os eleitos.

D. Afonso III expediu leis tendentes a reprimir estes e outros abusos. Determinou que se respeitassem as imunidades individuais, sob pena de prisão e confisco de bens; que o alcaide mór tivesse um único official ou alcaide menor; que se não fizessem fintas nem pedidos, sob pena de reposição em dôbro das quantias extorquidas. Em defesa do património real, mandou recuperar para a Corôa todas as terras reguengas ou foreiras que os colonos tivessem vendido, doado ou trocado a cavaleiros, ordens ou a quaisquer pessoas de tal qualidade que o facto produzisse a perda dos direitos e foros reais.

Na mesma orientação promulgou El-Rei outras leis tendentes a suprimir abusos ¹.

Conflitos com o clero. — A classe ecclesiástica, do mesmo modo que os nobres e os próprios officiais de El-Rei, sentiu-se ferida com as providências sôbre reivindicação de

¹ A. HERCULANO, *História de Portugal*, t.V, pág. 187 e seg.

propriedades públicas usurpadas, extinção de falsos títulos de isenções e doutros processos de fraude.

É de crer que os prelados, feridos nos seus interesses, apresentassem reclamações ao monarca; êste não queria transigir nem ceder das normas administrativas que adoptara. Embora os monumentos históricos o não digam claramente, parece que alguns bispos foram maltratados. O que é certo é que, em 1267, estavam em Roma diversos prelados do reino, e ali apresentaram ao Pontífice Clemente IV uma extensa memória, em que El-Rei era acusado de violências na administração civil e de atentados contra a liberdade eclesiástica.

Dizia o libelo que El-Rei, sem qualquer espécie de compensação, toniava logares pertencentes a comunidades ou a particulares, para neles construir casas e levantar mercados; que obrigava os mercadores e outros habitantes, com graves ameaças e terrores, e até ás vezes com dura prisão, a fazerem-lhe empréstimos, e igualmente os agra-vava com insólitas e indevidas exacções; que obrigava as viúvas, apenas morriam os maridos, e as filhas donzelas a casar com pessoas vis, e aos principais das cidades compelia a consórcios desiguais com mulheres impudicas ou de raça sarracena e judaica; que ás vezes tirava das igrejas os clérigos instituídos pelos bispos ou pelos seus vigários, e outros a quem elas estavam encomendadas, e até mandava prender aqueles que os tinham apresentado como padroeiros; que êles não ousavam queixar-se e invocar o auxílio do fôro eclesiástico por temerem o poder real.

Certamente não seriam destituídas de todo o fundamento semelhantes acusações; mas foram provavelmente exageradas.

A usurpação da propriedade particular e a deposição de párocos devem ter-se antes como reinvidicações de propriedades e padroados usurpados á Corôa.

Os artigos acusatórios de agravos feitos em especial á classe eclesiástica eram muito mais extensos, encerrando

êsse libelo todos os objectos do conflito entre a Corôa e o clero nos primeiros reinados.

D. Afonso III não tardou em se defender das acusações que lhe eram feitas, contrapondo ao libelo dos prelados uma declaração solene dos concelhos de Portugal, em que se defendiam os actos de El-Rei e se elogiava a sua administração. Depois a lide arrastou-se durante muitos anos, porque o espírito de El-Rei era fértil de expedientes dilatórios e habilidades políticas.

Em 1273 ocorreu o alvitre de convocar côrtes, que efectivamente se reuniram em Santarém. Antes de aberta a assembleia, D. Afonso III, perante os delegados pontifícios, declarou-se convencido dos males de que o acusavam e dispôsto a emendá-los. As côrtes adoptaram ou aconselharam, que se organisasse uma espécie de alçada para corregger todos os actos de El-Rei ou dos seus ministros, praticados sem razão ou que carecessem de emenda. Ora a alçada compunha-se de pessoas afeiçoadas ao Rei, algumas das quais teriam, pelo menos, tantas responsabilidades como êle: depois de muito indagarem, poucas cousas acharam que houvessem sido praticadas *sem razão* ou merecessem reforma. A burla era completa e assumia as proporções de comédia.

A 4 de Setembro de 1275 expediu Gregório X uma extensa bula, na qual determinava que El-Rei, dentro de três meses, ou o seu sucessor dentro dum ano, reparasse os males causados e se compromettesse por juramento solene a não os repetir no futuro. Para o caso de desobediência cominava o pontífice, para serem applicadas gradualmente umas após outras e de mês a mês contra El-Rei e o seu sucessor as penas de interdito local, excomunhão maior, interdito geral em todo o reino, e finalmente a absolvição de juramento de obediência concedida a todos os súbditos e privação da corôa real.

A applicação destas penas só começou a ser feita em Fevereiro de 1277 pelo nuncio Fr. Nicolau.

Submissão de El-Rei á Santa Sé — Sua morte. — Parece que nos últimos meses de 1277 se encontrou D. Afonso III excomungado e o reino interdito, o que talvez se relacione com tumultos que naquele ano houve no reino, assinalados por batalhas sangrentas.

Passou o ano de 1278. Em Janeiro do ano seguinte, El-Rei, acabrunhado de longos padecimentos, e sentindo a morte próxima, chamou no dia 17 á sua presença D. Durando, Bispo de Évora, o único prelado que seguia o partido da Côrte; alguns eclesiásticos seculares, outros religiosos e diversos nobres. Perante êles declarou, que, havia muito, desejava jurar submissão ás prescrições da Igreja romana, salvo o direito do reino e o de seus filhos e vassallos, condição de que agora prescindia. Em seguida jurou aos Santos Evangelhos, e prometeu simplesmente e sem condição alguma acatar e cumprir a vontade da Santa Sé, restituindo todas as cousas que mandara usurpar e indemnizando todos os prejuizos causados.

A tudo isto assistiu seu filho primogénito, D. Dinís, que deu o seu consentimento, e prometeu, a pedido de seu pai, restituir tudo o mais de que El-Rei naquela hora se não podia lembrar; emendar os males que descobrisse e fazer cumprir o seu testamento. Depois dêste juramento foi D. Afonso III absolvido, em artigo de morte, por D. Estevam, antigo abade de Alcobaça. Faleceu a 16 de Fevereiro seguinte ⁴.

A família real. — Do seu primeiro casamento, com D. Matilde, Condessa de Bolonha, não houve D. Afonso III descendência. Das segundas núpcias, com D. Beatriz de Guilhen, que veio a falecer em 1303 ou 1304 e foi sepultada em Alcobaça, teve os seguintes filhos:

D. Branca, que nasceu a 28 de Fevereiro de 1259;

⁴ FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XV, cap. XXXIX e seg.; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. V, pág. 197 e seg.; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 427 e seg.

abraçou a vida religiosa e foi abadessa em Lorvão e depois em Huelgas de Burgos, onde faleceu;

D. Fernando, que nasceu em 1260 e faleceu em 1262;

D. Dinís, que nasceu a 9 de Outubro de 1261 e succedeu no trono a seu pai;

D. Afonso, que nasceu a 6 de Fevereiro de 1263, foi senhor de Portalegre, Castelo de Vide, Arronches, Marvão, Lourinhã e outras terras, e faleceu a 2 de Novembro de 1312;

D. Sancha, que nasceu a 2 de Fevereiro de 1264, e faleceu em 1302 em Sevilha, por ocasião de acompanhar sua mãe a Castela;

D. Maria, que nasceu a 21 de Novembro de 1264; professou aos vinte anos no mosteiro das cónegas de Santa Cruz de Coimbra, onde faleceu a 6 de Junho de 1304;

D. Vicente, do qual se sabe apenas que nasceu a 22 de Janeiro de 1268, morreu moço e foi sepultado em Alcobça.

Teve El-Rei D. Afonso III os seguintes filhos ilegítimos: *Afonso Dinís*, *Martim Afonso*, *Fernando Afonso*, *Gil Afonso*, *Rodrigo Afonso*, *D. Leonor Afonso*, *D. Urraca Afonso*, *D. Leonor Afonso* (segunda do nome), *D. Urraca Afonso* (segunda do nome) e *Henrique Afonso*¹.

¹ D. JOSÉ BARBOSA, *Catálogo das Rainhas de Portugal*, pág. 247 e seg.; FIGANIÈRE, *Memórias das Rainhas de Portugal*, pág. 105 e seg.; BENEVIDES, *Rainhas de Portugal*, t. I, pág. 137 e seg., 146 e seg.; CARDEAL SARAIVA, *Notícia da Infanta D. Branca, filha de El-Rei D. Afonso III (Obras Completas, III, 127)*; FARIA E SOUSA, *Europa Portuguesa*, t. II, pág. 125-126; FR. ANTÓNIO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XV, cap. XXVIII e XXIX; D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *História Genealógica da Casa Real*, t. I, pág. 165 e seg.; VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, t. I, pág. 104, 112, 113; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 425 e seg.; *Port. Mon. Hist. — Scriptores*, pág. 4.

HISTÓRIA DE PORTUGAL

LIVRO SEGUNDO

1279-1385

D. DINÍS

1279-1325

A educação do novo Rei. — A influência exercida no espírito de D. Afonso III pelo contacto da civilização francesa veio a repercutir-se na côrte de Lisboa, onde aquele monarca e alguns nobres portugueses que o tinham acompanhado no estrangeiro introduziram e favoreceram a literatura do gôsto provençal, então cultivada com entusiasmo além dos Pireneus.

Esta corrente favorável ás manifestações da intelligência recebeu novo alento do alto prestígio que em toda a península e fora dela alcançara Afonso X de Castela, que por sua illustração e amor das letras merecera o cognome de *Sábio*. De modos diversos exerceu Afonso X grande influência em seu genro, D. Afonso III de Portugal, e em seu neto D. Dinís.

Semelhantes circunstâncias, compreendidas pela sagaz intelligência de D. Afonso, determinaram êste monarca a ministrar a seu filho educação esmerada, como a não tinham recebido ainda príncipes portugueses. Deu-lhe por aio Lourenço Gonsalves Magro, em quem as qualidades pessoais concorriam com as tradições de família, como terceiro neto de Egas Monís. A missão educadora de Lourenço Gonsalves foi continuada por Nuno Martins de Chacim, que teve o cargo de adeantado (fronteiro mór) na Beira e Entre Douro e Minho, e depois o de mordomo-mór de El-Rei D. Dinís.

Para instruirem o jovem príncipe nas letras, deu-lhe

D. Afonso III mestres de grande reputação. Entre estes se contam Emérico d'Ébrard (Aiméric d'Ebrard), ilustre sacerdote francês da Aquitânia, que veio a ser Bispo de Coimbra; e Domingos Anes Jardo, cujo nome anda ligado á fundação da universidade, como adeante se verá.

Educado em tais cuidados, o novo monarca deu ao seu govêrno, sob diversos aspectos, esplendor que anteriormente se não vira ¹.

Primeiras dissensões do Infante D. Afonso. — Apenas El-Rei D. Dinís herdou o trono, o Infante D. Afonso seu irmão afirmou sem reboço pretensões de lhe ser preferido. O vicioso fundamento que alegava era o de ter nascido D. Dinís antes de alcançada a dispensa pontifícia para a validação do casamento de seus pais; ao passo que êle D. Afonso nascera legitimado, porque na data do nascimento já o Pontífice legitimara o casamento de D. Afonso III com D. Beatriz.

A alegação era insubsistente, porque o Pontífice, concedendo a dispensa necessária para a validação do casamento, legitimara também os filhos já nascidos; e quando o argumento procedesse, do mesmo modo procederia contra D. Afonso, concebido muito antes de alcançada a dispensa pontifícia.

Não tomou grande vulto a pretensão do Infante, por falta de fundamento sério; mas bastou para deixar fermento de suspeições e más vontades entre os dois irmãos.

D. Afonso tinha o senhorio das vilas de Portalegre, Marvão, Arronches e Vide. Esta última era povoação aberta, e o Infante resolveu murá-la, ou no simples pensamento de enobrecer a terra, ou acaso com intenções belicosas. Em Abril de 1281 dirigiu-se El-Rei D. Dinís a Vide,

¹ FR. FRANCISCO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XVI, cap. III, XXXIV e XXXIX; l. XVII, cap. XXIX; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 490, 547, 618, 620 e 630.

com fôrças bastantes para reduzir o irmão se êste pretendesse resistir.

Dos acontecimentos não há notícia circunstanciada; mas sabe-se que em Vide foram encontrar o monarca português embaixadores de Aragão, enviados pelo Rei D. Pedro, para ratificarem o casamento de sua filha com D. Dinís; e que a êste aconselharam instantemente a paz, comprometendo-se a trazer D. Afonso á condição de obediência. Pela sua parte, o Infante retirou-se prudentemente para Sevilha, e de lá enviou procuração para se firmar o acôrdo com D. Dinís ¹.

Novas discórdias do Infante D. Afonso. — D. Álvaro Nunes de Lara, insofrido fidalgo castelhano, descontente de seu Rei D. Sancho, andava em 1286 em Portugal, que então era — como diz Brandão — valhacouto dos cavaleiros do reino de Castela. Como alcançara prestígio em ambas as monarquias, pôde reunir combatentes portugueses e castelhanos, com os quais, por terras de Riba Côa, fazia entradas em Castela, sem que D. Dinís, durante algum tempo, lograsse pôr côbro ao abuso.

Com D. Álvaro de Lara estava concertado o Infante D. Afonso, que na fronteira do Alentejo praticava iguais demasias. Para ali se dirigia, em 1287, D. Sancho de Castela, para castigar as arremetidas do Infante português. D. Dinís cumpriu pela sua parte os deveres que lhe impunha o direito de soberano, dirigindo-se com muita gente armada á vila de Arronches, a fim de pôr termo aos desmandos de seu irmão, que ali se recolhera. A 6 de Novembro já estava El-Rei defronte da vila, e logo as fôrças castelhanas com as portuguesas lhe puseram apertado cêrco.

A resistêcia foi porfiada. A Rainha viuva D. Beatriz e sua filha D. Branca, sabendo em Burgos da luta que se travara, puseram-se a caminho para tentarem a concórdia.

¹ FRANCISCO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XVI, cap. XVIII, XIX e XXXI.

No mesmo pensamento de pacificação se encontraram também a Rainha Santa Isabel de Portugal e a Rainha D. Maria de Castela. No princípio de Dezembro, o Infante, iludindo o cerco, pôde transferir-se a Badajoz, onde estavam D. Beatriz e D. Branca. Na mesma cidade se fizeram as pazes, por instrumento público lavrado a 13 de Dezembro de 1287.

Não foi esta a última, nem a mais grave das rebeliões do Infante D. Afonso ⁴.

Primeira concordata com o clero. — As penas de excomunhão e interdição impostas por Gregório X continuaram vigorando depois da morte de D. Afonso III, porque nem este monarca chegou a dar execução ás determinações do Pontífice, nem seu filho e sucessor D. Dinís se deu pressa em as observar, certamente porque pretendia que elas fôsem suavizadas. Mas tal situação era grave e difficil, por mais que o uso e abuso das penas canónicas tivesse embotado a sensibilidade moral dos homens.

Entrou D. Dinís em negociações com a Santa Sé, pouco depois da morte de seu pai. Não são conhecidos os termos de tais negociações, repetidas vezes interrompidas, pela substituição de vários pontífices, falecidos ao cabo de governos efémeros; e por este motivo, como também por divergências que se levantaram, arrastaram-se durante muitos anos antes de se chegar a acôrdo definitivo.

Só em 1289 se concluiu a concordata, em quarenta artigos, cada um dos quais encerra queixas do clero e as respostas que a essas queixas davam os procuradores de El-Rei. Os representantes do clero declararam-se satisfeitos com as respostas recebidas, e El-Rei obrigou-se por seus procuradores a aprovar, ter por firmes e receber quanto nas respostas se continha, guardá-las e cumprí-las, tanto elle como os seus sucessores, para todo o sempre e dar

⁴ FRANCISCO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XVI, cap. LII e LVI.

carta patente dessas respostas á Santa Sé e a cada um dos prelados e cabidos de Portugal. Depois disto aprovou Nicolau IV a concordata pela bula *Cum olim*, de 7 de Março de 1289¹.

Fundação da Universidade. — Nos séculos XII e XIII só havia em Portugal as escolas sustentadas pelas catedrais e pelos mosteiros, as quais tanto serviam para o clero como para leigos. Destas escolas, as mais notáveis foram as dos mosteiros de Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra, onde houve, pelo menos nos princípios do século XIII, mestres afamados, que ensinavam gramática, lógica, teologia e medicina. Nas igrejas colegiadas havia escolas semelhantes. Os portugueses que se propunham seguir cursos universitários preferiam ordinariamente as universidades de Salamanca, Paris, Montpellier e Bolonha.

A cultura intelectual nos mosteiros, entre o clero secular e na própria côrte de D. Dinís, era bastante intensa para que surgisse o pensamento de criar uma universidade no reino, a fim de facilitar os estudos áqueles que quisessem seguí-los. As viagens ao estrangeiro, para estudar noutras universidades, além de muito dispendiosas, eram cheias de perigos e trabalhos. Tudo isto representou o clero a El-Rei, pedindo-lhe que criasse um «*estudo geral*» no reino².

A ideia foi bem recebida de D. Dinís; por sua parte os eclesiásticos iniciadores do projecto assentaram entre si, com o consentimento de El-Rei, como padroeiro das igre-

¹ FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 457 e seg. e as fontes lá citadas.

² Desde o meado do século XIII que ás universidades se dava a designação de *tudium generale* ou *universale*, para indicar o monopólio, que elas começavam a tomar, do ensino da teologia, das sciências e das letras. Também algumas vezes as designaram por um termo, que na Alemanha se conservou na linguagem universitária: *gymnasium*.

O que no tempo de D. Dinís se entendia por *estudo geral*, dizem-no as Leis das Partidas: «Dicen *Estudio general*, en que ha maestros de las artes, assi como de grammatica e de logica et de arismetica, et de geometria, et de musica e de astronomia, et outrosi en que ha maestros et señores de leyes; et este estudio debe ser establecido por mandado de papa, ô de emperador, ô de rey.» *Part. II*, l.V, tit. 31.

jas e mosteiros, que o salário dos mestres e doutores se pagasse das rendas das mesmas casas, taxando logo a soma com que devia contribuir cada uma, reservada a sua congrua sustentação. Como na Europa se considerava o papado protector nato das universidades e fonte da suprema autoridade na organização e funcionamento delas, o clero dirigiu uma petição ao Pontífice, pedindo-lhe que confirmasse «uma obra tão pia e louvável»¹.

Este projecto da fundação duma universidade relacionava-se com a existência do colégio dos Santos Paulo, Eloi e Clemente, que um dos preceptores de D. Dinís, D. Domingos Anes Jardo, fundara em Lisboa, em 1286, e se desenvolvia sob a protecção do monarca e dos monges de Alcobaça. Assim teve a universidade portuguesa origem semelhante á de quasi todas as universidades fundadas na idade média, as quais ordinariamente começavam em escolas livres que os príncipes tomavam sob a sua protecção.

Por diploma do 1.º de Março de 1290, D. Dinís criou de facto um *estudo geral* em Lisboa; de modo que o Papa Nicolau IV, quando em 9 de Agosto do mesmo ano deu a confirmação que lhe fôra pedida, já dirigiu a sua bula á *universidade dos mestres e estudantes de Lisboa*. O Pontífice concedeu aos estudantes o fôro eclesiástico e recomendou que se lhes dessem várias outras garantias.

Como pelo decurso do tempo se levantassem perturba-

¹ Por muitas vezes se afirmou, em relação á universidade portuguesa, a suprema autoridade que o Papa exercia sobre as universidades em geral. Tratando-se de transferir a universidade de Lisboa para Coimbra, em 1308, D. Dinís entendeu que o não podia fazer sem prévia autorização pontifícia, que lhe foi dada, como adiante se verá, em 26 de Fevereiro do mesmo ano. Quando D. João III transferiu a universidade de Lisboa para Coimbra, pediu que o Pontífice autorizasse a universidade a conferir ali os graus académicos, como se praticava em Lisboa; o que o Pontífice deferiu, ao mesmo tempo que confirmou os antigos privilégios concedidos a todos os graduados pela universidade. Bula da Penitenciaria Apostólica *Apostolicae sedis*, de 12 de Fevereiro de 1539, no *Corpo Diplomático*, t. IV, pág. 5 e seg.

Já no século XIII era doutrina corrente que só á Igreja pertencia, e por tanto só dela podia derivar, a autoridade de conferir os graus académicos. Por isso Nicolau IV, na sua bula de 9 de Agosto de 1290, determinou que no *estudo geral* de Lisboa fôsem conferidos os graus académicos pelo Bispo de Lisboa, ou pelo vigário capitular *sede vacante*.

ções em Lisboa, entre a população da cidade e os estudantes, que ao abrigo do privilégio do fôro se tornaram talvez mais audaciosos, D. Dinís transferiu a universidade para Coimbra em 1308, com autorização que o Papa Clemente V lhe concedeu por bula de 26 de Fevereiro do mesmo ano ¹.

A língua portuguesa — A literatura. — Á imitação do que em Castela fizera seu avô Afonso X, determinou El-Rei D. Dinís, que na língua vulgar portuguesa, e não na latina, como era costume, se escrevessem os processos e actos judiciais. Teve esta resolução as mais felizes consequências no aperfeiçoamento da língua nacional, que gradualmente se foi enriquecendo de novos vocábulos, adquiriu maior flexibilidade e formas próprias.

Para o enriquecimento e aperfeiçoamento da língua contribuiu também D. Dinís, mandando traduzir doutras línguas para a portuguesa algumas obras notáveis. Uma destas foi a compilação de leis de Afonso X de Castela, conhecida pelo nome de *Siete partidas* por se dividir em sete partes.

Aquelas leis haviam alcançado em Portugal tanta autoridade, que no século xiv eram muitas vezes applicadas neste reino na administração da justiça ².

Com o aperfeiçoamento e consagração da língua vulgar coincide apròximadamente o período áureo da literatura portuguesa segundo o gôsto provençal então dominante. No tempo de D. Afonso III e de D. Dinís, a côrte portuguesa era um dos mais afamados centros literários da península, onde numerosos trovadores cultivavam as musas com distinção. O próprio Rei D. Dinís, além de ser protector das letras, deixou muitas composições poé-

¹ Adeante, no liv. III, em capítulo consagrado á história da instrução pública nesta época, encontrará o leitor outras notícias e a bibliografia respectiva.

² FR. FRANCISCO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XVI, cap. III.

ticas que lhe dão logar de honra entre os literatos da época ¹.

Guerra com Castela. — Por morte de Sancho o *Bravo*, Rei de Castela, succedeu-lhe o filho, ainda menor, Fernando IV, a quem disputou o trono seu tio D. João (1295). Fundava êste a sua pretensão na qualidade de irmão legítimo do Rei defunto, pela qual devia ser preferido ao filho ilegítimo, ao menos nos reinos de Leão e Galiza, que por disposição testamentária do último Rei de Leão, D. Afonso, se não podiam unir aos de Castela.

Estando El-Rei D. Dinís na Guarda, ali o procurou D. João a pedir-lhe auxílio para realizar as suas ambições; e conseguiu-o.

Para se desobrigar do contracto de casamento de sua filha D. Constança com Fernando IV, D. Dinís alegou que lhe tinham prometido a legitimação de Fernando, para que êste houvesse a posse pacífica do reino; mas que tudo se passara diversamente, e de tal modo que o jovem Rei tinha bem abalado o trono por pretendentes que ameaçavam retalhá-lo. Havia por mais seguro casar a filha com D. João, filho do pretendente do mesmo nome.

No 1.º de Agosto de 1295 mandou El-Rei D. Dinís publicar a guerra contra Castela, e pouco depois encarregou seus mensageiros de irem declará-la a Fernando IV. Nas côrtes que então estavam reunidas em Valhadolid, causou funda impressão o cartel de desafio, porque as diversões que preocupavam o govêrno de Castela não permitiam que se preparasse a necessária defesa. Despedidos os mensageiros portugueses, veio após êles, a negociar com El-Rei de Portugal, o Infante D. Henrique, tio de D. Fernando e seu tutor eleito nas côrtes de Valhadolid. Na Guarda, onde encontrou D. Dinís, conseguiu chegar a com-

¹ Nos tratados de história da litteratura encontrará o leitor mais larga notícia e indicação de fontes.

posição, prometendo restituir á Corôa portuguesa, da qual andavam usurpadas, as vilas de Serpa e Moura com seus termos e castelos; e bem assim entregar as vilas de Arôche e Aracena, sôbre as quais alegava também direitos o monarca português.

Os castelhanos foram remissos no cumprimento do tratado, dilatando a entrega das terras além dos prazos estabelecidos. Em Outubro de 1295 recebeu D. Dinís as vilas de Moura e Serpa, o castelo de Noudar, por ser do termo de Moura, e o de Mourão; restava, porém, demarcar os dois reinos em grande extensão da fronteira, para se restituirem a Portugal muitas outras terras, conforme também se ajustara na Guarda. As dilações de Castela, irritando D. Dinís, levaram-no a entrar numa liga que se formara para o desmembramento dos Estados de Fernando IV (1296). Entravam na liga El-Rei D. Jaime de Aragão e seu irmão o Infante D. Pedro, cunhados de D. Dinís; D. Afonso de Lacerda, primo de Fernando IV; e o Infante D. João, tio de ambos.

Nos últimos dias de Agosto de 1296 entrou El-Rei D. Dinís com o seu exército por Cidade Rodrigo, e de lá marchou para Salamanca, guerreando de acôrdo com os seus aliados; porém metendo-se o inverno e receando que os castelhanos lhe cortassem a passagem do Douro, que transpusera, recolheu-se por Medina del Campo a Portugal. Como fruto da campanha, no regresso assenhoreou-se da comarca de Riba Côa, entre o rio dêste nome e o Douro ¹.

¹ «He a comarca que chamamos Riba de Coa, húa lingoa de terra de quinze legoas de comprido, & de largo quatro, aonde tem mais largura. Está lançada de Norte a Sul, & cingida da parte de Portugal com o rio Coa, que tendo seu nascimento na serra de Xalma, q̃ he húa parte da de Gata, faz húa entrada em Portugal pelos lugares de Folgoso, Val de espinho, & Quadrasais, donde se avisinha ao Sabugal, primeira Villa acastellada desta comarca por aquella parte, & della vai correndo até se meter no Douro em Villa noua de fos Coa. Pela parte do Reyno de Leão, ou Estrémadura de Leão, com que confina, vai a raia balisada por campinas, & montes até São Pedro de Rio seco, perto do qual lugar nasce a ribeira de Turoês, que vai diuidindo os Reynos até entrar no Ageda, abaixo de Escraigo. Daqui vai o Ageda fazendo a mesma diuisão até entrar no Douro, que fecha vltimamente este destrito, recebêdo as agoas do Coa no logar que dissemos.

«Ha nesta comarca muitas aldeas, & lugares abertos de grande copia de moradores.

Entretanto de Elvas tinham partido fôrças a conquistar os castelos de Campo Maior e Alvalade.

Em 1297 preparava El-Rei de Portugal nova invasão nos Estados de Fernando IV, quando de Castela chegaram propostas de paz, que teria por base os casamentos do Rei de Castela com a Infanta portuguesa D. Constança; e da Infanta D. Beatriz, irmã de Fernando, com o Infante D. Afonso de Portugal. O tratado definitivo firmou-se em Alcanises a 12 de Setembro de 1297, e logo se celebraram os casamentos, apesar da tenra idade dos cônjuges. Fernando IV tinha onze anos e nove meses; D. Beatriz, sua irmã, ainda não tinha quatro; o Infante D. Afonso de Portugal ainda não completara sete; e D. Constança, um ano mais velha que D. Afonso, não perfizera os oito.

No ano seguinte estava novamente ameaçada a Corôa de Fernando IV pela coalisão dos mesmos adversários. D. Dinís voltou a Cidade Rodrigo e Salamanca, a levar o pedido auxílio a seu genro. As circunstâncias tornavam-no árbitro da contenda, pois nem Fernando IV podia dispensar-lhe os socorros, nem podia resistir-lhe o Infante D. João, que já se apoderara da Galiza como Rei. Aceitando de bom grado as solicitações de D. João, procurou D. Dinís que a êste fôsse reconhecida a posse da Galiza, preferindo enfraquecer o genro a enriquecer a filha. Não conseguiu, porém, vencer as resistências da Rainha D. Maria e do Infante D. Henrique, mãe e tutor de Fernando IV; pelo que regressou a Portugal ¹.

Últimos conflitos com o Infante D. Afonso — Cêrco de Portalegre. — Nos acontecimentos que deixamos referidos,

Tem sete villas acastelladas, a saber, Sabugal, Alfaiates, Villa maior, Castelbom, Almeida, Castelbranco, & Castel melhor. Castel melhor, & Sabugal são oje Condados. Castel melhor anda na familia dos Vasconcelos, Sabugal na dos Castelbrancos; Castel Rodrigo he cabeça de Marquesado, que pertence aos Mouras. He toda esta terra abundâtissima de lauouras, & gados, de que repartia muito para outras comarcas de Portugal, & Castella. Dos mais frutos tem quantidade.» FR. FRANCISCO BRANDÃO, *Monarchia Lusitana*, l. XVII cap. XXXI.

¹ FRANCISCO BRANDÃO, *Monarquía Lusitana*, l. XVII, cap. XXVI e seg.

surgiu causa ou pretexto para novo rompimento entre D. Dinís e o Infante D. Afonso seu irmão.

Nas solicitações que D. João fizera a El-Rei de Portugal, para o ajudar a manter-se na posse da Galiza, alegava o Infante o projecto de casar seu filho e herdeiro com uma filha do Infante D. Afonso de Portugal, sobrinha, por tanto, de D. Dinís, que de tal modo se desobrigaria do encargo de a acomodar. Parece que o projecto era conhecido do Infante D. Afonso, que o acariciava; e assim, na conjectura de Francisco Brandão, a inimizade que entre o Infante e D. Dinís havia nos fins de 1298, resultaria da queixa, feita por aquele, de que El-Rei não sustentara eficazmente as pretensões de D. João.

Nos princípios de 1299, o Infante praticava nas vilas e castelos de seu senhorio actos de rebelião. D. Dinís mar-chou contra êle e foi cercá-lo em Portalegre. Foi porfiada a luta, durando o cêrco de 15 de Maio até 16 de Outubro. Em circunstâncias que não são conhecidas, a vila entregou-se então, servindo de medianeiras, nos concertos entre El-Rei e o Infante, a Rainha Santa Isabel, a Rainha mãe D. Beatriz e a Infanta D. Branca.

Novas concordatas com o clero. — A concordata dos quarenta artigos, de que anteriormente falámos, não resolvia todos os conflitos existentes entre o clero e a Corôa. Alguns dos objectos de contenda foram tratados em novo acôrdo, que consta de onze artigos, e que, segundo todas as probabilidades, foi negociado na mesma ocasião, embora diversos historiadores o tenham atribuído a época posterior, mas não afastada. Os onze artigos não foram confirmados por nenhuma bula pontificia; mas foram aceitos por D. Dinís.

Em 1309 levantaram-se novas questões entre D. Dinís e o Bispo de Lisboa e seu cabido. Não se sabe que attitude tomaram no conflito os prelados de várias dioceses; mas o Arcebispo de Braga, o Bispo de Coimbra e outras

pessoas eclesiásticas estavam do lado do Rei. Os principais objectos de questão eram as jurisdições e a aquisição de bens de raiz pelas corporações eclesiásticas. Formulados os artigos, D. Dinís a todos respondeu, em geral para esclarecer direito anteriormente estabelecido. Das resoluções se lavrou o competente instrumento.

Vê-se quanto era diferente o modo de tratar e resolver conflitos entre o clero e a Corôa, no reinado de D. Dinís e nos reinados anteriores. Também eram diferentes todas as circunstâncias. O papado entrara numa crise difícil; os prelados não esperavam portanto encontrar nele a força protectora doutros tempos; os costumes perdiam gradualmente boa parte da barbarie antiga; e até a côrte de D. Dinís, relativamente ilustrada, não sofria a influência de espíritos brigões, como eram os validos de D. Afonso III e de D. Sancho II. Assim pôde fortalecer-se a autoridade de El-Rei sem conflitos alarmantes; e por outro lado o clero, se teve que desistir de aspirações exageradas, viu em compensação melhor definidos e mais garantidos os seus direitos ¹.

Extinção da ordem dos Templários — Fundação da ordem de Cristo. — Ao raiar do século xiv urdia-se na côrte de Filipe o Belo, Rei de França, uma formidável conspiração contra a ordem dos templários. Dava-se por finda a sua missão, desde que se reputara definitivamente perdida a Terra Santa com a queda de S. João de Acre em 1291. Por outro lado as riquezas da ordem despertavam as invejas de muitos e a cubiça do próprio Rei, que em 1306 lhe era devedor.

As pessoas ricas, por terem a maior confiança nos templários, davam-lhes a guardar o seu dinheiro. Os papas encarregavam-nos de administrarem os fundos das cruzadas. Nas suas casas de Londres e Paris eram os banquei-

¹ *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 463 e seg., 731 e seg., 737 e seg., 739 e seg.

ros dos príncipes e dos reis. Daí a impopularidade e o ódio, como aconteceu sempre aos potentados financeiros; e como consequência referviam contra êles as acusações de avareza, devassidão, heresia, impiedade e blasfémia. A fantasia não conheceu limite aos seus vôos, e foi até às mais absurdas invenções, logo acompanhadas de injúrias atrozes. Haveria certamente abusos, segundo parece bem raros, que de modo nenhum podiam justificar nem desculpar a sementeira de ódios e descrédito que incessantemente se fazia.

Em 1307, Filipe o Belo perseguia os templários com as maiores violências. O Papa Clemente V, embora fraco de ânimo e minado pela doença, protestou contra tais iniquidades; porém, vergado sob as ameaças de Filipe o Belo, decretou em 1312 a supressão da ordem, não como sentença definitiva, mas por via de provisão apostólica, em atenção ao bem geral.

Clemente V concedeu á ordem do Hospital os bens dos templários; porém, atendendo as representações que lhe dirigiram os monarcas da península, exceptuou os bens existentes nos reinos de Portugal, Castela, Aragão e Maiorca, obrigando-se todavia os monarcas a não alienarem ou doarem estas rendas e propriedades, até que a Igreja de Roma resolvesse àcêrca delas o que houvesse por mais prudente. D. Dinís tentou fazer voltar á Corôa os bens da ordem; mas encontrou invencível repugnância do Pontífice, pelo que teve de seguir orientação diferente.

Perante o Papa João XXII declararam os procuradores de El-Rei D. Dinís os fundamentos, pelos quais os bens que os templários possuíam no seu reino se não podiam anexar ou incorporar na ordem do Hospital, sem grave prejuizo da Corôa e dos súbditos; e entre os factos que apontavam avultava, como um dos principais, o dos males e assolações causadas pelos mouros na repetida invasão das terras cristãs. Como remédio eficaz propuseram que em Castro Marim, castelo forte do reino do Algarve e na

fronteira inimiga, se fundasse uma nova ordem de cavalaria de lidadores de Jesus Cristo, á qual D. Dinís estava disposto a entregar o castelo. Acedeu o Pontífice, e a ordem foi instituída no castelo de Castro Marim, que ficava sendo cabeça dela. Nessa casa devia celebrar os seus capítulos a nova cavalaria; as profissões deviam ser feitas segundo a regra de Calatrava. Determinou o Pontífice que a ordem se denominasse da cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, e designou para seu mestre a Gil Martins, que já antes o era da casa de Avís.

D. Dinís doou á ordem todos os bens que haviam pertencido aos templários, e mais a vila de Castro Marim¹.

Desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio — A marinha. — Já anteriormente ao reinado de D. Dinís se tinham realizado trabalhos importantes para a organização e desenvolvimento das fôrças económicas do reino, principalmente da agricultura.

Em volta dos conventos prosperavam as granjas que forneciam a alimentação da comunidade monástica e constituíam exemplo de trabalho inteligente a seguir pelas populações rurais. Nos grandes tractos de terreno doados a diversas casas monásticas, principalmente aos mosteiros de Alcobaça e de Santa Cruz, faziam-se arroteamentos e culturas em escala considerável, já por administração directa dos religiosos, já por colonos atraídos por contractos de aforamento. Finalmente os castelos confiados á guarda

¹ Veja-se adiante, no liv. III, o capítulo acerca do clero; e, para maior desenvolvimento, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 332 e seg. — Em 4 de Dezembro de 1307, Eduardo II de Inglaterra dirigiu aos Reis de Portugal, Castela, Sicília e Aragão uma carta em defesa dos Templários, que «pela defesa da Fé Católica resistiram aos inimigos de Cristo, e que pelas suas acções, valor e fadigas se tornaram ilustres e recomendáveis». Pedia affectuosamente a El-Rei de Portugal que considerasse «com a maior atenção o muito que se devia á dita Milícia e as calúnias dos perversos que (segundo a opinião d'ele Rei de Inglaterra) eram propagadas pela cubice e pela inveja, e não pelo zelo do bem; em consequência do que lhe requeria não fizesse ou não deixasse fazer algum mal (aos ditos Templários) que residissem em Portugal, até que fôsem condemnados segundo as leis canónicas.» VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, t. IX, pág. 21-23.

dos freires militares eram outros tantos centros de actividade agrícola, á sombra protectora do castelo, de tal modo que êste foi em muitos casos o núcleo da formação de povoações importantes.

D. Dinís tomou a peito o desenvolvimento da agricultura, principal fonte da riqueza pública; e um dos meios que para tal fim empregou foi facilitar a distribuição e circulação da propriedade, evitando que ela continuasse a acumular-se nas corporações de mão morta. Isto significa que aumentava consideravelmente a população dos pequenos proprietários e trabalhadores rurais.

Por uma lei de 1286 proibiu que as corporações de mão morta adquirissem por compra bens de raiz, e ordenou que todos os adquiridos por êste modo desde o princípio do seu reinado fôsse vendidos dentro dum ano, sob pena de sequestro. Em 1291 ordenou que as mesmas corporações não succedessem nos bens pertencentes aos seus professos, os quais deviam passar para os herdeiros legítimos ou para quem seus donos determinassem, contanto que não fôsse frades, nem freiras, nem religiosas.

No intuito de atrair as classes elevadas aos trabalhos agrícolas, procurou enobrecê-los, decretando que os fidalgos não perderiam a nobreza nem as honras por serem lavradores. Dividia os terrenos incultos em grupos de dez, vinte ou trinta casais, e estes eram distribuidos a outros tantos moradores. Cada casal era uma propriedade enfiteutica, um prazo pelo qual era devido um fôro ou pensão á Corôa, ao município ou ao donatário, como senhorios directos.

Mandou enxugar diversos pântanos para depois distribuir as terras a colonos. Um dos logares assim beneficiados foi o paúl de Ulmar, cuja drenagem foi dirigida por Fr. Martinho, monge de Alcobaça.

Mandou semear o pinhal de Leiria, para evitar que as areias do longo da costa fôsse lançadas pelo vento sôbre as férteis planícies que rodeiam aquella cidade. Ao mesmo

tempo o pinhal devia fornecer o país de boas madeiras para construções terrestres e navais.

Finalmente, de tal modo protegeu a agricultura, que os produtos eram abundantes, e até os cereais sobejavam das necessidades do reino para larga exportação.

Desde o tempo de D. Afonso III e talvez antes, fabricavam-se em Portugal panos grosseiros, burel branco (*almáfega*) e doutras côres, tecidos brancos de linho chamado *bragal* e talvez alguns mais finos também de linho chamados *lenço*. No tempo de D. Dinís já se fabricava no Minho excelente pano de linho.

Entre outras indústrias tinha-se desenvolvido a dos trabalhos executados em coiros e peles de diferentes animais, que serviam para forros de paredes de salas, coberturas de móveis, arreios de cavalos e até para certas peças de vestuário.

A indústria mineira é coeva da fundação da monarquia. D. Dinís concedeu várias minas de ferro, estanho e pedra hume; e por conta do Estado foram lavradas no seu reinado minas de prata, estanho, enxofre e outras¹.

A actividade comercial do país revelou-se nas *feiras* ou mercados transitórios que em tempo certo se faziam em várias terras. Já havia feiras em Portugal desde o século XII; e constituíam o mais cómodo meio de negociar, numa época em que as comunicações eram difíceis e as jornadas perigosas. Foi D. Dinís quem mais desenvolveu as feiras, estabelecendo muitas novas, e concedendo a al-

¹ A indústria do ferro em Lisboa alude um documento de 1255. Trata-se duma escritura de 7 de Agosto daquele ano, na qual, mediante certas concessões, a cidade chega a convenção com El-Rei, obrigando-se este a não mais construir tercenças, tendas, ferrarias e outras casas nos rezzios públicos, conforme elle e os Reis seus antecessores tinham feito, com grave prejuizo das rendas do concelho. EDUARDO FREIRE DE OLIVEIRA, *Elementos para a história do municipio de Lisboa*, Lisboa, 1882, t. I, pág. 238-239. Tanto este documento como outro de 4 de Junho de 1294 (ib., pág. 239) provam que El-Rei D. Dinís, ou para obter lucros, ou para suprir a deficiência de capitais e de iniciativas no desenvolvimento da cidade, construía casas para alugar; e que estas eram geralmente occupadas por profissionais das indústrias e do comércio. Veja-se o que a propósito de D. Afonso III dissemos a pág. 222.

gumas povoações *feiras francas*, que a mais do que as outras tinham certas isenções e privilégios.

Os principais portos do reino estavam em relação constante com as mais importantes praças marítimas da Catalunha, Bizcaia, Bretanha, Inglaterra e Flandres. Muitos estrangeiros estabeleciam-se neste reino para negociarem, especialmente em Lisboa, Porto, Setúbal e Faro.

Entre as exportações figuravam em grande quantidade os cereais e o azeite. De Castela, de França, dos Países Baixos e da Inglaterra importavam-se os melhores tecidos de linho e de seda, ferro, cobre, aço, latão, estanho e chumbo em bruto e manufacturados; as armas de melhor labor e vários artigos de marcenaria mais apurados.

Os progressos da marinha acompanhavam paralelamente o desenvolvimento do comércio externo. Começava a difundir-se naquele tempo o gosto das viagens marítimas, pelo que D. Dinís aproveitou os elementos já existentes em Portugal, e procurou outros novos, para desenvolver a marinha portuguesa. Cuidou em alcançar homens experimentados que adexassem os nossos marinheiros; pelo que, vagando o cargo de almirante mór, mandou procurar em Génova, que então estava no seu esplendor e possuía boa marinha, um homem competente para desempenhar aquele cargo. A escolha recaiu em Manuel Pezagno, cuja competência os factos demonstraram ⁴.

D. Dinís e seu filho D. Afonso — Guerra civil — Morte de El-Rei. — D. Dinís viu os últimos anos do seu reinado per-

⁴ FR. FRANCISCO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XVI, cap. XII, XXXI, LI, LXII, LXIX e LXX; l. XVII, cap. VII, VIII, IX e XXVI; l. XVIII, cap. VII, XIX, XL e LVI; l. XIX, cap. XIX; FARIA E SOUSA, *Epítome de las historias portuguesas*, p. IV, cap. XI; *Memorias de literatura portugueza*, t. II, pág. 17 e seg.; CRISTOVAM RODRIGUES ACENHEIRO, *Crônicas dos reis de Portugal*, na *Colecção de inéditos de historia portugueza*, t. V, pág. 96 e 97; INÁCIO DA COSTA QUINTELA, *Anais da marinha portugueza*, t. I, pág. 16 e seg.; REBÊLO DA SILVA, *Historia de Portugal*, t. IV, pág. 428, 466 e 509; GAMA BARROS, *Historia da administração pública em Portugal*, t. II, pág. 153 e seg., 207 e seg.; FORTUNATO DE ALMEIDA, *O Infante de Sagres*, pág. 61 e seg.; *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 236 e seg. e 556.

turbados por desavenças de família que deviam amargurá-lo profundamente. Parece que já em 1314 havia sinais de rivalidades entre seus filhos, e principalmente despeitos no herdeiro D. Afonso, e no irmão dêste, D. Pedro Afonso, por vêrem D. Afonso Sanches, seu irmão bastardo, na dignidade de mordomo mór de El-Rei. Com efeito, naquele ano fez D. Dinís larga distribuição de mercês por seus filhos, acaso para suavizar descontentamentos; e um dos contemplados foi D. Pedro Afonso, que recebeu o condado de Barcelos.

D. Afonso, herdeiro do trono, de seu natural fogoso e arrebatado, pretendeu que seu pai lhe largasse o govêrno do reino, e neste desígnio procurou entender-se com D. Maria, Rainha de Castela. Apesar da proibição de D. Dinís, concededor do mau propósito do filho, êste foi em 1319 entrevistar-se com a Rainha de Castela, junto de Cidade Rodrigo, donde ela escreveu ao monarca português a fazer-lhe a indecente proposta de ceder o mando a D. Afonso. D. Dinís repeliu a afronta, mas fê-lo em termos corteses, por não exasperar mais o filho. Tentava êste justificar o seu procedimento, attribuindo falsamente ao pai a intenção de transmitir a Corôa a D. Afonso Sanches.

Continuou o Infante D. Afonso a propalar intrigas e falsidades sôbre os propósitos do pai, que os desmentia nos mais decisivos termos. Inventou-se até que D. Dinís suplicara ao Papa João XXII que dispensasse no defeito de ilegitimidade, para que D. Afonso Sanches pudesse alcançar a sucessão do reino, atoarda que o Pontífice desmentiu indignadamente, em bula dirigida aos Estados eclesiástico e secular de Portugal.

Chegaram as indisposições a tal ponto, que no 1.º de Julho de 1320 mandou El-Rei publicar um extenso manifesto, no qual recordava os benefícios que prodigalizara ao filho, e exprobrava-lhe a ingratidão com que lhe assacava acusações caluniosas.

Pouco depois, nas terras de Entre Douro e Minho, onde

estava o Infante D. Afonso, parciais dêste praticavam as maiores violências em vassallos fieis a El-Rei. Ainda no mesmo anno, com os mesmos e outros partidários, saiu o Infante de Coimbra e foi apoderar-se de Leiria, que El-Rei pôde recuperar pouco depois. Sabendo que seu pai marchava sôbre Leiria, procurou o Infante evitar o encontro, pondo-se a caminho de Santarém.

Espalhava-se o desassossêgo em todo o reino, com assassínatos e violências de toda a espécie; e para que ninguém escapasse aos horrores da tormenta, nela foi envolvida a própria Rainha Santa Isabel, que de zelosa fautora de pazes alguns caluniosamente converteram em parcial do filho contra o marido. D. Dinís, recebendo incautamente a intriga, á qual dava aspectos de verdade a entrada de D. Afonso em Leiria, vila do senhorio da Rainha, privou sua virtuosa esposa de todas as rendas, e mandou-a, como em custódia, para a vila de Alenquer, que também lhe pertencia.

Persistiu o Infante na sua rebeldia, e D. Dinís no propósito de castigar os maus conselheiros de seu filho, sem quebra das normas da prudência para evitar batalhas sangrentas. D. Afonso, que tinha a sua casa no arrabalde de Coimbra, apoderou-se desta cidade a 31 de Dezembro de 1321. No dia seguinte foi tomar o castelo de Montemor-o-Velho; de lá passou a Gaia, depois ao castelo da Feira, ao Porto e finalmente foi pôr cêrco a Guimarães, que lhe resistiu. Ali foi de improviso encontrá-lo a Rainha Santa Isabel, que partira de Alenquer a fim de reduzir o filho a melhor conselho; porém não quis atendê-la¹.

Levantou D. Afonso o cêrco de Guimarães, para socorrer Coimbra, atacada por El-Rei. Após êle partiu a Rainha sua mãe, que junto de Coimbra, e agora auxiliada pelo Conde de Barcelos, parcial do Infante, intentou fazer

¹ Sôbre estes acontecimentos, além das fontes aedeante cit., vid. *Chronicon Conimbriense*, nos *Port. Mon. Hist., Script.*, pág. 5.

a paz. Ajustou-se uma trégua; mas o prazo dela expirou antes de concluído o acôrdo. Feriu-se ainda um combate, em que as tropas reais não levaram a melhor, ao acoметerem a cidade pela ponte; e só depois se assentou, que, a fim de melhor proseguirem as negociações, El-Rei e o Infante seu filho se retirassem, o primeiro para Leiria, o segundo para Pombal. Assim o fizeram, depois de despedida de parte a parte toda a gente de guerra, conservando apenas os respectivos séquitos e os negociadores da paz.

Finalmente, no princípio de Maio de 1322, estabeleceu-se a concórdia. El-Rei acrescentou as rendas de seu filho; e largou-lhe o senhorio da cidade de Coimbra, vila e castelo de Montemor, e os castelos de Gaia, Feira e Porto, fazendo o Infante homenagem de os ter da mão de El-Rei e dêles fazer paz ou guerra a seu mandado.

No ano seguinte (1323), o Infante, sempre impulsivo e rodeado de maus conselheiros, renovou as hostilidades, partindo de Santarém para ir tomar Lisboa. D. Dinís, antes de ir ao encontro do filho, mandou exarar em instrumento público as queixas que tinha dêle; e enviou-lhe parte, que sob pena de sua maldição não fizesse tal jornada.

As fôrças de El-Rei e as do Infante foram encontrar-se em Alvalade, onde soavam já as trombetas e se despediam dardos, quando apareceu a Santa Rainha, que pôde serenar os ânimos e estabelecer a concórdia ¹.

Em 1324 deu-se nova revolta do Infante, que levou os habitantes de Santarém a recusarem obediência a El-Rei. Ali se dirigiu D. Dinís, causando com sua presença grande alvôrço na vila. Ainda se feriu combate e durante alguns dias se repetiram os tumultos, até que uma vez mais se

¹ No sítio onde estava para se dar a batalha mandou a Rainha Santa Isabel colocar um padrão comemorativo, que pelo andar do tempo foi deslocado. No princípio do século actual mandou restaurá-lo o general Pedro de Alcântara Gomes, inspector dos monumentos na circunscrição do sul. Ainda hoje pode vê-lo quem passar pela Rua do Arco do Cego, pouco antes de chegar ao Campo Pequeno, ao lado direito. Tem uma inscrição que não é anterior ao século xvii. Notícia e gravuras no *Archeologo Português*, vol. IX, pág. 195-196.

estabeleceu a harmonia, vencida a repugnância de El-Rei em tratar com o rebelde contumaz seu filho.

D. Dinís, pôsto que não muito avançado em idade, estava alquebrado de fôrças, gasto de crueis desgostos de tantos anos. Faleceu a 7 de Janeiro de 1325¹.

A Rainha Santa Isabel. — O belo quadro que constitue o reinado de D. Dinís, com os esplendores da cultura literária, consagração de normas jurídicas regulares e impulsos ao progresso material da nação, é realçado pela nobre e piedosa figura da Rainha, consagrada nos sentimentos religiosos do povo e canonizada pela Igreja.

D. Isabel de Aragão, filha de D. Pedro III, Rei de Aragão e de sua mulher D. Constança, casou muito nova, em 1282, com El-Rei D. Dinís. Segundo uma narrativa escrita quási imediatamente depois da sua morte, D. Isabel nasceu em 1271, informação que parece não merecer inteira confiança.

Em Portugal viveu a esposa de D. Dinís no culto das virtudes cristãs, que patenteou com grande brilho quando o seu coração de esposa e mãe foi pôsto á prova nas lutas de seu marido com o irmão e o filho.

Apenas enviuvou, no princípio de Janeiro de 1325, entrou no convento de franciscanas de Santa Clara, em Coimbra, onde vestiu o respectivo hábito, sem contudo fazer profissão religiosa.

No mosteiro deu-se completamente á oração, á penitência e a outras obras de piedade. Desfez-se de tapeçarias, joias, alfaias e outros objectos riquíssimos que possuía, dispondo dêles a favor de várias igrejas, principalmente

¹ FR. FRANCISCO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XIX, cap. XVI-XLI. — Faria e Sousa, na *Europa Portuguesa* (Lisboa, 1679, t. II, p. II, cap. II, n.º 35, a pág. 143) attribue a S. Raimundo de Penaforte opiniões nas contendas entre D. Dinís e seu filho. S. Raimundo de Penaforte falecera com cem anos de idade, em 1275, quando D. Dinís ainda não era casado nem Rei de Portugal. Sobre o assunto, CARDEAL SARAIVA, *Memoria em que se refuta hum facto, que anda introduzido na historia de El-Rei D. Diniz, acerca da discordia que teve com o Infante seu filho herdeiro* (Obras Completas, III, 171).

da igreja do seu mosteiro, para uso do culto. Foi sobretudo notável a sua grande caridade, de que deu sublimes provas por ocasião duma horrorosa fome que houve em Coimbra e em toda a península no ano de 1333. Mandava a santa Rainha distribuir muitas esmolas de pão e carne aos pobres da cidade e aos que se acumulavam nas albergarias; e como era grande o número de mortos, nem destes se esquecia, distribuindo mortalhas, mandando abrir sepulturas e encarregando os seus clérigos da encomendação dos finados. Em 1336 dirigiu-se a piedosa Rainha a Estremôz, a fim de aplacar a cólera de D. Afonso IV, então em guerra aberta com o Rei de Castela, seu genro. Ao chegar ali sobreveiu-lhe no braço um tumor que ao cabo de poucos dias a vitimou (4 de Julho).

O corpo de Santa Isabel foi trasladado a Coimbra e no dia 12 de Julho encerrado no túmulo de pedra que ela mandara construir. Em 29 de Outubro de 1677 foi mudado para o novo mosteiro de Santa Clara, construído no cimo do monte vizinho da primeira edificação. Concluída a nova igreja em 1696, foi para ela trasladado o cadáver no dia 3 de Julho do mesmo ano ¹.

Filhos de El-Rei D. Dinís. — De seu casamento houve El-Rei D. Dinís apenas dois filhos:

D. Constança, que nasceu a 3 de Janeiro de 1290, casou

¹ As fontes acêrca da Rainha Santa Isabel são tão numerosas e conhecidas que nos limitaremos a indicar as seguintes: *Relação da vida da gloriosa Santa Isabel Rainha de Portugal, trasladada de um livro escripto de mão, que está no convento de Santa Clara de Coimbra* (nos apêndices ao t. VI da *Monarchia Lusitana*); Diogo Afonso, *Vida e Milagres de Santa Isabel*, Coimbra, 1560; Fr. António de Escobar, *A Phenix de Portugal*, Coimbra, 1680; D. Fernando Correia de Lacerda, *Historia de Santa Isabel*, Lisboa, 1680; António Garcia Ribeiro de Vasconcellos, *Evolução do culto de D. Isabel de Aragão*, Coimbra, 1894. Entre muitos outros, também se occupam largamente de Santa Isabel os biógrafos das rainhas de Portugal citados em a nota seguinte.

Na iconografia da Rainha Santa occupa lugar de destaque a imagem existente na igreja de Santa Clara, em Coimbra, a qual foi concluída em 1896 pelo escultor Teixeira Lopes, por encomenda de S. M. a Rainha Senhora D. Amélia. Da imagem falaram largamente os jornais e revistas daquele tempo. Apenas citaremos um artigo do Sr. Joaquim de Vasconcellos, publicado no *Comércio do Porto*, em Junho de 1896; e *O Occidente*, Lisboa, 1896, vol. XIX, pág. 161 e 162; onde se encontra uma gravura e um artigo de Zacarias de Aça.

em 1302 com Fernando IV de Castela e faleceu a 18 de Novembro de 1313;

D. Afonso, que nasceu a 8 de Fevereiro de 1291 e succedeu no trono.

Fora do matrimónio teve El-Rei os seguintes filhos:

D. Afonso Sanches, que nasceu de D. Aldonça Rodrigues Telha antes de 1289; casou com D. Teresa Martins; fundou com sua mulher o mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde; e faleceu, segundo se conjectura, em 1329;

D. Pedro Afonso, Conde de Barcelos, a quem se attribuiu o *Livro das Linhagens* ou *Nobiliário*;

D. Pedro, a quem chamam alguns *D. Pedro Afonso* e que parece ser diferente do Conde de Barcelos;

D. João Afonso, que seu irmão D. Afonso IV mandou degolar a 4 de Junho de 1325;

D. Fernão Sanches;

D. Maria Afonso, que nasceu de D. Marinha Gomes;

D. Maria Afonso, que foi freira em Odivelas e faleceu em 1320 com opinião de santa¹.

¹ FR. FRANCISCO BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, l. XVII, cap. I-VI; RUI DE PINA, *Chronica de El-Rei D. Diniz*, Lisboa, 1729; FARIA E SOUSA, *Evopa Portuguesa*, Lisboa, 1679, t. II, pág. 149; D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, t. I, pág. 237 e seg.; FR. FERNANDO DA SOLEDADE, *Memoria dos infantes D. Afonso Sanches, e D. Thereja Martins, fundadores do Real Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde* (Lisboa, 1726); D. JOSÉ BARBOSA, *Catálogo das Rainhas de Portugal*, pág. 263 e seg.; F. F. DE LA FIGANIÈRE, *Memorias das Rainhas de Portugal*, pág. 139 e seg.; F. DA FONSECA BENEVIDES, *Rainhas de Portugal*, t. I, pág. 159 e seg.; VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, t. I, pág. 110-112, 115 e seg.

Outras fontes sobre o reinado de El-Rei D. Dinis: CARDEAL SARAIVA, *Memoria sobre a supposta discordia entre el-Rei D. Diniz e sua mãe a Rainha D. Beatriz, attribuida pelos escriptores ao principio do seu reinado*; *Memoria sobre os negocios de el-Rei D. Diniz com Castela* (*Obras Completas*, III, 135, 151).

D. AFONSO IV

1325-1357

Carácter do novo Rei — Perseguição a D. Afonso Sanches.

— Se D. Afonso IV, ao receber o encargo da realleza, trocou o espírito irrequieto e leviano pelos cuidados da administração, como unânimemente afirmam os antigos escritores, ao menos não perdeu o carácter suspiscaz e rancoroso com que perturbara a paz da família e do reino. Assim o provam as perseguições movidas a seu irmão D. Afonso Sanches, em desabrimento de ódios represados, sem uma tentativa generosa de pacificação nem ao menos forma regular de processo.

Com efeito, um dos primeiros cuidados do novo monarca foi renovar a calúnia de que seu irmão quisera envenená-lo, e ao Papa o acusara de incapaz de reinar; procurou roborar estas falsas imputações com forjadas certidões e instrumentos, e nestas bases condenou o Infante a destêrro perpétuo e perda de todos os seus bens. A sentença foi pouco depois publicada em côrtes, onde ninguém ousou erguer a voz contra a injustiça de todos reconhecida.

D. Afonso Sanches casara com D. Teresa Martins, filha de D. João Afonso de Meneses, senhor de Albuquerque e de Medelim, Conde de Barcelos e mordomo mór de El-Rei D. Dinís. Vivía como vassalo de El-Rei de Castela na vila de Albuquerque, quando lhe chegou notícia da sentença que o condenava. Defendeu-se por escrito das falsas acusações, e mandou suplicar a seu irmão que lhe fizesse justiça, revogando a condenação; porém tudo foi baldado.

Atribue-se ao tempo em que se davam estes acontecimentos um episódio, conservado na tradição através dos séculos, e que, verdadeiro ou inventado, encerra uma grande lição das velhas liberdades portuguesas.

Andava El-Rei nos descuidos da caça, monteando feras na serra de Sintra, enquanto as notícias ameaçadoras da vingança do Infante perseguido alarmavam a população. Chamado á côrte naquele sobressalto, El-Rei tardou em chegar. Voltando e achando-se em conselho com os seus ricos homens e ministros, contava-lhes desvanecido as suas proezas da caça, quando um dêles atalhou dizendo, que não era aquele o ofício de reinar, antes cuidar do bem da terra e da justiça dos vassallos; e que teria El-Rei de olhar mais a sério pelas cousas do govêrno; quando não...

D. Afonso, impacientado, respondeu:

—¿A mim, quando não? ¿E quando não, quê?

—¿Quando não, quê?— Senhor. Buscaremos outro Rei que nos governe.

Observou El-Rei:

—¿A mim me hão de dizer meus vassallos — quando não buscaremos outro Rei?

—A Vossa Alteza, Senhor, se no govêrno do reino e defensão dos pôvos não tomardes outra vereda; e quem assim vo-lo não disser, nem é fiel a vosso serviço, nem zeloso de vossa honra.

Entretanto D. Afonso Sanches passava da ameaça aos factos. Com a gente de que dispunha passou a fronteira nas proximidades de Bragança e pôs tudo a ferro e fogo; enquanto fôrças mais numerosas, capitaneadas por seu filho D. João Afonso de Albuquerque, faziam o mesmo em terras de riba de Odiana. Provendo á defesa, El-Rei D. Afonso pôs como fronteiro em Ouguela o Mestre de Avís, D. Gonçalo Vaz, que pouco depois foi desbaratado. Correu o próprio monarca a invadir terras de Albuquerque, e foi pôr cêrco ao castelo de Codeceira, que após longa resistência se rendeu pela fome (1326).

D. Afonso Sanches abandonara a luta, doente de seções. El-Rei voltou a Lisboa; e pouco depois, por intercessão da Rainha Santa Isabel e doutros medianeiros, portugueses e castelhanos, assentou-se a paz. Ao Infante foram restituídos os bens patrimoniais de que seu irmão o tinha despojado ¹.

Casamento da Infanta D. Maria. — Ainda rescaldavam em Castela as lutas civis que tinham atormentado o governo de Fernando IV, quando, por morte dêste, foi aclamado aos treze meses de idade seu filho Afonso XI, sob os auspícios do Infante D. Pedro, seu tio (7 de Setembro de 1312). Acenderam-se então novas dissensões. Os ambiciosos disputavam a tutela do rei menino e o predomínio no governo; os turbulentos, aproveitando a fraqueza do poder central, davam largas às paixões e violências. É alheia ao nosso plano a narrativa das lutas constantes, que lançaram a monarquia castelhana em grande desordem, sem administração nem segurança pública, a ponto de muitas pessoas abandonarem os seus haveres, procurando asilo em Aragão e Portugal.

Em tão miserandas circunstâncias encontrou Afonso XI o reino de Castela, quando aos catorze anos de idade assumiu o governo (1325). Passado o primeiro momento, em que todos protestaram acatar a autoridade do jovem monarca, de novo surgiram ambições mal sopeadas. Os Infantes D. João Manuel e D. João o Torto logo se conjuraram contra El-Rei, e procuraram cimentar o acôrdo com o projecto de casamento de D. Constança, filha de D. João Manuel e já viuva, com D. João o Torto. Afonso XI pro-

¹ RUI DE PINA, *Chronica de El-Rei D. Affonso IV*, cap. III; DUARTE NUNES DE LEÃO, *Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portûgal*; FR. RAFAEL DE JESUS, *Monarquia Lusitana*, p. VII, l. VI, cap. II-IV; FARIA E SOUSA, *Europa Portuguesa* (Lisboa, 1679), t. II, p. II, cap. III; FR. FERNANDO DA SOLEDADE, *Memoria dos Infantes D. Affonso Sanches e Dona Thereja Martins* (Lisboa, 1726), pág. 29-48; PEDRO DE MARIZ, *Dialogos de Vária Historia* (Lisboa, 1749), t. I, pág. 175-176.

curou desfazer o conluio, pedindo para si a mão de D. Constança, que, apesar de viuva, era de tão tenra idade, que o casamento, depois de feito, não chegou por tal motivo a ser consumado.

D. João o Torto houve-se por ultrajado e jurou vingar-se, para o que se afastou do serviço de El-Rei de Castela e procurou a amizade de Jaime II, Rei de Aragão e de D. Afonso IV de Portugal. Em plano traiçoeiro bem indigno da sua idade, Afonso XI atraiu-o a Valhadolid, onde o mandou apunhalar no próprio paço (31 de Outubro de 1326). Indignado com tão odioso crime, D. João Manuel afastou-se também do serviço de seu genro e retirou-se para Múrcia. Foi então que se pensou no casamento de El-Rei de Castela com a Infanta D. Maria de Portugal.

Ou por ambições de D. Afonso IV, como pretendem historiadores espanhóis; ou por iniciativa de El-Rei de Castela, indisposto com o sogro e instigado por seus conselheiros, Afonso XI enviou dois embaixadores a Coimbra, onde definitivamente se ajustou o casamento, que algum tempo depois se celebrou na fronteira vila de Alfaiates (1328). A infeliz D. Constança, repudiada e donzela, foi reclusa no castelo de Toro ¹.

Guerra entre Portugal e Castela. — Bem acidentados corriam os negócios políticos da monarquia castelhana, onde as ambições e fermentos de revolta explodiam em lutas e desordens que pareciam intermináveis. O moço Rei, inexperienced e mal aconselhado, não sabia libertar-se de influências apaixonadas para manter em elevação condigna as normas da justiça e da administração; e, em vez de procurar a fôrça na defesa dos grandes interesses nacionais,

¹ RUI DE PINA, *Chronica de El-Rei D. Affonso IV*, cap. IV; FR. RAFAEL DE JESUS, *Monarquia Lusitana*, p. VII, l. VI, cap. V-VII; DUARTE NUNES DE LEÃO, *Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portugal*; FARIA E SOUSA, *Europa Portuguesa*, log. cit.; MARIANA, *Historia General de España*, l. XV, cap. XVIII-XX; MODESTO LAFUENTE, *Historia General de España*, l. III, cap. XI.

desperdiçava energias e prestígio em lutas isoladas com senhores poderosos e turbulentos.

Em Afonso XI reflectiam-se os vícios do meio em que fôra educado, da sociedade em que vivia, anarquizada pela desenvoltura das paixões; e, como a dissolução dos costumes era uma das notas características da época, não tardou que a insuficiência do monarca fosse agravada pelas infidelidades do marido. Tornou-se escandaloso o procedimento de El-Rei com sua esposa D. Maria, «a quem tratava com grandes disfavores, & com muy poucas mostranças de verdadeyro amor», — segundo a expressão do nosso Rui de Pina. Os devaneios do adultério tornaram-se causa de novas dissensões.

Em 1330 apaixonou-se El-Rei de Castela por D. Leonor de Gusmão, filha de D. Pedro Nunes de Gusmão e de D. Beatriz Ponce de Leão. Já viuva, contava apenas dezanove anos de idade e era de rara formosura. Afonso XI de tal forma se deixou enleiar dos encantos de Leonor, que se rendeu completamente ao fogo da paixão, e desculpava a leviandade com o desgosto de não ter filho da esposa ao cabo de dois anos de consórcio. Bem mais prolífica, na verdade, era Leonor de Gusmão, que ia dando filhos uns após outros com admirável regularidade anual. Pela sua parte, em 1332 deu a Rainha á luz o seu primeiro filho, Fernando, que faleceu no ano seguinte; e em 1334 o segundo, Pedro, que succedeu ao pai e na história se tornou conhecido pelo cognome de *Cruel*.

Das infidelidades passou o Rei de Castela ao desprezo e aos vexames infligidos á Rainha sua esposa. Não o demoviam conselhos, nem o abalaram as admoestações do Pontífice, enviadas por súplica dalguns dos representantes da mais alta nobreza castelhana.

D. Afonso IV ia dissimulando o desgosto que lhe causava a sorte de sua filha, e tratava entretanto de ajustar o casamento de D. Pedro, seu filho, com D. Constança, filha de D. João Manuel, a mesma que fôra repudiada por

Afonso XI. Êste valeu-se de intrigas para obstar ao casamento, em razão do velho ódio que tinha a D. João Manuel; o que não impediu que os ajustes se concluíssem em Estremôz, entre D. Afonso IV e os procuradores de D. João Manuel e de D. Constança (Fevereiro de 1336). Dias depois fez-se em Évora o casamento por procuração.

Nem por isso Afonso XI represou a sua entranhada má vontade, antes, apesar de todas as instâncias e suaves conselhos, se opôs decididamente á forçosa passagem de D. Constança pelos seus Estados para chegar a Portugal. Esta afronta fez revolver no ânimo de D. Afonso IV os agravos anteriormente recebidos na pessoa de sua filha, e despertar os ímpetos belicosos que lhe eram naturais. Ouvidos os seus conselheiros, decidiu mover guerra a Castela.

Começou a luta com as assolações, roubos, incêndios e morticínios que estavam nos costumes bárbaros daquele tempo. Enquanto o Conde de Barcelos, D. Pedro, irmão de El-Rei, assolava a Galiza, quebrando improvisadas resistências, D. Afonso IV ia com gente numerosa pôr cêrco a Badajoz, e de lá ordenava ou êle próprio fazia excursões assoladoras por terras castelhanas (1336). De Lisboa partia Gonsalo Camelo com vinte galés, guarnecidas de dois mil homens, para ir talar as costas meridionais perto da foz do Guadiana, onde após algumas depredações foram os portugueses acossados com vigor junto ao esteiro de Lepe (8 de Setembro). Ao norte, fôrças castelhanas vin-gavam a incursão do Conde de Barcelos, penetrando em Portugal, na mesma fúria assoladora até á cidade do Porto, até que foram corridos por mil e quatrocentos homens que reuniram o Bispo D. Vasco Martins, o Arcebispo de Braga, D. Gonsalo Pereira; e o Mestre da Ordem de Cristo, D. Fr. Estevam Gonsalves.

Pouco depois de voltarem ao Tejo as galés de Gonsalo Camelo, saíu com grande número de velas o almirante Manuel Peçanha, que foi atacar as costas da Galiza. Pagou

pouco depois estes atrevimentos com um sério revés que sofreu junto ao cabo de S. Vicente.

Por muito tempo se repetiram as correrias de lado a lado na fronteira, até que no estio de 1338¹ chegaram á península duas altas personagens encarregadas de pacificar os Príncipes. A êste efeito enviava o Papa Bento XII, como legado, a Bernardo, Bispo de Rodes; e de missão semelhante encarregara Carlos VII, Rei de França, a João, Bispo Remense². Ao cabo de morosas negociações suspenderam-se as hostilidades, e assinou-se finalmente a paz em Sevilha, em 10 de Julho de 1339, ou de 1340, como dizem historiadores espanhoes e o nosso Duarte Nunes de Leão. Entre outras cláusulas estipulou-se que D. Constança seria conduzida a Portugal, como, quando e por onde seu pai quisesse; e que El-Rei de Castela se obrigava a tratar a Rainha sua mulher como devia³.

Lutas entre cristãos e muçulmanos — Batalha do Salado.
— Para as pazes firmadas em Sevilha muito contribuíram os rumores, que corriam desde a primavera de 1339, de que o rei de Marrocos tratava de acumular tropas africanas em Algeciras e Gibraltár, no intento de invadir os Estados cristãos da península.

Afonso XI, já reconciliado com alguns dos seus magna-

¹ A cronologia dos acontecimentos referidos no texto é incerta. Preferimos o ano de 1338, por ser aquele a que o Visconde de Santarém attribue a resposta de D. Afonso IV ao Papa, em 19 de Dezembro, segundo o documento existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (*Quadro Elementar*, t. IX, pág. 345). Rui de Pina omite as datas, como era seu costume. Fr. Rafael de Jesus, depois de comparar a cronologia de diversos escriptores, fixa o ano de 1337, quando três páginas antes parecia indicar o de 1338 (*Monarquia Lusitana*, p. VII, l. VIII, cap. XVI e XVII).

² Duarte Nunes de Leão diz que o embaixador de França era o irmão do Bispo de Reims.

³ FR. RAFAEL DE JESUS, *Monarquia Lusitana*, p. VII, l. VI, cap. XI e XII; l. VII e VIII; DUARTE NUNES DE LEÃO, *Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portugal*; RUI DE PINA, *Chronica de El-Rei D. Affonso IV*, cap. V-XXXVI; FARIA E SOUSA, ob. e log. cit.; VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, t. I, pág. 154-184; t. II, pág. 19; t. IX, pág. 344-349; FORTUNATO DE ALMEIDA, *Historia da Igreja em Portugal*, t. II, pág. 510-511, 535-536 e as fontes lá cit.

tes, concertou-se com o Rei de Aragão para repelirem o inimigo comum. Pediram o auxílio do Pontífice, que além de conceder indulgência a todos que pelejassem pela bandeira da Cruz, mandou pôr á disposição dos monarcas a décima dos rendimentos eclesiásticos nos respectivos Estados.

Ao passo que em terra os castelhanos infligiram reve-ses aos muçulmanos, não correram tão prósperas as cou-sas do mar. Ao estreito de Gibraltár foram enviadas uma esquadra aragonesa e outra castelhana, com a missão de impedirem o desembarque de infieis nas costas da penín-sula. Em breve os aragoneses, perdido o chefe em com-bate por ocasião dum desembarque, retiraram-se com os navios para a Catalunha (Fevereiro de 1340). Dois meses depois encontrava-se a fraca armada castelhana em pre-sença de duzentas e cinqüenta velas muçulmanas, com nu-merosas tropas de desembarque. Era de boa prudência evitar o combate em tanta desproporção de fôrças; porém o comandante castelhano, acusado em falsos rumores de fraqueza e talvez traição, decidiu sacrificar tudo á defesa da sua honra: acometeu o inimigo com grande valor; po-rém o desenlace foi a derrota da esquadra castelhana, e nem outro podia ser (4 de Abril de 1340).

Naquela dolorosa circunstância, e a propósito do de-sastre, escreveu Bento XII a El-Rei de Castela uma carta que devia escaldar-lhe a consciência, quando pouco antes se dera novo e escandaloso incidente por causa dos amo-res com D. Leonor de Gusmão. «Examina a tua consciên-cia — dizia o Pontífice — e vê se ela te não fala dessa concubina a quem há tanto tempo estás demasiadamente apegado, em detrimento da tua salvação e da tua glória... Combate a tua paixão, faze a ti próprio guerra viva e in-cessante» etc.¹.

¹ Carta datada de Avinhão em 19 de Junho de 1340, cit. por LAFUENTE, *Historia Gene-ral de España*, t. IV, pág. 353-354.

Não succumbiu Afonso XI ao infortúnio. Pediu novamente o auxílio do Papa, contractou com a república de Génova o aluguel de navios, reuniu quantos pôde encontrar nas costas do seu reino, e conseguiu que D. Afonso IV lhe enviasse uma armada de socôrro sob o comando de Manuel Peçanha. Todos estes navios se aproximaram de Cádiz, não passando ávante por se julgar temeridade. Entretanto os muçulmanos tinham juntado na península fôrças numerosas, que teriam feito estragos enormes se avançassem pelos Estados cristãos, em vez de perderem tempo no cêrco de Tarifa. El-Rei de Castela decidiu ir em socôrro desta praça; e como todas as fôrças eram pequenas para se baterem com tão poderoso inimigo, enviou a Rainha D. Maria sua esposa a Portugal a pedir o auxílio do pai ¹.

Apressadamente se pôs D. Afonso IV a caminho de Sevilha com mil lanças, enquanto nas diversas províncias se organizavam companhias de tropa que deviam marchar em troços na mesma direcção, e na verdade se foram juntar em Sevilha. Entre os que acompanhavam El-Rei contavam-se o Arcebispo de Braga, D. Gonsalo Pereira; os Mestres das Ordens Militares do Crato, Santiago, Cristo e Avis; e muitos nobres, como: D. Rodrigo Álvares Pereira, filho do Prior do Crato D. Álvaro Gonsalves Pereira; Lopo Fernandes Pacheco, senhor de Ferreira; Gonsalo Vasques de Moura e D. Gonsalo Correia de Azevedo, neto do grande D. Paio Peres Correia, que foi Mestre de Santiago.

No dia 20 de Outubro ² partiram de Sevilha os dois

¹ A Rainha D. Maria encontrou-se em Évora com seu pai. Por indicação dela veio depois o marido avistar-se com o sôgro em Juromenha.

² É a data que encontramos em Lafuente. Fr. Rafael de Jesus, que dá cópia de pormenores, refere a primeira marcha a 17 de Outubro; mas parece que há alguma confusão, pois supõe que o dia 17 de Outubro daquele ano caiu em sexta feira, quando na verdade caiu em terça feira. O dia 20 é que foi sexta feira. Em equívoco semelhante incorreu o cronista Rui de Pina, referindo o dia 28 de Outubro a segunda feira (cap. LIX). Parece que estas diferenças resultaram de simples confusão na correspondência entre os dias do mês e os da semana.

Afonso, em marcha lenta para irem fazendo provisão de mantimentos e engrossando as hostes com novas fôrças que chegavam.

Os mouros, vendo aproximar-se os cristãos, levantaram o cêrco e prepararam-se para batalha campal. As tropas mauritanas e as granadinas dispuseram-se separadamente em duas elevações próximas, o que bem se distinguia pela diferença das cores e insignias das respectivas bandeiras. Cada uma das hostes occupava sua elevação e desenvolvia-se na vertente voltada aos cristãos. À frente servia a ambas de trincheira o rio Salado, que corria no fundo do vale. Na vertente oposta, ao fundo da qual se estendia o mar, tinham as bagagens e gente de conserva.

Os dois reis cristãos adoptaram no ataque disposições correspondentes ás do inimigo: El-Rei de Castela devia atacar as tropas mauritanas, enquanto El-Rei de Portugal acometeria as de Granada. Como fôra levantado o cêrco de Tarifa, meteram-se na praça, de noite, não sem terem de bater-se com inimigos, mil cavaleiros e quatro mil infantes cristãos, os quais, com a gente que lá se encontrava, deviam secundar o ataque de ilharga, logo que se travasse a luta.

No dia 3o, segunda feira, nos dois campos cristãos, ao romper do dia confessaram-se e comungaram os monarcas, e, como êles, grande número de fidalgos e soldados. Depois todos tomaram os seus postos. El-Rei mandou deitar pregão, que, se havia algum soldado tão fraco de ânimo que temesse o perigo, se retirasse para o arraial. Todos ficaram. D. Afonso IV dirigiu então ás suas tropas uma breve fala, encarecendo-lhes a importância do feito que iam cometer. Tratava-se de desafrontar o nome cristão da injúria de infieis, no que era preciso honrar, sem desfalecimento, as tradições herdadas daqueles nobres portugueses que tanto se tinham illustrado em guerras e conquistas.

Cêrca das oito horas começaram a mover-se as tropas

em direcção ao monte occupado pelo inimigo; pelas nove horas estava travada a batalha já com grande ardor ¹. Assim durou até ao fim da tarde, com embates sangrentos e prodígios de heroicidade. Vendo a batalha perdida, os muçulmanos fugiram em debandada. Os dois reis de Marrocos e de Granada fugiram para Algeciras, donde apressadamente se retiraram, o primeiro para a África, o segundo para Granada. Foi grande o número de mortos e cativos infieis, valiosíssima a prêsa que caiu em poder dos cristãos (30 de Outubro de 1340).

Os louros que os portugueses alcançaram na peleja foram igualados pelo desinteresse de D. Afonso IV, quando seu genro lhe apresentou o riquíssimo despojo e o convidou a tomar dêle o que quisesse e melhor lhe parecesse, pois de justo direito lhe pertencia. Respondeu El-Rei de Portugal, que de seus reinos partira a auxiliá-lo por serviço de Deus e honra própria; e que não pensava êle nem os seus em voltarem ricos, mas vitoriosos e honrados, como pela graça de Deus tornavam. Apenas tomou para si, como recordação daquele grande feito de armas, um príncipe sarraceno que cativara e algumas espadas e bandeiras que tomara ao inimigo ².

Navegações no oceano Atlântico — Expedição ás Canárias. — Pôsto que tenhamos adeante especial ensejo de estudar o desenvolvimento da marinha portuguesa, não deixaremos de observar que ela se encontrava muito florescente desde o tempo de D. Dinís, e que El-Rei D. Afonso IV se

¹ É o que parece resultar da conciliação de dois logares de Rui de Pina, que diz (cap. LIX): ... «sendo horas de prima... cometerão loguo pela parte esquerda contra a serra»... E poucas linhas abaixo: ... «sem sessar da hora de terça durou (a batalha) até á vespôra»... A hora de *prima* contava-se desde o nascer do sol; a hora de *terça* desde as nove horas da manhã.

² FR. RAFAEL DE JESUS, *Monarquia Lusitana*, p. VII, l. IX, cap. III-XIII; DUARTE NUNES DE LEÃO, *Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portugal*; RUI DE PINA, *Chronica de El-Rei D. Afonso IV*, cap. XXXIX-LX; FARIA E SOUSA, *Europa Portuguesa*, t. II, p. II, cap. III, n.ºs 32-41; MARIANA, *Historia General de España*, l. XVI, cap. VII e VIII; MODESTO LAFUENTE, *Historia General de España*, l. III, cap. XI (t. IV, pág. 349 e seg.).

empenhou em continuar a acção impulsiva de seu pai. Dos progressos realizados dá testemunho a informação que em 1341 El-Rei enviava ao Papa, de que a gente do seu reino se tornara tão audaciosa e experimentada na guerra por mar, que difficilmente se achariam homens mais aptos a semelhantes trabalhos ¹.

Das navegações de portuguezes naquele tempo, e duma expedição enviada ás ilhas Canárias por El-Rei, dá-nos o próprio D. Afonso IV noticia em documento expedido nas circunstâncias que passamos a expôr.

O Papa Clemente VI, segundo a doutrina corrente de que á Santa Sé pertencia dispor das ilhas e terras novamente descobertas, deu em 15 de Novembro de 1344, ao Príncipe Luís de Espanha, as chamadas *Ilhas Afortunadas* ou Canárias, com o título de *Príncipe da Fortuna*; as quais ficariam em feudo perpétuo á Santa Sé Apostólica, a quem deveria pagar anualmente 400 florins de ouro.

Ressalvou o Pontífice o direito que ás ilhas pudesse ter algum terceiro (*dummodo in eis non sit alicui Christiano specialiter jus quaesitum; absque tamen juris alterius praejudicio*). Finalmente, para mais favorecer o Príncipe Luís, escreveu aos Reis de França, de Sicília, de Aragão, de Castela e de Portugal, ao Delfim e ao Doge de Génova, que o ajudassem naquela empresa.

D. Afonso IV, em carta datada de Montemor a 12 de Fevereiro de 1345, respeitosamente observou ao Pontífice, que para aquelas ilhas voltara já a sua atenção, pois estavam mais próximas dos seus Estados do que de nenhum outro Príncipe. A elas enviara navios e gente, que, desembarcando, á força se apoderou de homens, animais e diver-

¹ ... «Gentes dictorum regnorum (*Portugaliae*) in actibus ad bellicos apparatus pertinentibus per eorum exercitum sic fecit audaces et expertos, quod vix posset ad actus hujusmodi gens aptior reperiri non solum ad defensionem dictorum regnorum, sed impugnationem viribus hostium» etc. Bula de Bento XII *Gaudemus et exultamus*, de 30 de Abril de 1341, extracto no *Quadro Elementar*, t. I^o, pág. 349 e seg.; texto latino, mas sem as palavras iniciais, em RAINALDO, *Annales Ecclesiastici* (contin. de Barónio), Luca, 1710, t. VI, pág. 238-239.

sas cousas que trouxeram a Portugal. Estava na intenção de lá enviar uma armada com grande número de cavaleiros e peões que efectuassem a conquista, quando de tal propósito o desviaram as guerras com Castela e depois com os sarracenos. Parecia portanto que El-Rei de Portugal devia ser preferido a qualquer outro para levar a cabo o negócio daquelas ilhas; todavia D. Afonso IV, desejando seguir as pisadas dos seus antecessores na obediência e reverência á Santa Sé e ao Pontífice, conformava-se com as determinações do Papa quanto á posse das ilhas pelo Príncipe D. Luís. Porém quanto a auxílios pedidos para o mesmo Príncipe, estando o erário exausto pelas guerras contra os infieis, nenhuns outros poderia dar-lhe senão mantimentos e algumas cousas mais que permitissem as possibilidades do reino.

Nenhum documento fixa a data da expedição enviada por D. Afonso IV ás Canárias; mas sabendo-se que ela foi anterior ás guerras com Castela e com os muçulmanos, forçoso é concluir que se realizou antes de 1336.

Devemos notar que ás ilhas Afortunadas já Plínio fizera referência, e, séculos depois dêle, Santo Isidoro e outros escritores medievais. Portanto o documento não prova a prioridade dos portugueses no conhecimento das ilhas, mas apenas que lhes pertence o primeiro projecto conhecido para a colonização delas; muito embora diga El-Rei D. Afonso IV, que «os nossos naturais foram os primeiros que acharam as mencionadas ilhas». Bem possível era que outros navios as tivessem já freqüentado, com os mesmos intuitos comerciais e talvez também religiosos que provavelmente inspiraram a expedição portuguesa, e que depois a memória delas se tivesse perdido, como aconteceu com outras ilhas.

Outra expedição se fez posteriormente áquela, segundo consta de relação deixada pelo poeta Boccácio e publicada em 1827 por Sebastião Ciampi. A relação de Boccácio foi coligida de cartas escritas para Florença por mercadores

florentinos estabelecidos em Sevilha e datadas de 15 de Novembro de 1341.

Compunha-se a expedição de duas embarcações grandes e outra mais pequena, todas bem municiadas pelo Rei de Portugal; e partiu de Lisboa no 1.º de Julho de 1341. Levavam cavalos, armas e máquinas de guerra. Estiveram em diversas ilhas das Canárias, e voltaram só em Novembro, trazendo quatro indígenas, grande quantidade de peles de cabra, gordura e óleo de peixe, madeira e cascas de árvore para tingir e outras cousas diversas¹.

O Infante D. Pedro e sua mulher D. Constança — Os amores de D. Inês de Castro. — Aplanadas as dificuldades que á

¹ Os documentos da concessão das Canárias ao Príncipe Luís e a carta de D. Afonso IV a Clemente VI foram publicados *quasi* integralmente por ODORICO RAINALDO, *Annales Ecclesiastici* (contin. de Barónio), ad ann. 1444, 1445, edição de Luca, 1710, t. VI, pág. 359 e seg. Como o original da carta de D. Afonso IV, procurado nos arquivos do Vaticano, não fosse encontrado, e apenas apparecesse o registo dela num velho códice, negaram alguns autenticidade ao documento publicado na obra de Rainaldo. Com fundamento semelhante haveríamos de rejeitar o valor de muitos documentos e a autenticidade de grande número de factos que passam por incontroversos. Nem se sabe com que fim ou interesse poderia ter sido forjada a carta de D. Afonso IV. Sobre o assunto, além da obra de Rainaldo já citada, vid.: JOAQUIM JOSÉ DA COSTA DE MACEDO, *Memórias para a História das Navegações e Descobrimentos dos Portuguezes*, na col. de *História e Memórias da Academia*, 1.ª série, t. VI, p. 1 (onde se reproduz em latim, com tradução portuguesa, a carta de D. Afonso IV); *Additamentos á primeira parte da Memoria sobre as verdadeiras epochas em que principiãrão as nossas Navegações e Descobrimentos no Oceano Atlantico* (ib., t. XI, p. II); *Memoria em que se pretende provar que os arabes não conheceram as Canarias antes dos portuguezes* (*Hist. e Mem. da Academia*, 2.ª série, t. I, p. II); JOSÉ DE TORRES, *Originalidade da Navegação do Oceano Atlântico Septentrional, e do descobrimento de suas ilhas pelos portuguezes no século XV*, no *Panorama*, vol. X, signanter pág. 247 e 319-320; SEBASTIANO CIAMPI, *Monumenti d'un manoscritto autografo di messer Gio Boccaccio etc.*, Florença, 1827; VISCONDE DE SANTARÉM, *Recherches sur la priorité de la découverte des pays situés sur la côte occidentale d'Afrique etc.*, Paris, 1842, pág. 48 e 56; CARDEAL SARAIVA, *Nota sobre as Canárias*, nas *Obras*, t.V, pág. 163 e seg.; HENRIQUE MAJOR, *Vida do Infante D. Henrique de Portugal*, trad. port., Lisboa, 1876, pág. 197 e seg.; J. I. DE BRITO REBELO, *Livro de Marinharia*, Lisboa, 1903, pág. XIX-XX; AIRES DE SÁ, *Frei Gonçalo Velho*, Lisboa, 1900, t. II, pág. XII-XIII; JOÃO DA ROCHA, *A Lenda Infantista*, Lisboa, 1915, pág. 18 e seg.; EUGÉNIO DO CANTO, *Supplemento á Carta de El-Rei D. Afonso IV ao Papa Clemente VI*; *Boletim da Segunda Classe da Academia*, vol. IV, pág. 409 e seg.; FAUSTINO DA FONSECA, *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Abril de 1916; PEDRO DE AZEVEDO, *Sobre a expedição ás Canárias em 1341*, no *Boletim da Segunda Classe da Academia*, vol. VI, pág. 210 e seg.; O *Traslado da Carta de D. Afonso IV ao Papa Clemente VI sobre as Canárias existente em Roma*, no *Boletim cit.*, vol. XI, pág. 66 e seg.; ANTÓNIO BALÃO, *Os meus pareceres a respeito das reproduções da carta de D. Afonso IV*,

passagem de D. Constança oferecia El-Rei de Castela, transferiu-se aquella Princesa a Portugal em Agosto de 1340, e logo em Lisboa se celebrou o seu casamento com o Infante D. Pedro ¹.

Não foi bem auspiciada a união. No séquito de D. Constança vinha uma nobre e formosa donzela, D. Inês Pires de Castro, que em breve encheu o coração de D. Pedro. Tornou-se a afeição reparada. D. Constança, para impedir-lhe maiores progressos, exigiu que D. Inês fôsse madrinha do Infante D. Luís, pensando que o escrúpulo do parentesco espiritual seria barreira suficiente para deter paixões. D. Inês de Castro aceitou o convite com repugnância; dizia-se — refere o cronista Rui de Pina — que «fora forçada ao dito baptismo, & em sua vontade quanto a Deos, nam consentia nelle».

Provavelmente ralada de desgostos, D. Constança Manuel, depois de dar á luz alguns filhos, morreu de parto em data que não é determinada, mas que se deve fixar entre 1345 e 1349 ².

Assassinato de D. Inês de Castro. — Falecida D. Constança, recusou-se D. Pedro a casar segunda vez, em contrário dos conselhos que lhe davam; e de D. Inês dizia que não era sua esposa nem jamais o seria, continuando apesar disso a tê-la em grande estima.

Ponderaram a El-Rei alguns de seus validos quanto mal se poderia seguir de tais cousas. Tinha D. Inês dois

ib., pág. 71 e seg.; VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, t. X, pág. 9-10 e seg.; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. II, pág. 469 e seg.

¹ Em 7 de Julho de 1340 expediu D. Afonso IV uma carta de arras, pela qual doava a D. Constança a cidade de Viseu e as vilas de Montemor o Novo e Alenquer, com todas as aldeias, termos, rendas, jurisdições e mais pertenças em que as tinham possuído anteriormente as Rainhas de Portugal. Da data d'êste documento inferiu Benevides que nela se realizou o casamento (*Rainhas de Portugal*, I, 200). Nem a consequência é necessária, nem mesmo plausível; porque as escrituras de dote e de arras costumavam preceder o casamento. A época do casamento apontada no texto é a que dão os escritores antigos, Fr. Rafael de Jesus, Rui de Pina, D. António Cactano de Sousa e outros.

² Veja-se a nota bibliográfica que vai no fim do reinado de D. Pedro I.

irmãos, D. Fernando de Castro e D. Álvaro Pires de Castro, que eram em Castela grandes senhores e em Portugal começavam a ter pela irmã decidido valimento. Acaso viriam êles ou outros, em semelhantes circunstâncias, a ordenar por traição a morte de D. Fernando, filho de D. Pedro e de D. Constança, para em vez dêle pôrem no trono algum dos filhos de D. Inês de Castro.

Com êste e outros arrazoados, conseguiram desvairar o ânimo de El-Rei, assinalando-se em tão maus conselhos Pedro Coelho, Álvaro Gonsalves e Diogo Lopes Pacheco. Insinuaram-lhe que, por segurança da vida de seu neto D. Fernando, e para sossêgo e conservação do reino mandasse matar D. Inês.

Estando D. Afonso em Montemor-o-Velho, naquela excitação de ânimo em que o traziam, determinou partir para Coimbra com gente armada, na pérfida intenção de assassinar D. Inês, que lá estava, «nas casas do mosteiro de Santa Clara».

Quando El-Rei entrava, facilmente adivinhou D. Inês o fim a que êle vinha, pelo que lhe saiu ao encontro com seus filhos e de joelhos disse:

— «¿ Senhor, porque me quereis matar sem causa? Vosso filho é Príncipe, a quem eu não podia nem posso resistir; havei piedade de mim que sou mulher; não me mateis sem causa; e se não haveis piedade de mim, havei piedade dêstes vossos netos, sangue vosso.»

Comovido de tais palavras, voltou-se El-Rei, e já se retirava, desfeito seu propósito, quando os conselheiros se queixaram de que não se levasse por deante o intento.

— «¡ Ai! ¡ Senhor, a êsse escárneo vimos nós cá: que se perca Portugal por esta mulher!»

Ao que D. Afonso respondeu:

— «Fazei lá o que quiserdes.»

Então Pedro Coelho, Álvaro Gonsalves e Diogo Lopes Pacheco, em companhia doutros, voltaram atrás e assassinaram a infeliz D. Inês de Castro (Janeiro de 1355).

;Sôbre a memória de D. Afonso IV pesará eternamente a nódoa dêste crime ¹!

Rebelião do Infante D. Pedro. — Quando lhe chegou a notícia do assassinato de D. Inês, deixou-se D. Pedro vencer do maior desespero, e procurou todos os meios de exercer crua vingança. Juntou a mais gente que pôde, por si, por D. Fernando e D. Álvaro Pires de Castro, irmãos da vítima, e por outras pessoas que lhe eram afeiçoadas.

Depois de consideráveis estragos feitos em terras de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, dirigiu-se com muitos homens armados ao Porto para tomar a cidade. Estava esta confiada á guarda do Arcebispo de Braga, D. Gonsalo Pereira, que se preparou para a todo o custo a manter na obediência de El-Rei. Porém, como o Arcebispo fôra sempre muito afeiçoado ao Infante, e até por vezes o advertira dos perigos que corria D. Inês, fácil foi ao prelado dissuadí-lo de seu intento.

El-Rei estava então em Guimarães e preparava-se para socorrer o Porto. Intervieram entretanto medianeiros que aplacaram o pai e o filho. D. Pedro dirigiu-se a Canavezes, aonde foi logo encontrá-lo a Rainha D. Beatriz. D. Gonsalo Pereira e outras pessoas concertaram um acôrdo que se concluiu em 5 de Agosto de 1355, nas cláusulas seguintes:

D. Pedro perdoava a todos que dalgum modo tivessem

¹ CRISTOVAM RODRIGUES ACENHEIRO, *Chronica dos Senhores Reis de Portugal*, na *Collecção de Ineditos de Historia Portugueza*, t.V, pág. 108 e seg.; RUI DE PINA, *Chronica de El-Rei D. Affonso IV*, cap. LXIV; FR. RAFAEL DE JESUS, *Monarquia Lusitana*, p.VII, l. X, cap. XII e XIX; FARIA E SOUSA, *Europa Portuguesa*, t. II, pág. 173-175. — A desgraçada sorte de D. Inês de Castro tem sido, pelo menos desde o século XVI, fonte de inspiração a grande número de poetas e prosadores. Para evitarmos a extensão duma nota bibliográfica, remetemos o leitor para a erudita carta de Abilio Augusto da Fonseca Pinto publicada no livro *Inês de Castro — Iconografia, Historia, Litteratura*, Lisboa, 1820. Foi reproduzida em artigos no *Occidente*, desde pág. 246 do vol. XVI; e os dois primeiros capítulos também se encontram nas *Cartas Selectas* do autor, pág. 86 e seg. (Coimbra, 1890). Sôbre a *Fonte dos Amores*, além do trabalho de Fonseca Pinto vid. FR. MANUEL DA ESPERANÇA, *Historia Serafica*, t. II, pág. 35; A. M. SIMÕES DE CASTRO, *Guia historico do viajante em Coimbra*, pág. 236.

culpa na morte de D. Inês de Castro; e El-Rei igualmente perdoava áqueles que tinham acompanhado o Infante no movimento de rebelião. De futuro exerceria D. Pedro jurisdição no reino por seus ouvidores, em nome de El-Rei e em harmonia com as leis; porém nos casos de morte e nas condenações de perda de grandes officios e de terras dos vassallos, dar-se hia conhecimento a El-Rei antes da execução da sentença, para sôbre ela determinar o que houvesse por bem ¹.

Morte de D. Afonso IV — A família real. — Em geral não se reflectem no govêrno de D. Afonso IV os seus defeitos pessoais, que, como diz Faria e Sousa, fizeram dêle cruelíssimo filho para seu pai e irmãos, crudelíssimo pai para o filho e para os netos. Foi um grande reformador de diversos serviços públicos, conforme veremos noutro logar; deu impulso ao desenvolvimento da marinha e do comércio. Soube, como soldado, honrar as tradições herdadas; foi prudente administrador; e até nas relações externas mostrou serenidade e ponderação, que mal havia a esperar do seu carácter turbulento.

Depois de bem servir o reino em trinta e dois anos de govêrno, faleceu D. Afonso IV em Lisboa a 28 de Maio de 1357. Na capela mor da sé, reconstruída á sua custa, escolheu sepultura para si e para sua mulher D. Beatriz.

A Rainha D. Beatriz nascera em Toro, em 1293, filha

¹ RUI DE PINA, *Chronica de El-Rei D. Afonso IV*, cap. LXV; FR. RAFAEL DE JESUS, *Monarquia Lusitana*, p. VII, l. X, cap. XX; FARIA E SOUSA, *Europa Portuguesa*, t. II, pág. 175-176. Falando dos acontecimentos referidos no texto, Acenheiro emprega uma frase, da qual se pode concluir que os povos se queixaram altamente, e porventura com alguma sombra de ameaça, do desassossego que causavam as lutas entre o pai e o filho. Eis o passo do cronista: ...«E por esta morte (de D. Inês de Castro), Rei pai e filho Ymfâte Dom Pedro ouveram muitas dyscordias e desobidyêcias, e allevantamêtos de Villas, Cidades, fortallezas, em que se matavam muitos homens, faziam grâdes crimes no Reino de grande desserviço de Deos Noso Senhor, querendo ambos ter justiça e jurdiçam, sem nenhũa obidiencia humana, nem devina. E vemto os povos de Portugal os estraguos da terra diserão, que se cõviesem, se não que os não podia soffrer: e pai e filho se cõcertarão com perdois de parte a parte» etc. *Collecção de Ineditos de Historia Portugueza*, t. V, pág. 109-110.

de Sancho IV, Rei de Castela, e da Rainha D. Maria. Faleceu em Lisboa a 25 de Outubro de 1359, e foi sepultada na capela mór da sé, como seu marido.

Dêste consórcio nasceram os Infantes D. Afonso, D. Dinís, D. João e D. Pedro; e as Infantas D. Maria, D. Isabel e D. Leonor.

D. Afonso nasceu na vila de Penela em 1315. Morreu menino e foi sepultado no mosteiro de S. Domingos de Santarém.

D. Dinís nasceu em Santarém a 12 de Fevereiro de 1317 e lá faleceu um ano depois. Foi sepultado no mosteiro de Alcobaça aos pés de El-Rei D. Afonso III, seu bisavô.

D. João nasceu a 23 de Setembro de 1326, e faleceu a 21 de Junho de 1327. Foi sepultado em Odivelas junto de El-Rei D. Dinís.

D. Pedro, que nasceu em Coimbra a 8 de Abril de 1320, sucedeu no trono.

D. Maria nasceu em 1313, e casou em 1328 com Afonso XI, Rei de Castela, como já vimos. Só a 18 de Janeiro de 1350 a morte do marido a resgatou dos martírios que êle lhe infligira. Depois começou a infeliz Rainha a ser martirizada pelo filho, D. Pedro, o Crú, Rei de Castela, que a encheu de desgostos. Duma vez, em Toro, na presença de sua mãe, matou alguns nobres, «que não tinhaõ mais culpa — diz D. José Barbosa — que a desconfinça do Príncipe, e a infelicidade de terem nacido seus vassallos». A infeliz D. Maria sofreu daquele espectáculo tal desgosto que caiu por terra, perdidos os sentidos. Pouco depois solicitou do filho autorização para se retirar a Portugal e veio a falecer em Évora a 18 de Janeiro de 1357. Quem tanto sofrera em vida não podia encontrar sequer a paz da sepultura: lá foram persegui-la, denegrindo-lhe a memória, alguns autores espanhóis, que até a accusaram de amores com um fidalgo português; e acrescentaram que por tal motivo foi assassinada por seu pai ou por

seu irmão. D. José Barbosa desfez com brilho estas invenções.

D. Isabel nasceu a 22 de Dezembro de 1324 e faleceu a 11 de Julho de 1325. Foi sepultada no mosteiro de Santa Clara de Coimbra.

D. Leonor nasceu em 1328. Aos dezoito anos era muito requestada para casamento. Eduardo III de Inglaterra, vindo ao encontro dos desejos de D. Afonso IV, que já em 1326 pensava em casar alguma de suas filhas com o primogénito da Casa Real inglesa, mandou em 1346 negociar o casamento do Príncipe de Gales com a Infanta D. Leonor. Não se efectuou esta união, cujas negociações tinham começado no ano anterior, talvez por estar já projectado o casamento da Infanta com D. Pedro IV, Rei de Aragão. Com êste se matrimoniou em 1347. Faleceu no fim de Outubro do ano seguinte, na vila de Exerica¹.

¹ D. JOSÉ BARBOSA, *Catálogo das Rainhas de Portugal*, pág. 271 e seg.; BENEVIDES, *Rainhas de Portugal*, t. I, pág. 187 e seg.; RUI DE PINA, *Chronica de El-Rei D. Afonso IV*, cap. II, IV, LXII e LXVI; BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, p. VI, l. XVIII, cap. XXXIII; l. XIX, cap. XXI; FR. RAFAEL DE JESUS, *Monarquia Lusitana*, p. VII, l. III, cap. III; l. V, cap. VI e VII; l. VI, cap. VII; l. VII, cap. I-VII; l. VIII, cap. I, III, V e VI; l. IX, cap. I e II; l. X, cap. IX, X e XXIII; FARIA E SOUSA, *Europa Portuguesa*, t. II, pág. 176-177; SOUSA, *Historia Genealogica*, t. I, pág. 312 e seg., 317 e seg., 359 e seg.; *Provas da Historia Genealogica*, t. I, pág. 233-283; VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, t. XIV, pág. 26-29, 35-38. Algumas datas apontadas pelos autores citados vão no texto corrigidas segundo o *Chronicon Conimbricense*, *Scriptores*, 4, col. II; 5, col. II.

D. PEDRO I

1357-1367

Carácter do monarca — Administração da justiça. — O notável cronista Fernão Lopes, escrevendo a história do reinado de D. Pedro I, traçou numa série de capítulos o carácter dêste Príncipe, tomando para tintas do quadro numerosos episódios do seu govêrno e administração. D. Pedro I aparece dêste modo retratado como homem de boas intenções, mas de génio impulsivo e ardente, capaz de sacrificar as fórmulas jurídicas e a solenidade da realza á prontidão e rigor da justiça.

Como tantas vezes acontece em temperamentos arrebatados, revelava-se com freqüência bom e generoso. *O Rei* — dizia — *não deve ser havido por tal no dia em que não der alguma cousa.* Conforme os costumes da época, as principais generosidades eram com os nobres, a quem aumentou as tenças, afastando-se das normas de seu pai, que deixara fama de escasso e apertado.

Teve grande diligência no cumprimento das leis e na boa administração da justiça. Com êste empenho êle próprio percorria o reino em correição. Bom e generoso para os que o serviam, era contudo implacável para os delinquentes; e nem se dedignava de empunhar o látego para aplicar tremendos castigos.

Porque certo desembargador recebeu peita duma parte em litígio, El-Rei tirou-lhe o cargo e desterrou-o a êle e aos filhos para dez léguas de qualquer ponto onde estivesse o monarca. Como dois dos seus escudeiros roubassem e

matassem um judeu, mandou que os degolassem. O Bispo do Porto, porque vivia em desonestas relações com certa mulher casada, foi azorragado pelo próprio Rei¹. Bem afeiçoado era D. Pedro ao seu escudeiro Afonso Madeira; mas sabendo que êste praticara adultério com a mulher dum corregedor da côrte, mandou sumariamente que o castrassem. Mandou queimar viva uma adúltera, e enforçar um homem que forçara uma mulher com quem depois casou².

A questão do casamento com D. Inês de Castro — Vingança do assassinato. — Em Junho de 1360³, estando El-Rei em Cantanhede, com o Conde de Barcelos e muitos homens da côrte, mandou chamar um tabelião, e na presença de todos jurou aos Santos Evangelhos, que, haveria sete anos, pouco mais ou menos, em dia e mês de que não se recordava, recebera como legítima mulher, por palavras de presente, em conformidade da Igreja católica, a D. Inês de Castro, e esta o recebera a êle por marido; que nunca revelara êste facto em vida de seu pai, pelo temor que dêle havia; mas dava naquela ocasião fé e testemunho de tal casamento, para que ninguém sôbre êle tivesse dúvida; e

¹ Fernão Lopes porfia a verdade do facto — «Certo foi, e não o ponhais em dúvida»; mas não declara o nome do Bispo. Durante o reinado de D. Pedro I, a sé portuense apenas teve por Bispo, segundo parece, D. Afonso Pires, de quem se sabe que gosou boas relações com D. Pedro. Antes de D. Afonso Pires foi Bispo do Porto D. Pedro Afonso, que faleceu no mesmo ano em que D. Pedro I herdou o trono (1357). Vid. FERNÃO LOPES, *Chronica de El-Rei D. Pedro I*, cap. VII; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. II, pág. 580-581.

² FERNÃO LOPES, *Chronica de El-Rei D. Pedro I*, cap. I e seg.

³ Diz Fernão Lopes (cap. XXVIII), que a assembleia de Cantanhede se fez no mês de Junho, havendo já uns quatro anos que reinava D. Pedro. Por tomarem demasiadamente á letra estas expressões do cronista, alguns autores, entre os quais Sousa (*História Genealógica da Casa Real*, t. I, pág. 367) referiram as assembleias de Cantanhede e Coimbra ao ano de 1361, quando é o de 1360 que aparece no instrumento reproduzido pelo mesmo Sousa, *Provas da Histórica Genealógica*, t. I, pág. 275. No cap. XXX, falando no «escambo que êste ano entre os reis de Portugal e Castela foi feito», para a entrega recíproca de refugiados, parece dar a entender Fernão Lopes que o tratado se fez no mesmo ano da assembleia de Cantanhede. Finalmente, no cap. XXXII parece indicar que a troca de refugiados e a punição dos assassinos de D. Inês de Castro são factos passados «no ano de trezentos e noventa e oito», isto é, 1360 da era cristã.

ordenava que o tabelião presente desse das suas declarações instrumentos a quem quer que lhos requeresse.

Três dias depois, em Coimbra, fez-se atestação do casamento em novo acto solene. D. João Afonso, Conde de Barcelos; Vasco Martins de Sousa, Chanceler de El-Rei; e «mestre Afonso das leis» chamaram um tabelião, perante o qual depuseram D. Gil, Bispo da Guarda, e Estevam Lobato, criado de D. Pedro, que tinham assistido em Bragança ao casamento do monarca, então Infante, com D. Inês de Castro. Logo em seguida foram os depoimentos lidos perante diversos bispos e muitas outras pessoas que para êste efeito haviam sido convocadas.

Para dar melhor aparência de verdade a tão estranha revelação, leu-se um breve do Papa João XXII, no qual, a pedido de D. Afonso IV e do Infante D. Pedro seu filho, era êste autorizado a casar «com qualquer nobre mulher, devota á Santa Igreja de Roma, ainda que por linha transversa duma parte no segundo grau e doutra no terceiro».

Produzia-se êste documento para prejudicar a questão do parentesco existente entre D. Pedro e D. Inês. Ora ao breve attribue-se a data de 18 de Fevereiro de 1325, quando o Infante D. Pedro ainda não completara cinco anos de idade, nem havia mê e meio que seu pai occupava o trono. Estas circunstâncias cronológicas não bastam para invalidar a autenticidade do documento; mas deixam singularmente abalada qualquer fôrça provativa que dêle se pretendesse tirar em relação ao casamento.

Se o coração de D. Pedro ainda sangrava do enternecido amor que tivera a D. Inês, tanto que concebeu tigrino alento na vingança do assassinato, ¿porque não teve pressa em declará-lo públicamente logo depois da morte de seu pai? Esta e outras circunstâncias levaram Fernão Lopes a dizer, que os presentes á assembleia de Coimbra se não deram por satisfeitos, «vendo que aquilo que lhes fôra proposto nenhum alicerce tinha de razão».

Não se limitou D. Pedro a declarar a D. Inês por sua le-

gítima esposa: quis também vingar-lhe a bárbara morte, de que tinha por principais culpados Diogo Lopes Pacheco, Pedro Coelho e Álvaro Gonsalves. E falando verdade — diz o cronista — Álvaro Gonsalves e Pedro Coelho eram nisto bem culpados; mas não assim Diogo Lopes, que muitas vezes mandara prevenir o Infante que livrasse aquela mulher da sanha de seu pai.

Os três culpados haviam procurado refúgio em Castela; e como em Portugal estivessem alguns fidalgos castelhanos, igualmente fugidos á perseguição do seu Rei, contrattaram os dois monarcas a entrega recíproca dos homiziados. Apesar das prevenções tomadas, Diogo Lopes pôde fugir, avisado por um mendigo. Pedro Coelho e Álvaro Gonsalves, chegados a Portugal, tiveram a mais crua morte: ao primeiro mandou D. Pedro tirar o coração pelo peito, ao segundo pelas costas. «E tudo feito — diz Fernão Lopes — ante os paços onde elle pousava, de guisa que comendo olhava quanto mandava fazer.»¹

Beneplácito régio. — Nas côrtes de Elvas de 1361, queixava-se o clero de que El-Rei D. Pedro I, sendo ainda Infante², ordenara que ninguém publicasse quaisquer letras pontificias sem sua ordem, o que se não fazia nos outros reinos; e pedia que revogasse aquella ordenação, que não aproveitava ao serviço real nem ao reino. El-Rei respondeu que lhe mostrassem as letras apostólicas; vê-las hia, e mandaria que se publicassem pela forma devida.

Vê-se que a lei do beneplácito era uma inovação, pois nem o clero nem El-Rei aludem a qualquer disposição jurídica ou costume anterior; mas não se deve exagerar nem

¹ FERNÃO LOPES, *Chronica de El-Rei D. Pedro I*, cap. XXVII-XXXI; D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *História Genealógica*, t. I, pág. 365; *Provas da História Genealógica*, t. I, pág. 275 e seg. Sobre a trasladação do cadáver de D. Inês de Castro para Alcobça, vid. FR. MANUEL DOS SANTOS, *Alcobça Ilustrada*, pág. 176.

² ... «Que Nós ordenamos em sendo Ifante» — provavelmente depois que D. Afonso IV, em 1355, lhe deu poderes quasi majestáticos. Vid. pág. 274-275.

deturpar o valor nem o significado da nova lei. Nem o espírito religioso da época permitia que o monarca português lançasse peias intoleráveis ás relações da Santa Sé com o clero e os fieis do reino, nem também o papado se encontrava de tal modo abatido, que sem vivo protesto aceitasse semelhante condição.

Por aquele tempo impetravam-se subrepticiamente da Santa Sé rescritos diversos, com os quais se ofendia a justiça e até o direito canónico, de tal modo que os próprios pontífices, desenganados, tinham de intervir para restabelecer a normalidade. Com bulas subreptícias ou falsas se usurpavam benefícios eclesiásticos, padroados e jurisdições, com grande dano dos esbulhados e inconvenientes de toda a espécie. Em detrimento da autoridade real se praticavam também abusos, principalmente em matéria de administração da justiça, empregando-se rescritos falsos ou subreptícios para submeter determinadas causas e indivíduos aos tribunais eclesiásticos e constituir juizes especiais.

Assim se encontra a explicação do procedimento de D. Pedro, não em intuitos de agravar ou constranger a Santa Sé, mas na necessidade de cortar abusos e manter as legítimas liberdades e direitos: «e isto mais por conservação da jurisdição e liberdade da Igreja do que em seu prejuizo», — dizia D. João I em 1427¹.

Falecimento de D. Pedro I — A família real. — Estando El-Rei em Estremôz, faleceu a 18 de Janeiro de 1367. «E diziam as gentes — remata Fernão Lopes — que tais dez anos nunca houve em Portugal, como estes que reinara El-Rei D. Pedro.» Esta sentença da justiça popular significa que as crueldades e rigores atribuídos a D. Pedro não desdiziam dos bárbaros costumes da época e eram inspirados pelo amor da justiça.

Já doente, lembrou-se de que, depois da morte de Pe-

¹ Vid. *História da Igreja em Portugal*, t. II, pág. 253 e seg.

dro Coelho e Álvaro Gonsalves, se certificara de não ter Diogo Lopes Pacheco alguma culpa na morte de D. Inês; pelo que lhe perdoou e mandou que lhe restituissem todos os seus bens ¹.

Do seu casamento com D. Constança teve D. Pedro I os seguintes filhos:

D. Maria, que nasceu em Évora a 6 de Abril de 1342 e casou em 1354 com o Infante D. Fernando de Aragão;

D. Luís, que viveu apenas oito dias;

D. Fernando, que nasceu em Coimbra a 31 de Outubro de 1345 e sucedeu no trono.

De D. Inês de Castro houve El-Rei estes filhos: *D. Afonso*, que faleceu menino; *D. João*, *D. Dinís* e *D. Brites*.

De D. Teresa Lourenço teve *D. João*, que nasceu em 1357 e veio a ser Rei de Portugal ².

¹ FERNÃO LOPES, *Chronica de El-Rei D. Pedro I*, cap. XLIV.

² SOUSA, *História Genealógica da Casa Real*, t. I, pág. 365 e seg.; t. II, pág. 1 e seg.; t. XI, pág. 611 e seg.; t. XII, p. I, pág. 149 e seg.; *Provas da História Genealógica*, t. I, pág. 275-285; D. JOSÉ BARBOSA, *Catálogo das Rainhas de Portugal*, pág. 281 e seg., 301 e seg.; FRANCISCO DA FONSECA BENEVIDES, *Rainhas de Portugal*, Lisboa, 1878, t. I, pág. 199 e seg., 205 e seg.; FIGANIÈRE, *Memórias das Rainhas de Portugal*, pág. 201-202; RUI DE PINA, *Chronica de El-Rei D. Affonso IV*, cap. VI, VIII-XIII, XVII-XXII, XXVI-XXXI, XXXXVII e LXI; FR. RAFAEL DE JESUS, *Monarquia Lusitana*, p. VII, l. IX, cap. I; l. X, cap. I, VI, VII, VIII e XII; l. X, cap. XIX; FARIA E SOUSA, *Europa Portuguesa*, t. II, pág. 188-190; VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, t. I, pág. 141, 142-143, 147, 149, 152-168, 170-171, 173-176, 181, 184, 185, 196-210.

Acérca das relações externas de Portugal no tempo de D. Pedro I, que procurou sempre evitar que o país se envolvesse em guerras, devem ser conferidas as informações dadas pela *Monarchia Lusitana* e pelo cronista Fernão Lopes com o que traz o Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar*, t. III, pág. 25 e seg.

D. FERNANDO I

1367-1383

O novo Rei. — Quando subiu ao trono era D. Fernando um garboso rapaz de vinte e dois anos, com tais dotes de galhardia e tratamento, que o cronista Fernão Lopes pôde retratá-lo nos mais avantajados termos, como «mancebo valente, ledó e namorado, amador de mulheres e achegador a elas. Havia bem compôsto corpo e de razoada altura, formoso em parecer e muito vistoso; tal que estando cêrca de muitos homens, pôsto que conhecido não fôsse, logo o julgavam por rei dos outros».

Acessível e generoso, a todos prendia com liberalidades, á custa dos tesouros acumulados por seus avós. Era bom cavaleiro, mais jactancioso do que valente, apaixonado pela caça. Amava o povo e procurava administrá-lo com justiça.

Sem embargo de todas estas qualidades, o seu carácter volúvel e fraco não pôde resistir á provação de negócios mais graves¹.

¹ FERNÃO LOPES, *Crónica de El-Rei D. Fernando*, cap. preliminar. «Este rei D. Fernando começou de reinar o mais rico rei que em Portugal foi até o seu tempo, cá elle achou grandes thesouros que seu pae e avós guardaram, em guisa que sómente na torre do Haver, do castello de Lisboa, foram achadas oitocentas mil peças d'ouro e quatrocentos mil marcos de prata, afóra moedas e outras cousas de grande valor que ahi estavam, e mais todo o outro haver, em grande quantidade, que em certos logares pelo reino era posto. Alem d'isto havia el rei em cada um anno, de seus direitos reaes, oitocentas mil libras, que eram duzentas mil dobras, afóra as rendas da alfandega de Lisboa e do Porto, das quaes el-rei havia tanto que adur é ora de crêr, cá, antes que elle reinasse foi achado que uns annos por outros a alfandega de Lisboa rendia de trinta e cinco mil até quarenta mil dobras, afóra algumas outras cousas que á sua dizima pertencem.» Ib.

Primeira guerra com Castela. — Havia muito que na monarquia castelhana ardiam lutas fratricidas, ás quais D. Pedro I de Portugal se conservara estranho. Por morte de Afonso XI (1350), a Corôa foi disputada a D. Pedro, seu único filho legítimo e da Rainha D. Maria de Portugal, por D. Henrique, um dos vários filhos bastardos que o monarca falecido houvera de D. Leonor de Gusmão. Está fora do nosso intento a notícia dos incidentes em que se prolongou a guerra civil, com alternativas de vitória.

O legítimo Rei D. Pedro acabou traiçoeiramente assassinado por seu irmão Henrique (23 de Março de 1369), e só depois dêste acontecimento se deu a intervenção de El-Rei D. Fernando nos negócios políticos de Castela, não pelo nobre pensamento de castigar o assassino, mas no intuito de realizar mal fundadas ambições ¹.

Julgava-se mal seguro no trono o usurpador, Henrique de Trastâmara ou Henrique II, quando lhe chegou a notícia de que El-Rei de Portugal ia disputar-lho, como bisneto de D. Sancho o Bravo. Em favor de D. Fernando se tinham já manifestado Samora, Cidade Rodrigo, Alcântara, Valença de Alcântara, Orense, Corunha, Tui e outras cidades da Galiza.

O mesmo partido tomaram muitos cavaleiros castelhanos, que tinham defendido a causa de D. Pedro e passaram logo a Portugal.

Depois de se aliar com o Rei mouro de Granada, atraíu D. Fernando ao seu partido o Rei de Aragão, D. Pedro IV,

¹ Refere Fernão Lopes, que D. Fernando jurava vingar a morte de seu primo D. Pedro, e que ao Papa e ao Rei de Inglaterra mandara fazer queixas e protestos contra o crime (*Crónica*, cap. XXV). Adeante, porém, descobre a verdadeira razão que levou D. Fernando a intervir: ...«posto que alguns digam que elle não tomou n'esta guerra senão titulo de vingador da morte d'el-rei D. Pedro, seu primo, isto não foi d'esta guisa; mas faziam entender a el-rei, e elle assim o dizia, que pois el-rei D. Pedro era morto que elle ficava herdeiro nos reinos de Castella e de Leão, cá era bisneto legítimo d'el-rei D. Sancho de Castella, neto da rainha D. Beatriz, filha do dito rei D. Sancho. Porém, elle nunca se entremettera de começar tal demanda, nem buscar esta avoenga de tão longe, se não foram os logares que se lhe deram de seu grado e os muitos fidalgos que se vieram para elle, que lhe isto faziam entender». Ib., cap. XXX.

propondo-lhe que casaria com a Infanta D. Leonor sua filha.

Em Junho de 1369, entrou D. Fernando na Galiza, ao mesmo tempo que oito galés portuguesas se dirigiam á Corunha. Henrique II, que estava de atalaia em Samora, marchou para a Galiza em demanda dos portugueses; porém D. Fernando, «que disto estava dessegurado, e não ia prestes salvo por receber vilas» — segundo diz o cronista — evitou o encontro regressando apressadamente a Portugal. O Rei de Castela transpôs o Minho, apoderou-se de Braga (fins de Agosto) e foi pôr cêrco a Guimarães (1.º de Setembro), onde encontrou mais viva resistência. Era brava a luta de parte a parte, sem omissão das ferocidades medievais. Por ordem do Rei de Castela, Diogo Gonçalves de Castro introduziu-se com disfarce na vila para a incendiar. Prêso, confessou o plano aos sitiados; «e êles, vendo tal traição como esta, mataram-no e deixaram-no comer aos cães».

Entretanto partiu D. Fernando de Coimbra em socôrro de Guimarães. Já estava no Porto, quando Henrique de Trastâmara, ou pela notícia de ter caído Algeciras em poder dos mouros de Granada, ou porque reconheceu a impossibilidade de tomar a praça, ou ainda por se mostrar digno adversário de quem fugira da Galiza, levantou o cêrco, foi tomar Vinhais, Bragança, Miranda e outras terras de Trás-ôs-Montes e voltou para Castela.

Da parte dos portugueses, a guerra liquidou com algumas entradas em Castela pelas fronteiras da Beira e do Alentejo, e com uma tentativa de bloqueio do porto de Sevilha, por onde os castelhanos faziam grande comércio de mantimentos e outras mercadorias. Ali mandou D. Fernando trinta e duas galés e trinta naus, que em número levavam grande vantagem á armada castelhana; porém, não querendo aceitar combate no rio, com receio dos reforços castelhanos de terra, saíram para o mar, onde por sua vez os navios de Castela evitaram a luta. Voltando a

entrar o rio, as galés portuguesas imprevidentemente deixaram tomar a saída, de tal sorte que houveram grande dificuldade em retirar-se em fuga desordenada.

Ao findar o estio de 1370 chegavam á península dois mensageiros pontifícios, encarregados de fazerem as pazes entre D. Henrique de Castela e D. Fernando de Portugal. As negociações findaram nos primeiros meses do ano seguinte, ajustando-se a restituição das terras conquistadas e o casamento de D. Fernando com a Infanta D. Leonor, filha de El-Rei de Castela. Ainda meses antes o monarca português andara tratando do seu casamento com D. Leonor de Aragão, e tivera de El-Rei de Aragão a resposta de que êle enviaria a filha a Portugal, logo que obtivesse do Papa a dispensa para casar com D. Fernando ¹.

Casamento de D. Fernando com D. Leonor Teles. — Henrique II de Castela obrigara-se a entregar sua filha a El-Rei de Portugal cinco meses depois do tratado, prazo largo em demasia para que o versátil D. Fernando se julgasse no fim dêle obrigado a desempenhar sua palavra.

Tomou El-Rei entretanto conhecimento com D. Leonor Teles, casada com João Lourenço da Cunha, senhor de Pombeiro, e na ocasião hóspeda da Infanta D. Beatriz, irmã de D. Fernando; e de tal modo enlouqueceu por ela, que, esquecido de todas as conveniências, decidiu tomá-la por esposa. Como o impedimento de parentesco então se estendia a graus remotos, não foi difícil descobri-lo entre D. Leonor Teles e seu marido como base de anulação de casamento; «como quer que muitos afirmavam — diz Fernão Lopes — que João Lourenço houvera dispensação do Papa antes que com ela casasse; mas vendo que lhe não cumpria porfiar muito em tal feito deu á demanda lugar

¹ FERNÃO LOPES, *Crónica de El-Rei D. Fernando*, cap. II-LIV; MÁRIANA, *Historia general de España* (Madrid, 1855), t. I, pág. 538 e seg.; D. MODESTO LAFUENTE, *Historia general de España* (Barcelona, 1889), t. V, pág. 72 e seg.; ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Coimbra, 1921, t. I, pág. 63 e seg.

que se vencesse cedo, e foi-se para Castela por segurança de sua vida » ¹.

El-Rei mandou anunciar o casamento a Henrique de Castela, com desculpas de não casar com sua filha e protestos de amizade e lealdade nas demais cláusulas ajustadas.

Não tardou a espalhar-se a notícia do escandaloso ajuntamento de D. Fernando com D. Leonor Teles. Os povos por toda a parte murmuravam escandalizados, culpando de tal desaire os privados do monarca e os grandes da terra que lho consentiam. Em Lisboa juntaram-se um dia bem três mil, entre mesteirais de todos os mesteres, bésteiros e homens de pé, os quais foram ao paço armados e em grande arruído, com o alfaiate Fernão Vasques, a quem tinham escolhido para propôr seus pensamentos. Desempenhou-se Fernão Vasques da missão, respondendo a um privado de El-Rei que inquiria o que pretendiam:

— «Que êles eram ali vindos porquanto lhes era dito que El-Rei seu senhor tomava por sua mulher Leonor Teles, mulher de João Lourenço da Cunha, seu vassalo, e, porquanto isto não era sua honra, mas antes fazia grão nojo a Deus e a seus fidalgos e a todo o povo, que êles, como verdadeiros portugueses, lhe vinham dizer que tomasse mulher filha de Rei, qual convinha a seu estado, e que quando com filha de Rei casar não quisesse que tomasse uma filha dum fidalgo de seu reino, qual sua mercê fôsse,

¹ Segundo as alegações do Dr. João das Regras, nas côrtes de Coimbra de 1385, ao impugnar os direitos de D. Beatriz, Rainha de Castela, á Corôa de Portugal, o casamento de João Lourenço da Cunha com D. Leonor Teles foi anulado, não por falta de dispensa pontificia de parentesco, a qual, segundo o mesmo João das Regras, tinham alcançado, mas com o fundamento, falsamente alegado, da impotência do marido para a consumação do matrimónio. E tão falso era o fundamento — dizia João das Regras — que de João Lourenço da Cunha tivera D. Leonor uma filha, que morrera, e Álvaro da Cunha, presente nas côrtes de 1385, ao qual a mãe, depois de se juntar com El-Rei, chamava Álvaro de Sousa, dizendo que era filho de Lopo Dias de Sousa e duma mulher de sua casa; «e esto por se dar por virgem a El-Rei D. Fernando, dizendo que seu marido nunca com ela dormira, e (pôsto que) se El-Rei gabasse que a achara virgem.» FERNÃO LOPES, *Crónica de El-Rei D. João I*, cap. CLXXXIV.

de que houvesse filhos legítimos que reinassem depós êle, e não tomasse mulher alheia, ca era cousa que lhe não haviam de consentir; nem êle não havia por que lhe ter isto a mal, ca não queriam perder um tão bom rei como êle por uma má mulher que o tinha enfeitado.»

D. Fernando mandou-lhes esta resposta:

— «Que lhes agradecia muito sua vinda e as razões que por seu serviço diziam; que no caso entendia que faziam como bons e leais portugueses, amadores de sua honra; e que ela não era sua mulher recebida, nem Deus não quisesse; mas que porquanto lhes êle por logo não podia responder como cumpria, a qual resposta havia mister de ser com bom conselho, segundo êles viam que era razão; que em outro dia fôssem todos ao mosteiro de S. Domingos dessa cidade e que ali lhes falaria sôbre aquilo e haveria seu accôrdo com êles.»

Fez-se efectivamente a reunião em S. Domingos; porém D. Fernando, receoso de violências, por saber que o povo estava em grande alvôrço, em vez de comparecer, partiu occultamente da cidade com D. Leonor Teles e foram receber-se por esposos no mosteiro de Leça do Bailio (Janeiro de 1372).

Fernão Vasques, e como êle outros, havidos por cabeças de motim, vieram a pagar com a vida a audácia de suas liberdades ¹.

Segunda guerra com Castela. — Bem difficil seria apurar com que ânimo El-Rei D. Fernando, ao desculpar-se de não casar com a filha de Henrique II de Castela, lhe mandava assegurar o seu propósito de cumprir as restantes cláusulas ajustadas e viver com aquele monarca em paz e amizade. É certo que, ao contrário de tais compromissos, El-Rei de Portugal, poucos meses volvidos, praticava actos de hostilidade contra Castela, entre os quais se conta a

¹ FERNÃO LOPES, *Crónica de El-Rei D. Fernando*, cap. LVII-LXV.

apreensão de navios castelhanos nas costas de Portugal e dentro do porto de Lisboa.

Pelo mesmo tempo (1372) entrava D. Fernando em aliança com o Duque de Lencastre, segundo filho de Eduardo III de Inglaterra. Estava mais uma vez em jôgo o trono de Castela, que o Duque de Lencastre pretendia, com o fundamento de ser casado com D. Constança, filha ilegítima do assassinado Rei D. Pedro e da célebre D. Maria de Padilha. D. Fernando e o Duque de Lencastre obrigavam-se a mútuo auxílio em guerrear Henrique II de Castela e D. Pedro de Aragão¹.

Informado da atitude hostil de D. Fernando, Henrique de Castela mandou-lhe um após outro dois emissários a propôr-lhe paz e amizade; porém foi todo o esforço balado, desculpando-se El-Rei de Portugal do seu procedimento com ataques de castelhanos na fronteira e outras razões de pouco pêso.

Henrique II partiu imediatamente de Samora para invadir Portugal (Dezembro² de 1272). Tomou Almeida, Pinhel, Linhares, Celorico e Viseu (1373). Já em marcha, desatendeu as considerações do Cardeal Guido de Bolonha, enviado pelo Papa a fim de negociar as pazes entre os dois monarcas.

Em Viseu esperou Henrique II reforços durante alguns dias, enquanto D. Fernando, que estava em Coimbra, convocava fôrças para se opôr á invasão. Assentaram pri-

¹ Feito o acôrdo preliminar de 1372, El-Rei D. Fernando enviou a Londres Vasco Domingues, chantre da sé de Braga, para que ali se concluísse o tratado e o duque de Lencastre o firmasse e jurasse. Foi êste o tratado inicial da aliança entre Portugal e Inglaterra, e foi assinado em Londres a 16 de Junho de 1373. Encontra-se o texto inglês, com a tradução portuguesa ao lado, em JERÓNIMO DA CAMARA MANUEL, *Portugal e a Inglaterra* (Lisboa, 1909), pág. 57 e seg. Sôbre a aliança inglesa nos séculos XIV e XV, e sôbre as anteriores relações entre Portugal e Inglaterra, vid. VISCONDE DE SANTARÉM, *Introdução* ao t. XIV do *Quadro Elementar*, e docum. no corpo do mesmo volume. Também sôbre o assunto, PEDRO DE AZEVEDO, *Novos documentos sôbre a aliança anglo-portuguesa na Idade Média*, no *Boletim da Segunda Classe* da Academia, vol. VI, pág. 242 e seg.

² «Em Setembro meado», diz Fernão Lopes. Autores espanhòes indicam o mês de Dezembro, o que parece harmonizar-se melhor com a série cronológica dos acontecimentos.

meiro esperar o inimigo em Chão do Couce, ao sul de Coimbra; mas depois prevaleceu o conselho de lhe tomarem o passo em Santarém.

A não se explicar por fraqueza de ânimo que excede todas as proporções, o procedimento de D. Fernando é incompreensível. Em Santarém rejeitou e despediu fôrças que pretendiam juntar-se-lhe para a luta: que tornassem para onde estavam — dizia — e que se preparassem para acudir á primeira voz.

Henrique II aproximou-se de Santarém; e, vendo que D. Fernando não aparecia a dar-lhe combate, prosseguiu em direcção a Lisboa.

Na capital, a notícia da aproximação do inimigo causou pavor. A cidade não era murada; existia apenas a cêrca velha, desde a porta do Ferro até á porta de Alfama e desde o chafariz de El-Rei até á porta de Martim Moniz. Não havia quem organisasse a defesa. Uns corriam a armar-se, sem excepção de frades nem de clérigos; outros palancavam as ruas; os menos animosos recolhiam-se com seus haveres dentro da cêrca. No meio de tanta confusão e desordem, Henrique II entrou em Lisboa muito «de sossego» (23 de Fevereiro de 1373).

D. Fernando mandou de Santarém, pelo rio abaixo, alguns cavaleiros em refôrço de Lisboa. Foi também o almirante Lançarote, que parecia irmão gémeo de El-Rei, quando se recusava a combater, em navios portugueses, as galés castelhanas que subiram o Tejo e se apoderaram do porto. Em terra, na cidade e nos arredores, os castelhanos roubavam tudo, incendiavam, destruíam. Em Lisboa ardeu a melhor parte da cidade, toda a Rua Nova, as freguesias da Madalena e de S. Julião, toda a judiaria. As escaramuças, ás portas da cêrca, repetiam-se, sem vantagem para os portugueses.

No 1.º de Março chegava a Santarém o Cardeal Guido de Bolonha, no desempenho da sua missão de paz. D. Fernando acedeu, perdida a esperança — dizia — dos auxílios

que deviam chegar de Inglaterra. Henrique II não opôs resistência; as condições da paz ditou-as êle. D. Fernando obrigava-se não só a viver em paz e aliança com Castela, como até a combater os ingleses; quando estes viessem aos nossos portos, não lhes daria mantimentos, nem armas, nem favor, nem conselho, antes os expulsaria como capitais inimigos; e, entre outras cláusulas humilhantes, como a palavra de El-Rei de Portugal era falível penhor de contractos, pediu o Rei de Castela em reféns por três anos Viseu, Miranda, Pinhel, Almeida, Celorico, Linhares e Segura; e certas pessoas de distinção.

Publicaram-se as pazes em Santarém a 24 de Março (1373) ¹.

Administração pública — Agricultura, comércio, marinha.

—Apenas se viu liberto da esmagadora invasão castelhana, mandou o «fraco Rei» fazer tais reformas e apréstimos militares, como se a natureza o houvera fadado para empresas belicosas.

Introduziu o uso de novos armamentos; e para que fôsse maior o número de lanças, ordenou que nenhum fidalgo, que houvesse de servir com certo número delas, apresentasse por seu qualquer acontiado ² dos vizinhos e moradores do lugar, a fim de evitar que ficasse pouca gente do concelho para servir; e excluiu dos cargos públicos os que não sustentavam cavalo. Mandou fazer uma espécie de recenseamento de todos os mancebos do reino aptos para o serviço do exército, embora vivessem assoldados, para pelejarem a pé, armados com as armas dos acontiados pousados ³.

Um dos primeiros cuidados de El-Rei foi proteger a

¹ FERNÃO LOPES, *Crónica de El-Rei D. Fernando*, cap. LXVI-LXXXVI; LAFUENTE, *Historia general de España*, t.V, pág. 168-169.

² *Acontiados* eram aqueles que, em razão da sua fortuna pessoal e segundo a importância dela, eram obrigados a ter só armas ou também cavalos.

³ Veja-se adiante, no livro III, o cap. sobre a milícia terrestre e a marítima.

cidade de Lisboa com nova muralha, que abrangesse o arrabalde ou parte exterior da cêrca velha, onde os castelhanos tinham feito grande estrago. Apesar das contradições e dificuldades que surgiram, a obra, começada em 30 de Setembro de 1373, concluiu-se em pouco mais de dois anos (1375). Trabalhos semelhantes de defesa mandou fazer na alcáçova de Santarém e noutros lugares do reino ¹.

Notava-se por aquele tempo certa decadência na agricultura e menor abundância de produtos, pelo que D. Fernando, ouvidos nobres, prelados e outras pessoas, ordenou, por lei de 1375, conhecida pelo nome de *lei das sesmarias*, que as terras não cultivadas pelos seus proprietários fôsem dadas a outros cultivadores; que fôsem prêsos e sujeitos á lavoura os vândios, os falsos mendigos, os falsos eremitães e todos os ociosos; que todos os possuidores de terras tivessem para a sua cultura o gado suficiente, e que êste fôsse vendido por preços razoáveis ².

O comércio prosperava dia a dia. Lisboa era já um grande empório comercial, freqüentado por muitos negociantes estrangeiros de diversas procedências. Havia lombardos, genoveses, milaneses, catalães, bizcaínhos e outros que se occupavam no comércio de importação e exportação. Segundo Fernão Lopes, verificou-se que só num ano «se carregaram doze mil toneis, afôra os que levaram depois os navios na segunda carrêgação de Março.»

Era grande a concorrência de embarcações estranhas; de modo que por vezes estavam fundeadas defronte da cidade quatrocentos e quinhentos navios de carga, muitos dêles empregados na exportação de vinho e de sal ³.

São muito notáveis as providências adoptadas em benefício da marinha.

¹ FERNÃO LOPES, *Crónica de El-Rei D. Fernando*, cap. LXXXVIII.

² *Ordenações Afonsinas*, l. IV, tit. 81; FERNÃO LOPES, *Crónica de El-Rei D. Fernando* cap. LXXXIX.

³ FERNÃO LOPES, *Crónica* cit., cap. preliminar.

Aos portugueses que construíssem navios de mais de cem toneladas era permitido cortar nas matas reais e conduzir a Lisboa as madeiras e mastros que quisessem, sem pagarem cousa alguma, nem mesmo os direitos dos materiais que viessem de fora. Também eram isentos de todos os direitos de navios feitos que comprassem ou vendessem.

Na primeira viagem que os navios fizessem, saíndo carregados de Portugal, perdoavam-se aos proprietários os direitos das mercadorias que levassem, de qualquer natureza que fôssem, ou suas ou alheias; e bem assim metade dos direitos de toda a quantidade de géneros, que da primeira torna-viagem trouxessem dos portos estrangeiros para Portugal, ou os géneros fôssem seus ou alheios.

Tanto em Lisboa como no Porto deviam ser registados todos os navios de mais de cinquenta toneladas, com os seus respectivos valores. Os seus donos formavam uma espécie de Companhia, e para a bolsa desta pagavam dois por cento dos rendimentos dos navios. Dêste fundo comum se tirava o dinheiro necessário para comprar outros navios, em substituição dos que por desastre ou tomada do inimigo se perdessem; e quando na bolsa não houvesse o dinheiro necessário, seria a importância do navio ou navios perdidos paga por todos os donos de embarcações, proporcionalmente ás que cada um tivesse. Esta espécie de bolsa de seguro mútuo já tivera as suas origens no tempo de El-Rei D. Dinís ¹.

Assassinato de D. Maria Teles. — A Rainha D. Leonor jámais quis desmentir o conceito em que a tinha o povo, quando procurou obstar ao casamento dela com D. Fernando. A consciência de não vir de estirpe régia agravava-lhe o ciume da dominação e do poder, tornava-a suspicaz,

¹ FERNÃO LOPES, *Crónica de El-Rei D. Fernando*, cap. XC e XCI; *Monarquia Lusitana*, p. VIII, l. XXII, cap. XXX, pág. 218 e seg.; ARNALDO GAMA, *A última dona de S. Nicolau* (Porto, 1864), cap. XI e nota LXVI no fim do volume.

intrigante, vingativa. Facilmente descortinava emulações, e sonhava-as onde as não via. Naquela cegueira de zêlo, não hesitava perante o crime, quando se tratava de eliminar a sombra perseguidora. Os vícios morais anulavam-lhe os escrúpulos políticos, que não encontravam defesa no espírito pusilânime do Rei.

Parece que não foram outras as razões que perderam D. Maria Teles, irmã da Rainha.

Viuva de Álvaro Dias de Sousa, mas ainda nova e formosa, com vida de riqueza e ostentação, D. Maria Teles opunha exigências matrimoniais ás tentativas sedutoras do Infante D. João, filho de D. Inês de Castro. O óbice da diferença de estirpe fôra anulado desde que El-Rei casara com D. Leonor Teles. Certa noite em que foi visitá-la, o Infante, que se deixara fascinar, não podendo resistir mais, recebeu-a logo ali, na presença de confidentes dos dois ¹.

Ao saber de tal consórcio, D. Leonor Teles não hesitou em colaborar, se não preparar a ruína de sua própria irmã. Salteou-a o receio de que a D. João e a D. Maria viesse a caber o trono, benquistos como eram do povo e da nobreza. D. Leonor não tinha filho varão; e a saúde de El-Rei era precária. Nestas apreensões mandou insinuar ao cunhado que era bem preferível que casasse com a Infanta D. Beatriz, filha de D. Leonor. Despertou-lhe, com êxito, a ambição da realeza; e o assassinato de D. Maria era condição para obter a Corôa. Conjurava-se contra a vida de D. Maria Teles. Conjurou-se também contra a sua honra, como processo de justificar o assassinato; e assim apareceu a acusação de infidelidade conjugal.

Certa noite o Infante D. João entrou em Coimbra com alguns seus vassallos e criados. Altas horas, penetrou á fôrça e com estrondo na casa que habitava sua esposa D. Maria. Acusou-a de ter divulgado o segredo do casa-

¹ Sobre casamentos feitos naquele tempo em logares privados e sem a assistência de qualquer sacerdote, vid. *História da Igreja em Portugal*, t. II, pág. 486 e seg.

mento; infamou-a com a calúnia do adultério; e, cravando-lhe duas vezes um bulhão, deixou-a morta. Andou fugido algum tempo; mas não tardou que alcançasse o perdão régio para voltar á côrte, onde foram baldadas todas as diligências para realizar o casamento com que o tinham cegado. Afinal teve de sair para Castela¹.

Negócios religiosos — Portugal perante o grande scisma do Occidente. — Quando o Papa Gregório XI faleceu, estando em Roma, em 1378, o conclave elegeu o Arcebispo de Bári, que tomou o nome de Urbano VI. Segundo o testemunho de dezasseis cardeais e doutras pessoas que deviam estar bem informadas, a eleição foi canónica e livre; e é certo que Urbano VI foi eleito e reconhecido pela grande maioria dos cardeais do conclave.

Havia, porém, no sacro colégio, um partido que aspirava á eleição dum Papa que fôsse residir em Avinhão, onde estivera a Santa Sé desde 1309 até 1377. O fermento dêste partido francês começou a levedar; e, quatro meses depois da eleição de Urbano VI, os cardeais do mesmo partido, reunidos em Fondi, declararam que tinham sido coactos ao elegerem o Papa Urbano, e elegeram Clemente VII. Tais foram, em resumo, as origens do *grande scisma do Occidente*. Após algumas hesitações, a attitude de D. Fernando neste grave conflito foi de adesão a Clemente VII, a pedido ou por sugestões de El-Rei de Castela. Esta versão, que é a de Fernão Lopes, contraditada pelo analista Reinaldo, foi por muito tempo posta em dúvida; mas tornou-se irrecusável com a moderna publicação dum documento concernente ao assunto.

¹ FERNÃO LOPES, *Crónica de El-Rei D. Fernando*, cap. C-CVI; FR. MANUEL DOS SANTOS, *Monarquia Lusitana*, l. XXII, cap. XXXIV; ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Coimbra, 1921, t. I, pág. 87 e seg. Estudando minuciosamente as datas e os logares em que esteve D. Fernando desde Novembro de 1376 a Março de 1380, e comparando estes factos com certos pormenores da narrativa de Fernão Lopes, Braamcamp Freire chega a concluir, com grande probabilidade, que D. Maria Teles foi assassinada em Novembro de 1379 (ib., nota á pág. 94).

Quando em 1381 vieram os ingleses a Portugal em auxílio de D. Fernando contra El-Rei de Castela, o Conde de Cambridge exprimiu o seu desgosto e o das suas tropas por obedecerem os portugueses ao Papa scismático de Avinhão, de tal modo que não ouviam missa de nenhum sacerdote português. Então D. Fernando, havido maduro conselho com o Arcebispo de Braga e outras pessoas, na sé de Braga publicamente confessou Urbano VI como verdadeiro Papa (19 de Agosto de 1381).

Ainda aqui não pararam as inconstâncias de D. Fernando. Em Setembro de 1382, partidos já de Portugal os auxiliares ingleses, voltou á obediência de Clemente VII. Eis como Fernão Lopes refere o facto:

Estando El-Rei em Rio Maior por espaço dalguns dias, «chegou a êle o Cardeal D. Pedro de Luna, da parte daquêlê que se chamava Clemente, a pedir que lhe desse obediência e tivesse por sua parte, assim como antes que viessem os ingleses. El-Rei mandou chamar a Lisboa alguns letrados, assim como o Dr. Gil Dossem e Rui Lourenço, Deão de Coimbra, e outros, e o Dr. João das Regras com êles, que pouco havia que viera do estudo de Bolonha; e depois dalguns dias que El-Rei teve seu conselho tornou a obediência àquêlê Papa Clemente, com que antes tivera, muito porêem contra vontade dalguns, e especialmente do Dr. João das Regras, o qual dizia a El-Rei que mostraria por direito que não era verdadeiro Papa. E então se partiu D. Pedro de Luna para Avinhão, e mandou El-Rei João Gonsalves, seu privado e o Bispo de Lisboa, D. Martinho, em duas galês, dar a obediência àquêlê Papa Clemente » ¹.

Terceira guerra com Castela. — Parece que D. Fernando,

¹ FERNÃO LOPES, *Crónica de El-Rei D. Fernando*, cap. CVII-CIX, CXIII, CXXX e CLVI; *Crónica de El-Rei D. João I*, cap. CLXXXV; FR. MANUEL DOS SANTOS, *Monarquia Lusitana*, l. XXII, cap. XXXVI-XLII; *História da Igreja em Portugal*, t. II, pág. 237 e seg.; GAMA BARROS, *História da administração pública em Portugal*, t. III, pág. 873.

apesar das vicissitudes em que o deixara cair a tibieza de carácter, nunca cessara de manter com os ingleses, «o mais encobertamente que podia», relações de amizade e aliança. Pelo menos assim o atesta Fernão Lopes. Como, por outro lado, tinha presentes os danos que lhe causara D. Henrique de Castela e acaso as vergonhas de que lhe fôra azo a última guerra, decidiu romper de novo as hostilidades, apesar do parecer contrário de seus conselheiros.

A oportunidade encontrava-a El-Rei na morte de Henrique de Castela, por lhe parecer «que êste homem, mais por constelação e fortuna que por vantagens de cavalaria, nascera em planeta de se honrar de todos seus vizinhos». Tal era a superstição fatalista da época. Porventura não seria tão afortunado o filho e sucessor, D. João, em quem D. Fernando pretendia vingar os males que recebera do pai.

No decurso do ano de 1380 ou princípios do ano seguinte, activavam-se as negociações entre D. Fernando e a Inglaterra, por intermédio de João Fernandes Andeiro, que vivia naquele país.

Êste fidalgo, natural da Corunha, viera a Portugal, quando D. Fernando estivera na Galiza, e com outros fôra depois expulso por exigência de Henrique de Castela.

Aqui voltou muito secretamente, chamado por El-Rei, para o encarregar das negociações com os ingleses; e no castelo de Estremôs, onde era hóspede occulto de D. Fernando, aproveitou o ensejo para a fácil empresa de seduzir a Rainha.

D. João de Castela, informado das intenções e preparativos belicosos de D. Fernando, aprontou-se igualmente para a luta.

Ao findar a primavera de 1381, começavam as escaramuças na fronteira do Alentejo, as correrias dum e doutro lado.

Os portugueses foram atacar Badajoz; os castelhanos, comandados pelo Infante D. João de Portugal, o esposo

assassino, e pelo Mestre de S. Tiago, puseram cerco a Elvas (13 de Julho) durante vinte e cinco dias¹.

Já então os castelhanos haviam ganhado vantagens no mar. A 11 de Junho partira do Restêlo para o Algarve uma armada portuguesa, em demanda das galés de Castela, que andavam no mar. A incompetência do comando fez que os portugueses deixassem perder a superioridade do número. Doze galés, que se adeantaram para atacar os castelhanos em Saltes, estavam destroçadas quando chegaram as restantes, que tiveram igual sorte (17 de Junho).

Pouco depois (19 de Julho) chegaram ao Tejo, ás ordens do Conde de Cambridge, filho de Eduardo de Inglaterra, os auxiliares ingleses, que se instalaram em Lisboa como em país conquistado. Roubavam, matavam, forçavam mulheres; em tudo procediam como inimigos vencedores, até no desprezo em que tinham os portugueses. Levantaram-se queixas e protestos, reclamaram-se castigos enérgicos; e todavia os abusos repetiam-se, com episódios de ferocidade. Muitos ingleses, enviados para o Alentejo, teatro da luta, faziam por lá o mesmo que em Lisboa. Os portugueses começaram a fazer justiça por suas mãos, tirando a vida a muitos, quantos apareciam em circunstâncias de serem mortos impunemente.

Poucos dias antes do Natal dirigiu-se El-Rei D. Fernando a Santarém, com o Conde de Cambridge e muitas tropas para de lá passarem ao Alentejo. Corria já o ano de 1382 quando iam a caminho de Évora. Entretanto, sabendo os castelhanos que já tinham saído de Lisboa os navios ingleses², entraram no Tejo com frota numerosa (7 de Março). A defesa limitou-se á cidade murada; nos arredores, os castelhanos roubavam, destruíam, incendiavam; chegaram até Sintra e Palmela. Só muitos dias pas-

¹ O cerco foi levantado em Agosto, depois que os castelhanos tiveram notícia da chegada dos auxiliares ingleses a Lisboa.

² A frota em que tinham vindo os ingleses largou do Tejo em 13 de Dezembro de 1381.

sados naquela infernal orgia de roubos e assolões chegaram reforços portugueses com D. Pedro Álvares, prior do Hospital, e seus irmãos, entre os quais Nuno Álvares.

Nos arraiais de D. Fernando, no Alentejo, havia outra espécie de orgias: eram as intrigas da Rainha, o escândalo das infidelidades com João Fernandes Andeiro, já feito Conde de Ourém.

Já quasi se não occultavam no cinismo do galanteio. Despejadamente, a Rainha queixava-se de que a tivessem por adúltera, o que mais acendia a indignação; e tratava de peitar os murmuradores.

Os meses de Junho e Julho passaram-se em correrias na fronteira, num arrastamento de quem fugia a combates decisivos.

De facto, ninguém os desejava. D. João de Castela tentava occultamente negociações de paz, segundo se disse depois; D. Fernando, talvez doente, aborrecido dos importunos aliados, sentindo porventura uma vez mais que não nascera para guerrear, almejava pelo fim das hostilidades.

Dum lado e do outro empenhavam-se prelados e cavaleiros no concôrto da paz. Em Agosto entrou-se francamente no caminho das negociações, que em poucos dias foram concluidas (9 de Agosto), sem conhecimento dos ingleses. A Infanta D. Beatriz de Portugal casaria com o Infante D. Fernando, filho segundo de El-Rei de Castela. Os castelhanos restituíram Almeida e Miranda, que haviam tomado, e todas as galés que tinham apresado no combate de Saltes; dariam liberdade ao almirante D. João Afonso Telo, irmão de D. Leonor Teles, e a todos os outros que foram prêsoes na frota; e forneceriam gratuitamente navios em que os ingleses regressassem ao seu país.

O Conde de Cambridge e a sua gente não occultaram a sua indignação pela deslealdade de D. Fernando, proferindo «desmesuradas palavras contra El-Rei». No 1.º de

Setembro embarcaram os ingleses no Tejo em navios de Castela ¹.

Casamento da Infanta D. Beatriz. — As versatilidades de D. Fernando foram férteis de projectos de matrimónio para a Infanta D. Beatriz, única filha que vingou do seu casamento com D. Leonor Teles.

Tinha a Infanta apenas quatro anos de idade, quando lhe justaram consórcio com D. Fradique, filho ilegítimo de Henrique de Castela e de D. Beatriz Ponce de Leão (1376). Tirado efeito a êste contracto, deram por noivo á Infanta, em 1380, o Infante D. Henrique, filho de D. João de Castela, o qual não completara ainda um ano de idade. No ano seguinte, chegadas a Lisboa as tropas auxiliares inglesas para a guerra contra Castela, celebraram-se a 19 de Agosto os desposórios de D. Beatriz com Eduardo, filho do Conde de Cambridge, em tão vivo realismo de símbolos matrimoniais quanto permitia a idade dos noivos. Em Agosto de 1382 justou-se o casamento de D. Beatriz, como há pouco dissemos, com o Infante D. Fernando de Castela. Finalmente, em Março de 1383 ajustou-se o casamento da Infanta com D. João I de Castela, que enviuvara da Rainha D. Leonor em 13 de Setembro de 1382.

O casamento de D. Beatriz com D. João I de Castela foi tratado nas seguintes condições:..

Deixando El-Rei D. Fernando filho varão legítimo, a êste pertenceria a Corôa de Portugal; se não deixasse filho legítimo, ficaria o trono a D. Beatriz. Se esta falecesse primeiro que seu marido e se encontrasse extinta a geração de D. Fernando, seria a Corôa de Portugal para D. João de Castela. Em qualquer hipótese devia conservar-se o reino de Portugal sempre separado de Castela. Enquanto vivesse El-Rei de Castela, e até que D. Beatriz tivesse filho

¹ FERNÃO LOPES, *Crónica de El-Rei D. Fernando*, cap. CXIV-CLIX; D. MODESTO LA-FUENTE, *Historia General de España*, t.V, pág. 183-184.

varão de mais de catorze anos, pertenceria o govêrno do reino á Rainha D. Leonor.

A estas acresciam outras cláusulas que ficaram sem consequências políticas.

No dia 30 de Abril de 1383, em Salvaterra, D. João I de Castela, por seu procurador, que foi o Arcebispo de Santiago, recebeu por esposa a Infanta D. Beatriz de Portugal. Era aquêlo o penhor das calamidades que D. Fernando ia legar ao reino ¹.

Falecimento de El-Rei D. Fernando — A família real. — Após dezasseis anos de govêrno, tão cortados de accidentes e amarguras, que o próprio Rei procurava, como que impedido pela fatalidade do ânimo, faleceu D. Fernando em Lisboa a 22 de Outubro de 1383.

Não foi a menor das suas desgraças, nem daquelas que causou ao reino, o seu casamento com D. Leonor Teles, que por seus costumes descompostos enlameou a dignidade régia, e por intrigas, emulações e vinganças, semeou sizânias e odios entre a nobreza.

Teve D. Leonor alguns filhos, que, com excepção da Infanta D. Beatriz, faleceram de tenra idade. O descrédito em que a Rainha caira, com as aventuras começadas na torre do castelo de Estremôz e impudentemente continuadas no convívio do Conde de Ourém, fazia suspeitar que tais filhos não eram de El-Rei. A fama de adúltera foi tão geral e constante, que escritores portugueses e castelhanos a consignaram insistentemente em suas memórias ².

Fora do matrimónio teve El-Rei D. Fernando uma filha,

¹ FERNÃO LOPES, *Crónica de El-Rei D. Fernando*, cap. XCVI, CXI, CXII, CXXVIII, CXXX, CLVII-CLXVII; FR. MANUEL DOS SANTOS, *Monarquia Lusitana*, l. XXII, cap. XXIX e L.

² FERNÃO LOPES, *Crónica cit.*, cap. CXV, CXL-CXLVI, CL, CLXXII e CLXXIII; *Crónica de El-Rei D. João I*, cap. II-IV, VI; MARIANA, *Historia General de España* (Madrid, 1855), t. 1, pág. 545, columna 1.^a.

D. Isabel, nascida em 1364. Casou em 1378 com D. Afonso, Conde de Gijón e Noronha, filho ilegítimo de Henrique II de Castela ¹.

¹ FERNÃO LOPES, *Crónica* cit., cap. LXXXIV e CLXXII; D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, pág. 426 e seg.; D. JOSÉ BARBOSA, *Catálogo das Rainhas de Portugal*, pág. 337 e seg.; FR. MANUEL DOS SANTOS, *Monarquia Lusitana*, cap. cit.; F. DA FONSECA BENEVIDES, *Rainhas de Portugal*, t. I, pág. 217 e seg.; ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Coimbra, 1921, pág. 45 e seg.

INTERREGNO

1383-1385

Govêrno da Rainha D. Leonor Teles. — Apenas faleceu El-Rei D. Fernando, assumiu o govêrno do reino a Rainha D. Leonor, conforme se estipulara no contracto de casamento de sua filha. Procuraram-na os homens bons de Lisboa para lhe representarem as urgentes necessidades de administração depois dos desastres do último reinado. O tesouro real estava exausto, a moeda depreciada, o povo lançado em apêrtos económicos. A Rainha, ainda mal segura nas altas funções de «governador e regedor dos reinos de Portugal e do Algarve», deu-lhes satisfação com boas palavras. Mandou D. Leonor que nas diversas terras do reino se tomasse voz por sua filha, com pendão alçado, dizendo — «Arraial, arraial, pela Rainha D. Beatriz de Portugal, Nossa Senhora».

Em Lisboa, aquele brado causou tais murmúrios, que se julgou prudente desistir e recolher o pendão; e D. Álvaro Peres de Castro, com o pensamento pôsto em seus sobrinhos, os infantes D. João e D. Dinís, parafraseava — «Arraial, arraial, cujo for o reino levá-lo ha». Em Santarém, ao bradar do alcaide por D. Beatriz, ninguém respondeu, nem aqueles que o acompanhavam. Murmúrio, alvoroço, motim, ameaças, e o alcaide foi a toda a brida meter-se no castelo para o não matarem. Noutras cidades repetiam-se incidentes semelhantes ¹.

¹ FERNÃO LOPES, *Crónica de El-Rei D. Fernando*, cap. CLXXIII e seg.

Morte de João Fernandes Andeiro, Conde de Ourém.—

Já em vida de D. Fernando se suscitara por vezes entre os nobres, e até no ânimo de D. João Afonso Telo, irmão da Rainha, a ideia de matar o Conde de Ourém, por desafronta do soberano atraído; porém frustraram-se as tentativas que na execução de tal desígnio se fizeram.

Falecido El-Rei, todos compreenderam a gravidade da crise nacional. Era indispensável que alguém reunisse todos os esforços na defesa da independência. A Rainha, desqualificada por suas torpezas, só inspirava repulsão, agravada pelo desaforado predomínio de João Fernandes Andeiro, Conde de Ourém. Eliminar o favorito e substituir a Rainha no governo do reino, tal era a aspiração de muitos nobres e do povo.

Ao passo que crescia o ódio geral contra D. Leonor Teles e o Conde de Ourém, aumentavam em todas as classes as simpatias do Infante D. João, Grão-Mestre da ordem de Avis, filho bastardo de D. Pedro I e de D. Teresa Lourenço. Nele se punham as esperanças gerais para o governo do reino e para a defesa da independência.

Como a excitação crescia rapidamente e o país se indignava cada vez mais contra a vida escandalosa da regente, alguns nobres, entre os quais D. Nuno Álvares Pereira, seu tio Rui Pereira, Álvaro Pais e o Conde de Barcelos resolveram dar um golpe decisivo, sentenciando á morte o Conde de Ourém. De tal missão foi encarregado o Mestre de Avis, porque este, protegido pela simpatia popular, melhor do que ninguém podia desempenhá-la. Foi logo combinado o plano: enquanto o Mestre matava João Fernandes Andeiro, iria pela cidade um pagem gritando que acudissem ao Mestre, porque o queriam matar; e, juntando-se o povo no paço, impedir-se hia que corresse perigo a vida de D. João.

Entretanto, porque D. Leonor queria defender o reino contra D. João de Castela, que ameaçava invadi-lo, e também porque desejava afastar da côrte o Mestre de Avis,

cuja presença temia, nomeou-o fronteiro de Riba-Guadiana. D. João pôs-se a caminho para ir desempenhar o cargo que lhe era confiado, e a conspiração contra o Conde Andeiro estava prestes a abortar; mas a três léguas de Lisboa, tendo pensado que, se o Conde não fôsse morto e viesse a descobrir-se o plano, podia julgar-se perdido, o Mestre de Avis resolveu retroceder. Mandou dizer secretamente a Álvaro Pais que estivesse preparado para o negócio que sabia, e, para evitar que o seu regresso á côrte fizesse alarme, expediu um dos seus cavaleiros com parte á Rainha de que voltaria a Lisboa, «*por lhe parecer que não ia bem desembargado, como cumpria*». O Mestre estudara o pretexto de que, sendo muito vasta a região que lhe era confiada, precisava de mais gente para a defender.

Quando D. João chegou ao paço com os seus, estava a Rainha na sua câmara com o Conde de Ourém, algumas donas e senhores. Apesar dos obstáculos que opôs o porteiro, o Mestre de Avis entrou com os que o acompanhavam, todos armados.

O Conde Andeiro convidou o Mestre para jantar com êle, talvez no intuito de o matar; mas D. João recusou, e, tomando-o pela mão, conduziu-o para uma sala fora da câmara. Ali, depois de trocadas algumas palavras em voz baixa, o Mestre puxou por um cutelo e vibrou uma pancada na cabeça do Conde. Êste, sentindo-se ferido, ia arrastar-se para a câmara da Rainha, quando um dos que estavam com o Mestre de Avis, Rui Pereira, o varou de lado a lado com um estoque. Todos caíram então sôbre êle para cevarem o seu ódio, ao que D. João obsteu. A Rainha, sabendo que o Conde estava morto, e vendo-se abandonada das pessoas que estavam em sua companhia e que fugiam cheias de medo, mandou perguntar ao Mestre se também a queria matar; ao que êle respondeu que estivesse descansada, porque só quisera «*matar aquele homem que bem lho tinha merecido*».

Entretanto D. João mandara fechar as portas do palá-

cio, e, como fôra combinado, mandou o seu pagem Fernão Álvares a gritar pelas ruas da cidade que acudissem ao paço, porque queriam matar o Mestre. O povo alvoroçou-se logo e tomou tal atitude, que os homens do Conde Andeiro, sabendo o que se passára e querendo ir ao paço, desistiram de o fazer ¹.

O Mestre de Avis regedor e defensor do reino. — Começaram de circular noticias atterradoras sôbre os projectos bélicos de D. João de Castela, que se preparava para invadir Portugal e até já mandara prender em Toledo, como precaução, o Infante D. João, filho de D. Pedro I e D. Inês de Castro, e o Conde de Gijon, que era genro do monarca falecido.

A situação era embaraçosa e difícil para o Mestre de Avis, que, se por um lado queria resistir á invasão castelhana, sustentando assim a posição que as circunstâncias lhe haviam criado, por outro lado receava que lhe faltassem recursos para meter ombros a tão arriscada empresa. Procurou sondar o ânimo do povo, para reconhecer as forças de que poderia dispôr e inflamá-lo ao mesmo tempo. Tratou de excitar as largas simpatias de que gosava e atrair todos os elementos que pudessem auxiliá-lo, espalhando que ia partir para Inglaterra. Esta noticia, produziu e não podia deixar de ser, uma sensação dolorosa. Todos estavam persuadidos de que só êle podia congregiar os elementos nacionais para resistir á invasão estranha e salvar o país. «*Se êle parte, que será de nós!*» — exclamavam.

Em face do perigo que ameaçava a todos, começou a correr entre as classes populares a ideia de eleger o Mestre de Avis regedor e defensor do reino. Efectivamente, como

¹ FERNÃO LOPES, *Crónica de El-Rei D. João I*, cap. I-XVI; JOSÉ SOARES DA SILVA, *Memórias para a história de Portugal que compreendem o govêrno de El-Rei D. João I* (Lisboa, 1730), t. I, cap. I-XXVII.

tal foi aclamado. Os burgueses tinham dúvida em ligar as suas fortunas á sorte dêste partido, que reputavam fraco, e só aprovaram a eleição quando ouviram a voz rude, mas forte e persuasiva, do tanoeiro Afonso Eanes Penedo, que asperamente lhes censurou a hesitação.

Êste facto prova quanto era grande a fôrça do povo, a influência das classes operárias, dos mesteirais. Fôra o alfaiate Fernão Vasques quem ousára apontar a D. Fernando o caminho do dever; agora é o tanoeiro Afonso Eanes que, para salvar a independência nacional, fôrça a burguesia a aceitar o Mestre de Avis como regedor e defensor do reino.

Entretanto os partidários de D. Leonor Teles reuniam-se-lhe em Alenquer; e ela, julgando-se ali pouco segura, partia para Santarém, donde escreveu ao genro convidando-o a invadir Portugal, confiada em que por tal forma chegaria ainda novamente a alcançar a regência do reino, se D. João de Castela quisesse respeitar as cláusulas do contracto que precedera o seu casamento com D. Beatriz.

Era necessário organizar a defesa do reino, e escasseavam os meios de preparar um exército que pudesse resistir aos castelhanos. Lembraram-sê então de enviar uma embaixada a Londres, a fim de obter de Ricardo II autorização para se recrutarem voluntários ingleses que viessem defender a causa do Mestre de Avis ¹.

Em Dezembro (1383) partiram os embaixadores, Lourenço Martim, que depois foi alcaide de Leiria e Tomar; e Daniel Inglês. A 31 de Março do ano seguinte ² parti-

¹ Depois de tratar o casamento de sua filha com o Rei de Castela, D. Fernando procurara manter a amizade com o Rei de Inglaterra, mandando apresentar-lhe, em Maio de 1383, desculpas por se não levar a efeito o ajustado casamento de D. Beatriz com o filho do Conde de Cambridge. O monarca inglês, ouvindo o embaixador de Portugal «filhou-se de sorrir em modo de escárneo, e não respondeu nada ao que lhe disse, mas mandou-lhe fazer suas cartas de resposta e enviou-o.» FERNÃO LOPES, *Crónica de El-Rei D. Fernando*, cap. CLXII; VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal*, t. XIV, pág. 73-74.

² Fernão Lopes (*Crónica de El-Rei D. João I*, p. II, cap. LXXIX) diz que estes dois embaixadores partiram no último dia de Março de 1421 da era de César, que corresponde a 1383 da era cristã. É equívoco manifesto.

ram também D. Fernando Afonso de Albuquerque, Mestre da Ordem de Santiago; e Lourenço Eanes Fogaça, que fôra chanceler de D. Fernando. Os embaixadores foram bem recebidos como amigos e aliados, alcançando de Ricardo II todas as facilidades que desejavam¹.

Invasão dos castelhanos — Campanha do Alentejo — Batalha dos Atoleiros. — Enquanto se davam em Portugal os acontecimentos referidos, D. João de Castela, rejeitando o parecer dalguns fidalgos que lhe aconselhavam prudência, aprestava-se para invadir Portugal.

O Bispo da Guarda, D. Afonso Correia, que acompanhara para Castela a Rainha D. Beatriz, facilitou a El-Rei de Castela a entrada naquela cidade, onde foi recebido solenemente ao principiari o mês de Janeiro de 1384. Por Celorico, Coimbra, Miranda, Tomar e Golegã, chegou no dia 12 de Janeiro a Santarém, onde estava D. Leonor Telles. No dia seguinte, a Rainha viuva renunciou o govêrno do reino em favor do genro e da filha.

Quando o Mestre de Avis teve notícia da chegada dos castelhanos, estava cercando o castelo de Alenquer, que obedecia a D. Leonor. Nuno Álvares quis logo dirigir-se a Santarém oferecer combate ao inimigo; porém o Mestre preferiu concentrar a resistência em Lisboa, e abasteceu a cidade de mantimentos, para o caso de irem cercá-la os invasores.

Alarmes que chegavam do Alentejo obrigavam o Mestre de Avis a dividir as suas forças. Algumas terras que se haviam declarado contra Castela, ameaçadas de perto por tropas invasoras, pediam socorro. Nuno Álvares, moço

¹ FERNÃO LOPES, *Crónica de El-Rei D. João I*, cap. XVII-XLVIII; JOSÉ SOARES DA SILVA, *Memórias para a história de Portugal que compreendem o govêrno de El-Rei D. João I*, t. I, cap. XXVIII-XXXVIII; t. II, cap. CLXXXVI; VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, t. XIV, pág. 74-77; C. XIMÉNEZ DE SANDOVAL, *Batalla de Aljubarrota* (Madrid, 1872), pág. 27 e seg.; MARIANA, *Historia general de España*, t. I, pág. 560 e seg.; MODESTO LAFUENTE, *Historia general de España*, t. V, pág. 186 e seg.

de provado ânimo e virtudes heróicas, recebeu o cargo de fronteiro de Entre Tejo e Guadiana, com a missão de ir ali ao encontro do inimigo. Marchou para Setúbal, de lá tomou o caminho de Montemor-o-Novo, foi a Évora, e depois a Estremôs, onde soube que os castelhanos estavam na vila do Crato.

As tropas de Nuno Álvares eram pouco numerosas e não bem armadas, diz o cronista: cêrca de trezentos cavaleiros, dos quais cento e oitenta munidos de bacinete¹; pouco mais de mil homens de pé e até cem bèsteiros. Com esta gente partiu de Estremôs, ao encontro de inimigos muito mais numerosos que estavam em Fronteira.

Sabendo que os castelhanos avançavam também, Nuno Álvares esperou-os no lugar que chamavam os Atoleiros², a meia légua de Fronteira. Com tão poucos combatentes, a defensiva impunha-se. A tática de Nuno Álvares supriu a inferioridade numérica. Apeou os cavaleiros e dispôs toda a força em quatro faces; vanguarda e rectaguarda, ala direita e esquerda³. Depois de incitar as tropas, apeou-se também e foi postar-se na vanguarda, em frente da bandeira. Estava em jejum. Ajoelhou, e com êle todos os seus homens, a implorar o auxílio de Deus.

Os cavaleiros castelhanos, atacando com grande ímpeto, eram recebidos nas pontas das lanças e derribados pelos portugueses da primeira fila. Muitos caíam antes de chegar á linha da refrega, feridos de virotões e dardos que da segunda linha lançavam os homens de pé por cima dos homens de armas. Os cavalos recuavam, voltavam-se, esbar-

¹ «Morrião ou chapéu de ferro ou aço para defender a cabeça das armas offensivas.» VITERBO, *Elucidário*, in vbo. *Bacinete*.

² Lugar talvez entre as ribeiras de Lupe e de Ana Loura, as quais vão ambas desaguar na Ribeira Grande, a primeira a juzante, a segunda a montante de Fronteira. Nuno Álvares postou-se provavelmente sôbre o caminho de Veiros. OLIVEIRA MARTINS, *A Vida de Nun'Alvares* (Lisboa, 1893), nota á pág. 158.

³ «Onde aqui notai que Nuno Alvares foi o primeiro que da memória dos homens até a este tempo pôs batalha em Portugal pé terra, e a venceu.» FERNÃO LOPES, *Crónica de El-Rei D. João I*, cap. XCVI.

ravam-se uns contra os outros. Ao cabo de pouco tempo estabeleceu-se entre os cavaleiros castelhanos a desordem, a confusão. Estavam desbaratados (6 de Abril de 1384)¹.

O prestígio que os portugueses colheram da vitória não só lhes deu alento para submeterem algumas terras alentejanas que seguiam o partido de Castela, como até para fazerem incursões além da fronteira².

O cerco de Lisboa. — De Santarém expediu El-Rei de Castela mil homens, que, encarregados de dar princípio ao cerco de Lisboa, occuparam no dia 8 de Fevereiro o Lumiar e as aldeias vizinhas.

Antes de chegarem os castelhanos, os moradores do termo recolhiam-se apressadamente á cidade, com as mulheres e os filhos, com os animais e todos os haveres que podiam transportar³.

El-Rei de Castela saíu de Santarém, com o resto das suas tropas, só a 10 de Março, quando já tinham começado as sortidas de Lisboa e os recontros no campo. Deteve-se no Bombarral por alguns dias, e em seguida foi instalar-se no Lumiar, sem querer acercar-se mais de Lisboa antes de chegar ao Tejo a frota castelhana. A 26 de Maio entraram o rio e postaram-se em frente da cidade treze galés e uma galeota; a 27, D. João de Castela avançou até Monte Olivete, donde esteve observando escaramuças; a 29 chegaram quarenta naus, e então El-Rei estabeleceu-se no arraial preparado junto do mosteiro de Santos.

A cidade estava bem provida de armas e mantimentos.

¹ Fernão Lopes (cap. XCVI) refere a batalha a «uma quarta feira de trevas no mês de Abril». Como em 1384 a Páscoa foi a 10 de Abril, caiu a quarta feira de trevas no dia 6.

² FERNÃO LOPES, *Crónica de El-Rei D. João I*, cap. LXXXVIII-CIX; *Crónica do Condestabre*, cap. XXVIII; SOARES DA SILVA, *Memórias* cit., t. II, cap. CXXVI-CXXIX; OLIVEIRA MARTINS, *A Vida de Nun'Alvares*, pág. 157 e seg.; XIMÉNEZ DE SANDOVAL, *Batalla de Aljubarrota*, pág. 37 e seg.

³ «Oh! que dorida cousa era de esguardar ver, de dia e de noite, tantos homens e mulheres vir a manadas pera a cidade, com os filhos nos braços e pela mão, e os paes com outros ao pescoço, e suas bestas carregadas de alfaia e cousas que trazer podiam!» FERNÃO LOPES, *Crónica de El-Rei D. João I*, cap. LXXI.

De Inglaterra chegaram duas naus que traziam de socôrro tropas pouco numerosas, com a promessa de mais reforços, que não vieram. Prepararam certas galés e naus que deviam estabelecer as comunicações com a margem esquerda do rio, no transporte de gente e mantimentos. Quando se julgou próxima a chegada da esquadra castelhana, expediram-se para o Porto os navios portugueses (14 de Maio), a fim de trazerem reforços de gente e embarcações para atacarem a armada inimiga. No Porto desembarcaram para combater os galegos, que, com o Arcebispo de Compostela, tinham pôsto cêrco á cidade. Afastado o inimigo, a frota foi varejar as costas de Galiza, e a 17 de Julho estava de regresso em Cascais ¹.

A esquadra espanhola composta de quarenta naus e treze galés, estava fundeada no Restêlo e defronte do local onde depois veio a levantar-se Belém. Apesar da grande diferença de fôrças, os nossos navios entraram a barra e avançaram pelo Tejo, não sem uma rija peleja em que perdeu a vida o comandante, Rui Pereira, e na qual foram tomadas pelos castelhanos três naus portuguesas.

O cêrco prolongou-se, com episódios cuja narrativa excede o plano dêste livro. Nos fins de Agosto, El-Rei de Castela resolveu entrar em negociações com o Mestre de Avis; mas não puderam concordar em que, ficando êste com a regência do reino até que nascesse algum filho de D. Beatriz, partilhasse contudo o poder com um fidalgo castelhano. Nenhum português — objectava o Mestre de Avis — consentiria em ser governado por um estrangeiro.

Lisboa já estava ameaçada de fome, de modo que os

¹ Fernão Lopes (cap. CXXXI-A) diz que a frota chegou a Cascais «domingo dezasete dias de junho», o que manifestamente é equivoco. Noutro logar (cap. CXXV) dá a frota ainda no Porto em 23 de Junho. O dia 17 de Junho de 1384 caiu numa sexta feira; e o dia 17 de Julho caiu num domingo. Finalmente, se outras razões fôsem necessárias, considerar-se hia que a frota partira de Lisboa em 14 de Maio; demorou-se no Porto não só a combater os espanhoes que tinham a cidade cercadã, mas á espera dos reforços que devia levar a Lisboa; andou alguns dias nas costas da Galiza; o que tudo, com o tempo das viagens, mal poderia caber no espaço de trinta e três dias.

sitiados tiveram de desfazer-se dalgumas bôcas inúteis, começando pelos judeus e meretrizes¹. Mas ao passo que o flagelo da fome perseguia os sitiados, a peste começava a fazer grandes estragos nos arraiais castelhanos. Apesar do desânimo em que a mortandade prostrava o exército, El-Rei de Castela não queria desistir de continuar o cêrco; sucedeu, porém, que a Rainha foi atacada de peste, e então resolveu incendiar o arraial e retirar-se (3 de Setembro). Durou o cêrco, desde que D. João de Castela chegara ao Lumiar, quatro meses e vinte e sete dias.

El-Rei de Castela tomou com o seu exército o caminho de Santarém, e desta vila passou a Torres Novas, donde partiu para Sevilha no dia 14 de Outubro. A 21 saiu a esquadra do Tejo; porém, acossada fora da barra por um temporal, arribou a Lisboa, para largar definitivamente no dia 28².

Côrtes de Coimbra de 1385 — Aclamação de D. João I. — O Mestre de Avis e Nuno Álvares Pereira não perderam tempo. Nuno Álvares foi para o Alentejo submeter algumas terras que haviam tomado voz por Castela, e dirigiu-se depois a Coimbra, a fim de assistir às côrtes convocadas para aquela cidade. O Mestre de Avis marchou para Sintra e dali para Almada, cujos habitantes se lhe entregaram, apesar de terem dado seus filhos em reféns ao Rei de Castela.

Em seguida foi submeter Alenquer e Torres Novas; depois dirigiu-se também a Coimbra, aonde chegou no dia 3 de Março de 1385.

As côrtes foram convocadas para se providenciar àcerca

¹ Sôbre a carestia dos gêneros em Lisboa naquela ocasião vid. FERNÃO LOPES, *Crónica de El-Rei D. João I*, cap. CXLVIII.

² FERNÃO LOPES, *Crónica* cit., cap. LXXII-CL; SOARES DA SILVA, *Memórias* cit., t. III, cap. CCVII-CCXXXIII; OLIVEIRA MARTINS, *A Vida de Nun'Álvares*, pág. 161 e seg.; XIMÉNEZ DE SANDOVAL, *Batalla de Aljubarrota*, pág. 40 e seg.; MARIANA, *Historia general de España*, t. I, pág. 562-563; LAFUENTE, *Historia general de España*, t. V, pág. 189-190, numa sucinta notícia, atenua e desfigura os acontecimentos em crédito do seu país.

das circunstâncias em que se achava o reino⁴. Tratava-se de eleger um Rei; quanto á escolha dividiam-se os espiritos, optando alguns pelo Infante D. João, filho de D. Pedro I e de D. Inês de Castro.

Abertas as côrtes, refutou o Dr. João das Regras os direitos de todos os pretendentes ao trono, começando por D. Beatriz e seu marido El-Rei de Castela. Provou que, sendo D. Leonor Teles casada com João Lourenço da Cunha ao tempo em que D. Fernando a tomou por esposa, e anulado aquele matrimónio por fundamento falso, era ilegítimo o casamento de D. Fernando, e filha legítima não podia portanto ser D. Beatriz. Em face de dados genealógicos, demonstrou que, segundo o direito daquêle tempo, D. Fernando e D. Leonor estavam em grau de parentesco por afinidade em que não podiam casar sem dispensa. Finalmente, considerou que, atenta a vida escandalosa de D. Leonor, havia motivos para duvidar se D. Beatriz era filha de El-Rei D. Fernando.

Recordou que o Rei de Castela era perjuro, por ter violado os tratados celebrados em vida de D. Fernando; que era herege, reconhecendo o anti-Papa, quando os portugueses só reconheciam o verdadeiro Papa Urbano VI.

Passou depois a impugnar os pretendidos direitos de D. João e D. Dinís, filhos de D. Pedro I e D. Inês de Castro. Demonstrou habilmente que elles não podiam ser considerados filhos legítimos, porque tudo realmente persuadia que D. Pedro não casara com D. Inês. E na verdade, não só D. Pedro nunca declarou em vida de seu pai que recebera D. Inês em casamento, mas só fez essa declaração quatro anos depois da morte do pai. João das Regras explicou a tardia declaração de D. Pedro, pelo facto de querer legitimar os filhos de qualquer forma, depois de procurar debalde que o Papa os legitimasse.

⁴ Foi num dos cinco primeiros dias de Outubro de 1384 que se tomou a deliberação de convocar as côrtes, como resulta da comparação das datas indicadas por Fernão Lopes nos cap. CLII e CLIV.

A declaração do casamento era inconsistente, pois se tornava incrível que só uma testemunha, Estevam Lobato, se recordasse do dia, mês e ano do casamento. Mas ainda que tal matrimónio houvera sido um facto, era nulo de direito, por impedimento em que o Papa não dispensava, qual era o grau de parentesco espiritual existente entre D. Pedro e D. Inês, por ser esta madrinha do Infante D. Luís, que nasceu de D. Pedro e D. Constança. Finalmente ambos aqueles pretendentes por uma e mais vezes tinham pegado em armas contra a pátria.

Ao passo que João das Regras, Nuno Álvares e muitos outros pretendiam pôr tais razões que estava o trono vago, e que devia ser eleito Rei o Mestre de Avis, alguns continuaram defendendo o partido do Infante D. João. As discussões arrastaram-se, por vezes com azedume.

Um dia João das Regras declarou perante as côrtes, que só por prudência e honesto recato omitira os mais decisivos argumentos na demonstração da ilegitimidade dos filhos de D. Inês de Castro; porém, como havia ainda hesitações e dúvidas, ia lançar mão de tais argumentos. Apresentou então e leu os seguintes documentos:

1.º Uma carta de D. Afonso IV ao Arcebispo de Braga, que estava em Roma, a recomendar-lhe que dispusesse o Pontífice a não deferir o pedido de dispensa de parentesco, que o Infante D. Pedro projectava fazer, para casar com D. Inês de Castro; 2.º Uma carta em que D. Pedro I recomendava aos seus embaixadores em Roma, que pedissem a legitimação dos filhos havidos de D. Inês de Castro, a quem recebera por esposa, apesar do parentesco que entre os dois havia; 3.º Uma carta de Inocência VI, datada em Avinhão a 15 de Junho de 1361, na qual era indeferido o pedido de El-Rei D. Pedro.

«Ora vêde — continuou João das Regras — sem mais enader nem minguar, toda a historia como se passou do casamento de D. Inês, e a legitimação de seus filhos, a qual eu escusar quisera por honra dos infantes, pôsto que

sejamos em tal passo, e entendo que fôra melhor que me fazerem publicar de praça e semear pera sempre sua incestuosa nascença.»

Finalmente as côrtes aclamaram Rei de Portugal o Mestre de Avis, no dia 6 de Abril de 1385¹.

¹ FERNÃO LOPES, *Crónica* cit., cap. CLVII-CLXXXII; SOARES DA SILVA, *Memórias* cit., t. I, cap. XXXIX-XLII; t. III, cap. CCXXXII-CCXXXIX; *Crónica do Condestabre*, cap. XLII; ACENHEIRO, *Crónicas dos Reis de Portugal*, na *Colecção de Inéditos da História Portuguesa*, t. V, pág. 195 e seg.; FR. MANUEL DOS SANTOS, *Monarquia Lusitana*, l. XXIII, cap. XXIX-XXXIII; CARDEAL SARAIVA, *Obras Completas*, t. III, pág. 207 e seg.; OLIVEIRA MARTINS, *A Vida de Nun'Álvares*, pág. 212 e seg. O auto de aclamação de D. João I foi publicado por SANTOS, *Monarquia Lusitana*, t. VIII, pág. 786 e seg.; D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. I, pág. 347 e seg.; SOARES DA SILVA, *Memórias de El-Rei D. João I*, t. IV, pág. 20 e seg., 36 e seg.

LIVRO TERCEIRO

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS

1094?-1385

CAPÍTULO I

ORIGENS DO ANTIGO DIREITO PORTUGUÊS

Diversidade das fontes. — As instituições políticas e administrativas de Portugal nos primeiros tempos da sua independência, derivando imediatamente daquelas que vigoravam em Leão e Castela, consubstanciavam a tradição peninsular, filiada em diversos monumentos jurídicos e no direito consuetudinário.

Portanto o direito português tinha como fontes o direito romano, o direito canónico, o código visigótico, que era lei em Leão e Castela ao tempo da separação de Portugal; e o direito consuetudinário; e completou-se com os forais e leis gerais.

O predomínio de cada uma destas fontes variou com as circunstâncias internas e com influências externas, até que as instituições jurídicas da nação tomaram carácter próprio, vasando-se nos moldes adequados á vida do povo português.

Direito romano. — Não se perdeu na idade média a tradição do direito romano; e tanto que, a partir do século VII, aparecem citadas muitas das suas disposições em documentos pontifícios. Além de que aquele direito se radicara profundamente como norma de relações sociais, para a sua

conservação muito devia contribuir o clero, que nele tinha a garantia de importantes privilégios.

A esfera de influência da legislação de Justiniano restringira-se muito, depois que os lombardos occuparam a Itália setentrional. Ao passo que continuava em vigor na Itália meridional, sujeita, ao menos nominalmente, aos imperadores do Oriente, entre os bárbaros era apenas considerada como direito subsidiário, ao qual se devia recorrer nos casos não previstos pelos edictos dos reis lombardos ou pelas capitulares dos francos. Assim se foi atenuando a influência do direito romano, que perdeu ao mesmo tempo o carácter primitivo; já porque variava nas escolas a orientação, seguindo-se de preferência o direito teodosiano ou o direito justinianeu, já porque lhe introduziam elementos bárbaros e até costumes locais.

Nos fins do século XI (1088) iniciou em Bolonha a renovação do estudo do direito romano um grande jurisconsulto, Irnério, que em breve adquiriu grande reputação em toda a Europa pela superioridade científica do seu método. Empreendeu ensinar o direito de Justiniano como fôra fixado nas colecções, sem se preoccupar com a adulteração que dêle se fazia na prática. Bem se pode considerar teórico este estudo científico do direito em sua pureza primitiva, pois a aplicação era bem diversa. Os trabalhos de Irnério foram depois continuados por outros jurisconsultos notáveis, que na história ficaram conhecidos pelo nome de *glossadores*¹. O mais célebre de todos foi Acúrsio (1182-1258).

Da universidade de Bolonha, que rapidamente se tornou a mais famosa escola jurídica da Europa, irradiaram os en-

¹ A princípio os professores de Bolonha faziam lições orais (*lecturae*). Depois passou o ensino a ser feito principalmente por escrito; o professor escrevia, no seu exemplar do *Corpus, glossas*, isto é, comentários, que depois eram copiados. As *glossas* eram muito usadas nas antigas escolas de direito de Roma, Pavia, Ravena, Lião e Orleães; e desde o século IX empregavam-se no estudo da interpretação bíblica. A escola de Bolonha, porém, tanto aperfeçoou esta espécie de comentário e tão habitualmente o empregou, que os seus professores ficaram conhecidos pelo nome de *glossadores*.

sinamentos dos glossadores, e portanto as disposições do direito justinianeu, para todos os países, levados pelos numerosos estudantes que iam frequentá-la. Ali concorriam também, principalmente antes da fundação da universidade portuguesa, muitos estudantes nossos, que de lá traziam a nova orientação jurídica. Outro veículo das lições de Bolonha eram os religiosos e prelados estrangeiros, que em número considerável vinham fixar-se em Portugal e aqui exerceram funções de destaque ¹.

Das leis que existem dos primeiros reis portugueses parece coligir-se que já desde os princípios do século XIII se observavam no reino algumas disposições das leis de Justiniano. Assim, uma das leis promulgadas nas câortes de Coimbra de 1211, proibia que o fisco ou qualquer pessoa tivessem parte nas cousas que o mar arrojasse á praia por ocasião de naufrágio; e dava a razão nestes termos: «ca ssem rrazom parece que aquel que he atormentaado dar-lhi homem outro tormento». No Código de Justiniano encontra-se disposição semelhante, justificada com o mesmo fundamento: «*Quod enim jus habet fiscus in aliena calamitate, ut de re tam luctuosa compendium sectetur?*» ² Todavia, tanto á disposição de 1211, como a outras de igual significado, se pode attribuir origem diversa do Código de Justiniano; pelo que não provam indubitavelmente a influência dêste.

Testemunho do conhecimento do direito justinianeu na península e da sua activa influência é o tratado de direito processual intitulado *Flores de las leyes*, escrito junto ao meado do século XIII por Jácome Ruiz, jurisconsulto da câorte de Afonso X, o Sábio, de Castela. Todo o tratado se baseia no direito justinianeu. A sua influência estendeu-se logo a Portugal, tanto que do tratado se fez uma

¹ Sôbre bispos de Portugal que eram estrangeiros, vid. *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 492, 600 e 631.

² *Cod. Justinian.*, l. XI, tit. V, Const. 1.^a.

tradução portuguesa, no último quartel do século XIII ou no primeiro do século XIV¹.

Para a divulgação do direito justinianeu, contribuiu especialmente a compilação de leis de Afonso X de Castela, conhecida pelo nome de *Siete Partidas*, por se dividir em sete partes. A colecção das *Siete Partidas*, organizada pelos anos de 1256 a 1265, já estava traduzida em português pelo menos em 1341, ou por determinação oficial de El-Rei D. Dinís, conforme a opinião mais seguida, ou por iniciativa destituída de autoridade oficial, o que oferece dúvidas.

A consagração do direito justinianeu em Portugal fez-se lentamente. Ao passo que certas disposições encontravam resistência na tradição, nos interesses locais e das classes, noutros casos eram os povos que pediam a substituição do direito estabelecido pelo direito romano. A sua aplicação tornou-se cada vez mais frequente durante o século XIV, de modo que nos princípios do século XV era decisiva a sua preponderância².

Código visigótico³. — A vigência do Código Visigótico através da idade média, entre os povos cristãos da península, é atestada por numerosas citações que dêle fazem documentos desde o século IX. Encontramo-lo citado nos textos dos concílios, nas escrituras de contractos, nos processos e decisão dos litígios, indicando-se até o livro e o

¹ A tradução portuguesa, existente num códice do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foi publicada, com um estudo crítico, pelo Sr. Dr. Manuel Paulo Mereia (*A Versão Portuguesa das «Flores de las Leyes» de Jácome Ruiz*, Coimbra, 1918, separata da *Revista da Universidade*).

² GAMA BARROS, *História da administração pública em Portugal*, t. I, pág. 59 e seg.; JOSÉ ANASTÁSIO DE FIGUEIREDO, *Memória sobre qual foi a Época certa da introdução do Direito de Justiniano em Portugal* etc., nas *Memórias de Litteratura*, t. I, pág. 258 e seg. Fontes subsidiárias, por tratarem da história geral do direito romano na idade média: SAVIGNY, *Histoire du droit romain au moyen âge* (trad. franc.); A. PERTILE, *Storia del diritto italiano*; EDUARDO DE HINOJOSA, *Historia del derecho romano segun las mas recientes investigaciones*; GUIZOT, *Histoire de la civilisation en France*, lição XI.

³ Veja-se o que dissemos a pág. 93 e seg.

título a que pertence a lei invocada; e quando se não mencionam tais números, pelo menos reproduz-se em substância e applica-se a doutrina da lei.

A partir do século XIII rareia nos textos portuguezes a invocação da lei visigótica, talvez em razão da preponderância que alcançara o direito romano, como já vimos; e também pela promulgação de leis gerais acomodadas ás novas circunstâncias da sociedade ¹.

Direito canónico.— A preponderância exercida pelo clero na monarquia visigótica, a partir da conversão de Recaredo (589), garantiu o predomínio do direito canónico na península. Essa influência foi tão decisiva, que em muitas das suas disposições limita-se o código visigótico a transcrever as actas dos concílios gerais.

Decaída a monarquia visigótica, permitiram os muçulmanos aos mozárabes terem fôro próprio; conservarem os magistrados supremos com o título de *condes*, mas sem a extensão de poder que tais magistrados tinham na monarquia visigótica; terem igrejas e bispos e quási independência administrativa. Quando a Espanha muçulmana se emancipou do califado de Damasco (759), o primeiro Omíada, Abde Arrahmane, além de ser tolerante com os vencidos, criou em Córdova um magistrado com o cargo e título de protector dos cristãos. Porém tudo isto era eventual e precário; em geral os cristãos tinham a sua sorte dependente dum amir despótico, do fanatismo, da ambição e da rapacidade dum valí ou dum alcaide subalterno. Do pesado jugo que sofriam os mozárabes dão testemunho as extorsões fiscaes de que eram vítimas ².

¹ Omitimos por brevidade as citações dos documentos a que nos referimos no texto. O leitor achará cópia delas nas seguintes fontes: ANTÓNIO CAETANO DO AMARAL, *Memoria para a historia da legislação e costumes de Portugal*, nas *Mem. de Litt.*, t. VII, pág. 156 e seg.; *Memorias da Academia*, t. VII, pág. 357-358; JOSÉ ANASTÁSIO DE FIGUEIREDO, *Nova Malta*, p. I, pág. 16, 40 e 281; GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, pág. 1 e seg.

² Veja-se o que dissemos a pág. 112 e seg.

Em todo o caso continuaram em vigor entre os mozárabes os cânones da Igreja, e até se reuniram alguns concílios cujas disposições foram de certo acatadas. A cada passo aparecem citadas as leis eclesiásticas nas escrituras de contractos e nos processos e decisão dos litígios. Entre muitos outros documentos de igual significação, há uma escritura de doação feita ao mosteiro de S. Pedro de Cete, na qual se invocam as disposições do direito canónico¹.

De Afonso VI de Leão diz o livro *Fidei* da sé de Braga, que *alcançou dos legados apostólicos se guardassem em seus reinos os sagrados cânones*². Numerosos documentos do século XII provam igualmente que neste reino estava em vigor o direito canónico. Quanto a matéria eclesiástica propriamente dita, colige-se de numerosas bulas pontifícias, que, nos primeiros tempos da monarquia, em Portugal se observavam com exactidão as disposições do *Corpus Juris* acerca do modo de decidir as questões, irregularidades, porção canónica, privilégios do cânón, sepultura eclesiástica, interditos, imunidades, prescrição, direitos episcopais e paroquiais, privilégios e, em suma, acerca de todos os pontos de disciplina eclesiástica.

Não era só na península que vigorava o direito canónico, mas em todos os Estados cristãos da Europa. Na monarquia portuguesa exerceu desde o princípio grande influência, como se infere logo da sujeição e vassalagem que D. Afonso Henriques ofereceu á Santa Sé; e foi mais ou menos respeitado nas diversas épocas conforme era maior ou menor o valimento do clero.

Os reis de Portugal seguiram ainda neste ponto as tradições herdadas da monarquia leonesa, onde eram obser-

¹ AMARAL, *Mem. de Litt.*, t.VII, pág. 155; RIBEIRO, *Mem. de Litt.*, t.VI, pág. 28. «*Sicut canonica sententia docet*» — «*Sicut in Decretis sacrorum canonum de ecclesiasticis ordinibus et de ecclesiarum libertatibus perfixa manet auctoritas*» — «*Sicut in Decretum est canonis*» etc., — são expressões com que nos documentos se invoca a autoridade do direito canónico.

² RIBEIRO, *Mem. de Litt.*, t.VI, pág. 6; D. RODRIGO DA CUNHA, *Historia ecclesiastica de Braga*, p. I, cap. CXIX, pág. 471.

vados os cânones. Entre outras disposições que assim o provam, merece menção a das côrtes de Coimbra de 1211 que declarou sem valor as leis contrárias aos direitos da Igreja romana. Nem sempre foi rigorosamente mantida esta regra; mas nem por isso ela deixa de atestar o valor atribuído ás leis eclesiásticas.

Finalmente, a importância do direito canónico é comprovada pelo facto de ter El-Rei D. Dinís, ao fundar a universidade, estabelecido nela cadeiras para o seu ensino ⁴.

Direito consuetudinário. — O estabelecimento da dominação gótica na península não extinguiu os usos e costumes que os vencidos conservavam do tempo dos romanos. A prova está em que o código visigótico respeitou em muitas das suas leis a tradição romana; e as instituições municipais, que dela faziam parte, conservaram-se através dos séculos, embora mais ou menos modificadas pelas circunstâncias.

A êste fundo romano do direito consuetudinário acrescentaram os usos e costumes dos visigodos, e depois os dos muçulmanos. Embora as instituições dêstes divergissem profundamente da tradição hispanò-goda, é certo que em grande parte foram recebidas pelos povos da península, como indica a denominação de mozárabes, aplicada aos cristãos que se acomodaram á sociedade sarracena. Posteriormente, ao passo que se efectuava a reconquista, conservava-se o direito próprio e local dos vencidos, o que se explica pela dificuldade de estender a acção do poder central a todos os pontos do território.

JOÃO PEDRO RIBEIRO, *Memoria sobre... qual seja a Epoca da introdução do Direito das Decretaes em Portugal, e o influxo que o mesmo teve na Legislação Pnrtugueza*, nas *Memorias de Litteratura*, t. VI, pág. 5 e seg.; ANTÓNIO CAETANO DO AMARAL, *Memoria para a historia da legislação e costumes de Portugal*, nas *Memorias de Litteratura*, t. VII, pág. 155 e seg.; *Port. Mon. Hist. — Leg. et Cons.*, pág. 162-164; GAMA BARROS, *História da administração pública em Portugal*, t. I, pág. 58-59; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 56 e seg., 59 e seg., 68 e seg., 141 e seg., 163 e seg., 341 e seg., 366 e seg.; t. II, pág. 73 e seg., 186, 233 e seg.

Entraram portanto na formação do direito consuetudinário diversos elementos: 1.º usos e costumes cuja origem se perde na escuridão dos tempos, porque o govêrno de Roma conservava aos povos submetidos o seu direito particular; 2.º a tradição romana, conservada nas instituições municipais e no direito visigótico; 3.º os costumes germânicos mantidos na tradição visigótica; 4.º os costumes introduzidos pela influência da Igreja; 5.º finalmente, os costumes dos mozárabes e os que no decurso do tempo se foram estabelecendo em consequência de novas relações e necessidades sociais.

A existência e o valor do direito consuetudinário provêem da tendência das localidades para conservarem os próprios costumes como regra das relações jurídicas entre os habitantes. Essa tendência ainda hoje se observa, apesar de mais larga acção do poder central e das leis gerais, e ainda hoje em certos casos os usos e costumes têm fôrça de lei ¹.

Na idade média tinham os usos e costumes fôrça de lei em Portugal, segundo se vê de actos de vários monarcas, como D. Sancho I, D. Sancho II e D. Afonso III, que attribuem ao costume o valor de lei. No século xv ainda era pelo uso e costume que se regulava a partilha dos bens entre os cônjuges, até que nas câortes de Santarém de 1468 se constituiu em lei geral, a pedido dos povos, o costume, particular dalgumas comarcas, de se considerarem os casa-

¹ Sirvam de exemplo os seguintes artigos do Código Civil Português:

Art. 469.º As substâncias vegetais, produzidas nas águas comuns, ou se achem no seio das ditas águas ou venham arroladas ás suas margens, só podem ser occupadas pelos vizinhos do respectivo município ou paróquia, salvo com permissão da câmara municipal, ou havendo *antigo uso e costume* em contrário.

Art. 473.º Os pastos, matos, lenhas e outras substâncias vegetais, produzidos nos baldios ou terrenos municipais ou paroquiais, pertencem exclusivamente aos vizinhos dos respectivos concelhos ou paróquias, mas só podem ser occupados em conformidade dos *usos e costumes*, ou dos regulamentos que as câmaras municipais fizerem.

Disposições análogas, quanto ao valor do uso e costume, se encontram nos artigos 684.º, 884.º n.º 1.º, 1098.º, 1305.º, 1313.º, 1373.º, 1374.º, 1390.º n.º 2.º, 1618.º, 1623.º, 1624.º, 1629.º, 2096.º § único, etc.

mentos feitos com meação de bens, salvas as condições particulares dos contractos ¹.

Forais. — A instituição do município romano persistiu na península através dos séculos, embora modificada por influências diversas. Dêste modo estava na época da reconquista delineada a organização municipal, que os mozárabes haviam conservado em muitas terras.

Efectuada a reconquista, tratava-se de consolidar a defesa do território, reorganizando os municípios existentes, acrescentando os seus privilégios e fundando concelhos novos. Os concelhos eram instituídos por diplomas denominados *forais*, cujo objecto era estabelecer os deveres e os direitos daqueles grêmios e dos indivíduos que os compunham em relação ao Estado, e sobretudo fixar as contribuições.

Era êsse o seu carácter essencial; mas o foral nem sempre regulava todas as relações entre a entidade que o dava ²

¹ GAMA BARROS, *História da administração pública em Portugal*, t. I, pág. 30 e seg.; AMARAL, *Historia e Memorias da Academia*, t. VII, pág. 355-356; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. VIII, pág. 24, 61-62 e em muitos outros logares do mesmo volume. Foram compilados e chegaram até nós os costumes de diversos concelhos, os quais se encontram nas seguintes publicações: *Port. Mon. Hist. — Leg. et Cons.* — Posturas municipais de Coimbra (1145), pág. 743; Costumes e foros de Castelo Bom (1188-1230), pág. 745; Costumes e foros de Alfaiates (1188-1230), pág. 791; Costumes e foros de Castel-Rodrigo (1209), pág. 849; Costumes e foros de Castelo Melhor (1209), pág. 817. *Collecção de Ineditos de Historia Portugueza, publicados de ordem da Academia Real das Sciencias*: Foros dos concelhos de Santarém, S. Martinho de Mouros e Torres Novas, no t. IV; Foros de Gravão, t. V, pág. 367; Foros da Guarda ib., pág. 399; Foros de Beja, ib., pág. 456.

² O foral nem sempre era dado pelo Rei. Houve forais dados por bispos, por ordens religiosas militares ou não militares e por outros indivíduos que eram senhores da terra. Ao burgo do Porto deu foral, em 1123, o Bispo D. Hugo. Em 1124, Egas Gundesendiz e seus filhos deram foral a Cernancelhe. Em 1130, Fernando Mendes e seus filhos deram foral a Numão. A ordem dos Templários deu foral a Ferreira de Aves em 1156, à Redinha em 1159, a Tomar em 1162 e 1174, a Pombal em 1174 e 1176, a Castelo da Foz do Zézere em 1174. Os freires de Évora (ordem de Catalavra) deram foral a Beavente em 1200. O Bispo de Coimbra deu foral a Centocelas em 1194. Estes e muitos outros forais de exemplo semelhante encontram-se nos *Port. Mon. Hist. — Leg. et Cons.*, vol. I, pág. 361, 362, 368, 385, 386, 387, 388, 398, 399, 402, 403, 404, 473, 474, 481, 486, 487, 512 etc. Amaral aponta por ordem cronológica muitos outros forais dados por particulares nos primeiros tempos da monarquia (*Hist. e Mem. da Academia*, t. VII, pág. 351 e seg.); e também GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, pág. 52-53.

e o concelho que o recebia; e ás vezes aparecem nos forais disposições de direito privado, e não só de direito público.

Umas vezes era o foral dado pelo Rei espontâneamente e por interesse próprio, quando para o poder central houvesse conveniência em consolidar e regular as instituições dum concelho importante; outras vezes eram os povos que solicitavam as cartas de foral, para dêste modo fixarem as suas liberdades e garantirem-nas contra as violências de estranhos e contra as usurpações do próprio Rei.

Os forais constituíam leis particulares e variadas, conforme os concelhos a que eram destinados, e não uma legislação uniforme; mas acontecia também terem diversas terras foral idéntico ¹.

Leis gerais. — Nos primeiros tempos da monarquia a acção do poder central era muitas vezes limitada pelas imunidades das classes e pelos privilégios locais. Não se pode portanto atribuir ás leis daquele tempo generalidade completa, que só vieram a adquirir quando a autoridade real triunfou dos elementos que a limitavam.

Não chegaram até nós textos de leis dos reinados de D. Afonso I, D. Sancho I e D. Sancho II, e poucos restam de D. Afonso II. Foi no tempo de D. Afonso III que a legislação geral começou a desenvolver-se mais, em consequência do progresso da autoridade da realeza. Todavia, já em tempos posteriores, e mesmo no século xv, foram estabelecidas algumas disposições de direito civil especiais para certas terras; e muitas vezes se pedia ao poder central dispensa das leis gerais ².

A publicidade dada ás leis gerais era muito limitada,

¹ GAMA BARROS, *História da administração pública em Portugal*, t. I, pág. 30 e seg.; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. VII, pág. 83-86 e 87-97; t. VIII, pág. 20 e seg.; *Apontamentos para a história dos bens da corôa e dos foraes*, nos *Opusculos*, t. VI, pág. 201 e seg.; A. CAETANO DO AMARAL, *Memoria para a historia da legislação e costumes de Portugal*, nas *Memorias da Academia*, t. VII, pág. 350 e seg.

² Vid. GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, pág. 70.

por faltarem os meios de comunicação e os demais elementos necessários para a tornar mais ampla. Ordinariamente era a publicação feita pelos tabeliães, que, depois de registarem as leis nos seus livros, as liam no tribunal do concelho, em regra uma vez por semana, durante certo tempo. Também as leis eram publicadas na chancelaria da Côrte; mas isto nem sempre se praticava ¹.

¹ GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, pág. 69 e seg.; A. HERCULANO, *Port. Mon. Hist. — Leg. et Cons.*, pág. 145 e seg. O conhecimento directo das leis dos primeiros séculos da monarquia pode adquirir-se nas seguintes fontes: *Port. Mon. Hist. — Leg. et Cons.*, pág. 158-333; JOSÉ ANASTÁSIO DE FIGUEIREDO, *Synopsis chronologica de subsidios ainda os mais raros para a historia e estudo critico da legislação portugueza*, Lisboa, 1790; JOÃO PEDRO RIBEIRO, *Additamentos e retoques á Synopse chronologica*, Lisboa, 1829.

CAPÍTULO II

A AUTORIDADE REAL

Carácter e extensão da autoridade real nos primeiros tempos da monarquia.— Desde os tempos da monarquia visigótica, era doutrina corrente nos Estados cristãos da península considerar os reis como representantes de Deus, de quem recebiam imediatamente o poder ¹.

Esta doutrina, proclamada nos concílios de Toledo, contribuiu para que a realleza se considerasse revestida de certo carácter majestoso e sagrado, que fortalecia a autoridade política; mas é certo que, apesar disso, o poder do Rei sofreu restrições impostas pelas imunidades próprias de cada classe, baseadas no direito consuetudinário; e pelos foros locais.

Em Castela reconheciam os nobres, como inerentes á soberania real, e portanto como inalienáveis e imprescritíveis, as seguintes prerogativas: a suprema administração da justiça; o direito de alterar o valor da moeda e o de exigir a *fossadeira* ²; e finalmente o direito do *jantar*, se-

¹ A doutrina católica acerca da origem divina do poder baseia-se em vários textos bíblicos. S. Paulo (*Ad Rom.*, XIII, 1 e 2) escrevia: «*Non est potestas nisi a Deo: quæ autem sunt, a Deo ordinatæ sunt. Itaque qui resistit potestati, Dei ordinationi resistit.*» Noutro logar diz a Escritura: «*Per me reges regnant, et legum conditores justa decernunt: Per me principes imperant, et potentes decernunt justitiam.*» (*Prov.*, VIII, 15 e 16). Estes textos eram recordados numa compilação de leis do século XIII conhecida pelo nome de *Espéculo*, e também nas *Partidas*, que, como já se disse, exerceram grande influência em Portugal.

² A *fossadeira* era um tributo pago por aqueles que, tendo obrigação de ir ao *fossado*

gundo o qual tinha cada terra a obrigação de prover á subsistência do Rei quando por ella transitava¹.

Estas prerogativas da realleza baseavam-se no direito consuetudinário, e tanto existiam em Castela como em Portugal; mas as classes privilegiadas por vezes as disputaram ao monarca.

Por esta razão, quando os monarcas doavam alguma terra, tinham muitas vezes o cuidado de exceptuar certas regalias e direitos que para si guardavam. Entre as prerogativas exceptuadas em favor do poder real, eram frequentes a de cunhar moeda e a de administrar justiça.

O direito de jurisdição foi um dos disputados pelas classes privilegiadas, isto é, pelo clero e pela nobreza, por mais tempo e com mais vigor. Os reis aproveitavam todas as occasiões de o reivindicar; na primeira lei que existe de D. Afonso II, já êste monarca declarara que a êle era inerente a suprema magistratura judicial e que os juizes não eram mais do que representantes seus².

Como por vezes acontecia que as partes, em vilas e castelos onde tinham jurisdição privilegiados, por medo deixavam de apelar para El-Rei; ou eram lesadas por não lhes receberem as apelações ou por enganosamente lhas frustrarem, El-Rei D. Dinis, por lei de 19 de Março de 1317, providenciou contra tais abusos. Dizia êle aos privilegiados: «E vós devedes a saber, que he direito, e huso, e costume geeral dos meus Reynos, que en todas las doações, que os Reys fazem a algunos, sempre fica aguardado pera os Reys as apelações, e a jostiza mayor, e outras couzas muitas, que ficam aos Reys en sinal, e en conhecimento

uma vez no ano, na verdade não iam; e era aplicado para as despesas que no mesmo fossado se faziam. O *fossado* era uma incursão armada em terras muçulmanas, para talar ou colher os frutos que os inimigos tinham cultivado. Os invasores costumavam entrincheirar-se em valos formados com a terra das cavas ou *fossos* que abriam em roda, para não serem salteados. — VITERBO, *Elucidário*, in vbis *Fossadeira* e *Fossado*; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. III, pág. 146; t. VI, pág. 218.

Fuero Viejo, liv. I, tit. I, lei 1.

² A referida lei é de 1211, e foi uma das que resultaram das côrtes celebradas naquele ano em Coimbra. — *Port. Mon. Hist. — Leg. et Cons.*, pág. 163.

de mayor Senhorio. E estas cousas sempre se assy fezerom, e trouverom en tempo dos Reys, que ante mim foram, e no meu»¹.

Regulando El-Rei D. Fernando, por lei de Setembro de 1375, o exercício da jurisdição pelos donatários, não só exceptuou da competência dêles certos feitos, em razão da matéria, como também reservou para si a jurisdição suprema; e justificava-se, lembrando, como princípio tradicional, que êle e os seus antecessores tinham feito as «Doações de Villas, Terras, e Lugares, com Jurdiçom, e com mero, e misto imperio, assi no Crime, como no Civil, rezervando expressamente, como quer que sempre se entenda, e entender deva, aquello, que perteence, e esguarda o maior, e o mais alto, e Real Senhorio»².

Nesta matéria sempre os monarcas tinham o apoio do povo, que achava melhores garantias na justiça administrada pelos magistrados reais. Esta e outras prerogativas da Corôa foram-se radicanado ao passo que se consolidava a autoridade real.

Se o feudalismo existiu em Portugal. — A propósito da extensão do poder real e das restrições que lhe impunham os privilégios das classes, tem-se discutido se em Portugal existiu ou não o feudalismo, que dominou em várias nações da Europa durante a idade média; especialmente nos séculos X, XI, XII e XIII.

Para resolver esta questão, é necessário determinar os caracteres essenciais do regímen feudal e comparar com êles as instituições e os costumes de Portugal, que por muito tempo foram os mesmos dominantes em Leão e Castela. As divergências dos escritores começam na determinação dos caracteres essenciais do feudalismo.

A questão da existência ou não existência do feuda-

¹ J. P. RIBEIRO, *Memorias para a historia das inquirições*, Doc., pág. 105.

² *Ordenações Afonsinas*, l. II, tít. 63, n.º 2.

lismo na península foi tratada no século xix por Francisco de Cárdenas, escritor espanhol, que sustentou a afirmativa; e por Alexandre Herculano, que se pronunciou pela negativa.

Cárdenas indicava como essenciais ao regímen feudal os seguintes caracteres: 1.º a separação entre o domínio útil e o directo da terra, reservando o senhor dêste a faculdade de exigir do senhor daquele fidelidade e serviços militares e políticos; 2.º a união ao domínio directo da terra duma parte, maior ou menor, da autoridade pública sôbre os indivíduos que viviam nela, como naturais ou como colonos; 3.º restrições da faculdade de dispor de qualquer dos dois domínios, tanto no interesse das famílias que neles deviam succeder, como para não serem prejudicados os direitos do domínio directo. O mesmo escritor attribuia á propriedade feudal os seguintes caracteres: 1.º a obrigação do proprietário ao serviço militar; 2.º a jurisdição do dono superior da terra em relação aos homens que viviam nela; 3.º as restrições, em beneficio do Estado ou das famílias, da faculdade de alienar a terra.

Alexandre Herculano adoptou o sistema de Guizot, segundo o qual os caracteres essenciais do feudalismo são os seguintes: 1.º a natureza particular da propriedade territorial, a qual era efectiva, plena, hereditária, e contudo recebida dum superior, e impunha ao possuidor, sob pena de comisso, certas obrigações pessoais; privada, finalmente, da completa independência que hoje a caracteriza; 2.º a fusão da soberania com a propriedade, isto é, a attribuição ao proprietário do solo, sôbre todos os seus habitantes, de todos ou quasi todos os direitos que constituem o que chamamos soberania, e de que hoje está investido só o Estado, o poder público; 3.º o sistema hierárquico de instituições legislativas, judiciais, militares, que ligavam entre si os possuidores de feudos e formavam dêles uma sociedade geral.

É profunda a diferença entre os dois critérios. En-

quanto Guizot considera a soberania ligada á propriedade, e portanto reconhece no proprietário do solo, sôbre todos os seus habitantes, direitos soberanos, Cárdenas reconhece o direito da autoridade pública no senhorio directo. É escusado acentuar outras diferenças, para reconhecer a divergência dos dois sistemas e considerar como inaceitáveis os caracteres do feudalismo apontados por Cárdenas. Aceitando o critério dêste escritor, teríamos de rejeitar factos que passam por incontestáveis na história. Se ao senhorio directo, ao suserano, cabe o direito de jurisdição sôbre os habitantes do feudo, não desaparece a acção do poder central, nem pode explicar-se bem o poderio e a quasi independência do senhor feudal a respeito do Rei, nem se compreende como a constituição do feudalismo converteu em territoriais obrigações que anteriormente eram pessoais.

É mais sólido o sistema de Guizot, aceito por Alexandre Herculano e por outros ilustres historiadores, e harmónico em toda a sua extensão com os factos que a história nos apresenta como incontestáveis no régimen feudal. Nesta orientação escreveu Garsonnet: «As instituições civis e políticas compreendidas sob a denominação de régimen feudal assentam num facto único, a enfeudação ou contracto de feudo, pelo qual uma pessoa adquire sôbre uma terra todos os direitos do proprietário e também os do soberano. Dêste simples facto derivam os três elementos do sistema feudal que Guizot distinguiu bem claramente» ¹.

Estudando largamente esta questão, o Sr. Gama Barros observa, como incontestável, que o feudalismo exerceu na península influência, claramente revelada na forma externa dalguns actos e até no emprêgo de certos vocábulos próprios das instituições feudais; e ainda nestes casos se nota por vezes flutuação e divergência, que bastam para nos pôr de sôbre-aviso, distinguindo do essencial o mero aci-

¹ *Hist. des local. perpétuelles*, pág. 299 (cit. por GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, pág. 92).

dente. Assim, ao passo que a palavra *vassallus* ainda no século ix se applicava, entre os francos, a homens de condição servil, na península, empregada só a partir do século x é raramente a princípio, ora parece designar homens tributários, ora não tributários. Enquanto na França feudal a palavra vassalo serviu, desde o século xi, unicamente para designar o possuidor de terra nobre, esta mesma condição se exprimiu na península durante muito tempo pelos nomes de *magnates* e *militēs*; e só no século xii se vulgarizou o nome de *vassalo* applicado a pessoa nobre; e a êste sentido se foi restringindo tanto, que nos fins do mesmo século apenas se encontram com êle magnates da côrte que confirmam escrituras régias. Há aqui manifesta influência das instituições feudais, porém meramente formal e externa; embora de tão enganadora aparência, que até se chegou a formular a pretensão anacrônica de descobrir condições de vassalagem feudal num documento peninsular de 745, quando em França a primeira dinastia mantinha ainda em todo o seu vigor a autoridade real, defendida pelos prefeitos carlovingios.

Na *Historia Compostelana*, e nalguns outros monumentos históricos da península, aparece, a partir do século xii, a palavra *feudo*, para designar a terra doada pelo Rei. O emprêgo de tal vocábulo, porém, de modo nenhum acusa a existência de instituições feudais. Com efeito, penetrando no exame dos objectos a que a *Historia Compostelana* deu tal designação, reconhece-se claramente que se tratava apenas de usufrutos revogáveis á vontade de quem os concedera, ou, quando muito, vitalícios.

O Arcebispo D. Rodrigo, num passo da sua obra histórica *De rebus Hispaniae*, diz que Fernando II de Leão, na segunda metade do século xii, tirou a alguns condes os *feudos temporários* que êles tinham: «*abstulit eis temporalia feuda*».

Vê-se que, na península, a palavra *feudo* tinha sentido diverso daquele que á terra verdadeiramente feudal se

ligava; divergência de significados que na própria França se encontra, o que melhor explica o uso do termo na península, sem designar instituições de feudalismo. Melhor se compreende a importação de certos vocábulos e expressões transplantadas das relações sociais de França, para se applicarem, embora imprópriamente, á designação de factos sociais da monarquia leonesa, se recordarmos que de além dos Pireneus vinham muitos sacerdotes e magnates estabelecer-se nas monarquias peninsulares. Aqui tiveram intervenção freqüente e notável em factos da vida política e social, e até na redacção de documentos, como acontece na *Historia Compostelana*, onde colaboraram dois franceses.

Já no século xv um escritor castelhano, D. Alonso de Santa Maria, Bispo de Cartagena, contestava a existência de feudos na Galiza. Como alguns cavaleiros — dizia — ali possuem terras ecclesiásticas, pelas quais prestam homenagem ao Arcebispo e se obrigam a servir durante certo tempo com determinado número de homens, conforme originariamente lhes foi impôsto, supuseram alguns que se tratava de feudos; porém, segundo os títulos antigos e os que ainda se faziam no tempo do escritor, aquella posse não era hereditária, e ainda em vida do possuidor podia ser revogada á vontade do Arcebispo. Pelo que — acrescenta — mais parece tratar-se do contracto que os legistas chamam precário do que de feudo¹.

Se das formas accidentais passarmos aos caracteres essenciais do feudalismo, não encontramos nas terras nobres o exercício da jurisdição sem as limitações que já anteriormente apontámos; nem nenhum dos dois caracteres principais dos feudos, como eram, segundo diz Herculano, a perpetuidade do domínio dêles no feudatário e nos seus sucessores, e a obrigação do serviço militar para com o suzerano.

¹ *Doctrinal de cavalleros*, l. 4.^o, tit. 3.^o, Introd., cit. por CÁRDENAS, *Ensayo*, I, 310.

As doações de terras da Corôa aos nobres nem eram perpétuas, nem o podiam ser, porque, constituindo património do Estado, eram inalienáveis, conforme o direito constitucional herdado da monarquia leonesa. Embora geralmente se não efectuasse a reversão das terras doadas, e até por vezes se declarasse a faculdade de serem alienadas, o princípio subsistia sempre, como jurisprudência constitucional; e tanto assim, que a partir do reinado de D. Afonso II appareceu a necessidade das confirmações régias, de Rei a Rei.

Das propriedades possuidas pelos nobres, umas eram patrimoniaes, outras regalengas ou da Corôa. Umas e outras eram privilegiadas, isto é, coutadas ou honradas¹. No princípio do século xiv definia D. Dinís este privilégio nos termos seguintes: «Coutar uma terra é escusar os seus moradores de *hoste*, e de *fossado*, e de *foro*, e toda a *peita*.» «Quatro expressões — explica Herculano — que abrangem todos os tributos: serviço militar (*hoste* e *fossado*), contribuições em dinheiro ou géneros (*foro*), penas pecuniárias ou calúnias (*peita*).»

Sendo a terra nobre isenta do serviço militar, conclue-se que ela era de natureza não só diversa, como até oposta á natureza da terra feudal. É certo que, por costume antigo, o nobre tinha direito á remuneração do serviço militar; porém a remuneração não eram as doações de terras — diz o Sr. Gama Barros: eram as tenências, amovíveis; «os préstamos, isto é (em um dos sentidos da palavra), o usufruto temporário ou vitalício de réditos ou de terra em retribuição de cargo ou serviço público; as prestações certas em dinheiro ou géneros; as consignações de determinados rendimentos fiscaes, aquilo a que as *Partidas* chamam «*tierra*» e «*honor*». Nada disto, porém, era feudal.»

¹ No *couto* e na *honra*, os privilégios eram idénticos. Quanto á origem divergiu Herculano do parecer de António Caetano do Amaral. Vid. *Opúsculos*, VI, 251-252; e adeante o capitulo em que tratamos do papel político da nobreza nesta época.

O mesmo escritor demonstra á luz dos monumentos históricos, que, de direito e de facto, a autoridade do soberano se estendia a todo o reino, inclusivamente ás terras de senhorio particular e aos habitantes delas; e que os privilégios, embora aparentemente se nos afigurem concedidos nos termos mais amplos, não produziam independência completa e absoluta do poder da Corôa, como prova até o facto de em todos os reinados se renovar a concessão de cartas de couto a igrejas e ordens monásticas, o que não se faria, se, pela originária concessão, se tivesse quebrado tão sensivelmente o exercício da autoridade real.

«No turbilhão das discórdias intestinas — diz ainda o Sr. Gama Barros — os cronistas não denunciam a absorção de direitos magestáticos por parte dos magnates; se referem alguma usurpação excepcional dêsses direitos, capitulam-na sempre de rebeldia, que raras vezes fica impune; enfim os cronistas consideram a realeza como um poder público, imperando em toda a parte em virtude da sua própria soberania. Os homens que escreviam nos séculos XI e XII mostram ver deante de si um reino, e nele um monarca e súbditos; não viam constituídos em Leão e Castela muitos suzeranos, entre os quais mal se distinguisse a superioridade do que se chamava Rei.»

Outro facto que muito interessa ao objecto da questão é o carácter da autoridade exercida pelos condes e magnates nas tenências ou terras que administravam. Prova-se por grande número de factos, que tal autoridade era precária logo na sua origem, pois o conde, ou, conforme a designação mais vulgar desde os fins do século XII, o *tenens*, era nomeado pelo Rei; e precária continuava no seu exercício, porque o monarca intervinha com frequência no govêrno dos distritos confiados aos magnates. Portanto nem o exercício de funções públicas se tornou, como em França, direito próprio dos condes, nem se deram as circunstâncias que podiam produzir ou favorecer a fusão da soberania com a propriedade.

Em conclusão, a organização política e social das monarquias peninsulares não acusa nenhum dos caracteres fundamentais do régimen feudal, pôsto que em alguns dos seus aspectos ofereça analogias com a organização do feudalismo, como era a imunidade da terra nobre, o exercício de direitos jurisdicionais, e os encargos e serviços que ao donatário deviam os moradores e cultivadores das suas terras ¹.

Entre as causas que obstaram á introdução do régimen feudal nos Estados da península podem enumerar-se as seguintes:

1.^a As guerras da reconquista, que deram aos monarcas grande prestígio militar e tornavam constantemente necessária a sua autoridade como centro de união para a luta;

2.^a A preponderância que, desde a monarquia visigótica, gosava o clero, interessado em manter a superioridade do monarca sôbre todos os moradores do reino que não pertencessem especialmente á Igreja;

3.^a A persistência do régimen municipal, que garantia as regalias populares e locais ².

Progresso da autoridade real. — Sendo o poder de El-Rei limitado por outras instituições políticas, como anteriormente dissemos, a sua fôrça dependia das circunstâncias que tornavam aquela restrição mais ou menos efectiva.

¹ FRANCISCO DE CÁRDENAS, *Ensayo sobre la historia de la propiedad territorial en España*; A. HERCULANO, *Apontamentos para a historia dos bens da Corôa e dos forais*, nos *Opusculos*, t. VI, pág. 201 e seg.; *Da existencia ou não existencia do feudalismo nos reinos de Leão, Castela e Portugal*, nos *Opusculos*, t. V, pág. 193 e seg.; *História de Portugal*, t. I, pág. 233-234; t. IV, pág. 43-44; t. V, pág. 166; GAMA BARROS, *História da administração pública em Portugal*, t. I, pág. 88-206.

² Guizot considera como causas da decadência da realeza em França, e portanto do incremento do feudalismo, a falta de prestígio militar nos sucessores de Carlos Magno e a decadência do clero. Os factos contrários que se deram na península produziram também efeitos contrários. Também Guizot considera como causas da implantação e desenvolvimento do feudalismo a decadência das instituições municipais; e tanto que, mesmo no território francês, o régimen feudal radicou-se menos onde mais vivas se conservavam aquelas instituições. Aquem dos Pireneus, o município resistiu a todas as vicissitudes. — *Histoire de la civilisation en France*, quarante-deuxième leçon.

Quanto diminuisse a acção das côrtes, a preponderância do clero e da nobreza e a influência doutras instituições, tanto devia ganhar em autoridade a realeza.

Até ao tempo de D. Afonso III, quasi todos os documentos expedidos em nome do Rei accusam a intervenção dos prelados e dos nobres, especialmente quando se trata de concessões feitas em nome do soberano. Mas como a monarquia, em consequência de razões já indicadas, constituia um elemento superior a todos os outros, a sua autoridade foi-se desenvolvendo cada vez mais.

O clero, forte com o apoio da Santa Sé, gosava muitos privilégios, que limitavam a acção do poder real; porém nos fins do século XIII acentuou-se a decadência do papado, e com ella veio a diminuição da influencia ecclesiástica.

Humilhado o clero, seguiu-se a decadência da nobreza, tanto porque esta classe deixou de ter o apoio firme da primeira, como pela razão de estar a realeza mais desembaraçada para a luta. As inquirições a que se procedeu no tempo de D. Afonso II e de D. Afonso III, a fim de reivindicar as terras e direitos da Corôa que tinham sido usurpados, não produziram efeitos definitivos; porém D. Dinís pôde já cortar muitos privilégios do clero, respeitando apenas aqueles que o direito da Igreja reconhecia expressamente.

Na luta contra o clero e a nobreza procuraram sempre os monarcas o apoio da classe popular, interessada na extinção dos privilégios, como vítima dêles. A aliança com o povo começou a afrouxar ao passo que aumentou a autoridade real.

O Conselho do Rei. — A autoridade do monarca era considerada como única fonte de jurisdição e poder; mas o Conselho do Rei teve também certa intervenção nos negócios públicos ¹.

¹ A tradição do *conselho do rei* vem do império romano, onde existia o *consilium prin-*

Este Conselho compunha-se ordinariamente de ricos-homens, magistrados, oficiais mais graduados do paço e prelados; e algumas vezes entraram também nele indivíduos doutras classes.

O grau de influência que o Conselho do Rei exerceu no govêrno variou com os tempos, e até se pode dizer que êle não era um corpo político regularmente estabelecido, embora consagrado pelas tradições. Havia realmente *conselheiros do rei*, mas não formavam um corpo consultivo impôsto por dever constitucional¹.

A intervenção dos conselheiros aparece em muitos diplomas emanados da Corôa, nos quais se menciona a confirmação dos prelados e nobres. Vê-se que era uma formalidade exigida pelo direito consuetudinário para a validade de certos actos; porém a tradição em breve se obliterou, e o direito que ela reconhecia ás classes privilegiadas tornou-se vago e indefinido.

Há notícia de serem ouvidos pelo Rei os seus conselheiros em negócios de gravidade. Assim procedeu, por exemplo, D. Afonso IV, quando se propunha fazer guerra a seu genro, Afonso XI de Castela: «& pera o melhor fazer teve com os principais do Reyno sobre isso conselho»...²

O povo era interessado em que o soberano conformasse a sua vontade com o parecer dos conselheiros, e que estes fôsse escolhidos entre pessoas prudentes. Assim, nas côrtes de Coimbra de 1385, os representantes do povo atribuíam os desastres do reinado de D. Fernando aos maus conselheiros, mais que ao próprio Rei; e por isso indicaram a D. João I os indivíduos que devia tomar por conselheiros, e lembraram-lhe o procedimento dos reis de

cipis, depois substituído pelo *consistorium principis*. A tradição conservou-se na monarquia visigótica, onde havia o *ofício palatino* (*officium palatinum*), composto de magnates eclesiásticos e seculares. Entre os visigodos, a intervenção do *ofício palatino* no govêrno era, em certos casos, efectiva e real.

¹ GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, pág. 606 e 607.

² RUI DE PINA, *Chronica de El-Rei D. Affonso IV*, cap. XXXIII.

Inglaterra, em toda a parte louvados por seguirem as opiniões do seu Conselho.

Na segunda metade do século xv, e principalmente depois de consolidado o regímen absoluto, o título de conselheiro tornou-se apenas honorífico.

Modo de transmissão da Corôa — Regência. — Na monarquia visigótica, o facto de que resultava a posse da Corôa era a eleição. Se ás vezes o filho sucedia ao pai, era porque êste em vida o associara ao govêrno com assentimento da nação; e em tal caso, ou quando a Corôa era alcançada por usurpação, o que também aconteceu algumas vezes, era sempre necessário que o novo monarca fôsse confirmado pelos concílios.

O princípio da eleição passou ás novas monarquias cristãs da Espanha; mas pouco e pouco foi-se introduzindo o critério da hereditariedade, que afinal prevaleceu, embora o princípio electivo subsistisse na lei escrita dos visigodos.

Ao fundar-se a monarquia portuguesa estava consagrada pelo uso a hereditariedade em linha directa; porém, como em Portugal não existia ainda a tradição de longa série de monarcas que sucedessem de pais a filhos, D. Afonso Henriques, por acautelar a sucessão, ou por outras razões conjuntas, associou ao exercício do poder seu filho D. Sancho ¹.

Até D. Fernando, a Corôa transmitiu-se por ordem de primogenitura, excepto depois da morte de D. Sancho II, falecido sem descendência. Então recebeu o trono o irmão daquele monarca, D. Afonso, que de facto já estava senhor dêle desde que o Papa Inocência IV o investira nas funções de reinar (1245). Nos testamentos dos três primeiros reis que se seguiram a D. Afonso Henriques ainda aparece regulada a ordem da sucessão; depois os monar-

¹ A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. III, pág. 101 e nota IV no fim do volume.

cas limitaram-se a indicar como sucessor o filho mais velho. Na falta de filho varão, reinaria a filha ¹.

O princípio da hereditariedade passou ao direito escrito. Afonso X incluiu-o nas *Partidas*, cuja influência foi grande em Portugal, como já se disse; e estabeleceu a preferência dos descendentes directos sobre os colaterais. Não havendo filhos varões, deviam ser chamadas as filhas á sucessão, o que não era novo, pois já no princípio do século XII D. Urraca herdara de Afonso VI as corôas de Leão e Castela.

D. Fernando deixou apenas uma filha, D. Beatriz, casada com o Rei de Castela. Depois da morte daquele monarca, os três Estados avocaram a si a soberania, declarando que ninguém podia herdar a Corôa, e elegeram D. João I.

Fora dos dois casos que ficam indicados, o trono foi sempre transmitido ao filho mais velho do monarca falecido.

Não se conhece regra fixada quanto ao estabelecimento de regência. Tanto D. Afonso II como D. Sancho II previram nos seus testamentos a necessidade de regência durante a menoridade do sucessor; porém limitaram-se a determinar, que em tal caso ficasse o govêrno do reino aos seus vassallos, sem regularem o exercício do poder ².

¹ Testamento de D. Afonso II: «*Imprimis mando quod filius meus Infans D. Sancius, quem habeo de Regina D. Vrraca, habeat Regnum integre & in pace. Et si iste mortuus fuerit sine semine legitimo, maior filius quemcunque habuero de Regina D. Vrraca habeat Regnum meum integre & in pace. Et si filium masculum non habuero de Regina D. Vrraca, filia mea Infans D. Lianor, quam de ipsa Regina habeo, habeat Regnum.*» *Monarchia Lusitana*, p. IV, fl. 270. Testamento de Sancho II: «*Imprimis mando quod si ego habuero filius de muliere legitima, maior eorum habeat meum Regnum integre & in pace. Et si filios masculos non habuero de muliere legitima, & habuero inde filias, maior earum habeat meum Regnum integre & in pace: & si filium legitimum, vel filiam legitimam non habuero, mando quod frater meus Infans D. Alfonsus habeat meum Regnum integre & in pace: & si ipse mortuus fuerit sine filio legitimo, vel sine filia legitima, mando quod frater meus Infans D. Fernandus habeat meum Regnum integre & in pace: & si ipse mortuus fuerit sine filio legitimo, vel sine filia legitima, mando quod soror mea Infans D. Lianor habeat meum Regnum integre & in pace.*» *Ib.*, fl. 278.

² Testamento de D. Afonso II: «*Et si in tempore mortis mee filius meus & filia, qui vel quae debuerit habere Regnum non habuerit roboram, sit ipse vel ipsa & Regnum in*

Por morte de D. Afonso II tornou-se necessário o estabelecimento duma regência, em razão da menoridade de D. Sancho; porém ignoram-se os termos em que ela se constituiu e as razões que determinaram a frequente mudança de personagens preponderantes e do número destas. Nas ambições dos homens e dos partidos se devem filiar as constantes lutas civis daquele tempo ¹.

Deposto D. Sancho e investido do governo seu irmão D. Afonso, exerceu este o poder com os títulos de «visitador de Portugal», «procurador do reino», «procurador e defensor do reino» ².

El-Rei D. Fernando, no contrato de casamento de sua filha D. Beatriz com El-Rei de Castela, previu e regulou a regência depois da sua morte, atribuindo-a á Rainha D. Leonor, que de facto a exerceu por algum tempo, com as faculdades que declara Fernão Lopes: «husamdo de toda jurdiçam e senhorio, em quitar menageens, e apresentar egreias, comfirmamdo seus boons husos e costumes aas villas e cidades, que lho requerir emviavom, como tem husamça de fazer huum Rei, quando novamente começa de regnar; obedeeçemdolhe os fidallgos e comuum poboo, como a sua Rainha e senhora, em todallas cousas» ³.

Passado algum tempo foi a Rainha destituída da regência, nas circunstâncias que noutro lugar referimos, e a au-

potestate vassalorum meorum, quousque habeat roboram»... Monarquia Lusitana, p. IV, fl. 270. Testamento de D. Sancho II: «Et si tempore mortis meae filius meus vel filia, vel frater, vel soror, qui, vel quae debuerit habere Regnum non habuerit roboram, sit ipse, vel ipsa, & Regnum in potestate meorum vassalorum quousque habeat roboram.» Ib., fl. 278.

¹ A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. IV, pág. 173 e seg. e nota IX no fim do volume.

² ...«*Domni Alfonsi, Comitis Bolonie, et tunc Procuratoris Regni Portugalie»...* RIBEIRO, *Memorias para a historia das inquirições, Doc.*, pág. 30-31. «O Senhor D. Afonso III, até a era 1285, em que morreo seu Irmão, usou sómente do titulo *Comes Boloniensis, Procurator Regni Portugalie per summum Pontificem, et Defensor*, ou *Visitator Regni per Dominum Papam, Procurator Fratris sui, et Comes Boloniensis.*» RIBEIRO, *Dissertações historicas e chronologicas*, t. II, pág. 206. Do mesmo modo, A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. V, pág. 87, nota.

³ *Chronica de El-Rei D. Fernando*, cap. 173.

toridade suprema confiada a D. João, Mestre de Avis, com o título de «defensor do reino».

Forma de governo. — Até aos fins do século xv não exerceram os reis de Portugal governo absoluto, pois a sua autoridade era limitada pelas côrtes, pelo poder da nobreza e do clero, pelo povo, desde que êste começou a ter representantes em côrtes, e pelas tradições e costumes nacionais, transplantados da monarquia leonesa.

A fôrça dessa limitação ao poder do Rei variava segundo as circuntâncias, como também variava o predomínio duma ou doutra classe. Quando os monarcas se sentiam fortes e não careciam do apoio das classes para resolver dificuldades, a limitação era menos efectiva, porque êles a repeliam quanto possível; pelo contrário se submetiam mais facilmente, quando precisavam de ganhar fôrça para a solução de dificuldades de ordem interna ou externa. A fôrça da autoridade real também variou com o carácter dos diferentes monarcas.

Iremos vendo os termos em que as côrtes, o clero e a nobreza affectavam o exercício da autoridade real.

CAPÍTULO III

AS CÔRTE

Origem das Côrtes. — A origem das assembleias políticas conhecidas na história pelo nome de *Côrtes* encontra-se nos concílios nacionais da monarquia visigótica, celebrados depois do concílio III de Toledo, em que Recáredo fez solenemente a sua profissão de fé católica. Naqueles concílios tratavam-se igualmente negócios eclesiásticos e civis ¹.

Se é certo que a tais assembleias se não pode reconhecer o carácter de representação nacional, pois os monarcas mais as consideravam e mantinham como esteio da sua autoridade, não o é menos que delas derivaram as Côrtes que séculos depois representaram importante papel nas monarquias da península. As diferenças entre as duas instituições apenas significam que houve uma evolução lenta, que a partir do século IX se encontra na história dos concílios de Leão (1020 e 1135), Coiança (1050) e Oviedo (1115), sucedâneos dos concílios da monarquia visigótica ². Naqueles concílios dos séculos XI e XII figuram já os nobres, os ricos homens, não em virtude de nomeação do Rei, como na monarquia visigótica, mas por direito pró-

¹ Veja-se o que dissemos a pág. 87 e seg.

² Já nos concílios de Oviedo de 811 e 872 se vê acentuada a transição para as Côrtes; mas é duvidosa a autenticidade de tais assembleias. — Risco, *España Sagrada*, t. XXXVII.

prio e em muito maior número. A ingerência de tais assembleias nos negócios políticos tornou-se cada vez mais activa e eficaz. Assim se operou a transição dos antigos concílios para as assembleias nacionais chamadas Côrtes¹.

Constituição das Côrtes — Representação das classes. —

Por muito tempo só tiveram lugar nas assembleias nacionais as ordens do clero e da nobreza, segundo o direito público tradicional. Depois, introduzidas as ordens militares na península, também os representantes delas foram admitidos ás Côrtes².

O clero secular era representado pelos metropolitas e pelos bispos; o clero regular pelos abades e priores dos mosteiros; a nobreza pelos ricos homens e outros fidalgos; as ordens militares pelos seus prelados³. Parece que ao arbítrio do Rei ficava escolher as pessoas que em Côrtes deviam representar as classes superiores, tendo em vista, como é natural, a importância social dos indivíduos, para não criar atritos com os poderosos. Tanto os nobres como os prelados podiam fazer-se representar por procuradores⁴.

¹ E. PÉREZ PUJOL, *Historia de las instituciones de la España goda*, t. III, pág. 337; M. COLMEIRO, *De la constitución y del gobierno de los reinos de Léon y Castilla*, cap.V.

Em documentos redigidos em latim dá-se ás Côrtes o nome de *Curia*; o foral de Idanha Velha, de 1229, chama-lhes *concilio generali*; uma carta de D. Afonso IV, de 29 de Abril de 1355, diz: «Cortes vel Curias seu Parliamenta». A carta régia de 14 de Maio de 1412 designa as Côrtes de Lisboa do mesmo ano pelo nome de «ajuntamentos». GAMA BARROS, *História da administração pública*, I, 539 e as fontes lá cit.

² Os religiosos militares de certo modo faziam parte ao mesmo tempo das ordens da nobreza e do clero: da primeira pela sua linhagem e pelos seus feitos guerreiros; da segunda pelos seus votos, pela regra monástica a que estavam ligados e pela sujeição immediata dos seus chefes ao Pontífice.

³ O Sr. Gama Barros cita vários textos de Côrtes que accusam a interferência dos elementos eclesiásticos desde as Côrtes de 1211; mas nem sempre se fala claramente de todos. *História da administração pública*, t. I, pág. 574.

⁴ GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, pág. 575. O Visconde de Santarém, para provar que a composição dos três Braços, clero, nobreza e povo, teve nas Côrtes grandes alterações em diversos tempos, cita os seguintes exemplos:

«1.º Nas Côrtes de Santarém de 15 de Maio da Era de 1369 assistirão no Braço do Clero — Todos os Prelados, Priores, e Abades — No da Nobreza — Os Ricos Homens, e Caval-

Assim como o povo não intervinha nos concílios da monarquia visigótica, também por muito tempo não foram admitidos representantes seus ás Côrtes nas novas monarquias cristãs. Na monarquia leonesa-castelhana, as primeiras Côrtes em que indisputavelmente figuraram representantes do povo foram as de 1188. Em Portugal, as primeiras Côrtes em que, de notícia certa, intervieram os procuradores dos concelhos, foram as que se celebraram em Leiria em 1254; mas algumas razões há para crer que essa intervenção se dera já anteriormente ¹.

Nem todos os concelhos tinham o direito de enviar representantes ás Côrtes, pelo que tal direito de representação parece não andar ligado ás franquias dos concelhos, mas constituir privilégio de certas terras ou depender de concessão régia.

Os concelhos nomeavam os seus procuradores entre a classe mais elevada da população, designada pelo nome de *homens bons*. O número dos procuradores variava; mas eram ordinariamente dois. Os poderes eram-lhes conferidos por procuração escrita ².

leiros—No 3.º os *Homens bons dos Conselhos* (Archivo Real da Torre do Tombo Maç. 1. de Côrtes Doc. N.º 1.º).

«2.º Nas Côrtes d'Elvas do Sr. Rei D. Pedro 1.º celebradas a 29 de Maio da Era de 1399 assistirão no Braço Ecclesiastico — *Os Prelados, Priores, e Abbades*. — No da Nobreza — *Os Ricos Homens, e os Fidalgos de todo o nosso Senhorio*. — No dos Povos — *Os bons Cidadãos das Cidades, e Villas*. — (Archiv. R. da Torr. do Tomb. Maç. 1. de Côrtes Doc. N.º 5.).

«3.º Nas de Lisboa de 8 de Agosto da Era de 1409 assistirão no 1.º Braço Ecclesiastico — *Os Bispos, Abbades, e Prelados Priores, e Mestres das Ordens de Cavallaria* — No da Nobreza — *Os Condes, Ricos Homens, e Fidalgos, e os Infantes* — E no dos Povos — *Os Procuradores das Cidades, e Villas*. — (Archivo R. da Torr. do Tomb. Maç. 1. de Côrtes Doc. N.º 6.).

«4.º Nas de Coimbra d'Agosto de 1473 assistirão no Braço do Clero — *Os Procuradores dos Prelados, e Clerezia do Reino* — No da Nobreza — *Duques, Fidalgos, e Grandes delles* — No dos Povos — *Os Procuradores dos Povos* — (Archivo Real da Torr. d.º Tomb. Maç. 2 de Côrtes Doc. em vol. f. 57) (E vid. no dito Archiv. Maç. 7. de Côrtes. Codex. N.º 3.º).» *Memorias para a Historia, e Theoria das Cortes Geraes*, p. 1.ª, pág. 7, nota.

¹ Cf. MARINA, *Teoria de las côrtes*, t. I, cap. X e XIV; PÉREZ PUJOL, *ob. cit.*, t. III, pág. 337 e 338; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. III, pág. 33 e seg.; GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, pág. 522.

² Não ha notícia certa do modo por que a principio se fazia a nomeação dos procuradores dos concelhos; parece que nela se não seguia regra certa e constante. Em Leão e

Os representantes de cada classe constituíam um *braço*. Aos *três braços* do clero, nobreza e povo também se deu posteriormente o nome de *três Estados*, designação que já aparece na carta régia de 20 de Junho de 1455.

Convocação das Côrtes e sua duração. — O direito consuetudinário impunha aos reis a obrigação de convocarem as Côrtes, para nelas atenderem as reclamações das classes e deliberarem sobre os negócios mais graves da nação. Não havia, porém, regra que fixasse a periodicidade da convocação, que dependia portanto do arbítrio de El-Rei.

Nas cartas de convocação indicava-se a época e o lugar das reuniões, e algumas vezes os poderes de que os procuradores deviam ir investidos.

Sobre a duração das Côrtes não havia regra certa. Ordinariamente os reis conservavam-nas reunidas durante pouco tempo, regulando-se neste ponto pelas suas próprias conveniências. Só excepcionalmente houve Côrtes reunidas durante alguns meses.

Nas Côrtes de Lisboa de 1371, os procuradores dos concelhos representaram a D. Fernando a necessidade de reunir Côrtes mais frequentes vezes, por serem elas o melhor ensejo para o povo expôr ao Rei os males de que soffria e pedir para elles remédio; e alvitram que a convocação se fizesse de três em três anos. Os concelhos não foram atendidos.

Há notícia de se terem celebrado em Portugal, até 1385, as Côrtes seguintes:

Reinado	Local	Data
D. Afonso II	Coimbra	1211
D. Sancho II	»	Janeiro de 1229
D. Afonso III	Guimarães	1250 ¹

Castela fazia-se a nomeação por turno, por eleição, e em parte dos concelhos á sorte. Oportunamente veremos como em Portugal se praticava em séculos posteriores.

¹ *Port. Mon. Hist. — Leg. et Cons.*, I, 185 e seg.

Reinado	Local	Data
D. Afonso III	Leiria	Março de 1254
»	Coimbra	Abril de 1261
»	Santarém	Dezembro de 1273
D. Dinís	Guarda (Évora?)	princ. de 1282
»	Coimbra	4.º trim. de 1283
»	Lisboa	1285
»	Guimarães	1288
»	Lisboa	1289
»	Porto	1290
»	Lisboa	1301
»	»	1323
D. Afonso IV	Évora	1325
»	Santarém	Maio de 1331
»	»	1334
»	Coimbra	Meado de 1335
»	Santarém	Julho de 1340
»	Lisboa	1352
D. Pedro I	Elvas	Maio de 1361
D. Fernando I	Coimbra	?
»	Lisboa	Setembro de 1371
»	Porto	1372
»	Leiria	1372—
»	Atouguia	1376
Interregno	Coimbra	Março-Abril de 1385 ¹

Indole das Côrtes — Sua esfera de acção. — Ordinariamente as Côrtes tinham atribuições apenas consultivas, embora num ou noutro caso revestissem o carácter de deliberativas. Por isso as suas resoluções não tinham fôrça de lei, a não ser que fôsses sancionadas pela autoridade real, que figurava sempre como poder supremo.

Os representantes das classes aconselhavam o monarca,

¹ As provas estão alegadas por J. P. RIBEIRO, *Memorias sobre as Fontes do Codigo Philippino*, nas *Memorias de Litteratura*, t. II, pág. 57 e seg.; ANTÓNIO CAETANO DO AMARAL, *Memoria V para a historia da legislação e costumes de Portugal*, na colecção de *Historia e Memorias da Academia*, t. VII, nota b a pág. 380; VISCONDE DE SANTARÉM, *Memorias para a Historia, e Theoria das Côrtes Geraes*, p. I, pág. 3-4. No trabalho de Ribeiro apparecem erradas algumas datas da era cristã, ou por descuido tipográfico, ou por equívoco na redução da era de César.

faziam-lhe exposição dos seus agravos e pediam remédio para os males de que sofriam, usando por vezes de linguagem rude, mas limitando-se em regra á forma de pedido ou conselho. Eram como que os intérpretes da opinião pública, que El-Rei atendia mais ou menos conforme as matérias de que se tratava e as circunstâncias políticas occorrentes ¹.

Os principais assuntos a que se estendia a acção das Côrtes eram a fiscalização da moeda corrente, a imposição de tributos e as relações externas.

Na idade média tinham os reis por antigo costume o direito de alterar o valor da moeda ou, como então se dizia, *quebrar moeda*, isto é, cunhá-la de novo com maior liga e atribuir-lhe o valor antigo. Com este expediente acudia o monarca ás suas necessidades financeiras; mas o reino sofria dèste modo perturbações económicas reveladas logo no encarecimento dos géneros.

Para evitar os males resultantes da quebra da moeda, o reino preferia sujeitar-se ao pagamento duma colecta extraordinária, combinando-se que por êsse facto desistia o Rei de alterar o valor da moeda durante certo prazo, que costumava ser de sete anos.

D. Afonso III por várias vezes resolveu alterar o valor da moeda; mas algumas também teve de ceder perante os clamores do reino; e sujeitou-se ás deliberações das Côrtes reunidas em Coimbra em 1261, as quais regularam o assunto. Dali em diante variou muito a intervenção das Côrtes na alteração da moeda, conforme os reinados, e nos

¹ Os requerimentos ou propostas dos concelhos em Côrtes tiveram a princípio o nome de *agravamentos*; ou pelo menos assim se chamaram nas Côrtes de Évora de 1325. Nas Côrtes de Santarém de 1331 ainda se denominam algumas vezes *agravamentos*; mas predomina o nome de *artigos*, já usado todavia — diz o Sr. Gama Barros — em Côrtes do século XIII, pelo menos em relação ao clero (Côrtes de Guimarães de 1250, *Port. Mon. Hist. — Leg. et Cons.*, I, 185. A partir das Côrtes de Santarém de 1406 chamaram-se quasi sempre *capítulos*, e raras vezes *artigos*. GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, pág. 565; J. PEDRO RIBEIRO, *Memorias de Litteratura*, t. II, pág. 51 e 74-75; VISCONDE DE SANTARÉM, *Memorias para a Historia, e Theoria das Côrtes Geraes*, p. II, pág. 7.

fins do século xv tinha desaparecido da prática tal intervenção.

Durante os primeiros reinados não tiveram as Côrtes a prerogativa de intervir eficazmente no lançamento dos impostos, embora o direito consuetudinário pareça conferir-lhes essa faculdade, pois os reis também nunca se arrogaram poder discrecionário em tal assunto. Tornou-se porém efectivo êsse direito no terceiro quartel do século xiv, de tal modo que, nas Côrtes de Leiria de 1372, os povos recusaram-se a autorizar os recursos pecuniários pedidos por D. Fernando. A recusa tinha em parte explicação no conflito aberto entre o povo e a Corôa, pelo casamento de El-Rei com D. Leonor Teles.

Posteriormente exerceram as Côrtes alguma acção, ás vezes vigorosa, no lançamento dos impostos e na fiscalização das despesas públicas. Tal prerogativa diminuiu de valor ao passo que se foi consolidando o absolutismo.

Segundo o direito consuetudinário dos Estados da península, as Côrtes deviam ser ouvidas sôbre declaração de guerra e ajuste de paz; na prática, porém, não se seguia tal norma.

Em Portugal, só depois do meado do século xiv os povos começaram a reclamar aquela prerogativa, procurando pôr côbro ás guerras em que D. Fernando levianamente se envolvia e das quais vinha grande dano ao reino. D. Fernando prometeu atender as representações que a êste respeito lhe foram feitas nas Côrtes reunidas no Porto e em Leiria em 1372; mas logo esqueceu a promessa.

Nas Côrtes de Coimbra de 1385 fizeram-se novas reclamações sôbre o assunto, e então com mais êxito, porque duma das vezes, pelo menos, que D. João I tratou de pazes com Castela, reuniu Côrtes em Santarém para as ouvir em tal matéria.

Influência das Côrtes e suas vicissitudes mais importantes.

— É certo que muitas vezes os reis atenderam os pedidos

feitos em Côrtes pelos povos, e muitas outras prometeram adoptar providências em harmonia com as reclamações apresentadas; mas daí não pode inferir-se que as Côrtes exercessem influência muito activa na administração pública.

As promessas eram quasi sempre esquecidas, e as resoluções tomadas não se mantinham em numerosos casos. Por isso os povos se queixavam muitas vezes de que o Rei e os seus officiaes violavam a cada passo os privilegios concedidos em Côrtes, os antigos foros e costumes. Queixas desta natureza foram feitas nas Côrtes de Lisboa de 1352 e 1371, nas do Porto e de Leiria de 1372 e ainda noutras.

Isto resultava do aumento da autoridade real e de não terem as Côrtes attribuições bem definidas, pelo que nem sempre eram respeitadas. Todavia foi benéfica a influencia exercida por aquellas assembleias, e as suas reclamações deram origem a leis importantes. Os povos tinham-nas em grande apreço, por lhes oferecerem ellas o melhor ensejo de pedir remédio para seus males.

A importância das Côrtes variou muito com os tempos, principalmente segundo a maior ou menor força de que dispunha a autoridade real ¹.

¹ Veja-se a continuação da noticia acerca das Côrtes no t. II desta obra.

Infelizmente não existe impressa a collecção das Côrtes, que constituiria talvez o mais rico e variado repositório da historia nacional. Sobre as aspirações formuladas no sentido da publicação e os projectos feitos e sempre gorados, vid. GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, nota á pág. 575.

CAPÍTULO IV

O CLERO

Preponderância do clero e suas causas. — A poderosa influência do clero na monarquia visigótica, tão considerável que lhe foi dada autoridade em grande número de actos civis, e aos bispos foi reconhecida a superintendência nos magistrados, — não se extinguiu durante a dominação árabe e renovou-se nas novas monarquias cristãs da Espanha.

Reduzem-se a três as causas internas da preponderância do clero: a fé religiosa dos povos, as riquezas de que dispunha a classe eclesiástica e a sua ilustração relativamente superior. A estas causas acrescia uma externa, que residia na autoridade e prestígio do Papa.

As riquezas do clero provinham das numerosas doações feitas tanto pelos particulares como pelos reis, segundo o espírito religioso daqueles tempos. A acumulação de bens não dava simplesmente o prestígio do capital de riqueza, antes se tornava em fonte de prestígio moral, pondo a classe eclesiástica em circunstâncias de se tornar o principal órgão da beneficência pública, o mais activo e esclarecido agente de progressos económicos; ao mesmo tempo que tornava possível e desafogada a sua função educativa no exercício do magistério, exclusivamente a seu cargo.

O facto de ser a classe eclesiástica a mais ilustrada não só lhe dava maior prestígio, como também lhe garantia

o desempenho de importantes cargos civis, que aumentavam a sua preponderância. Por isso durante alguns séculos foram exercidos por clérigos cargos de juizes, procuradores, notários, chanceleres e outros, sendo autorizados a isso por bulas pontifícias.

De todas estas razões derivou o prestígio social da classe eclesiástica e a sua privilegiada condição política. Se em certos aspectos a influência do clero não era tão intensa nem tão permanente como no tempo dos reis visigodos católicos, tinha a classe eclesiástica em compensação a vantagem de que as suas regalias já não eram tidas por concessões dimanadas da vontade régia, antes se consideravam direitos firmados na tradição secular e apoiados pela autoridade do Papado no auge do seu prestígio e da sua fôrça.

Uma das prerogativas conservadas ao clero foi a representação em Côrtes, conforme a tradição dos concílios da monarquia visigótica. Das leis que resultaram das Côrtes de Coimbra de 1211, as primeiras de que há notícia certa, se diz que foram feitas por El-Rei «com conselho de D. Pedro, eleito de Braga, e de todos os bispos do reino e dos homens de religião e dos ricos homens e dos seus vassallos». É sabido que a representação do clero em Côrtes subsistiu sempre ¹.

Organização da Igreja em Portugal nos primeiros tempos da monarquia — O clero secular. — Na segunda metade do século XII existiam em Portugal sete dioceses, que tinham as suas origens em tempos muito remotos: Braga, Porto, Lamego, Viseu, Coimbra, Lisboa e Évora.

A sé catedral de Egitânia ou Idanha, de que há notícia autêntica referente ao século VI, tinha desaparecido no século XII. Nos fins dêste século foi restaurada por D. San-

¹ FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 341 e seg. e as fontes lá citadas.

cho I na cidade da Guarda. A sé de Beja também existia pelo menos desde o século vi; mas depois esteve extinta durante alguns séculos, e só no século xviii foi restabelecida. A antiga diocese de Ossónoba foi restaurada em Silves, quando esta cidade caiu em poder de D. Sancho I (1189).

A catedral mais importante era a de Braga, como metropolitana; e tinha por sufragâneos alguns bispados de Portugal e da Galiza. A sé de Braga disputou por muito tempo á de Toledo a primazia sôbre todas as metrópoles da península.

Nos fins do século xii tinha a sé de Braga por sufragâneos os bispados do Porto, Coimbra, Viseu, Astorga, Tui, Lugo, Orense e Mondonhedo. Por sentença de Inocénzio III, dada em 1199 para pôr termo a questões entre o Arcebispo de Braga e o de Compostela, ficaram sujeitos ao primeiro os bispados do Porto, Viseu e Coimbra, e ao segundo os de Lisboa, Evora, Lamego e Egitânia. Variou depois esta divisão, principalmente desde que Lisboa foi elevada a metrópole, por bula de Bonifácio IX, em 1393.

Na monarquia visigótica eram os bispos eleitos nos concílios, outros nomeados só pela autoridade dos reis e algumas vezes com interferência do clero e do povo. Esta tradição da monarquia visigótica passou ás novas monarquias cristãs; mas no século xi trataram os papas de excluir os leigos da eleição episcopal. No século xii arrogaram-se os cabidos o direito exclusivo de elegerem o Bispo, assim como o colégio dos cardeais elegia o Papa, o que foi confirmado pelos pontífices e pelo quarto concílio de Latrão em 1215¹.

Há notícia dalgumas eleições capitulares ainda nos princípios do século xv; mas já no século xiv, e mesmo antes,

¹ Era costume insinuarem ou pedirem os reis de Portugal aos cabidos a pessoa em quem devia recair a eleição; mas o pedido não obrigava os cônegos a escolherem o indicado pelo Rei. Vid. *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 65, 66, 197 e seg.

os papas começaram a prover os bispados sem intervenção dos monarcas nem dos cabidos.

Os cônegos e mais eclesiásticos ligados ás catedrais constituíam com as colegiadas a parte mais importante do clero secular. As colegiadas foram muito numerosas no reino, e algumas datam já do século XII. Tinham organização semelhante á das corporações capitulares, variando o número dos cônegos e clérigos adjuntos com os rendimentos da colegiada. Algumas estavam isentas da jurisdição do prelado diocesano.

Entre as colegiadas mais antigas e mais importantes podem citar-se: a de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, que antes desta invocação teve outras com os nomes de vários santos; a de S. Martinho de Cedofeita, a de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, a de Santa Maria de Barcelos e a de Santo Estevam de Valença.

Os bispos, os cabidos, as colegiadas e até os mosteiros, atraindo a devoção e a generosidade dos fieis, deixavam em más circunstâncias os curas de almas, a quem frequentemente os prelados ainda cerceavam grande parte dos réditos que lhes pertenciam, principalmente a pretexto de visitação.

Com outros pretextos faziam o mesmo os padroeiros leigos, de modo que o clero paroquial constituia a parte mais humilde da classe eclesiástica.

As extorsões com que os bispos oprimiam o clero paroquial foram condenadas pelos concílios de Latrão de 1179 (canon IV) e de 1215 (canon XXXIII). A precária situação dos presbíteros seculares impelia grande número dêles a abraçarem a vida monástica.

De vários modos eram providos os párocos nas suas igrejas. Alguns tinham-nas de propriedade (*pro hereditate* ou *in hereditario*). Em certas terras era o pároco eleito em cada ano pelo concelho, e noutras era nomeado pelo senhor da terra. Desde os fins do século XIII começaram os monarcas a reservar para si, nos forais, o direito de

padroado nas igrejas, uso que pouco e pouco se foi generalizando.

Desde tempos remotos andavam muitas igrejas e mosteiros na sujeição de padroeiros particulares. Era direito antigo que o padroeiro escolhia algum indivíduo para o benefício e depois o *apresentava* ao bispo a fim de que êste o confirmasse. É dêste facto que vem o termo consagrado de *apresentação*. O fundamento do padroado era terem sido a igreja ou o mosteiro fundados ou dotados por certa pessoa, que transmitia aos seus herdeiros a fundação como propriedade da família.

Pela antiga disciplina, os fundadores tinham apenas o direito de padroado, isto é, o direito de apresentar ao Bispo pessoa idónea para ser provida na igreja ou no govêrno do mosteiro, e a faculdade de vigiar a exacta aplicação das rendas segundo o espírito do fundador. Depois começaram os padroeiros a entrar abusivamente no gôso dos bens e rendimentos da igreja ou do mosteiro.

Um dos maiores gravames que os padroeiros infligiam ás igrejas e mosteiros era o da aposentadoria e comedia; é iam ali tantas vezes instalar-se com suas famílias e faziam tais despesas, que não ficava o indispensável para se sustentarem as pessoas encarregadas dos serviços da instituição. E nem só os padroeiros leigos cometiam semelhantes extorsões, pois os eclesiásticos procediam do mesmo modo ¹.

Ordens monásticas.— Parece que foi no meado do século vi que pela primeira vez se estabeleceram na Espanha mosteiros, em que certo número de homens se reuniam em vida comum sob uma regra e constituição especial. Depois multiplicaram-se os mosteiros prodigiosamente sob a dominação visigótica; e mesmo no tempo da dominação

¹ *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 174 e seg., 197 e seg., 227 e seg.; t. II, pág. 73 e seg.

árabe desenvolveu-se a vida monástica tanto quanto o permitiam as vicissitudes políticas da península ¹.

Nos séculos x e xi eram muito numerosos os mosteiros existentes na Espanha cristã, e bastantes estavam nos territórios do Porto e de Coimbra. Alguns daqueles mosteiros eram fundados pelos reis, outros pelos grandes senhores e outros ainda por quaisquer pessoas que tinham bens suficientes para os dotar.

Uma das ordens monásticas que primeiro se propagaram na Espanha foi a de S. Bento, fundada na primeira metade do século vi.

Ao fundar-se a monarquia portuguesa, grande número de mosteiros de Portugal tinham deixado as antigas regras para adoptarem a de S. Bento, o que se explica pela recomendação que desta regra fizera o concílio de Coiança, em 1050; e pelo prestígio que a regra beneditina alcançara com a fundação de diversas congregações que, como a de Cluni, tratavam de cortar abusos e restabelecer aquêle instituto na sua pureza primitiva.

Um dos mosteiros em que florescia a regra beneditina era o de Lervão, que datava pelo menos do meado do século vi. Os monges negros de S. Bento mantiveram-se ali só até 1200, ano em que se retiraram para o mosteiro de Pedroso, porque a Infanta D. Teresa, filha de D. Sancho I, deliberou vestir o hábito branco das monjas cistercienses, e escolheu o mosteiro de Lervão para nele passar o resto da vida como religiosa. Pelo mesmo tempo seguia igualmente a regra de S. Bento o mosteiro da Vacariça, também antiquíssimo. Entre muitos outros, foi também beneditino o mosteiro de S. Martinho de Tibães, que era muito antigo e foi restaurado e dotado, cêrca de 1080, por D. Paio

¹ Desde tempos mais remotos existiam na Espanha religiosos solitários e cenobitas; mas a vida monástica propriamente dita só começou nos meados do século vi, como acima se diz. Sobre a antiguidade da vida religiosa na península, sob diversas formas, vid. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 36 e seg., 96 e seg., 264 e seg.

Guterres da Silva. É plausível supôr que na mesma ocasião recebesse a regra de S. Bento.

A regra de Cistér ou de S. Bernardo foi apenas a re-formação da regra de S. Bento; iniciada ao findar o século xi. Usavam os cistercienses hábito branco, e daí veio designarem-se muitas vezes pelo nome de *monges brancos*, em opposição aos antigos beneditinos, que, da côr do hábito, se chamaram também *monges negros*. Em Portugal, o primeiro mosteiro cisterciense foi o de S. João de Tarouca, fundado cêrca de 1120. A êste seguiram-se outros, e entre êles o mais notável de quantos existiram em Portugal, o de Alcobaça, fundado por D. Afonso Henriques, em cumprimento dum voto, que fez quando de Coimbra ia com os seus homens de armas para a conquista de Santarém. No século xii gosava de tanta reputação o instituto dos cônegos regrantes de Santo Agostinho, que o próprio D. Afonso Henriques fundou em Lisboa um convento, o de S. Vicente de Fora, para religiosos daquela regra. O mais célebre convento da ordem, e também um dos mais notáveis de Portugal, foi o de Santa Cruz de Coimbra, fundado em 1132 por iniciativa de D. Telo, Arcediago da catedral da mesma cidade. A D. Telo associaram-se muitos outros varões piedosos, entre os quais S. Teotónio.

A ordem de S. Francisco foi introduzida em Portugal em 1216, segundo se tem por mais provável; e a de S. Domingos nos fins de 1217.

Além das ordens religiosas referidas, várias outras se estabeleceram e mais ou menos prosperaram em Portugal até fins do século xiv. As condições especiais do clero regular garantiam-lhe larga influência social. A maior illustração dos monges, as riquezas que possuíam, os seus privilégios, o exercício da beneficência e do ensino, o prestígio que geralmente alcançara a vida monástica, tudo lhes dava notável preponderância¹.

¹ Sôbre o assunto dêste parágrafo, vid. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em*

Ordens militares¹. — As obras de beneficência, que por grande parte haviam entrado originariamente nos propósitos das ordens militares, não foram esquecidas por estas corporações em Portugal.

Um documento do reinado de D. Dinís prova que, em parte, as doações feitas pela Corôa ás ordens militares tinham em vista que os freires dessem nas suas casas hospitalidade aos caminhanes e praticassem outras obras pias²; porém foi a guerra contra os muçulmanos a principal missão das ordens militares em Portugal, como já noutro lugar dissemos.

Não faltou a estes institutos nenhuma das condições próprias para o exercício de grande influência política. Tinham, como o clero regular, o prestígio de que gosavam os institutos monásticos e que lhes atraía a liberalidade dos monarcas e dos particulares; possuíam o apoio do Pontífice, que os cumulava de mercês e privilégios, até ao ponto de se fazerem ouvir as queixas dos bispos no concílio de Latrão de 1179 (canon IX); como a nobreza, podiam alegar serviços guerreiros, tão apreciáveis pelas necessidades da época, mas indubitavelmente mais valiosos do que os prestados pelos nobres; e impunham-se finalmente por uma condição que de todas as outras derivava, qual era a posse de riquezas e o gôso de imunidades importantes.

Vejamos como se desenvolveu cada uma das ordens militares.

Os templários. — Em 1128 doou D. Teresa aos templários a vila de Soure e todas as terras entre Coimbra e Leiria, as quais estavam despovoadas e ainda em poder dos

Portugal, t. I, pág. 264 e seg.; t. II, pág. 103 e seg. Veja-se também o que dissemos a pág. 161.

¹ Veja-se o que dissemos a pag. 165 e seg.

² Instruções aos embaixadores de El-Rei D. Dinís junto do Papa, *Quadro Elementar*, t. IX, pág. 311-315, instrução 5.^a.

infieis¹; mas é plausível crer que já anteriormente existissem templários em Portugal².

Nas bulas em que Honório III e outros pontífices confirmam a posse das terras doadas, declara-se que elas estavam cobertas de brenhas, e que os templários, depois de as conquistarem aos muçulmanos, as arrotearam e fundaram as igrejas da Ega, Pombal e Redinha³.

Em breve se enriqueceu a ordem dos templários com numerosas doações régias e de particulares. Em 1147 doou-lhes D. Afonso Henriques as rendas eclesiásticas de Santarém logo depois da conquista, em que o tinham ajudado alguns esforçados cavaleiros da ordem⁴. Conquistada a cidade de Lisboa, passaram ao Bispo desta cidade as rendas eclesiásticas de Santarém; indemnizou D. Afonso Henriques os templários, doando-lhes em 1159 o castelo de Cêra ou Cêras, com todos os seus termos para que o povoassem. Por essa ocasião o bispo de Lisboa, Gilberto, renunciou a todos os direitos episcopais na igreja de Santiago, *fundada na planície, rechão ou assento do arrabalde da vila de Santarém*, e em todas as outras que os templários achassem edificadas, ou de novo edificassem, ou tivessem edificado já dentro do termo de Cêra⁵.

¹ Em 19 de Março de 1128 foi passado o instrumento de doação, confirmado em 29 do referido mês e ano por novo documento em que se marcavam os limites da vila de Soure. Vid. VITERBO, *Elucidário*, in vbis. Cruz, t. I, pág. 321-322; Ladera, t. II, pág. 76, e *Tempreiros*, t. II, pág. 347 e seg.

² VITERBO, *Elucidário*, in vbo. *Tempreiros*, t. II, pág. 347 e seg.; FIGUEIREDO, *Nova Malta*, t. I, pág. 52.

³ *Elucidário*, in vbo. Ladera. Eis as próprias palavras pontificias transcritas por Viterbo: «*Ea propter, Dilecti in Domino Filii, vestris justis postulationibus annuentes: silvam, quam quondam Illustris Portugalensium Regina in perpetuam elemosinam Domus vestrae concessit: quam silvam cum difficultate maxima de Sarracenorum manibus liberantes, per vos et homines vestros studiosius coluistis; ibique tres ecclesias: Columbrensem (noutra bula se diz Palumtare) videlicet, Rodinam et Egam fundantes, ab omni servitio et censu liberas per XXX annorum curricula et amplius tenuistis: Vobis et Domui vestrae... Districtius inibentes, ne... Episcoporum aliquis, praeter Romanum Pontificem*» etc.

⁴ *Elucidário*, in vbo. *Tempreiros*, t. II, pág. 353.

⁵ Tanto o instrumento da doação, como o da renúncia feita por Gilberto, encontram-se no *Elucidário*, in vbo. *Tempreiros*, pág. 357 e 358 do t. II.

Logo que entraram na posse do território de Cêras, procuraram os templários logar acomodado para nele edificarem um mosteiro que fôsse a cabeça da sua ordem neste país, e encontraram-no em a margem esquerda do rio *Tomar*, sôbre as ruínas da famosa Nabância. Ali fundaram a primeira igreja sob a invocação de *Santa Maria do Olival*, onde, segundo a tradição, existira antigamente um mosteiro; e junto a ela edificaram o convento que tiveram por principal até que foram extintos. Procuraram ao mesmo tempo levantar um castelo para defesa da terra, e no 1.º de Março de 1160 lançaram os fundamentos ao notável *castelo de Tomar*, sôbre um alto e escarpado cerro, á parte occidental do convento e na margem direita do rio, que depois teve o nome de *Nabão*, em memória da cidade que outrora banhara. Ao mesmo tempo se deu princípio á vila de Tomar, que em 1162 tinha já bom número de povoadores, aos quais o mestre Gualdim, com seus freires, deu foral, que foi ampliado em 1174¹.

Já em 1156 haviam os templários dado foral a Ferreira de Aves, e em 1159 á Redinha. Em 1170 deram foral aos povoadores do castelo de Almourol, em 1174 aos do castelo do Zézere, em 1176 aos da terra e castelo de Pombal. Em 1169, estando D. Afonso Henriques em Lafões, doou aos templários a terça parte de tudo o que conquistasse no Alentejo; quatro anos antes lhes doára já Idanha a Velha e Monsanto. Em 1197 doou-lhes D. Sancho I os vastíssimos territórios da Açafa, que se dilatavam ao longo da margem direita do Tejo, desde o distrito da Idanha, anteriormente doado, para o occidente até os limites do castelo de Belver, que pertencia aos hospitalários. Na mesma doação da Açafa se compreendia também uma extensa porção do alto Alentejo, que parece ter sido aquela que os cristãos iam gradualmente povoando².

¹ *Elucidário*, in vbo. *Tempreiros*, pág. 359 e 360; *Port. Mon. Hist. — Leg. et Cons.*, pág. 388 e 399.

² *Elucidário*, log. cit.; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. II, pág. 84-85.

Pelos factos que deixamos apontados se pode avaliar quanto já eram extensos no século XII os domínios dos templários em Portugal. Tão largas doações obedeciam ao intuito de premiar os excelentes serviços que os templários prestavam na guerra contra os infieis e na defesa dos castelos fronteiriços do sul, que em grande parte estavam confiados á sua guarda. Procurava-se também favorecer dêsse modo a povoação do reino, atraindo a logares ermos povoadores que se acolhiam á protecção dos templários contra o perigo das invasões e correrias dos infieis. Segundo plausivelmente conjectura Alexandre Herculano, acrescia ainda o pensamento político de que, com estas amplíssimas mercês de terras, não só os chefes do Templo em Portugal, mas ainda os de Leão e Castela, ficariam uns gratos, outros afeiçoados ao Rei de Portugal, facto que tinha ou podia ter influência nas dissensões dos Estados da península.

Os hospitalários. — Não se conhece a época exacta da introdução da ordem do Hospital neste reino, e mais obscuro se tornou êste ponto quando alguns escritores procuraram elucidá-lo com dissertações longas e ordinariamente incoerentes. Ao passo que Viterbo attribue a entrada dos hospitalários ao tempo de D. Teresa, Anastásio de Figueiredo contradiz-se abertamente, tendo-a como existente em Leça e dotada com muitos bens em 1122, para depois se declarar em dúvida se foi o Conde D. Henrique com sua mulher D. Teresa, ou esta juntamente com seu filho, ou apenas êste quem fez á ordem a primeira doação. O que se tem por certo é que no tempo de D. Afonso Henriques a ordem já existia amplamente dotada, e que há certos vestígios da existência dela no tempo de D. Teresa ¹.

Pelo menos desde o meado do século XII já os hospitalários residiam na sua casa de Leça, que por muito tempo

¹ *Elucidário*, in vbo. *Sepulcro*; *Nova Malta*, t. I, pág. 28 e 31; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. II, pág. 14.

foi a cabeça do priorado de Portugal, e por êsse tempo eram favorecidos com algumas doações de El-Rei e de particulares.

D. Sancho I logo no principio do seu reinado doou ás ordens do Hospital e do Templo muitas terras que as crónicas antigas não indicam¹. Sabe-se que em 1194 doou o mesmo Rei aos hospitalários a terra de *Guidimtesta*, ou *Guidi in testa*, para ali fundarem um castelo, ao qual o monarca logo no acto da doação pôs o nome de Belver². Neste castelo estava nos principios do século XIII a cabeça ou pelo menos uma das casas principais dos hospitalários de Portugal, segundo se depreende do testamento feito por D. Sancho I em 1210³.

Continuou a ordem a ser contemplada pela generosidade dos monarcas. Em 1232 doou-lhe D. Sancho II os largos domínios da terra que por êsse tempo recebeu o nome de Crato (*Ucrate*), onde os freires fundaram uma casa que depois se tornou célebre⁴. Todavia, e embora os hospitalários gosassem a consideração régia, até ao ponto de ser o seu prior um dos testamenteiros escolhidos por D. Sancho I, é certo que nunca chegaram a possuir tão extensos domínios como os templários.

Ordem de Calatrava. — Cêrca de 1166 entraram em Portugal alguns membros da ordem castelhana de Calatrava, que dois anos antes fôra confirmada pelo Papa Alexandre III; e estabeleceram-se em Évora, recentemente conquistada, pelo que tiveram indistintamente o nome de freires de Évora e o de freires de Calatrava⁵. D. San-

¹ RUI DE PINA, *Chronica d'El-Rei D. Sancho I*, cap. VII; FIGUEIREDO, *Nova Malta*, t. I, pág. 142.

² *Nova Malta*, t. I, pág. 149 e seg.

³ *Nova Malta*, t. I, pág. 203-204. O testamento vem publicado nos apêndices ao t. IV da *Monarquia Lusitana* (escritura III, fl. 260), onde erradamente se lhe attribue a data de 1203.

⁴ *Nova Malta*, t. I, pág. 441 e seg.

⁵ Bula de Alexandre III *Justis potentium*, de 26 de Setembro de 1164, no *Quadro Elementar*, t. IX, pág. 15; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. III, pág. 152. Sobre as origens da ordem de Calatrava veja-se a *Monarquia Lusitana*, l. X, cap. XXXX e l. XI, cap. I.

cho I confiou-lhes anos depois a guarda do castelo de Alcanede e da vida de Alpedriz, na moderna Extremadura; e prometeu-lhes o domínio da fortaleza de Juromenha, logo que a conquistasse aos mouros¹. Em 1201 já os freires de Évora eram senhores de vasto património, como se depreende da bula em que Inocência III declara tomá-los sob a sua protecção. Nesse documento é-lhes confirmada a posse dos bens que já tinham ou viessem a ter, e nomeiam-se especialmente aqueles que os freires já possuíam em Évora, Coruche, Benavente, Santarém, Lisboa, Mafra, Alcanede, Alpedriz, Booriz, Selva Escura e Panóias. Ao mesmo tempo foram-lhes concedidas as instituições, liberdades, imunidades e indulgências já liberalizadas á ordem de Calatrava por Inocência III e pelos pontífices seus antecessores².

Em 1211 doou D. Afonso II aos freires de Évora o logar de Avis, com a condição de o povoarem e nele edificarem um castelo³; porém só tomaram posse da terra em algum dos anos que decorreram de 1218 a 1223, pois no primeiro dêstes ainda lhe foi dado foral em nome do Rei, e, no segundo, novo foral em nome do mestre e convento da ordem⁴. Do nome de Avis tomaram os freires a designação pela qual se tornaram depois mais conhecidos, e que já em 1215 lhes era aplicada⁵.

¹ Doação «*de illo castello quod vocatur Alcanede, et de illa villa quae vocatur Alpedriz, et de illo allio quod vocatur Jurismentia, si mihi eum Deus dederit.*» A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. II, pág. 15.

² Bula de Inocência III *Religiosam vitam*, de 17 de Maio de 1201, no *Quadro Elementar*, t. IX, pág. 31.

³ «...*Ego Alfonsus... facio cartam donationis et perpetuae firmitudinis vobis... de loco illo qui vocatur Avis, qui jacet inter Sanctarem, et Culuchi, et Elboram, et Elvas, et Abrantes, etc. Et concedimus tali pacto, quod in loco supradicto de Avis castrum aedificetis, et populatis*» etc. Instrumento de doação nas *Provas da História Genealógica*, t. I, pág. 12.

⁴ *Port. Mon. Hist. — Leg. et Cons.*, I, pág. 579 e 595.

⁵ Doação feita por D. Mafalda, filha de D. Sancho I, de tudo quanto possuía *in terra de Sena, videlicet locum qui dicitur Casale* com todas as casas, vinhas, casais, possesões e quaisquer outras cousas que possuísse na mesma terra de Seia, a D. Fernando Anes, «*magistro ordinis de Avis nomine ejusdem ordinis vestri et conventui vestro ejusdem loci et ordini vestro in regno Portugalie*». *Nova Malta*, t. I, pág. 231, nota 115.

Ordem de Santiago da Espada. — A ordem de Cáceres, de Uclés, ou de Santiago, pois por todos estes nomes foi conhecida, fundada em 1170 por Fernando II de Leão, logo nos seus princípios foi introduzida em Portugal. Em 1172 doava-lhe D. Afonso Henriques a vila de Arruda, da qual só muito depois tomaram posse, segundo parece. É provável que na mesma ocasião ou pouco depois aquele monarca lhes doasse também Alcácer, Almada e outras terras; e em todo o caso é certo que D. Sancho I em 1186 doou aos espatários os castelos de Alcácer, Palmela, Almada e Arruda, que êles não puderam conservar¹. O mesmo Rei lhes doou em 1193 a torre e paços da alcáçova de Santarém, e em 1194 o edifício de Santos-o-Velho, junto a Lisboa².

Quando as terras ao sul do Tejo voltaram ao poder de D. Sancho, novamente as occuparam os freires espatários, que no testamento daquele monarca, feito em 1210, são já designados por freires de Palmela; e em 1217 voltaram á posse de Alcácer, depois de ajudarem á conquista desta praça.

Durante o reinado de D. Sancho II receberam os freires de Santiago em doação algumas das muitas terras que ajudaram a conquistar: Aljustrel em 1235, Sesimbra no ano seguinte, em 1239 Alfajar de Pena, e Mértola, para onde passou o convento da ordem, que ainda lá estava em 1284³; Aiamonte em 1240, Tavira em 1244. Em 1245, o

¹ *España Sagrada*, t. XXXV, pág. 236 e seg. e t. XLI, prólogo; *Monarquia Lusitana*, l. XI, cap. XXV; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. II, pág. 15; *Elucidário*, in vbo. *Ocres*. No *Quadro Elementar*, t. IX, pág. 15, menciona-se uma bula de Alexandre III, datada de 2 de Abril de 1163, na qual se dá já por existente em Portugal a ordem de Santiago. Certamente há equívoco na data. — De 1175 há uma bula, aliás não autêntica, na qual se mencionam os bens da ordem em Portugal nos termos seguintes: «*Alcacar cum suis pertinentiis: Almadana cum suis pertinentiis: Laruda cum suis pertinentiis.*» *Allegação de direito em favor da jurisdição e exempção das Ordens Militares & Cavalheiros dellas* (1641), pág. 179 a 186, cit. por Gama Barros, *História da administração pública*, t. I, pág. 368, n.º 4; *Quadro Elementar*, t. IX, pág. 16.

² A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. III, pág. 217, nota 1.

³ Livro do tombo da vila de Sesimbra, cit. por Gama Barros, ob. e t. cit., pág. 369.

Papa Inocência IV confirmava as doações feitas á ordem, e entre elas mencionava a vila de Tavira, os castelos de Mértola e de Cacela, a vila de Sesimbra, o padroado das igrejas de Alcácer, Palmela e Alhandra, algumas terras de Santarém etc.¹.

*Ordem de Cristo*². — Pelos primitivos estatutos, feitos em 1321, a ordem de Cristo devia ter pelo menos oitenta e quatro freires, a saber: sessenta e nove cavaleiros, armados e montados, nove clérigos e seis sergentes³.

Embora o Pontífice, na bula da fundação, determinasse que a cabeça da ordem de Cristo fôsse o castelo de Castro Marim⁴, poucos anos ali se conservou. Cêrca de 1338 fez-se a mudança para Tomar, onde ficou a cabeça da ordem.

No século XIII estavam filiadas na ordem do Templo mulheres cujo número foi crescendo a ponto que se tornou necessário ou conveniente edificar-lhes um recolhimento em Tomar. Extintos os templários e fundada a ordem de Cristo, esta não conservou as antigas freiras do Templo, que por isso tiveram de mudar de hábito.

¹ Bulas de Inocência IV *Illius ordinem vestrum*, 8, 9, 11 e 16 de Setembro de 1245. *Bullarium Equestris Ordinis S. Jacobi de Spatha*, ano 1245; ABRANCHES, *Suma do bulário português*, pág. 317, n.º 1919.

² Veja-se o que dissemos a pag. 246 e seg.

³ O número foi pouco depois alterado, pois nas constituições de Tomar de 1326 se diz o seguinte: «Ordenamos, e estabelecemos, e outorgamos, que para todo o sempre haja na dita nossa ordem 86 freires, ao menos, como dito é. Dos quaes sejam 71 freires cavalleiros, guisados de cavallos, e armas, e os outros (15) serem clérigos, e sergentes». *Elucidário*, in vbo. *Sergentes*.

Os *sergentes* foram a princípio, nas ordens militares, moços e criados fieis, que serviam os cavaleiros dentro e fora dos conventos; preparavam-lhes as armas, vestiam-lhas, cuidavam dos cavallos, e do serviço, limpeza e asseio da casa. Pelo decurso do tempo e com a secularização dos cavaleiros, chegaram os *sergentes* a ter hábito religioso e refectório comum. *Elucidário*, log. cit.

Sobre as ordens militares em Portugal até fins do século XIV, encontrará o leitor outras notícias e indicação de fontes na *História da Igreja em Portugal*, t. I, cap. VI; t. II, cap. V.

⁴ ... «In praedicto Castro Marino domum novi ordinis pugillum Christi providimus ordinandam, quam quidam domum ipsius ordinis caput esse decernimus.» Bula de João XXII *Ad ea ex quibus*, de 14 de Março de 1319, a qual se encontra na integra, em latim e em português, nas *Definições e estatutos dos cavalleiros e freires de Christo* (Lisboa, 1628).

Privilégios e imunidades eclesiásticas. — Uma das consequências da introdução do direito canónico em Portugal foi a consagração do privilégio do fôro eclesiástico, em virtude do qual não só os clérigos estavam em muitos casos isentos da acção do poder civil, mas até se julgavam no direito de reclamar que as suas causas fôsse julgadas segundo o direito das decretais, mesmo nos casos em que houvessem de responder perante a justiça secular. Nesta conformidade estatuiu D. Sancho I, em carta de 1210, segundo parece, dirigida nomeadamente ao Bispo, cônegos e burgueses do Porto e em geral de todo o reino (*ymo totius rregni mei*)¹.

Numa das leis de 1211 regulou D. Afonso II as questões relativas ao fôro, estabelecendo em primeiro lugar a regra de que o demandador deve seguir o fôro do demandado. Se o clérigo fôsse demandado por cousa pertencente á Igreja, respondia perante o Bispo ou perante outra pessoa eclesiástica. Se o objecto da causa fôsse propriedade do clérigo e não da Igreja, respondia perante o juiz secular. Nos feitos criminaes eclesiásticos respondiam os clérigos perante o Bispo ou seu vigário; nos restantes crimes respondiam perante o juizo secular, e seus bens eram obrigados ao pagamento das multas. Quando o clérigo demandava o leigo, êste respondia perante o juizo secular².

No tempo de D. Afonso III sofriam estas regras algumas modificações, pois então se determinava que, nos crimes a que correspondia multa ou coima, o clérigo respon-

¹ «*Et si ego causam aliquam aduersus aliquem clericorum Port. episcopatus per epis. copus habeam ab illo ius meum eciam si causa aliqua inter me et episcopum excreuerit per Bracharensem archiepiscopum terminetur nisi ad dominum passam (papam?) fuerit, appellatum.*» Carta de D. Sancho I, nos *Port. Mon. Hist. — Leg. et Cons.*, t. I, pág. 162, col. II. — No século anterior ainda era vulgar serem julgadas no juizo secular, ou, quando muito, em juizo mixto, as causas que sôbre matéria de propriedade se levantavam entre leigos e clérigos ou mosteiros. Exemplos de casos tais se encontram nos *Port. Mon. Hist. — Dipl. et Chart.*, t. I, pág. 263, 363, 397 (DCLXIII), 445 etc.

² *Port. Mon. Hist. — Leg. et Cons.*, t. I, pág. 170-171.

desse perante o juiz secular¹. Se o clérigo esbulhava o leigo de cousa da qual o segundo tinha posse de ano e dia, o esbulhado podia demandar o clérigo perante o juizo secular, se o fizesse dentro do ano e dia depois do esbulho; se o fizesse depois, o clérigo tinha o direito de só responder perante o juizo eclesiástico².

Tais factos accusam a decadência do privilégio do fôro.

D. Dinís tratou de cortar todos os abusos que do fôro eclesiástico se faziam, respeitando-o unicamente nos casos em que o direito canónico expressamente o reconhecia. Em compensação o clero passou a ter mais garantidas e constantes as suas imunidades legítimas. Por uma lei de 1286 determinou aquele monarca, que por crime se não prendesse clérigo, excepto se lhe correspondesse a pena de morte ou outra pena corporal; e neste caso deviam logo entregá-lo ao Bispo ou ao seu vigário para que se fizesse justiça³. Por outra lei de 9 de Agosto de 1305 obrigou os clérigos casados a responderem no fôro civil e a submeterem-se aos encargos comuns, nos casos em que indevidamente se diziam isentos da jurisdição secular⁴.

As providências adoptadas por D. Dinís para extinguir os abusos em matéria de privilégios eclesiásticos estavam de acôrdo com as ideias do Pontífice. Muitos individuos habilitavam-se unicamente com as ordens menores, ou mesmo só com a prima tonsura, para se darem como pertencentes á classe eclesiástica e gosarem todas as vantagens que dêsse facto derivavam, como era a isenção da hoste e do fossado, da anuduva e das imposições fiscaes. Para corrigir tais abusos determinou Bonifácio VIII, que, entre os clérigos casados, só podiam aproveitar-se das imu-

¹ É assim que se teem interpretado as palavras: *E estabelecido he que o clérigo percoomhas responder dante o juiz sagral.*» *Leg. et Cons.*, I, 275.

² *Ibid.*

³ RIBEIRO, *Dissertações chronologicas*, t. III, p. II, pág. 165.

⁴ *Livro das leis e posturas*, cópia, I, fl. 195 v.º, cit. por GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, pág. 306.

nidades eclesiásticas aqueles que houvessem contraído matrimonio com mulher virgem e não fôsses bigamos, isto é, não passassem a segundas núpcias; e ainda com a condição de que usassem cercilho e vestes clericais. Anos antes, o Papa Gregório X excluira do privilégio os clérigos que passassem a segundas núpcias¹.

Um dos objectos de questão entre a Corôa e a classe eclesiástica foi a exigência do *serviço militar* ao clero. Nesta matéria o direito era incerto e mal definido; estabeleciam-se normas casuisticamente, segundo as circunstâncias occorrentes. Por isso se levantavam contestações, pôsto que nem os pesados trabalhos da guerra andavam muito fora dos costumes do clero, para que a êste repugnassem; nem os julgavam tão incompatíveis com o munus sacerdotal, que não acontecesse que os bispos e o próprio Papa fôsses os primeiros a incitar por vezes o clero a marchar para a guerra contra os infieis.

Segundo as leis das *Partidas*, em Castela eram os clérigos obrigados a prestar o serviço militar contra infieis, defendendo os castelos; e ainda, quando a guerra era contra infieis, se os clérigos possuíam terras da Corôa com obrigação de lhe prestar serviços, deviam ir na hoste com o Rei ou com quem suas vezes fizesse². No caso de rebeliões internas ou de invasão repentina de inimigos, era o clero, segundo fôro de Espanha, obrigado a pegar em armas a favor do Rei³.

O princípio da isenção do serviço militar foi-se introduzindo e radicando á medida que prevaleceu o direito canónico; porquanto diversos concílios tinham declarado o mister das armas impróprio dos clérigos e estes isentos do serviço militar. Todavia sempre se julgou que, em guerra contra infieis e em alguns outros casos, eram os clérigos

¹ *Sext. Dec.*, l. III, tit. II, cap. I e l. I, tit. XII, cap. ún.

² *Partida I*, tit. VI, lei 52.

³ *Partida II*, tit. XIX, leis 3 e 6.

obrigados ao serviço militar. Nesta conformidade, D. Sancho I, por uma lei de 1210, isentou os clérigos de irem na hoste, a não ser no caso de invasão dos sarracenos¹. Numa concórdia celebrada em 1232 entre D. Sancho II e o Bispo do Porto, estipularam-se também os casos em que o prelado acompanharia o Rei na guerra e lhe prestaria o serviço militar².

Outro privilégio importante era o que se referia á *execução dos testamentos*, depois que o poder eclesiástico avocou á sua jurisdição, desde os fins do século XII, todas as causas testamentárias. Nesta matéria cresceram os abusos a tal ponto, que Honório III, por bula de 29 de Março de 1222, mandou proceder contra o Bispo e o clero da diocese e província eclesiástica de Lisboa, por obrigarem os testadores, sob pena de denegação dos sacramentos, a deixarem ás igrejas a terça ou uma parte certa dos seus bens. Por uma constituição de 1271 mandou o Bispo de Lisboa D. Mateus considerar falecido *ab intestato* aquele que fizesse testamento sem estar presente o pároco ou seu representante, sucedendo nesse caso a Igreja na terça parte da herança.

Variou muito nos séculos XII a XV a obrigação de contribuir o clero para os encargos gerais do Estado. Em Portugal consideravam-se geralmente os bens eclesiásticos como isentos de encargos fiscaes; mas tal princípio nem sempre era observado. Para que o clero cóntribuísse com o seu subsídio ao Estado, era necessário que as despesas a fazer fôsem em serviço de Deus, como a guerra contra

¹ «Concedo etiam omnibus abbatibus et prioribus et clericis totius rregni mei ut nunquam veniant mecum in exercitum neque cum filio meo nisi contra sarracenos si intraerint in terram nostram.»... *Port. Mon. Hist.* — *Leg. et Cons.*, pág. 162. Cf. A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. II, pág. 116.

² «De articulo expeditionis ita diffinitum est inter me et P. Episcopum et Capitulum Portugalense, quod ipse Episcopus ibit mecum in expeditionem cum ego ivero cum exercitu generali ad defensionem Regni tantum cum Prelatis secularibus, quibus ratione Prelatie suppetunt facultates, Religiosis remanentibus si contigerit quod exercitus generalis serracenorum intraverit ad obsidendas, et capiendas Regni Villas.» RIBEIRO, *Dissert. chron. e cril.*, t. IV, p. II, pág. 151.

os infieis; e mesmo então era necessária a autorização do Pontífice. Todavia pagou o clero várias contribuições no século xv sem aquela autorização ¹.

Notável privilégio do clero era o *direito de asilo*, pelo qual não podia ser perseguido na igreja o criminoso que ali se refugiava. Esta imunidade não aproveitava a todos os criminosos, mas sofria restrições; em todo o caso representava uma grande fôrça moderadora dos rigores do direito penal na idade média. Tal privilégio era frequentes vezes violado, como se vê das queixas que com semelhante fundamento os prelados apresentavam em côrtes.

Estes privilégios do clero foram sucessivamente modificados, e constituíram objecto de várias concordatas entre os monarcas e a Santa Sé.

Leis contra a amortização. — Não teve efeito satisfatório a lei promulgada nas Côrtes de Coimbra de 1211 contra o excesso de amortização da propriedade pelas corporações eclesiásticas ². É certo que, em regra, ás riquezas das igrejas e dos mosteiros davam os seus usufrutuários applicações de todo o louvor, na sustentação de escolas, socorros constantes aos pobres, prestação de serviços militares e arroteamento de terrenos incultos; mas êste facto não impedia que houvesse abusos nem destruía por completo o efeito de inconvenientes que a prática foi mostrando.

Frustradas diversas tentativas já posteriores a 1211, foi El-Rei D. Dinís quem afinal adoptou uma série de providências tendentes a regular a amortização da propriedade. Por uma lei de 10 de Julho de 1286 suscitou a proibição imposta a ordens e clérigos de comprarem bens de raiz, e

¹ O terceiro concílio de Latráo estabeleceu como regra que o clero devia contribuir para os encargos gerais, contanto que o clero e o Bispo reconhecessem a necessidade do subsídio pedido e que para satisfazer a ela não bastassem os subsídios dos leigos. O quarto concílio de Latráo ordenou que sobre tal assunto se ouvisse primeiro o Pontífice; e Bonifácio VIII decretou em 1296 que era necessária a autorização da Santa Sé para a cobrança de tais contribuições.

² *Port. Mon. Hist.* — *Leg. et Cons.*, pág. 169.

ordenou que todos os adquiridos por êsse modo desde o princípio do seu reinado fôsem vendidos dentro dum ano, sob pena de sequestro. Igualmente deviam ser sequestrados todos os que fôsem comprados depois da lei de 1286¹.

Por outra lei de 21 de Março de 1291, ordenou D. Dinís que as ordens não pudessem suceder nos bens dos seus professos, e que estes os não pudessem vender, nem doar, nem alienar, nem dar-lhes qualquer destino, em que a lei fôsse iludida para que tais bens viessem a reverter a favor das ordens. Os religiosos podiam vender a terça dêses bens a pessoa leiga, applicando o produto a bem da sua alma, contanto que a venda não fôsse feita a frades, nem a freiras, nem a religiosas², por onde pudessem os bens ir para alguma ordem. Os que não tivessem herdeiros legítimos podiam dispôr de seus bens como entendessem, contanto que não fôsse de forma que êles passassem ao poder das ordens³.

Semelhantes disposições eram demasiadamente rigorosas para as circunstâncias daquele tempo, e não tardou que apparecessem as concessões especiais e depois a modificação definitiva a título de interpretação da lei e sob a apparencia de disposição transitória. Uma lei de 7 de Abril de 1295 permitiu ao mosteiro de Odivelas, fundado por D. Dinís, que herdasse das suas religiosas⁴. A instâncias do Bispo de Viseu, renovou aquele monarca, em 6 de Ju-

¹ *Ord. Af.*, liv. II, tit. XIV.

² As *Ord. Af.*, l. II, tit. XV, § 3 dizem «que nom sejam Fraires, nem Freiras, nem Donas d'Ordens»; a cópia do *Livro das leis e posturas* (I, fl. 80), cit. pelo Sr. Gama Barros (ob. cit., t. I, pág. 351), diz que «nom sejam Frades, nem Freires, nê Donas d'Ordem».

³ *Ord. Af.*, l. II, tit. XV, § 3. D. Dinís justificava tais disposições com o que lhe haviam representado seu irmão, Infante D. Afonso, D. Nuno Gonsalves, ricos homens, fidalgos e outras pessoas, os quais se queixavam de estarem pobres, porque, quando faleciam religiosos ou religiosas professas, as ordens herdavam-lhes os bens, que dêste modo saíam para sempre da linha familiar a que pertenciam. Sôbre êste assunto houve conselho com a côrte e muitos homens bons, e entendeu que devia evitar o mal, «sabendo por verdade, que as Hordeês aviam a maior parte do meu Regno».

⁴ *Addit. à Synopse Chronol.*, pág. 29.

nho de 1308, a licença temporária que concedera aos clérigos para comprarem bens de raiz ¹.

Como se levantassem dúvidas sobre a interpretação da lei de 1291, declarou D. Dinís, em 1 de Julho de 1309, que os bens daqueles que já eram professos antes dessa lei, quando também antes dela adquiridos, podiam ser transmitidos ao mosteiro ou applicados conforme ordenasse o legítimo superior religioso.

Quanto aos bens adquiridos depois da lei por qualquer título, podiam possuí-los os religiosos seus donos ou os mosteiros em vida daqueles, mas de modo nenhum podiam aliená-los a favor de mosteiro, ou de ordem, ou de pessoa que não fôsse secular, sob pena de os perderem; e por morte dos professos deviam ser os bens dêles vendidos ou dados a senhores leigos dentro dum ano, entrando o produto no cofre da comunidade, sob pena de, não sendo vendidos, passarem aos mais próximos parentes, seculares e leigos, do falecido ².

Completando a lei de 1291, determinara D. Dinís no ano seguinte, que o clérigo de ordens menores, casado ou solteiro, podia comprar propriedade para si, ou para outro clérigo secular, ou para leigo, contanto que perante o tabelião jurasse que não comprava para nenhum outro; e o vendedor devia jurar a sua convicção ácerca da legitimidade do comprador ³. A obrigação de prestar juramento estendeu-se depois, por lei de 30 de Julho de 1305, a todos os vendedores e compradores, no intuito de se pôr cõbro ás fraudes cometidas para iludir os preceitos contrários á

¹ *Addit. à Synopse Chronol.*, pág. 35.

² *Ord. Af.*, l. II, tit. XV, § 5 e seg. «Porque — justificava D. Dinís — se esses herdamentos ficassem aos Mosteiros, tornar-sia em meu prejuizo, e desserviço, e em gram dâpno de meus Regnos, per razão que os que lograssem esses herdamentos nom hiriam em oste, nem fariam a mim aquelles serviços, que a mim devem fazer pera defendimento da minha terra; e outro sy porque, louvado o Senhor Deos, os Mosteiros, que ora há em minha terra, som ricos d'herdamentos, e possissões de guisa, que podem bem guarecer» (viver, sustentar-se). *Ibid.*

³ *Ord. Af.*, liv. II, tit. III, §§ 3 e 4.

amortização¹. Também a referida lei de 1292 proibiu que os tabeliães fizessem escritura de venda de propriedade a frade, freira, ou qualquer pessoa de religião, e fez depender de licença régia a venda de bens para aniversários².

¹ *Livro das leis e posturas*, cópia, I, fl. 194 v., cit. por GAMA BARROS, ob. e t. cit., pág. 352.

² *Ord. Af.*, l. e tít. cit., § 5.

CAPÍTULO V

A NOBREZA

Origens e categorias da nobreza. — Tem-se discutido se com a invasão dos visigodos fôra aniquilada a nobreza hispanò-romana, e se, na classe nobre existente ao constituir-se a nacionalidade portuguesa, predominava o elemento dos visigodos conquistadores ou a raça dos vencidos.

O que parece mais aceitável é que as necessidades da guerra contra os árabes houvessem confundido os descendentes dos visigodos e os dos hispanò-romanos, e que na classe nobre entrassem indivíduos de origem diversa, mas notáveis pelo seu valor militar, pelas riquezas adquiridas ou por outras causas especiais.

Chamavam-se *fidalgos* (*filhos de algo*) aos nobres de linhagem, que eram os mais considerados ¹. Para ser nobre de linhagem parece que era necessário ter ascendência fidalga pelo menos até aos bisavós ².

Os membros da alta nobreza exerciam acção importante no govêrno, já pela sua intervenção nas Côrtes, onde formavam um *braço* ou *estado* separado, já porque desempenhavam os principais cargos do paço e entravam no *conselho* ou *cúria*, em que se decidiam os negócios mais graves.

¹ As *Partidas* também chamaram nobre ao homem notável pelo seu saber, ou pelo seu valor e procedimento. Part. II, tit. 21, lei II.

² Part., *ibid.*, lei II *in fine*.

No meado do século XIII, os graus da nobreza em Portugal eram, por ordem descendente, os seguintes: *rico-homem, infanção, cavaleiro, escudeiro*.

Os *ricos-homens* constituíam em Portugal a primeira ordem da nobreza; eram os senhores mais poderosos, porque a fidalguia do seu nascimento acrescia o prestígio dos importantes cargos públicos que exerciam. Para os efeitos administrativos, militares e judiciais, o reino estava dividido em distritos denominados *terras*; e em cada uma destas circunscrições era o rico-homem o mais elevado funcionário régio.

Como chefe militar da *terra* ou distrito, o rico-homem era obrigado a levar á guerra certo número de homens armados.

Os *infanções* eram os nobres de linhagem imediatamente inferiores aos ricos-homens. Em geral não exerciam magistraturas civis nem militares. No meado do século XIV raras vezes se empregava já a palavra *infanção*, que foi substituída pelo termo genérico de *fidalgo*.

Chamavam-se *cavaleiros* todos os que eram admitidos àquela espécie de confraria militar da idade média á qual se deu o nome de *cavalaria*.

Para que alguém pudesse receber as honras de cavaleiro devia ser nobre de linhagem conhecida até aos bisavós, ou ter-se tornado notável nas letras ou em feitos de grande valor.

Só um cavaleiro podia conferir tal dignidade, exceptuando os reis, que armavam cavaleiros, embora o não fôsem. Todavia, na segunda metade do século XIV, não era geral a prática de conferir o Rei a honra da cavalaria sem ser cavaleiro.

Estando no campo, á espera de batalha, El-Rei D. Fernando armou cavaleiros alguns ingleses e portugueses. Disseram-lhe que não podia fazê-lo, pôsto que fôsse Rei, porque não era cavaleiro. Então o Conde de Cambridge conferiu a cavalaria a D. Fernando, e êste repetiu a cola-

ção áqueles que já antes armara cavaleiros, e armou a outros mais ¹.

Também os reis conferiram a si próprios a honra da cavalaria, como fez D. Afonso Henriques ²; e procediam assim para atalhar á superioridade que o cavaleiro devia reconhecer naquele que lhe conferia a dignidade. A esta norma de subordinação se atendeu em 1281, quando se compunham discórdias entre El-Rei D. Dinís e seu irmão D. Afonso: êste obrigou-se a ser armado cavaleiro por El-Rei e a ficar seu vassallo toda a vida ³. Dêste modo eram os costumes da cavalaria chamados a cimentar a palavra dada nos contratos.

Como a dignidade de cavaleiro dava a isenção de impostos, procurava-se alcançá-la e havia quem abusivamente a conferisse. Por esta razão, proibiu El-Rei D. Dinís, por lei de 4 de Maio de 1305, que se houvessem por cavaleiros aqueles que tal dignidade recebessem de outrem que não fôsse o monarca; e declarava que isto era de direito ⁴.

Aos cavaleiros seguiam-se imediatamente os *escudeiros*, dos quais uns eram nobres e outros não. O escudeiro fidalgo era para certos efeitos equiparado ao cavaleiro; o escudeiro não fidalgo devia acompanhar o seu cavaleiro, ajudá-lo a vestir as armas e combater na rectaguarda dêle.

Além destas categorias de nobres também existiram em Portugal os *donzeis*, filhos de nobres que serviam como pagens até á idade de passarem a escudeiros.

Todas as classes da nobreza eram designadas pelo nome comum de *vassallos de El-Rei*, porque os fidalgos recebiam mais ou menos benefícios do património real, em terras ou em tenças de dinheiro. Vassallos — diz Francisco Brandão — «foi nome geral de todos os que estauão aquantiados,

¹ FERNÃO LOPES, *Chronica de El-Rei D. Fernando*, cap. CLIII. É provável que a estranheza fôsse formulada pelos ingleses.

² Vid. pág. 138.

³ FR. FRANCISCO BRANDÃO, *Monarchia Lusitana*, l. XVI, cap. XXXI, p.V, fl. 62, col. 1.^a.

⁴ *Monarchia Lusitana*, l. XVIII, cap. XX, p.VI, pág. 82 e seg.

& vencião soldo, ou gosauão priuilegios com que eraõ obrigados a seruir na guerra». Êste conceito é quasi idéntico ao que aparece nas *Partidas*, segundo as quais vassalo era aquele que recebia de senhor honra e benefício, como cavalaria, terra ou dinheiro por determinado serviço que lhe havia de prestar ¹.

No tempo de D. Pedro I ainda apenas os nobres de linhagem se consideravam vassalos de El-Rei. Estes eram obrigados a servir com certo número de lanças, proporcional á *contia* que para êste efeito recebiam anualmente; mas além desta recebiam outra a que lhe dava direito a sua qualidade de fidalgo. Logo que nascia um filho de nobre era-lhe dada *carta da contia*, proporcional á que recebia o pai. D. Fernando determinou que a carta de contia se desse a um filho sòmente, pela ordem do nascimento ².

No século xv foi dada a qualidade de vassalos a mecânicos e a outros indivíduos que não eram de linhagem nobre. Contra factos desta natureza se fizeram queixas em côrtes nos reinados de D. Afonso V e D. João II ³.

Solares, coutos, honras e beetrias. — A palavra *solar*, freqüente nos forais, designava — diz Viterbo — «quintas, fazendas, casais, herdades, e outras quaisquer terras de lavoura, onde o seu dono tinha alguns homens assalariados, ou a *bem fazer*, que se empregavão na sua cultura; e isto, ainda que o Senhor das tais propriedades, e abegoarias fôsse de mais dinheiro que Nobreza. E neste sentido se disse *Solar* de *Solum*, que significa a terra, chão, ou assentô, em que alguém está, reside, mora, trabalha, e se

¹ *Monarchia Lusitana*, l. XVI, cap. XVI, p.V, fl. 31 v.; *Partida IV*, tit. XXV, l. 1.^a e 2.^a; GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, pág. 408 e seg.

² FERNÃO LOPES, *Chronica de El-Rei D. Pedro I*, cap. I; GAMA BARROS, ob. e log. cit.

³ FRANCISCO BRANDÃO, *Monarchia Lusitana*, l. XVI, cap. XVI; GAMA BARROS, ob. e log. cit.; JOÃO PINTO RIBEIRO, *Sobre os títulos da nobreza de Portugal e seus priuilegios* (opúsculo nas *Obras Várias*, Coimbra, 1729).

sustenta»¹. O solar era, portanto, a morada fixa do nobre; e aos que ali viviam como caseiros, lavradores, colonos ou serviçais, dava-se o nome de *solarengos* (*solaregos*, *solariegos*, *solariengos*)².

Por tradição herdada dos germanos e para se prevenir contra arremetidas de muçulmanos, os nobres tinham nos seus solares torres e fortalezas, que aproveitavam nas lutas duns contra outros.

Findas as lutas com os infieis, a faculdade de ter fortificações só foi concedida por privilégio ou por motivo atendível³.

¹ *Elucidário*, in vbo. *Solar*. Vid. forais de Mós (1162), Sesimbra (1201), Castelo Branco (1213), Crato (1232), Canha (1235), Aroche (1255), Aguiar da Beira (1258) e Tolosa (1262), *Leg. et Cons.*, I, 390, 515-516, 567, 625, 626, 651, 688 e 701.

² A. HERCULANO, *História de Portugal*, t.VIII, pág. 120; VITERBO, *Elucidário*, in vbo. *Solarego*. Vid. foral de Sesimbra (1201), Lardosa (1223), Avis (1223), Sortelha (1228-1229), Elvas (1223), Crato (1232), Canha (1235), Aroche (1255), Terena (1262) (*Leg. et Cons.*, I, 516, 593, 595, 608, 610, 625, 626, 651, 699). «*Qvolibet homo qui solariego uoluerit esse tali modo sit qui laborauerit et morauerit omnino in hereditate de suo domino sit solariego, et si in alia hereditate laborauerit pectet quasi aldeano.*» (*Costumes e foros de Alfaiates*, *Leg. et Cons.*, I, 816). Dizem o mesmo os *Costumes e foros de Castelo-Melhor* (ib., 921).

³ Por ocasião das lutas entre El-Rei D. Dinís e seu filho D. Afonso, Mem Rodrigues de Vasconcelos sustentou denodadamente o partido de El-Rei, e em Guimarães ofereceu resistência aos ataques do Infante. «A Mem Rodrigues de Vasconcellos — diz Francisco Brandão — que por sustentar o partido d'elRey, ficou desauindo com muitos Fidalgos daquela Prouincia que seguião a parte contraria, & continuárão em açuadas contra os Realistas, deu ElRey licença para fazer huma caza forte no seu couto de Penagate, para se defender, & a seus filhos, & mulher, ainda que as taes cazas fortes, & torres estauão prohibidas. Foi a concessão em Lisboa a 20 de Outubro» (1322). *Monarchia Lusitana*, p. VI, l. XIX, cap. XXVII.

Em 1720 escrevia Bluteau: «Destas torres, ou *Solares*, ainda hoje se conservão muytos neste Reyno a pesar do tempo, como são os de Abreu, Attaide, Bayão, Britto, Carvalho, Cunha, Faria, Goes, Lima, Nobrega, Pereyra, Sampayo, Sousa, Silva, Vasconcellos & outros muytos. Sempre a nobreza dos que semelhantes casas tinhão, & dellas procedião, foy muyto estimada em Hespanha, & lhe foraõ concedidos muytos privilegios, & estes são os que propriamente chamamos em Portugal, *Fidalgos de Solar*. Os principaes *Solares* deste Reyno, achão-se pelos campos, & montes de Entre Douro, & Minho, & em alguns lugares da Beyra, & Traslomontes; mas de muytos-delles, o tempo, & a limitação do patrimonio escurecêraõ a memoria.» *Vocabulario*, in vbo. *Solar de Fidalgo*.

Um século depois ainda escrevia António Caetano do Amaral: «Ainda se vêm restos destas fortalezas em algumas casas illustres das provincias, especialmente na de Entre Douro e Minho: porque começando-se por aquele territorio a fazer guerra aos Mouros, e estabelecendo-se a Corte dos nossos Reis em Guimarães, começárão tambem os Grandes a ter mais desafogo para se estabelecerem em seus Solares.» *Hist. e Mem. da Academia*, t. VI, p. II, pág. 115.

Vimos noutro logar o que era *coutar* uma terra¹. Chamavam-se *coutos* as terras privilegiadas de tal modo. A condição das terras chamadas *honras* era substancialmente a mesma dos *coutos*, como demonstrou Caetano do Amaral, alegando textos das Inquirições em que as duas palavras se empregavam como sinónimas. Noutros logares parece fazer-se distinção entre *coutos* e *honras*. O que melhor se pode apurar é que os privilégios das *honras* tinham o seu fundamento na nobreza do senhor que a possuía; de modo que a *terra* deixava de ser *honrada* quando deixava de pertencer a nobre. Os privilégios dos *coutos* resultavam de concessão do Rei².

Nem todas as honras tinham os mesmos privilégios. Havia algumas onde por costume antigo não entravam os funcionários do Rei, nem os moradores respondiam perante o juiz da Corôa. Uma das usurpações dos nobres consistia em estenderem o mesmo privilégio a outras honras que o não tinham. Quando um foreiro ou colono de herdamento da Corôa se obrigava a satisfazer a um privilegiado, em troca de protecção, prestações em dinheiro, em géneros ou em serviços (*encensoria*), o privilegiado atribuía áquele herdamento as mesmas imunidades de que gosavam as suas próprias terras, eximindo-o, portanto, de todo o fôro real. Convertiam em honras os logares onde criavam os filhos, e chamavam-lhes *amádigos*; e quando conservavam a imunidade ainda depois da morte do amo, chamavam-lhes *paramo*. Os abusos chegaram a ponto de mandarem os nobres os filhos, por oito ou quinze dias, para casa de lavradores, unicamente para se haver o logar por honrado. Adquiriam de qualquer modo terras reguengas

¹ Vid. pág. 337.

² Sobre a questão tocada no texto, vid.: JOSÉ ANASTÁSIO DE FIGUEIREDO, *Memoria para dar huma idéa justa do que eraõ as Behetrias, e em que differiaõ dos Coutos, e Honras* (Mem. de Litt., I, 9); *Memoria sobre as Behetrias, Honras, e Coutos, e sua differença* (Mem. de Litt., II, 171); A. CAETANO DO AMARAL, *Historia e Memorias da Academia*, t. VI, p. II, pág. 116 e seg.; A. HERCULANO, *Opúsculos*, t. VI, pág. 251-252; GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, pág. 439 e seg.

e convertiam-nas em honras, para recusarem ao fisco os direitos que pagava a terra. Dêstes e doutros modos usurpavam os direitos da Corôa ¹.

Havia territórios privilegiados em condição diferente dos coutos e das honras; neles o privilégio não pertencia tanto aos senhores como ás povoações e seus habitantes. Os territórios de que falamos eram as *beetrias* ²; o seu privilégio consistia principal e essencialmente em não terem, nem os reis lhes darem e confirmarem outros senhores delas e dos seus moradores, senão aqueles que os habitantes, juntos em conselho com os juizes, vereadores, oficiais e homens bons do mesmo concelho, todos ou a maior parte, escolhessem e elegessem ³. A eleição fazia-se pelo tempo da vida do senhor, ou enquanto êste cumprisse as condições estipuladas; e devia ser confirmada pela autoridade real, em carta que o senhor eleito era obrigado a impetrar. Igualmente lhe cumpria conseguir a confirmação geral de todos os privilégios, liberdades, franquezas e isenções de que gosassem as suas beetrias, e que a êle ou a seus antecessores tivessem sido concedidas; «no caso — diz Anastásio de Figueiredo — de assim ser necessário para a sua conservação (*dos privilégios*): fóra do qual era só obra de qualquer, que fosse, ou se quizesse mostrar bom e melhor *Senhor*, e que quizesse fazer serviços, e recomendar-se para lhe elegerem os filhos, e sucessores depois da sua morte.»

O senhor era obrigado a defender as povoações contra qualquer opressão e a conservar e guardar todas as honras, graças, privilégios, liberdades, foros, usos e bons costumes em que de antes tinham vivido, e a proteger e con-

¹ Para mais desenvolvimento, vid. GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, pág. 449 e seg.

² Também se escreveu *behetria*, *beatría* e *byatria*.

³ Nas cláusulas que El-Rei D. Afonso Henriques acrescentou ao foral dado pelo Conde D. Henrique ao Sátão (1111), há uma que encerra o conceito essencial de beetria: «*ut non demus uobis seniores nisi quales uos laudaueritis*». *Leg. et Cons.*, I, 355.

servar os habitantes em paz e justiça; não poderia dar, trocar, empenhar ou de qualquer modo alienar o seu senhorio a qualquer outra pessoa, nem acrescentar os tributos, fóros ou imposições, nem pôr outros contra a vontade dos habitantes; devia conservar-se na graça e favor de El-Rei, viver neste reino como seu vassaló, e não ser punido por crime de traição ou qualquer outro que importasse a perda dos bens; expirava o senhorio e a obrigação dos vassallos, se o senhor viesse a ser Rei.

Os povos davam ao senhor as regalias e direitos que em consequência de seus privilégios, posse e costumes antigos lhe podiam dar. O direito mais géral e comum dos senhores era o de terem os habitantes debaixo de sua sujeição e vassalagem; receberem todos os foros, direitos, rendas, serviços e tributos, que por direito, leis do reino e costume antigo lhes pertenciam; e todas as honras e utilidades que os povos podiam e costumavam prestar-lhes, a trôco de defesa, amparo, protecção e conservação ou aumento dos privilégios.

Algumas vezes o privilégio de beetria andava unido a uma só vila ou honra, como acontecia em Amarante e Ovelha; outras vezes uma beetria tinha anexas ou sufragâneas honras diversas, até de concelho diferente. Á beetria de Canavezes pertenciam o couto de Tuias e as honras de Gontigem, Paços de Gaiolo, Santo Isidro, Louredo e Galegos; á beetria de Britiande andavam anexas as honras da Várzea da Serra, Omezio e Campo Bem Feito; a beetria de Meijamfrio tinha como sufragâneas Vila Marim e Cidadelha ¹.

Lutas com a Corôa — Decadência da nobreza. — Os monarcas procuraram restringir quanto possível os privilégios da nobreza, contrários ao exercício da soberania e aos interesses do fisco; mas tais esforços foram baldados durante

¹ Vejam-se as fontes cit. em a nota 2 de pág. 382.

muito tempo, até que a autoridade real se fortaleceu, a ponto de poder lutar vantajosamente contra os nobres.

Como o património dos nobres se alargava muitas vezes á custa de usurpações, os monarcas trataram de reprimir semelhantes abusos por meio das *confirmações* e das *inquirições*. As *confirmações* consistiam em os nobres sujeitarem á aprovação do novo Rei as doações recebidas dos seus antecessores, para haver ocasião de verificar se existiam terras usurpadas; pelas *inquirições* verificava uma alçada especial, que percorria o país, quais as terras que andavam injustamente desviadas do património da Corôa.

No reinado de D. Afonso II começaram a ser frequentes as cartas de confirmação, ou por exigência do monarca, ou porque os possuidores queriam dêste modo garantir melhor as doações que haviam recebido. No mesmo reinado fizeram-se inquirições gerais (1220), para se averiguar quais eram as terras usurpadas á Corôa. Repetiram-se as inquirições no reinado de D. Afonso III (1258); mas sempre os privilegiados opunham toda a espécie de difficuldades áquella defesa do património fiscal, forjando documentos, empregando ameaças e outras violências ¹.

As inquirições que deram melhor resultado foram as do tempo de D. Dinís, que as ordenou por várias vezes. Nessa época diversas circunstâncias favoreceram o triunfo da realeza, e uma delas foi estar concluida a luta com os muçulmanos. Assim pôde aquelle monarca remediar muitos abusos, por uma série de providências que constituem talvez, no parecer de Herculano, «a colecção mais importante de monumentos para o estudo do modo de ser da propriedade entre as altas classes nos tempos primordiais da monarquia. ²».

O direito de jurisdição, que nas suas terras tinham os

¹ Veja-se o que ácerca de confirmações e inquirições dissemos a pág. 194 e seg., 223 e seg.

² Foram publicadas por João Pedro Ribeiro nas *Memorias das Inquirições*.

donatários, limitava consideravelmente a acção da autoridade real e era causa de freqüentes opressões que sofriam os povos.

Já nas côrtes de 1211 foi reconhecido o direito absoluto de apelar para El-Rei de quaisquer sentenças proferidas; e vê-se que então o tribunal da côrte ou Casa de El-Rei conhecia das sentenças por apelação. A verdade, porém, é que os nobres passaram a julgar por apelação, e foi necessário que, em 1282, D. Dinís acabasse com tal abuso, mandando que as partes apelassem directamente para El-Rei e para mais ninguém. Esta ordem não bastou para restabelecer o direito, e por isso em 1317 publicou uma lei garantindo com penas graves a liberdade de apelação para El-Rei.

Apesar de tudo, não só os nobres excediam a jurisdição que tinham nas suas honras, como também continuaram no abuso de acrescentar as honras e criar outras novas.

Contra tais excessos promulgou D. Afonso IV, com bastante éxito, diversas leis, entre as quais é uma das mais notáveis a de 3 de Janeiro de 1343 ou 1344¹.

Determinava El-Rei que os fidalgos conservassem com todas as jurisdições e direitos as honras verificadas pelas Inquirições de 1288, de modo que nelas não entraria mordomo nem saião; e do mesmo modo conservariam as honras feitas até vinte anos antes da morte de El-Rei D. Dinís. Depois de regular o exercício da jurisdição conforme as condições em que os inquiridores tivessem achado as honras, proíbe El-Rei que os nobres acrescentem suas honras ou façam outras de novo, ou se arroguem maior jurisdição do que aquela que lhes era dada, ou embarguem a jurisdição da justiça real nos feitos que a ela e não aos fidalgos pertencessem. Ficariam desde logo devassas as honras em que se fizesse o contrário; e devassas se consi-

¹ Está nas *Ord. Af.*, l. III, tit. L.

derariam também as honras feitas desde vinte anos antes do falecimento de D. Dinis ¹.

Costumes da nobreza. — As lutas de que foram teatro os países onde vigorou o regímen feudal também se reflectiram entre nós, embora menos violentas. Como o direito consuetudinário reconhecia á família a faculdade de se desagravar por suas próprias mãos, as discórdias entre os nobres, suscitadas por ódios pessoais, questões de propriedade, melindres de honra e outras causas, traduziam-se por vezes em verdadeiras batalhas sangrentas. Nestas lutas de famílias aproveitavam-se, como atrás dissemos, as torres e casas fortes dos solares, como fortalezas contra inimigo estrangeiro. A acção da justiça real não pôde es-tender-se eficazmente desde o princípio á repressão daquelas guerras privadas, que só vieram a acabar nos fins do século xiv, em consequência de leis severas.

O *Chronicon Conimbricense* refere ao ano de 1277 uma batalha entre Pedro Estevam de Tavares e Fernando Afonso de Cambra (*Caambria*). Da parte do primeiro morreu no combate apenas um homem nobre; do segundo morreram alguns, cujos nomes declara, *et alii milites scutiferi et pedites* ². Nos *Livros de Linhagens* há notícias de lutas entre nobres. D. Lopo Rodrigues d'Ulho raptou D. Teresa Fernandes, e defendeu-a com trezentos cavaleiros contra os parentes dela. Depois recebeu-a em casamento ³. Entre Vasco Pires Farinha e alguns seus parentes, havia em 1284 acesa contenda que tinha por objecto o senhorio de Gois. De ambas as partes se organizaram bandos armados, que travaram batalha em que houve mui-

¹ Sôbre as lutas entre a Corôa e a nobreza em matéria de jurisdição, vid. GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, pág. 453 e seg. El-Rei D. Fernando também regulou o exercício da jurisdição dos nobres, por lei de 3 ou 13 de Setembro de 1375 (*Ord. Af.*, l. II, tit. LXIII).

² *Port. Mon. Hist., Scriptores*, pág. 4.

³ Os *Livros de Linhagens, Scriptores*, pág. 173.

tos mortos e feridos; e continuaram as violências, até que por intervenção de D. Dinís os interessados se louvaram em juizes árbitros ¹.

O carácter violento dos costumes da nobreza manifestava-se freqüentemente nas relações individuais, e até na resistência que ofereciam aos agentes da autoridade real, em defesa dos privilégios. Entre as providências que os monarcas adoptaram contra os bandos armados e lutas entre as famílias, conta-se a lei publicada por El-Rei D. Dinís em Coimbra, a 11 de Janeiro de 1314, pela qual proibiu aqueles excessos sob pena de morte ².

A caça era occupação habitual dos reis e dos nobres. Preferiam a caça de montaria, aos veados, javalis e ursos, porque exigia maior aparato, agilidade e fôrça física; mas também caçavam aves, coelhos e lebres. Esta paixão da caça chegou a prejudicar a agricultura. El-Rei e os nobres coutavam certas extensões de terra, nas quais reservavam para si a caça. Ali se abrigavam os animais, que saíam a causar danos nas searas e nas vinhas ³.

Outra distracção muito em voga era a das corridas de touros, de que há memória já no reinado de D. Sancho I. Na côrte faziam-se representações scénicas, uso que data dos primeiros tempos da monarquia. Eram freqüentes os exercícios a cavalo, torneios e vários jogos que requeriam destreza e fôrça. Também a cultura da poesia entrou nos costumes da nobreza, principalmente desde o tempo de D. Dinís. Dêste monarca existem ainda composições poéticas, e o seu exemplo foi seguido por muitos nobres e príncipes.

¹ FRANCISCO BRANDÃO, *Monarchia Lusitana*, p.V, l. XVI, cap. XXXV.

² *Monarchia Lusitana*, p.V, l. XVI, cap. XXXV; p.VI, l. XVIII, cap. XXXXVIII. Sobre os costumes da nobreza nesta época vid. GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, pág. 415 e seg.

³ GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, pág. 425 e seg.; t. III, pág. 18 e seg.; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Arqueólogo Português*, vol. XXI, pág. 169-170 e as fontes lá citadas: LEITE DE VASCONCELOS, *Textos Arcaicos*, 2.^a ed., pág. 54 e seg.; *Revista Lusitana*, XIII, 149 e seg.; SOUSA, *Provas da Historia Genealogica*, II, 507.

CAPÍTULO VI

O POVO

Classes populares — Cavaleiros vilãos e peões.— O povo, isto é, a população não nobre, estava dividida nos princípios da monarquia em várias categorias: as principais eram as classes dos *cavaleiros vilãos* e dos *peões*.

Com o nome de *herdadores* indicavam-se os indivíduos não nobres que possuíam hereditariamente a propriedade livre ¹. A designação de *cavaleiros vilãos* applicou-se aos herdadores que possuíam terras, em razão das quais eram obrigados a prestar o serviço militar a cavalo. Assim como a condição de servo passou do homem para a terra, também a imposição do serviço militar passou dos indivíduos a certos prédios.

A tal encargo deu-se o nome de *fossado*; e as propriedades pelas quais era devido chamavam-se umas vezes *afosseiradas* ou *herdades de fossadeira*, outras vezes eram designadas pelo nome de *cavalarias* ².

O encargo do fossado consistia em estarem prontos, ordinariamente na primavera, os que possuíam aquela espécie de propriedade, para marcharem a qualquer expedição militar que não excedesse certo número de semanas.

¹ O indivíduo conhecido pelo nome de *herdador* na sociedade portuguesa era o mesmo que o *possessor* entre os romanos, o *privado* entre os godos e o *presor* nos primeiros tempos da monarquia de Oviedo e Leão. A sua condição era muito semelhante á do moderno proprietário rural. — A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. VI, pág. 212-216.

² A. HERCULANO, ob. e t. cit., pág. 219-221.

Deviam levar cavalo e armas, que eram, segundo parece, escudo e lança ¹.

Quando o cavaleiro vilão, por velhice ou por outra incapacidade física, se impossibilitava de cumprir os deveres pessoais do fossado, o concelho com o alcaide e o almoxarife passavam-lhe carta de *cavaleiro pousado*, pela qual ficava isento daqueles deveres; mas continuava a gosar dos privilégios próprios da sua classe ².

Aos cavaleiros vilões seguia-se imediatamente a classe dos *peões* (*pedites*, *pedones*).

Várias diferenças distinguiram as duas classes dos *cavaleiros vilões* e dos *peões*.

Como os peões não tinham os meios necessários para prestarem o serviço militar da cavalaria, a êle só eram obrigados os cavaleiros vilões, como mais abastados. Pelo decurso do tempo veio a prevalecer o direito de serem obrigados ao serviço de cavaleiros todos os que se presumia possuírem aqueles meios ³.

Outra diferença consistia no pagamento da *jugada*, contribuição predial imposta aos peões que possuíam caiais convertidos de reguengos em foreiros. A *jugada* recaía sobre a cultura do trigo, do milho, do vinho e do linho. Ordinariamente por cada *jugo* ou junta de bois com que o lavrador agricultava o seu prédio devia pagar um tanto; mas nem sempre era êste o critério seguido para a imposição da *jugada*, cujo conceito primitivo parece ter sido o de fôro certo, em contraposição ás rações ou quotas incertas ⁴.

¹ Em muitos casos, a obrigação do serviço pessoal do fossado achava-se convertida numa contribuição fixa em gêneros ou em dinheiro, á qual se dava o nome de *fossadeira*. — A. HERCULANO, ob. e vol. cit., pág. 221.

² A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. VIII, pág. 83-84.

³ GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, pág. 494; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. VIII, pág. 81-82, 90-92.

⁴ Esta parece a regra geral; mas várias vezes se estabelecia a *jugada* independentemente do número de arados com que o lavrador cultivava os prédios; de modo que, neste caso, a *jugada* era um encargo ou fôro fixo imposto ao prédio possuído pelo foreiro peão. — A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. VI, pág. 275 e seg., e t. VIII, pág. 109 e seg.

Os peões também eram obrigados ao serviço militar; mas esta obrigação variava com os forais. Em certos concelhos eram obrigados ao fossado, noutros estavam isentos dêle ¹.

Malados ².— Por êste nome se designavam os indivíduos que constituíam a população inferior dos concelhos, e eram principalmente caracterizados pela privação de propriedade, habitando em casa estranha ou cultivando o prédio alheio. A êste estado social de dependência chamava-se *maladia* ³.

Aos poderosos que tinham os malados sob a sua dependência muito convinha aumentar o número dessa clientela, que os engrandecia. Mas, por outro lado, aos malados convinha mais a protecção dos concelhos, porque nestas agremiações de carácter democrático mais facilmente podiam passar a categoria superior, alcançando os foros de *vizinhos* e portanto direitos importantes ⁴.

Na categoria de malados entravam os *creados* (*mancebos* ou *homens*), os *solarengos*, os *serviçais voluntários*, os *servos adscriptos* e os *escravos* ⁵.

¹ GAMA BARROS, ob. e vol. cit., pág. 497. Cf. os forais lá citados.

² *Maladia* e *malado* derivam das palavras árabes *maulat*, que significa *patrocínio*, *clientela*, e *maulá*, termo com que entre os árabes se designava o *cliente*, o *protegido*. — MUÑOZ Y ROMERO, *Del Estado de las personas en los reynos de Asturias e Leon*, pág. 44.

³ A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. VIII, pág. 113-114 e seg.; GAMA BARROS, ob. e t. cit., pág. 476 e seg. — As palavras *malado* e *maladia* significavam ordinariamente a dependência dum individuo para com outro em razão das pessoas, e também algumas vezes a dependência em razão da propriedade. Assim se attribuia a qualificação de malado a um simples colono particular ou público e ás vezes ao familiar, ao cliente, ao protegido dum poderoso, que tomava alguém sob a sua protecção (*comenda*), em troca de serviços ou de dinheiro.

⁴ *Vizinhos* eram todos os habitantes do concelho que tinham os direitos e deveres próprios da agremiação municipal. Diziam-se *arreigados* os que estavam inscritos numa espécie de recenseamento ou registo geral feito por paróquias; os que eram apenas moradores, sem tal fixação que pudessem satisfazer todos os deveres e gosar todas as vantagens do grémio municipal, diziam-se *não-arreigados*, e estes não estavam inscritos no registo geral. Uns e outros distinguíam-se dos *homens de fora parte*, que eram os absolutamente estranhos ao concelho. — A. HERCULANO, ob. cit., t. VIII, pág. 7 e seg.

⁵ Veja-se o que dissemos a pág. 380; e acerca de escravos o capítulo seguinte, sobre as classes servas. Dos solarengos, uns eram verdadeiros adscriptos, em inteira sujeição

A condição de cada uma destas categorias de indivíduos variava muito com os logares e as circunstâncias. Falando de modo geral, êles constituíam uma classe inferior á dos vizinhos, dos *boni-homines* (*homens bons*), que eram propriamente os membros dos concelhos.

Dos que não eram escravos, alguns aproximavam-se dos peões e chegavam a confundir-se com êles; outros viviam em condição quási servil, parecida com a dos antigos libertos.

Não havia igualdade civil entre os senhores e os malados, pois estes estavam privados de certas prerogativas ⁴.

Admissão do elemento popular ás côrtes.—As tradições da administração romana, conservadas na monarquia visigótica, excluíram o povo das assembleias políticas; e esta exclusão observou-se por muito tempo nas novas monarquias cristãs da Espanha.

Na monarquia leonesa, cujas instituições eram análogas ás de Portugal, a admissão do elemento popular ás assembleias gerais do reino parece datar dos fins do século XII, pois ás côrtes de Leão, atribuídas a 1188, assistiram representantes eleitos por cada cidade.

Pelo que respeita a Portugal, as primeiras côrtes em que figuraram os representantes dos concelhos, segundo notícia certa, foram as celebradas em Leiria em 1254. Ao menos é certo, que não há notícia da interferência dos representantes populares nas reuniões de côrtes que se conhecem anteriormente àquela data (vej. pág. 348 e seg.); mas

ao senhor, que podia apoderar-se da sua pessoa e bens; outros estavam em dependência mais limitada: o senhor não podia, sem causa justificada, apoderar-se dos bens do solar; e este podia abandonar o solar, sempre que quisesse, perdendo para o senhor quanto possuía, mas sem incorrer por isso em pena alguma corporal. — GAMA BARROS, ob. cit., t. I, pág. 480; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. VII, pág. 120.

⁴ A. HERCULANO, ob. cit., t. VIII, pág. 119 e seg. — Em alguns concelhos, o patronato em relação aos malados era privilégio dos cavaleiros vilãos; noutros era uma prerogativa comum a todos os vizinhos, tanto cavaleiros como peões. Id., ib., pág. 115.

alguns escritores julgam provável que o exemplo de Leão fôsse imitado mais cedo em Portugal ¹.

As causas que em Portugal deram logar ao povo nas assembleias nacionais deviam ser as mesmas que, em geral na Europa, deram origem á formação do terceiro Estado.

O povo adquiriu grande importância com o desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio, e com a extensão das liberdades municipais. Constituia portanto um elemento que não podia ser desprezado na administração do reino, sobretudo em circunstâncias difíceis.

Intervenção do povo nos negócios públicos — Sua influência no govêrno. — A primeira vez que o elemento popular mostrou a sua fôrça em presença da autoridade real, procurando impôr-se, foi quando o povo de Lisboa tentou obstar ao casamento de D. Fernando com D. Leonor Teles ². Fernão Vasques veio a pagar na força a sua ousadia; mas o precedente da intervenção popular ficou estabelecido e representou a conquista dum grande direito.

A aclamação de D. João I, em 1385, foi principalmente obra do povo.

Foram as classes populares que auxiliaram e protegeram o Mestre de Avis na luta contra D. Leonor Teles, e foram elas que lhe forneceram todo o auxílio, mesmo pecuniário, para a administração e defesa do reino.

A influência do braço popular nas côrtes de Coimbra de 1385 avalia-se claramente pelas indicações e conselhos que apresentou ao monarca.

Recomendaram-lhe os procuradores do povo toda a prudência na escolha de seus conselheiros, e indicaram-lhe até os nomes das pessoas que para o efeito mais convinham; pediram-lhe que não fizesse paz nem guerra sem

¹ GAMA BARROS, *História da administração pública em Portugal*, t. I, pág. 522.

² Vid. pág. 288-289.

ouvir as côrtes e apresentaram-lhe várias outras indicações a respeito do govêrno ¹.

Estabeleceu-se então como regra a convocação anual das côrtes, que passaram a reunir-se freqüentes vezes.

¹ FERNÃO LOPES, *Chronica de El-Rei D. João I*, p. 11, cap. 1.

CAPÍTULO VII

AS CLASSES SERVAS

Graus de condição servil. — As classes populares de condição livre mais ou menos correspondiam á categoria daqueles que na monarquia visigótica tinham a designação jurídica de *ingénuos*¹; porém abaixo delas existiam camadas sociais, que, embora privadas de todo o papel político, bem merecem ser estudadas, não só espèculativamente como moléculas do agregado social, mas também como factores económicos. Referimo-nos ás pessoas de condição servil.

Vimos noutro logar que a sorte do servo se foi suavizando, sob o império de diversas circunstâncias, e principalmente sob a influência social do cristianismo, até que a servidão deixou de ser pessoal, para se tornar em adscrição á gleba. As perturbações políticas e sociais que resultaram da invasão muçulmana, subvertendo e anulando as instituições orgânicas dos vencidos, fizeram desaparecer, ao menos momentâneamente, o tipo da servidão adscripticia, depois restabelecido ao passo que se foi organizando a nova monarquia cristã.

Porém não eram já então os servos adscriptos os únicos homens de condição servil. Abaixo dêles existia uma camada social de mais dura condição, a da servidão pessoal, resultante de circunstâncias que abaixo mencionare-

¹ Vid. pág. 101.

mos. Era a classe dos *escravos*, aliás designados até ao século xv pelo nome de servos.

Examinemos separadamente as condições da servidão adscriptícia e as da servidão pessoal.

Servos adscriptícios. — Apesar da obscuridade em que se envolve a história dos primeiros séculos da monarquia cristã das Astúrias, descortina-se em alguns documentos a existência de servos adscriptícios, menos de século volvido sôbre a invasão muçulmana. Depois, ou porque os documentos sejam mais explícitos e numerosos, ou porque a evolução histórica produzisse novos aspectos, no decurso dos séculos ix e x acentua-se o carácter da servidão adscriptícia segundo o tipo visigótico, embora com certas inovações que nos dispensamos de referir, por serem de importância secundária.

A servidão adscriptícia, com todas as suas peias restritivas da liberdade, representava notável vantagem e progresso em relação ás condições do antigo servo. Os adscriptos eram obrigados a trabalhar na própria gleba, sem o direito de procurarem outro senhor, mais humano ou menos ávido, nem outro solo, mais extenso ou mais fértil. Se abandonavam a propriedade sem permissão do senhor, podiam ser compelidos a regressar a ela ¹. Eram obrigados á solução de certas prestações em géneros e a determinados serviços pessoais. Porém, ao mesmo tempo que pelo seu trabalho tinham garantidos os meios de subsistência, para si e para suas famílias, gosavam também o benefício da hereditariedade, pois na gleba sucediam, na mesma condição, os filhos do adscripto; e, se não podiam abandoná-la, também dela não podiam ser privados pelo senhor.

¹ «Si vero aliquis *ex ipsa familia*... profuga aut supervia ab-obsequio ejusdem ecclesiae se subtraxerit... ad proprium famulatum revertatur invitus.» Doc. de 818, *España Sagrada*, XXXVII, ap. VII. Vid. A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. VI, pág. 160.

Encontravam-se os adscriptos tão vinculados á propriedade, que dela faziam como que parte integrante; e tanto que em muitos instrumentos de alienação se referem, além das terras, os servos que a elas pertenciam, em muitos casos nomeados até individualmente pelos nomes de cada um. Os servos pertencentes a cada herdade constituíam uma *familia*, e por êste nome eram designados colectivamente; depois também os adscriptícios tiveram as designações de *originais* e *homens de criação*.

A classe dos servos adscriptícios era constituída por aqueles que já na monarquia visigótica se encontravam em igual condição e desde o princípio da nova monarquia cristã nesta se incorporaram com os seus senhores; por muitos outros, também de condição adscriptícia, que do território muçulmano acompanhavam os senhores nas migrações para o território cristão; por aqueles que neste território se incorporavam por accessão, em consequência da conquista; e ainda por cristãos de condição servil, que, feitos prisioneiros, seriam poupados pelos seus correligionários, ao menos nos primeiros tempos da reconquista, á dura sorte da servidão pessoal.

Alguns dos factos que alimentavam e engrossavam a classe dos servos adscriptos mostram que esta condição social melhorava consideravelmente. Os servos que acompanhavam o senhor na migração do território muçulmano para o território cristão, embora não procedessem livremente, ao contrário do que afirmou Herculano; antes de algum modo se vissem obrigados a fazê-lo, deviam ainda assim, por êsse facto, contrair com o senhor certa solidariedade moral, que só podia redundar em benefício do mais fraco ¹.

¹ «Supponhamos um nobre — diz Herculano — e até um simples *possessor*, acolhendo-se ás Asturias, a Oviedo, nos tempos de Pelaio ou dos seus immediatos successores. Como arrastará elle consigo os servos que o rodeiam? Invocará a força publica, a auctoridade mussulmana para os constranger a acompanharem-no? Seria absurda a hypothese. Esse nobre, ou esse *possessor*, ha-de descer á persuasão; ha-de falar de manumissão, ha-de

Na monarquia de Oviedo se foi estabelecendo e estreitando solidariedade semelhante entre senhores e servos, pela necessidade de se armarem e lutarem contra o inimigo comum. Assim actuava — diz Herculano — o sentimento da liberdade e da espontaneidade individuais e em grande parte se quebravam os antigos laços hierárquicos.

Desde os fins do século XI aos princípios do século XIII, opera-se a transformação da servidão adscriptícia em colono livre, determinada por circunstâncias sociais e factos administrativos de ordem diversa.

O primeiro facto desta natureza foi a necessidade de atrair habitantes permanentes a certos logares, que por tal motivo se tornaram asilo onde os servos encontravam a emancipação e os criminosos a impunidade. Assim se procedia já, pelo menos, no último quartel do século X¹.

Em diversos forais portugueses, principalmente do século XII, concede-se a liberdade imediata ao servo que se refugiar no concelho; noutros exige-se que o servo refu-

aproximar de si o homem envilecido, ha-de recorrer aos afagos, ás promessas. Ficar onde se acha é para o servo a liberdade, quando o senhor abandona o lar domestico. Devemos acaso crer que nelle estão inteiramente mortos todos os instinctos humanos?» *Opusculos*, III, 249.

Muñoz advertiu que os servos, se não acompanhassem o senhor para território cristão e permanecessem no território muçulmano, seriam considerados do dominio público e repartidos entre os sarracenos, sorte peor que a de irem servir cristãos. *Del estado de las personas*, pág. 12.

Este facto é decisivo e levou o Sr. Gama Barros a rejeitar o critério de Herculano; mas nem por isso deixa de julgar provável que a condição dos servos que iam em tais migrações «fosse depois melhor do que a dos individuos aprisionados na guerra, ou estes fossem já servos, ou o ficassem sendo pelo direito da força.» *História da administração pública*, II, 64.

Quaisquer que fôsem as desvantagens que ao servo resultassem da sua conservação em território muçulmano, cremos que do facto de acompanhar o senhor derivaria, ao menos na maioria dos casos, maior benevolência recíproca e tal ou qual solidariedade capaz de atenuar as durezas da condição servil.

¹ O Sr. Gama Barros (*História da administração pública em Portugal*, II, 84) transcreve de Villanueva e de Muñoz o seguinte passo da carta de povoação do castro de Cardona, outorgada em 986 por um Conde de Barcelona: «*Et si servus aut ancilla venisset inter eos, aut aliquis omo cum alienam uxorem aut sponsa, aut lairo inieniosus, aut aliquis falsator vel criminosus, securus stesisset inter omnes alios abitatores sine aliqua dubitatione... et facialis ipsa oppera ad ipso castro... sive pro paganis, quam pro malis xpianis* (VILLANUEVA, *Viage Literario*, VIII, ap. 30, pág. 277 *in fine*, e 279; MUÑOZ, *Fuer. Mun.*, pág. 52 e 53).

giado, para alcançar a liberdade, resida no concelho durante um ano ¹.

Outro refúgio que se oferecia ao adscriptício, para evitar durezas próprias da sua condição, eram as terras privilegiadas nobres e eclesiásticas, onde encontrava imunidades por vezes absolutas.

Já notámos a influência que a religião cristã exercia no melhoramento da sorte das classes servas. A tal propósito recorda Herculano, que, voltando os guerreiros de D. Afonso Henriques duma correria em terra de infieis, e trazendo cativos muitos mozárabes cristãos, lhes saiu ao encontro S. Teotónio, que os censurou de reduzirem á servidão os seus irmãos na fé: «Pecastes contra o Senhor vosso Deus!» Depois de os ameaçar com a justiça celeste, êles comoveram-se e deram a liberdade a toda aquela gente ².

Por semelhantes causas — diz Herculano — «a servidão do *homem* ao começar o seculo XIII achava-se convertida em servidão da *terra*. Era uma nova fase em que a sociedade entrava relativamente ao trabalho e á propriedade territorial, e cuja duração tinha de protrair-se por largo tempo» ³.

¹ Foral de Zurara (1102): ...«Et nullus hominem quo ibi intrar per uirto pous homicidiam aut pous seruum aut nulla re componat illo capto (conto de *mille et quingentos modios*) aut perdat illas manus aut oculos». *Leg. et Cons.*, 353.

Foral de Urros (1182): «Maurum qui fuerit christianum aut seruum et ad urrios uenerit sedeat solum et liberum.» *Ib.*, 425.

Foral da Covilhã (1186): «Et concedimus ut omnes christianos quamuis sit seruus ex quo in Coueliana habitauerit per unum annum sit liber et ingenuus tam ipse quam omnis progenies eius.» *Ib.*, 459.

Como estes, há varios outros de teor análogo.

² O trecho que Herculano (VI, 201-202) traduz dos *Acta Sanctorum* foi transcrito quasi textualmente da *Vita Sancti Theotonii*, n.º 17 (*Port. Mon. Hist. — Script.*, 84-85).

³ O leitor encontrará desenvolvidas notícias e provas documentais nas seguintes fontes: GAMA BARROS, *História da administração pública em Portugal*, t. II, cap. II e III, e notas XI-XIII no fim do volume; A. HERCULANO, *História de Portugal*, l. VII, p. I e II (no t. VI) e notas III-V no fim do volume; *Do estado das classes servas na peninsula desde o VIII até o XII seculo*, nos *Opúsculos*, t. III, pág. 237. Em relação a este assunto, como em relação a tantos outros, a leitura de Herculano não dispensa a leitura do trabalho do Sr. Gama Barros.

Escravos ¹. — Desde os primeiros dias da monarquia das Astúrias deviam existir nela não apenas servos adscriptícios, mas também homens sujeitos á servidão pessoal, isto é, escravos, pelo menos aqueles, que, devendo seguir, por direito, a condição dos país, eram filhos doutros escravos ².

O nascimento, porém, não era a única origem da escravidão; a classe dos escravos foi engrossada consideravelmente por indivíduos doutras proveniências, entre as quais se conta como principal o cativo. Era direito antigo e consagrado, que a pessoa do prisioneiro pertencia de propriedade ao vencedor; e a restrição mais antiga feita a semelhante direito é das Partidas, no século XIII, onde se declara que os cativos serão reduzidos á escravidão, sendo inimigos da fé ³.

Cumpre distinguir, nos primeiros tempos da reconquista, entre cativos mozárabes, cristãos, e cativos muçulmanos. Os primeiros, ainda não identificados com a sociedade sarracena, seriam de certo mais poupados do que os muçulmanos, passados inexoravelmente á espada. Pelo decurso do tempo tudo se modificou. Os cristãos começaram a aproveitar os sarracenos como escravos, em vez de lhes tirarem a vida; e para êste efeito deixaram de distinguir entre muçulmanos e cristãos, quando estes já daqueles se diferenciavam sòmente pela crença religiosa ⁴.

¹ Empregamos a palavra *escravo* para evitar toda a confusão com o servo adscriptício. Até fins do século XI — diz o Sr. Gama Barros — o homem de condição servil é designado em documentos portugueses pelos nomes de *servus*, *mancipium*, *criatio* e *homines* (II, 30). Acrescentaremos que posteriormente se designou também pelo nome de *mouro* o homem sujeito á servidão pessoal. A palavra *escravo* aparece muito depois. O Sr. Pedro de Azevedo diz que a mais antiga menção que da palavra *escravo* se lhe deparou em documentos portugueses é de 1462; mas é de crer que já muito antes o termo tòsse conhecido entre nós (*Archivo Historico Portuguez*, I, 290; SOUSA VITERBO, *Trabalhos Nauticos*, p. I, pág. 301). A palavra *escravo* derivou de *slavo* ou *sclavo*. Em guerras sustentadas pelos alemães contra os *eslavos*, fizeram tantos dêstes prisioneiros, que o nome gentilico se applicou a designar em geral o homem privado da liberdade pessoal.

² Veja-se o que dissemos a pág. 104 e seg.

³ Part. IV, tít. 21, l. 1.

⁴ Assim o prova um passo da *Vita Sancti Theotonti*, ao qual já aludimos há pouco e em seguida transcrevemos: ... «*Cum alfonsum, nobilis infans portugalis, uersus remotiores hispanie partes, que metropoli adjacent, que hispalis dicitur, ducto exercitu, pene*

O nascimento e o cativoiro eram as principais fontes da servidão. Os restantes casos conhecidos em que ela podia produzir-se deviam ser de pouco efeito. Num documento de 956 aparece cominada como pena da falta de cumprimento dum pacto de prestação de serviço¹; em pacto semelhante de 985 aparece estipulada para indemnização de dano²; em dois testamentos de 1087 e 1090 é imposta como pena aos transgressores das disposições testamentárias, se não tiverem bens com que respondam pela infracção cometida³; e o cânon III do concílio de Oviedo impõe aquele que violar o asilo duma igreja a pena de ficar servo da mesma igreja⁴.

Não eram os mozárabes os únicos cristãos sujeitos á escravidão em consequência de cativoiro. Em 1111, as tropas do Arcebispo de Compostela aprisionaram certos aventureiros ingleses que serviam Afonso de Aragão na guerra dêste com sua mulher D. Urraca. O Arcebispo tomou-os para si como parte que lhe pertencia no despôjo, e nada mais quis. Como os prisioneiros lhe pedissem misericórdia, o Arcebispo obrigou-os a jurar que não voltariam a ser inimigos de cristãos, e deixou-os ir em liberdade⁵.

totam sarracenorum prouinciam depredatus fuisset; uiri bellatores eius, inter infinitam predam, quandam christianorum gentem, quos uulgo mozarabes uocitant, inibi sub ditione paganorum detentos, sed tamen utcumque christiani nominis ritum obseruantes, pariter captiuarunt, atque iure bellantium seruituti subrogarunt. Quo uir (Theotonius) deo plenus audito ualde condoluit, et qui nunquam ne ad exteriorem quidem portam monasterii de claustro exierit, inferuescente zelo fidei, egressus obuiam regi, et cuncto exercitui, dixit: O rex, inquiens, et cuncti barones, qui sancte matris ecclesie filii estis, cur fratres uestros uobis in seruos et ancillas subiugatis? Peccatis enim super hoc domino deo uestro. Cumque, prout debuit, compendiose tamen eos allocutus fuisset, et quod, nisi eos liberos dimisissent, magnus eis furor domini immineret, rex et cuncti bellatores totum illud genus hominum dimiserunt, et coram eo liberum abire permiserunt.» Port. Mon. Hist., Script., 84-85.

¹ Port. Mon. Hist., Dipl. et Chartae, doc. LXX (pág. 40).

² Dipl. et Chart., doc. CXLIV (pág. 90).

³ Ib., doc. DCLXXXIV (pág. 416).

⁴ *Córtés de Leon y de Castilla*, I, pág. 30. Os factos referidos no texto, bem como as fontes respectivas, são citados pelo Sr. GAMA BARROS, *História da administração pública em Portugal*, t. II, pág. 59.

⁵ *España Sagrada*, XX, pág. 135, cit. pelo Sr. GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. II, pág. 58.

Nem era só na península que se davam factos desta natureza. Em 1102 proibia um concílio de Londres que se vendessem homens como animais brutos ¹. Em 1171, tendo Henrique II de Inglaterra conquistado a Hibérnia (Irlanda), os bispos desta ilha, reunidos em concílio, determinaram que se restituissem á liberdade todos os ingleses que ali estavam em escravidão, pois estavam persuadidos que a justiça divina, sujeitando-os aos ingleses, os punia de seus crimes, *porque tinham por costume comprar a mercadores e piratas os homens da nação inglesa, para os reduzi-rem á escravidão* ². Em 1231 escrevia o Papa Gregório IX ao Arcebispo de Estrigónia, estranhando o facto de irem á Hungria sarracenos comprar escravos cristãos, e haver pais cristãos, que, forçados da pobreza e inópia, vendiam os próprios filhos aos infieis ³.

O escravo era objecto de compra e venda, troca e legado; e até por vezes era dado como valor de paga em contracto de compra ⁴. Noutros documentos não figura como paga a pessoa do escravo, mas o preço que custou

¹ FLEURY, *Histoire Ecclésiastique*, l. LXV, § 22. «*Ut nemo homines ut bruta animantia venumdet. Quod in Anglia ad ea usque tempora fieri solebat.*»

² FLEURY, *Histoire Ecclésiastique*, l. LXXII, § 38.

³ RAINALDO, *Annales*, ad an. 1231. Sôbre a escravidão na época de que estamos tratando, vid. CARDEAL SARAIVA, *Obras*, V, pág. 325 e seg.

⁴ Entre os instrumentos de compra e venda de escravos, há um sobremodo interessante, publicado pelo Sr. Pedro de Azevedo no *Archivo Historico Portuguez*, I, pág. 299. Eis a parte substancial: «Sabhám todos como Eu Juca Abeatar Judeu morador nos Cumbres maiores termho de Seuyilha vendo e outorgo a sancha Anes dona do mōesteiro de chellas da par de A Cjdade de lixbõa húa moura branca per color e per Nome morejma e Natural de Aragam A qual Eu ouve per compra de Iça mato Judeu de Seuyilha. A qual moura lhj vendo por ssãa dos pees e das mãhos e dos olhos e de demonjnho e doutra door encuberta e por de bõa guerra e nõ de paz por certo preço e Nomeado conuê A ssaber por Cento e seseenta libras que della Reçebj em dinheiros portugeeses e de que eu sõ pagado e entrego e por en outorgo que a dita Sancha Anes Aja e logre A dita moura e ffaça dela todo o que por ben tener como de sseu Auer propio. E eu obrigo meus bẽes de uolla defender A todo tenpo de quen quer que lha demande ou Embarge ela mostrando a. E eu deffenderlha Assj comé costume do Rejno.» O documento é datado de 22 de Março de 1368.

Consta de documento de 1090, que o vendedor de certa propriedade recebe como preço «uno mulo cum sua sela et cum suo freno pretiato in CC^{os} solidos et C^m solidos de denarios brunos et un mauro pretiato in XXXX^a solidos et uno acouue grecisco pretiato in C^m solidos et II^{os} tiraces bonos cordoueses» (*Dipl. et Chart.*, pág. 443, n.º 744).

o seu resgate¹. Estes documentos, além de encerrarem outras lições, indicam o valor relativo do escravo.

Como os escravos eram, talvez na sua totalidade, de origem sarracena, a palavra *mouro* é a que geralmente se emprega para designar o escravo, nos forais e em muitos outros documentos. Havia-os de ambos os sexos, e com sorte igual².

Um único princípio verdadeiramente activo é constante se mantinha na defesa dos infelizes escravos: era a doutrina cristã, á qual muitos deveram a liberdade, conforme declaram as próprias cartas de manumissão ou de alforria. Talvez, como observa o Sr. Gama Barros, o influxo religioso, quanto aos actos de manumissão, por vezes fôsse determinado pelo temor das penas eternas mais do que pelo amor do próximo; porém de qualquer modo a influência cristã é inconstestável, e nenhuma outra se exerceu com intensidade e êxito que á acção do cristianismo pudesse comparar-se³.

¹ ...«Egas erotez .. pervenit in terram inter urbium durio et limie... et comparavit uilla de suo goniado domno froia osoredi et de coniungia sua domna adosinda qui erat iermana de domno egas. comparavit ex eis uilla uiazi et dedit pro illa pretio iusto uno kauallo raudane in CC solidos et una uaso argenteo in XXX^a solidos et una almandra tiraçe in L solidos et uno seruo que comparavit de mauros qui erat de domna adosinda et dedit pro illo C solidos et tornauit illo in iure de sua iermana domna adosinda post que illa carta fecerat.» *Port. Mon. Hist., Dipl. et Chart*, pág. 284; RIBEIRO, *Diss. chron.*, I, 215-217. Com o mesmo significado há um documento de 961 e outro de 1023 (*Dipl. et Chart.*, pág. 54 e 156).

² ...«Cetera, videlicet, Mauros, Mauras, et alias hereditates... sint libera, et sana, atque integra Refugiensi Monasterio.» Documento de 1172, em RIBEIRO, *Diss. chron.*, t. I, pág. 253.

«Et accepi de vobis in beneficio una Moura, que serviat me in vita mea et post obitum meum veniat ista Moura, et mea hereditate, et meo aver quantum habuerim ad monasterio Sancti Johannis.» Documento de 1178, RIBEIRO, *Diss. chron.*, t. II, pág. 228.

...«Et istum testamentum mando Sancto Johanni, et unum Maurum, et unam Mauram, et unam azemelam, et unum lectum de lecteira, et hereditatem quam habeo in terra de Viseu»... Documento de 1156, RIBEIRO, *Diss. chron.*, t. III, p. II, pág. 51.

³ Manumissão de 1164: ...«Quoniam initium nascendi novimus, & finem incertum incerto fine ducimus, homo enim Vanitati similis factus est, & dies ejus sicut umbra pere-reunt. Ea propter ego Tarasia Alfonsi cupiens, & praemeditans de salutae animae meae, facio tibi Petro Aegeae, cognomine Sarraceno, quem de Pagano jussi facere Christianum, Kartam Ingenuitatis, & Libertatis pro remedio animae meae. Et hoc sane intelligendum est, quod quandiu vixero mihi servias.» VITERBO, *Elucidário*, in vbo. *Carta de Ingenui-*

Além da influência doutrinal da Igreja católica, outros factos, também da Igreja, favoreceram os escravos. Neste ponto — diz o Sr. Gama Barros — « não se pode pôr em dúvida o influxo do cristianismo, porque, restringindo-nos á Península, a elevação de escravos ás dignidades do clero secular e á profissão monástica é facto irrefragável, e atesta a aplicação á classe servil do dogma da igualdade perante Deus; a protecção dada a todos os servos contra as violências dos donos, manifestada no direito de asilo, e a interferência do magistrado civil que a Igreja estabelecia como necessária, no julgamento de certas faltas mais graves cometidas pelos seus próprios servos, para corrigir os abusos de autoridade que podiam praticar os prelados a quem elles estavam sujeitos, demonstram também que a doutrina cristã não deixava de actuar na sorte de quem vivia adstrito á servidão » . . . ¹.

A propósito da influência cristã na sorte dos escravos, e daqueles que pretendem negá-la ou reduzi-la, escrevemos noutro logar:

« Com leviandade que traduz desvalor, chegou-se a pretender que as vantagens alcançadas pelos escravos e a própria abolição da escravidão resultaram apenas de factos económicos, quando foi exactamente o facto económico que durante séculos embaraçou a acção das doutrinas cristãs

dade. O mesmo autor acrescenta: « No mesmo mez, e anno deo a mesma Thereza Affonso Carta de Alforria, e liberdade a outro seu escravo chamado Fernando Egas por alcunha o *Cavaleiro*. Tem as mesmas condições, e Formulario, que a de Cima. » — « Outra semelhante Carta, e com as mesmas condições, deo D. Tereza Gonçalves em dia de Santiago Maior do anno de 1207 á sua escrava Maria Fernandes, e seus filhos. » Anteriormente referira Viterbo uma carta de ingenuidade « de 1141 pela qual *Aurodona Pinioniç* libertou o seu escravo, chamado Pedro Mouro, sem obrigação de a servir em sua vida; mas antes desde logo o faz ingenuo, e lhe manda que sirva só a Deos, e a quem bem lhe parecer » . . .

Por brevidade omitimos referência especial a outros instrumentos de manumissão em que se invocam motivos religiosos como determinantes da concessão de alforria; o leitor encontrá-los há, na integra ou parcialmente, nas seguintes fontes: RIBEIRO, *Diss. chron.*, t. I, pág. 241; t. III, p. II, pág. 53; GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. II, nota á pág. 80; PEDRO DE AZEVEDO, *Archivo Historico Portuguez*, vol. V, pág. 451, vol. VIII, pág. 444 e seg.; *Dipl. et Chart.*, 479 (doc. DCCCXV), além doutros que vêem citados pelo Sr. Gama Barros.

¹ *História da administração pública em Portugal*, t. II, pág. 42-43.

naquele sentido. Nem se alegue em contrário que o próprio clero católico e os institutos religiosos possuíram escravos, pois encontrando-se a Igreja, sociedade divina em suas origens e fins, humana, porém, pelos membros que a formam, no meio em que uma parte da fortuna pública se achava constituída em valor de escravos, não podia prescindir absolutamente dos recursos temporais, qualquer que fôsse a fórmula da sua constituição.»¹

¹ Gama Barros e a *História da administração pública em Portugal*, Coimbra, 1921, pág. 27.

CAPÍTULO VII

ORGANIZAÇÃO CIVIL E JUDICIAL — POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

Divisão administrativa nos primeiros tempos da monarquia.— Os territórios não-nobres, não-eclesiásticos e não-municipais, sujeitos portanto imediatamente ao poder real ou aos seus delegados, estavam nos primeiros tempos da monarquia divididos em distritos chamados *terras*.

Estes distritos eram ao mesmo tempo administrativos e militares e constituíam também comarcas judiciais, julgados (*judicatum*). O chefe supremo da *terra* era um nobre, chamado rico homem ou tenente (*ricus homo, dives-homo, tenens*), e outras vezes senhor da terra (*dominus terre*).

Geralmente estes *distritos* ou *terras* subdividiam-se em *préstamos*, isto é, porções de casais, aldeias ou freguesias, cujos rendimentos, no todo ou em parte, revertiam a favor dum *prestameiro*, nomeado pelo Rei em recompensa dum encargo público, militar ou civil.

Além dêstes territórios, imediatamente sujeitos á autoridade real ou aos seus delegados, havia os concelhos e as terras privilegiadas, onde o direito de jurisdição pertencia ao nobre, ao prelado, á ordem religiosa ou militar ¹.

¹ A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. VI, pág. 181 e seg. — Cumpre advertir que algumas das noções dêste capítulo hão de completar-se quando tratarmos da administração local.

Administração da justiça — Juizes ordinários e juizes de fora. — Datam dos primeiros tempos da monarquia os juizes ordinários, que nos distritos administravam justiça aos povos, e eram conhecidos pelo simples nome de *juiz* ou *juiz da terra* (*judex, judex terre*).

Estes magistrados eram eleitos anualmente pelos povos, entre os vizinhos do próprio lugar ou concelho, e julgavam em primeira instância. Dêles se apelava para El-Rei, ou para os tribunais régios, ou mesmo para os governadores ou ricos homens; mas perante estes últimos também ás vezes eram tratados e decididos pleitos em primeira instância¹. A apelação para os reis fazia-se ordinariamente quando êles percorriam o reino. Além disso era fiscalizada a administração da justiça pelos enviados do monarca, dos quais uns eram permanentes nas terras, e tiveram os nomes de *meririnhos*, *adeantados* e *corregedores*²; e outros eram mandados acidentalmente, como as *alçadas*, de que logo falaremos³.

Como os juizes ordinários deixavam muitas vezes de administrar boa justiça, por serem do mesmo lugar, já por violências dos poderosos, já por condescendência com parentes e amigos, D. Afonso IV instituiu os *juizes de fora parte*, assim chamados por serem de localidade estranha, e mais conhecidos pelo nome de *juizes de fora*.

Disto se queixaram os povos nas câortes de Lisboa de 1352, pedindo que fôsse mantidos os seus antigos foros, e novas queixas fizeram nas câortes de 1361; mas, apesar de tudo, radicou-se a instituição dos juizes de fora⁴.

¹ J. A. DE FIGUEIREDO, *Memória sobre a origem dos juizes de fora*, nas *Mem. de Lit. da Acad.*, t. I, pág. 31 e seg.; COELHO DA ROCHA, *Ensaio*, §§ 64 e seg.; A. HERCULANO, ob. e log. cit.

² A designação de *corregedor*, que só aparece a partir de D. Afonso IV, foi a que prevaleceu. As atribuições do corregedor variaram muito com os tempos, e nelas entraram também algumas de carácter administrativo e militar.

³ *Memória sobre o direito de correição*, nas *Mem. de Lit.*, t. II, pág. 210 e seg.; JOSÉ ANTÓNIO DE SÁ, *Memória sobre a origem e jurisdição dos Corregedores das Comarcas* (*Mem. de Litt.*, VII, pág. 297 e seg.).

⁴ A repugnância dos povos em aceitar os juizes de fora era fundada em que, sendo gra-

A jurisdição dos privilegiados.— Uma das mais altas regalias dos senhores que possuíam terras de doação era a de administrar justiça; e esta regalia pertencia tanto aos nobres como aos prelados, abades de ordens religiosas e mestres das ordens militares.

Os donatários administravam umas vezes justiça por si próprios, outras vezes por juizes de sua nomeação. De tais sentenças podia apelar-se, direito que foi reconhecido pelo menos desde os princípios do século XIII, mas só posteriormente foi pôsto em prática ¹.

Administração da justiça nos concelhos.— Os juizes encarregados da administração da justiça nos municípios tinham em alguns concelhos a designação de *alvasis*, noutros a de *alcaldes* e ainda noutros o nome genérico de *juizes* ².

Os *alvasis*, *alcaldes* ou *juizes* eram ordinariamente dois; mas há exemplos de exercerem aquella magistratura quatro ou mais indivíduos. A par destes juizes municipais funcionava um magistrado, o *alcaide* ³, que representava o poder do Rei, e além das atribuições jurisdicionais tinha outras administrativas e militares. Em outros concelhos o

tuitos os ordinários, aos juizes de fora tinham de concorrer com os ordenados. — J. PEDRO RIBEIRO, *Dissertações chronologicas e criticas*, t. V, pág. 137.

¹ Para complemento desta noticia veja-se o que fica dito a pág. 331-332, 385-387.

² A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. VII, pág. 175 e seg., 179 e seg. — O texto refere-se aos concelhos que, segundo a classificação de Herculanó, se podem denominar *perfeitos*. Desta classificação falar-se há adeante. Na impossibilidade de dar maior desenvolvimento a esta exposição, não se fala no texto da administração judicial nos concelhos *rudimentares* nem nos *imperfeitos*. Razões há para crer que, nos concelhos *rudimentares*, a justiça era administrada pelos juizes reaes dos respectivos distritos; nos concelhos *imperfeitos* parece que os juizes eram em certos casos impostos pelo Rei ou senhor da terra e noutros procediam da eleição popular.

³ Não se deve confundir o *alcaide* com o *alcalde*. O *alcaide* era um oficial do Rei revestido do triplice carácter administrativo, jurisdiccional e militar, ao passo que o *alcalde* exercia exclusivamente uma magistratura municipal. *Alcalde*, palavra árabe, designava o juiz que julgava em primeira instância entre os muçulmanos; *alcaide*, também de origem árabe, na sua primitiva significação designava o chefe ou capitão de qualquer corpo de tropas; mas na Espanha e na Africa applicou-se em especial ao indivíduo revestido do mando supremo em qualquer castelo ou fortaleza. — A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. VII, pág. 162 (nota 3), 175-176 e 183.

representante do Rei tinha o nome de *judex* (*juiz*), manifestando-se neste a autoridade superior principalmente pela acção jurisdiccional, ao passo que o carácter do *alcaide* era sobretudo militar e nelle a jurisdição civil era simples accsório ¹.

Os juizes municipais, qualquer que fôsse a sua designação, eram colectivos; mas a sua eleição devia ser confirmada pelo alcaide ou representante do Rei. O princípio electivo estendeu-se depois ao *judex*, que na sua origem era representante do poder real, e portanto nomeado pelo monarca, como o alcaide ².

Quando um concelho era demasiado extenso ou populoso, pelas aldeias do seu alfoz ou termo havia jurisdições secundárias e locais, para facilitar a administração da justiça. Os indivíduos que exerciam jurisdição naquelas delegações chamavam-se *jurados* ou *alcaldes aldeões*, e também *aportelados* ³.

Umas vezes eram eleitos pelos colonos rurais, outras nomeados pelos juizes municipais e considerados talvez, colegialmente, como assessores dêles.

Tribunal da côrte ou cúria do rei.— Desde os primeiros tempos da monarquia até ao século xiv designava-se o tribunal supremo do Rei pelos nomes de *cúria do rei*, *tribunal da côrte* e *tribunal da casa do rei*; e os indivíduos que o compunham chamavam-se *sobrejuizes* e também *ouvidores*.

A primitiva organização dêste tribunal é, como a dos

¹ A. HERCULANO, ob. e t. cit., pág. 198-200. — O alcaide era nomeado pelo Rei; e como o seu cargo era importante, quanto ás attribuições militares e civis, o nomeado era geralmente um fidalgo (*nobilis homo*). Muitas vezes, porém, êste não residia na terra, e por isso tinha um substituto chamado *alcaide menor*, ou simplesmente *alcaide* ou *vice-pretor*. Esta última designação provém de que, no latim bárbaro dos documentos, o alcaide era muitas vezes designado pelo nome de *pretor*. — A. HERCULANO, ob. e vol. cit., pág. 196.

² A. HERCULANO, ob. e vol. cit., pág. 239 e seg.

³ De *portelo*, que era o nome do tribunal jurisdiccional e significava também o exercicio da jurisdição. Tais magistrados transformaram-se depois nos juizes pedâneos. — A. HERCULANO, ob. e t. cit., pág. 180 e 184.

outros, mal conhecida. Parece provável que nem houvesse nele processo regular, nem juizes certos, e que fôsem os grandes e privados do Rei, eclesiásticos ou seculares, que tomassem o conhecimento dos feitos que por qualquer razão subissem até ao trono ¹. Para aquele tribunal se apelava da primeira instância.

No tempo de D. Afonso III também se julgavam no tribunal da côrte certas causas em primeira instância, como eram aquelas que respeitavam a pessoas sôbre as quais só a côrte tinha jurisdição. Da sentença dêste tribunal, quer julgasse em primeira quer em segunda instância, podia recorrer-se ainda para a côrte em certos casos.

Nos princípios do século xiv havia já no tribunal da côrte os ouvidores *das suplicações* ou *da sopricaçam* ², juizes encarregados especialmente da decisão dos recursos supremos; e D. Afonso IV publicou um regimento das audiências da côrte, em que se distinguiam as funções dos juizes da apelação civil e as dos juizes da suplicação, que tomavam conhecimento dos agravos.

Tanto a Casa do cível como a Casa da suplicação, nomes por que foram conhecidos aqueles tribunais, tinham séde em Lisboa; estavam portanto afastados dos extremos do país, o que trazia graves inconvenientes á administração da justiça ³. Por isso várias vezes pediram os povos em côrtes, que fôsem criados noutras terras tribunais de igual jurisdição. Tal pedido, porém, não foi atendido. Para remediar os inconvenientes apontados, iam algumas *alçadas*, de que parece haver exemplo já no século xiv. A *alçada* era uma espécie de tribunal ambulante com um ou mais juizes, que iam pelo reino a julgar sem apelação

¹ GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, pág. 611.

² Do latim *supplicatio*.

³ A Casa da suplicação saía algumas vezes para fora de Lisboa, ordinariamente acompanhando El-Rei, algumas vezes mesmo sem o monarca; mas nunca passava da Extremadura ou do Alentejo, de modo que sempre ficavam prejudicadas as outras províncias. — G. BARROS, *ob.* e vol. cit., pág. 624 e 625.

nem agravo, ora só os feitos crimes, ora também os cíveis. El-Rei, quando julgava necessário, dava *alçada* ¹ a alguém sobre todo o reino ou apenas sobre uma província, para ir assim administrando justiça ².

Serviços de polícia e segurança. — As povoações de Portugal, especialmente as cidades, foram na idade média teatro de desordens de toda a espécie. As vinganças particulares, os desafios e outros atentados contra a segurança das pessoas e a paz da sociedade cometiam-se frequentemente, por falta de instituições de polícia.

D. Dinís ordenou que os meirinhos e alcaides, sempre que fôsem chamados, acudissem com seus homens para apaziguar desordens e manter a segurança pública, sem por isso receberem qualquer recompensa. Esta ordem foi renovada por D. Afonso IV, em satisfação do que os representantes do povo lhe pediram nas côrtes de Santa-rém ³.

No tempo de D. Fernando, como acudiam ao Tejo muitos estrangeiros de diversos países, as autoridades e habitantes de Lisboa, que ainda então não era cercada, temendo roubos e outros damnos na cidade, ordenaram que cada noite certos homens de pé e de cavalo guardassem as ruas quando os navios estrangeiros estivessem no pôrto ⁴.

Como na cidade se praticassem muitos roubos e assassinatos, determinou El-Rei D. Fernando, por carta de 12 de Setembro de 1383, que de noite percorressem a cidade dois meirinhos com seus homens, e também o alcaide pequeno com homens de El-Rei, para prenderem os malfeitores e entregarem-nos á justiça; que dois homens bons

¹ A palavra *alçada* ora designa a jurisdição dos magistrados, ora o próprio tribunal que percorria o reino ou alguma província.

² Sobre direito processual na época de que nos estamos occupando, vid. JOSÉ VERÍSSIMO ALVARES DA SILVA, *Memoria sobre a forma dos Juiços nos primeiros seculos da Monarchia Portuguesa* (*Mem. de Litt.*, VI, pág. 35 e seg.).

³ *Ord. Aff.*, liv. V, tit. 102.

⁴ FERNÃO LOPES, *Chronica de El-Rei D. Fernando*, pref.

em cada freguesia inquirissem da vida que levavam os moradores dela, e se alguns houvesse de má fama preveniriam em segredo os meirinhos, para os prenderem; que os mesmos homens bons fizessem ter candeias acesas toda a noite nas ruas onde entendessem que as devia haver, de sorte que as ruas fôsem iluminadas; que em cada freguesia andassem de noite cinco homens no policiamento das ruas; e que os quadrilheiros tivessem sempre suas armas ás portas para acudir a qualquer brado ¹.

¹ Além do que nos volumes seguintes desta obra se dirá sôbre serviços de polícia, vid., sôbre o assunto: *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, t. I, pág. 253, 318, 530, 545, 546, 563, 575, 576, 577; t. II, pág. 266; t. V, pág. 359, 405 e seg.; PADRE CUNHA BRITO, *Archeologo Português*, vol. XIII, pág. 346; ANASTASIO DE FIGUEIREDO, *Synopsis chronologica*, t. II, pág. 157 e os diplomas lá cit.; PEREIRA, *Esboço de um Diccionario historico-juridico*, in vbo. *Quadrilheiros*; FERNANDES TOMÁS, *Reportorio geral das leis extravagantes*, in vbo. *Quadrilheiros*.

CAPÍTULO VIII

A FAZENDA PÚBLICA

Rendimentos ordinários do Estado nos primeiros tempos da monarquia.— Nos primeiros tempos da monarquia eram muito limitados os rendimentos do Estado, que principalmente consistiam:

1.^o Nos rendimentos dos bens da Corôa, que produziam como qualquer propriedade particular ¹;

2.^o Nos tributos impostos por foral, cujo produto variava segundo o movimento comercial, os crimes sujeitos a coimas e outras circunstâncias;

3.^o Nos impostos devidos pelas terras não isentas;

4.^o No quinhão, pertencente ao Rei, da presa feita ao inimigo;

5.^o Nos rendimentos das terras por qualquer motivo confiscadas;

6.^o Nos rendimentos das terras que a Corôa herdava, por direito de *maninhádego*, dos vilões falecidos sem descendência.

Diziam-se *isentas* as terras da nobreza e do clero, por não contribuirem para os rendimentos do Estado, o que era muito prejudicial, porque essas terras tendiam sempre a alargar-se, por novas doações ou por usurpação.

¹ Não se devem confundir os bens da Corôa com os bens patrimoniais dos monarcas. Estes últimos podiam ser herdados, comprados, ou adquiridos por doação ou por indústria, e podiam ser alienados livremente; os bens da Corôa eram inalienáveis por sua natureza. É porém certo que tais bens foram largamente repartidos pelo clero e pela nobreza.

Bôa parte dos rendimentos era cedida freqüentemente pelo Rei, a título de *préstamos*¹, para contentar ou gratificar os nobres; e também ao clero, por devoção dos monarcas.

Os antigos impostos — Sua classificação². — Os impostos eram como que a pedra de toque para distinguir as classes populares, os homens de trabalho, das classes privilegiadas. O clero e a nobreza gosavam as altas mercês e doações régias, sem o encargo de contribuirem para o tesouro; as classes populares, pelo contrário, viviam oneradas com muitos e ás vezes pesados impostos. Nos princípios do século xiv definia D. Dñís o que era *coutar* uma terra, isto é, torná-la imune dos encargos públicos, nos termos seguintes: «Coutar uma terra é escusar os seus moradores de *hoste* e de *fossado*, e de *fôro* e de toda a *peita*³».

Eram estes, na realidade, indicados genêricamente, os encargos das terras não isentas: — a *hoste* e *fossado*, contribuição de serviço pessoal de peões e cavaleiros para a defesa comum, em que também virtualmente se envolvia a *anuduva*; — o *fôro*, isto é, todos os outros serviços pessoais e os tributos, pecuniários ou em gêneros, directos ou indirectos, impostos sôbre a terra como instrumento da produção e sôbre os valores criados pela agricultura, pela indústria e pelo comércio; — finalmente a *peita*, expressão equivalente da *calúnia*, e que resume as numerosas multas applicadas ao fisco⁴.

¹ O *préstamo* ou *apréstamo* era uma pensão cujo onus pesava sôbre algum terreno ou coisa rendosa, e que se pagava a alguma pessoa ou obra pia que se julgava útil á nação.

² Na exposição histórica dos impostos nos primeiros tempos da monarquia, encontram-se aqui indicados os factos no seu carácter geral. O nosso antigo sistema tributário era tão complexo, e eram tão variadas as particularidades do mesmo imposto de concelho para concelho, que não poderíamos descer a todas as minudências, sem quebra do plano desta obra.

³ A. CAETANO DO AMARAL, *História e Memórias da Academia Real das Sciências*, t. VI, p. II, pág. 120; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. VIII, pág. 197. Veja-se o que disse-mos a pág. 337 e 382.

⁴ A. HERCULANO, ob. e log. cit.

Já se disse anteriormente em que consistia a obrigação da *hoste* e *fossado* (vej. pág. 330-331, 337 e 389). A *anuduva*¹ era um imposto em dinheiro para reparar, compôr, fazer de novo ou aumentar as cavas, torres, muros, castelos, fossos e outras obras militares semelhantes para defesa da terra.

Todos os impostos, pessoais, pecuniários ou em géneros, podem classificar-se geralmente em *directos* e *indirectos*. Convém saber quais eram uns e outros².

Impostos directos.— As principais contribuições directas recebidas pelo Estado nos séculos XII e XIII eram as seguintes: *fossados, anuduvas, jugadas, calúnias, colheitas, montados, direito de caça e quinto dos despojos da guerra*.

A *jugada* era, como já se disse anteriormente, uma contribuição predial imposta aos que possuíam casais convertidos de reguengos em foreiros; e recaía sobre a cultura do trigo, do milho, do vinho e do linho.

As *calúnias* ou coimas impostas a grande número de delitos devem considerar-se mais como tributos lançados sobre a criminalidade do que como penas para reparação e expiação dos crimes; a multa não isentava o delinquente de pena corporal, quer esta fôsse aplicada pelo poder público, quer pelo sistema bárbaro da vindicta particular³.

As *calúnias* eram contribuição importante, por ser considerável o número de delitos sujeitos a elas, e por serem esses delitos muito frequentes em consequência de várias causas: a falta absoluta ou quasi absoluta de prevenções

¹ Segundo o autor do *Elucidário* (in vbo. *Adua*), esta palavra encontra-se escrita, desde o século IX ao XV, com todas as formas seguintes: *Adúa, annuduva, anuduva, anuduba, anađuva, anuda, aduba, adnuba, anubda, anupda, anuguera, anudiva e annadua*.

² A. HERCULANO, ob. e t. cit., pág. 197 e seg., 217, 218 e seg.

³ A. HERCULANO, ob. e t. cit., pág. 176 e seg., 185 e seg.— A prova é que, em cada grupo de concelhos de certo tipo, em cada um de aquelles cuja organização é especial, a *calúnia* imposta a este ou aquêle delito é diversa, do mesmo modo que os encargos tributários variam conforme as condições materiais do território em que o concelho é fundado, ou conforme o incentivo, que se quer dar ao aumento da povoação.

policiais, a ignorância do povo e a violência das paixões própria de aquêl tempo.

As *colheitas*, chamadas também *jantares* ou *paradas* do Rei, constituíam um tributo pago colectivamente pelo concelho e consistiam na obrigação de subministrar vítualhas para a mesa do Rei quando entrava em qualquer povoado. Esta contribuição foi caindo em desuso e até dispensada expressamente, ao passo que a segurança pública, a facilidade das comunicações e a abundância dos produtos a foram tornando menos necessária ¹.

O *montado*, *montádego*, *montádigo* ou *montático*, era um imposto que consistia numa vaca de cada manada e em quatro carneiros de cada rebanho que pastassem nos termos das povoações. Os outros gados eram isentos do imposto ².

Chamava-se *condado* o imposto lançado sôbre a caça, e consistia em exigir aos caçadores uma parte das peças colhidas ou mortas. Essa parte era maior para os homens estranhos ao concelho do que para os vizinhos dêle. Semelhante imposto não estava igualmente generalizado em todo o país.

O *quinto real* sôbre os despojos obtidos nas correrias da guerra consistia, como o seu próprio nome indica, no pagamento da quinta parte da presa tirada ao inimigo.

¹ As *colheitas* ou *jantares* consideravam-se inalienáveis, visto que o Rei não podia ceder do direito de manter-se. O Foro Velho de Castela considerava como símbolo e expressão da dignidade de Rei o direito da suprema magistratura jurisdiccional, o de bater moeda, o de exigir a espécie de multa chamada *fossadeira* de aqueles que, devendo ir ás expedições militares, eram escusos delas, ou que de motu próprio deixavam de marchar, e finalmente o de cobrar o imposto dos *seus jantares*: *Estas quatro cosas son naturales del señorío del Rey, que non deve dar a ningun home, nin las partir de si, que pertenescem a el por raxon del señorío natural: Justicia, Moneda, Fonsadera, e sus Yantares.* — *Fuero Viejo*, l. I, t. I, l. I, cit. por A. HERCULANO, ob. e t. cit., pág. 198 e seg.

² Os senhores das terras, e especialmente as ordens militares que tinham o senhorio de grande número de concelhos, de tal modo abusaram na exigência do imposto de *montado*, que foi necessário obrigá-las a escolher cada uma delas uma das vilas da sua dependência, em cujos termos recebessem o *montado*, restringido precisamente áquilo mesmo que se recebia nos concelhos do immediato domínio do Rei. Assim desaparecia o tributo nos outros concelhos dependentes das corporações monástico-militares. — A. HERCULANO, ob. e t. cit., pág. 206 e seg.

Este imposto existia também entre os muçulmanos, que igualmente o pagavam ao chefe supremo do Estado. Em Portugal existia principalmente nas terras próximas da fronteira muçulmana, e foi um dos mais importantes rendimentos públicos até á final expulsão dos mouros do Algarve, por serem constantes as correrias em terra inimiga¹.

Impostos indirectos.— As principais contribuições indirectas eram os impostos sôbre o consumo, sôbre importações e exportações de mercadorias, sôbre compras e vendas por junto e a retalho e sôbre a transmissão dos bens de raiz; e tinham nomes muito variados.

Os impostos sôbre o consumo, — direitos de barreiras, de trânsito e de mercados, constituíam um obstáculo permanente ao desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio, e eram lançados sob o pretexto, ainda hoje invocado em parte, de proteger economicamente os naturais da terra contra os estranhos.

O principal imposto sôbre o consumo revestia três formas diversas: a *portagem*, a *açougagem* e a *passagem* ou *peagem*; mas em todas estas formas o imposto recaía sôbre o movimento comercial, sôbre as permutações. A diferença estava no modo e logar da percepção, na quota da contribuição e na variedade dos objectos tributados.

A *portagem*, a que hoje chamamos imposto de barreiras, tem êsse nome porque, sendo ordinariamente as vilas fortificadas e muradas, o imposto era recebido ás portas da povoação. Parece que os habitantes do logar que negociavam eram isentos da portagem mediante uma espécie de avença, a *soldada*, e dêste modo tal imposto parecia

¹ Além destes impostos directos, outros se pagavam ainda em vários concelhos. Assim, em terras de Trás-os-Montes era comum a *martinega* ou *martínega*, que consistia em um tanto certo que pelo S. Martinho pagava cada chefe de família cuja renda anual excedia certa soma. Em muitos concelhos da Extremadura eram os almocreves obrigados á *almocrevaria* ou *almoquevaria*, isto é, a fazerem anualmente uma recovagem ou carreira em serviço do Rei. — A. HERCULANO, ob. e t. cit., pág. 218.

recair quasi exclusivamente sobre os não vizinhos; mas na verdade recaia sobre os próprios habitantes, que eram os consumidores.

O imposto de consumo chamado *açougagem* era recebido no que hoje chamamos *praça*, no mercado diário da vila ¹.

A *passagem* ou *peagem*, algumas vezes chamada também *portagem*, era um direito de trânsito que recaia sobre as mercadorias que entravam na povoação, mas destinadas a serem reexportadas e não a serem ali vendidas. Êste imposto existiu em algumas terras fora dos concelhos.

Além dos impostos mencionados eram freqüentes a *alcavala*, a *alcaidaria*, o *julgado*, a *relegagem* e as *ochavas*.

A *alcavala* consistia num tanto imposto sobre a carne que se vendia no mercado ou açougue.

A *alcaidaria*, como o seu nome indica, revertia a favor do *alcaide*, representante militar do Rei; e consistia num tanto que se pagava por cada carga de peixe que vinha ao mercado ².

O *julgado* (*judicatum*) era um tributo igual á alcavala, e revertia a favor do *juiz*, ou representante jurisdicional do Rei, como a *alcaidaria* a favor do *alcaide*. Posteriormente, suprimido o cargo de juiz, êste imposto era recebido pelo fisco.

O imposto directo sobre o vinho era recebido pelo Estado no próprio género; e como êste podia deteriorar-se, estabeleceu-se o *relêgo*, que era um verdadeiro tributo, ao menos nos seus resultados, e consistia em que, desde o

¹ A palavra *açougue* — diz Herculano — donde vinha a designação de *açougagem*, tinha nos séculos XII e XIII significação inteiramente diversa da actual. Derivava-se do nome árabe que se dava nas cidades da Espanha muçulmana ás pequenas ruas bordadas por ambos os lados de lojas de venda de certos e determinados géneros. Entre nós servia o açougue para o tráfico de todos os objectos de consumo, tanto de virtualhas como de roupas ou alfaia de qualquer espécie, e ainda para outras mercadorias. Era sobre as permutações que constituíam êsse tráfico que recaia a açougagem. — A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. IV, pág. 220-221.

² Em algumas terras acrescentou-se por costume um lombo de cada porco que se matava para a venda.

1.º de Janeiro até ao 1.º de Abril, ninguém podia vender vinho na vila senão o fisco. Esta proibição era restrita á produção do concelho; o vinho de fora podia vender-se na vila durante o tempo de relêgo, pagando-se de cada carga ¹ um almude de *relegagem*.

O imposto das *ochavas* recaía sôbre os géneros que se vendiam ao alqueire ou ao almude (medida de sêcos) nas *fangas*, que eram os mercados ou *açougues* especiais dos cereais ².

O imposto de *minas* ou *vieiros* consistia no têrço, que se pagava á Corôa, do ouro, prata, cobre, estanho e quaisquer pedras preciosas que se explorassem.

Um dos impostos indirectos mais notáveis foi o das *sisas*, que recaía sôbre todos os objectos que entravam em contracto de compra e venda ou troca. Como imposto concelhio, as *sisas* existiam pelo menos desde 1311³; e como imposto real permanente desde D. João I⁴.

Prestações em géneros e serviços pessoais convertidas em prestações pecuniárias.— Á medida que as necessidades da guerra contra os sarracenos se tornaram menos imperiosas e que a moeda se tornou menos rara, e também quando a segurança e outras circunstâncias facilitaram o transporte dos objectos e a sua permutação, os encargos de serviço pessoal e os que eram pagos em géneros foram-se convertendo em prestações pecuniárias.

¹ Entende-se a carga cavalár. Em Silves pagava-se de *relegagem* por cada *carga cavalár* um almude, e por cada *carga asnal* meio almude. *Elucidário*, in vbo. *Relegagem*.

² Em algumas terras também as *fangas* serviam para a venda de frutos de casca, legumes etc.

³ FERNÃO LOPES, *Crónica de El-Rei D. João I*, p. II, cap. 203.

⁴ D. João I, na resposta dada ás queixas das Côrtes de Coimbra em 1385, faz clara referência á cobrança dêste imposto nos reinados de D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando. Era então provavelmente pedido eventual. D. João I obteve das Côrtes o imposto das *sisas*, para acudir ás necessidades da defesa contra Castela. Finda a guerra pediram os contribuintes a abolição do impôsto; mas não a conseguiram nem de D. João I nem dos seus sucessores. — *Ord. Aff.*, liv. II, tit. LIX. Assim se tornaram as *sisas* de pedido eventual em impôsto permanente. Abrangiam todas as classes sem distinção de privilegiados. Vid. A. HERCULANO, *Opúsculos*, VI, pág. 305 e seg.

Esta mudança, que facilitou a percepção do imposto e livrou os contribuintes de muitos vexames, acusa mais elevado grau de civilização.

No reinado de D. Sancho II, e talvez antes, começou a operar-se aquela transformação, que continuou nos reinados seguintes até se generalizar ¹.

Rendimentos extraordinários do Estado: alterações da moeda, pedidos, fintas, talhas e empréstimos.— Um dos meios mais vulgares a que os monarcas recorriam, na península ibérica e em geral em toda a Europa, para acudir às suas necessidades financeiras, era o de *quebrar moeda* (*frangere monetam*).

Quebrar moeda era cunhar de novo a prata, acrescentando-se-lhe mais liga e dando-lhe curso com o mesmo valor nominal da antiga, quer conservando-lhe o nome e o tipo, quer alterando-o ².

A êste expediente recorreram várias vezes os reis de Portugal, e isso trazia sempre graves dificuldades económicas ³. Por isso os povos preferiam pagar uma contribuição certa, cedendo o Rei em troca o direito de alterar a moeda durante certo prazo (vej. pág. 351). Foram adoptados ainda outros meios para acudir a dificuldades urgentes, como os *pedidos*, *fintas*, *talhas* e *empréstimos*.

¹ Assim, os que eram obrigados á expedição militar do *fossado* uma vez no ano, e não iam, pagavam um tributo aplicado ás despesas que nela se faziam e ao qual por isso se chamava *fossadeira*. No foral de Castelo Branco de 1213 diz-se: «*Et qui non fuerit a fossado peite pro foro V solidos pro fossadeira*» (Port. Mon. Hist. — Leg. et Cons., pág. 566). No foral de Santa Cruz de Vilarica: «*Et omine de sancta cruce qui non fuerit in apilido cum suis uicinos, pectet uno morabitino: Et si dixer non lo ouui, iuret cum duos uicinos*.» (Ibid., pág. 603). É certo, porém, que esta contribuição nem sempre era destinada a remir a obrigação pessoal, antes constituia uma pena de ter faltado a essa obrigação, como se vê claramente da passagem citada do foral de Santa Cruz.

² A. HERCULANO, *História de Portugal*, t.V, pág. 133.

³ Em 1253 tinham aumentado consideravelmente os preços das mercadorias, por se aproximar o tempo de quebrar moeda. Por tal razão publicou D. Afonso III a lei de 26 de Dezembro de aquelle ano, em a qual taxava os preços das mercadorias. Vid. nos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, VI, pág. 192-193, as reclamações dos povos sobre alteração da moeda, nas Côrtes de Lisboa de 1371, e a resposta de El-Rei D. Fernando.

O *pedido* foi originariamente uma espécie de tributo que os senhores das terras arrecadavam de seus vassallos, a título de cousa pedida. Dos senhorios privilegiados passaram os pedidos á Corôa, e posteriormente foi declarado que só ao Rei pertencia lançar *pedidos, peitas, empréstimos*, sendo isso proibido a quaisquer outras pessoas.

Por isso, constando a D. João I que alguns fidalgos e prelados senhores de terras faziam pedidos aos concelhos em que tinham senhorio, para baptismos, casamentos e outras cousas, mandou que a nenhum fôsse consentido lançar peitas, fintas, talhas ou imposições, nem fazer outros pedidos de pão nem de vinho aos moradores de suas terras, além dos direitos que legítimamente lhes pertencessem, sob pena de serem obrigados pelos corregedores a restituir em dôbro ¹.

A *talha* teve a mesma origem que o pedido e era também uma contribuição lançada por cabeça segundo os haveres de cada um. A *talha* era na essência o mesmo que o pedido; dêste se distinguia porventura em exigir o senhor dum couto ou honra certa soma total que os habitantes deviam repartir ou *talhar* entre si, ao passo que o pedido seria um *quantum* imposto individualmente a cada um, como a finta ².

Também se recorreu aos *empréstimos*; e até, quando não havia meios pecuniários para pagar as soldadas ou quantias aos cavaleiros nobres, conferiam-se-lhes em pagamento os rendimentos reais dos concelhos, os bens que voltavam á Corôa e os senhorios das terras.

Êste processo era ruinoso para o fisco, pois os fidalgos recusariam a substituição se ela fôsse de encontro aos seus interesses; e portanto agravava as dificuldades.

¹ *Ord. Aff.*, liv.V, tit. 95; *Ord. Phil.*, liv. II, tit. 49.

² A. HERCULANO, *Apontamentos para a historia dos bens da corôa e dos foraes*, nos *Opúsculos*, vol. V, pág. 304; A. CAETANO DO AMARAL, *Hist. e Mem. da Academia*, t. VI, p. II, pág. 154, nota a.

CAPITULO X

A MILÍCIA TERRESTRE E A MARÍTIMA

O exército até os fins do século xiv. — Nos primeiros tempos da monarquia não houve número determinado de tropa em Portugal: o exército era formado pela gente armada que os nobres, as ordens militares e os concelhos eram obrigados a fornecer, conforme suas rendas e privilégios, quando as circunstâncias o exigiam.

Constava o exército ou *hoste* de gente de pé e de cavalo.

A cavalaria era constituída pelos fidalgos de El-Rei ou *vassallos de El-rei*; pelas lanças que de suas terras traziam os ricos homens; e pelos cavaleiros vilãos dos concelhos.

O serviço militar dos nobres era remunerado de vários modos. Uns tinham como paga as *tenências* ou govêrnos das terras, com todos os proventos correspondentes; a outros eram dados préstamos, isto é, o usufruto temporário ou vitalício de réditos ou de terra; em favor dalguns faziam-se consignações de certos rendimentos fiscaes; e muitos recebiam prestações certas em dinheiro ou em géneros. Os que recebiam certa quantia (*contia*) chamavam-se *acontiados*. Chegou-se ao abuso de mandar uma carta de *contia* a todo o filho de *acontiado* logo que nascia, de modo que, diz Herculano, começava a vencer o seu sôldo de guerra ainda no berço. Constituíam estes sôldos tão pesado encargo, que D. Fernando, para evitar tal despesa, determinou que se não desse carta de *contia* senão ao filho

mais velho de fidalgo vassalo; e só no caso da morte da-quele lhe sucederia o imediato ¹.

Os cavaleiros vilãos eram os indivíduos mais abastados dos concelhos, obrigados a ter cavalos e armas na proporção de suas rendas. Para êste efeito se lhes avaliavam os bens; e por terem a quantia necessária àqueles encargos, se lhes chamou também *acontiados*, designação que pouco a pouco substituiu a de *cavaleiros vilãos* ². O número de cavaleiros vilãos variava de concelho para concelho, conforme o desenvolvimento da população e da riqueza. Para que fôsse maior o número de cavaleiros, ordenou D. Fernando que nenhum fidalgo, que houvesse de servir com certo número de lanças, apresentasse por seu qualquer acontiado dos vizinhos e moradores do lugar, a fim de evitar que ficasse pouca gente do concelho para servir; e assim eram obrigados os fidalgos — diz Fernão Lopes — a servir com outros que não fôsem acontiados ³.

Os cavaleiros vilãos tinham a recompensa de seus serviços no gôso de certos privilégios. Os principais eram os seguintes: 1.^o tinham o fôro judicial dos infanções ⁴ e as suas propriedades tinham o título de honras; 2.^o eram isentos das jugadas; 3.^o não eram obrigados a dar pousada aos cavaleiros nobres e oficiais do Rei quando passavam no concelho; 4.^o Recebiam parte das multas criminaes, quando

¹ Sôbre o assunto: GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, pág. 193-194; A. HERCULANO, *Opúsculos*, t. VI, pág. 298 e seg., 309 e seg. Herculano esclarece (pág. 315) os equívocos em que caíram Viterbo e João Pedro Ribeiro sôbre o significado da palavra *acontiados* (*Elucidário*, in vbis. *Acontiado*, *Contia* e *Vassallo*; *Dissert. chronol. e crit.*, t. IV, p. II, pág. 109).

² No tempo de D. Pedro I eram obrigados a ter cavalos e armas todos os que possuissem a renda mínima de 1.^o00 libras (240\$000 réis). Por lei de 21 de Agosto de 1357 ordenou aquêl monarcha que tivessem cavallo e armas os que possuissem a renda mínima de 2.000 libras (320\$000 réis). — *Almanach do exercito referido ao 1.^o de julho de 1855*, pág. 7. — Não encontrámos esta informação em nenhuma das fontes clássicas que consultámos.

³ FERNÃO LOPES, *Chronica de El-Rei D. Fernando*, cap. I e LXXXVII.

⁴ Também havia malados que tinham cavallo; porém estes — diz o Sr. Gama Barros — gosavam apenas do fôro de peões, quando eram julgados por ferimentos que tivessem feito a algum cavaleiro ou peão. *Costumes de Gravão*, na *Colecção de Inéditos*, t.V, pág. 383; *História da administração pública*, t. I, pág. 480.

os culpados eram mancebos ou malados de suas aldeias, granjas ou quintãas; nem contra êles podia prosseguir o processo enquanto o cavaleiro vilão estivesse ausente; 5.^o podiam ir servir os nobres e senhores como homens de armas sem perderem por isso os privilégios municipais; 6.^o em geral pertenciam-lhes os montados, ou, nos concessos onde estes não eram livres, pertenciam-lhes os direitos dêles; 7.^o eram isentos de certos direitos de portagem; 8.^o se morriam sem filhos, os seus bens não iam para o fisco, mas pagavam apenas certa quantia (*núcio* ou *nún-cio*); o direito de maninhádegó recaía apenas sôbre os bens dos peões ¹.

Como os cavaleiros vilãos, além dêstes privilégios, tinham mais avultada fortuna, ambicionaram nobilitar-se, passando de cavaleiros do concelho (*caballarii*) a cavaleiros nobres (*militēs filii de algo*). Em troca de dinheiro e de quaisquer outras vantagens, conseguiam que os fidalgos lhes conferissem a honra de cavaleiros. Passando á categoria de nobres e portanto privilegiados, deixavam de pagar impostos com prejuizo do fisco real e dos outros habitantes do concelho, que viam reduzido assim o número daqueles que deviam suportar os encargos comuns. Para evitar estes males, declarou El-Rei D. Dinís em uma lei, que os cidadãos que houvessem recebido de ricos-homens o grau de cavaleiros ficariam sujeitos inteiramente ás obrigações dos concelhos, como se o não fôsem, « porque de direito antigo e pelas leis dos imperadores nenhum homem de concelho podia ser cavaleiro senão por mercê do rei » ².

Os peões constituíam a infantaria; porém ao passo que os cavaleiros vilãos eram obrigados a servir na guerra ofensiva durante certo tempo em cada ano, a acção dos peões limitava-se ordinariamente á defesa do território municipal.

¹ A. HERCULANO, *Opúsculos*, t.VI, pág. 264-266. Para maior desenvolvimento, *História de Portugal*, t.VI, pág. 221 e seg., 224 e seg.; t.VIII, pág. 80 e seg.

² Lei de 1305 no *Liv. das Leis e Post. ant.*, cit. por A. HERCULANO, *Opúsculos*, VI, 312.

Pelo decurso do tempo alteraram-se estas disposições. Nos fins do século XIII completava-se a organização das milícias municipais, fixando-se o número de *bêsteiros* que devia ter preparados cada concelho, para servirem quando chamados. Por estar fixado o seu *número*, chamavam-se *bêsteiros do conto*; e eram mais ou menos, proporcionalmente á população de cada concelho. Assim — diz Herculano — «Abrantes dava 32 bêsteiros, Thomar 32, Pombal 21, Soure 12, Torres-novas 21, Ourem 21, Porto de Mós 10, Leiria 40, Penela 6, Miranda 4, Arouce (Lousan) 12, Coimbra 31, Montemor-velho 21, Alcanede 15, Santarém 70. Nas terras dos templários, como Thomar, Pombal e Soure, a ordem era obrigada a dar uma cavalgadura para cada quatro bêsteiros levarem as suas armas e petrechos cada vez que marchavam, donde se pôde inferir que igual uso existia nos grandes municípios, ou á custa do estado ou á custa do concelho.»¹

Os *bêsteiros* constituíam a infantaria; o seu nome vinha-lhes da arma que usavam, a *bêsta*, pequena máquina com que se despediam diversos projecteis. Era muito mortífera. Havia *bêstas de garrucha*, com que se atiravam garrochas, virotes ou virotões, de ferro ou de madeira, com farpas ou sem elas; *bêstas de bodoque*, com que se arremessavam balas de barro; *bêstas de pelouro*, com que se atiravam balas de chumbo. Ordinariamente os soldados ervavam as setas, untando-as com ervas venenosas, principalmente com o *elébora* ou *váratro negro*, a que por isso em Portugal se chamou *erva-bêsteira*. O uso das *bêstas* persistiu em Portugal, apesar de condenado pela Igreja e expressamente proibido pelo segundo concílio geral de Latrão².

A fim de aumentar o número de combatentes, El-Rei D. Fernando mandou fazer uma espécie de recenseamento

¹ *História de Portugal*, t.VIII, pág. 89.

² A. HERCULANO, *História de Portugal*, t.VIII, pág. 87 e seg.; *Opúsculos*, VI, pág. 314 e seg.; VITERBO, *Elucidário*, in vbis. *Bêsta e Bêsteiro*.

de todos os mancebos do reino aptos para o serviço do exército, embora vivessem assoldados, para pelejarem a pé, armados com as armas dos acontiadados pousados¹.

As principais armas da cavalaria eram lanças e espadas; as da infantaria eram lanças ou piques, espadas, bés-tas, dardos e fundas².

«Constava a *Hoste* de quatro partes: dianteira, çaga; e costaneiras, direita, e esquerda: o governo absoluto sobre todos, quando o Rey não era presente na Hoste, tocava ao Alferes mór, e quando era presente, governava o Alferes mor a diãteira; e por esta razaõ o seu officio era o mais estimado na campanha, assim como hoje o do General... Por este modo era o governo da Milicia em Portugal antigamente; e dezejando agora ElRey D. Fernando melhorallo, e conformar-se com os mais da Europa, mudou os nomes as partes compõentes do exercito; porque à Dianteira, mandou q̃ se chamasse Vanguarda, e à Çaga Retaguarda, e às Costaneiras Alas»...³

Criou El-Rei D. Fernando o cargo de *condestavel* (*comes stabuli*), «o maior officio, e de maior estado, e honra, que ha na hoste, tirando a fora aquel, que he senhor della»...⁴ Como comandante supremo da hoste, o condestável superintendia em todos os serviços dela; devia encarregar o marechal dos serviços que por si não pudesse realizar; nomeava livremente os *coudeis*; tinha por *ouvidor* um homem letrado, com officiais de justiça, para julgamento de feitos criminaes ou cíveis, em acção nova, por apelação ou agravo; porém, havendo pena de sangue, a sentença não seria executada sem ser ouvido o condestável⁵.

¹ FERNÃO LOPES, *Chronica de El-Rei D. Fernando*, cap. I e LXXXVII.

² No tomo II desta obra haverá ensejo de dar mais noticias sôbre as armas e armaduras usadas em Portugal nos fins do século XIV.

³ *Monarquia Lusitana*, I. XXII, cap. XLVIII.

⁴ *Ord. Af.*, I. I, tit. LII, in princ.

⁵ Para mais pormenores, *Ord. Af.*, log. cit.; e também sôbre o assunto: FERNÃO LOPES, *Chronica de D. João I*, p. I, cap. CLXXXIII; SANTOS, *Monarquia Lusitana*, I. XXII,

O primeiro condestável foi D. Álvaro Pires de Castro, Conde de Arraiolos, nomeado por El-Rei D. Fernando; o segundo foi D. Nuno Álvares Pereira, nomeado por D. João I.

«Depois do Conde-estabre, o maior, e mais honrado officio da hoste parece seer o do Marichal, porque a elle pertence fazer muitas cousas, que tangem aa governança da justiça; porque todo querelloso se pode querellar a elle em feito de justiça, assy como ao Conde-estabre, e elle lhe poderá dar, ou mandar a seu Ouvidor que lhe dê provimento»...¹ Ao *marechal* pertenciam os serviços administrativos da hoste, alimentação, aposentadorias e outros. Também tinha seu ouvidor, homem letrado, e outros officiais de justiça².

O *alferes mór* desempenhava a princípio as funções que passaram para o condestável e para o marechal, quando foram criados êstes cargos; depois era o encarregado de levar a bandeira real³.

Os *coudeis*, nomeados livremente pelo condestável, como já dissemos, tinham a seu cargo os bêteiros e homens de pé. Trinta dêstes homens eram governados por um coudel, que devia agasalhá-los, aposentá-los, fazer-lhes pagamento do sôlido e tê-los sempre prontos para os serviços que determinasse o condestável. Os coudeis foram talvez de instituição mais moderna; anteriormente, e pelo menos desde o tempo de D. Dinís, as companhias de bêteiros eram comandadas por capitães denominados *anadeis* ou *anadares*⁴.

Tanto do regimento do *condestável* como do regimento do *marechal*, consta que era costume acompanharem a

cap. XLVIII (t. VIII, pág. 372 e seg.); VITERBO, *Elucidário*, in vbo. *Condestável*; RIBEIRO GUIMARÃES, *Sumario de Varia Historia*, t. II, pág. 170.

¹ *Ord. Af.*, l. I, tit. LIII, in princ.

² *Ord. Af.*, log. cit.

³ *Ord. Af.*, l. I, tit. LVI.

⁴ *Ord. Af.*, l. I, tit. LII, n.º 3; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. VIII, pág. 88.

hoste mercadores, armeiros, sacaladores(?), barbeiros, regatões e até *mulheres da mancebia*. Cada uma destas pessoas pagava por semana doze reais brancos para o condestável e quantia igual para o marechal; e os seus criados pagavam cada um três reais brancos para o condestável¹.

A marinha de guerra até os fins do século xiv. — Por índole própria e em consequência da situação geográfica, os portugueses foram sempre inclinados aos trabalhos do mar. Confinados a norte e a oriente por Estados poderosos e rivais, também as circunstâncias políticas os determinavam a procurar expansão do lado do oceano.

Pondo de parte as escassas tradições que, àcerca de marinha portuguesa, existem do tempo do Conde D. Henrique, — de seu filho D. Afonso Henriques é certo, que encarregou o célebre cavaleiro D. Fuas Roupinho de preparar as galés necessárias para ir castigar certas embarcações mouriscas, que interceptavam as comunicações marítimas de Lisboa. Por várias vezes se travaram então combates navais².

Reinando D. Sancho I, desempenharam os navios portugueses notável papel na conquista de Silves; mas foi D. Afonso III o primeiro monarca que teve em toda a consideração o desenvolvimento da marinha de guerra e que lhe deu talvez a sua primeira organização. No seu tempo já se faziam construções navais importantes no arsenal de marinha em Lisboa³.

D. Dinís iniciou grandes reformas e realizou consideráveis progressos na marinha portuguesa, começando por

¹ Sobre a retribuição do serviço militar há notícias em GAMA BARROS, *História da administração pública em Portugal*, t. I, pág. 193 e seg.

² INÁCIO DA COSTA QUINTELA, *Annaes da marinha portuguesa* t. I, pág. 11 e seg.; *Monarquia Lusitana*, t. III, l. XI, cap. XXXI e XXXII.

³ Ignora-se a época da fundação do arsenal de marinha; mas sabe-se que êle existia no tempo de D. Sancho II. — QUINTELA, ob. e t. cit., pág. 17; CARDEAL SARAIVA, *Obras Completas*, t. V, pág. 365.

chamar homens experimentados que adextrassem os nossos marinheiros. Vagando o cargo de almirante-mór, mandou o monarca procurar em Génova, que então estava no seu esplendor e possuía boa marinha, um homem competente para desempenhar aquele lugar. A escolha recaiu em Micer Manuel Pezagno ou Peçanha, que na verdade revelou grande competência¹. Os progressos então realizados foram tais, que D. Afonso IV pôde invocá-los para alcançar do Papa Bento XII a cruzada e a décima dos bens eclesiásticos durante dois anos, a fim de fazer guerra aos infieis. Fundado nas informações que recebera dos embaixadores portugueses, dizia o Pontífice que D. Dinís mandara vir de terra estranha certo homem experimentado no mar e nas guerras marítimas, ao qual constituiu almirante de seus reinos com grande sôlido. O almirante constituiu galés e outros vasos apropriados; e de tal modo adextrou os portugueses nos trabalhos da guerra marítima, que dificilmente se encontraria gente mais habilitada, não só para a defesa do reino como para o ataque aos inimigos. Acrescentava que D. Afonso IV sustentava o mesmo almirante e não deixara de fazer guerra aos seus inimigos por terra e por mar².

¹ Entre as cláusulas do contracto celebrado com Peçanha em 1317, figurava a de que o almirante se obrigava por si e por seus sucessores a ter sempre prontos vinte genoveses entendidos na arte de navegar, para servirem de alcaides e arrais das galés. — *Monarquia Lusitana*, p. VI, l. XVIII, cap. LVI; QUINTELA, ob. e vol. cit., pág. 18 e seg. O contracto está publicado nas *Provas da Historia Genealogica*, t. I, pág. 95 e seg.; e nas *Memórias da Academia*, t. XI, p. II, pág. 226 e seg. Ainda sobre o assunto: SEVERIM DE FARIA, *Noticias de Portugal*, Disc. II, § 13 (Lisboa, 1740), pág. 63 e seg.; SARAIVA, *Obras*, V, pág. 307 e seg.; GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. I, pág. 199; A. BRAAMCAMP FRÈRE, *Brasões da Sala de Sintra* (2.^a edição), pág. 109.

² Bula de Bento XII *Gaudemus et exultamus*, de 30 de Abril de 1341. Eis as próprias palavras do Papa a D. Afonso IV, segundo Reinaldo: ...*«quod clarae memoriae Dionisius Rex Portugalliae genitor tuus ... de remotis partibus quendam in mari et maritimis bellis expertum ad regna praedicta venire fecit, eumque cum maximis stipendiis admiratum suorum regnorum constituit praedictorum, qui galeas et alia vasa navalia opportuna construxit, et gentes dictorum regnorum in actibus ad bellicos apparatus marinos pertinentibus per eorum exercitum sic fecit audaces et expertos, quod vix posset ad actus hujusmodi gens aptior reperiri non solum ad defensionem dictorum regnorum, sed impugnationem viribus hostium eorumdem; quem admiratum praefato genitore tuo sublato de medio, tecum tenuisti, et ipsum amplius honorasti, ac per eum et gentes tuorum re-*

Efectivamente D. Afonso IV empenhou-se no progresso da marinha, e até nas empresas marítimas, como noutro lugar referimos ¹.

Tanto a marinha de guerra como a marinha mercante prosperaram no reinado de D. Fernando, graças á iniciativa e protecção dêste monarca, mandando construir muitos navios por sua conta, e concedendo privilégios aos seus vassallos que comprassem navios estrangeiros ou os mandassem construir nos estaleiros portuguezes ². Em Fevereiro de 1370, havendo no Tejo grande número de navios, uma horrível tempestade fê-los abalroar uns contra os outros, de modo que muitos se perderam, *escapando contudo as galeras que pouco antes haviam saído ao mar, a cruzar na foz do Guadalquivir, e a espiar os movimentos da armada castelhana*. Vê-se desta noticia que os navios de guerra faziam a polícia da costa; e que nas guerras entravam como factor valioso já noutro lugar se viu.

O Regimento do almirante, tal como se encontra nas Ordenações Afonsinas, data provavelmente do reinado de D. João I ³; mas é certo que nele se encontram disposições mais antigas, algumas já do tempo de El-Rei D. Dinís.

O almirante era o chefe supremo ou cabeça (*cabedel*) dos homens de mar, e devia ser escolhido na linhagem do primeiro almirante, Manuel Pezagno. Se nesta descendência não houvesse pessoa idónea para o cargo, seria o almirante escolhido por El-Rei; devia ser pessoa de boa geração, esforçado, magnânimo e conhecedor dos trabalhos que lhe eram confiados. Feita a escolha, o nomeado fazia vigília no templo, como se houvesse de ser armado cavaleiro; no dia seguinte apresentar-se hia ricamente vestido perante

gnorum dictis hostibus tam per mare quam per terram damna quamplurima gravia intulisti» etc. REINALDO, *Annales Ecclesiastici* (contin. de Barónio), Lucae, 1710, ad annum 1341, t. VI, pág. 238-239. Dá largo extracto desta bula o VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, t. IX, pág. 349 e seg.

¹ Vid. pág. 268 e seg.

² Veja-se o que dissemos a pág. 293-294.

³ Vid. *Ord. Af.*, l. I, tit. LIII, *in fine*.

El-Rei e na presença dos principais da côrte. Punha-lhe o monarca um anel na mão direita, como sinal de honra, e uma espada, símbolo do poder; e na mão esquerda o estandarte das armas reais, «em signal de seu caudilhamento». Em seguida o nomeado jurava não temer a morte na defesa da fé, da honra e serviço de El-Rei e do bem comum da terra.

O almirante era o comandante supremo de todos os navios de guerra, quer fôssem em grande número e constituíssem uma frota, quer em número menor e formassem apenas uma armada. Exercia autoridade e jurisdição sôbre todos os homens dos navios. Devia ter sempre vinte homens de Génova entendidos nas cousas do mar e idóneos para alcaides das galés e para arrais. Quando êles não fôssem necessários ao serviço real, podia o almirante empregar-los no seu comércio, e neste serviço enviá-los a Flandres, a Génova ou a qualquer outro pôrto¹.

O almirante saíu da linha dos Peçanhas em tempo de El-Rei D. Fernando. Êste monarca ainda a 29 de Junho de 1372 confirmou os privilégios de almirante a Lançarote Peçanha; porém a 8 de Julho de 1375 já Peçanha caíra no desagrado de El-Rei, que lhe confiscou Odemira; e portanto já não exercia o cargo de almirante. A 15 de Abril de 1376 já era almirante, não se sabe desde quando, João Afonso Telo².

Parece que foi no tempo de D. Fernando que se criou o cargo de capitão mór do mar, ou para substituir o almirante nas suas ausências, segundo parece a Severim de Faria, ou para exercer as funções de almirante com outra denominação.

Até ao tempo de D. João I, a chusma das galés e baixes de guerra para defesa da costa era tirada dos homens

¹ *Ord. Af.*, l. I, tit. LIV.

² AIRES DE SÁ, *Frei Gonçalo Velho*, t. II, pág. 552, doc. 740; A. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, t. I, pág. 109, nota 1. Vid. pág. 299 e 300.

do mar, pescadores e barqueiros, que para tal fim estavam alistados nos livros chamados da *Armação*, e deviam fornecer de cada vinte homens um. O anadel mór fazia o alistamento e tinha a autoridade de os obrigar ao serviço da armada, por meio de oficiais seus, que se chamavam *vinteneiros*¹.

¹ Com isto se sentiam muito oprimidos os mareantes, pelo que fizeram com El-Rei D. João I, que aceitasse outro imposto do pescado, além do que já pagavam, para com êsse dinheiro prover as galés de remeiros e desobrigá-los de tão pesado encargo. — SEVERIM DE FARIA, *Notícias de Portugal*, Disc. II, § 14, pág. 66.

CAPÍTULO XI

A ADMINISTRAÇÃO LOCAL

A administração nas terras da Corôa e de senhorio particular. — Nos primeiros tempos da monarquia, e enquanto a organização municipal se não estendeu a todo o reino, a administração de fora dos concelhos compreendia as terras imediatamente sujeitas ao poder real ou aos seus delegados, e as terras de senhorio particular.

Já vimos anteriormente, ao tratarmos da divisão administrativa, que os territórios em que se exercia imediatamente o poder do Rei se dividiam em distritos, ao mesmo tempo administrativos e militares, chamados *terras*, e que tinham como chefe supremo um nobre, denominado *rico homem* ou *tenente* (*ricushomo*, *diveshomo*, *tenens*), e, muitas vezes, *senhor da terra* (*dominus terre*).

Aqueles distritos constituíam também *comarcas judiciais* ou *julgados* (*judicatum*), cujo magistrado tinha simplesmente o nome de *juiç* ou o de *juiç da terra* (*judex*, *judex terre*).

O fisco era representado por um *mordomo*, *sobremordomo* ou *mordomo mór* (*maior*, *maiordomus*, *supermaiordomus*, *maiordomus-maior*), que superintendia na arrecadação dos direitos reais, isto é, dos réditos do Estado em geral.

Ordinariamente, diz Herculano, subdividiam-se os distritos em *préstamos* (*prestimonium*, *aprestamum*), isto é, em porções de casais, aldeias ou freguesias, cujos rendi-

mentos, no todo ou em parte, revertiam a favor dum *prestameiro* (*prestamarius*), como retribuição dum encargo quasi sempre militar, mas algumas vezes civil. Os réditos do Estado que não tinham aquela aplicação constituíam, no todo ou em parte, os proventos do rico-homem. Êste tinha um seu subordinado, *casteleiro* ou *castelão* (*castellarius*, *castellanus*), nos castelos não incluídos em algum concelho ¹.

O *mordomo mór* tinha como seus dependentes os *mordomos menores*, chamados da *terra* e das *eiras*; e as funções dêstes ainda ás vezes se subdividiam por outros. Abaixo dos mordomos menores havia oficiais ínfimos com o nome de *serviçais* (*serviciales*), para ajudarem á arrecadação das rendas e impostos, que na maior parte se recebiam em géneros.

Os julgados também se subdividiam, conforme as necessidades impostas pelo aumento da população. O juiz tinha os seus oficiais subalternos ou *saíões*.

Nas terras de senhorio particular, eclesiásticas ou nobres, toda a administração era exercida pelos donatários ou por magistrados seus ².

O municipalismo na Espanha sob a dominação árabe. — Assim como a organização municipal se conservou na monarquia visigótica, pôsto que em alguns pontos modificada ou atenuada, pôde também resistir ao abalo da dominação árabe. Com efeito, não só os monumentos históricos de modo nenhum autorizam a negar que as instituições municipais se tenham conservado entre os mozárabes, como até boas razões induzem a crer que elas persistiram sob o domínio sarraceno ³.

¹ A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. VI, pág. 190-191. Veja-se o que dissemos a pág. 378.

² A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. VI, pág. 190-191. Veja-se o que dissemos a pág. 385-386.

³ Já noutro lugar observámos que Eduardo de Hinojosa contestou as opiniões de Her-

Ao descrevermos a condição da Espanha sob a dominação árabe, notámos que em geral foi permitido aos mozárabes terem fôro próprio; conservarem os magistrados supremos com o título de *condes*, mas sem a extensão de poder que tais magistrados gosavam na monarquia visigótica; terem igrejas e bispos e quási independência administrativa. Nos foros e privilégios concedidos pelos reis cristãos a terras que acabavam de conquistar aos mouros, por vezes se alude a antigas liberdades que supõem a organização municipal sob o domínio sarraceno. Assim nos foros que D. Sancho Ramires, Rei de Aragão, concedeu á igreja e povoação de Alqueçar, em 1069, diz-se que enquanto fôsse vivo certo indivíduo, seria êle o alcalde; e por morte dêste elegeriam os moradores entre si o alcalde; e — acrescenta o documento, — «*illo iudicio, quae soluistis habere, in ipso state*»¹. Portanto havia anteriormente uma organização que se mantém.

culano sôbre a persistência do regime municipal através da monarquia visigótica e da dominação árabe; e para tal contestação estabeleceu confusões, atribuindo a Herculano ideias que êste não expendeu. Veja-se o que dissemos em nota á pág. 99.

O escrito de Hinojosa, além de não alegar de novo um único facto ou um documento que possa abalar a tese de Herculano, sustentada também e corroborada pelo Sr. Gama Barros, está cheio de lamentáveis confusões e contradições, que chegam até a deslocar o objecto da questão. Assim a pág. 12 dos *Estudios* que noutro logar citámos, diz: «No es de más valor, en pro de la tesis de que el municipio leonés y castellano se derivó del supuesto municipio mozárabe, el argumento sacado del hecho de denominarse *alcaldes* en León y Castilla á ciertos funcionarios municipales.»

Nunca Herculano sustentou que o município leonês e castelhano derivara do município mozárabe, como inculca Hinojosa, pois isso suporia o absurdo de negar a existência de instituições municipais no território da monarquia cristã. O que escreveu Herculano foi que «grande parte dos vocabulos que designam, no mechanismo dos concelhos leoneses e portugueses, as magistraturas, os cargos e as formulas, são de origem arabica. Estes vocabulos foram evidentemente introduzidos pela população mosarabe.» Portanto conclue Herculano que os mozárabes conheciam as magistraturas, os cargos e fórmulas municipais; aliás, em vez de se adoptarem as designações de origem árabe, teriam persistido as designações latinas ou góticas (A. HERCULANO, VII, 63).

Não vale mais do que isto o texto que escreve Hinojosa; e nem tanto nos demorariamos a acudir pela verdade histórica e pelos créditos de Herculano, se as levezas de Hinojosa não tivessem sido insistentemente professadas em Portugal, em circunstâncias que não é necessário referir, mas evidentemente favoráveis a criar, só pelo prurido de novidade, uma corrente errônea quanto á história e depreciativa do historiador português.

¹ MUÑOZ Y ROMERO, *Fuer. Mun.*, pág. 246, nota, e pág. 249, cit. por GAMA BARROS, *História da administração pública*, I, pág. 42.

Do privilégio que Afonso VI deu em 1101 aos mozárabes de Toledo consta que estes, ainda sob o jugo sarraceno, tinham por lei o *Liber iudicum*: «*Et si inter eos ortum fuerit aliquod negotium de aliquo iudicio, secundum sententias in libro iudicum antiquitus constituto discutatur*»¹.

Muito a propósito recorda o Sr. Gama Barros, que o foral de Seia, de 1136, confirma os costumes já existentes na terra: «Concedo quod habeatis consuetudines bonas meliores quod habuistis hucusque». «Ou tinha havido outro foral, ou êste de 1136 encontrava estabelecido um regímen que se fundava apenas na tradição.»²

A designação de cargos e magistraturas municipais por nomes de origem árabe, como *alcaide*, *alvasil*, *alcalde*, *almotacé*, mostra que tais palavras foram introduzidas pelos mozárabes, como as próprias que usavam para indicar factos e magistrados cujas funções, portanto, bem deviam conhecer; aliás teriam continuado a usar-se as designações latinas empregadas nos Estados cristãos.

Examinando esta questão, diz Herculano que a persistência do municipalismo, através do domínio sarraceno, explica o facto de «acharmos sempre a ideia do município e das suas magistraturas precedendo as mais remotas instituições de concelhos, ainda naqueles logares onde a povoação, fundada de novo, ou anteriormente deserta, é constituída com gente adventícia vinda de diversas partes.»³

Renovação da vida municipal na monarquia leonesa. —

Entre os cristãos independentes das Astúrias formou-se uma nobreza, classe privilegiada, constituída principalmente pelas famílias dos guerreiros que se reuniram em volta de Pelágio e dos seus mais próximos sucessores; nas classes

¹ MUÑOZ Y ROMERO, *Fuer. Mun.*, pág. 361, cit. por GAMA BARROS, *História da administração pública*, I, pág. 42.

² *História da administração pública em Portugal*, t. I, pág. 43.

³ *História de Portugal*, t. VII, pág. 80.

dos homens livres inferiores, dos adscriptos e dos servos preponderava o elemento mozárabe.

A classe dos homens livres não-nobres, também chamados *ingénuos*, compreendia dois grupos: o dos presores e privados e o dos colonos espontâneos. Todos êles formavam um corpo de maiores ou menores proprietários independentes ¹.

Quando alguns dêstes homens livres se reuniam num ponto, formando uma povoação, tornava-se necessário estabelecer instituições administrativas; e, quando a povoação se tornava importante e convinha dar-lhe incremento, aparecia naturalmente a organização municipal.

Por outro lado, os grémios municipais góticos existentes na Espanha muçulmana, incorporados pela conquista na monarquia leonesa, conservavam as suas antigas instituições.

Finalmente, á medida que as classes servas se foram gradualmente libertando, foi também aumentando a importância das povoações; e então, ou o poder central, os nobres, os abades e os bispos concediam as instituições municipais, ou os habitantes exigiam pela fôrça, ou por ameaças, essas mesmas instituições. Tais foram as causas que fizeram multiplicar os municípios na monarquia leonesa, ainda antes da separação de Portugal.

Progressos do municipalismo em Portugal — Os forais.

— Ainda antes da fundação da monarquia existiram no ter-

¹ A. HERCULANO, *História de Portugal*, t.VI, pág. 165; t.VII, pág. 67-68. — Os *presores hereditários*, ou simplesmente *presores*, na monarquia das Astúrias, eram os proprietários territoriais, que nas novas monarquias cristãs se chamaíram *herdadores* e *cavaleiros vilãos*, conhecidos entre os romanos pelo nome de *possessores*. Na monarquia visigótica dividiram-se os *possessores* em *curiais* (*curiales*) e *privados* (*privati*): os primeiros eram os proprietários que tinham pelo menos vinte e cinco geiras de terras e faziam parte da cúria; os *privados* tinham menos de vinte e cinco geiras, e o nome que se lhes dava (*privati*) servia para os distinguir das pessoas que, como os curiais, podiam exercer ministérios públicos. Todos eram livres, ingénuos. Os *colonos espontâneos*, que também eram livres, eram os indivíduos que, por contracto espontâneo, recebiam do Rei, da igreja ou de particulares, granjas e casas para cultivarem.

ritório português alguns municípios ou *concelhos*¹; e nos séculos XII e XIII desenvolveram-se as instituições municipais paralelamente às das monarquias de Leão e Castela.

O critério prático, para determinar se em qualquer povoação havia nos séculos XII e XIII um concelho, é a existência dalguma magistratura particular, quer administrativa, quer judicial, principalmente quando a escolha do magistrado se faz por eleição. A existência de magistraturas locais era o facto que acompanhara as instituições municipais desde a época romana, através de todas as vicissitudes.

Chamava-se *foral* ou *carta de foral* o diploma em que se fixava a instituição dos concelhos, e se regulavam os direitos e deveres colectivos das cidades, vilas e logares. Os forais constituíam o nexo que politicamente ligava os grémios municipais ao poder central.

Classificação dos concelhos — Concelhos rudimentares e imperfeitos.— Os forais oferecem uma gradação tão variada na escala dos direitos e deveres dos membros dos municípios, que estes, para melhor se estudarem, carecem de ser classificados.

Podem classificar-se os concelhos em *rudimentares*, *imperfeitos* e *completos* ou *perfeitos*².

Os *concelhos rudimentares* constituíam a fórmula mais simples do municipalismo; e eram instituídos em terras não só da Corôa, mas também de prelados, nobres, mosteiros e ordens militares. A magistratura constante nos concelhos rudimentares era a dum habitante da aldeia, que,

¹ O nome de *concelho*, equivalente a *município*, é uma expressão puramente peninsular. *Concelho* deriva de *concilium*, vocábulo com que freqüentes vezes no tempo do império romano se designava o complexo dos habitantes duma povoação, dum distrito, e até duma província. — A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. VII, pág. 83.

² E a classificação feita por A. Herculano, que a este respeito observa o seguinte: «As três classes em que dividimos os concelhos são categorias puramente científicas, e não manifestações de três tipos por onde naquelas eras se aferissem as instituições municipais. Cada concelho creava-se ou enriquecia-se de novos privilégios por considerações espe-

com o nome de *mordomo* ou de *vigário*, recebia os foros e direitos senhoriais, e os entregava ao ministro fiscal do distrito, o *maiordomus maior*. Em recompensa, êsse vigário ou mordomo era isento das prestações rurais durante a sua magistratura. Quanto á ordem judicial, os habitantes dos concelhos rudimentares estavam sujeitos aos juizes reais dos respectivos distritos.

Os *concelhos imperfeitos* são principalmente caracterizados pela jurisdição local, exercida por um juiz particular, ora eleito pelo povo, ora nomeado pelo senhor, mas sempre com autoridade circunscrita ao território do concelho. Além dessa tinham outras garantias, maiores ou menores, mas nunca organização administrativa completa como os concelhos perfeitos.

A classe dos concelhos imperfeitos pode subdividir-se em seis géneros, a que correspondem outras tantas fórmulas. A *primeira fórmula* é a dos concelhos em que havia apenas um juiz local, quer electivo, quer de nomeação, e que não tinham official do fisco, próprio e exclusivo do logar.

A *segunda fórmula* é a dos concelhos onde, havendo um juiz, era todavia a jurisdição também exercida por uma espécie de jurados, que eram os homens bons (*boni homines*), isto é, os individuos mais ricos ou por qualquer título mais notáveis na povoação. Os *boni homines* não tinham carácter de magistrados permanentes.

A *terceira fórmula* é a dos concelhos onde havia a jurisdição local, como nos da primeira e segunda fórmula, existindo também um exactor local e exclusivo. Esta fórmula constitue o verdadeiro tipo dos concelhos imperfeitos.

ciais, por conveniências ou necessidades do momento ou da localidade. Ia-se não raro buscar um modelo na carta de outra povoação, instituida municipalmente por motivos e em circunstâncias semelhantes; mas não se partia duma ideia geral e absoluta, dum principio ou doutrina. Daqui a grande variedade de garantias, de deveres e de direitos que nos apparece nos forais e nos documentos a elles correlativos.» — *História de Portugal*, t. VII, pág. 88 e 112-113.

A *quarta fórmula* é a dos concelhos chamados *burgos*. No século XII, a qualificação de *burgo* era principalmente atribuída a grupos de habitações contíguas a mosteiros, sés, paços reais ou castelos, quando dêles estavam separadas administrativamente, constituindo individualidade própria; mas alguns burgos não formavam municípios. A característica dos burgos concelhos era tomar-se neles como base do tributo directo, dos foros senhoriais, o prédio urbano e não o prédio rural; o que indica que os habitantes dessas povoações viviam mais das artes industriais ou do comércio que da agricultura ¹.

A organização judicial dos burgos concelhos era como a dos concelhos da primeira fórmula. Também neles não existia mordomo local.

A *quinta fórmula* de concelhos imperfeitos distinguia-se das quatro primeiras em que, naquelas os habitantes pertenciam á classe dos *peões* ou *tributários*, e nesta encontravam-se além dêles cavaleiros-vilãos colonos, geralmente isentos do tributo directo. Distinguem-se dos concelhos perfeitos em não terem magistraturas completas e possuírem menor número de garantias e privilégios. A jurisdição era exercida por um juiz ordinariamente de nomeação régia.

Em alguns concelhos desta fórmula existia mordomo-local; noutros não há vestígios de tal magistrado.

Finalmente, a *sexta fórmula* de concelhos imperfeitos é a daqueles cuja população se compunha exclusivamente de *tributários*, mas apesar disso possuíam as instituições essenciais dos concelhos perfeitos, e tinham como estes verdadeira magistratura municipal. A alguns concelhos desta fórmula só falta a existência de cavaleiros vilãos para entrarem na categoria dos concelhos perfeitos ².

¹ Os burgueses dos primeiros tempos da monarquia eram o tipo da classe média que hoje habita os grandes centros de população, vivendo principalmente do comércio e das indústrias, e cujos membros ainda hoje são muitas vezes designados por aquêlê nome.

² A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. VII, principalmente pág. 110 e seg.

Concelhos perfeitos. — Os concelhos que podemos denominar *perfeitos* ou *completos* oferecem também certa variedade de tipos; mas há factos permanentes que se encontram em todos e lhes servem de característica, distinguindo-os dos rudimentares e dos imperfeitos.

Essa característica é o predomínio da ideia fundamental da municipalidade romana: a existência da magistratura jurisdicional exercida pelos *duúnviros* ou *quatuórviros*, e a distinção dos chefes de família nas duas classes de *decuriões* e *privados*. O modo de ser destes factos e as expressões que os indicam foram alterados; mas os próprios factos conservaram-se essencialmente os mesmos ¹.

Assim, nos concelhos perfeitos, aos duúnviros ou quatuórviros romanos correspondiam os magistrados jurisdicionais, com os nomes de *alvasis* ou *alcaldes*, ou *juizes*, que em geral eram dois, pôsto não falem exemplos de exercerem aquela magistratura conjuntamente quatro ou mais indivíduos. Os juizes dos concelhos procediam da eleição, e esta era feita só pelos *vizinhos*, pelos *arreigados*.

Aos *decuriões* do município romano correspondiam nos concelhos os *cavaleiros vilãos*, embora com diferentes condições de existência; e os *plebeus* eram representados pelos *peões*.

Os concelhos perfeitos podem classificar-se em quatro fórmulas: a primeira é a dos que têm por tipo o foral de Santarém ou de Lisboa; a segunda a daqueles cujo tipo é o foral de Salamanca; a terceira a dos que reproduzem o de Ávila; e a quarta é a dos que não têm tipo conhecido; variam indefinidamente entre si; e de outros que, tomando por modelo um concelho mais antigo, quer de Leão, quer de Portugal, são todavia em pequeno número para constituírem categoria á parte ².

¹ A. HERCULANO, ob. e t. cit., pág. 175. Nesta exposição seguiremos sempre a obra de Herculano.

² Os concelhos do tipo de Santarém existiam na maior parte das povoações importantes da moderna Extremadura, de Lisboa até Coimbra; nas do norte do Alentejo além da

Nos concelhos perfeitos da *primeira fórmula*, ou do tipo de Santarém, o magistrado supremo era o *alcaide*¹ ou *pretor*, representante do Rei e por êle nomeado. De certo modo equivaliam os alcaides aos modernos administradores de concelho; mas tinham mais importância por acumularem as atribuições militares com a intervenção nos actos jurisdicionais, ligando assim de vários modos os concelhos á sociedade geral. Tinha como substituto o *alcaide-menor* (*vice-pretor*). Os juizes municipais tinham a denominação de *alvasis*².

Nos concelhos perfeitos da *segunda fórmula*, ou do tipo de Salamanca, o representante do poder central tinha o nome de *juiz* (*judex*), e existia a par dos magistrados jurisdicionais próprios do concelho. Ao passo que nos concelhos da primeira fórmula o representante do poder central tinha principalmente o carácter militar, nos da segunda tinha principalmente o carácter jurisdicional. Em alguns concelhos desta fórmula as funções do *pretor* eram exercidas não só pelo *juiz* (*judex*), representante civil do Rei; mas, também pelo *senior*, representante militar. Os juizes municipais tinham o nome de *alcaldes*³.

Nos concelhos da *terceira fórmula*, ou do tipo de Ávila,

serra de Ossa; e nas de todo o Algarve, irradiando para o sul do Alentejo até Beja. Os concelhos do tipo de Salamanca predominavam entre os principais da Beira, principalmente da Beira central; e no Além-Douro pela orla meridional de Trás-os-Montes, irradiando ainda para outros distritos, principalmente para o Alto-Minho. Os concelhos do tipo de Ávila, que também se podem chamar de Évora, predominaram no centro, sul e leste do Alentejo, misturando-se com os do tipo de Santarém ao norte daquela província, e estendendo-se para a Beira Baixa e margens do Côa. Os concelhos da quarta fórmula pertenciam a povoações situadas em diversos distritos do reino, mas principalmente no Além-Douro.

¹ Vocábulo árabe que designava o chefe ou capitão de qualquer corpo de tropas; mas applicou-se em especial ao individuo revestido do mando supremo em qualquer castelo ou fortaleza.

² Vocábulo árabe, que a princípio significou entre os sarracenos o ministro, o conselheiro do soberano, e depois se applicou aos chefes de qualquer ramo da administração pública, quando representassem delegação do poder supremo; pelo que, observa Herculano, a sua applicação a uma magistratura jurisdicional e inferior era bastante imprópria.

³ Nome árabe: juiz que julgava em primeira instância entre os muçulmanos. Não se deve confundir *alcalde* com *alcaide*.

o *alcaide* ou *pretor* era também nomeado pelo Rei; mas, em vez de ser um nobre (*nobilis homo*), como nos concelhos da primeira e segunda fórmula, era tirado do seio da própria burguesia. A classe dos burgueses pertenciam também, mas escolhidos por eleição, os magistrados do concelho, que tinham o nome de *juizes*.

Os concelhos incluídos na *quarta fórmula* representam grande variedade de espécies, sem caracteres permanentes, formando, por assim dizer, outras tantas excepções. Nêles havia, geralmente, o chefe militar da povoação, o alcaide, em uma situação, relativamente ao concelho, análoga á que tinha nos concelhos dalguma das três primeiras fórmulas.

CAPÍTULO XII

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

A agricultura até aos fins do século xiv. — Nos primeiros tempos da monarquia era a agricultura quási a única fonte de riqueza pública, e mesmo essa sofria, principalmente nas terras do sul, as conseqüências de incessantes guerras com os mouros. Onde ela estava mais florescente era nas províncias do Minho, Trás-os-Montes e grande parte da Beira, porque era ali onde havia mais tranquilidade.

Ao passo que se ia efectuando a reconquista, os príncipes cristãos promoviam a colonização das terras e o desenvolvimento da agricultura. Entre outros documentos, assim o prova um de 1080. Nele se declara que Fernando Magno, depois da conquista de Coimbra, confiou a cidade ao govêrno do Conde D. Sesnando, para que a povoasse e defendesse dos infieis; e ordenou-lhe que aos seus homens desse terras onde fundassem vilas, construíssem casas e plantassem vinhas, que ficariam possuindo para sempre, êles e os seus descendentes ¹.

O Conde D. Henrique e seu filho D. Afonso Henri-

¹ «*Deinde in diebus illis erexit ipse honorificus rex predictus principem ibi magnum ducem et consulem fidelem domnum sisenandum quem dominus undique exaltet super ipsam ciuitatem ut eam populasset et deffendisset de gente paganorum et ibi sub dei adiutorio saluasset gentem christianorum et deo annuente fecit. Ipso uero ibi morante precepit illi dare suis hominibus uillas ad hereditandum et domus ad edificandum et uineas ad plantandum et fuissent illas hereditates et filiis suis et uxoribus et nepotibus super illius auctoritatem et filiis et neptis*» Port. Mon. Hist. — Dipl. et Chart., pág. 350, doc. DLXXXI.

ques, consagrando de preferência á guerra as suas atenções, doaram com largueza terras incultas a catedrais, mosteiros e senhores da côrte; e os donatários por sua vez as distribuíam por colonos, ou por aforamento ou por contracto de partilha nas colheitas ¹.

Os monges beneditinos cultivavam por suas próprias mãos grandes extensões de terreno, e fundaram muitas povoações para comodidade dos seculares que atraíam ás suas culturas. O mesmo fizeram outros institutos monásticos e várias catedrais, como as de Braga, Viseu e Coimbra. Dessas numerosas fundações resultou ser a província do Minho a mais povoada e também a mais abundante. Também foram numerosas as fundações ou reedificações de terras feitas pelo mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, entre as quais se contam as modernas freguesias de Cadima, Tocha, Antuzede, Reveles, Ribeira de Frades, Condeixa-a-Nova e Verride. Assim se explica o direito que o mosteiro conservou sempre sôbre extensos campos destas povoações. Entre os mosteiros de beneditinos que mais se distinguiram pelos seus trabalhos agricolas contam-se o de Lorvão, o da Vacariça e o de Pombeiro.

O mesmo sistema de doações dos monarcas continuou ao passo que avançaram as conquistas para o sul. Assim, depois da conquista de Santarém, doou D. Afonso Henriques ao mosteiro de Alcobaça grandes extensões de terreno, que os monges arrotearam e povoaram de vilas e aldeias para os seus colonos ². •

D. Sancho I foi um dos monarcas que mais se empenharam em favorecer os progressos da agricultura, distribuindo terras incultas, dando forais em beneficio dos

¹ Vid. *Memoria para a historia da agricultura em Portugal*, nas *Memorias de Litteratura Portuguesa*, t. II, pág. 6 e seg. Sôbre a exploração da terra por aforamento, parçaria e arrendamento, vid. GAMA BARROS, *História da administração pública em Portugal*, t. III, pág. 614-647.

² Para mais desenvolvimento vid. *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 549 e seg. e as fontes lá citadas.

cultivadores e executando diversas obras necessárias. Destruída a ponte de Coimbra e transtornado o curso do Mondego em consequência de grandes cheias e tempestades, quis D. Sancho occorrer aos danos que de tais factos recebiam os lavradores; como, porém, a morte o ameaçava de perto, deixou em testamento para as obras mil maravedis de ouro ¹.

Havia então no reino abundância de todos os géneros de primeira necessidade. As culturas eram variadas. Os cereais eram o trigo, o centeio, a cevada e o milho miudo; cultivavam-se diversos legumes; havia muitos pomares de macieiras, pereiras, figueiras, pessegueiros; olivais, soutos, carvalhais, plantações de nogueiras; o linho era abundante; a vinha era uma das culturas de maior extensão, como persuade o facto de a mencionarem tantos documentos ².

De vários passos das *Inquirições* colheu Alberto Sampaio elementos para se julgar da alimentação daquele tempo, directamente relacionada com a indústria agrícola e suas derivadas. Diz aquele escritor:

«Pelas obrigações da comida, fornecida aos mordomos reaes, na ocasião de receberem as rendas, pode-se fazer idea da alimentação popular. Em S. M. de Gandera da-

¹ Testamento de D. Sancho I, nos apêndices á p. IV da *Monarquia Lusitana*, Escri-tura III.

² Eis algumas referências de documentos a culturas da época: doc. de 974: ...«*pumares uineas sautus rrouoreta*»...; do mesmo ano: ...«*uineas pomares ortos ortales*»...; de 983: ...«*uineis, pomeriis, harboribus*»...; de 985: ...«*pomares ficale castinale aruores fructuosas*»...; de 986: ...«*pumares figales sautus arbores fructuosas uel infructuosas*»...; de 989: ...«*terras castiniarias pumares uineas figares amescenarias*»...; de 1030: ...«*pumares uineas soutus defensas seu omne pomiferum*»...; de 1044: «*kasas paçanarias figales persegare ameixenales kastiniaries*»... *Port. Mon. Hist. — Dipl. et Chart.*, pág. 71, 72, 85, 94, 98, 165, 204.

Ainda sobre culturas diversas, vid. as que acusa a inquirição em S. Salvador de Átrio (Viana do Castelo), *Inquis.*, pág. 329-330. ...«*Dedi tibi* (Paterno episcopo) *duas terras heremas ut in eis plantasses ortos et uineas sicut et fecisti*»... Doc. de 1088, *Dipl. et Chart.*, 419-420. Na descrição das terras doadas mencionam-se outras vinhas confinantes. Em muitos outros documentos apparecem referências a vinhas.

Sobre cultura de cereais e indústria de moagem, também há noticias em VITERBO, *Elucidário*, in vbis. *Milho negro, Milhom, Azena, Azude, Camba e Lavor.*

vam-lhe duas carnes, pão e vinho: Em Portella (S. J. de Priz) pão, vinho, leite fervido, vêrsas da horta e dous frangos: em Palmeiró (S. M. de Soutello) quando segavam a messe, pão de centeio, vinho, leite fervido e uma tachada de filhós (*sartegeada de filioos*); pelo S. Miguel, na colheita do milho alvo, o mesmo menos as filhós, a mais porém carne fresca do porco: em S. J. de Chamoyñ, queijo, manteiga, ovos e *corázil*¹. Estas transcrições contêm as iguarias costumadas, e por isso as d'uso geral; ou fossem consumidas nessas ocasiões, ou levadas pelos mordomos, ellas mostram os termos communs da alimentação, que se aproxima á actual, exceptuados os lacticínios, então frequentes: até na mesa d'Affonso Henriques se comia nata, segundo a passagem referente a D. Fernam Mendes, num dos Livros de Linhagens²; embora o caso occurresse em Coimbra, o costume não deixaria d'existir aqui onde abundava o producto, de que servem de prova os foros de manteiga e queijo, repetidos nas *Inquirições*; dos gados, a cujo sustento se applicavam exclusivamente as terras fundas, tiravam-se em abundancia os lacticínios, raros depois, em consequencia da revolução cultural, operada pela introdução do milho maiz. O mel era muito usado, e em certas localidades tam abundante que se indicam d'elle foros avultados, e algumas vezes consumido em favos³; mas em geral usavam-no sem duvida em lugar do assucar d'hoje.»⁴

O uso tão freqüente de lacticínios e de carnes acusa a importância da indústria pecuária, revelada em muitos outros documentos. D. Sancho I exercia de sua conta e em considerável escala a indústria pecuária em diversas terras. Em seu testamento legou ao mosteiro de Santa Cruz as suas éguas de Souré e os seus porcos de Coimbra; ao

¹ «*Inq.*, pág. 403, 1.^a col.; 412, 1.^a col.; 436, 1.^a-2.^a col.; 417, 1.^a col., *passim*.»

² «*Os Liv. de Linh.; Scriptores: P. M. H.*, pág. 325. Cf. pág. 165.»

³ «*Inq.*, pág. 416, 2.^a col.; 418, 2.^a col.; 383, 2.^a col.; *passim*.»

⁴ ALBERTO SAMPAIO, *As «Villas» do Norte de Portugal*, na *Portugalia*, vol. I, pág. 786-

hospital de cativos que instituira em Santarém, além das vacas, ovelhas, éguas, porcas e herdades que lhe dera, deixou-lhe também os porcos que tinha em Santarém; e dispôs igualmente em testamento dos gados que tinha em Évora ¹.

Entre os monarcas que posteriormente se distinguiram pela sua iniciativa em promover o desenvolvimento da agricultura figuram D. Dinís e D. Fernando, como noutro lugar referimos ².

Indústrias diversas. — Além da indústria agrícola, existiam em Portugal, nos primeiros tempos da monarquia, outras fontes de riqueza pública, indústrias extractivas e fabris, as quais produziam os elementos mais usuais e necessários. Entre os documentos que assim o provam conta-se a lei de 26 de Dezembro de 1252, publicada por D. Afonso III para taxar os preços ás mercadorias e aos ofícios, por lhe constar que os preços antigos tinham aumentado consideravelmente ³.

Em numerosos pontos da costa exercia-se a indústria

¹ Testamento na *Monarchia Lusitana*, IV, escr. III no fim do vol. Sobre indústria pecuária também há notícias em VITERBO, *Elucidário*, in vbis. *Alfeire*, *Alfeireiro*, *Almouçar*, *Aprastações* e *Aradoiro*.

² Veja-se o que dissemos a pág. 248 e seg., 292 e seg. Sobre a lei das sesmarias de que falámos a pág. 293, vid. GAMA BARROS, *História da administração pública em Portugal*, t. III, pág. 699-721; ARAGÃO MORATO, *Memoria sobre a lei das sesmarias*, nas *Memorias da Academia*, t. VIII, p. I, pág. 223 e seg. Sobre a antiguidade da lei das sesmarias e ao que sobre este ponto se tem escrito, deve acrescentar-se que um documento publicado por J. P. Ribeiro e que data de 1365 ou de algum dos anos anteriores mais próximos, mostra que já então havia sesmeiros nos concelhos e se executavam disposições sobre distribuição de sesmarias. Ordenava Pero Tristam, corregedor de Entre Tejo e Odiana, que os juizes e vereadores durante três meses lançassem pregões pelas vilas respectivas, que todos aqueles que tivessem casas desadobadas ou pardieiros, tanto nas vilas como nos arrabaldes, que os fizessem e mandassem fazer; e, se o não quisessem, que os sesmeiros das vilas dessem as tais casas a quem as fizesse e reparasse, sem todavia lhes poderem dar outra applicação. RIBEIRO, *Dissert. chronol. e crit.*, t. III, p. II, pág. 129; *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, t. VIII, nota á pág. 551.

³ ... «*Quod mihi dictum est et ego scio pro certo quod res uenales et uende uendebantur multo carius quam solebant uendi et debebant pro eo quod timebant quod ego frangerem monetam et quia dicebant quod tempus brilandi monetam appropinquabat.*» *Port. Mon. Hist. — Leg. et Cons.*, I, 192; RIBEIRO, *Diss.*, III, II, 59. Ainda sobre o assunto, REBELO DA SILVA, *Hist. de Port. nos séc. XVII e XVIII*, IV, 466 e seg.

de extracção do sal. Vários documentos falam da existência de salinas junto á foz do rio Leça, onde tal indústria não existe há muito. Na inquirição apurou-se que as salinas de Matosinhos eram todas reguengas e que pagavam foros de importância vária¹. Nas salinas de Aveiro tinha o mosteiro de S. João de Tarouca mil moios de sal, que em 1216 lhe foram doados por D. Pedro, senhor daquela vila². Numa doação de 1080 compreendiam-se duas salinas em Vila do Conde³. Já numa doação de 953 se menciona *uilla de comite... cum suas salinas et cum suas piscarias*⁴.

A pesca era também indústria muito valiosa, á qual se davam muitas pessoas, nos rios e nos mares. Muitos documentos falam de pesqueiras nos cursos de água. No mar pescavam-se congros, ruivos, pescadas, tainhas, del-fins ou golfinhos, sôlhas, pargos, iris e outras espécies. Do foral de Gaia (1255) depreende-se que era aquela povoação notável centro de pescadores⁵. Em Viana davam-se á pesca não só os naturais da vila ou vizinhos, como pessoas que iam de fora estabelecer-se ali, formando colónias

¹ ... «*Quod omnes saline ipsius loci (Matusini) sunt regalengue, et de quibusdam dant minusforum, et de aliis dant maius forum.*» *Inquisitiones*, I, 468, col. II.

² BRANDÃO, *Monarchia Lusitana*, VI, 97.

³ *Dipl. et Chart.*, pág. 352.

⁴ *Dipl. et Chart.*, pág. 39. Encontram-se outras notícias documentais sôbre salinas em ALBERTO SAMPAIO, *As Povoas Maritimas do norte de Portugal, na Portugalia*, II, 58o e seg.

⁵ «*Item mando quod piscatores dent maiordomo de unaquaque carauela unum piscem postquam fuerint tres pisces: et piscatores eligant primo meliorem piscem, et postquam elegerint filiet maiordomus alium piscem: et hoc debet esse de congruis et de peyxotis, et de rubeis et de pargos. Item mando quod maiordomus habeat medietatem de lardo de tunia, et de dulfino, et quartam partem de euo, et de yrz, et de solio. Item mando quod qui habuerit trasmalium det maiordomo vnum sayal in principio, et alium in fine. Item mando quod piscatores de mea villa de Gaya pesquent in meis uarguis de furada et de Arinio et de quanto piscauerint in mea uarga de furada dent maiordomo quintam partem et de quanto piscauerint in uarga de arino dent maiordomo sextam partem. Item si piscatores iuerint ad Galleciam ad piscandum et exiuerint de mari et fecerint pousadas et salgauerint piscatum quando uenerint mando quod dent maiordomo decem pissotas et de unaquaque carauela siue nauigio, et si de ilia pousada inuiauerint piscatum ad domos suas dent Maiordomo de unaquaque enutada decem pissotas.*» Foral de Gaia, *Leg. et Cons.*, 662 e seg.; *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portulensi asservantur*, vol. I, pág. 189 e seg.

de pescadores; assim se depreende do foral¹. Davam-se á pesca, no mar e nos rios, os habitantes da foz do Neiva², de S. Paio de Fão³, Póvoa de Varzim⁴, Gesteira⁵, Santa Cristina⁶, Vila do Conde⁷, Pindêlo⁸, Real⁹, Matosinhos¹⁰, Guifões, Morosa¹¹ e muitas outras povoações. Do foral de Gaia e de certo passo das Inquirições consta que os pescadores portugueses exerciam a sua actividade não só nas costas de Portugal mas também nas da Galiza e talvez ainda noutras paragens¹².

Outra indústria directamente relacionada com a alimentação era a da caça, que se exercia por toda a parte e tinha por objecto, além das aves, muitos outros animais, como lebres, coelhos, veados, javalis, ursos, zebras e outros¹³. Aproveitavam para diversos objectos as peles de muitos animais¹⁴.

¹ ... «*Piscatores qui non fuerint vicini de Viana dent mihi et successoribus meis nauon (nonam partem) prout dave consueuerunt in ipsa marina... Et piscatores vicini de Viana non dent mihi decimam de piscato nec nauaon.*» Foral de Viana (1258-1262), *Leg. et Cons.*, 692. — «Item, da vila de Atrio, que chamam Viana... da Canboa pedrina dam al Rey o melhor peixe cada que y morrer, et a tertía de todo o outro pescado que y morrer. Item, de navio que veer cum peixotas de fora parte para Viana dá de navo j. pexota; et se duser congros dá amorca, ou j, pargo, ou iiij. dineiros.» *Inquisit.*, I, 330, col. I.

² *Inquisit.*, I, pág. 104, col. I e 313, col. I.

³ *Inquisit.*, I pág. 36, col. II e 235, col. II.

⁴ *Inquisit.*, I, 113-114.

⁵ *Inquisit.*, I, 114, col. I.

⁶ *Inquisit.*, ib.

⁷ *Dipl. et Chart.*, 38-39 e 258; *Inquisit.*, pág. 33, col. II.

⁸ *Inquisit.*, I, 481, col. I.

⁹ *Inquisit.*, I, 467, col. I.

¹⁰ *Inquisit.*, I, 468, col. II.

¹¹ *Inquisit.*, I, 470, col. I; 471, col. II.

¹² Vid. nota 5 da pág. antecedente e nota 1 desta pág.

¹³ ... «*Qui fuerit pro conelius a morada de cada uenida lo conelio cum sua pele. De uenado esfolado lo lonbo. Et de porco montes IIIor costas et uso as manus.*» Foral de Santa Marinha, *Leg. et Cons.*, 474. — «*Montarii qui fuerint ad montem de illo uenato quem mactauerint dabunt maior domo lombum*» Foral de Penacova, ib., 484.

¹⁴ «*De carrega de pelibus de conellios christianorum Ve solidos. De carrega de mauros de conelliis Im morabitinum... De corio de uaca, uel de zeura, II denarios. De corio de ceruo uel de gamu IIIas medaculas.*» Foral de Centocelas, *Leg. et Cons.*, 488. Veja-se também a lei de 26 de Dezembro de 1253, *Leg. et Cons.*, pág. 195. Ignoramos que animal era a zebra; talvez algum dos que desapareceram da fauna portuguesa. Não era a zebra africana, que os portugueses conheceram nos fins do século xv ou já no século xvi. Não era a fêmea do cervo, com alteração de nome que poderia explicar-se por metátese, pois

A indústria mineira é coeva da fundação da monarquia. No território português havia minas que já no tempo dos romanos tinham sido exploradas¹. Trabalhos da mesma espécie se realizaram no tempo dos visigodos e dos muçulmanos. Por direito consagrado, também estabelecido nas leis das *Siete Partidas*, a exploração dos vieiros de metais pertencia á Corôa, que concedia a particulares o exercício dêle mediante partilha no produto da exploração². Dos forais conhecidos, só em dois se deixa livre aos habitantes do concelho a exploração dos vieiros de metais³. Pôsto que em forais dados por D. Dinís, e pelo menos numa doação do mesmo Rei apareçam ressalvados os direitos da Corôa quanto á exploração dos vieiros de metais, o que poderia deixar supôr que o contrário era a regra jurídica, é certo que em geral o direito de exploração pertencia á Corôa.

A exploração por conta do Estado não oferecia vantagens; nem há memória de se ter feito até princípios do século xv⁴.

Desde tempos antigos se dizia que nas areias do Tejo se encontravam palhetas de ouro, principalmente no lugar

em muitos documentos, entre êles o que acabamos de citar, figuram cervos e zebras como espécies diferentes. Por idéntica razão não era boi, nem vaca, nem novilho, nem vitela, como pretendeu Viterbo (*Elucidário*, in vbo. *Zevro*), a quem Ribeiro corrigiu, supondo, também erradamente, que se tratava da zebra africana (*Diss.*, IV, II, 134). É certo que as zebras abundavam em Portugal, como prova o facto de ser o seu nome elemento frequente na toponímia.

¹ Veja-se o que dissemos a pág. 66 e 250.

² ...«Las rendas... de las ferrerías et de los otros metales... son de los emperadores et de los reynos.» (III, 28, 11).

³ «Montes, fontes, et flumina sint concilii et uenarii et barrari» Foral de Penamacor (1209), *Leg. et Cons.*, 540. Disposição idéntica no foral de Salvaterra (1229). São os dois únicos forais em que aparece tal concessão, não obstante poder depreender-se que há mais, do que diz Herculano (VIII, 59-60). Vid. GAMA BARROS, *História da administração pública em Portugal*, t. III, pág. 59.

⁴ Apesar de dizer Francisco Brandão, sem alegar prova documental, que «el Rey Dom Afonso Quarto, por se livrar das despesas que fazia, largou todas as minas de prata, chumbo, cobre, estanho, pedra vme, enxofre, & azeuiche, q' parece reservou as outras a Afonso Peres mercador natural do Porto, & a Bernal Fucara estrangeiro para elles, & successores, cõ obrigação de pagar a el Rey a quinta parte.» *Monarchia Lusitana*, V, 80 v.

denominado Adiça¹. O geógrafo árabe Edrici dizia, no século XII, que o nome do forte de Almádine (Almada), isto é, a mina, provém do ouro que o mar ali lançava e que os habitantes daqueles sítios juntavam durante o inverno. Os trabalhos de pesquisa continuaram depois de fundada a monarquia portuguesa, e com a protecção dos monarcas, que concederam diversos privilégios aos *adiceiros* ou *ourivezes da adiça*. Em 1210 doou D. Sancho I á ordem de Santiago a décima de quanto lhe pertencesse na Adiça. Doação semelhante fez D. Afonso II em 1218. A exploração de ouro na Adiça foi a mais importante que do precioso metal se fez no país, e durou alguns séculos².

A exploração de jazigos de ferro e a indústria de ferreiro existiam em Portugal no século XII e continuaram nos séculos seguintes. Havia terras da Corôa que pagavam de fôro ou pensão objectos de ferro, como cadeados, machados, ferros de arado e ferraduras com seus cravos; o que supõe desenvolvimento local da indústria do ferro³. Em 12 de Dezembro de 1282, concedeu El-Rei D. Dinís a San-

¹ Da «Vrbis Olisiponis descriptio», na *Hispania Illustrata*, II, pág. 84, transcreve o Sr. Gama Barros as seguintes palavras de Damião de Goes sobre a exploração de ouro na Adiça e noutros logares da margem do Tejo: «Mediis his anfractibus, sinuosa, deuia, quasi syrtis intersunt: in quibus aurum arenis inuolutum nostri conquirunt, eo praecipue loco quem *Addiciam* nuncupant: quod item plerisque locis in ipsa Tagi ripa fieri consuevit. Nec a veterum sententia discrepat, qui Tagum auro, gemmisque affluere scripserunt.» *História da administração pública em Portugal*, t. III, pág. 62, nota 4.

² Vid. GAMA BARROS, ob. e t. cit., pág. 60 e seg.; A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. II, pág. 170; VITERBO, *Elucidário*, in vbo. *Adiceiro*. — «É curioso — diz o Sr. Gama Barros (III, 69) — que em 1832 foi cunhada na Casa da Moeda, em honra de D. Miguel, uma medalha que, segundo oficialmente se declarou, era de oiro da mina da Adiça (*Medalhas de D. Miguel*, por Artur Lamas, no *Archeologo Português*, XI, 1906, e em *separata*, 1906, pág. 18). Nesta mesma Revista, XIII, 1908, artigo de Marques da Costa, pág. 271, nota, lê-se: «A mina de Adiça ainda foi explorada por conta do Estado desde 1814 até 1826, produzindo neste periodo perto de 35.000.000 réis mas custando a exploração quasi outro tanto. Novamente foi lavrada desde 1829 a 1834, e desta vez rendeu apenas 1.760.897 réis, tendo-se consumido 10.720.235 réis.»

³ Foral de Seia (1136): «Illos ferrarios que aguent illos mallios et adtament illos cate-natos et quando illo senior dederit ferro que faciant ferraturas et clausos pro ad illum.» *Leg. et Cons.*, 372. Inquirição de 1258 na freguesia de Jubim, julgado de Gondomar: «Et dixit quod omnes qui laboraverint ferrum in ista collacione dant annuatim Domino Regi unum ferrum aratri quilibet per se.» *Inquisit.*, 516. Notícias semelhantes ib., pág. 127, 142, 517, 523.

cho Peres e a seus sócios e sucessores que explorassem e fabricassem ferro e aço, tanto em Portugal como no Algarve, com a condição de darem á Corôa a quinta parte do ferro extraído e a décima parte do aço e do ferro trabalhado; e de pagarem as portagens, costumagens e outros foros que El-Rei lhes impusesse ¹.

Por carta régia de 3 de Fevereiro de 1300, citada pelo Sr. Gama Barros, El-Rei D. Dinís concedeu a diversos a exploração do alumen que pudessem achar em Portugal. Em 20 de Março do ano seguinte fez aquele monarca igual concessão a outras pessoas; parece, porém, que nenhuma das concessões teve efeitos de exploração ².

Em 27 de Junho de 1314 concedeu El-Rei a exploração do estanho em vieiros achados em Jales, em Trasmires e em Monte Negro (Trás-os-Montes), mediante o pagamento do quinto á Corôa. Ignora-se qual foi o efeito da concessão ³.

Desde os primeiros tempos da monarquia existiam no país indústrias de tecidos de seda, linho e lã, aos quais se referem numerosos documentos; e se alguns podiam ser importados do estrangeiro, também há sinais certos de existirem no reino as indústrias dos respectivos tecidos ⁴.

No foral que o Arcebispo de Braga, D. Silvestre Godinho, deu aos moradores do couto de Ervededo, em Janeiro de 1233, designando as propriedades e árvores de que haviam de pagar-lhe fôro, ligava grande importância ás amoreiras; determinava que por nenhuma via se ven-

¹ RIBEIRO, *Diss. chronol. e crit.*, III, II, 85-86. Vid. VITERBO, *Elucidário*, in vbis. *Adcamar*, *Ferraduras*, *Ferros*, *Massa de Ferro*; GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. III, pág. 69-70.

² *História da administração pública*, III, 72.

³ *História da administração pública*, III, 74.

⁴ Doc. de 1070: ...«uendo a bobis illos pro que accepi de uos in precio I no (*sic*) lenzo de sirgo apretiado in XL modios»... *Dipl. et Chart.*, 302. Docum. de 1087: ...«concedo et omne quod aprestitum est hominis... uestimentum siriceum lineam uel laneam»... *Ib.*, 409. Docum. de 1092: ...«uno lenzo tiraz et una almuzalla serica»... *Ib.*, 470. Docum. de 1100: ...«panos sirjeos et laneos et lineos»... *Ib.*, 559 (n.º DCCCCXLV).

desse a folha delas para fora do couto; e que do sirgo que se criasse lhe pagassem certa quantidade de casulos ¹.

Também há notícia da indústria da seda em Portugal na lei de 26 de Dezembro de 1252, pela qual D. Afonso III taxou os preços das mercadorias ². Nesta lei mencionam-se numerosos tecidos, cujos nomes — informa o Sr. Pedro de Azevedo — foram interpretados pelo Dr. Rolin, de Praga ³. No consciencioso estudo do Dr. Rolin encontram-se notas relativas aos seguintes panos: escarlata, chamalote, grã, tiritana, viado, estamenha, burel, cendal, sirgo, ipre, picote, sarja, alfres etc. Ao dar esta notícia, o Sr. Pedro de Azevedo publica um documento do século XIV no qual também se mencionam muitos tecidos e objectos de luxo daquelle tempo.

Fabricavam-se em Portugal, desde os primeiros tempos da independência, panos grosseiros. Nos documentos coevos encontram-se numerosas referências a alguns dêles, como *almáfega*, *bragal* e *lenço*, dos quais já falámos ⁴. Chamava-se *treu* certo pano que se fabricava na comarca do Porto e que apenas servia para velas das embarcações. Por carta régia de 25 de Janeiro de 1377 determinou D. Fernando que se fiscalizasse a largura do treu, a qual devia ser dum palmo e dois dedos ⁵.

Do testamento de D. Sancho I depreende-se que em Guimarães também se fabricavam panos, talvez de boa qualidade, pois dispõe aquele monarca, a favor do herdeiro do trono, dos seus panos de Guimarães (*panos meos de Vimaranes*). A D. Sancha deixou todas as suas colgaduras

¹ D. RODRIGO DA CUNHA, *Historia Ecclesiastica de Braga*, p. II, cap. XXV.

² *Leg. et Cons.*, pág. 192 e seg.; RIBEIRO, *Diss. chronol. e crit.*, t. III, p. II, pág. 59 e seg.

³ *Documents relatifs à l'histoire du commerce des draps dans la Péninsule ibérique au XIII^e siècle*, in *Sechsunddreissigster Jahres-Bericht über die Prager Handelsakademie*, Praga, 1892. Cit. por PEDRO DE AZEVEDO, *Um inventario do século XIV*, Lisboa, 1902, pág. 3-4 (separata do *Archeologo Português*, VII, 1902).

⁴ Veja-se o que dissemos a pág. 250.

⁵ RIBEIRO, *Additamentos e retoques à Synopse Chronologica*, pág. 78; VITERBO, *Elucidário*, in vbo. *Treu*.

e colchas (*omnes alcalas meas, acitaras, & colchias*); e bem assim as suas vestiduras, escarlatas, panos vários e lenços (*meas cintas, & meas scarlatas, & penas [sic] varias, arrancanes, & lencios*)¹. Os melhores tecidos de linho e de seda importavam-se de Castela, de França, de Flandres e de Inglaterra.

Pelo decurso do tempo aumentou a produção do linho e aperfeiçoou-se o fabrico dos tecidos. Desenvolveu-se paralelamente a indústria dos trabalhos em coiros e peles de diferentes animais, como referimos noutro lugar². Certas peles destinadas aos efeitos referidos aparecem nos documentos designadas pelo nome de *aguínias* ou *aguinas*³.

Comércio. — A actividade comercial do país revelou-se em grande número de factos da vida social, e também nas feiras ou mercados transitórios que em tempo certo se faziam em muitas localidades. Numa época em que as comunicações eram difíceis e as jornadas perigosas, as feiras eram o mais cómodo meio de negociar,

Em Portugal havia feiras no século XII. O foral de Ponte do Lima, de 1125, impunha a multa de sessenta soldos a quem causasse dano às pessoas que concorressem à feira, ou na vinda ou no regresso⁴. Noutros diplomas dispensa-se protecção a viandantes que vão em negócio; e estes devem ser os que vão às feiras, ou vendedores ambulantes⁵.

¹ *Monarquia Lusitana*, IV, fls. 61 e 260.

² Veja-se o que dissemos a pág. 250.

³ *Dipl. et Chart.*, docum. CCXXXII e CCLXIX.

⁴ «*Et homines qui de cunctis terris uenerint ad feiram et ad illos malefecerit tam eundo quam redeundo pariat LX solidos.*» *Leg. et Cons.*, I, 366.

⁵ Foral de Évora (1166): «*Testamus uero et perenniter firmamus ut quicumque pignorauerit mercatores uel uiatores christianos iudeos siue mauros nisi fuerit fideiussor uel debitor quicumque fecerit pectet LX solidos ad palacium et duplet ganatum quod prenderint a suo domino, et insuper pectet C morabitinos pro cauto quod fregit: Rex habeat medietatem et concilium medietatem.*» *Leg. et Cons.*, pág. 339. — Foral do Banho (1152): «*Et si mercatores de Balneo exierint cum suis mercaturis de terra regis debent dare domino terre quando redierint pro carga de caballo aut de mulla unum bragale et de asino medium bragale.*» *Ib.*, 383.

Em 1205, dando foral a Vila Nova ¹, instituiu D. Sancho ali uma feira de quinze em quinze dias ². No foral que deu a Vila Mendo (1229) estabeleceu D. Sancho II na mesma povoação mercado em todos os domingos, para venda de pão, carne, peixe e *de aliis rebus uenalibus*; e também uma feira geral que devia realizar-se três vezes no ano, cada vez durante oito dias, a saber: na Páscoa, no S. João e no S. Miguel; e deu privilégios e garantias a todos que a ela concorressem ³. Na Covilhã instituiu D. Afonso III, em 1260, uma feira, que devia fazer-se durante oito dias, pela festa de Santa Maria de Agosto, com seguranças e privilégios para os que a ela fôssem ⁴.

No século XIII e nos seguintes fundaram-se feiras em muitas localidades; porém foi D. Dinís quem mais as multiplicou e favoreceu, estabelecendo muitas novas e dando a algumas povoações feiras francas. A estas concediam-se certas isenções e privilégios, como alguns que já deixamos referidos ⁵. Por alvará de 2 de Novembro de 1319 deu El-Rei D. Dinís á Torre de Moncorvo, além do mercado mensal que já tinha, uma feira franca que principiava quinze dias antes da Páscoa e durava outros quinze dias depois dela. Quem lá fôsse comprar ou vender não podia ser ali penhorado, nem nos oito dias que precediam a ida, nem nos oito depois do regresso, a não ser por dívida contraída na mesma feira ⁶.

O comércio interno utilizava a navegação de cabota-

¹ Talvez Vila Nova de Famalicão. Vid. A. HERCULANO, *Leg. et Cons.*, pág. 530; VITERBO, *Elucidário*, in vbo. *Feira*; GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. II, pág. 155.

² «Mando etiam ut faciatis feiram in dominico die de quindecim in quindecim diebus et detis portagium quomodo dant in sancto petro de ratis. Et omnes qui uenerint ad illam feiram quicquid ibi fecerint de calumpnia in illo die non sint pignorati uel retenti.» *Leg. et Cons.*, 530.

³ *Leg. et Cons.*, 610-611.

⁴ RIBEIRO, *Diss. chronol. e crit.*, III, II, 73-74.

⁵ Veja-se o que dissemos a pag. 250.

⁶ Outras noticias em GAMA BARROS, *História da administração pública*, t. II, pág. 153 e seg.; VITERBO, *Elucidário*, in vbo. *Feira*.

gem, sujeita aos assaltos dos infieis; e também a navegação fluvial. O Mondego, por exemplo, era aproveitado como via navegável para transporte de madeira, lenha e certamente outras mercadorias¹.

O comércio externo foi-se intensificando e alargando com os progressos da marinha nacional². Em 1189 já eram frequentes as relações comerciais de Portugal com Montpellier e Marselha³.

Nos princípios do século XIII eram as Ilhas Britânicas tão frequentadas dos nossos mercadores, que só em 1226 lá foram passados mais de cem salvos condutos a portugueses; pouco antes tinha sido ali apreendido um navio português⁴.

Eram muito activas as relações comerciais de Portugal com a França no meado do século XIII. Na lei de 1252, em que D. Afonso III taxou os preços das mercadorias, mencionam-se muitas como importadas dos portos de França e da Bretanha, entre os quais se citam os da Normandia em geral, Abavila, Santo Omer, Ruão, Chartres, Rochela, Arrás e Caen. Nas câortes de Leiria de 1254 assentou-se que a terça parte dos navios franceses que navegassem no Douro e ali abordassem descarregassem em Gaia.

Em Janeiro de 1290 concedeu Filipe o Formoso, Rei de França, valiosos privilégios aos mercadores portugueses que comerciassem em Harfleur. Em 10 de Maio de 1293 confirmou El-Rei D. Dinís o concôrto que entre si fizeram os negociantes portugueses, sôbre o preço de frete

¹ Foral de Coimbra (1111): ... «*de madeira et ligna, que abducunt per Mondecum pro vendere, dent octavam partem.*» RIBEIRO, *Diss. chron. e crit.*, t. II, pág. 227. In *Leg. et Cons.*, pág. 356, faltam as palavras *per Mondecum*. A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. II, pág. 78, alude ao comércio de cabotagem.

² Vid. pág. 251, 268 e seg., 293-294.

³ VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, t. III, pág. XIX e 5.

⁴ SHILLINGTON e WALLIS CHAPMAN, *The commercial relations of England and Portugal*, pág. 27, cit. por PEDRO DE AZEVEDO, *Boletim da Segunda Classe da Academia*, vol. VIII, pág. 53.

dos navios que carregassem nos portos de Portugal para Flandres, Inglaterra, Normandia, Bretanha, Rochela e Sevilha ¹.

Numa lei de 8 de Agosto de 1368, pela qual D. Fernando quis proteger os habitantes do Porto contra violências e extorsões de nobres, transparece que os portugueses não só levavam a França mercadorias nacionais, como também as procuravam noutros países para lhes darem o mesmo destino.

Com efeito na lei se fala «dos vezinhos e moradores da dita Cidade que por estranhas terras andam com suas mercadaryas e as compram para as leuarem e enujarem afrança» ².

Da frequência de relações comerciais entre Portugal e Inglaterra, na segunda metade do século XIV, bem se pode avaliar pelo grande número de actos dos monarcas daquele país, tendentes a favorecer os mercadores portugueses que negociavam nos seus portos, especialmente no reinado de Eduardo III (1327-1377) ³.

Referindo-se aos estrangeiros estabelecidos em Portugal no reinado de D. Fernando, escreve o cronista Fernão Lopes: ... «E estes (*os estrangeiros*) faziam vir e enviavam do reino grandes e grossas mercadorias, em guisa que, afóra as outras cousas de que nessa cidade (*Lisboa*) abastadamente carregar podiam, sómente de vinhos foi um ano achado que se carregaram doze mil toneis afóra os que levaram depois os navios na segunda carregação de março. E portanto vinham de desvairadas partes muitos navios a ella, em guisa que com aqueles que vinham de fora e com os que no reino havia jaziam muitas vezes ante a cidade quatrocentos e quinhentos navios de carregação; e estavam á carga no rio de Sacavém e á ponta de Montijo,

¹ VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, t. I, pág. 58-59; t. III, pág. 13-18 e 19-25; RIBEIRO, *Diss. chron. e crit.*, III, II, pág. 170.

² *Corpus Codicum*, I, pág. 106, col. 1.^a.

³ VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, t. XIV, pág. 39 e seg.

da parte de Riba-Tejo, sessenta e setenta navios em cada lugar, carregando de sal e de vinho »¹.

O aspecto mais notável do reinado de El-Rei D. Fernando é, na verdade, o desenvolvimento económico, que aquele monarca favoreceu de todos os modos, ao mesmo tempo que noutras questões procedeu com tanta levianidade. A boa vontade do monarca neste ponto devia ser em parte determinada pela actividade económica dos vassallos; doutro modo o fraco ânimo de El-Rei sossobriria na sua acção reguladora e proteccionista.

¹ *Chronica de El-Rei D. Fernando*, na introdução. Veja-se o que dissemos a pág. 251. Entre os documentos que referem importação de artigos comerciais, escolheremos as Inquirições de 1258 para transcrever o seguinte: «*Interrogatus de navibus et de baxellis et de omnibus aliis barcis, qui intrans per focem Ave et que ducunt pannos vel plumbeum vel stannum vel linam (linum?) vel sal, cujusmodi forum faciunt inde Domino Regi*» etc. *Inquisitiones*, I, pág. 481, col. 1-2. Portanto a importação não se fazia apenas pelos portos principais.

CAPÍTULO XIII

BENEFICÊNCIA

Organização da beneficência. — Na idade média estiveram quasi exclusivamente a cargo do clero as instituições de beneficência e caridade, como inspiradas pelo sentimento cristão e portanto próprias da missão espiritual. Nesta matéria, como noutras de ordem intelectual e material, as circunstâncias distribuíram ao clero um papel humanitário e civilizador de primeira ordem.

Não existindo outro órgão de beneficência geral, era ao clero e ás instituições religiosas que se entendia pertencer o exercício dela, já á custa dos próprios recursos, já como administradores dos bens que os fieis doavam ou legavam para tal fim.

Os principais estabelecimentos de beneficência eram as gafarias, os hospitais, as albergarias e finalmente os mosteiros como casas sempre dispostas ao exercício da caridade pelo agasalho dos viandantes e pela distribuição de esmolas avulsas.

Gafarias. — Tornou-se muito vulgar na idade média uma terrível doença, a lepra, que além de anunciar implacavelmente a morte áqueles que atacava, se tornava ainda mais dolorosa com a repulsão que em todos causava pelo perigo do contágio. Os leprosos eram geralmente sequestrados á família e á sociedade, para se evitar que a outros communicassem o seu horrível mal; e passavam o resto amargu-

rado da existência em casas especialmente destinadas a recebê-los. Em alguns países o doente era sequestrado solenemente, com funéreas pompas, quasi teatrais, como se houvesse o maldoso propósito de tornar bem patentes ao infeliz os horrores da sua desgraça.

Em Portugal deu-se o nome de *gafarias* ás casas destinadas a receber e tratar os leprosos ou *gafos*. Eram instituições de caridade, que por um lado se propunham dar conforto aos doentes, especialmente aos pobres e miseráveis, e por outro lado livravam a sociedade do perigo de maior propagação do mal.

Pouco se sabe da história das gafarias em Portugal até aos princípios do século XIV; mas é certo que algumas existiram, e, a avaliar pelos serviços que nelas prestaram posteriormente os religiosos e ainda pela dedicação com que nos hospitais se deram por aquêl tempo ao tratamento de outros doentes, podemos legitimamente concluir que também nos primeiros tempos da monarquia tomaram a seu cargo as casas destinadas aos leprosos, executando nelas o serviço de enfermeiros e serventes, mesmo quando lhes não pertencia a administração superior do estabelecimento. É certo também que o clero colaborava consideravelmente na sustentação e dotação das gafarias, como consta de documentos da época ¹.

De tal modo se julgava o espírito religioso consubstanciado nas instituições de caridade, que algumas gafarias, como a de Viseu, e outros institutos semelhantes, recebiam benefícios que andavam ligados ás festas da Igreja. Por sentença de 1332 se julgou, diz Viterbo, que os gafos da

¹ Testamento do Bispo do Porto D. Julião, falecido em 1260: ...*«leprosis qui morantur in civitate nostra 5 morabilinos, et unum accipitrem mutatum, det eis 15 libras et teneat accipitrem... Aos leprosos de Alfena»* etc. No testamento de D. Gonsalo, chantre do Porto e de Coimbra, feito em 1262, foram contemplados os *«leprosos do Porto... Donas damaranti... mulheres pobres de S. Nicolau, leprosos de Gaia, e dalfena»*... No testamento de D. Vicente, Bispo do Porto, também foram instituídos legados em favor de ...*«leprosis de Portu, de Gaia, de Alfena»*. J. P. RIBEIRO, *Dissert. chron. e crit.*, t. V, pág. 80, 81 e 83.

cidade de Viseu deveriam haver anualmente vinte soldos de certas fazendas: e isto *por dia do Sermom; convém a saber, em outro dia do dia de Páscoa*¹.

Houve gafarias cuja administração pertenceu aos concelhos. Em Lisboa houve nestas condições uma, cuja origem remontava á conquista da cidade, se não era anterior². A maior parte delas, porém, eram uma espécie de associações constituídas pelos leprosos, que administravam a casa e se sustentavam com os próprios bens e com os donativos e legados pios que recebiam. Da junta administrativa fazia parte um escrivão, que devia ser sempre eclesiástico. Desta organização resultou que em documentos antigos se lhes chamou *conventos*, e também *conventos de S. Lásaro*, por ser êste santo o patrono dos leprosos. Tal organização encontra-se em muitas gafarias do século xv, como oportunamente veremos³; mas não há dúvida que ela era muito mais antiga. Assim viviam em 1302 os leprosos de Santarém, segundo se vê num documento em que D. Dinís lhes faz doação de terrenos para neles estabelecerem a sua casa, afastando-se mais da cidade a fim de se evitar o perigo do contágio⁴.

D. Sancho I deixou em testamento (1209) dez mil morabitinos ao abade de Alcobaça, para fundar uma gafaria em Coimbra, a qual efectivamente se levantou Fora de Portas⁵.

Em seus testamentos costumavam os monarcas con-

¹ *Elucidário*, in vbo. *Dia do Sermom*.

² *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, t. I, pág. 312-313.

³ FR. MANUEL DA ESPERANÇA, *História Seráfica*, t. I, pág. 172-173.

⁴ *Monarchia Lusitana*, l. XVII, cap. LXIII, t.V, fl. 300. O documento vem publicado no mesmo volume, fl. 332, escript. 37.

⁵ Vid no *Conimbricense*, n.º 2027, de 26 de Dezembro de 1866, o primeiro capítulo da memória de Joaquim Martins de Carvalho acerca dos hospitais de Coimbra; COSTA SIMÕES, *Notícia historica dos hospitaes da universidade de Coimbra*, pág. 7; e a memória histórica de Pereira Coutinho publicada por Costa Simões a pág. 157 e seg. da ob. cit. — Posteriormente confiou D. Dinís a gafaria de Coimbra a um monge de Alcobaça, como consta dum documento da Torre do Tombo, citado por Fr. Fortunato de S. Boaventura, *Historia chronol. e crit. da R. Abbadia de Alccbaça*, pág. 47.

templar as gafarias, como instituições que correspondiam a uma grande necessidade daquele tempo¹.

Além das gafarias a que já aludimos, há notícia da existência de muitas outras.

Das Inquirições de D. Afonso III consta que em Vizela havia banhos para os leprosos, e uma albergaria. Ambos os estabelecimentos são mencionados na confrontação de terras reguengas².

Conserva-se no Museu Etnológico o testamento de *Joanne Anes* (1301), no qual se institue o legado de cinco soldos aos gafos de Óbidos. A favor dêstes foi instituído outro legado em testamento de 14 de Maio de 1340³.

Em 1263 e em 1267 foram instituídos legados em favor dos leprosos e leprosas de Guimarães e dos leprosos de Bouças. É de notar que em ambas as disposições se fala de leprosos dos dois sexos em Guimarães, e só do sexo masculino em Bouças⁴.

Hospitais.—Era vulgar existirem junto aos mosteiros, como dependências dêles, hospitais para tratamento dos doentes pobres e albergarias para se recolherem pobres e peregrinos. Tinham particular cuidado nesta matéria os mosteiros de cónegos regrantes, porque na regra de Santo Agostinho expressamente se recomendava que sempre estivesse preparado agasalho para os pobres. Entre os mosteiros de cónegos regrantes que tinham hospital, contam-se o de Santa Cruz de Coimbra e o de S. Vicente de Lisboa. O prior de Santa Cruz D. Gonsalo Dias determinou que alguns dos seus cónegos estudassem medicina em

¹ Veja-se o testamento de D. Afonso II e o primeiro de D. Sancho II, publicados nos apêndices ao t. IV da *Monarchia Lusitana*, escript. 13 e 24.

² ...«*Et subtus balneum leprosorum ij. leire; et super ipsum balneum leprosorum jacet ij. leire*»... — ...«*Jacet ibi unum magnum Regalengum et terminatur sic: incipit in Albergaria; deinde ad Bouranço... deinde ad Albergatorium ubi primitus incepimus*»... *Inquisitiones*, I, 698, col. 2.^a.

³ *Archeologo Portuguez*, vol. XVII, pág. 203-204; vol. XIX, pág. 47.

⁴ *Archeologo Portuguez*, vol. IX, pág. 97, 98.

Paris, a fim de a ensinarem no mosteiro e exercerem no hospital. Para a sustentação dêste, havia consignadas rendas especiais. A superintendência no hospital estava a cargo dum cônego provedor. Aos doentes e peregrinos eram os religiosos que lavavam os pés, faziam as camas e ministravam os alimentos ¹.

Os religiosos da ordem da Santíssima Trindade, além de se imporem o benemérito encargo da redenção de cativos, tinham também nos seus conventos albergarias para agasalho dos pobres e peregrinos, e hospitais para tratamento dos doentes. Na época de que nos estamos occupando, exerceram êles essas obras de caridade nas duas casas que tinham então em Portugal, o convento de Santarém e o de Lisboa ².

Os frades menores, ao estabelecerem-se em Guimarães, tomaram á sua conta, como enfermeiros, todo o serviço dos hospitais e duma albergaria para recolher os viandantes. Eram os religiosos franciscanos que varriam as enfermarias, faziam as camas, curavam as chagas, temperavam a comida e proviam a tudo que era necessário para limpeza e comodidade. Do mesmo modo procederam noutras localidades onde fundaram conventos ³.

No mosteiro de Alcobaça existiu um grande hospital, onde eram curados gratuitamente os pobres, não só dos coutos do mosteiro, mas os de todo o reino que ali fôsem pedir agasalho e auxílio; eram servidos e curados pelos monges, que se davam ao exercício da medicina. Dos documentos antigos se vê que um dos cargos de maior consideração no mosteiro era o de mestre ou director da enfermaria dos pobres, o qual se distinguia do mestre e director da enfermaria dos monges ⁴.

¹ D. NICOLAU DE SANTA MARIA, *Chronica dos conegos regnantes*, l. VII, cap. XV e XVI.

² FR. JERÓNIMO DE S. JOSÉ, *Hist. chron. da ordem da SS. Trindade*, t. I, pág. 122 e seg., 170, 174 etc.

³ *Historia Seráfica*, t. I, pág. 140 e seg., 262, 370 e seg. etc.

⁴ FR. FORTUNATO DE S. BOAVENTURA, *Historia chronol. e crit. da R. Abbadia de Alcobaça*, pág. 40.

Os cônegos de Santo Antão, que se propunham tratar doentes, especialmente os atacados duma terrível moléstia vulgar naquele tempo, chegaram a ter em Portugal cinco mosteiros, e provavelmente outros tantos hospitais ¹.

Também teve hospitais a ordem de Rocamador, que dizem coeva do reinado de D. Sancho I².

Junto do convento de Santa Clara de Coimbra e anexo a êle edificou a Rainha Santa Isabel um hospital, repartido em duas enfermarias, uma para quinze homens, outra para quinze mulheres, que deviam ser todos de bons costumes ³. A mesma rainha, com um Bispo da Guarda, fundou em Santarém o hospital denominado dos Inocentes, para recolhimento e criação de enjeitados, que ali eram ensinados em algum officio e sustentados até acharem emprêgo. Também consta que em Leiria fundou um hospital ou recolhimento para pessoas do sexo feminino, que, tendo vivido em melhores circunstâncias, caíssem na pobreza ⁴.

Na primeira metade do século XII fundou o Arcebispo de Braga D. Paio Mendes, naquela cidade, um hospital para pobres e miseráveis, e dotou-o com herdades e bens que os habitantes de Braga usurparam logo depois da morte do fundador. D. João Peculiar, sucessor de D. Paio, com o seu cabido confirmou a instituição e as doações que lhe haviam sido feitas. O hospital fôra doado por D. Paio aos templários e em posse dêles continuou. Certamente a pedido de D. João Peculiar, D. Afonso Henriques mandou que lhe fôsem restituídos todos os bens usurpados ⁵.

¹ Vid. *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 287-288.

² «No Porto — diz J. P. RIBEIRO — há provas de terem tido o seu hospital na rua da Ferraria de cima (então chamada do Souto) e no local hoje (1836) da Senhora da Silva, de donde passaram para a rua das Flores, substituído depois pelo hospital de D. Lopo de Almeida. Do cartório da câmara consta ter-se com êle repartido água da cidade no primeiro local, e depois aumentado no segundo.» *Reflexões Historicar*, p. II, pág. 198.

³ DR. ANTÔNIO DE VASCONCELLOS, *Evolução do culto de D. Isabel de Aragão*, t. I, pág. 125 e seg.; F. F. DE LA FIGANIÈRE, *Memórias das rainhas de Portugal*, pág. 194 e seg.; FR. MANUEL DA ESPERANÇA, *História Seráfica*, l. VI, cap. XX, t. II, pág. 43.

⁴ F. F. DE LA FIGANIÈRE, ob. cit., pág. 212.

⁵ VITERBO, *Elucidário*, in vbo. *Tempreiros*, pág. 351.

D. Domingos Jardo, quando já Bispo de Évora, fundou em Lisboa um hospital, onde se sustentavam pobres honrados e também alguns estudantes ¹.

Em Lisboa instituiu D. João Soares Alão, bispo de Silves, em 1308, uma capela da invocação de Santo Eutrópio, na igreja de S. Bartolomeu, e um hospital na mesma freguesia. Dotou essas fundações com os bens que adquirira antes de ser Bispo, a fim de dois sacerdotes celebrarem missa todos os dias, e serem sustentados quatro pobres envergonhados, tanto homens como mulheres, com tratamento quando enfermos ².

Albergarias. — As albergarias, destinadas a ministrar socorros aos pobres e recolher peregrinos e viajantes, multiplicaram-se prodigiosamente por todo o reino. Algumas foram fundadas e dotadas por generosidade dos príncipes; a maior parte eram da iniciativa e estavam a cargo dos mosteiros e de membros do clero secular. Em todo o caso pertencia ao clero a administração dos hospitais e das albergarias, e até os bens destes institutos eram para todos os efeitos considerados como bens eclesiásticos ³. Os mosteiros não só contribuíam para a sustentação destas casas de caridade, mas tinham o condão de atrair a generosidade dos fieis, que doavam ou legavam bens ao mosteiro para custeio da albergaria.

Ordinariamente as albergarias, ainda quando fundadas por generosidade dos fieis, estavam anexas a alguma igreja ou mosteiro. Consta dum documento de Lorvão, que em 1097 o presbítero Pedro comprara em Penacova umas casas, para albergaria dos pobres, enfermos e peregrinos. Em 1218, D. Pedro Alvitis, mestre da ordem do

¹ FR. ANTONIO BRANDÃO, *Monarchia Lusitana*, t.V, fl. 96 v.º.

² SILVA LOPES, *Mem. para a historia ecclesiastica do bispado do Algarve*, pág. 194.

³ Veja-se na *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 431, o art. 11.º do libelo apresentado ao Papa contra D. Afonso III; e, na *Monarchia Lusitana*, t. VIII, pág. 133, uma lei de D. Afonso V, de 20 de Setembro de 1445.

Templo, com seus freires doou a Pelágio Farpado e a todos os seus descendentes o logar da Ceiceira, com a condição de fundar ali uma albergaria, para nela se servir a Deus, recolhendo e hospedando todos os passageiros, fôsem pobres ou ricos. Segundo Viterbo, nos documentos mais antigos da cidade da Guarda a cada passo se faz menção da albergaria do Mondego, que era a de Cabadoudi. Já tinha muitos anos de existência, quando em 1250 Salvador Martins, cônego da Guarda e prior de S. João de Celorico, a doou ao mosteiro de S. João de Tarouca, com a quarta parte de todos os rendimentos de Cabadoudi, e na mesma terra dez casais, que seu pai já havia doado á dita albergaria. Em 1261, a repetidas instâncias de D. Pedro, bispo de Lamego, doou D. Afonso III á catedral daquella cidade a albergaria de *Ponte de Lavradio Ilhamacensi, cum Ecclesia ipsius Albergariae, et cum omnibus juribus, et pertinentiis suis jure haereditario in perpetuum possidendam*¹.

Outras instituições de beneficência.— Por toda a parte surgiam instituições de beneficência, cujos serviços eram tanto mais apreciáveis, quanto é certo que nenhuma outra existiam além dessas que eram sustentadas, inspiradas ou dirigidas pelo clero regular e secular².

Em ocasião de pestes e calamidades públicas, nunca o clero se poupou a trabalhos e sacrificios para acudir de remédio aos necessitados. Cêrca de 1202 houve no reino cruel fome e peste que fizeram muitas vítimas. Os religiosos prestaram por essa ocasião assinalados serviços, não só acudindo com os sacramentos e confortos espirituais, mas

¹ VITERBO, *Elucidário*, in vbis. *Albergaria*, III; *Mirleus e Tempreiros*, pág. 351.

² Da concordata dos 40 artigos, celebrada no tempo de D. Dinis, se vê claramente a ingerência do clero nas instituições de beneficência. No artigo X queixava-se o clero de que El-Rei se apossava dos hospitais e albergarias feitas para os pobres, e *que por direito estavam sob a jurisdição dos bispos*; e igualmente se apoderava dos bens e pertenças delas. *Ord. Af.*, l. II, tit. I.

ainda tratando os doentes, pelo que muitos daqueles morreram do contágio ¹.

Faziam-se no mosteiro de Santa Cruz muitas outras obras de beneficência, além das que já mencionámos. Ordenara S. Teotónio que se dessem diariamente vinte e quatro rações a outras tantas viúvas ou donzelas pobres recolhidas, que rogassem a Deus pela vida de El-Rei D. Afonso Henriques. As mesmas rações continuaram a dar-se por morte do monarca em sufrágio de sua alma, até que, no tempo de D. João III, mudada a universidade para Coimbra, passaram a ser dadas, com a mesma intenção, a outros tantos estudantes pobres que frequentassem a universidade. Á portaria do mosteiro todos os dias se distribuíam esmolas em dinheiro a passageiros necessitados. Aos pobres ordinários davam-se todos os dias, além dos sobejos da mesa da comunidade, três alqueires de pão cozido. Pelas festas do Natal e da Páscoa despachavam-se as petições de pobres envergonhados, que pediam auxílio; estas esmolas não eram geralmente inferiores a um alqueire de milho, ou de trigo, ou o correspondente em dinheiro, a cada pobre ².

¹ *Chronica dos Conegos Regrantes*, l.VII, cap. XVI, n.º 13.

² *Chronica dos Conegos Regrantes*, l.VII, cap. XVI.

CAPÍTULO XIV

INSTRUÇÃO PÚBLICA

Missão intellectual do clero — As escolas eclesiásticas.—

Assim como á classe eclesiástica pertenceu o principal papel na sustentação e administração das instituições de beneficência, do mesmo modo lhe coube quási exclusivamente, nos séculos medievais, a missão de educar e instruir.

Até ao tempo de D. Dinís não houve em Portugal outras escolas além das eclesiásticas; e estas, pôsto que especialmente destinadas á instrução do clero, ministravam ordinariamente a instrução a todos que a procuravam. Como a existência de escolas era indispensável á formação do clero, ao passo que se foi operando a reconquista e se restauraram as antigas catedrais, estas voltaram a ser, na medida que as circunstâncias permitiam, viveiro de sacerdotes instruídos e educados sob a inspecção do Bispo respectivo. Sabe-se que assim se fazia nas igrejas de Leão, e que o mesmo uso depois passou ás sés de Portugal.

Nos fins do século xi existia em Compostela uma escola eclesiástica, que foi reformada e ampliada pelo Bispo D. Diogo Gelmírez, para instrução do clero da sua diocese. Nessa escola fôra educado aquêlê mesmo prelado, e dela saíram, entre outros, Hugo, amigo íntimo de Gelmírez e depois Bispo do Porto; e Múnio Afonso, que veio a ser Bispo de Mondonhedo. O prelado compostelano mostrou

grande zêlo em chamar clérigos e jovens para a sua escola ¹.

Um dos discípulos da escola de Compostela foi Pelágio ou Pelaio, que veio a ser Bispo de Leão ². Na sua catedral introduziu ou estimulou o gôsto das letras. Reformou os edificios da sé, os altares, as vestes sagradas e outras alfaías, e adquiriu alguns livros e reparou os antigos, compondo assim uma biblioteca tão copiosa, que, segundo êle próprio diz, era infinito o número de seus códices ³.

Não sabemos se Hugo, Bispo do Porto, seguiu o exemplo de Pelágio, trazendo para a sua catedral o amor das letras que bebera em Compostela. Sabemos, porém, que, em várias sés de Portugal, desde os fins do século XI em diante se cuidava da instrução do clero ⁴. S. Geraldo instruiu o clero bracarense nas disciplinas eclesiásticas, e ministrou o ensino até aos párocos de outras freguesias ⁵.

¹ O empenho de Diogo Gelmírez na instrução do clero começou logo que foi elevado á dignidade episcopal: «*clericos ibi degentes... jugali asperitate depressos, scholarum studio desudare compulsi: praeterea non solum illos ab ignorantiae tenebris extraxit, verum etiam*»... etc. *Historia Compostellana*, l. I, cap. LXXXI. Êle próprio fôra «*eruditus litteris in ecclesia Beati Jacobi, et adultus in curia Episcopi*».

Falando dos serviços prestados por Diogo Gelmírez á sua Igreja, diz a mesma *Historia Compostellana* (l. I, cap. XX): «*Non solum clericos, qui propter inopiam victus... propriam ecclesiam dimiserant; verum etiam alios e diversis partibus colligens, locato de doctrina eloquentiae magistro, et de ea quae discernendi facultatem plenius administrat* (Rhetorica et Logica), *ut nos ab infantiae subtraheret rudimentis, suo nos commendavit imperio*».

² «*Ego Pelagius... in Gallecia provincia ortus, adolevi in sed S. Jacobi, ibique doctrinis ecclesiasticis apprime eruditus, ad gradum usque Levitici ordinis promotus sum*»... etc. Testamento de Pelágio cit. na *Espana Sagrada*, t. XXXV, pág. 110.

³ «*Post haec comparavi ad honorem S. Salvatoris et B. Mariae librum magni pretii, quem bibliothecam dicimus, et septem libros, quos mysticos vocamus, qui sufficerent ecclesiae usque ad annum recurrentem, et librum in ecclesia necessarium de prophetis, epistolis, et evangeliiis, qui comicus dicitur, et cum his duos libros orationum, et alium librum missarum, et duos libros ordinum, et alium librum, qui dicitur textum evangeliorum, et unum psalterium, et alium librum, in quo continentur quorundam vitae sanctorum; et reparavi quoscumque inveni disruptos, et dispersos, quorum infinitus est numerus.*» Testamento cit.

Os livros eram raros e muito caros. Em 1044, o Bispo de Barcelona, Guislaberto, querendo promover o estudo da latinidade, comprou a Raimundo Seniofredez a *Grammatica de Prisciano, para a pôr na cathedral*, e deu por ela uma casa e terra. *Espana Sagrada*, cit. por SARAIVA, *Obras Completas*, t. I, pág. 259.

⁴ *Monarchia Lusitana*, p. V, l. XVI, cap. LXXII.

⁵ «*... «Clericos quos ibi reperit (Bracarae) de ordine ecclesiastico perfecte edocuit,*

Foi talvez êsse prelado o iniciador de escolas públicas que naturalmente se desenvolveram, pois floresciaam no tempo do Papa Inocência III ¹.

Nos fins do século xi, pelos anos de 1094, e portanto pouco depois de restaurada a sé conimbricense, aparece nela instituída uma escola em que se educavam e instruíam os mancebos que se destinavam á vida sacerdotal ². Essa escola atingiu desenvolvimento relativamente considerável, e parece que foi protegida por D. Sancho I. Referindo-se áquella época, diz Fr. Luis de Sousa que em Coimbra havia «mestres de boas artes e sciências, porque El-Rei D. Sancho, como recebeu de seu pai o reino pacífico e rico, procurou illustrá-lo e acrescentá-lo por muitas vias, e não lhe esquecendo a das letras que é a que mais lustre dá aos homens e ás províncias.» ³ Nessa escola estudou S. Fr. Gil, nascido em 1155, segundo uns, em 1190 segundo outros.

Os exemplos que deixamos referidos levam a crer que a instrução ministrada nas catedrais aos aspirantes ao sacerdócio era facto geral, segundo tradição muito antiga, e que nas outras sés, ou em algumas delas, existiriam escolas semelhantes.

Foi nos mosteiros que o ensino se ministrou mais largamente, não só quanto ás disciplinas eclesiásticas, mas ainda na esfera de outras sciências. Uma escola dêste género florescia no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra,

bonis ditavit, alios, quos dignos et idoneos cognovit, illis aggregavit, et ita pulchrum et optimum conventum in Ecclesia instituit.» Vita Sancti Geraldi, nos Port. Mon. Hist., Scriptores, pág. 54, § 5. ... «Presbyteros per parochias constitutos de doctrina canonica diligenter instruebat»... Ibid., § 7.

¹ LAUNOY, *De scholis celebrioribus*, cap. LVI, cit. por CENÁCULO, *Mem. hist. do ministério do púlpito*, pág. 105.

² «Postea episcopus praedictus (Patrinus, Paternus) vocatus a consule (Sisnando), et rege praedicto (Alfonso), venit Colimbriam, in qua omnem episcopatum cum omni diocesi accepit, qui simul cum consule praedicto pueros nutrit, et eos docuit in sede episcopali Sanctae Mariae praedictae civitatis, atque ad ordinem presbyterii applicavit»... *Monarchia Lusitana*, l.VIII, cap.V, t. III, fl. 12 v.^o e escript. III no fim do volume.

³ *História de S. Domingos*, p. 1, l. II, cap. XIII.

pouco depois da sua fundação ¹. O ensino professado nos mosteiros era especialmente destinado aos religiosos; mas dêle se aproveitavam outras pessoas, e também provavelmente os que se dedicavam ao ministério sacerdotal. Assim aconteceu em Alcobaça, onde desde a fundação do mosteiro se lia teologia aos monges. Na segunda metade do século XIII, o abade D. Fr. Estevam determinou que naquela casa se ensinasse para sempre gramática ², lógica e teologia, e que as lições fôsem públicas para todos os que delas se quisessem aproveitar ³. Leu-se a primeira lição pública a 11 de Janeiro de 1269.

Quando D. Domingos Anes Jardo, em 1286, fundou em Lisboa o hospital ou colégio dos Santos Paulo, Eloi e Clemente, nele instituiu também o ensino da teologia. Segundo os estatutos que lhe deu em 1291, sustentar-se hiam naquela casa dez sacerdotes, que celebrassem os officios divinos e dissessem missas quotidianas por sua alma, e de D. Afonso III e D. Dinís; e do restante se sustentariam pobres honrados, e mais seis estudantes pobres, quatro dos quais estudariam gramática, lógica e medicina, um teologia e outro cânones. Ordenou também que alguns religiosos ali estudassem cânones ou teologia para poderem pregar ⁴.

A Universidade. — Referimos noutro lugar ⁵ que El-Rei D. Dinís, por diploma do 1.º de Março de 1290, criou em

¹ *Chron. dos cônegos regrantes*, l. VII, cap. XV.

² Por aquêl tempo chamava-se *gramático* ao individuo que não era só versado no conhecimento das línguas, mas tinha conhecimentos de outras sciências. É possível que o professor de gramática ministrasse aos alunos vários outros conhecimentos.

³ ... «*Volumus... ad communem utilitatem monachorum nostrorum, et omnium ap-petentium incomparabilem scientiae margaritam, continuum et perpetuum in domo nostra studium procreare.*» *Alcobaça Illustrada*, pág. 100-101. Para sustentação do estudo applicou Frei Estevam as rendas da vila de Alvorninha, com outras fazendas mais no território da vila de Óbidos.

⁴ *Monarchia Lusitana*, l. XVI, cap. XXXIX, t. V, fls. 96-97; CUNHA, *Hist. eccles. de Lisboa*, p. II, cap. LXIX.

⁵ Veja-se o que dissemos a pág. 239 e seg.

Lisboa um *estudo geral* (*generale studium*); e declarou que não só o dotava com doutores em todas as artes, como também o avigorava com muitos privilégios ¹.

Em 1308 foi transferida a universidade para Coimbra, e no ano seguinte deu-lhe El-Rei uma carta de privilégios. Ensinava-se ali Direito Canónico, Direito Civil, Medicina, Dialéctica e Gramática. O ensino da Teologia continuou a cargo dos religiosos de S. Domingos e de S. Francisco, que desde muito o exerciam nos seus conventos.

Parece que até aos fins do século xiv a universidade lutou com dificuldades de vária espécie e não chegou a adquirir a importância de estabelecimentos congêneres na península e fora dela. Por motivos que não são bem conhecidos, diversas vezes a universidade foi deslocada. No tempo de D. Afonso IV foi transferida para Lisboa em 1338 e novamente para Coimbra em 1354; e no reinado de D. Fernando foi outra vez mudada para Lisboa (1377) ².

¹ O diploma pelo qual D. Dinís fundou a universidade em Lisboa foi publicado pelo Sr. Dr. António de Vasconcelos na *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. I, pág. 363.

² As principais fontes a consultar sobre a história da universidade até fins do século xiv, são: FR. FRANCISCO BRANDÃO, *Monarchia Lusitana*, p. V, l. XVI, cap. LVII e LXXII-LXXIV, e escrituras XXI, XXIV e XXV no fim do volume; LEITÃO FERREIRA, *Notícias chronologicas da Universidade de Coimbra*; VISCONDE DE VILA MAIOR, *Exposição succinta da organização actual da universidade de Coimbra* (Coimbra, 1877); THEOPHILO BRAGA, *Historia da Universidade de Coimbra*, t. I.

CAPÍTULO XV

AS BELAS ARTES ¹

Arquitectura românica.—Ao fundar-se a monarquia portuguesa divulgava-se na Europa um novo sistema de construções, o qual nas igrejas tinha a abóbada por elemento fundamental. No sistema da abóbada encontraram-se garantidas a estabilidade do edifício e a imponência da construção. Exigindo a abóbada pontos de apoio e contrafortes sólidos e resistentes, tornou-se ela o elemento principal e como que o gerador de todas as partes do edifício.

A êste modo de construir deram-se os nomes de architectura lombarda, saxónia, bizantina, romanò-bizantina; mas a designação que prevaleceu desde a primeira metade do século XIX, e que parece a mais feliz, é a de *architectura românica*, porque ela não era própria de nenhum dos povos de cujos nomes se tiraram as outras designações; e, se não era já romana, também não era ainda gótica; do mesmo modo que a linguagem falada, não sendo já o latim, também não era ainda o português.

Não foi sem dificuldades nem decepções que se fizeram as primeiras tentativas de construção no estilo românico, embora o novo modelo fôsse recebido com tanto en-

¹ Sobre a história da arte nas suas variadas manifestações encontrará o leitor notícias mais minuciosas e indicação de fontes na *História da Igreja em Portugal*, t. I, cap. XI; t. II, cap. XII; t. III, p. II, cap. XIII.

tusiasmo, que chegavam a demolir igrejas em bom estado de conservação para as reconstruïrem segundo aquêlê plano. Edifícios construidos á pressa ou por artistas pouco experimentados desmoronaram-se ràpidamente ou tiveram de ser demolidos. Foi só pelo meado e fins do século xi que a nova architectura alcançou princípios bem definidos, e então mereceu a consagração geral.

Surgiram diversos processos de construir a abóbada, como tentativas para resolução de problemas importantes que se apresentavam. Oferecia-se como mais simples a cobertura da nave central por uma abóbada de berço, também chamada cilíndrica, com o eixo no mesmo sentido do eixo da igreja, e apoiada lateralmente por grossas paredes, sôbre arcos que assentavam em fortes pilares; mas como estes eram baixos, porque se tornara necessário baixar e estreitar o vão para resistir ao efeito da progressão das fôrças; e como, portanto, era baixa também a linha onde nascia a abóbada, não restava espaço para se abrirem janelas nas paredes da nave central, e assim ficava o templo escuro, porque os artistas não ousavam praticar aberturas na abóbada. Ocorreu então cobrir com abóbada de aresta as naves laterais e dividir a nave central em secções por arcos transversais, que serviam de suporte a uma cobertura de madeira. Daí derivou talvez o pensamento de reforçar os arcos transversais, e apoiar neles, á moda bizantina, tantas abóbadas quantos os intervalos, com eixo transversal ao da igreja. Dêste modo tornava-se possível a abertura de janelas laterais.

Outra solução era cobrir a nave central com abóbada de berço e fazer as naves laterais em duplo pïso: o primeiro com abóbada de arestas, o segundo com abóbada de quarto de cilindro. Assim levantava-se o ponto de apoio da abóbada central e a nave coberta por esta podia ser iluminada por janelas do segundo piso ou andar das naves laterais. Parece que foi êste segundo piso das naves laterais que deu origem ao trifório, galeria que se

estendeu envolvendo os braços do transepto. Finalmente a solução havida por característica da architectura românica é a da nave central com abóbada que deixa de ser perfeitamente cilíndrica para tomar a forma de arco apon-tado, e que portanto exerce menor pressão; por isso os pilares podem ser mais altos, recebendo a nave central a luz das suas paredes laterais; as naves menores têm abóbada de arestas. Tudo isto, porém, é variável, pois em algumas construções se não adoptou inteiramente nenhuma destas soluções, antes se combinaram elementos de duas ou mais.

Os pilares constituem elemento de grande importância na architectura românica. O seu núcleo é um corpo em forma de prisma quadrangular, ou em forma de cruz, com meia coluna adossada a cada uma das quatro faces. As meias colunas são destinadas a suporte dos arcos duplos. A base do pilar é larga: visto que elle exerce o duplo papel de apoio e contraforte, carece desta garantia de solidez.

Em geral o templo românico tem três naves, principalmente quando se destina a catedral, ou a igreja de mosteiro ou de povoação importante; e uma ábside correspondente á nave central. Quando as necessidades do culto o exigiram, introduziu-se o uso bizantino de três ábsides, uma correspondente a cada nave; mas as ábsides laterais são mais pequenas, pelo que têm também o nome de absidiolos. Nas igrejas das pequenas povoações simplificou-se a construção, adoptando uma só nave e uma só ábside; noutros templos, pelo contrário, o número das naves foi elevado a cinco, e até a sete, com outras tantas ábsides.

O pórtico, rasgado em paredes muito espessas, é ordinariamente formado de arquivoltas que se apoiam em colunas, frequentes vezes dispostas em duas séries, em planos diferentes. Sobre a porta principal abre uma jãnela de amplas dimensões, o tímpano, que em muitos casos está quási todo occupado por decorações de grande efeito, em que se representam scenas religiosas. Nas paredes late-

rais, janelas esguias para não se prejudicar a solidez com aberturas largas; algumas são geminadas.

A ornamentação exterior é quasi sempre mais profusa do que a interior. Foi nas frontarias que a escultura colaborou mais largamente, executando-se a decoração interna em grande parte por meio de pinturas, nas quais, segundo parece, menos se procurava realizar um pensamento artistico de efeitos naturais, do que salientar, ainda aos espiritos mais rudes, por cores muito vivas, o assunto religioso que se representava.

Os elementos decorativos dos capiteis, arquivoltas e modilhões são variados. Alguns figuram scenas religiosas do antigo e do novo Testamento; outros denunciam ideias mitológicas, como a sereia, ou aproveitam elementos fânicos, como o leão, o elefante, aves etc.; ou elementos florais, como o acanto; outros, finalmente, são figuras geométricas diferentemente combinadas. A figura humana é quasi sempre deformada, rígida, produto ideológico destinado a efeitos simbólicos, em vez de estudo do natural.

Em Portugal multiplicaram-se em grande número as construções dêste género, algumas das quais se arruinaram, outras foram mutiladas ou descaracterizadas com restaurações extravagantes. Foi nas terras do norte de Portugal que se levantaram mais templos em gosto românico, porque estava ainda atrasada a reconquista nas terras do sul quando começou a esboçar-se a transição para o gótico.

O mais completo e perfeito de todos os monumentos românicos de Portugal é a Sé Velha de Coimbra. Não pode competir com outros templos na grandeza da fábrica, e alguns lhe levam também a palma na profusão dos ornatos; mas a unidade e coerência de plano, alguns arrojos de construção, como os alterosos arcos duplos que reforçam a abóbada, os elegantes e majestosos arcos do trifório e o arremêso das abóbadas laterais quasi até á altura da abóbada central; finalmente a harmonia do conjunto, admi-

ràvelmente planeado e de execução tão fiel como se fôra obra dum só jacto, dá-nos uma impressão admirável de grandeza proporcionada e de sentimento artístico bem calculado.

O esquema da Sé Velha é o que predomina em templos românicos da península: pórtico envolvido por colunas e arquivoltas, estas e os fustes lavrados de figuras geométricas diversamente combinadas; três naves, com ábside correspondente á nave central e absidiolos correspondentes ás naves laterais.

A abóbada da nave central é de cinto pleno realçado. As naves laterais têm dois pisos: o primeiro coberto com abóbada de arestas em secções divididas por arcos transversais; o segundo com abóbada em meia cana. Do segundo piso das naves laterais prolonga-se o trifório em volta dos braços do transepto. Sôbre êste abre-se na parte central uma vasta luzerna, cujas paredes na parte superior são coroadas de arcos bem lançados. Os braços do transepto são cobertos, a menor altura, por abóbadas de meia cana, reforçadas, como a da nave central por arcos duplos que se apoiam em meias colunas adossadas aos pilares.

O edificio é discretamente iluminado pela luzerna central, por janelas nas cabeceiras do transepto e no segundo piso das naves laterais e pela grande janela que se sôbrepõe ao pórtico. As janelas são simples e esguias, algumas geminadas.

A ornamentação dos capiteis é muito variada, predominando elementos fáunicos e florais, enxadrezados e figuras geométricas.

O exterior do edificio é de notável simplicidade. Na frontaria destacam-se três corpos: dois laterais, que formam as torres, coroadas de ameias como todas as paredes do edificio; e um corpo central, onde se abre o pórtico e a grande janela que se lhe sôbrepõe, com duas janelas geminadas, uma a cada lado.

Do lado do norte sobresaí um corpo de construção di-

ferente, admiravelmente lançado e bem proporcionado. Data dos princípios do século xvi, como os retábulos da capela mor e dos absidiolos, ricos monumentos da arte da renascença.

Arquitectura gótica. — Desde os fins do século xii começou a divulgar-se uma architectura com elementos e processos novos, que haviam começado a ensaiar-se timidamente em construções com o aspecto geral do estilo românico.

Praticar a salvo nas paredes aberturas largas por onde se projectassem ondas de luz no templo, e aliviar o pujante esqueleto da construção românica, adelgaçando em extremo as colunas e os demais elementos, como se houvesse a pretensão de espiritualizar a própria matéria — tais eram os ideais da nova arte de construir, no estilo que se denominou *gótico*¹.

Para se realizar o intento era necessário assentar em novas bases a distribuição das forças, de modo que os elementos de construção ficassem decompostos em activos e passivos. Eram indispensáveis ao efeito dois elementos: a abóbada de nervuras e o arco botante. Os elementos activos da construção, pilares, nervuras da abóbada, arcos botantes e contrafortes actuam em pontos determinados, segundo a função própria; os elementos passivos, paredes de resguardo e enchimento das abóbadas não têm função de equilíbrio nem de apoio; e podem portanto reduzir-se ao mínimo, e até suprimir-se sem prejuizo do esqueleto; por isso é possível praticar impunemente largas aberturas nas paredes. Distribuidas assim as forças e localizadas as pressões, a construção gótica torna-se quasi um milagre de equilíbrio, e representa o sistema contrário á concreção

¹ O nome de *gótico* parece datar pelo menos desde os princípios do século xvi. Sobre a justificação dêle não são concordes os autores. Segundo uns, chamou-se *gotico* para se acentuar que não vinha da antiguidade. Segundo outros, o nome de *gotico* servia para indicar que não era sarraceno.

do edificio românico, em que o conjunto é como imensa mole duma só pedra ¹.

Chama-se *encruzamento de ogivas* a uma armadura de arcos diagonais que se cortam no fêcho; a sua função é sustentar uma abóbada. Esses dois arcos em cruz têm o nome de *ogivas* ou *arcos ogivais*; cada metade dêles é um ramo de ogiva. Em volta dum fêcho comum é possível fazer irradiar qualquer número de ramos de ogivas. O nome de *arco de ogiva* (*arcus augivus*, adjectivo do verbo *augere*) significa *arco de refôrço*. O nome, como a função, é análogo ao do arco duplo; é uma extensão do mesmo princípio de esteio. Primeiro reforçaram com arcos duplos as abóbadas de berço e os intervalos das secções de abóbadas de aresta; depois, para poderem sustentar essas mesmas abóbadas, facilitar a sua construção e aumentar-lhes a solidez, imaginaram desenvolver sob as arestas outros arcos em linha diagonal: assim appareceu a abóbada de ogivas ou abóbada de nervuras, desenvolvimento e aperfeiçoamento da abóbada de arestas.

A armadura ogival é ao mesmo tempo saliente e independente. Começa-se por ela a construção; depois collocam-se no seu extradorso, como em cinto permanente, as peças da abóbada, que repousam nos arcos, mas em perfeita independência dêles. Dêste modo de construir resulta que a abóbada gótica é eminentemente elástica, o que constitue garantia de solidez.

Os arcos de ogiva recebem todo o pêso da abóbada e transmitem-no a pontos de incidência onde êles se reúnem como em impostas comuns. Portanto basta dar a êsses pontos uma grande fôrça de resistência para garantir a solidez do edificio, que poderá ser espaçoso, de formas leves e com aberturas largas nas paredes, que servem de vedação e não de apoio.

O arco botante é a conseqüência necessária da abóbada

¹ LAMPÉREZ Y ROMEA, *Historia de la arquitectura cristiana*, pág. 115 e 123.

ogival. Já a arquitectura românica opunha á pressão das abóbadas outras fôrças dirigidas em sentido contrário: é o que se chama contrabotar um arco ou uma abóbada. A arquitectura gótica desenvolveu êsse princípio. O artista applicou aos pontos de pressão das abóbadas um meio arco, que recebe a pressão e a transmite a um gigante exterior; e êste serve também de contraforte a abóbadas laterais mais baixas, que cobrem o espaço compreendido entre a nave maior e a parede exterior. Os arcos botantes podem até sobrepôr-se e encadear-se em jôgo de fôrças, de modo que é possível elevar a abóbada da nave central até á altura que se desejar ¹.

Compõe-se o pilar gótico dum núcleo central, em volta do qual se agrupam, dependente ou independentemente, tantos colunelos quantos são os nervos da abóbada. Já na arquitectura românica, a cada nervo da abóbada correspondia um elemento de apoio no pilar, de modo que êste formava uma cruz com quatro semi-colunas adossadas nas frentes: introduzido o sistema das nervuras ogivais em diagonal, acresceu um colunelo a cada ângulo da cruz. Esta converteu-se posteriormente em polígono, em muitos casos octógono.

As portas góticas seguem o mesmo sistema das românicas. A espessura das paredes dissimula-se com um escalonado lateral de colunelos, em que assentam arquivoltas que servem de arcos de descarga e de refôrço. Generalizou-se o emprêgo de estátuas nos pés direitos dos pórticos, ornamentação que já aparecia em algumas construções românicas desde o meado do século XII. Nos vãos das janelas, das tribunas e dos campanários, tornou-se quási geral, pelo século XIII, o uso do arco apontado ou ogiva, sem todavia se abandonar por completo o pleno cinto.

Conclue--se, portanto, que êsse arco, impròpriamente

¹ Vid. C. ENLART, na *Histoire de l'art depuis les premiers temps chrétiens jusqu'à nos jours*, publiée sous la direction de André Michel, t. II, p. I, pág. 4 e seg.

chamado ogival, não é elemento essencial da architectura gótica ¹.

Nas igrejas do período de transição, as janelas ainda seguem quasi sempre o modelo românico; como nelas ainda a abóbada conserva o seu ponto de apoio nas paredes, não é possível aumentar as dimensões do vão. Modificado o sistema de suporte das abóbadas, as janelas tomaram maiores proporções e multiplicaram-se. Tal foi o ponto de partida do desenvolvimento dos vitrais, que, representando a côres assuntos religiosos ou civis, se tornaram em grande elemento de decoração ².

Dos elementos decorativos desapareceu o convencionalismo dos tipos românicos, o axadrezado, o ornato de figuras geométricas; adquiriu grande importância a flora ornamental, com preferência das plantas cujas linhas gerais mais se prestavam á estilização. As estátuas românicas, com a sua fria imobilidade, foram substituídas por figuras em que transluz a vida, como se fôsem animadas. Esta nova forma da estatuária produziu o sorriso típico de algumas estátuas do século XIII, e chegou depois á beleza da dramatização.

Para concluirmos esta sucinta notícia da architectura

¹ «O aparecimento do *arco em ogiva* — diz o Sr. Joaquim de Vasconcelos — não caracteriza, por si só, o estilo gótico, em nenhum país. A *ogiva*, termo abreviado e geralmente aceite, é um incidente que aparece muitas vezes como simples elemento decorativo; só quando ela surge claramente, como elemento essencial da construção, é que poderemos afirmar que estamos em face do estilo gótico. Para isso é preciso provar que o arco gótico está ligado ao sistema da abóbada; segundo: que o arcezoado, a ramificação (nervuras) da abóbada está combinada com o enfeixamento dos pilares das naves; terceiro: que as paredes destas têm o seu ponto de apoio em botaréos e em arcobotantes, pois uns e outros ligam orgânicamente as naves aos alicerces.» *Arte*, vol. III, n.º 30-31, de Julho de 1907.

² A mais antiga notícia de vidros pintados encontra-se na *Chronica* de Richer, que fala de quadros luminosos, applicados pelo Arcebispo de Reims, na sua catedral, pelos anos de 968-985; mas esses trabalhos deviam ser ainda muito rudimentares. A arte da pintura em vidro, que parece ter nascido na Alemanha, desenvolveu-se nos séculos seguintes, á medida que se descobriram recursos de melhor execução, até atingir o máximo do seu aperfeiçoamento nos séculos XIV e XV. É digno de nota que alguns julgaram os vitrais de côres muito vivas impróprios das igrejas. O capitulo geral da ordem de Cister, de 1182, impôs aos abades cistercienses, sob penas severas, que mandassem tirar esses vitrais das suas igrejas, os quais deviam ser substituídos por outros mais ou menos acinzentados.

gótica, resta-nos falar da planta baixa das igrejas. Há vários tipos. Alguns templos são de três ou cinco naves, prolongando-se as laterais em volta da capela mor; não existe o transepto. Outro tipo é o de cruz latina, geralmente com três naves; tem transepto mais ou menos acentuado, deambulatório e capelas absidais. É esta a planta de transição da escola românica para a escola gótica. Nas igrejas monásticas, principalmente nas da ordem de Cister, adoptou-se a planta de cruz latina, com três naves e transepto de braços extensos, sobre o qual se abrem três ou cinco ábsides, sobresaíndo a central. Com esta disposição, e acomodados os fieis no braço maior da cruz, podiam os religiosos dar-se aos officios divinos sem atravessarem por meio dos assistentes.

Ao findar o século XII, o estilo gótico estava completamente formado; mas só depois disso veio a Portugal, trazido por monges e sacerdotes francezes que viveram na corte durante os reinados de D. Afonso III e D. Dinís. É na primeira metade do século XIII que a transformação começa a operar-se entre nós, principalmente no centro e no sul do país; e só aparece completa em Portugal nos fins do século XV, no grande monumento da Batalha.

Escultura.— São muito raros os fragmentos de escultura em pedra, da arte românica. Alguns labores na decoração de monumentos; a figura humana tratada com imperfeição em raras pedras tumulares, ou em capiteis, como anteriormente referimos, eis o que chegou até nós. Datam dos primeiros tempos da monarquia os toscos baixos relevos que adornam o túmulo de Egas Moniz no mosteiro do Salvador, em Paço de Sousa (concelho de Penafiel). Os mais notáveis fragmentos são talvez os que existem no sarcófago de El-Rei D. Dinís, em Odivelas, e os dos capiteis do claustro de Celas, subúrbio de Coimbra. Êste claustro data da segunda metade, talvez fins do século XIII. Nos capiteis representam-se scenas religiosas do novo Testa-

mento, legendas de santos e episódios da vida palaciana, com vigor e expressão nada vulgares. Infelizmente a humidade e os parasitas vegetais levam adeantada a deterioração daquela preciosa relíquia de arte ¹.

O património artístico de Portugal naqueles séculos, em trabalhos de ourivesaria, podemos considerá-lo riquíssimo, avaliando, pelo que ainda existe, o muito mais que se perdeu. Em momentos difíceis, os reis lançaram mão das pratas das igrejas e dos mosteiros, principalmente em ocasiões de guerras, para acudir a apuros de suas finanças. Os repetidos roubos praticados em tempo de guerra, as subtracções cometidas por infieis depositários ou por outras pessoas furtivamente, e enfim o memorável assalto ao espólio dos conventos a partir de 1834 privaram certamente a nação de grande soma de riquezas, talvez mais importantes pela documentação artística do que pelo valor intrínseco ².

Pinturas — Desenhos — Iluminuras.— A pintura era aproveitada como elemento decorativo de grande efeito. Não chegaram até nós restos por onde se possa apreciar minuciosamente este género de trabalhos. Na exposição de arte ornamental figurou uma pintura em madeira representando a Anunciação, S. Pedro, S. Paulo e outros santos, obra do século XIII. No convento de Tomar havia pinturas apreciáveis, dos fins do século XII ³.

Em manuscritos dos primeiros tempos da monarquia aparecem desenhos e iluminuras notáveis; a caligrafia acusa a preocupação artística; algumas iniciais são trabalhadas com esmero. O confronto dos documentos põe em relêvo o progresso que nesta ordem de trabalhos se realizou du-

¹ JOAQUIM DE VASCONCELOS, *A Arte e a Natureza em Portugal*, vol. III, n.º 29.

² Sobre a escultura na arte gótica, veja-se o t. II desta obra. Na *História da Igreja em Portugal*, t. I, pág. 522 e seg., encontrará o leitor muitas outras notícias e indicação de fontes.

³ FERDINAND DENIS, pref. á edição do Missal de Estevam Gonçalves, § IV.

rante o século XII. No volume que se intitula *Leges et Consuetudines*, da colecção *Portugaliae Monumenta Historica*, vem na mesma prancha a reprodução de autógrafos de forais de 1095, 1108, 1123, 1174, 1179 e 1195. As diferenças de desenho são flagrantes, com superioridade nos dois últimos documentos.

No volume intitulado *Scriptores*, da mesma colecção, vêem reproduzidas numa só prancha as partes iniciais do *Chronicon conimbricense*, do *Chronicon laurbanense*, da *Vita S. Rudesindi* e da *Vita S. Theotonii*, documentos do século XII, ou, o último, dos princípios do século XIII, e que servem para ajuizar do cuidado que se empregava na reprodução de livros.

Este género de trabalhos teve aplicação principalmente em missais e outros livros litúrgicos, e na reprodução de vários livros religiosos, como é natural, sabido que os copistas e artistas da época eram os monges. Cita-se como um dos mais notáveis dêsses livros um *Apocalypse* do mosteiro de Lorvão (século XII) ¹.

No reinado de D. Afonso III, sob a influência francesa, que por êsse tempo tanto se fez sentir em todas as manifestações artísticas, realizaram-se grandes progressos nos desenhos e iluminuras de livros; mas no tempo de D. Dinís atingiu-se mais alto grau de perfeição. Tudo leva a crer que o próprio D. Dinís incitasse a êstes trabalhos e os promovesse, imitando o gosto artístico de seu avô, Afonso X de Castela, sob cujo govêrno se executaram desenhos e iluminuras com notável perfeição. O mesmo aconteceu em Portugal nos fins do século XIII e princípios do século XIV. Nos mosteiros escreviam-se então livros, em que os primores da caligrafia igualavam em merecimento as iluminuras e desenhos de ornato. Os mosteiros que mais se distinguiram nesses trabalhos foram o de Alcobaca e o de Santa Cruz de Coimbra, dos quais existem

¹ D. JOSÉ PEÇANHA, *Arte Portuguesa* (revista ilustrada, Lisboa, 1895), pág. 12.

vários manuscritos no arquivo da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Lisboa ¹.

Além das já referidas reproduções de desenhos medievais na colecção *Portugaliae Monumenta Historica*, há outras, feitas na última edição da *Historia de Portugal* de Alexandre Herculano, de desenhos seleccionados pelo Sr. Pedro de Azevedo em livros que se guardam no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹ FERDINAND DENIS, *log. cit.*

ÍNDICE

	Pág.
PREFÁCIO	V

INTRODUÇÃO

I — O território	I
As influências geográficas	»
A situação geográfica	2
As formas do território	3
II — Tempos prèistóricos	5
A hipótese do homem terciário	»
O homem quaternário — As idades prèistóricas	7
Idade paleolítica	10
Kjoekkenmoeddings	12
Idade neolítica	14
<i>Castros neolíticos</i>	18
<i>Antas ou dolmens</i>	20
<i>Ideias religiosas do homem neolítico</i>	22
<i>Arte micénica</i>	23
Idade dos metais	»
<i>Período calcólítico</i>	24
<i>Período do bronze</i>	25
<i>Período do ferro</i>	26
III — Tempos protòistóricos — Etnogenia e etnografia	28
Limites da protòistória	»
Os iberos	»
Os fenícios	29
Lígures	31
Gregos	32
Celtas	34
Cartagineses	»
Geografia da Lusitânia protòistórica	37

	Pág.
Castros protòistóricos	41
Grupos étnicos da Lusitânia protòistórica	»
Instituições, usos e costumes dos povos protòistóricos da Lusitânia	44
IV — Dominação romana	47
A conquista romana	»
A guerra de Viriato	48
A guerra de Sertório	51
César na Espanha	52
A pacificação — Augusto na Espanha	54
A Lusitânia na organização romana da península	55
Administração local — Municípios	59
Desenvolvimento económico sob a dominação romana	65
Difusão do cristianismo na Lusitânia	77
V — Invasões dos bárbaros — A monarquia visigótica	78
Alanos, vândalos e suevos	»
A monarquia visigótica	80
Constituição política da monarquia visigótica	85
Os concílios nacionais	87
Código visigótico	93
Governos locais	96
Administração local — Os municípios	97
Divisão das terras e suas conseqüências	99
Classes sociais	101
Costumes gerais dos visigodos — Civilização visigótica	106
VI — Dominação muçulmana	108
A conquista e o governo árabe na península	»
Condição da Espanha sob a dominação árabe	112
Monumentos da civilização árabe em Portugal	115
VII — Novas monarquias cristãs na Espanha	116
Reino das Astúrias ou de Oviedo	»

HISTÓRIA DE PORTUGAL

LIVRO I

O condado portugalense	125
O condado portugalense — D. Henrique e D. Teresa	»

	Pág.
Govêrno do Conde D. Henrique	129
Govêrno de D. Teresa	133
D. Afonso Henriques (1128-1185)	140
Lutas com Leão e Castela até á paz de Tui	»
Lutas com os muçulmanos — O castelo de Leiria — Batalha de Ourique	142
Novas lutas com Afonso VII — Recontro de Valdevez	144
Conferência de Samora — Independência de Portugal	145
Vassalagem e censo á Sé de Roma	146
Extensão do território português — Sua população	148
Conquista de Santarém	150
Conquista de Lisboa	154
Conquistas no Alentejo	157
Colonização e administração	160
Guerra com Fernando II de Leão	162
Novas guerras contra os sarracenos	164
Ordens militares	165
Morte de D. Afonso Henriques — A família real	168
D. Sancho I (1185-1211)	171
Primeiros anos de govêrno — Administração interna	»
Guerra contra os sarracenos — Conquista de Silves	174
Invasão dos sarracenos — Queda de Silves e doutras terras	176
Novas providências de administração e povoação do reino . .	177
Guerras com Afonso IX de Leão	179
Relações com a Santa Sé	180
Contendas entre D. Sancho I e o clero	182
Novos conflitos com o clero	184
Aspecto geral do reinado de D. Sancho I — A família real . .	186
D. Afonso II (1211-1223)	189
Côrtes de Coimbra de 1211	»
Contendas com as infantas	191
Lutas entre cristãos e muçulmanos — Batalha das Navas de Tolosa	193
Administração interna — As confirmações régias e as inquirições	194
Conquista de Alcácer	196
Dissensões com o clero	198
Aspecto geral do reinado de D. Afonso II — A família real . .	200

	Pág.
D. Sancho II (1223-1248)	202
Primeiros tempos de govêrno — Pacificação política	»
Guerra contra os muçulmanos — Conquista de Elvas	204
Negócios eclesiásticos — Questões com o Bispo do Porto	205
Novas conquistas — Colonização e administração	208
Últimas dissensões do reinado de D. Sancho — Deposição do monarca	209
Lutas entre os partidários do Infante e os de El-Rei	211
O casamento de D. Sancho	213
D. Afonso III (1248-1279)	215
Primeiros actos de govêrno — Conquista do Algarve.	»
Discórdias com Castela sôbre o domínio do Algarve.	216
Novos conflitos por causa do domínio do Algarve — Acôrdo definitivo	218
Contenda com o Bispo do Porto	219
Côrtes de Leiria em 1254	221
Progresso económico do reino — Administração financeira	»
As inquirições	223
A questão do casamento de El-Rei.	224
Administração pública — Consequências das inquirições	226
Conflitos com o clero	227
Submissão de El-Rei á Santa Sé — Sua morte	230
A família real.	»

LIVRO II

(1279-1385)

D. Dinís (1279-1325)	235
A educação do novo rei.	»
Primeiras dissensões do Infante D. Afonso	236
Novas discórdias do Infante D. Afonso	237
Primeira concordata com o clero	238
Fundação da Universidade	239
A língua portuguesa — A literatura.	241
Guerra com Castela	242
Últimos conflitos com o Infante D. Afonso — Cêrco de Portalegre	244
Novas concordatas com o clero	245
Extinção da ordem dos Templários — Fundação da ordem de Cristo	246

	Pág.
Desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio — A marinha.	248
D. Dinís e seu filho D. Afonso — Guerra civil — Morte de El-Rei	251
A Rainha Santa Isabel.	255
Filhos de El-Rei D. Dinís	256
D. Afonso IV (1325-1357)	258
Carácter do novo rei — Perseguição a D. Afonso Sanches. .	»
Casamento da Infanta D. Maria.	260
Guerra entre Portugal e Castela	261
Lutas entre cristãos e muçulmanos — Batalha do Salado . .	264
Navegações no oceano Atlântico — Expedição ás Canárias .	268
O Infante D. Pedro e sua mulher D. Constança — Os amores de D. Inês de Castro	271
Assassinato de D. Inês de Castro	272
Rebelião do Infante D. Pedro	274
Morte de D. Afonso IV — A família real	275
D. Pedro I (1357-1367)	278
Carácter do monarca — Administração da justiça	»
A questão do casamento com D. Inês de Castro — Vingança do assassinato	279
Beneplácito régio	281
Falecimento de D. Pedro I — A família real.	282
D. Fernando I (1367-1383).	284
O novo Rei.	»
Primeira guerra com Castela	285
Casamento de D. Fernando com D. Leonor Teles	287
Segunda guerra com Castela	289
Administração pública — Agricultura, comércio, marinha . .	292
Assassinato de D. Maria Teles	294
Negócios religiosos — Portugal perante o grande scisma do Occidente.	296
Terceira guerra com Castela	297
Casamento da Infanta D. Beatriz.	301
Falecimento de El-Rei D. Fernando — A família real	302
Interregno (1383-1385).	304
Govêrno da Rainha D. Leonor Teles.	»
Morte de João Fernandes Andeiro, Conde de Ourém.	305

	Pág.
O Mestre de Avis regedor e defensor do reino	307
Invasão dos castelhanos — Campanha do Alentejo — Batalha dos Atoleiros	309
O cerco de Lisboa	311
Côrtes de Coimbra de 1385 — Aclamação de D. João I . . .	313

LIVRO III

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS

CAPÍTULO I — Origens do antigo direito português.	319
Diversidade das fontes	»
Direito romano	»
Código visigótico	322
Direito canónico	323
Direito consuetudinário	325
Forais	327
Leis gerais	328
CAPÍTULO II — A autoridade real.	330
Carácter e extensão da autoridade nos primeiros tempos da monarquia	»
Se o feudalismo existiu em Portugal	332
Progresso da autoridade real	339
O Conselho do Rei.	340
Modo de transmissão da Corôa — Regência.	342
Forma de governo	345
CAPÍTULO III — As Côrtes.	346
Origem das Côrtes	»
Constituição das Côrtes — Representação das classes	347
Convocação das Côrtes e sua duração	349
Índole das Côrtes — Sua esfera de acção	350
Influência das Côrtes e suas vicissitudes mais importantes. .	352
CAPÍTULO IV — O clero.	354
Preponderância do clero e suas causas	»
Organização da Igreja em Portugal nos primeiros tempos da monarquia — O clero secular.	355
Ordens monásticas	358
Ordens militares	361
<i>Os templários</i>	»

	Pág.
<i>Os hospitalários</i>	364
<i>Ordem de Calatrava</i>	365
<i>Ordem de Santiago da Espada</i>	367
<i>Ordem de Cristo</i>	368
Privilégios e imunidades eclesiásticas	369
Leis contra a amortização	373
 CAPÍTULO V — A nobreza	 377
Origens e categorias da nobreza	»
Solares, coutos, honras e beatrias	380
Lutas com a Corôa — Decadência da nobreza	384
Costumes da nobreza	387
 CAPÍTULO VI — O povo	 389
Classes populares — Cavaleiros vilãos e peões	»
Malados	391
Admissão do elemento popular ás Côrtes	392
Intervenção do povo nos negócios públicos — Sua influência no govêrno	393
 CAPÍTULO VII — As classes servas	 395
Graus de condição servil	395
Servos adscriptícios	396
Escravos	400
 CAPÍTULO VIII — Organização civil e judicial — Polícia e segu- rança pública	 406
Divisão administrativa nos primeiros tempos da monarquia	»
Administração da justiça — Juizes ordinários e juizes de fora	407
A jurisdição dos privilegiados	408
Administração da justiça nos concelhos	»
Tribunal da côrte ou cúria do Rei	409
Serviços de polícia e segurança	411
 CAPÍTULO IX — A fazenda pública	 413
Rendimentos ordinários do Estado nos primeiros tempos da monarquia	»
Os antigos impostos — Sua classificação	414
Impostos directos	415
Impostos indirectos	417
Prestações em géneros e serviços pessoais convertidas em prestações pecuniárias	419

	Pág.
Rendimentos extraordinários do Estado : alterações da moeda, pedidos, fintas, talhas e empréstimos	420
CAPÍTULO x — A milícia terrestre e a marítima	422
O exército até os fins do século xiv	»
A marinha de guerra até os fins do século xiv	428
CAPÍTULO xi — A administração local	433
A administração nas terras da Corôa e de senhorio particular	»
O municipalismo na Espanha sob a dominação árabe	434
Renovação da vida municipal na monarquia leonesa	436
Progressos do municipalismo em Portugal — Os forais	437
Classificação dos concelhos — Conselhos rudimentares e im- perfeitos	438
Concelhos perfeitos	441
CAPÍTULO xii — Desenvolvimento económico	444
A agricultura até aos fins do século xiv	»
Indústrias diversas	448
Comércio	455
CAPÍTULO xiii — Beneficência	459
Organização da beneficência	»
Gafarias	»
Hospitais	462
Albergarias	466
Outras instituições de beneficência	467
CAPÍTULO xiv — Instrução pública	469
Missão intelectual do clero — As escolas eclesiásticas	»
A universidade	472
CAPÍTULO xv — As belas artes	474
Architectura românica	»
Architectura gótica	479
Escultura	483
Pinturas — Desenhos — Iluminuras	484

ÍNDICE ALFABÉTICO

(Os números indicam as páginas)

A

Abácidas, 109.

Abde Alaŷiŷ, 108, 113.

Abde Arrahmane I, 109, 113.

Abde Arrahmane II, 110.

Abde Arrahmane III, 110, 323.

Abdera, colónia fenícia, 30.

Abílio Augusto da Fonseca Pinto,
escritor, 274.

Abrantes, 196, 425.

Abril Peres (D.), rico homem, 205.

Abû Abde Alah Ibne Iacine, 143.

Abû Abde Alah Ibne Mezdeli, 134.

Abû Ali Omar Ibne Açalá, 164.

Abû Iacube Almocetâncer, 196.

Abû Iacube Iúçufe, 165.

Açafa, território, 173, 363.

Acontiados, 292, 422, 423 Vid. *Exército*.

Açougagem, imposto, 417, 418.

Açougue, na idade média, 418, 419.

Acúrsio, jurisconsulto, 320.

Adeantados, 417.

Adiça: exploração de ouro, 452.

Administração local, 433 e seg.

Aeminium, 39, 44, 58, 73.

Afonso I (D.), Rei de Aragão, 131,
132, 133, 134, 141, 145, 401.

Afonso VI (D.), Rei de Castela e
Leão, 119, 120, 121, 127, 128, 130,
131, 132, 145, 324, 343, 436.

Afonso VII (D.), Rei de Castela,
136, 137, 138, 140, 141, 144, 145.

Afonso VIII (D.), Rei de Castela,
176, 179, 180, 183, 192, 195.

Afonso IX (D.), Rei de Leão, 179,
180, 192, 202, 204, 205, 214.

Afonso X (D.), o Sábio, Rei de Cas-
tela, 212, 216, 217, 218, 219, 225,
235, 241, 321, 322, 343, 485.

Afonso XI (D.), Rei de Castela, 260,
261, 262, 263, 264, 266, 276, 285,
341.

Afonso I (D.), Rei de Oviedo, 116,
117.

Afonso II (D.), Rei de Oviedo, 117.

Afonso III (D.), Rei de Oviedo, 110,
117, 118.

Afonso Henriques (D.), Rei de Por-
tugal, 133 e seg., 140-170, 181,
182, 216, 324, 328, 342, 360, 362,
363, 364, 367, 379, 383, 399, 428,
444, 447, 464, 465, 468.

Afonso II (D.), Rei de Portugal,
183, 187, 189 e seg., 202, 203, 222,
328, 331, 337, 340, 342, 343, 344,
349, 366, 369, 385, 452.

- Afonso III* (D.), Rei de Portugal, 210 e seg., 215 e seg., 235, 236, 238, 241, 246, 250, 276, 326, 328, 340, 344, 349, 350, 351, 369, 385, 410, 420, 428, 448, 456, 457, 462, 467, 472, 483, 485.
- Afonso IV* (D.), Rei de Portugal, 244, 251-254, 256, 257 e seg., 280, 315, 341, 350, 386, 407, 411, 419, 429, 430, 450, 473.
- Afonso V* (D.), Rei de Portugal, 380.
- Afonso* (D.), Conde de Gijon e Noronha, 303, 307.
- Afonso* (D.), filho de D. Afonso Henriques, 169.
- Afonso* (D.), Infante de Portugal, 276.
- Afonso* (D.), Infante, irmão de D. Dinis, 236, 237, 238, 244, 245, 374, 379.
- Afonso* (D.), filho de D. Inês de Castro, 283.
- Afonso Correia* (D.), Bispo da Guarda, 309.
- Afonso Dinis* (D.), filho de D. Afonso III, 231.
- Afonso Eanes Penedo*, tanoeiro, 308.
- Afonso de Lacerda* (D.), primo de Fernando IV, 243.
- Afonso Madeira*, escudeiro, 279.
- Afonso Peres*, mercador do Porto, 450.
- Afonso Pires* (D.), Bispo do Porto, 279.
- Afonso Raimundes* (D.), filho de D. Afonso VI, 132.
- Afonso Sanches* (D.), filho bastardo de D. Dinis, 252, 257, 258, 259, 260.
- Afortunadas* (Ilhas), 269.
- Afrânio*, 53.
- Ager Tartessius*, 35, 40.
- Agila*, Rei dos visigodos, 83.
- Agricultura*, 161, 248 e seg., 362, 444 e seg.
- Agueda*, rio, 243.
- Aguiar da Beira*, 381.
- Aiamonte*, 208, 367.
- Aiméric d'Ebrard*. Vid. *Emérico*.
- Alanos*, 78 e seg.
- Aláqueme*, califa, 110, 111.
- Alardo*, colono estrangeiro, 149.
- Alarico I*, 80, 82.
- Alarico II*, 81, 83, 93, 97, 98.
- Albergarias*, 466 e seg.
- Alberto Sampaio*, escritor, 446.
- Albuseira*, 176, 216.
- Alcácer*, província muçulmana, 151, 174.
- Alcácer do Sal*, 33, 173, 174, 177, 196 e seg., 367, 368.
- Alçadas*, 407, 410-411.
- Alcaidaria*, imposto, 418.
- Alcaides*, 408, 409, 436, 443.
- Alcalá*, estação calcólítica, 24.
- Alcalar*: sepulturas préistóricas, 23.
- Alcaldes*, 408, 409, 436.
- Alcanede*, 173, 366, 425.
- Alcântara*, 151, 174, 285.
- Alcavala*, imposto, 418.
- Alcobaça*, 161, 205, 230, 239, 240, 248, 249, 276, 281, 445, 461, 463.
- Alcunu*, província muçulmana, 151, 174.
- Aldonça Rodrigues Telha* (D.), mãe de D. Afonso Sanches, 257.
- Alenquer*, 179, 191, 192, 253, 272, 308, 313.
- Alexandre III*, Papa, 148, 181, 182, 201, 365, 367.
- Alexandre IV*, Papa, 225.
- Alexandre Herculano*, historiador, 99, 103, 133, 136, 149, 160, 166, 170, 174, 203, 333, 334, 336, 337, 397, 398, 434-435, 436, 437.

- Alfaiates*, povoação, 244, 261, 327.
Alfajar de Pena, 208, 367.
Alfena, 460.
Alferes mór, 427.
Alforria (Cartas de—), 403-404.
Algarve muçulmano, 174.
Algeciras, 165, 174, 264, 268, 286.
Alhandra, 179, 368.
Aliança de Portugal com Inglaterra, 308, 312.
Alimentação portuguesa na idade média, 446-447.
Aljustrel, 208, 367.
Almada, 154, 173, 174, 177, 313, 367, 452.
Almáfega, pano, 454.
Almançor, amir de Marrocos, 179.
Almançor, ministro, 111, 118.
Almeida, 244, 290, 292, 300.
Almirante, 430 e seg.
Almocrevaria, imposto, 417.
Almodóvar, 143.
Almôhadas, 143.
Almorávidas, 143.
Almotacés, 436.
Almourol (Castelo de—), 363.
Alonso de Santa Maria (D.), Bispo de Cartagena, 336.
Alpedriç, 173, 366.
Alqueçar, povoação aragonesa, 435.
Alter, 208.
Alvalade, 244, 254.
Álvaro da Cunha, filho de D. Leonor Teles, 288.
Álvaro Dias de Sousa, 295.
Alvaro Gonsalves, 273, 281, 283.
Alvaro Gonsalves Pereira (D.), Prior do Crato, 266.
Álvaro Nunes de Lara (D.), castelhano, 237.
Alvaro Pais, 305, 306.
Alvaro Peres de Castro (D.), 214, 273, 274, 304, 427.
Alvasis, 408, 436, 441.
Alvor, 36.
Amadeu III, Conde de Mariana e Saboia, 168.
Amadigos, 382.
Amaia, 40, 58, 117.
Amalarico, 83.
Amarante, beetria, 384.
Amélia (D.), Rainha de Portugal, 256.
Amiano Marcelino, escritor, 78.
Amilcar Barca, 35.
Amortização: leis que a restringiram, 373 e seg.
Amoreira de Óbidos, 39.
Anácir, sucessor de Iacube, 193.
Anadel mor, 432.
Anas, rio, 44, 55.
Anastásio de Figueiredo, historiador, 364.
André de Resende, antiquário, 36.
Aniano, 93.
Aníbal, 35, 36, 37.
Antas ou dolmens, 20 e seg.
António Brandão (Fr.), historiador, 128, 162, 191, 222.
Antropòfagia, 11.
Antropòpíteco, 6.
Antuñede, 445.
Anuduva, 415.
Apelações, 331.
Apiano, 49.
Aportelados, 409.
Aposentadorias, 226, 227.
Aquae Flaviae, 38, 58, 69.
Aquitânia, 80, 81.
Árabes. Vid. *Dominação muçulmana*.
Arábriga, 39.
Aracena, 217, 219, 243.
Araduca, 38, 58.

Aramenha, 70.
Arbois de Jubainville (D'), escritor, 32.
Arcas. Vid. *Antas*.
Arcóbriga, 44.
Arcos romanos, 70.
Arega, 179.
Arganal (Combate de —), 162, 163.
Arianismo, 80, 81, 82.
Arias, 78.
Aritium, 40, 58, 69.
Aróche, 217, 219, 243, 381.
Arouca, 191.
Arouce, 425.
Arquitectura gótica, 479 e seg.
Arquitectura românica, 474 e seg.
Arreigados. Vid. *Viçinhos*.
Arronches, 231, 236, 237.
Arruda, 173, 367.
Arte: entre os visigodos, 107. Vid. *Belas artes*.
Arte micénica, 23.
Artemision, 33.
Asdrúbal, 35, 36.
Asilo (Direito de —), 373, 401.
Astorga, 117, 132, 133, 145, 146, 356.
Astúrias (Reino das —), 116 e seg.
Asturica, 69.
Atanagildo, 83.
Ataúlfo, 80, 82.
Atouguia, 149, 350.
Átrio. Vid. *Viana do Castelo*.
Audax, 49.
Augusta Emerita, 54.
Augusto, imperador, 38, 54, 55, 56, 57.
Aurembiax, Condessa de Urgel, 214.
Autoridade real: seu carácter e extensão, 330 e seg., 339 e seg.
Ave, rio: comércio, 458.
Aveiras, 191.

Aveiro, 449.
Avieno, escritor, 35, 40.
Ávila, 135.
Avinhão, 296, 297.
Avis, 166, 248, 366, 381.
Avó, 172.
Azáhrá, 110.

B

Badajoz, 151, 158, 160, 163, 174, 205, 219, 238, 263, 298.
Baedorus, 58.
Baesuris, 40, 58, 68.
Baleares (Ilhas —), 56.
Balsa, 40, 44, 58, 68, 71.
Balsemão: capela visigótica, 107.
Banhos romanos, 69, 71.
Barcelona, 80, 81.
Barcelos, 196, 357.
Barreiras (Impostos de —), 417.
Beatriç (D.), Infanta de Castela, 244.
Beatriç (D.), irmã de El-Rei D. Fernando, 287.
Beatriç (D.), filha de D. Leonor Teles, 288, 295, 300, 301, 302, 304, 308, 309, 312, 314, 343, 344.
Beatriç Ponce de Leão (D.), amante de Henrique II, 262, 301.
Beatriç (D.), Rainha de Portugal, 217, 225, 230, 236, 237, 245, 274, 275.
Beetrias, 380 e seg., 383.
Beja, 40, 73, 85, 174, 356.
Belas artes, 474 e seg.
Belata, província muçulmana, 151.
Belver (Castelo de —), 173, 363.
Benavente, 173.
Beneficência, 460 e seg.
Beneplácito régio, 281-282.
Bens da Corôa, 413.
Bento XII, Papa, 264, 265, 269, 429.
Berengária ou *Berenguela* (D.) de

- Portugal, Rainha da Dinamarca, 187.
Bermudo III (D.), Rei de Leão, 118, 119.
Bernal Fucara, estrangeiro, 450.
Bernardo, Bispo de Rodas, 264.
Bèsteiros, 425.
Bética, 38, 53, 55, 56.
Betúria, 34.
Bispos: sua eleição, 356.
Bluhme, historiador, 94.
Bobadela, 70.
Bocácio, poeta, 270.
Bolonha: sua universidade, 320.
Bombarral, 311.
Bonifácio VIII, Papa, 370, 373.
Bonifácio IX, Papa, 356.
Bonnell (E.—), escritor, 29.
Booriç, 173, 366.
Borges de Figueiredo, arqueólogo, 143.
Bouças, 191, 192, 462.
Boucher de Perthes, arqueólogo, 11.
Braamcamp Freire, historiador, 296.
Bracara Augusta, 38, 54, 57, 58, 69, 70, 81.
Braços do Estado, 349, 377.
Braga, 77, 80, 107, 199, 286, 355, 356, 445, 464, 465.
Bragal, pano, 454.
Bragança, 39, 172, 180, 259, 280, 286.
Branca (D.), Princesa, 187, 202, 204.
Branca (D.), Princesa, 230, 237, 238, 245.
Braquicefalia, 17.
Breviarium Alaricianum, 93.
Breviarium Aniani, 93, 97.
Briga, sufixo céltico, 34, 38, 41.
Brigância, 52.
Brigantia, 39.
Brites (D.), filha de D. Inês de Castro, 283.
Britiande, beetria, 384.
Bronze (Instrumentos de —), 8, 9.
Bucelários, entre os visigodos, 101.
Burgos, 237.
- C**
- Cabadoudi*: albergaria, 467.
Cabo de S. Vicente, 44.
Caça, 388, 450. Vid. *Direito de caça*.
Cacela, 208, 368.
Cáceres, 160.
Cadima, 445.
Cádiç, 265.
Caesarea Augusta, 54.
Caelobriga, 34, 40, 44, 58, 69.
Caladunum, 38, 58.
Calatrava (Ordem de —), 166, 173, 365.
Califado de Córdoba, 109 e seg.
Callaeci ou *Callaici*, 44.
Callaecia, 38.
Cale, 39.
Calúnias, 414, 415.
Cambridge (Conde de —), 297, 299, 300, 301, 308, 378.
Campo Bem Feito, honra, 384.
Campo Maior, 244.
Campo de Ourique, 40, 143.
Campo Pequeno (Lisboa), 254.
Canárias (Expedição dos portugueses), 269.
Canaveses, 274; — *beetria*, 384.
Cangas de Onis (Batalha de —), 116; — capital do reino de Oviedo, 117.
Canha, 381.
Cantanhede, 274.
Cárdenas. Vid. *Francisco de Cárnas*.

- Carlos VII*, Rei de França, 264.
Carlos, Duque de Anjú, 226.
Carlos Magno, 217, 339.
Carlos Martel, 109.
Carlos Ribeiro, geólogo, 5, 6, 22.
Cartagineses, 34-37.
Cartaginiense, 55, 56.
Cartago Nova, 47.
Cartaxo, 143.
Casa do cível, 410.
Casa da suplicação, 410.
Casal das Osgas: estação prëistórica, 10.
Cascais, 17, 312.
Castela, condado, 118.
Castelbom, 244, 327.
Castelbranco, 244.
Casteleiros, 434.
Castellon de Ampúrias, 33.
Castel Melhor, 244, 327.
Castelo Branco, 381, 420.
Castelo da Foz do Zezere, 327.
Castelo Mendo, 208.
Castelo Rodrigo, 244, 327.
Castelo de Vide, 208, 231, 236, 237.
Castro Marim, 40, 247, 248, 368.
Castros neolíticos, 18 e seg.; — castros em geral, ib.; — classificação dos castros, 19; — castros protôstóricos, 41; — castros lusitanos, 45.
Catão o Censor, 47.
Cava de Viriato, 50.
Cavalaria, 378 e seg.
Cavalaria, 389.
Cavaleiros, 378 e seg.
Cavaleiros pousados, 390.
Cavaleiros vilãos, 389, 390, 423-424.
Ceiceira: albergaria, 467.
Celas (Coimbra), 483.
Celestino III, Papa, 179, 181.
Celmes, 141.
Celorico, 196, 213, 290, 292, 309.
Celtas, 34.
Cemitérios romanos, 72.
Cenni, historiador, 92.
Censo de Portugal á Sé de Roma, 146 e seg., 181.
Centenário, entre os visigodos, 96.
Centocelas, povoação, 178, 327.
Cêra ou Cêras (Castelo de —), 362, 363.
Cerâmica romana, 66-67.
Cernancelhe, 327.
Cerneja (Batalha de —), 141.
César (Caio Júlio —), 52, 53, 54.
Cesareda: gruta da Casa da Moura, 11.
Ceuta, 84.
Chamoim, 447.
Chão do Couce, 291.
Chão de Ourique, 143.
Chaves, 217.
Chindasvinto, 82, 83, 93, 94.
Chintila, 83.
Cidadelha, beetria, 384.
Cidade Rodrigo, 162, 243, 244, 252, 285.
Cir, alcaide muçulmano, 121.
Citânia de Briteiros, 20.
Civitas Aravorum, 39, 58.
Civitas Baniensium, 39, 58.
Civitas Igaeditanorum, 58.
Civitas Lanciensium Transcudanorum, 39.
Classes servas, 395 e seg.
Clava neolítica de Vilar Sêco, 15.
Clemente III, Papa, 181.
Clemente IV, Papa, 228.
Clemente V, Papa, 241, 247.
Clemente VI, Papa, 269.
Clemente VII, Papa, 296, 297.
Clero: seus privilégios, 189; — sua preponderância, 354 e seg.; — a Igreja em Portugal, 355 e seg.; — ordens monásticas, 358 e seg.;

- ordens militares, 361 e seg.; —
privilégios e imunidades eclesiás-
ticas, 369 e seg.; — leis contra a
amortização, 373 e seg.
- Clovis*, 81.
- Cobre* (Instrumentos de —), 8, 9.
- Codeceira* (Castelo de —), 259.
- Código visigótico*, 93 e seg., 322-
323.
- Coeliobriga*, 38.
- Coimbra*, 39, 118, 126, 134, 135, 152,
176, 187, 212, 215, 253, 254, 255,
256, 273, 276, 277, 280, 283, 286,
290, 295, 309, 313, 327, 348, 349,
350, 355, 356, 361, 425, 444, 445,
446, 447, 457, 461, 462, 464, 465,
468, 471, 477, 483, 485. Vid. *Ae-
minium*.
- Coina*, 40.
- Colegiadas*, 357.
- Colheita*, tributo, 189, 415, 416.
- Collippo*, 39, 44, 58.
- Colónias romanas*, 62.
- Colonização do reino*, 149, 160 e
seg., 178, 208.
- Colonos adscriptos*, entre os visigo-
gos, 102 e seg.
- Colonos espontâneos*, 437.
- Comarcas judiciais*, 433.
- Combate judiciário*, 133.
- Comércio*: da Lusitânia romana,
68; — de Portugal, 219, 220, 222,
251, 293, 455 e seg.
- Complutica*, 38.
- Concelhos*: na Espanha árabe, 434
e seg.; — na monarquia leonesa,
436 e seg.; — em Portugal, 434 e
seg., 437 e seg. Vid. *Município*.
- Concílio* (primeiro) de Braga, 80.
- Concílio* (segundo) de Sevilha, 103.
- Concílio* (terceiro) de Toledo, 82.
- Concípios da monarquia visigótica*,
87 e seg.
- Condado*, imposto, 416.
- Condado Portucalense*, 125 e seg.
- Conde*, entre os visigodos, 96.
- Condeixa-a-Nova*, 445.
- Condeixa-a-Velha*, 39, 70.
- Condes*, magistrados mozárabes,
435.
- Condes visigodos*, 435.
- Condestável*, 426 e seg.
- Cónegos de Santo Antão*, 464.
- Confirmações régias*, 192 e seg.,
385.
- Conimbriga*, 34, 39, 44, 58, 70.
- Conistorgis*, 48.
- Conselheiros do Rei*, 393.
- Conselho do Rei*, 340 e seg., 377.
- Constança* (D.), filha de D. San-
cho I, 187.
- Constança* (D.), Rainha de Aragão,
255.
- Constança de Portugal* (D.), Rai-
nha de Castela, 242, 244, 256.
- Constança* (D.), Rainha de Leão,
127.
- Constança* (D.), Rainha de Portu-
gal, 260, 261, 262, 263, 271, 272,
283, 315.
- Constança de Castela* (D.), Duque-
sa de Lencastre, 290.
- Constança Sanches* (D.), filha de
D. Sancho I, 188.
- Contia* (Cartas de —), 422; — quem
as recebia, 380.
- Conventus*, 57 e seg.
- Conuentus publicus vicinorum*, 97.
- Córdova*, 108, 109, 110, 111, 114,
323.
- Coria*, 151, 174.
- Corôa*: modo de transmissão, 342.
- Corregedores*, 407.
- Côrtes*: sua origem, 346; — sua
constituição, 347; — representa-
ção das classes, *ib.*; — admissão

- do elemento popular, 392; — convocação e duração, 349 e seg.; — sua índole, 350; — sua esfera de acção, *ib.*; — sua influência e vicissitudes mais importantes, 352 e seg.; — de Coimbra, de 1211, 188-191, 321, 325, 355, 373; — de Coimbra, de 1261, 351; — de Coimbra, de 1385, 313 e seg., 341, 348, 352, 393; — de Elvas, de 1361, 281; — de Leiria, de 1254, 220, 221, 457; — de Leiria, de 1372, 352; — de Lisboa, de 1371, 349; — de Santarém, de 1468, 326.
- Coruche*, 173, 196, 366.
- Corunha*, 285, 286, 298.
- Coudeis*, 426, 427.
- Coutadas*, 388.
- Coutos*, 337, 380 e seg., 382, 414.
- Covadonga* (Batalha de—), 116.
- Covilhã*, 172, 399, 456.
- Crato*, 208, 365, 381.
- Creta*: túmulos micénicos, 23.
- Cristianismo*: sua difusão na Lusitânia, 77; — sua influência em favor dos servos, 106, 395, 403 e seg.
- Cunetes*, 44, 48.
- Cúria do Rei*, 409.
- Curiais*, entre os visigodos, 103.
- Cynetes*, 44.
- Cyneticum*, 39.
- D**
- Damião de Gois*, cronista, 451.
- Daniel Inglês*, embaixador, 308.
- David Lopes* (Dr.), arabista, 114, 126, 143, 150, 151, 159, 160, 163, 164, 174.
- Decano*, entre os visigodos, 96.
- Décimo Júnio Bruto*, 50.
- Defensor*, entre os visigodos, 96, 99.
- Denia*, 33.
- Desenhos*, 484 e seg.
- Desenvolvimento económico*, 444 e seg.
- Devesa*, 39.
- Dianium*, 33.
- Dinis* (D.), Rei de Portugal, 230, 231-258, 268, 276, 294, 322, 325, 331, 337, 340, 350, 361, 370, 374, 375, 379, 384, 386, 388, 411, 424, 427, 428, 429, 430, 448, 451, 453, 456, 457, 461, 467, 472, 473, 483, 485.
- Dinis* (D.), Infante de Portugal, 276.
- Dinis* (D.), filho de D. Inês de Castro, 283, 304, 314.
- Dioceses de Portugal*, 355 e seg.
- Diocleciano*, 55, 56, 77.
- Diodoro Siculo*, 78.
- Diogo Gelmires*, Bispo de Compostela, 134, 135, 146.
- Diogo Gonsalves de Castro*, 286.
- Diogo Lopes Pacheco*, 273, 281, 283.
- Dionísio de Halicarnasso*, escritor, 31.
- Dipo*, 69.
- Direito de caça*, 415, 416.
- Direito canónico*: sua influência, 189, 323 e seg.
- Direito consuetudinário*, 325 e seg.
- Direito português*: suas origens, 319 e seg.; — direito romano, *ib.*; — código visigótico, 322-323; — direito canónico, 323 e seg.; — direito consuetudinário, 325; — forais, 327; — leis gerais, 328-329.
- Direito romano*: sua influência em Portugal, 186-187, 319 e seg.

- Distritos ou terras*, 406, 433.
Ditalco, 49.
Divisão administrativa, 406 e seg.
Dolicòcefalia, 17.
Dolmens. Vid. *Antas*.
Dominação muçulmana: a conquista e o governo árabe na península, 108 e seg.; — condição da Espanha sob a dominação árabe, 112 e seg.; — monumentos da civilização árabe em Portugal, 113 e seg.
Dominação romana, 47-77; — a conquista romana, 47; — a guerra de Viriato, 48; — a guerra de Sertório, 51 e seg.; — César na Espanha, 52 e seg.; — a pacificação, Augusto na Espanha, 54; a Lusitânia na organização romana da península, 55 e seg.; — administração local, municípios, 59 e seg.; — desenvolvimento económico da Lusitânia, 65 e seg.
Domingos Anes Jardo (D.), 236, 240, 466.
Donzeis, 379.
Douro (rio), comércio, 457.
Duarte Nunes de Leão, cronista, 151.
Dulce (D.), Rainha de Portugal, 178, 187, 191.
Dunon, *dunum*, sufixo céltico, 38, 41.
Duque, entre os visigodos, 96.
Duque de Lencastre, filho de Eduardo III, 290.
Durando (D.), Bispo de Évora, 230.
Durius, 55, 56.
- E**
- Ebora*, 40, 53, 58, 68, 69, 70. Vid. *Évora*.
Eburobrittium, 39, 44, 58.
Edrici, geógrafo árabe, 126, 150, 151, 452.
Eduardo II, Rei de Inglaterra, 248, 277, 299, 458.
Eduardo, filho do Conde de Cambridge, 301.
Eduardo de Hinojosa, escritor espanhol, 99, 434, 435.
Ega, 362.
Egas Gundesendiç, senhor de Cernancelhe, 327.
Egas Monis, 136, 137, 169, 483.
Egica, 83, 94.
Egitania, 39, 178.
Elvas, 174, 205, 206, 208, 244, 281, 299, 348, 350, 381.
Elvira, filha de D. Sesnando, 126.
Emérico d'Ébrard (D.), mestre de D. Dinis, 236.
Emerita, 54, 57, 69.
Emporion, 33.
Empréstimos, 420, 421.
Encensoria, 382.
Endovélico, deus dos lusitanos, 40, 46.
Epigrafia romana, 72-73.
Equabona, 40, 58, 69.
Erminio, monte, 49; — origem do nome, *ib*.
Ervededo, couto, 453.
Ervigio, 83, 84.
Escolas eclesiásticas, 469.
Escraigo, lugar, 243.
Escravos, 391, 396, 400 e seg.; — 106, 395, 403 e seg.
Escudeiros, 378, 379.
Escultura, 483.
Esculturas romanas, 72.
Esgueira, 191, 204.
Espada de D. Afonso Henriques, 169.
Espinho. Vid. *Outeiro de Espinho*.

Estácio da Veiga, arqueólogo, 15, 24.
Estanho, sua exploração, 453.
Estevam (D.), abade de Alcobaça, 230.
Estevam de Bizâncio, 29.
Estevam Gonsalves (D. Fr.), Mestre da Ordem de Cristo, 263.
Estevam Lobato, criado de El-Rei D. Pedro, 280.
Estevam Soares da Silva (D.), Arcebispo de Braga, 199, 203.
Estoril: estação prèistórica, 24.
Estrabão, escritor, 24, 29, 31, 33, 37, 38, 43, 78.
Estremós, 256, 263, 282, 298, 302, 310.
Estudo Geral. Vid. *Universidade*.
Eudes III, Duque da Borgonha, 169.
Eurico, 83, 93.
Eviom, 40.
Évora, 77, 173, 174, 176, 177, 266, 283, 299, 310, 327, 350, 355, 356, 365, 366, 448, 455. Vid. *Ebora*.
Exército, 292, 422 e seg.
Exerica, vila, 277.

F

Fáfila ou *Fávila*, sucessor de Pelágio, 116.
Fangas, 419.
Fão (S. Paio de—), 450.
Faria e Sousa, historiador, 275.
Faro, 40, 151, 158, 174, 215, 222.
Fazenda pública, 413 e seg.; — rendimentos do Estado, *ib*.
Feira: castelo, 253, 254.
Feiras, 250-251, 455-456.
Felgosinho ou *Folgosinho*, 172.
Felicitas Iulia, 53.
Felix Alves Pereira (Dr.), arqueólogo, 24.

Fenícios, 29-31.
Fernam Mendes, 447.
Fernando I (Magno), Rei de Leão e Castela, 119, 120, 126, 444.
Fernando II (D.), Rei de Leão e Castela, 162, 163, 164, 165, 168, 171, 216, 335, 367.
Fernando III (D.), Rei de Leão e Castela, 204, 212, 216, 217.
Fernando IV (D.), Rei de Leão e Castela, 242, 243, 244, 260.
Fernando I (D.), Rei de Portugal, 273, 284-303, 304, 305, 314, 332, 341, 342, 343, 344, 351, 352, 378, 380, 387, 393, 411, 419, 422, 423, 425, 426, 427, 430, 431, 448, 454, 458, 473.
Fernando (D.), Infante de Castela, 300, 301.
Fernando (D.), Infante de Portugal, 283.
Fernando (D.), filho de D. Afonso II, 201.
Fernando (D.), filho de D. Afonso III, 231.
Fernando (D.), filho de D. Sancho I, 187, 191.
Fernando Afonso (D.), filho de D. Afonso Henriques, 169.
Fernando Afonso (D.), filho de D. Afonso III, 231.
Fernando Afonso de Albuquerque, 308.
Fernando Afonso de Cambra, 387.
Fernando de Castro (D.), 273, 274.
Fernando Mendes, senhor de Numão, 327.
Fernando Peres, Conde do Porto, 135, 137, 138, 141.
Fernão Lopes, cronista, 280, 281, 282, 284, 285, 423, 458.
Fernão Rodrigues Pacheco, 213.

- Fernão Sanches* (D.), filho de D. Dinis, 257.
Fernão Vasques, 288, 289, 308, 393.
Ferreira de Aves, 327, 363.
Ferro, sua indústria, 452-453.
Feudalismo: se existiu em Portugal, 332 e seg.
Fidalgos, 377, 378. Vid. *Solares*.
Figueira da Foz: museu, 15.
Figueiró, 179.
Filipe o Belo, Rei de França, 246, 247, 457.
Filipe, Conde de Flandres, 168, 169.
Fintas, 420, 421.
Florez, historiador, 92.
«Flores de las leyes», tratado jurídico, 321.
Florinda, filha do Conde Julião, 84.
Folgósinho, 243. Vid. *Felgosinho*.
Folha das Barradas: sepultura préistórica, 22.
Forais, 162, 174, 327, 437-438.
Forma de governo, 345.
Fórmulas do território peninsular, 3.
Fôro eclesiástico, 369.
Foros, 337, 414.
Fossadeira, 330-331, 389, 390.
Fossado, 330-331, 337, 389, 414, 415, 420.
Foz do Zêzere. Vid. *Castelo*.
Frades franciscanos, 463.
Fradique (D.), filho de Henrique II de Castela, 301.
Francisco Brandão (Fr.), historiador, 245.
Francisco de Cárdenas, historiador, 333, 334.
Francisco de S. Luís (D. Fr.), historiador, 129.
Frederico II, Imperador de Alemanha, 210.
Fronteira, 310.
Fruela, Rei das Astúrias, 117, 118.
Fuas Roupinho (D.), 428.
Fuero Juzgo, 94.
- G**
- Gades* ou *Gadir*, colónia fenícia, 30, 35, 52, 53.
Gafarias, 459 e seg.
Gaia, 219, 220, 253, 254, 449, 457, 460.
Gallaecia, 38, 55.
Galegos, honra, 384.
Gália Narbonense, 80.
Galiza, reino, 119.
Gama Barros, historiador, 94, 103, 334, 337, 338, 398, 400, 403, 404, 423, 436, 451.
Garcia, Rei da Galiza, 119, 120.
Garcia, Rei de Leão, 118.
Garcia, Rei de Navarra, 141.
Garcia, Conde de Castela, 118, 119.
Gardingo, entre os visigodos, 96.
Garsonnet, historiador, 334.
Gata (Serra de —), 243.
Geira, 69.
Geloira ou *Elvira*, filha de Fernando Magno, 119.
Geografia da Lusitânia protoistórica, 37 e seg.
Gesalico, 83.
Gesteira, 450.
Gibraltar, 84, 264, 265.
Gil (S. Fr.), 471.
Gil (D.), Bispo da Guarda, 280.
Gil Afonso (D.), filho de D. Afonso III, 231.
Gil Martins, Mestre de Avis, 248.
Gil Dossem, 297.
Gil Sanches (D.), filho de D. Sancho I, 188.

- Gilberto* (D.), Bispo de Lisboa, 149, 362.
Giraldo Sempavor, 159, 160, 163, 164.
Glossas, nas universidades, 320.
Gois, 387.
Golegã, 309.
Gomes Nunes, 141.
Gondemaro, 83.
Gonsalo Camelo, capitão do mar, 263.
Gonsalo Correia de Azevedo, 266.
Gonsalo Dias, prior de Santa Cruz, 462.
Gonsalo Mendes, secretário de D. Afonso II, 199.
Gonsalo Mendes da Maia, 127, 165.
Gonsalo Mendes de Sousa, rico homem, 205.
Gonsalo Pereira (D.), Arcebispo de Braga, 263, 266, 274.
Gonsalo Vasques de Moura, 266.
Gonsalo Vaz, Mestre de Avis, 258.
Gontigem, honra, 384.
Gontinhães: anta, 20.
Gouveia, 172.
Govêrno. Vid. *Forma de Govêrno*.
Gravão, 327.
Gregório IX, Papa, 206, 209, 402.
Gregório X, Papa, 229, 238, 371.
Gregos na península, 32-33.
Gróvios, 34, 44.
Guardaleite (Batalha de —), 84.
Gualdim, Mestre dos Templários, 162, 363.
Guarda, 178, 242, 243, 327, 350, 355-356, 464, 465, 467.
Guidimtesta (Terra de —), 173, 365.
Guido de Bolonha, Cardeal, 290, 291.
Guido de Vico, legado pontifício, 145.
Guifões, 450.
Guilherme, Conde de Borgonha, 127.
Guilherme, deão de Silves, 178.
Guilherme Lacorni, colono estrangeiro, 149.
Guimarães, 136, 137, 138, 149, 169, 199, 211, 215, 253, 274, 286, 349, 357, 381, 454, 462, 463.
Guislaberto, Bispo de Barcelona, 470.
Guiçot, historiador, 95, 98, 333, 334, 339.
- ## H
- Hemeroscopion*, 33.
Henrique (D.), Conde de Portugal, 125 e seg., 129 e seg., 364, 383, 444.
Henrique II (D.), Rei de Castela, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 298, 303.
Henrique II, Rei de Inglaterra, 402.
Henrique (D.), Infante de Castela, 242, 244, 301.
Henrique (D.), filho de D. Afonso Henriques, 168.
Henrique (D.), filho de D. Sancho I, 187.
Henrique Afonso (D.), filho de D. Afonso III, 231.
Herdades de fossadeira, 389.
Herdadores, 389.
Hermenegildo, 83.
Heródoto, historiador, 32, 78.
Hinojosa. Vid. *Eduardo de —*.
Hispalis, colónia fenícia, 30, 57.
Hispania: origem dêste nome, 30; — citerior e ulterior, 55, 56.
Hixame, califa, 110, 111.
Homem quaternário, 7 e seg.
Homem terciário, 5-7.
Homens bons, 348, 392, 439.

Honório III, Papa, 200, 206, 372.
Honras, 337, 380 e seg., 382, 386-387.
Hospitais, 463 e seg.
Hospitalários, 166, 173, 364-365.
Hoste, 337, 414, 415. Vid. *Exército*.
Huelgas de Burgos, 231.
Hugo (D.), Bispo do Porto, 469, 470.
Hungria, 402.

I

Iacube Abú Iúcuse, 172.
Iacube Almançor, 174, 176, 177.
Ibéria, 29.
Iberos, 28-29.
Ibne Abade, Rei de Sevilha, 130.
Ibne Taxfine, 150.
Ibraim, 150.
Iça Mato, judeu de Sevilha, 402.
Idade dos metais, 23 e seg.
Idade neolítica, 8, 14 e seg.
Idade paleolítica, 8, 10 e seg.
Idades prèistóricas, 7 e seg.
Idanha-a-Velha, 173, 208, 347, 355, 356, 363.
Igaedi ou *Igaedium*, 39.
Igaeditani, 39, 44.
Illiturgi, 47.
Iluminuras, 484 e seg.
Impostos, 352; — sua classificação, 414; — directos, 415; — indirectos, 417.
Imunidades eclesiásticas, 369 e seg.
Incineração de cadáveres, 72.
Indústrias: da Lusitânia, 65 e seg.; — de Portugal, 222, 250, 448 e seg.
Inês de Castro (D.), 272-275, 279, 280, 307, 314, 315.
Infanções, 378.
Infantaria, 424.

Ingénuos, 101, 395, 437.
Inocéncio II, Papa, 145.
Inocéncio III, Papa, 147, 180, 181, 182, 184, 185, 192, 193, 366, 471.
Inocéncio IV, Papa, 209, 210, 211, 214, 217, 315, 342.
Influências geográficas, 1.
Introdução, 1 e seg.
Inquirições, 193-194, 223-224, 226, 385.
Instrução pública, 469 e seg.
Invasões dos bárbaros, 78.
Irlanda, 402.
Irnério, jurisconsulto, 320.
Isabel (Santa), Rainha de Portugal, 238, 245, 253, 254, 255-256, 260, 464, 465.
Isabel (D.), filha de D. Afonso IV, 276, 277.
Isabel (D.), filha de D. Fernando, 303.
Isidoro (Santo), escritor, 270.
Iúcuse Abú Iacube, chefe almorávida, 120, 121, 164.

J

Jácome Ruiç, jurisconsulto, 321.
Jahuar, amir, 111.
Jaime II (D.), Rei de Aragão, 243, 261.
Jales, 453.
Jantar (Direito de —), 330-331, 416.
Joane Anes, benfeitor dos gafos, 462.
João XXII, Papa, 247, 252, 280.
João I (D.), Rei de Castela, 298, 300, 301, 302, 304, 305, 306, 308, 309, 311, 313, 344.
João I (D.), Rei de Portugal, 283, 305, 306 e seg., 313, 341, 343, 345, 352, 393, 419, 421, 427, 430, 431.
João II (D.), Rei de Portugal, 380.

- João III* (D.), Rei de Portugal, 240, 468.
João (D.), Infante de Castela, 242, 243, 244, 245.
João (D.), Infante de Portugal, 276.
João (D.), filho de D. Afonso Henriques, 168.
João (D.), filho de D. Inês de Castro, 283, 295, 304, 307, 314, 315.
João, Bispo Remense, 264.
João de Abavila, legado apostólico, 206.
João Afonso (D.), filho de D. Afonso II, 201.
João Afonso (D.), filho de D. Dinís, 257.
João Afonso (D.), Conde de Barcelos, 280.
João Afonso de Meneses (D.), Conde de Barcelos, 258.
João Afonso Telo (D.), 300, 305, 431.
João Fernandes Andeiro, 298, 300, 302, 305.
João Lourenço da Cunha, senhor de Pombeiro, 287, 288, 314.
João Manuel (D.), Infante de Castela, 260, 261, 262, 263.
João Peculiar (D.), Arcebispo de Braga, 462, 465.
João Pedro Ribeiro, 423.
João das Regras (Dr.), 288, 297, 314, 315.
João Soares Alão (D.), Bispo de Silves, 466.
João o Torto (D.), Infante de Castela, 260, 261.
Joaquim Fontes (Dr.), arqueólogo, 10.
Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (Fr.), antiquário, 364, 423.
José Barbosa (D.), historiador, 276, 277.
Jubim (Gondomar), 452.
Juca Abeatar, 402.
Jugada, 390, 415.
Juízes: da terra, 407; — de fora, *ib.*; — dos concelhos, 408.
Julgados, 433.
Julião (Conde —), 84.
Julião (D.), Bispo do Porto, 219, 220, 460.
Julião, chanceler de D. Sancho I, 186.
Jurados. Vid. *Alcaldes*.
Jurisdição: de El-Rei e dos privilegiados, 331-332, 385 e seg., 408.
Juromenha, 160, 173, 177, 205, 266, 366.
Justiça. Vid. *Juízes*.
Justiniano, Imperador do Oriente, 320, 321.
- K**
- Kjoekkenmoeddings*, 8, 12 e seg.
- L**
- Laccobriga*, 34, 41, 44, 58.
Lafões (Caldas de —), 363.
Lagos: estação romana, 9, 41.
Lamego, 39, 118, 119, 126, 355, 356.
Lançarote Peçanha, 431.
Lancia Oppidana, 58.
Langobriga, 39, 58.
Lângroiva, 39.
Lanhoso, 135, 139.
Lardosa, 381.
Latrão (Terceiro concílio de —), 373.
Lauro, 51.
Leão, cidade, 117.
Leça, rio, 449.
Leça do Balio, 364.
Leiria, 39, 142, 151, 178, 211, 220,

- 221, 249, 253, 254, 308, 350, 361, 425, 464, 465.
- Leis gerais*, 328.
- Leite de Vasconcelos* (Dr. José —), arqueólogo e historiador, 9, 12, 16, 17, 19, 20, 23, 29, 39, 40, 48, 57, 58, 68, 78, 125.
- Lencastre* (Duque de —), 297.
- Lenço*, pano, 454.
- Leonor* (D.), Rainha de Castela, 301.
- Leonor de Inglaterra*, 201.
- Leonor de Portugal* (D.), Rainha da Dinamarca, 201.
- Leonor* (D.), Infanta de Aragão, 286, 287.
- Leonor* (D.), Infanta de Castela, 287.
- Leonor* (D.), Infanta de Portugal, 276, 277.
- Leonor Afonso* (D.), filha de D. Afonso III, 231.
- Leonor de Gusmão* (D.), amante de D. Afonso XI, 262, 265, 285.
- Leonor Teles* (D.), Rainha de Portugal, 287, 288, 294, 295, 300, 301, 302, 304, 305, 306, 308, 309, 314, 344, 352, 393.
- Lepe* (Esteiro do —): combate, 263.
- «*Lex Romana Visigothorum*», 93, 98.
- «*Liber Judicum*», 94.
- Liberalitas Iulia*, 53.
- Libertos*, entre os visigodos, 105.
- Lidador* (O), 165.
- Lidos* (*liti*), entre os visigodos, 103.
- Lígyres*, 31-32.
- Linhares*, 290, 292.
- Linho*, sua indústria, 455.
- Lisboa*, 39, 77, 121, 127, 132, 142, 143, 154 e seg.; 158, 173, 174, 211, 222, 291, 293, 299, 311 e seg., 348, 350, 355, 362, 366, 367, 461, 462, 463, 466, 472.
- Liuvia I*, 83.
- Liuvia II*, 83.
- Liuvigildo*, 79, 81, 82, 83, 86.
- Livros*: na idade média, 470.
- Lopo Didaç de Haro*, senhor de Bizcaia, 214.
- Lopo Fernandes Pacheco*, senhor de Ferreira, 266.
- Lopo Rodrigues de Ulhó* (D.), 387.
- Lorvão*, 231, 445, 485.
- Louredo*, honra, 384.
- Lourenço Eanes Fogaça*, embaixador, 309.
- Lourenço Gonsalves Magro*, aio de D. Dinis, 235.
- Lourenço Martins*, embaixador, 308.
- Lourinhã*, 149, 231.
- Lourosa*: capela visigótica, 107.
- Lousã*, 425.
- Lucano*, poeta, 34.
- Lúcio II*, Papa, 147, 181.
- Lúcio Licínio Luculo*, 48.
- Lucrecio*, poeta, 10.
- Lugo*, 356.
- Luis IX* (*S. Luís*), Rei de França, 226.
- Luis* (D.), Infante de Portugal, 272.
- Luis* (D.), Infante de Portugal, 283.
- Luis* (D.), Infante de Portugal, 315.
- Luis*, Príncipe da Fortuna, 269, 270.
- Luis de Sousa* (Fr.), cronista, 471.
- Lusitânia*: geografia protodistórica, 37; — grupos étnicos, 41 e seg.; — usos e costumes, 44 e seg.; — na organização romana da península, 55 e seg.
- Lutas* entre os nobres, 387.
- Luzedo*, terra de Bragança, 193.

M

- Mafalda* (Beata D.), Princesa, 187, 191, 192.
Mafalda (D.), filha de D. Afonso Henriques, 168.
Mafoma, 114.
Maфра, 173, 366.
Maior Sanches (D.), filha de D. Sancho I, 188.
Málaca, colónia fenícia, 30.
Maladia, 391.
Mancebos ou criados, 391.
Maninhádego (Direito de—), 413.
Mantenedor da paz, entre os visigodos, 96.
Manuel I (D.), 169.
Manuel M. Rodrigues, publicista, 169.
Manuel Paulo Meréa (Dr.), escritor, 322.
Manuel Peçanha, 263, 266. Vid. *Manuel Peçagno*.
Manuel Peçagno, almirante, 251, 429, 430. Vid. *Manuel Peçanha*.
Manumissão. Vid. *Alforria*.
Marateca: estação romana, 9.
Marechal, 427.
Maria (D.), Rainha de Castela, 238, 244, 252, 260, 261, 262, 266, 276, 285.
Maria (D.), filha de D. Afonso III, 231.
Maria (D), Infanta de Portugal, 283.
Maria Afonso (D.), filha de D. Dinís, 257.
Maria Afonso (D.), outra filha de D. Dinís, 257.
Maria Aires de Fornelos (D.), 187.
Maria Guilhen de Gusman, 217.
Maria de Padilha (D.), amante de D. Pedro de Castela, 290.
Maria Pais Ribeira (D.), 188.
Maria Teles (D.), 294-296.
Marialva, 39, 196.
Marim, 72.
Marina, historiador, 90, 91.
Marinha: seu desenvolvimento, 251, 263, 268 e seg., 286, 293-294, 299.
Marinha Gomes (D.), amante de D. Dinís, 257.
Marinha de guerra, 428 e seg.
Mário, 51.
Marmelar, 178.
Marques da Costa, arqueólogo, 6, 452.
Martelos arqueológicos, 9.
Martim Afonso, filho de D. Afonso III, 231.
Martim Anes, rico homem, 205.
Martim de Freitas, 212, 213.
Martim Monts, cônsul de Coimbra, 126.
Martim Sanches (D.), 187.
Martinega, impôsto, 417.
Martinho, Bispo de Lisboa, 297.
Martinho (Fr.), monge de Alcobaça, 249.
Martinho Rodrigues (D.), Bispo do Porto, 182, 183, 185, 206.
Martins Sarmento, arqueólogo, 20, 31.
Marvão, 208, 231, 236.
Massagetas, 78.
Massalia, colónia grega, 32, 33.
Mateus (D.), Bispo de Lisboa, 372.
Matilde ou *Mafalda* (D.), Rainha de Portugal, 168.
Matilde (D.), Condessa de Bolonha, 210, 217, 225, 230.
Matosinhos, 449, 450.
Maurício (D.), Bispo de Coimbra, 130.
Mauritânia Tingitana, 55, 56.

- Mécia* (D.), mulher de D. Sancho II, 212-214.
- Medina del Campo*, 243.
- Medina Sidónia*, 84.
- Meirinhos*, 407.
- Melcarteia*, colónia fenícia, 30.
- Melgaço*, 196.
- Mem Ramires*, 152, 153.
- *Mem Rodrigues de Vasconcelos*, 381.
- Mérida*, 54, 57, 85, 151, 174.
- Mértola*, 40, 85, 151, 174, 208, 367, 368.
- Mestre Afonso das Leis*, 280.
- Metallum Vipascense*, 40, 58.
- Metelo Pio*, 51.
- Miguel I* (D.), 452.
- Milenário*, entre os visigodos, 96.
- Milícia*, terrestre e marítima, 422 e seg.
- Milreu*, 69.
- Minas*: exploradas pelos romanos, 66; — sua exploração pelos portugueses, 250, 451.
- Minas*, impôsto, 419.
- Minuro*, 49.
- Miranda*, 134, 286, 292, 300, 309, 425.
- Miro*, filho de Teodomiro, 80.
- Mirobriga*, 44, 58.
- Moeda*: alteração do seu valor, 223, 330, 351, 420.
- Moedas romanas*, 69.
- Mohâmede Abutmir Almafer*, 110-111.
- Moinho de Pau*, 6, 7.
- Monarquia visigótica*, 80 e seg.; — série dos reis, 82-83; — constituição política, 85 e seg.; — concílios nacionais, 87 e seg.; — Código Visigótico, 93 e seg.; — governos locais, 96 e seg.; — administração local, os municípios, 97 e seg.; — divisão das terras e suas conseqüências, 99 e seg.; — classes sociais, 101 e seg.; — costumes dos visigodos, 106 e seg.
- Mondego*, rio, 446, 456.
- Mondego* (Vale do —): estações arqueológicas, 9.
- Mondanhedo*, 356.
- Monges brancos e Monges negros*, 360.
- Monsanto da Beira*, 213.
- Montádigo*, 416.
- Montados*, 416.
- Montânchez*, 160.
- Montemor-o-Novo*, 242, 310.
- Montemor-o-Velho*, 126, 134, 191, 192, 204, 211, 253, 254, 273, 425.
- Monte Negro* (Trás os Montes), 453.
- Monte Santo*, 187.
- Mora ou Moia*, 193.
- Mordomos*, 433, 434.
- Moreima*, moura escrava, 402.
- Moreira*, 196.
- Morosa* (Matosinhos), 450.
- Mortágua*, 178.
- Mortillet*, naturalista, 6, 12.
- Mós*, 381.
- Mosaicos romanos*, 71.
- Mosteiros*, 359 e seg.
- Moura*, 208, 217, 243.
- Mourão* (Castelo de —), 243.
- Mouros escravos*, 403.
- Muça Ibne Noçair*, 84, 85, 108, 113.
- Mugem*: esqueletos prèistóricos, 13; — tipos humanos, 17.
- Mulheres da mancebia*, 428.
- Munda* (Batalha de —), 53.
- Municipalismo*, 434 e seg. Vid. *Concelhos e Municípios*.
- Municípios*: romanos, 59 e seg.; — entre os visigodos, 97 e seg.

Múnio Afonso (D.), Bispo de Mondonhede, 469.

Muñoz y Romero, historiador, 398.

Muralhas romanas, 70.

Murcia, 261.

Myrtilis, 40, 44, 58, 69.

N

Narbona, 81.

Navarra, reino, 118.

Navas de Tolosa (Batalha das —), 193-194, 196.

Navegação fluvial e de cabotagem, 456-457.

Necrópoles romanas, 72.

Neiva (Foz do rio —), 450.

Neolítico, 14 e seg.

Néri Delgado, geólogo, 6, 11.

Nero, imperador romano, 77.

Nicolau IV, Papa, 239, 240.

Nicolau (Fr.), núncio, 229.

Niebla, 85, 216, 217.

«*Nobiliário*» do Conde D. Pedro, 212, 213.

Nobreza: suas origens e categorias, 377 e seg.; — solares, coutos, honras e beatrias, 380 e seg.; — lutas com a Corôa, decadência da nobreza, 384; — costumes da nobreza, 387 e seg.

Normandos na península, 109.

Noudar (Castelo de —), 243.

Nova Carthago, 35, 55.

Numão, 327.

Numerário, entre os visigodos, 96.

Nuno Alvares Pereira (D.), 300, 305, 309, 310, 313, 315, 417.

Nuno Gonsalves (D.), 374.

Nuno Martins de Chacim, adeantado na Beira, 235.

Nuno Sanches (D.), filho de D. Sancho I, 188.

O

Óbidos, 211, 462. Vid. *Outeiro da Assenta*.

Ochavas, impôsto, 418, 419.

Odemira, 431.

Odivelas, 257, 276, 374, 483.

Olhão, 72.

Olisipo, 30, 39, 53, 58, 69, 81.

Oliveira do Hospital, 107.

Omar Ibne Hafeçune, 110.

Omeçio, honra, 384.

Omiadas, 109, 113.

Oppidum, oppidulum, 41.

Orcas, vid. *Antas*.

Ordem de Cristo, sua instituição, 246 e seg.

Ordem dos Templários: sua extinção, 246 e seg.

Ordens militares, 68, 73, 161, 165 e seg., 172, 361 e seg.

Ordens monásticas, 358 e seg.

Ordonho I, Rei de Oviedo, 117.

Ordonho II, da Galiza, 118.

Orense, 135, 285, 356.

Ossónoba, 40, 44, 58, 68, 73, 77, 218, 356.

Ossuna, 85.

Ota: estação paleolítica, 6.

Ouguela, 259.

Ourém, 196, 214, 425.

Ourém (Conde de —). Vid. *João Fernandes Andeiro*.

Ourique (Batalha de —), 143. Vid. *Campo de Ourique*.

Outeiro da Assenta: estação pré-histórica, 25.

Outeiro de Espinho: anta dos Padres, 16.

Ouvidores, 409 e seg.

Oviedo, cidade, 117, 134.

Oviedo, reino, 116 e seg.

P

- Paço de Sousa*, 483.
Paços de Gaiolo, honra, 384.
Padroado real, 189.
Padroados, 358.
Paio (D.), Arcebispo de Braga, 138.
Paio Guterres, 143.
Paio Mendes (D.), Arcebispo de Braga, 464, 465.
Paio Peres Correia (D.), Mestre de Santiago, 266.
Paleolítico, 10 e seg.
Palmeiró (S. Martinho de Souteiro), 447.
Palmela, 154, 158, 166, 173, 177, 196, 299, 368; — estação prèistórica, 16; — grutas funerárias, 23.
Panoias, 173, 366.
Paradas do Rei, 416.
Paramos, 382.
Passagem, impôsto, 417, 418.
Pax Iulia, 40, 57, 58, 68, 69, 73.
Paula e Oliveira, arqueólogo, 13.
Paulo Choffat, geólogo, 15.
Peçanha. Vid. *Manuel Pezagno*.
Pedidos, 420, 421.
Pedro I (D.), Rei de Aragão, 147.
Pedro II (D.), Rei de Aragão, 147.
Pedro III (D.), Rei de Aragão, 255, 337.
Pedro IV (D.), Rei de Aragão, 277, 285, 290.
Pedro (D.), o *Crú*, Rei de Castela, 276.
Pedro I (D.), Rei de Portugal, 262, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 278-283, 285, 305, 307, 314, 315, 350, 380, 419, 423.
Pedro (D.), Infante de Aragão, 243.
Pedro (D.), Infante de Castela, 260.
Pedro (D.), filho de Afonso XI, 262, 285, 290.
Pedro (D.), filho de D. Dinís, 257.
Pedro (D.), filho de D. Sancho I, 187, 191, 192.
Pedro (D.), Arcebispo de Braga, 190, 355.
Pedro (D.), Bispo de Lamego, 184, 185.
Pedro (D.), Bispo de Lamego, 467.
Pedro, presbítero, 466.
Pedro (D.), senhor de Aveiro, 449.
Pedro Afonso (D.), Bispo do Porto, 279.
Pedro Afonso (D.), Conde de Barcelos, 252, 257, 263.
Pedro Afonso Viegas (D.), rico homem, 169.
Pedro de Alcântara Gomes, general, 254.
Pedro Alvares, Prior do Hospital, 300.
Pedro Âlvitis (D.), Mestre dos Templários, 466.
Pedro Anes, Mordomo-mór de El-Rei, 199.
Pedro de Azevedo, historiador, 213, 400, 402, 454.
Pedro Coelho, 273, 281, 283.
Pedro Estevam de Tavares, 387.
Pedro de Luna (D.), Cardeal, 287.
Pedrogam, 179.
Pedro Nunes de Gusmão (D.), castelhano, 262.
Pedro Salvadores (D.), Bispo do Porto, 207, 209.
Peitas, 337, 414, 421.
Pelágio, 116, 118, 436.
Pelágio, Bispo de Leão, 470.
Pelágio Farpado, donatário da ordem dos Templários, 467.
Penacova, 178, 466.
Penamacor, 451.
Penela, 276, 425.
Peões, 390, 424.

Pérez Pujol, historiador, 91.
Período do bronze, 24, 25.
Período calcolítico, 9, 24.
Período do ferro, 24, 26.
Pero Tristam, corregedor de Entre Tejo e Odiana, 448.
Perperna, 52.
Pesca, indústria, 449-450.
Petreu, 53.
Petronilha, Rainha de Aragão, 168, 187.
Pindêlo, 450.
Pinetum, 38.
Pinhel, 178, 290, 292, 293.
Pinturas: romanas, 72; — na idade média, 484 e seg.
Plínio, escritor, 24, 32, 44, 78, 270.
Plutarco, escritor, 31, 51.
Poitiers (Batalha de —), 109.
Políbio, escritor, 28.
Polícia: sua organização, 411.
Pombal, 187, 254, 362, 425.
Pombeiro, 445.
Pompeio (Gneo e Sexto —), 51, 52, 53, 54.
Pompônio Mela, escritor, 34, 44.
Ponte do Lima, 455.
Pontevel, 178.
População de Portugal, 148 e seg.
Porches, 216.
Portagem, impôsto, 417, 418.
Portalegre, 40, 70, 236, 244, 245.
Portela (S. João de Priz), 447.
Portelo, 409.
Porto, 216, 222, 253, 254, 263, 274, 286, 312, 327, 350, 352, 355, 356, 357, 458, 464, 465.
Porto de Mós, 425; — estação arqueológica, 10.
Portucale, 58, 81, 125.
Portus Hannibalis, 36, 41, 58.
Possessores, entre os visigodos, 101.

Povo, 389 e seg.; — classes populares, cavaleiros vilãos e peões, *ib.*; — malados, 391; — admissão do elemento popular ás côrtes, 392; — intervenção do povo nos negócios públicos, sua influência no govêrno, 393 e seg.
Póvoa de Varzim, 450.
Povos, localidade, 178.
Praesidium Iulium, 53.
Prestações em gêneros, 419.
Préstamos, 406, 414, 433.
Pressuri ou *Pressures*, 44.
Privados, entre os visigodos, 102.
Privilégios eclesiásticos, 369 e seg.
Promontório Sagrado, 38.
Propriedade eclesiástica, 189-191.
Protóistória, 29 e seg.

Q

Quadrasais, 243.
Quatrefages, antropólogo, 14.
Quingentenário, entre os visigodos, 96.
Quinto dos despojos da guerra, 415, 416.
Quinto Fábio Máximo Serviliano, 49.

R

Raças. Vid. *Tipos humanos*.
Radagásio, 78.
Rafael de Jesus (Fr.), historiador, 266.
Raimundo Berenguer, Conde de Barcelona, 168, 187.
Raimundo de Borgonha, 127, 128, 130, 131.
Raimundo de Penaforte (S.), 255.
Raimundo Viegas de Portocarreiro, 214.
Rainério, legado pontifício, 180.

Rainha: título usado pelas filhas de reis, 119.
Ramiro, Rei de Aragão, 147.
Ramiro I, Rei de Oviedo, 109, 117.
Raptos de mulheres, 387.
Raṣi, escritor árabe, 150.
Real (Matosinhos), 450.
Recaredo I, Rei dos visigodos, 82, 83, 86, 87, 89, 323 e seg.
Recaredo II, Rei dos visigodos, 83.
Recesvinto, Rei dos visigodos, 82, 83, 93, 94, 96.
Rechiário, 81.
Redinha, 327, 362, 363.
Regência: como se regulava, 342.
Rei. Vid. *Autoridade real*.
Relêgo, 418-419.
Religião: do homem paleolítico, 12; do homem neolítico, 22-23.
Rendimentos do Estado: ordinários, 413; — extraordinários, 420.
Revels, 445.
Rhode, 33.
Rhodos, 33.
Riba Cóa (Comarca de —), 243.
Ribeira de Frades, 445.
Ricardo II, Rei de Inglaterra, 308, 309.
Ricos homens, 406, 433.
Rio Maior, 297.
Riquimer, 83.
Roberto II, Rei de França, 128.
Roberto (D.), Bispo do Algarve, 218.
Roberto, Duque de Borgonha, 128.
Rodrigo, Rei dos visigodos, 82, 83, 84.
Rocamador (Ordem de —), 464.
Rodrigo (D.), Arcebispo de Compostela, 335.
Rodrigo Afonso (D.), 231.
Rodrigo Alvares Pereira (D.), 266.
Rodrigo Peres, 141.
Rodrigo Vela, 141.

Rolin (Dr.), escritor, 454.
Romanos, 47 e seg.
Rufo Festo, escritor, 55.
Rui Lourenço, deão de Coimbra, 297.
Rui Pereira, 305, 306, 312.
Rui de Pina, cronista, 262, 266, 272.

S

Sabroso: castro, 19.
Sabugal, 244.
Sacro Promontório, 44.
Sagunto, 33, 36, 37.
Sáhibe Açalá, historiador árabe, 160, 164.
Salácia, 40, 58, 68, 69.
Salado (Batalha do —), 267.
Salamanca, 135, 207, 243, 244.
Salinas, 448-449.
Saltes: combate, 299, 300.
Salvador Martins, cónego da Guarda, 467.
Salvaterra, 208, 302, 451.
Samora, 135, 183, 184, 285, 286.
Sancha (D.), filha de D. Afonso Henriques, 168.
Sancha (Beata D.), Princesa, 187, 191, 192, 202, 204, 454.
Sancha (D.), filha de D. Afonso III, 231.
Sancha Anes, dona do mosteiro de Chelas, 402.
Sancha Fernandes de Lara (D.), 201.
Sancho (D.), Rei de Aragão, 120, 147, 435.
Sancho (D.), Rei de Castela, 119, 120.
Sancho (D.), Rei de Castela, 237, 242, 276, 285.
Sancho (D.), Rei de Navarra, 118, 119.

- Sancho VII* (D.), Rei de Navarra, 179.
- Sancho I* (D.), Rei de Portugal, 162, 165, 171 e seg., 189, 191, 193, 209, 218, 326, 328, 342, 356, 365, 367, 369, 388, 428, 445, 446, 447, 454, 456, 461, 464, 471.
- Sancho II* (D.), Rei de Portugal, 201, 202 e seg., 215, 220, 246, 326, 328, 342, 343, 344, 349, 365, 367, 419, 428, 456.
- Sancho* (D.), filho de D. Afonso VI, 121, 130, 131.
- Sancho* (D.), filho de D. Afonso Henriques, 168.
- Sancho Peres*, industrial, 453.
- Sancho Nunes de Barbosa* (D.), rico homem, 169.
- Santa Cristina*, 450.
- Santa Cruz de Vilariça*, 420.
- Santa Eulália*, 135.
- Santarém*, 39, 121, 127, 132, 142, 150 e seg., 173, 174, 177, 211, 229, 254, 276, 291, 292, 299, 304, 308, 309, 311, 313, 327, 350, 357, 367, 425, 445, 448, 461, 463, 464.
- Santiago de Cacem*, 70.
- Santiago da Espada* (Ordem de —), 166, 173, 366.
- Santo Isidro*, honra, 384.
- Santos Rocha* (Dr.), arqueólogo, 9, 15, 16, 72.
- São Jerónimo de Real*: capela visigótica, 107.
- São João de Chamoim*, 447.
- São Mamede* (Batalha de —), 138.
- São Martinho de Dume*, 80.
- São Martinho de Gândera*, 446.
- São Martinho de Mouros*, 327.
- São Martinho de Soutelo*, 447.
- São Martinho de Tours*, 80.
- São Miguel da Mota*, 40, 46.
- São Paulo*, 77.
- São Pedro de Rio Sêco*, 243.
- São Salvador de Aramenha*, 70.
- São Salvador de Montélios*: igreja visigótica, 107.
- São Vicente da Beira*, 178.
- Saragoça*, 54.
- Sarracenos*: invasão na península, 83-85.
- Sátam*, 383.
- Scallabis*, 39, 57, 58, 69.
- Scipião* (Gneo Cornélio —), 47.
- Scipião* (Públio Cornélio —), 47.
- Scipião* (Quinto Servílio —), 49, 50.
- Scipião Nasica* (Públio Cornélio), 47.
- Scisma do Occidente* (Grande —), 296.
- Scitas*, 78.
- Sebastião Ciampi*, escritor, 270.
- Seda* (Indústria da —), 454.
- Segura*, 292.
- Segurança Pública*, 411.
- Seia*, 126, 366, 436, 452.
- Sellium*, 39.
- Selva Escura*, 173, 366.
- Sempere y Guarinos*, historiador, 91.
- Senhora da Luz*, 40.
- Septimânia*, 81.
- Septum*, 84.
- Sergentes*, nas ordens militares, 368.
- Serpa*, 58, 69, 160, 174, 208, 217, 243.
- Serra dos Molianos*: gruta pré-histórica, 11.
- Sertório*, 51, 52.
- Serviçais*, 434; — voluntários, 391.
- Serviço militar* dos clérigos, 371.
- Sérvio Galba*, 48.
- Servos*, entre os visigodos, 101 e seg.; — adscriptícios, 391, 395.

396 e seg. Vid. *Classes servas e Escravos*.

Sesimbra, 367, 368, 381.

Şesmarías (Lei das —), 293, 448.

Sesnando (Conde D.), cônsul de Coimbra, 126, 444.

Setúbal: estações prèistóricas, 6; — 222, 310.

Sevilha, 237, 266.

«*Siete Partidas*» (Leis das —), 322, 343.

Sigerico, 82.

Sila, 51, 53.

Silices terciários, 5.

Silingos, 79.

Silves, 151, 158, 174 e seg., 176 e seg., 218, 356, 419, 428.

Silvestre Godinho (D.), Arcebispo de Braga, 209, 453.

Sintra: sepulturas prèistóricas, 23; — 121, 127, 132, 142, 154, 174, 299, 313. Vid. *Folha das Barradas*.

Sisas, imposto, 419.

Sisebuto, 83.

Sisenando, 83.

Situação geográfica da península, 2.

Soares dos Reis, escultor, 169.

Sóbeh, mãe do califa Hixame, 110.

Sobrejuiçes, 409.

Solarengos, 380, 391.

Solares, 380 e seg.

Soldada, avença fiscal, 417.

Sortelha, 381.

Soure, 135, 142, 361, 425, 447.

Sucessão. Vid. *Corôa*.

Sueiro (D.), Bispo de Lisboa, 197, 198, 207.

Sueiro Mendes, 127.

Suevos, 78 e seg.

Suètónio, 48, 52, 56.

Svintila, 83.

T

Tácito, 78.

Taipas, 69.

Talabra, 58.

Talábriga, 39, 44, 58.

Talhas, 420, 421.

Tarifa, 266, 267.

Tárique, 84, 108.

Tarouca, 119, 449.

Tavira, 40, 174, 208, 367, 368.

Tarraconense, 38, 55, 56, 57.

Tartessius (*Ager*), 35.

Tartesso (Cádiz), 32.

Taxa de preços, 221.

Teatros romanos, 69, 70.

Tecidos (Indústrias de —), 453 e seg.

Teixeira Lopes, escultor, 256.

Telhas romanas, 66.

Telo (D.), fundador de Santa Cruz de Coimbra, 360.

Templários, 142, 166, 173, 361 e seg. Vid. *Ordem*.

Tempos prèistóricos, 5 e seg.

Tenências, 422.

Teobaldo, Rei de Navarra, 226.

Teodemiro, Conde visigodo, 113.

Teodemiro, Rei dos suevos, 80.

Teodorico I, 83.

Teodorico II, 81, 83.

Teotónio (S.), 399, 401, 468.

Terena, 40, 381.

Terêncio Varrão, escritor, 53.

Terêsa (D.), Condessa de Portugal, 125 e seg., 133 e seg., 145, 361, 364.

Teresa (D.), filha de D. Afonso Henriques, 168.

Terêsa (Beata D.), Princesa, 179, 187, 191, 192, 202, 204.

Terêsa Afonso (D.), filha de D. Afonso Henriques, 169.

Terêsa Fernandes, 387.

- Terêsa Lourenço* (D.), mãe de D. João I, 283, 305.
Terêsa Martins (D.), mulher de D. Afonso Sanches, 257, 258.
Terêsa Sanches (D.), filha de Sancho I, 188.
Termas romanas, 69, 71.
Terra de Santa Maria, 126.
Terras ou distritos, 406, 433.
Terrás isentas, 413. Vid. *Coutos e Honras*.
Território (O —), 1 e seg.; — as influências geográficas, 2; — as formas do território, 3; — extensão do território português, 148.
Testamentos: sua execução pelo clero, 372.
Teudigisel, 83.
Têudis, 83.
Thierry de Alsácia, 168.
Tito Livio, historiador, 33, 35.
Tiufado, entre os visigodos, 96.
Tocha, 445.
Toledo, 82, 94, 120, 121, 131, 135, 193, 312, 356.
Tolosa, 81, 381.
Tomar, 142, 161, 166, 177, 187, 308, 309, 363, 368, 425.
Tongóbriga, 58.
Torismundo, 83.
Torneios, 388.
Toro, 135, 261, 275.
Torre de Moncorvo, 456.
Torres Novas, 313, 327, 425.
Touros, corridas, 388.
Transcudani, 44.
Transmissão da Corôa, 342.
Trasmires, 453.
Três Estados, 349.
Treu, pano, 454.
Tribunal da Côte, 409 e seg.
Trujillo, 159.
Tubucci, 39.
Tude, 69.
Tui, 117, 135, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 163, 180, 285, 356.
Tuias, 191, 384.
Tulga, 83.
Tuntóbriga, 38, 58.
Turdetani, 44.
Turdetânia, 48.
Turduli Veteres, 44.
Turões, 243.
Turquel. Vid. *Serra dos Molianos*.
- U
- Ulmar*: paúl, 249.
Universidade de Lisboa-Coimbra, 239, 472-473.
Urbano IV, Papa, 225, 226.
Urbano VI, Papa, 296, 297, 314.
Urraca (D.), Rainha de Castela e Leão, 127, 131 e seg., 133, 134, 135, 136, 343, 401.
Urraca (D.), Rainha de Portugal, 183, 201.
Urraca (D.), filha de Fernando Magno, 119, 120.
Urraca (D.), filha de D. Afonso Henriques, 168.
Urraca (D.), Infanta de Leão, 214.
Urraca Afonso (D.), filha de D. Afonso Henriques, 169.
Urraca Afonso (D.), filha de D. Afonso III, 231.
Urros, 399.
- V
- Vacariça*, 445.
Valdemar, Rei da Dinamarca, 201.
Val de Espinho, 243.
Valdevez, combate, 145, 192.
Valdigem, 196.
Valença de Alcântara, 285, 290.

- Valhadolid*, 135, 242.
Valhelhas, 172.
Vália, 80, 81, 83.
Vamba, 83.
Vândalos, 78 e seg.
Varrão, escritor, 29.
Várzea da Serra, honra, 384.
Vasco Domingues, chantre de Braga, 290.
Vasco Martins (D.), Bispo do Porto, 263.
Vasco Martins de Sousa, chanceler de El-Rei, 280.
Vasco Pires Farinha, 387.
Vassalagem de Portugal á Sé de Roma, 146 e seg.
Vassalos de El-Rei, 379.
Vergílio Correia (Dr.), arqueólogo, 11.
Verride, 445.
Veseo, 39. Vid. *Viseu*.
Vetílio, 49.
Viação romana, 66.
Viana do Castelo, 222, 446, 449.
Vicani Atucause (nses), 58.
Vicente (D.), filho de D. Afonso III, 231.
Vicente (D.), Bispo do Porto, 460.
Vicente (Mestre), deão de Lisboa, 198.
Vicus, 45.
Vicus Spacorum, 69.
Vieiros de metais, sua exploração, 451.
Vieiros, imposto, 419.
Vigário, entre os visigodos, 96.
Vila do Conde, 257, 449, 450.
Vila Maior, 244.
Vila Marim, beetria, 384.
Vila Mendo, 456.
Vila Nova de Famalicão, 456.
Vila Nova de Foz Côa, 243.
Vila Nova de Portimão, 36, 41.
 Vid. *Alcalá*.
Vilar Sêco: clava neolítica, 15.
Vilas romanas, 71.
Vila Verde, 149.
Vinhais, 286.
Vinteneiros, 432.
Vipasca ou *Vipascum*, 40.
Vipascense (*Metallum* —), 40.
Vipascensis, nome gentílico, 32.
Viriato, 48 e seg.
Visconde de Santarém, historiador, 149, 169.
Viseu, 39, 50, 118, 119, 126, 172, 193, 272, 290, 292, 355, 356, 445, 460, 461. Vid. *Veseo*.
Visigodos, 80 e seg. Vid. *Monarquia Visigótica*.
Viterico, 83.
Vitiça, 82, 83, 84.
Vitrais, 482.
Vizela, 69, 462.
Vizinhos arreigados e não arreigados, 391.
Volóbriga, 38.
Vouillé (Batalha de —), 81.

X

- Xalma* (Serra de —), 243.
Xérez, 151.
Xérez de los Caballeros, 174.
Ximena Nunes ou *Muniones*, 128.

Z

- Zacynthos*, 33.
Zaida, esposa ou concubina de Afonso VI, 130.
Zalaca (Batalha de —), 120, 127.
Zama (Batalha de —), 37.
Zurara, 399.

CORRECÇÕES E ADITAMENTOS

GIRALDO SEMPAVOR

Ao erudito académico e sábio professor Sr. Dr. David Lopes devemos a interessantíssima comunicação que reproduzimos:

«Respondo gostosamente á carta em que V. me perguntou se publiquei ácerca de Giraldo Sempavor alguma cousa mais do que veio nos meus *Arabes nas obras de Herculano*. Posso, realmente, ajuntar alguns elementos novos ao que aí disse. Fiz, depois daquela publicação, duas comunicações á Academia das Sciências sobre o assunto.

«A primeira foi feita na sessão da segunda classe de 26 de Dezembro de 1913 (*Boletim da segunda classe*, vol VIII, p. 18). Dando conta da publicação, feita pelo Sr. G. Cirot, da *Chronique latine des rois de Castille jusqu'en 1236*, disse eu que ela confirmava o texto árabe de Ibne Sáhíbe Açalá relativo a Giraldo e lançava nova luz sobre os seus feitos. De facto, segundo ela, Giraldo conquistara na Estremadura espanhola, além dos lugares fortes indicados na crónica árabe, também Santa Cruz e Monfra, na província de Cáceres; diz-se mais que, depois do desastre de Badajoz, em que D. Afonso Henriques ficou prisioneiro dos leoneses, Giraldo foi aprisionado também e entregue ao conde de Castela, Fernando Rodríguez, o qual lhe deu a liberdade a trôco dos castelos que êle tinha conquistado; e que, finalmente, sem forças e abandonado, Giraldo se passou para o partido dos Mouros, a quem fizera tantos danos, e que, por uma questão que com êles teve, lhe foi cortada a cabeça (p. 36-8 da dita crónica).

«A segunda comunicação foi feita no fim de 1917 e dela não ficou vestígio nas actas das sessões da classe, por extravio, creio, da nota que dei então, mas há nas actas das assembléas gerais referência a ela, não completamente exacta (Sessão pública de 20 de Abril de 1921, p. 24). Disse eu que uma crónica árabe, anónima, conhecida pelo nome de *Anónimo de Copenhague* (por se encontrar na Biblioteca nacional desta cidade e agora também na de Madrid) — que é uma cró-

nica de Marrocos e da Espanha árabe desde 1170 a 1266 — confirmava e esclarecia as afirmações novas da crónica latina que eu utilizara na primeira comunicação. Efectivamente assim é. Aí se diz que no ano de 569 da Hégira — que começou em 12 de Agosto de 1173 e acabou em 2 de Agosto de 1174 — Giraldo se foi refugiar em Sevilha com muitos dos seus partidários e renegou da sua fé. Foi muito bem recebido e agasalhado consoante a sua fama. Mas D. Afonso Henriques teve com isso grande pesar e mandou-lhe pedir que voltasse para junto dêle. Divulgado o facto, Giraldo foi metido na cadeia; e, receosos os Mouros que se pudesse evadir, enviaram-no para Segelmeça, hoje Tafilite; aí tentou fugir e passar-se ao país dos cristãos e por isso os Mouros fizeram-no degolar, para acabarem de vez com tão importuno personagem.

«Como se vê, a crónica latina e a crónica árabe estão inteiramente de acôrdo; e assim não parece oferecer dúvida que o fim de Giraldo foi trágico.

«A lenda diz que para se congraçar com o soberano, com quem estava desavindo, êle tomara Évora. Estas fontes permitem afirmar que essa desavença se deu depois e não antes dessa conquista.

«Na 2.^a edição dos *Arabes nas obras de Herculano* espero tratar mais desenvolvidamente êste assunto.»

Pág. v, l. 12: — Onde se lê — Cenáculo, — leia-se — Cenáculo —.

Pág. 23, l. 20: — Onde se lê — Sao — leia-se — São.

Pág. 125, l. 2: — Onde se lê — Capítulo I — leia-se — O condado portugalense.

Pág. 140, l. 1: — Eliminem-se as palavras — Capítulo II.

Pág. 149, l. 3-7: — O documento a que se alude no texto está publicado nas *Provas da Historia Genealogica*, t. I, pág. 3-4.

Pág. 169: — Entre os filhos ilegítimos de El-Rei D. Afonso Henriques deve ser incluído aquele *D. Pedro Afonso*, de quem os antigos escritores discutiram se era filho ou irmão do primeiro Rei de Portugal. Como dissemos a pág. 179, D. Pedro Afonso deu forais a Arega, Figueiró e Pedrogam. No primeiro dêstes forais diz que aquela terra lhe foi dada por El-Rei D. Sancho seu irmão: ... «*quam dedit mihi rex domnus S. meus frater*»; e no último declara-se — «*Petrus Al-*

fonsi illustrissimi adefonsi Port. Regis filius». *Dipl. et Chartae*, pág. 517, 528, 531. Ainda sobre o assunto, BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, p. III, fls. 182-184 e 257; p. IV, fl. 3.

Pág. 215, l. 2: — Onde se lê — 1278 — leia-se — 1279.

Pág. 273, última l.: — A data do assassinato de D. Inês de Castro, 7 de Janeiro de 1355, vem apontada no *Chronicon Conimbricense*: — «Era milesima CCC. nonagesima III. VII. dies Januarii decolata fuit Doña Enes per mandatum Domini Regis Alfonsi IIII.» FLOREZ, *Espanña Sagrada*, t. XXIII, pág. 343; D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da Historia Genealogica*, t. I, pág. 382.

Pág. 366, l. 2: — Onde se lê — vida — leia-se — vila.

No livro III está errada a numeração dos capítulos VIII (pág. 406) e IX (pág. 413).

HISTÓRIA DA IGREJA EM PORTUGAL

POR
FORTUNATO DE ALMEIDA

Volumes publicados:

- Tomo I — Desde as origens do cristianismo na península até 1325,
1 volume;
Tomo II — De 1325 a 1495, 1 volume;
Tomo III — De 1495 a 1750, 2 volumes;
Tomo IV — De 1750 a 1910, 4 volumes, dos quais um já publicado e os
três restantes a imprimir simultâneamente, já muito
adeantados.
-

HISTÓRIA DE PORTUGAL

POR
FORTUNATO DE ALMEIDA

- Tomo I — Desde os tempos prèistóricos até á aclamação de D. João I
(1385).
Tomo II — De 1385 a 1580.
Tomo III — De 1580 a 1816.
Tomo IV — De 1816 a 1910.

Está no prelo o tomo II.

DO AUTOR:

O Infante de Sagres (obra premiada em concurso por ocasião do centenário do Infante D. Henrique).

A questão social.

Crónicas geográficas — Estudos de actualidade.

Esbôço de História de Portugal, com episódios, biografias e tradições.

Curso de História de Portugal (aprovado oficialmente para o ensino secundário), 1 volume, ilustrado com muitas gravuras, 6.^a edição.

Curso de história universal (aprovado oficialmente para o ensino secundário), 3 volumes, ilustrados com muitas gravuras e cartas geográficas, 6.^a edição.

História das instituições em Portugal, 1 volume, 3.^a edição. Coimbra, 1915.

Nomenclatura geográfica (subsídios para a restauração da toponímia em língua portuguesa).

Curso de geografia física e política (aprovado oficialmente para o ensino secundário), 8.^a edição. Coimbra, 1921, 1.^a parte, 1 volume, ilustrado com muitas gravuras.

— 2.^a parte, 1 volume. Porto, 1920.

Alexandre Herculano — Historiador.

La découverte de l'Amérique. Lisbonne, 1913.

A questão do apresamento da barca «Charles et Georges» e o Conselho de Estado. Lisboa, 1917.

D. Francisco Alexandre Lobo. Coimbra, 1918.

Subsídios para a história económica de Portugal. Porto.

A Ordem de S. Bento em Portugal — O colégio beneditino de Lisboa.

Portugal e as Colónias Portuguesas (com numerosos gráficos estatísticos e muitas outras gravuras).

História da Igreja em Portugal, tomo I.

— Tomo II.

— Tomo III, p. I.

— Tomo III, p. II.

— Tomo IV, p. I.

Está em publicação o tomo IV, p. II, III e IV (última).

História de Portugal, tomo I (desde os tempos prèistoricos até 1385).

Está em publicação o tomo II (1385-1580).

BRIGHAM YOUNG UNIVERSITY



3 1197 21806 5990

Date Due

All library items are subject to recall 3 weeks from the original date stamped.

MAR 04 2003		
APR 14 2003		
JUL 29 2021		

